

ATAS/ANAIS

14º COLÓQUIO

DA LUSOFONIA

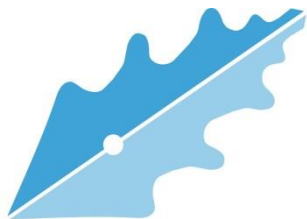
XIV colóquio da lusofonia - Bragança, Portugal

27 setembro – 2 outubro 2010-

Apoio CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA



e



**Academia Galega da
Língua Portuguesa**

Protocolos e Parcerias:

ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, GALIZA
CÂMARA MUNICIPAL DA LAGOA (AÇORES)
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNIDADES, PRESIDÊNCIA GOVERNO
REGIONAL DOS AÇORES
UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL
ESE, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL, PORTUGAL
ESE, INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA, PORTUGAL
ESTH, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA, PORTUGAL
LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS DO RIO DE JANEIRO, BRASIL
UNIVERSIDADE MACKENZIE DE SÃO PAULO, BRASIL

ISBN 978-989-95891-5-5



Organização:

CD / DVD GRAVADO E VERIFICADO POR JOÃO CHRYSTELLO

1. COMISSÕES

14º Colóquio da lusofonia

COMISSÃO EXECUTIVA 2010-2011

Presidente

- Dr. Chrys Chrystello, Mentor University of Brighton, Reviewer Helsinki University, ex-Australia's Council Literature Assessor (UTS - University of Technology Sydney Australia)

Vice-Presidente

- Dra. Helena Chrystello, Mestre, Escola EBI 2,3 Maia, S. Miguel, Açores

Vogais:

- 1) Prof. Doutor Choi Wai Ho, Diretor da Escola Superior de Línguas e Tradução do Instituto Politécnico de Macau
- 2) Prof. Doutor Li Changsen, Subdiretor do Centro de Estudos das Culturas Sino Ocidentais e Secretário Geral do Centro de Estudos Lusófonos do Instituto Politécnico de Macau
- 3) Dra. M^a de Lurdes Nogueira Escaleira, mestre, Instituto Português do Oriente e Instituto Politécnico de Macau

- 4) Dr João Santos, Diretor do Museu de Santa Maria. Açores

COMISSÃO INSTITUCIONAL 2010-2011

1. Prof. Doutor Choi Wai Ho, Diretor da Escola Superior de Línguas e Tradução do Instituto Politécnico de Macau
2. Prof. Doutor Li Changsen, Subdiretor do Centro de Estudos das Culturas Sino Ocidentais e Secretário Geral do Centro de Estudos Lusófonos do Instituto Politécnico de Macau
3. Dr. Ângelo Cristóvão, Academia Galega da Língua Portuguesa (Secretário), Galiza
4. Prof. Doutor João Sobrinho Teixeira, Presidente Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
5. Prof. Doutor Luciano B. Pereira, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico Setúbal, Portugal
6. Prof.^a Doutora M^a Zélia Borges, jubilada Universidade Mackenzie, S. Paulo, Brasil
7. Eng. João Ponte, Presidente da Câmara Municipal da Lagoa
8. Dr Francisco Gomes da Costa, Diretor, Liceu Literário Português, Rio de Janeiro
9. Dra. Anabela Naia Sardo, Mestre, Diretora ESTH, Instituto Politécnico Guarda
10. Dr João Santos, Diretor do Museu de Santa Maria. Açores
11. Prof.^a Doutora M^a do Rosário Girão Ribeiro dos Santos, (DER – Dept^o de Estudos Românicos) Universidade do Minho Braga, Portugal
12. Dra. Edma Abdul Satar, Mestre, Universidade Lisboa

COMISSÃO CIENTÍFICA DOS ENCONTROS 2010-2011

1. Professor Doutor João Malaca Casteleiro Academia de Ciências de Lisboa, Portugal
2. Professor Doutor Evanildo Cavalcante Bechara Academia Brasileira de Letras Brasil
3. Dr. Ângelo Cristóvão Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza
4. Dr Vasco Pereira da Costa, escritor, ex-diretor Regional da Cultura do Governo Regional dos Açores
5. Prof.^a Doutora M^a do Rosário Girão Ribeiro dos Santos (DER – Departamento de Estudos Românicos) Universidade do Minho Braga, Portugal
6. Dr. Chrys Chrystello (MA, Mentor University of Brighton, Reviewer Helsinki University, ex-Australia's Council (Literature Assessor UTS - University of Technology Sydney Australia)
7. Dra. Helena Chrystello, Mestre, Escola EBI 2,3 Maia, S. Miguel Açores, Portugal

SECRETARIADO EXECUTIVO/SESSÕES CULTURAIS 2010

Presidente

- Dra. Helena Chrystello Mestre, Escola EBI 2,3 Maia S. Miguel Açores

Adjuntos

- Prof. Doutora Carla Guerreiro ESE Instituto Politécnico de Bragança
 - Dra. Cecília Falcão Esc. Sec Miguel Torga, Bragança
- Dr Mário Moura, Mestre, Diretor da Casa da Cultura, Câmara Municipal da Ribeira Grande, Açores
 - Paula Bento, Animadora Cultural Lomba da Maia Açores
 - João Chrystello, Escola EBI 2,3 Maia, S. Miguel Açores

* Protocolos e Parcerias:

- Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza
- Câmara Municipal da Lagoa (Açores)
- Direção Regional das Comunidades, Presidência do Governo Regional Dos Açores
- Universidade do Minho, DER – Dept^o De Estudos Românicos) Universidade do Minho, Gualtar, Braga, Portugal
- ESE, Instituto Politécnico, Setúbal, Portugal
- ESE, Instituto Politécnico, Bragança, Portugal
- ESTH, Instituto Politécnico, Guarda, Portugal
- Liceu Literário Português Rio De Janeiro, Brasil
- Governo do Estado de Santa Catarina, Brasil
- Escola Superior de Línguas e Tradução, Centro de Estudos das Culturas Sino Ocidentais e Centro de Estudos Lusófonos, Instituto Politécnico de Macau, República Popular da China



2. NOTA INTRODUTÓRIA

Em 2001, os Colóquios brotaram dum desafio do nosso saudoso primeiro patrono, professor José Augusto Seabra para criar a Cidadania da Língua, proposta radicalmente inovadora num país tradicionalista avesso a mudanças. Queríamos que todos se identificassem pela língua comum que nos une. A LUSOFONIA diz respeito aos que falam, escrevem e trabalham a língua, independentemente da cor, credo, religião ou nacionalidade.

Ao fim de treze edições, a última das quais em Santa Catarina no Brasil e a próxima em Macau na R. P. da China, os Colóquios já se afirmaram, nacional e internacionalmente, como a única realização regular, concreta e relevante sobre a LUSOFONIA.

- Em 2002, inovámos entregando o CD das Atas/Anais com nº ISBN no início das sessões.
- Em 2003 assumimos o debate do multiculturalismo e interculturalismo.
- Em 2004 visitámos línguas e dialetos minoritários, a segunda língua oficial de Portugal (Mirandês), e fizemos a campanha que salvou o Ciberdúvidas. Fomos os únicos a debater (em 2005), a introdução da língua portuguesa em Timor e apadrinhámos o Observatório da Língua Portuguesa na CPLP.

- Postergamos o debate sobre o genocídio da Língua Portuguesa na Galiza até 2006, para catapultar os esforços do colega Ângelo Cristóvão na criação da novel Academia Galega.
- Em 2007, com o apoio da Câmara Municipal de Bragança criou-se o 1º Prémio Literário da Lusofonia e debatemos a Língua Portuguesa no século XXI. Foi o pretexto para sermos também os primeiros a debater o novo Acordo Ortográfico, até então fora das manchetes dos jornais e do interesse dos políticos. O impacto e a cobertura do evento, além-fronteiras, ajudaram o Governo de Lisboa a ratificar o segundo protocolo modificativo.
- Em 2008 debatemos os Crioulos, criamos os Estudos Açorianos e presenciámos a abertura da Academia Galega da Língua Portuguesa nascida no seio destes colóquios.
- Em 2009 definimos o projeto do MUSEU DA LUSOFONIA. Nestes últimos anos, assinámos parcerias com Universidades, Politécnicos e Academias para, com a necessária validação científica, completar projetos como a Dicipédia Contrastiva da Língua Portuguesa.
- Em Outubro 2008, o Presidente da Academia de Ciências, Professor Adriano Moreira e Vice-Presidente, Artur Anselmo, em conjunto com a Academia Brasileira deram "apoio inequívoco aos Colóquios". Tivemos idêntico apoio e presença em Abril 2009, no 4º Encontro Açoriano (Lagoa, Açores), onde celebrámos acordos com o governo estadual de Santa Catarina, Brasil, para levarmos os Colóquios a Florianópolis, que durante uma semana se chamou AÇORIANÓPOLIS.

Os nossos oradores "típicos" não buscam mais uma conferência para o currículo, antes querem compartilhar projetos e criar sinergias. Trocam impressões, ideias e metodologias, vivências e pontos de vista, dentro e fora do ambiente mais formal das sessões. Juntam-se aos colegas no primeiro dia, partilham comunicações, passeios, refeições e despedem-se no último dia como se de amigos se tratasse. É o que nos torna distintos de qualquer outro congresso.

Criámos uma vasta rede facilitando o intercâmbio de experiências entre participantes. Foram eles que iniciaram o ambicioso projeto da LEXICOPÉDIA ou Dicipédia Contrastiva, nas suas horas livres, irmanados do ideal de "sociedade civil" capaz e atuante que define o voluntariado dos que trabalham nestes colóquios. Esta Dicipédia Contrastiva tem agora uma nova plataforma, mais acessível aos investigadores que nela labutam e ao público. Juntos, somos capazes de atingir o que a burocracia e a hierarquia não podem ou não querem.

As diversificadas sessões paralelas de música, teatro e poesia (dos Açores, Portugal, Galiza e Brasil) estão agora integradas no corpo das sessões e continuam a criar pontes e partilhar culturas diferentes dentro do seio da Lusofonia.

Temos ainda a responsabilidade de prosseguir, incansáveis, a campanha para execução do novo Acordo Ortográfico. Contamos com o laborioso apoio dos seus proponentes: Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara e Ângelo Cristóvão que nos têm assistido a lutar pela língua unificada que propugnamos para as instâncias internacionais.

Carlos Reis afirmou (Julho 2008): "**uma política de língua é um desígnio nacional que deve passar de Governo para Governo. A internacionalização da língua só será possível com uma política a "longo prazo", que sobreviva aos sucessivos governos**".

É esse desígnio que os Colóquios da Lusofonia, representando a sociedade civil atuante, desenvolvem há dez anos. Em Portugal não há uma política de língua. Enquanto as Letras se mantiverem subalternas, como mera Secção da Academia das Ciências de Lisboa, falta-lhes peso e voz para a defesa da língua e das suas variantes face aos desafios que os políticos não conseguem afrontar. A vetusta Academia teria de ser pró-ativa em vez de reativa. O futuro e a preservação da língua não se compadecem com esperas nem vivem de glórias passadas. Portugal está irremediavelmente atrasado. Não pode esperar mais. Por isso sonhámos, há três anos, com a criação de uma Academia das Letras, uma Academia da Língua independente, nascida no seio destes colóquios, sem sujeições a projetos estatais ou outros. Mais um ambicioso desígnio para abraçarmos.

No século XI, com o início da reconquista cristã da Península Ibérica, o galego-português consolida-se como língua falada e escrita da Lusitânia. A língua portuguesa tem 800 anos. A sua História remonta ao século XII, quando El-rei Dom Dinis fundou a Universidade de Coimbra, promovendo o desenvolvimento cultural de Portugal. "*Esse rei-trovador ordenou que fosse usada a língua portuguesa nos documentos públicos, substituindo a língua oficial latina*". À facilidade comunicativa entre a comunidade de expressão portuguesa e a comunidade galega

acrescentamos o facto de a língua portuguesa ter o seu berço na Galiza medieval, que incluía o território da atual Comunidade Autónoma Galega transcendendo-o ainda amplamente, pelo que parece legítimo reivindicar-se que a Galiza seja reconhecida pelo resto da Lusofonia como membro de pleno direito.

Essa língua volveu-se ao longo dos séculos numa língua franca em vastos espaços geoculturais, com variedades e interferências múltiplas, através de dialetos e crioulos, sem deixar de manter a sua unidade estrutural, apesar da sua ductilidade e da sua capacidade de adaptação aos mais diversos contextos envolventes.

Numa palavra (como disse José Augusto Seabra no 2º colóquio), "*ela propiciou o que temos chamado um polígolo, isto é, um diálogo plural e cruzado entre povos com costumes, crenças e mentalidades várias, que foram postos pelos portugueses em contacto, pela missionação, o comércio – incluindo a escravatura e a soberania política*".

Na verdade, como pôs em relevo o historiador da língua portuguesa Paul Teyssier, o nosso idioma apresenta todas as características dessa universalidade: disperso por todos os continentes, ele não é restrito a um grupo étnico, a uma comunidade religiosa, a um tipo de sociedade ou a um regime político, sendo uma língua de mestiçagem cultural, de contacto e de diálogo entre vários povos. Mas foi antes de mais como língua de civilização e cultura que o Português se impôs historicamente, na sua irradiação pelo mundo, tal como profetizou o poeta-humanista António Ferreira:

*"Floresça, fale, cante, ouça-se e viva
A portuguesa língua e lá onde for
Senhora vá de si, soberba e altiva..."*

Os Colóquios da Lusofonia seguiram a saga dos navegadores de 1500 e chegaram aos Açores em 2006 para debaterem a identidade açoriana, sua escrita, lendas e tradições. Em 2008 tivemos a presença do picaroto Dias de Melo (falecido pouco depois), o escritor da baleação, e do micalense Daniel de Sá. Em 2009, tivemos o

prolífico escritor Cristóvão de Aguiar que foi nosso convidado especial na Lagoa e em Bragança.

Em 2010, escolhemos Vasco Pereira da Costa, um escritor açoriano que desempenhou durante sete anos, as funções de Diretor Regional da Cultura dos Açores, antes de ser fugazmente substituído pela atual Ministra da Cultura de Portugal, Dra. Gabriela Canavilhas, presente na abertura do 11º Colóquio.

Na nossa porfia por repor estes escritores portugueses, de matriz açoriana, no panteão que merecem temos ainda outros para estudar, ler e divulgar. É para eles, suas obras e memórias, que orientamos as edições futuras dos colóquios, para que sejam lidos e traduzidos. Estão a ser estudados, graças à colega Rosário Girão, em universidades romenas e polacas; graças às colegas Zélia Borges e Dina Ferreira nas Universidades de São Paulo, Brasil e irão chegar ao mundo no curso breve da Universidade do Minho

<http://www.lusofonias.net/estudos%20e%20cadernos%20a%C3%A7orianos/index.htm> e estamos a negociar a sua tradução para FRANCÊS, ITALIANO, ROMENO, POLACO, RUSSO, ESLOVENO E BÚLGARO.

Persistiremos nesta nossa nova tarefa de dar a conhecer e traduzir autores que a curta memória dos homens olvidou, para além de debatermos ainda o acordo ortográfico e a tradução, tema que nunca abandonámos desde a primeira edição.

Em Bragança 2010 queremos debater a herança islâmica, a presença de marranos ou conversos, judeus e cripto-judeus, as influências culturais africanas e as literaturas africanas de matriz portuguesa. Haverá o 4º Prémio Literário da Lusofonia este ano para o género de contos e narrativas.

3. Temas Bragança

25 set – 2 outº 2010

ANFITEATRO DR PAULO QUINTELA Rua ABÍLIO BEÇA Bragança, Portugal ([mapa aqui](#))

1. HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO:

Recordar autores lusófonos esquecidos, (convidado VASCO PEREIRA DA COSTA)

2. LUSOFONIAS:

- 2.1. A herança islâmica portuguesa
- 2.2. Marranos ou conversos, judeus e cripto-judeus em Portugal
- 2.3. Influências culturais africanas em Portugal de 1380 a 2010
- 2.4. Questões e raízes da Lusofonia.
- 2.5. 2º Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico de 1990
- 2.6. Língua Portuguesa como língua segunda e como língua estrangeira
- 2.7. Língua e Literatura Portuguesa no Mundo.
- 2.8. Lusofonias e Insularidades
- 2.9. Literaturas africanas de língua português

3. TRADUÇÃO:

- 3.1. Tradução de autores portugueses no estrangeiro. Tradutores e autores
- 3.2. Tradução Monocultural e intercultural
- 3.3 Tecnologias e Tradutologia

DINAMIZAR PROJETOS dos Colóquios da Lusofonia

- 1. MUSEU DA LÍNGUA/MUSEU VIRTUAL DA LUSOFONIA
- 2. ESTUDOS AÇORIANOS, CURSO BREVE DE ESTUDOS AÇORIANOS, CADERNOS DE ESTUDOS AÇORIANOS
- 3. LEXICOPÉDIA (DICIOPÉDIA CONTRASTIVA) DA LÍNGUA PORTUGUESA
- 4. CRIoulos DE ORIGEM PORTUGUESA, CRIAÇÃO DE UMA BASE DE DADOS
- 5. Outros projetos

4. Oradores, Presenciais & Convidados 2010

Nome, instituição, título

Tema

1.	ALEXANDRE BANHOS	FUNDAÇÃO MEENDINHO GALIZA	SOBRE MENTIRAS E ENGANOS: O CASTELHANO NA GALIZA.	2.7
2.	ANA PAULA ANDRADE	CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE PONTA DELGADA, AÇORES	RECITAL MUSICAL	-
3.	ANABELA MIMOSO	UNIV. LUSÓFONA HUMANIDADES TECNOLOGIA PORTO PORTUGAL	LUSOFONIA E AÇORIANIDADE: ENTRE O GLOBAL E OS PARTICULARISMOS	2.8
4.	ANABELA NAIÁ SARDO	INSTITUTO POLITÉCNICO GUARDA, PORTUGAL	OS ANJOS E OUTRAS TEMÁTICAS RECORRENTES NA OBRA DE ANA TERESA PEREIRA	1
5.	ÂNGELO CRISTÓVÃO	ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, GALIZA	O PAPEL DA AGLP NO ESPAÇO LUSÓFONO".	2.4
6.	ANTÓNIO GIL HERNÁNDEZ apresentado por Luís Gonçalves Blasco	ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, GALIZA	AS EPÍGRAFES DO "SONETÁRIO" INVENÇÃO DO MAR, INÉDITO DE JENARO MARINHAS DEL VALLE.	2.7
7.	CAIO CHRISTIANO	UNIVERSIDADE DE POTIERS, FRANÇA	MALUMA, TAKETE, BOLACHA E TABLETE.	2.4
8.	CARLA GUERREIRO	ESC. SUP. EDUCAÇÃO, INST.º POLITÉCNICO BRAGANÇA PORTUGAL	CAMINHOS ATUAIS DA ESCRITA PORTUGUESA PARA A INFÂNCIA	2.7
9.	CARLOS ROCHA	ESC. SEC. CACILHAS-TEJO CIBERDÚVIDAS PORTUGAL	ELEMENTOS ÁRABES NA HIDRONÍMIA PORTUGUESA	2.1
	CECÍLIA FALCÃO	Esc. SEC MIGUEL TORGA BRAGANÇA, PORTUGAL	ASSESSORA DOS COLÓQUIOS	
10.	CHRYSTELLO	PRESIDENTE COMISSÃO EXECUTIVA COLÓQUIOS AUSTRÁLIA	DAS CRISTANDADES CRIOLAS LUSÓFONAS DO ORIENTE À LITERATURA AÇORIANA CONTEMPORÂNEA	2.8
11.	CONCHA ROUSIA	ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, GALIZA	PODER E RESPONSABILIDADE	2.4
12.	EDMA SATAR	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, UNIV. LISBOA PORTUGAL /MOÇAMBIQUE	O SENTIMENTO DE TRISTEZA NA PROSA DE RUI DE NORONHA	2.9

	ELISA RAMOS	ESC. SEC. AUGUSTO MORENO BRAGANÇA PORTUGAL	ASSESSORA DOS COLÓQUIOS	
13.	ELISETTE ALMEIDA	UNIVERSIDADE DA MADEIRA, CENTRO DE COMPETÊNCIAS DE ARTES E HUMANIDADES UNIVERSIDADE DA MADEIRA	CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA VERBAL EM «LE PETIT PRINCE» DE SAINT-EXUPÉRY E NA TRADUÇÃO PORTUGUESA	3.1
14.	EVANILDO BECHARA	ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS/PATRONO BRASIL	ACORDO ORTOGRÁFICO 1990	2.5
	FLORIZA CANDEIAS	KORSANG DI MELAKA, MALÁSIA	PRESENCIAL	-
15.	FRANCISCO MADRUGA	EDITORA CALENDÁRIO, PORTUGAL	EXPOSIÇÃO DE LIVROS DE AUTORES PORTUGUESES	-
16.	HELENA CHRYSTELLO	VICE-PRESIDENTE COMISSÃO EXECUTIVA COLÓQUIOS AÇORES	--	--
17.	ILYANA CHALAKOVA	UNIVERSIDADE DE SÓFIA ST. KLIMENT OHRIDSKI SÓFIA BULGÁRIA	MONSTRUOSIDADE? O EXERCÍCIO DE PODER SOBRE O CORPO E AS VARIADAS MORTES NO TEATRO MÍTICO DE HÉLIA CORREIA	2.7
18.	IOVKA TCHOBÁNOVA	FACULDADE DE LETRAS DA UNIV. LISBOA/ BULGÁRIA	OS FRASEOLOGISMOS PORTUGUESES DA EMBRIAGUEZ E OS SEUS EQUIVALENTES FUNCIONAIS NA LÍNGUA BÚLGARA	3.2
	JOÃO CABRITA	ESC. SEC. AUGUSTO MORENO BRAGANÇA PORTUGAL	PRESENCIAL	
19.	JOÃO CHRYSTELLO	COLÓQUIOS DA LUSOFONIA AÇORES	ASSESSOR TÉCNICO	-
20.	João MALACA CASTELEIRO PATRONO	ACADEMIA DAS CIÊNCIAS /FLUL LISBOA, PATRONO PORTUGAL	ACORDO ORTOGRÁFICO 1990	2.5
21.	JOHN REX AMUZU GADZEKPO	CEL UNIV. DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, VILA REAL, GANA	"NOÇÃO DE NAÇÃO PÓS-COLONIAL EM O CÃO E OS CALUANDAS DE PEPETELA"	2.9
22.	LUÍS GAIVÃO	UNIV. LUSÓFONA HUMANIDADES TECNOLOGIA LISBOA PORTUGAL	A CRIATIVIDADE EXPRESSIVA NA OBRA DE MANUEL RUI.	2.9
	LUÍSA TIMÓTEO	KORSANG DI MELAKA, MALÁSIA	PRESENCIAL	-

23.	LURDES ESCALEIRA	INSTITUTO POLITÉCNICO DE MACAU, RP CHINA	MACAU: DUAS DÉCADAS DE ENSINO SUPERIOR	2.6
24.	Mª DO CARMO MENDES	DEPT ESTUDOS PORTUGUESES UNIVERSIDADE MINHO BRAGA PORTUGAL	AS VERDADES DA HISTÓRIA NA SINGULAR VISÃO DO CABO-VERDIANO GERMANO ALMEIDA	2.9
25.	Mª ROSA ADANJO CORREIA	CLEPUL CENTRO DE LITERATURAS E CULTURAS LUSÓFONAS E EUROPEIAS UNIV LISBOA, PORTUGAL	REFLEXÕES EM TORNO DAS TRADUÇÕES ITALIANA E INGLESA DE A VARANDA DO FRANGIPANI	3.1
26.	MANUEL J. SILVA	UNIVERSIDADE MINHO, BRAGA PORTUGAL	DA LATINIDADE À ROMANIDADE OU A PROCURA DA GÊNESE NACIONAL	2.4
27.	MILENA GARRÃO	UNIV FEDERAL RURAL RIO BRASIL	MORFOLOGIA SUFICIAL LUSÓFONA: ANÁLISE CONTRASTIVA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO E DO PORTUGUÊS EUROPEU	2.7
28.	SEBASTIÃO SILVA FILHO	CLUNL CENTRO LINGÜÍSTICA UNIV. NOVA LISBOA BRASIL	MORFOLOGIA SUFICIAL LUSÓFONA: ANÁLISE CONTRASTIVA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO E DO PORTUGUÊS EUROPEU	2.7
29.	VIOLETA QUENTAL	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA RIO DE JANEIRO BRASIL	MORFOLOGIA SUFICIAL LUSÓFONA: ANÁLISE CONTRASTIVA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO E DO PORTUGUÊS EUROPEU	2.7
	PAULA BENTO	AÇORES	SECRETARIADO COLÓQUIOS	-
30.	PAULA LIMÃO	UNIVERSIDADE DE PERUGIA ITÁLIA	A AQUISIÇÃO DAS ESTRUTURAS TEMPORAIS E ASPETUAIS DO PORTUGUÊS LE POR APRENDENTES ITALIANOS	2.6
31.	PERPÉTUA SANTOS SILVA	CENTRO INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS DE SOCIOLOGIA CIES/ISCTE/ FUNDAÇÃO ORIENTE MACAU	NARRATIVAS DA DIFERENÇA. UM OLHAR SOBRE A CIDADE DE MACAU	2.7
	RAQUEL MACHADO	UNIV AVEIRO PORTUGAL , AÇORES	RECITAL MUSICAL	
	REGINA BECKMAN	EUA	PRESENCIAL	-
32.	RENATO EPIFÂNIO	MIL - MOVIMENTO INTERNACIONAL LUSÓFONO, LISBOA PORTUGAL	A VIA LUSÓFONA APRESENTAÇÃO DA REVISTA NOVA ÁGUA	2.4

33.	RITA ARAIA CHAVES	INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA PORTUGAL	EÇA TRADUTOR, OU A METAMORFOSE LITERÁRIA DE "AS MINAS DE SALOMÃO"	3.1
34.	ROLF KEMMLER	DEPTº LETRAS, CEL ARTES E COMUNICAÇÃO, UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, VILA REAL, PORTUGAL	O PAPEL DO SEGUNDO PROTOCOLO AO ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990 NA HISTÓRIA DA ORTOGRAFIA SIMPLIFICADA	2.5
35.	ROSÁRIO GIRÃO	UNIVERSIDADE MINHO, BRAGA PORTUGAL	ABÍLIO, FERNANDO, GIBICAS E ADRIANO: A AÇORIANIDADE NO ENTRE CÁ E LÁ...	1
36.	RUI DIAS GUIMARÃES	DEPTº LETRAS, CEL UNIV. DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, VILA REAL, PORTUGAL	O BARROSÃO, INSULARIDADE NA INTERIORIDADE. ASPETOS ETNOLINGÜÍSTICOS E ETNOCENTRISMO	2.8
37.	SOLANGE PINHEIRO	UNIVERSIDADE SÃO PAULO BRASIL	TRADUÇÃO MONOCULTURAL E INTERCULTURAL: LÉXICO REGIONALISTA NA LITERATURA DO SÉCULO XX NO BRASIL – A BAGACEIRA E O ROMANCE D'A PEDRA DO REINO	3.1
	TERESA SANTOS FERREIRA	TRADUTORA FREELANCE PORTUGAL	PRESENCIAL	-
38.	VÂNIA REGO	UNIVERSIDADE POITIERS FRANÇA	"HOJE O TEMPO NÃO ME ENGANOU" TEMPORALIDADE NO ROMANCE <i>NENHUM OLHAR</i> DE JOSÉ LUÍS PEIXOTO	2.7
39.	VANISE MEDEIROS	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE RIO DE JANEIRO BRASIL	BRASILEIRISMOS: UMA RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E SUJEITO NACIONAL	2.7
40.	VASCO PEREIRA DA COSTA	ESCRITOR, AÇORES	ESCRITOR CONVIDADO 2010	1

17 PAÍSES E REGIÕES REPRESENTADOS:
AÇORES, ALEMANHA, AUSTRÁLIA, BRASIL, BULGÁRIA, EUA, FRANÇA, GALIZA, GANA, HOLANDA, ITÁLIA, MACAU (R P CHINA), MADEIRA, MALACA (MALÁSIA), MOÇAMBIQUE, NIGÉRIA, PORTUGAL



ANTES DE IMPRIMIR PENSE SE REALMENTE É NECESSÁRIO, POIS O MEIO AMBIENTE AGRADECE!

5. HORÁRIO FINAL

DIA 25 setembro 2010 sábado

2º SEMINÁRIO DE LEXICOLOGIA Academia Galega Da Língua Portuguesa

10.00-20.00	Sala de Conferências Fundación Caixa Galicia, Rua do Vilar, Santiago de Compostela. Galiza.
-------------	---

Inscrições: pro@aglp.net [programa final aqui](#)

DIA 25 setembro 2010 sábado

BRAGA UNIVERSIDADE MINHO - CAMPUS DE GUALTAR, BLOCO PEDAGÓGICO 1 SALA DE ATOS DO INSTITUTO DE LETRAS E CIÊNCIAS

HUMANAS [VER MAPA](#) [Mapas e Indicações úteis](#)

10.00	ABERTURA OFICIAL DO CURSO BREVE AÇORIANIDADES E INSULARIDADES Prof. Dra. Eduarda Keating, Chrys Chrystello, Prof. Dr Malaca Casteleiro, Prof. Dra. Rosário Girão, Prof. Dra. Anabela Mimoso e outros
13.00	ALMOÇO

DIA 26 SETEMBRO 2010 DOMINGO LIVRE

DIA 27 SETEMBRO 2010 BRAGANÇA 2ª fª

17.00	SECRETARIADO: ACREDITAÇÃO DE PARTICIPANTES
17.00	ABERTURA DA MOSTRA DE LIVROS
17.30	SESSÃO DE ABERTURA Discursos: Presidente da CMB (Câmara Municipal de Bragança) e do Presidente da Comissão Executiva dos Colóquios
18.00	LANÇAMENTO LITERÁRIO - Anabela Mimoso "Contos Populares Açorianos (Teófilo Braga) e livro infantil (sobre o que é ser ilhéu) - "Aquele palavra mar..." Apresentação de ROSÁRIO GIRÃO "Da arte de bem contar" lida por Mário Moura" Vasco Pereira da Costa apresentado por Francisco Madruga editora
18.15	Calendário das Letras
18.30	Apresentação do Boletim N.º 3 e outras Obras da Academia Galega da Língua Portuguesa
18.45	Apresentação de Chrys Chrystello: os colóquios da lusofonia como embaixadores de culturas, ponte entre Bragança, Açores e Macau: visionamento de 3 documentários curtos
19.15	SESSÃO CULTURAL PARALELA 1 MÚSICA AÇORIANA: PIANO ANA PAULA ANDRADE (Conservatório de Ponta Delgada) E SOLISTA RAQUEL MACHADO Universidade de Aveiro
20.00	Jantar

DIA 28 SETEMBRO 2010 3ª fª

09.30	SECRETARIADO: ACREDITAÇÃO DE PARTICIPANTES
-------	--

09.30	MOSTRA DE LIVROS Anabela Mimoso e Vasco Pereira da Costa por Francisco Madruga ed. Calendário Das Letras
10.00	LANÇAMENTO LITERÁRIO - Mário Moura "Cinco Vidas: Esboços de retratos: em construção". Apresenta ANABELA MIMOSO. Com estes cinco, 'com vidas quase tão largas como compridas,' poderei esboçar retratos suaves de Ezequiel Moreira da Silva, Manuel Barbosa, Jorge de Melo Gamboa de Vasconcelos, Manuel Joaquim da Silva Costa Leite e Edmundo Manuel Garcia Machado d'Oliveira. SESSÃO 1 TEMA 2.7. LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO
10.15	MODERADOR: MÁRIO MOURA ORADOR 1 MILENA GARRÃO/SEBASTIÃO SILVA FILHO/Violeta Quental BRASIL ORADOR 2 VANISE MEDEIROS, BRASIL
10.45	DEBATE SEGUIDO DE PAUSA 15 MINUTOS
11.15	SESSÃO 2 TEMA 3 TRADUÇÃO MODERADOR: CONCHA ROUSIA ORADOR 3 ELISETE ALMEIDA, Madeira ORADOR 4 IOVKA TCHOBÁNOVA, Bulgária ORADOR 5 ROSA ADANJO CORREIA Portugal
12.15	DEBATE SEGUIDO DE PAUSA PARA ALMOÇO
13.15	PAUSA PARA ALMOÇO
15.15	SECRETARIADO: ACREDITAÇÃO DE PARTICIPANTES
15.30	SESSÃO 3 TEMA 3 TRADUÇÃO MODERADOR: ANABELA MIMOSO ORADOR 6 RITA ARALA CHAVES, Portugal ORADOR 7 SOLANGE PINHEIRO, Brasil
16.00	DEBATE SEGUIDO DE PAUSA 15 MINUTOS
16.30	SESSÃO 4 TEMA 2.7. LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO MODERADOR: VASCO PEREIRA DA COSTA ORADOR 8 Portugal LURDES ESCALEIRA Macau ORADOR 9 CARLA GUERREIRO, Portugal
17.00	DEBATE e Visionamento vídeo Macau por LURDES ESCALEIRA
18.00	JANTAR

DIA 29 SETEMBRO DE 2010 4ª fª

10.00-13.00	SESSÃO CULTURAL PARALELA 3: SEMINÁRIO NAS ESCOLAS (AUDITÓRIO DA ESCOLA MIGUEL TORGA incl. MOSTRA DE LIVROS Anabela Mimoso e Vasco Pereira da Costa por Francisco Madruga ed. Calendário das Letras
13.15	PAUSA PARA ALMOÇO
15.15	SECRETARIADO: ACREDITAÇÃO DE PARTICIPANTES
15.30	SESSÃO 5 PLENÁRIA – TEMA 2.5. ACORDO ORTOGRÁFICO MODERADOR: CHRYS CHRYSTELLO ORADOR 10 ROLF KEMMLER, Alemanha (15 MINUTOS)

	ORADOR 11 EVANILDO BECHARA (20 MINUTOS CADA) ORADOR 12 JOÃO MALACA CASTELEIRO (20 MINUTOS CADA)
16.30	DEBATE
16.45	LANÇAMENTO LITERÁRIO - Apresentação da Revista Nova Guia, Renato Epifânio, MIL. – Movimento Internacional Lusófono
17.00	PAUSA 15 MINUTOS
17.15	SESSÃO 6 TEMA 1/2.7 Língua/Literatura Portuguesa No Mundo MODERADOR: MANUEL JOSÉ SILVA ORADOR 13 ANABELA NAIA SARDO, Portugal ORADOR 14 VÂNIA REGO, França ORADOR 15 CAIO CHRISTIANO, França
18.15	DEBATE SEGUIDO DE PAUSA 15 MINUTOS

DIA 30 SETEMBRO 2010 5ª Fª

08.30	SESSÃO CULTURAL PARALELA 5 - Passeio Lúdico Cultural. Castelo, Museu Militar E Da Máscara, Cidadela, Rio De Onor
10.30	PAUSA PARA ALMOÇO
15.15	SECRETARIADO: ACREDITAÇÃO DE PARTICIPANTES
15.30	SESSÃO 7 PLENÁRIA tema 2.8 Lusofonias/Insularidade/Açorianidade. MODERADOR: CONCHA ROUSIA VÍDEO HOMENAGENS X 4: CONTRA O ESQUECIMENTO: 30' (DANIEL DE SÁ, DIAS DE MELO, CRISTÓVÃO DE AGUIAR E VASCO PEREIRA DA COSTA) ORADOR 16 ANABELA MIMOSO, Portugal (20 MINUTOS) ORADOR 17 CHRYS CHRYSTELLO, AUSTRÁLIA (20 ') ORADOR 18 ROSÁRIO GIRÃO, Portugal (20') ORADOR 19 VASCO PEREIRA da COSTA, Açores Escritor Homenageado
17.15	DEBATE SEGUIDO DE PAUSA 5 MINUTOS
17.30	SESSÃO 8 TEMA 2.4 QUESTÕES/RAÍZES DA LUSOFONIA MODERADOR: ROSÁRIO GIRÃO ORADOR 20 CONCHA ROUSIA Galiza ORADOR 21 MANUEL J. SILVA Portugal
18.00	DEBATE PAUSA 15 MINUTOS
18.30	SESSÃO CULTURAL PARALELA 8 sessão especial de poesia (Concha Rousia e outros)

DIA 1 OUTUBRO 2010 6ª Fª

09.00	SESSÃO CULTURAL PARALELA 7 Visita Museu Etnográfico Dr Belarmino Afonso, Museu de Arte Contemporânea Graça Morais, Museu Abade Baçal.
12.15	PAUSA PARA ALMOÇO
15.15	SECRETARIADO: ACREDITAÇÃO DE PARTICIPANTES
15.30	SESSÃO 9 TEMA 2.6 LÍNGUA PORTUGUESA L2 LE

	MODERADOR: ÂNGELO CRISTÓVÃO ORADOR 22 PAULA LIMÃO Itália ORADOR 23 RUI DIAS GUIMARÃES Portugal ORADOR 24 PERPÉTUA SANTOS SILVA ORADOR 25 ALEXANDRE BANHOS, Galiza,
16.30	DEBATE SEGUIDO DE PAUSA 15 MINUTOS
17.15	SESSÃO 10 TEMA 2.1. A HERANÇA ISLÂMICA PORTUGUESA TEMA 2.4 QUESTÕES E RAÍZES DA LUSOFONIA MODERADOR: ANABELA MIMOSO ORADOR 26 ÂNGELO CRISTÓVÃO Galiza ORADOR 27 CARLOS ROCHA Portugal ORADOR 28 ANTÓNIO GIL HERNÁNDEZ Galiza
18.00	DEBATE PAUSA 15 MINUTOS

DIA 2 OUTUBRO 2010 SÁBADO

09.30	SECRETARIADO: ACREDITAÇÃO DE PARTICIPANTES MOSTRA DE LIVROS Anabela Mimoso e Vasco Pereira da Costa por Francisco Madruga ed. Calendário Das Letras
10.30	SESSÃO 11 TEMA 2.9 Literatura Africana De Língua Portuguesa MODERADOR: HELENA CHRYSTELLO ORADOR 29 Mª CARMO MENDES Portugal ORADOR 30 LUÍS GAIVÃO Portugal ORADOR 31 JOHN REX GADZEKPO Gana ORADOR 32 EDMA SATAR Moçambique
11.30	DEBATE SEGUIDO DE PAUSA 15 MINUTOS
12.00	PAUSA PARA ALMOÇO
15.30	SESSÃO 12 TEMA 2.8 LUSOFONIAS E INSULARIDADES. MODERADOR: CHRYS CHRYSTELLO ORADOR 33 ILYANA CHALAKOVA Bulgária
15.45	DEBATE PAUSA 15 MINUTOS
16.00	SESSÃO 13 CONCLUSÕES E PROPOSTAS MODERADOR: CHRYS CHRYSTELLO APRESENTAÇÃO PROJETO DICIOPÉDIA, EDMA SATAR CONCLUSÕES E PROPOSTAS FUTURAS. Presidente da Comissão Executiva, Representantes Academias, Convidado
17.00	ATRIBUIÇÃO DO 4º PRÉMIO LITERÁRIO DA LUSOFONIA
17.30	ENCERRAMENTO OFICIAL DAS SESSÕES

MODERADORES DAS SESSÕES:

1) ANABELA MIMOSO	2) HELENA CHRYSTELLO
3) ÂNGELO CRISTÓVÃO	4) MANUEL J. SILVA
5) CHRYS CHRYSTELLO	6) MÁRIO MOURA
7) CONCHA ROUSIA	8) ROSÁRIO GIRÃO
9) EDMA SATAR	10) VASCO PEREIRA da COSTA

6. Bragança mátria, discurso de abertura 2010

Todos os anos costumo abrir este discurso com uma longa alocução *sobre a História* de Bragança, seu distrito e pergaminhos. Desta vez irei falar um pouco mais *acerca do que* me une a estas terras. Pelo lado materno vieram os apelidos Menezes e Madureira das Terras de Miranda bem como os Rodrigues, Magalhães, Moraes e Alves, todos consignados ao distrito de Bragança, espalhados por Vimioso, Alfândega da Fé, Mogadouro e aldeias como Sendim da Ribeira, Cardanha, Eucísia e Azinhoso, entre outras. Aqui teriam toda a sua ancestralidade, se bem que muitas vezes envolta numa *profunda* política de silêncio que tentei desvendar na juventude quando passava as férias nestas aldeias transmontanas em busca de histórias e lendas de família.

Parecia não restar dúvida, quer pelas imagens, quer pelo resto, de que se tratava de uma família com inúmeras ligações a judeus novos ou marranos, aliás património genético generalizado em toda a região. Sempre renegando tais origens persistiam ainda hoje nomes típicos de cristãos-novos como Ester (do *hebraico*: estrela), Estela e Jesuína (do *latim*: aquela que crê em Jesus) que não deixavam grandes dúvidas, a menos que se ignorasse a sua etimologia.

A minha primeira viagem aqui terá ocorrido em 1951. Será conveniente recordar que nessa altura as distâncias eram avassaladoras, apesar da pequenez do país. Havia comboios regionais, e os transportes entre distâncias pequenas eram quase como travessias dos mares alterosos nos infintos oceanos no tempo das Descobertas. Uma viagem entre Trás-os-Montes e o Porto era uma epopeia remanescente da homónima marítima.

O comboio da Linha do Douro ia do Porto à Régua e ao Tua. Aqui mudava-se para outro comboio da Linha do Tua mais lento ainda ou uma automotora até ao Pocinho.

Depois, ia-se de carro até à Junqueira, uma estrada sinuosa que ainda hoje mantém o mesmo traçado bonito, mas arrepiante, e daqui em diante eram mais uns 20 km em estrada de terra batida para Alfândega da Fé. Antes de ali chegar, aí uns seis ou sete quilómetros, desviava-se para a Eucísia, que teria uns 800 habitantes nessa época, bem mais do que os 50 que lá habitam. Os comboios dessa época eram a vapor, abastecidos a carvão, raramente excedendo os 30-40 km/h e a viagem do Porto chegava a demorar doze horas.

Esta linha ferroviária fazia parte dum projeto ambicioso de caminho-de-ferro até Zamora, Espanha, que nunca foi completado. A 27 de Setembro de 1887 a Linha do Tua foi inaugurada, com a locomotiva E81 batizada Trás-os-Montes.

Em Mirandela, a grande estação (a maior estação de via estreita portuguesa) acolheu entre muitas figuras ilustres, El-Rei D. Luís I.

Em Dezembro 1906, concluiu-se a extensão da linha até Bragança, num projeto que previa uma ligação até Espanha que nunca se veio a concretizar. Em Abril 1910, o distinto bragançano Abílio Beça, um dos principais promotores da linha, morreu trucidado por um comboio.

Da estação do Tua (partilhada com a Linha do Douro) à estação de Bragança, a distância total é de 133,8 km. A Linha do Douro avançava vinda do Porto com destino à fronteira com a Espanha, em Barca d'Alva.

O intuito da Linha do Tua seria embrionariamente uma ligação entre o Douro e Zamora. O seu traçado veio a prever depois uma ligação a Vinhais, sendo depois abandonado, seguindo o vale do Tuela ou o planalto entre o Tuela e o Rabaçal, mas a dureza deste traçado superaria o do próprio Baixo Tua onde a linha acabou por avançar.

Em meados de 1940, a Linha do Tua passa da CN - Companhia Nacional dos Caminhos de Ferro - para a gestão da CP que em 1992 encerra a circulação ferroviária no troço entre Mirandela e Bragança, numa extensão de cerca de 80 quilómetros, para em Julho 1995 ser inaugurado o Metro de Mirandela, que possibilitou durante uns anos a reabertura da linha entre a cidade e a localidade de Carvalhais mas que se encontra atualmente encerrado num dos maiores crimes de lesa património cultural e turístico.

A Linha do Tua registou em 120 anos de exploração um único acidente mortal. Desde que a construção da Barragem do Tua ganhou o apoio da EDP e do Governo somam-se 4 acidentes, lamentando-se a perda de 4 vidas que ensombram o futuro desta linha paradisíaca. A linha está ameaçada pelos políticos e também pela construção duma nova barragem. Há quem suspeite de sabotagem mas ninguém o

diz. A política seguida é de abandonar o que é belo e valioso, enquanto noutros países se preserva e se entrega a exploração destes troços aos privados e voluntários.

No fundo, esta introdução serve apenas para lembrar aquilo que os locais sempre souberam e pressentiram e os de fora raramente se apercebem: ser daqui é uma condenação ao esquecimento e ao isolamento, um ténue voz clamando no enorme deserto de ideias que é Portugal. Continua a ser um estigma, se bem que esta terra tenha dado dezenas de ministros ao país até ao 25 de Abril de 1974 e vários políticos de então para cá. De pouco serviram e, na sua grande maioria, mal serviram a terra que os viu nascer.

Embora pedida há décadas, e ora em construção, a autoestrada para Bragança é um falso progresso. O movimento desertificador da estrada pode reduzir, ainda mais, a população autóctone e lá se irá a qualidade de vida...a política portuguesa nas últimas décadas tem sido consistentemente a de acabar com a agricultura que ainda se vai praticando em minifúndio e que garante o sustento de uma população maioritariamente idosa. Por outro lado, a falta de indústrias e de centros especializados, sejam eles de tecnologia ou de serviços, não consegue garantir o sustento nem emprego para a minoria de jovens que teimam em ficar. Sempre assim foi, *mas* agora ameaça a própria sobrevivência populacional de um distrito que vê as suas valências serem progressivamente retiradas, com uma acentuada diminuição de serviços e delegações locais. Bragança, neste momento, sobrevive com o influxo de alunos do secundário e do politécnico, mas, em sua volta, as aldeias estão desertas ou quase, e em muitas é raro encontrar alguém com menos de setenta anos de idade.

Porque falo eu disto? Como se pode amar uma terra onde se não nasceu? Porque o local de nascimento não é o que vem escrito no bilhete de identidade, mas sim aquele onde reside o coração, que, como todos sabem, *pouca paciência tem* para

burocracias. Porque falo eu disto? Porque amo esta terra mais do que muitos dos que aqui nasceram e saíram para nunca mais voltarem. Porque invejo os que ainda cá continuam a viver. Porque gostava de aqui vir a passar a minha velhice no calmo remanso destas terras marcadas pelo agreste inverno de nove meses e pelo infernal verão de três meses. Porque gostava de encontrar aqui futuro para o meu filho mais novo, porque gosto da terra, adoro estas aldeias, estas casas, e guardo bem fundo a memória de todas as férias da infância e da juventude aqui passadas. Estão aqui as minhas raízes mais profundas que, como a língua, é nosso dever preservar a todo custo. Esse é o verdadeiro patriotismo que a muitos está vedado pela progressiva política de abandono *a que* o poder central *vota* as gentes do interior. Não só as de esta antiga província de Trás-os-Montes, mas as de todo o interior de Portugal. Todas as páginas da rica História que vos narrei em anos anteriores estão condenadas a ser perdidas, se a curto prazo não invertermos esta situação.

Pela parte que me toca, ao manter ao longo destes oito anos, os Colóquios da Lusofonia em Bragança, trazendo aqui alguns dos grandes académicos da Língua Portuguesa, *serviu* de contributo para colocar Bragança como cerne e capital da Lusofonia durante os dias dos colóquios.

Infelizmente, *desde a primeira hora*, as gentes da terra sempre ignoraram esta iniciativa, quando não a boicotaram mais ou menos ostensivamente. É pena, pois foi uma inteligente aposta da autarquia apoiar os Colóquios, que há muito têm o seu nome e logótipo como marca registada em todo o mundo, mas que estão indelevelmente ligados a Bragança, *porquanto* daqui cresceram até *ao* que hoje já são: uma voz incómoda que martela incessantemente a necessidade de lutar pela Língua de todos nós, pela aplicação do novo Acordo Ortográfico, pela tradução de obras portuguesas, pelo ensino de português no mundo, como língua estrangeira e *segunda* língua (segunda), como motor da tradução de obras portuguesas.

Pena foi que, apesar de um protocolo com o Instituto Politécnico de Bragança, este nunca soubesse aproveitar as sinergias do evento e aproveitá-lo para seu próprio *benefício*. Ao longo destes anos trouxemos poesia, música e literatura de vários cantos do mundo onde a língua portuguesa é falada, estabelecendo pontes que, de

outro modo, não existiriam, mas foi sempre um movimento unilateral, pois não conseguimos levar Bragança ao resto do mundo como ainda este ano aconteceu quando realizámos o 13º colóquio no Brasil, e de Bragança apenas foi o meu coração. Propusemos geminações, delegações e representações, mas nada aconteceu. É assim com as gentes de cá que não estão habituadas a receber sem nada se lhes pedir em troca.

Resta a grande satisfação de termos trazido o professor Adriano Moreira em 2008 e em virtude dessa sua primeira vinda aos colóquios ter doado o seu imenso espólio à Câmara Municipal nossa parceira ao longo de oito anos. Hoje, os Colóquios da Lusofonia e o seu logótipo não são só um nome e uma marca registada pelo que iremos perseverar para que continuem a representar o escol da língua, literatura e cultura lusófonas.

Pela parte que me toca, Bragança é e *será* sempre a minha pátria, o *húmus* onde as minhas raízes *medraram* e onde se a minha existência *melhor se explica*.

Tal como a Língua Portuguesa, Bragança será sempre a terra de meus *ancestrais* e património dos meus descendentes. Sei que a minha Mulher não terá ciúmes desta declaração de amor a Bragança, pois ela também *apreciou muito cá viver* os poucos anos que a vida profissional lhe proporcionou.

Aqui germinaram, com a astúcia do nosso anfitrião, Presidente Jorge Nunes, inúmeros projetos propostos pelos Colóquios que fazem de Bragança uma cidade culturalmente bem mais rica do que era quando saí de Portugal em 1972. Queiram as gentes da terra fazer por ela o que eu fiz ao longo destes anos, sem benesses ou mordomias, sem pretender fama, glória ou apoios materiais.

Que este 14º colóquio possa uma vez mais colocar Bragança, ao longo da semana, nas bocas do mundo com os arrojados projetos que estes Colóquios já desenvolveram e espero possam continuar a desenvolver.

Açores Junho 2010 Chrys Chrystello

7. Conclusões

XIV COLÓQUIO ANUAL DA LUSOFONIA "Bragança 2010"

- 1) Do encontro de 6 dias por terras de Bragança (27 de setembro a 2 de outubro) ressaltam-se a elevada qualidade científica das apresentações de mais de três dezenas de oradores e a presença das três Academias da Língua Portuguesa, Academia Brasileira de Letras, Academia das Ciências de Lisboa e Academia Galega da Língua Portuguesa.
- 2) O Colóquio teve início simultâneo na Galiza e em Braga dia 25 de setembro. Na Galiza teve lugar o IIº Seminário de Lexicologia da Academia Galega da Língua Portuguesa e em Braga teve início o Curso Breve de Açorianidades e Insularidades sob a direção da colega Rosário Girão e que representa o culminar de um projeto lançado pelos Colóquios há dois anos. Posteriormente, o curso será ministrado em linha numa plataforma de *e-learning*. (detalhes: <http://www.lusofonias.net/estudos%20e%20cadernos%20a%C3%A7orianos/s/estudos%20a%C3%A7orianos.htm>)
- 3) Antes da sessão de abertura fomos convocados pelo Senhor Presidente da CMB (Câmara Municipal de Bragança) para uma reunião onde esteve presente, juntamente com a Vereadora da Cultura Dra. Fátima Fernandes, a Diretora da ESE (Escola Superior de Educação) do IPB (Instituto Politécnico de Bragança) e os Colóquios representados pelo patrono Professor Doutor Malaca Casteleiro, Chrys e Helena Chrystello. Era intenção da CMB que a recém-criada Academia de Letras de Trás-os-Montes apoiada pelo IPB tomassem parte ativa a organização dos colóquios, definição de metas e objetivos. Foi levantada a suspeita de os colóquios não terem existência legal, afirmação à qual respondemos estranhar ao fim de oito anos de apoio da CMB aos mesmos. Foi informada a CMB de que os Colóquios da Lusofonia e o seu logo são marcas

registadas pelo que não poderiam ser usados por outrem. Dada a irrevocabilidade de posição da CMB fazendo condicionar todo o seu apoio futuro a uma adesão a este modelo de cooperação ficou decidido que os Colóquios da Lusofonia iriam consultar o outro patrono, entidades detentoras de protocolos com os mesmos e o chamado “núcleo duro” dos colóquios para se tomar uma decisão. Foi afirmado pelos Colóquios ser sua intenção, tal como explicitado no ponto 26 das Conclusões do XIII Colóquio, registarem-se como associação permitindo assim um diálogo melhor com a CMB como esta pretendia. A intransigência da CMB surpreendeu tanto mais que a citada Academia de Letras de Trás-os-Montes só se reúne para ser oficialmente criada no dia 5 de Outubro de 2010. Dos parceiros da dita Academia foram mencionados a Academia Galega da Língua Portuguesa e a Academia de Ciências, entre outras entidades de menor reputação. O assunto será debatido entre os membros dos colóquios antes de oficializada a nossa resposta.

- 4) Após a sessão de abertura foi notada a ausência significativa de público local e a fraca adesão das instituições de ensino locais, tal como já acontecera em Bragança em anos anteriores. Na sessão de encerramento já não havia praticamente ninguém quando se anunciou o vencedor do 4º Prémio Literário da Lusofonia que a CMB promove.
- 5) Muito proveitosa foi a Sessão de Esclarecimento que os Colóquios organizaram entre as 10 e as 13.30 horas de dia 29 setembro com a Escola Secundária Miguel Torga sob a direção da colega Cecília Falcão onde centenas de alunos e alguns professores se desdobraram em duas sessões para ouvirem falar os nossos patronos Evanildo Bechara e Malaca Casteleiro bem como a académica Concha Rousia da AGLP, sobre o Acordo Ortográfico 1990, e onde falaram igualmente os escritores convidados Anabela Mimoso e Vasco Pereira da Costa e o Presidente dos Colóquios da Lusofonia. No final, fomos agraciados com a medalha comemorativa do centenário de Miguel Torga e um livro alusivo ao mesmo.

- 6) Outra sessão que merece realce foi a Sessão de Poesia dia 30 onde Concha Rousia e Chrys Chrystello declamaram uma dúzia de poemas a que o poeta se associou. Esta sessão começou com uma vídeo homenagem ao autor e a declamação ao vivo do seu poema Ode ao Boeing 747, lida em 11 das 14 línguas para que foi traduzido pelos Colóquios (Alemão, Árabe, Búlgaro, Catalão, Castelhana, Chinês, Flamengo, Francês, Inglês, Italiano, Neerlandês, Polaco, Romeno, Russo)
- 7) A sessão dedicada ao Acordo Ortográfico de 1990 sempre interessante pela convicção dos nossos patronos Evanildo Bechara e Malaca Casteleiro foi igualmente notável pela revelação feita por Rolf Kemmler de que o Acordo está total e finalmente em vigor em Portugal desde setembro passado de acordo com o Aviso nº 225/2010 do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, publicado no Diário da República, 1ª série, nº 182 de 17 de setembro de 2010 (em anexo). Lamenta-se que a comunicação social e a sociedade em geral não tenham sido avisadas desta importante marca.
- 8) Outra sessão deveras interessante e de animado debate foi a dedicada à Literatura e Açorianidade, Homenagem contra o esquecimento a Vasco Pereira da Costa, Cristóvão de Aguiar, Dias de Melo e Daniel de Sá.
- 9) Saliente-se que a cobertura jornalística, na abertura e fecho e durante as sessões, foi das maiores de todos os nove colóquios em Bragança pois além da RTP também a SIC esteve presente, bem como os jornais e rádios locais que entrevistaram inúmeras personalidades presentes e deram destaque à presença de representantes de Macau e de Malaca.
- 10) Na sessão de conclusões se deu conta de que o XV Colóquio marcado para Macau (*Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) da República Popular da China (RPC)* entre 18 e 22 de Abril de 2011 visa conseguir uma forte componente local com a presença de tradutores chineses e autores locais a que se juntará uma comitiva de quinze pessoas já aprovadas pelo IPM (Instituto Politécnico de Macau). Dado que o IPM decidiu apoiar a

estadia e alimentação dos oradores a data da primeira fase de aceitação de oradores que possam beneficiar deste apoio é dia 31 de outubro, desde que aprovados pelos Colóquios da Lusofonia.

- 11) Foi igualmente dado conta de existirem pedidos de realização dos Colóquios na Galiza, Guarda (Portugal), Santa Maria (Açores), Timor-Leste, Madeira e Cabo Verde. Tais pedidos serão analisados e engoiados na certeza de ser possível realizar apenas dois colóquios em cada ano.
- 12) Parecem bem encaminhadas as negociações resultantes do repto que os Colóquios da Lusofonia lançaram à Academia Brasileira de Letras e a todas as outras entidades para apoiarem a imediata inclusão da ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA com o estatuto de observador na CPLP
- 13) A colega Professora Edma Satar (Universidade de Lisboa) coordenadora do Projeto "Lexicopédia" ou Diciopédia Contrastiva da Língua Portuguesa, deu conta dos progressos da mesma, agora numa nova plataforma aberta ao público em geral e englobando terminologia de vários países e regiões. Foi feita uma demonstração das funcionalidades da mesma e solicitado a todos que ainda não fazem parte do grupo de investigadores deste projeto que enviem os termos das suas pesquisas diretamente para EDMA SATAR chilo@fpce.ul.pt ou esatar@fpce.ul.pt e LUCIANO PEREIRA luciano.pereira@ese.ips.pt.
- 14) Foi igualmente anunciado que os primeiros seis números dos CADERNOS DE ESTUDOS AÇORIANOS já se encontram disponíveis nas páginas dos colóquios em <http://www.lusofonias.net/estudos%20e%20cadernos%20a%C3%A7orianos/index.htm> com excertos de obras de Daniel de Sá, Cristóvão de Aguiar, Dias de Melo, Vasco Pereira da Costa, Álvaro de Oliveira e Caetano Valadão Serpa. Estes cadernos servem não apenas de iniciação para aqueles que querem ler autores açorianos mas também de suporte ao **curso AÇORIANIDADES E INSULARIDADES** a ministrar na Universidade do Minho, coordenado pela

colega Prof. Doutora Rosário Girão dos Santos (<http://www.lusofonias.net/estudos%20e%20cadernos%20a%C3%A7orianos/estudos%20a%C3%A7orianos.htm>)

- 15) A obra de escritores açorianos, CRISTÓVÃO DE AGUIAR, DIAS DE MELO, DANIEL DE SÁ, E VASCO PEREIRA DA COSTA, entre outros, está a ser estudada em mestrados e doutoramentos na Universidade de Constança (Constanz), na Roménia, e no Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Faculdade de Novas Filologias da Universidade de Varsóvia, na Polónia, havendo já parcerias com tradutores colaboradores dos colóquios para a tradução da obra "O Passageiro em Transito de Cristóvão de Aguiar) ser traduzido em **ITALIANO, FRANCÊS, ROMENO, POLACO, RUSSO, E BÚLGARO (e possivelmente Esloveno)**. **Espera-se que este trabalho esteja concluído dentro de dois anos, seguindo-se a tradução de Daniel de Sá (O Homem que queria ser Deus) e da poética de VASCO PEREIRA DA COSTA.** Estas traduções serão, posteriormente, editadas naquelas línguas com o apoio do INSTITUTO CAMÕES (Portugal).
- 16) A Professora **Ana Paula Andrade Constância, PIANISTA RESIDENTE DOS COLÓQUIOS** deu conta do estabelecimento de contactos com o IPM para que os concertos em Macau sejam feitos em parceria com orquestras locais.
- 17) O editor Francisco Madruga da Editora calendário de Letras sugeriu que atempadamente fosse notificado dos autores debatidos pelos oradores a fim de poder disponibilizar uma pequena mostra da obra de tais autores citados nos colóquios.
- 18) Malaca Casteleiro sugerira no XIII Colóquio no Brasil em Abril de 2010 que em cooperação com a Academia Brasileira de Letras, Academia Galega da Língua Portuguesa, Universidades, Politécnicos e outras instituições se valorizem as publicações de trabalhos das Atas/Anais, fazendo-se uma Antologia em edição conjunta para diversos países e regiões em formato

de papel, selecionadas por um júri científico a nomear. A seleção foi feita e aguarda-se um orçamento que irá ser enviado a todas as entidades a fim de saber como podem financiar esta edição que se espera serem satisfeitas através das suas parcerias com Universidades, Institutos Politécnicos e Academias.

- 19) Vai tentar-se levar a Macau com o apoio da DRC (Direção Regional das Comunidades) a jovem soprano Raquel Machado que teve uma notável demonstração dos seus dotes vocais no concerto que deu na sessão de abertura com Ana Paula Andrade. Iremos igualmente tentar apoio para levar a Macau, entre outros, o escritor Anthony de Sá e o pesquisador José Carlos Teixeira.
- 20) O projeto do Museu da Lusofonia em Bragança parece definitivamente descartado pela autarquia que não respondeu a nenhuma das nossas solicitações, desde Outubro de 2009, sobre o cronograma e modelo a seguir pelos Colóquios da Lusofonia na sua criação.
- 21) Idêntico projeto para os Açores não será viável a breve trecho segundo informação dada pelo Governo Regional dos Açores aos Colóquios em 2009.
- 22) O IV Prémio Literário da Lusofonia (instituído em 2007 pela Câmara Municipal de Bragança) foi atribuído ao pseudónimo ARIANA SOUZA pelo conto CINESTESIAS.
- 23) Foi DECIDIDO que os Colóquios se convertam, a breve trecho, em uma Associação sem fins lucrativos a fim de poderem concretizar mais parcerias e patrocínios.

Bragança 2 de Outubro de 2010

8. ATAS /ANAIIS

1. ALEXANDRE BANHOS, Fundação Meendinho



ALEXANDRE BANHOS CAMPO é Licenciado em Ciências Políticas e em Sociologia (especialidade de Demografia e Povoação) pela Universidade Complutense. É membro da AGAL desde 1983, ocupando em duas ocasiões, sob a presidência de Maria do Carmo Henríquez, postos no seu Conselho Diretivo.

Tem participado em múltiplos encontros e congressos a ver com a língua, em muitos deles como relator. Desde há 32 anos está comprometido com o ativismo cultural fazendo parte de muitas associações e iniciativas culturais, tendo publicado trabalhos relacionados com estas matérias. É master em Gestom da Formação de Qualidade pela UNED, e especialista em Gestom Económico-financeiro pela USC. Nos anos 2000 a 2005 formou parte da Comissão Geral de Formação Continuada para os Empregados Públicos em todas as administrações e áreas do estado espanhol e da Permanente de dita Comissão, bem como dos órgãos diretivos neste campo da Federação Espanhola de Municípios e Províncias (FEMP). É membro do Comité Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), tendo participado em vários dos seus congressos, e de outros eventos e organismos. Tem também desenvolvido um importante trabalho como professor tanto no campo da formação de empregados públicos como na formação cultural dinamizadora do ativismo cultural que alicerça a consciência nacional e a da pertença a lusofonia. Atualmente preside à Fundação Meendinho.

Tema 2.7 Sobre Mentiras e Enganos: Desmontando as meias verdades, mentiras e enganos, sobre a história do castelhano na Galiza.

TRABALHO NÃO RECEBIDO DENTRO DOS PRAZOS

2. ANA PAULA ANDRADE, PRESIDENTE CONSELHO EXECUTIVO CONSERVATÓRIO REGIONAL DE PONTA DELGADA, AÇORES.



Ana Paula Andrade (1964) - Nasceu em P. Delgada onde concluiu o curso geral de música no Conservatório Regional, tendo tido como professora Margarida Magalhães de Sousa (composição) e Natália Silva (piano).

Em 1987 terminou o curso Superior de Piano no Conservatório Nacional (Lisboa), na classe da professora Melina Rebelo e no ano seguinte o curso superior de composição, tendo sido aluna dos compositores C. Bochmann, Constança Capedeville, Álvaro Salazar e Joly Braga Santos.

Paralelamente estudou órgão na classe do Professor Simões da Hora, tendo realizado o exame do 5º ano.

Estudou três anos no Instituto Gregoriano de Lisboa, frequentando, na classe da Prof.^a Helena Pires de Matos, as disciplinas de Canto Gregoriano e Modalidade.

Em 1989 realizou um concerto de órgão e piano no Conservatório de Toronto, integrado no ciclo de cultura açoriana. Em 1990, participou num concerto na

Universidade S.M.U. (nos estados Unidos), tocando como solista, com orquestra daquela Universidade, o concerto para piano em DóM de Mozart.

Tem realizado diversos concertos a solo ou como acompanhadora de piano e órgão em várias regiões do continente e nas diversas ilhas do arquipélago.

Com a soprano Eulália Mendes realizou um concerto na Expo 98 em Lisboa, integrado no dia comemorativo dos Açores.

Em Janeiro e em Maio de 2006 acompanhou o grupo vocal “Quatro Oitavas” em duas digressões ao Uruguai e ao Brasil a convite da Direção Regional das Comunidades.

Em 2010 foi a pianista convidada dos colóquios para o XIII Colóquio Anual da Lusofonia em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, onde deu um concerto acompanhada da Orquestra (de cordas) da UDESC.

Desde 1989 é professora de Piano e Análise e Técnicas de Composição no Conservatório Regional, desempenhando nos últimos 3 anos o cargo de Presidente do Conselho Executivo do Conservatório de Regional de Música de Ponta Delgada.

É presença habitual nos Colóquios da Lusofonia sendo a pianista residente dos Colóquios.

Integrará a comitiva dos Colóquios a Macau em 2011.

[REALIZOU UM RECITAL DE PIANO acompanhada por Raquel Machado.](#)

3. ANABELA MIMOSO, CEI – EF UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE

HUMANIDADES E TECNOLOGIA PORTO ULHT, PORTUGAL



ANABELA DE BRITO FREITAS MIMOSO é licenciada em História, mestre e doutora em Cultura pela FLUP. Desempenhou cargos na direção de duas associações de Gaia, onde reside: a Associação de Escritores de Gaia e a Confraria Queirosiana. É investigadora de Literatura infantojuvenil e das suas relações com a pedagogia, na Universidade Lusófona.

É diretora da revista ECOS. Além de numerosos artigos de investigação sobre temas de língua e cultura em revistas e jornais, de manuais para o ensino da Língua Portuguesa para os 2º e 3º ciclos, é autora de um razoável número de livros de literatura infantojuvenil:

História de um rio contada por um castanheiro (Porto Ed., 1986);
Era um azul tão verde... (Porto Ed., 1993);
O tesouro da moura (Porto Ed., 1994);
D. Bruxa Gorducha (Porto Editora, 1995 e Gailivro, 2006);
O último período (Âmbar, 2002);
Um sonho à procura de uma bailarina (Âmbar, 2002);
Parabéns, caloirá! (Âmbar, 2003);
Quando nos matam os sonhos (Âmbar, 2005);
O Tesouro do Castelo do Rei (Âmbar, 2006);
Foz Coa: entre céu e rio (Gailivro, 2007);

Traz os olhos cheios de palavras (Âmbar, 2007);

A vida pela metade (Gailivro, 2007);

O cavalo negro (Câmara M. de Gaia, 2008);

As férias do caracol (Novagaia, 2009), entre outros em coautoria.

Aquela palavra mar, (ed. Calendário de Letras 2010)

É membro nomeado do júri do Prémio Literário da Lusofonia em 2010.

Integrará a comitiva dos Colóquios que se desloca a Macau em 2011.

Tema 2.8. Lusofonia e açorianidade: entre o global e os particularismos,

Sob os auspícios dos Colóquios da Lusofonia temos entendido a “lusofonia” enquanto conceito linguístico, abrangendo, portanto, todos os falantes da portuguesa língua (e não só os naturais dos países que a têm como língua materna ou oficial): «A LUSOFONIA tal como nós nos Colóquios a entendemos, diz respeito aos que falam, escrevem e trabalham a língua, independentemente da cor, credo, religião ou nacionalidade».

Em nome de uma lógica que nos diz que é a linguagem que enforma o pensamento, não será despidendo falar numa “literatura lusófona”, ou seja, uma literatura que, para além da língua, tem várias características em comum que lhe permitem ser reconhecida como pertencendo a um todo. No entanto, nestes mesmos Colóquios, também temos vindo a fazer referência a particularidades regionais das várias literaturas nacionais. Ora, fará sentido falar em literaturas particulares, como a açoriana, nesse contexto da lusofonia?

Partindo do conceito de “literatura portuguesa” (a começar pelas teses de Teófilo Braga sobre o “génio nacional”), pretende-se encontrar as características que a distinguem das literaturas dos outros países que falam português.

Pretendemos também, através desse outro conceito de igualdade/alteridade, questionar o conceito de açorianidade, e tentar perceber como é que ele se integra

na lusofonia, bem como equacionar a questão de saber até que ponto as literaturas “regionais” prejudicam/valorizam a aceitação dos autores a elas associadas.

1. *Literatura, literatura lusófona, literatura portuguesa, literatura açoriana*

O conceito de literatura formou-se muito depois de se terem começado a produzir os primeiros textos literários, pelo que podemos dizer que é um conceito relativamente moderno. Acabou por se tornar polissémico, pois tanto diz respeito (pelo menos, desde meados do séc. XVIII) ao *corpus* de textos resultantes da criação literária, ou, como diria o Prof. Vítor Aguiar e Silva, ao «específico fenómeno estético, específica forma de produção de expressão e comunicação artísticas» (1988: 6). A partir do séc. XX passa ainda a designar outras realidades como:

- O conjunto de obras organizadas por ordem temática, com origem ou intenção comum (literatura feminina; literatura de terror);
- A bibliografia existente sobre um determinado assunto;
- Retórica, no sentido de expressão falsa e artificial (sentido depreciativo);
- A própria História da Literatura.

Embora pretendamos utilizar aqui o conceito de literatura apenas no sentido de fenómeno estético, a tarefa nem por isso se afigura simples, já que essa “qualidade estética” não é entendida por todos da mesma maneira.

Nem sempre foi assim. Como diria R. Robin, ainda no tempo «em que Lukács era uma autoridade incontestada no campo da reflexão literária, ou quando os modernistas batalhando contra ele punham a tónica nas estruturas formais, linguísticas, ou na intensidade da expressão, todos sabiam mais ou menos o que representava “a literatura”» (1995: 61). O «rolo compressor da “cultura de massas” contribui em grande medida para abalar a segurança das fronteiras do objeto literário», prossegue o mesmo autor (1995: 61).

Sendo assim, é óbvio que hoje já encontramos «uma literatura, quer pertencente ao círculo alargado quer ao círculo restrito; há agora objetos particulares que têm

cada um a sua forma de se inscrever no literário, de produzir o literário ou de pensar o literário» (*id.* 63).

Na realidade, esta dificuldade em precisar e restringir o conceito de literatura data já do positivismo que aboliu a ideia de “arte”, passando a designar por “literatura” todas as obras impressas ou manuscritas não importa quando, nem por que povo, independentemente de possuírem ou não qualidade estética. Subscrevemos inteiramente as seguintes palavras de Nuno Júdice, quando afirma que «como, apesar de tudo, a Literatura até é feita de textos (contos, romances, poemas, teatro, etc.), progressivamente se foi anulando a diferença entre essas obras e o resto num trabalho sistemático de terraplanagem estética em que acabou por se pôr de lado essa Literatura (peço desculpa pela maiúscula...) para entrar nos territórios minúsculos dos “textículos”, metido no meio de toda uma parafernália paraliterária» (2001: 11-12).

Se bem que Nuno Júdice queira atingir uma certa “crítica” literária, na verdade, acaba por pôr o dedo na ferida, ao denunciar a apropriação do nome de literatura por parte de obras que foram aceites por essa crítica e também pelo público e, mesmo assim, por causa disso ou como causa disso, se bem que vendáveis, estão bem longe de possuir qualidade estética.

Claro que, ao longo deste tempo, houve tentativas para resolver o problema da precisão do conceito. Mas, na verdade, nem o formalismo russo, que considerava a linguagem literária como uma das funções da linguagem, precisamente aquela que está voltada «para o sinal em si mesmo», ou seja, centrada na própria mensagem, o logrou fazer. De facto, o modelo de Jakobson, que parte de fatores de natureza comunicativa levanta muitas dúvidas e dificuldades de ordem teórica e carece de rigor científico.

É evidente que hoje se torna difícil defender uma ideia essencialista de literatura que acabe com a necessidade de definir o que é essa “qualidade estética”. A estética da receção defende que é a comunidade que transforma os textos em literatura. Aguiar e Silva esclarece: «A literatura *strictu sensu*, ou “literatura” sem qualquer modificador, é entendida como a “literatura superior”, a “literatura elevada” ou a

“literatura canonizada”, isto é, aquele conjunto de obras consideradas como esteticamente valiosas pelo “milieu” literário – escritores, críticos, professores, etc. – e aceites pela comunidade como parte viva, fecunda e imperecível da sua herança cultural» (1989: 114).

Ora, nem por isso se torna mais simples delimitar o campo do literário e, mais grave ainda, é que o desempenho desta tarefa por parte da comunidade é, em certa medida perigosa, pois, como vimos, o “milieu” literário não é imune às influências do mercado, aos *lobbies* das editoras, da imprensa da especialidade, etc.

Ao mesmo tempo isto acontece quando a Escola, sobretudo devido às alterações dos programas, está a perder o importante papel que tinha de organizar a leitura, a descodificação, a canonização do literário. Infelizmente, pensamos nós.

Por isso mesmo, não é de estranhar quando Carlos Reis afirma, em *O Conhecimento da Literatura*, que «qualquer reflexão preambular sobre a literatura e a sua existência enfrenta, de início, a questão de saber se é possível (ou até que ponto é possível) estabelecer fronteiras que delimitam o fenómeno literário; ou por outras palavras, indagar o que cabe e o que não cabe dentro do campo literário» (2001: 19 – sublinhado do autor). Imediatamente reconhece que essas fronteiras são «algo fluidas» (21), na medida em que, por exemplo, há textos que comungam das duas naturezas (literários e não literários, como por exemplo as crónicas, algumas, pelo menos), outros que, ao longo dos tempos, foram considerados, numa época, como literários, noutra, foram completamente desvalorizados ou esquecidos. Tarefa difícil e inglória, portanto, a de delimitar essas fronteiras.

Entre essas «fronteiras algo fluidas» estão as fronteiras de uma literatura nacional. Ora, se não há consenso em relação à definição de literatura, mais difícil ainda é definir uma literatura adjetivada. Por outro lado, percebemos que os limites de uma literatura nacional terão de ser sempre estabelecidos em relação a outra literatura nacional.

Questões como as que se levantam ao perguntarmos quando se autonomiza uma literatura nacional (ex.: a brasileira, a cabo-verdiana, etc. em relação à literatura

portuguesa); que escritores cabem na designação de escritores dessa nova literatura (se todos os nados no novo país independente; se todos os que nasceram naquele espaço, em qualquer tempo; se apenas os nados e criados nele, ou se todos aqueles que se identificam com a sua cultura, independentemente do lugar onde nasceram...); os naturais que se exprimem na língua materna, ou pelo contrário, os que se exprimem na língua oficial do país (nesse caso, qual será então o espaço para o escritores bilingues), etc. Como se vê, são muitas as questões que se levantam aqui também. É natural pensar que a autonomização não seja abrupta, nem em termos de tempo, nem em termos temáticos/ideológicos, pelo que haverá sempre algo de comum entre ambas as literaturas (a portuguesa e a que dela saiu), umas mais persistentes que outras.

Mas as respostas não são unânimes, por um lado, e por outro, é um trabalho em construção este de caracterizar as novas literaturas em língua portuguesa que só o tempo poderá resolver pelo que está longe de estar completo. Em todo o caso, não é fácil delimitar o campo das literaturas nacionais: as fronteiras serão sempre fluidas.

Mas, no mundo globalizado em que vivemos, haverá necessidade de delimitar esse campo? Acaso não será mais importante uma obra universal do que uma nacional? Recentemente (JL, 30 de Junho a 13 de Julho de 2010), Miguel Real perfilhou esta ideia, num artigo de homenagem a Saramago, ao referir que «a superior característica nova dos atuais romances portugueses consiste justamente no seu cosmopolitismo, ou, dito de outro modo, não são escritos exclusivamente para o público português com fundamento na realidade nacional, mas, diferentemente, destinam-se a um público universal e a um leitor único, mundial, ecuménico» (p. 11).

Daqui se depreende que uma literatura universal é bem mais importante do que uma nacional, o que é incontestável, pelo menos em termos de número de público, donde a “nacionalização” da literatura é perigosa para essa mesma literatura, pois, não só limita o número de leitores, como pode mesmo restringir a compreensão, o acesso de outros potenciais leitores. Aliás, é importante perceber que as literaturas nacionais constituíram-se a partir da literatura universal e não o contrário.

Ora, por uma questão de lógica, qualquer literatura regional será necessariamente menos importante, mais restrita, menos “universal”, portanto, do que a nacional. Lembremos, a propósito, o estigma que recai(u) sobre Aquilino Ribeiro quando uma certa crítica (mormente a ligada à revista *Brotéria*) o considerava um escritor provinciano, com intuito pejorativo, e, em sequência deste facto, a sua obra desprovida de universalidade, interessante apenas do ponto de vista da curiosidade.

À luz desta lógica, seria mais produtivo lutar pela existência de uma literatura lusófona do que pela delimitação dessas literaturas em literaturas nacionais (portuguesa, brasileira, guineense, cabo-verdiana, angolana, moçambicana, são-tomense, timorense). Do mesmo ponto de vista é também mais profícua essa luta do que pugnar pela constituição de um *corpus* literário regional, dêmos-lhe nós o nome de literatura açoriana, ou de feição açoriana, o que é a mesma realidade.

Analisemos o problema não como um fenómeno estritamente literário, logo, cultural, mas num contexto mais vasto, o da nossa própria identidade não só cultural, mas também pessoal.

2. Identidade/alteridade

Apesar de a intimidade ter começado a esboçar-se a partir do Renascimento, é no séc. XIX que se torna mais premente, sobretudo entre a burguesia, a crise de identidade, que se revela na busca de um melhor conhecimento de si, visível na proliferação de diários íntimos, de poemas confessionais, narcísicos e obcecantes, do retrato... Pode dizer-se que o alargamento do conhecimento do mundo (através da facilidade de viajar que o comboio e o barco a vapor proporcionam e a vulgarização da imprensa oferece), ou seja, o maior conhecimento dos outros, obriga o indivíduo a escolher, a constituir-se como sujeito, a ter imagens de si mesmo, e é «a imagem de si mesmo a matéria-prima da construção identitária» (Kaufmann; 2005: 63).

A globalização, ao implicar cada vez mais alterações nos padrões de produção e consumo, produz identidades novas, na medida em que os fenómenos económicos interagem com os fenómenos culturais. Quer dizer, a pressão exercida no sentido da homogeneidade cultural produz resultados diferentes em termos de identidade cultural. De facto, a acentuação do controlo social sobre o indivíduo levou à emergência da questão da identidade, à procura identitária, na medida em que o obrigou a autodefinir-se. Pode assim dizer-se que a identidade funciona no sentido inverso da globalização, do universal.

É fácil de provar esta ideia, com uma realidade bem próxima de nós, como Woodward explica: «Ao mesmo tempo que há a reafirmação de uma nova “identidade europeia” por meio do pertencimento à União Europeia, travam-se lutas pelo reconhecimento de identidades étnicas no interior dos antigos estados-nação, tais como a antiga Jugoslávia. Para lidar com a fragmentação do presente algumas comunidades buscam retornar a um passado perdido» (2009: 23). Os movimentos nacionalistas buscam, assim, «a validação do passado em termos de território, cultura e local» (2009: 27).

Uma conceção mais alargada e consensual de identidade cultural não a encara apenas como a herança de um passado, mas, embora não a negando, defende que ela implica também uma reconstrução e uma reinvenção constantes, que não poder ser feita de modo homogéneo, até porque a construção da identidade não se faz só a nível local mas também a nível pessoal.

Tal como uma literatura nacional se define por oposição a outra, também uma identidade se define por oposição a outra identidade, ou seja, pela alteridade. Este facto está bem patente nos movimentos sociais que combatem pela afirmação da identidade cultural de grupos oprimidos, marginalizados, sejam minorias religiosas, sejam minorias étnicas ou raciais ou de orientação sexual.

Curiosamente, também as transformações económicas e socioculturais recentes têm produzido crises de identidade, porque as estruturas tradicionais de pertencimento foram alteradas. Por isso mesmo, se afirma que a identidade está em construção. Ou seja, dito de outra maneira, como verificou o filósofo J. Heleno, é

«inegável que a interação entre local e global contribui decisivamente para aquilo que Giddens chama de “transformação da intimidade”, já que, pela primeira vez na história do homem, a relação mútua entre o *self* e a sociedade se faz à escala global» (2003: 73).

Se bem que este autor tenha analisado a identidade pessoal do ponto de vista filosófico, que não nos interessa aqui, não deixa de constatar que esta se coloca e «faz sentido porque somos *seres no mundo* ainda antes de sermos ou pensarmos a identidade pessoal» (2003: 30). Aliás esta ideia de pensarmos a identidade considerando sempre a alteridade não é novidade, pois já Sócrates reconhecia que via o seu olho refletido no olho do outro, ou, dito de outra maneira, «se sou um ser no mundo é inegável que apenas posso ser eu entre outros eus» (cit. pelo mesmo autor: 59).

Logo, identidade e alteridade não podem ser separadas: «perguntar quem eu sou só tem sentido porque, de imediato, pretendo relacionar-me ou distinguir-me dos outros», continua Heleno (2003: 76), pelo que, a construção da identidade implica um “sentido de pertença” a si mesmo, ao grupo, à sociedade, à nação (Heleno), situando-se o *eu* em função dos outros, em diálogo com eles: «na verdade ao pertencer a mim mesmo ou a um grupo excluo aquilo que eu não sou, não quero ser e, no limite, excluo outras formas de pensar e de sentir» (2003: 77).

Sabemos que também Freud tinha chegado à mesma conclusão ao anunciar que o *ego* se tinha de defrontar com dois “territórios estranhos”: «o interno (o recalcado) e o externo (a própria realidade)» (cit. por Heleno; 2003: 48). Isso era tão importante que essas “invasões” do externo são mesmo capazes de modificar a perceção do mundo e a perceção que o *ego* tem de si mesmo (Heleno: 48).

Paradoxalmente, é ao possuir identidade que o indivíduo se torna igual aos outros, por um mecanismo de identificação. Desta maneira, são os outros, principalmente os que estão mais próximo de nós, bem como os nossos objetos pessoais, os lugares em que vivemos... que nos definem (Heleno; 2003: 80). Bourdieu (1984) atribuiria essencialmente ao *habitus* a responsabilidade das escolhas e preferências que os indivíduos fazem, numa inter-relação entre a classe

social a que cada um pertence e o seu gosto pessoal, possibilitando-se assim a construção da identidade.

Ora, a «complexidade da vida moderna exige que assumamos diferentes identidades, mas essas diferentes identidades podem estar em conflito», escreve Woodward (2009: 31). Ser um “bom pai”, quer dizer, apoiar e estar disponível para o filho, choca com o desejo de ser um executivo de sucesso, empenhado e ambicioso. Mas para além de pai e de executivo, o mesmo indivíduo é vizinho, membro de um partido, de um clube, tem uma determinada nacionalidade que pode ou não beneficiar os seus negócios, etc.. Nem sempre é fácil este convívio. Há que hierarquizar, estabelecer prioridades, ceder, alterar, reinventar.

Ora, esta influência da sociedade na construção da identidade leva a que alguns estudiosos, como Clément Rosset, recusem a distinção entre identidade pessoal e identidade social, afirmando que “a única identidade é a social e é ela que é responsável pela criação da “ilusão” da identidade pessoal” (Heleno; 2003: 84). Na verdade, o *eu* não conseguiria sozinho construir a noção de identidade pessoal. São, assim, os olhos dos outros que moldam a construção da nossa identidade.

Este facto está bem patente em Dubar, quando afirma: «às primeiras formas identitárias, as mais antigas e até ancestrais, vou chamar formas comunitárias. Estas formas supõem a crença na existência de *grupos chamados “comunidades” considerados como sistemas de lugares e nomes predeterminados aos indivíduos que se reproduzem de forma idêntica através de gerações...* às mais recentes e até em emergência vou chamar formas societárias. Elas supõem a existência de *coletivos múltiplos, variáveis, efêmeros, aos quais os indivíduos aderem durante períodos limitados e que lhes fornecem as fontes de identificação que eles gerem de maneira diversa e provisória*» (2006: 10 – sublinhado do autor).

Facilmente se identificam como formas comunitárias as nações, as etnias, as culturas e como societárias as familiares, religiosas, profissionais, políticas, etc.. Estas duas formas sociais põem em jogo a dupla identificação - para o outro e para si -, embora cada uma delas o faça de maneira diferente, pelo que se pode concluir que existem «várias maneiras de construir identificações de si próprio e dos outros,

vários modos de construção da subjetividade, ao mesmo tempo social e psíquica, que podem ser muitas combinações das formas identitárias inicialmente definidas», conclui Dubar (2006: 149). Quer isto dizer que «ou uma pessoa, no fim da sua socialização primária, se define (ou é definida) primeiro pelo seu grupo cultural, a sua comunidade de origem: ela é identificada por traços físicos ou linguísticos, marcas identitárias culturais (estigmatizadas ou estigmatizáveis). Ou se define (é definida) primeiro pelo seu papel profissional, o seu estatuto social» (*ib.*). Obviamente que qualquer indivíduo constrói identidades para si que podem estar ou não de acordo com estas, que podem ser mais ou menos coincidentes com a identidade atribuída pelos outros, identificando-se ou distanciando-se mais ou menos do “grupo”. Kaufmann diria que «a modernidade caracteriza-se pelo facto do indivíduo já não estar estritamente sujeito a papéis impostos» (2005: 66).

3. *Literatura universal/lusófona/portuguesa/açoriana*

Como relacionar a construção da identidade com a nacionalização ou regionalização da literatura?

Prado Coelho afirma que «o método óbvio para a definição duma literatura nacional consiste em compará-la com as outras literaturas nacionais» (1992: 11). Segundo Teófilo Braga, a literatura portuguesa ter-se-á diferenciado devido ao “génio nacional”, produto da ascendência céltica desse povo e à sua localização atlântica. Na verdade, estes argumentos étnico/raciais não eram novos, já que, anteriormente, Oliveira Martins, pela década de 70 do século XIX, os tinha abordado. «Mas Martins admitia a presença de certos traços no carácter português, que apresentava como *célticos*, ligados a alguma continuidade entre lusitanos e portugueses» (Sobral; 2004: 258), enquanto Teófilo combina os fatores étnicos com os geográficos. Portugal deveria a sua especificidade cultural e a sua unificação política ao facto de não ter sido muito influenciada, na sua formação, pelo domínio de sangue semita — de fenícios, cartagineses, árabes e judeus, ao contrário de Espanha.

Desde então, vários historiadores, geógrafos, antropologistas, filósofos... se têm debruçado sobre a especificidade da cultura portuguesa e, embora com algumas particularidades, todos eles salientam a importância da nossa posição geográfica e as vicissitudes da nossa história na construção desse “modo diferente de ser europeu”.

Claro que a necessidade e o esforço de aproximação ao mundo, sobretudo à União Europeia, vão modificando estas singularidades. Prado Coelho, embora não desconhecendo que a identidade cultural de uma nação não é estática, mas mutável e dinâmica, apontou algumas características que poderão ser encontradas em textos literários portugueses, com mais ou menos incidência e com ocorrências aleatórias. O chamado “modo português de amar” (que não passou despercebido a muitos autores clássicos, mesmo de outras nacionalidades, como Cervantes ou Maria de Zayas - dois exemplos ao acaso); a identificação do amor com o sofrimento; o lirismo saudosos; a ironia e a sátira; o misticismo; o fatalismo e o sebastianismo são algumas dessas características (veja-se P. Coelho) perfeitamente consensuais.

Ora, não se pode perder de vista o facto de que cada literatura nacional é apenas uma variante do universal, se bem que não se saiba muito bem o que é “literatura universal” (*ib.*). Do mesmo modo não se sabe bem o que é “literatura lusófona”. É um facto que a literatura, num passado não muito distante, servia para apoiar privilegiadamente o ensino da língua, não só porque nela se encontram os textos que são considerados linguisticamente normativos, como também porque eles são a base, o repositório, de uma identidade cultural que se pretende transmitir. Não admira, portanto, que, quando hoje se fala em “literatura lusófona”, seja precisamente a língua que autoriza o modificador. Na verdade, afigura-se-nos mais correto falar antes em “literaturas lusófonas”, querendo com isso designar as “literaturas nacionais” que utilizam a língua portuguesa.

Legítima esta correlação com a língua, uma vez que «o sentimento/ consciência da nacionalidade apoia-se numa rede de referências mentais, constantes da linguagem oral ou escrita, e particularmente da literária» (1992: 13), notaria o mesmo P. Coelho. O que quer dizer que, para além da língua, deverá haver características

comuns a essas literaturas lusófonas. Não cabe no âmbito deste trabalho o estabelecimento das características comuns a essas literaturas (trabalho de investigação que ainda não está feito), mas é óbvio que elas começaram a constituir-se por oposição à literatura portuguesa, no entanto, parece-nos pacífico considerar que não será erro dizer que as características geográficas, étnicas e as vicissitudes da história terão moldado assim cada uma das outras literaturas lusófonas. Do mesmo modo se poderá definir a identidade da literatura açoriana.

4. Conclusão

Segundo Pascal, «uma cidade, um campo, são de longe uma cidade, um campo; mas à medida que nos aproximamos, são casas, árvores, telhas, folhas, ervas, formigas, patas de formigas, até ao infinito. Tudo se engloba no nome de campo» (*Pensée*, § 115-65; cit. por Heleno; 2003: 154)., o que significa que, em última análise a identidade depende do ponto de vista, depende do outro. Por outro lado, a identidade não se reduz ao desempenho de um único papel, por isso, pode ser-se açoriano, português e lusófono ou cidadão do mundo. Assim, a açorianidade, tal como a portugalidade ou a lusofonia será apenas uma identidade particular, verificada num dado momento, num aspeto particular. Na construção da sua identidade, o indivíduo formou essa imagem de si mesmo numa gama de outras possíveis.

Quando se assume enquanto membro de uma comunidade, ele mostra um desejo de aceitação por parte dela, do mesmo modo que ao demarcar-se dela, ao marginalizar-se, mostra um desejo de abarcar outras identificações.

É a imagem que o indivíduo pretende ter de si mesmo que o leva à escolha livre dos papéis que deseja desempenhar. O seu ego condu-lo na escolha do papel de que ele pensa vir a tirar alguma satisfação, seja por se identificar com um determinado grupo dominante, seja por se diferenciar desse grupo. A sua memória emocional condu-lo eficazmente nesse caminho. No entanto, ao mesmo tempo, pesa

ainda na direção dessa ação o contexto social: o modo como os outros me veem que faz com que eu seja aceite por eles ou não.

Estas duas facetas nem sempre pesam de igual maneira, às vezes entram em complexas combinações. Por outro lado, elas não estão sempre presentes, pois podem muito bem ser ignoradas.

Tudo se passa como num jogo entre as normas associadas aos papéis e a memória pessoal dos reflexos registada sob a forma de esquemas de si, donde o indivíduo é sempre o centro de regulação da sua própria ação, sem deixar, obviamente, de estar inserido num determinado contexto social (Kaufmann: 68).

Assim, quando um autor se assume como pertencente a uma certa comunidade (país, nação ou região) fá-lo por imperativos pessoais, conscientes e inconscientes, que estabelecem uma ligação com a comunidade, seja de identificação/integração ou, pelo contrário, de afastamento/marginalização (2). Por sua vez, quando a comunidade, nacional ou regional, integra um determinado autor, mostra em relação a ele uma aceitação mais ou menos geral. Quer isto dizer que ao atribuir a Saramago um vincado universalismo se está a valorizá-lo, mas quando se atribui a Aquilino um pendor regionalista se está a apoucá-lo.

Desta maneira a regionalização de um autor, sobretudo se assumida pela comunidade mais abrangente (o continente, o país), será sempre um modo de marginalização. João de Melo, Dias de Melo, Cristóvão de Aguiar serão sempre marginalizados pela imprensa nacional, se esta os considerar como “escritores açorianos”, quer dizer, se os considerar como autores apenas válidos para uma certa região, não válidos para todo o país, muito embora essa mesma pertença à região possa ser uma questão essencial de integração para eles próprios, se escolhida e assumida por eles. Que um jornal local reivindique como “regional” um certo autor, essa reivindicação é encarada valorativamente. Por exemplo, se um jornal ribatejano reivindicar Saramago como ribatejano, é uma afirmação de orgulho, pois diz respeito à naturalidade do autor. Nenhum jornal nacional o nomeará “escritor ribatejano”, a não ser se for hostil a Saramago, pois é na afirmação da sua nacionalidade, é na

afirmação da aceitação que ele pertence ao grupo/nação, que o grupo/nação de identifica com ele, que mostra assim o seu orgulho na figura deste escritor.

Do mesmo modo acontece quando a região coincide com nação. Um escritor “galego” nunca terá a aceitação da imprensa nacional, da imprensa castelhana, enquanto escritor espanhol. Ele será sempre e apenas uma especificidade, um “escritor regional”. Mas com que orgulho e prazer ele não se aceita assim, os seus pares não o aceitam assim! Para ele a identificação “galega” marca a marginalização, o afastamento/oposição à outra, à castelhana.

De um modo idêntico, talvez de uma maneira objetivamente menos vincada, um escritor cabo-verdiano, será também encarado como um escritor regional pelos restantes países lusófonos, se a comunidade cabo-verdiana e até mesmo a portuguesa, a angolana, a brasileira, etc., o não assumir como escritor lusófono, ou como se diz mais vulgarmente, como escritor de língua portuguesa. Quantos leitores portugueses saberão que Mia Couto é Moçambicano, Germano de Almeida é cabo-verdiano ou que Agualusa é angolano e não os pensam simplesmente portugueses? Quantos sabiam/sabem (agora mais pois, a propósito das comemorações do centenário da República, muito se fala nele) que Teófilo Braga é açoriano, micaelense? Por que razão nunca se ouviu falar em escritores lisboenses, como escritores regionais? Só o periférico à capital é regional? De facto, existe sempre, de uma maneira mais ou menos consciente, a ideia de apoucamento sempre que se fala em regionalismos. Não pertencem os regionalismos da linguagem à linguagem popular, por oposição à corrente, logo a uma linguagem desclassificada?

Cremos que ao falarmos em escritores açorianos, passados ou presentes (e há tantos), só o devemos fazer de uma perspetiva interna, quer dizer, enquanto membros do mesmo grupo (enquanto açorianos, portanto, ou pelo menos, enquanto admiradores da cultura açoriana, logo, com identificações com o grupo) e, do mesmo modo, como tributo e orgulho nessa identificação comum. Mas precisamente enquanto admiradores dela e enquanto membros de comunidades maiores, mais englobantes, a portuguesa, a lusófona, devemo-nos debater para que esses escritores sejam apenas “portugueses”, ou melhor, escritores de língua portuguesa.

Notas:

1. Aliás, foram os Estados que começaram a preocupar-se com as identidades individuais, muito antes ainda da maioria dos indivíduos se preocuparem com isso (Kaufmann; 2005). Fizeram-no, naturalmente, através dos registos (de nascimentos, do batismo, da morte...). Daí os bilhetes de identidade, nossa primeira identificação, a “institucionalizada”, por assim dizer, a que nos marca como cidadãos de um país, por oposição ao cidadão de outro país

2. Daí a necessidade que os emigrantes têm de se distanciar da sua nação/região de origem, associadas as memórias de perseguição, fome..., enquanto procuram identificar-se com o outro, aproximar-se dele, enquanto identificação para si, enquanto imagem de sucesso.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. (1984). *Distinction: a social critique of judgement of taste*. Cambridge: Harvard U.P.
- COELHO, J. P. (1992). *A originalidade da literatura portuguesa*. Lisboa: ICLP.
- DUBAR, C. (2006). *A crise das identidades. A interpretação de uma mutação*. Porto: Ed. Afrontamento.
- HELENO, J. M. (2003). *Identidade Pessoal*. Lisboa: Instituto Piaget.
- JÚDICE, N. (2001). *Tradição, cânone e estudos literários. Cadernos de Literatura Comparada*. Dez. 2000. Porto: Granito Ed. e Liv.
- KAUFMANN, J-C. (2005). *A invenção de si. Uma Teoria da Identidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- REAL, M. (2010). A herança do escritor. *JL*. 1037. 30 de Junho a 13 de Julho
- REIS, C. (2001). *O conhecimento da Literatura. Introdução aos estudos literários*. Coimbra: Almedina.
- ROBIN, R (1995). *Extensão e incerteza da noção de literatura. Teoria literária*. Lisboa: Dom Quixote.
- SILVA, V.A. (1988). *Teoria da Literatura*. Coimbra: Almedina.

SOBRAL, J. M. (2004). O Norte, o Sul, a raça, a nação — representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX). *Análise Social*, vol. XXXIX (171), p. 255-284.

WOODWARD, K. (2009). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.

4. ANABELA NAIÁ SARDO, ESCOLA SUPERIOR DE TURISMO E HOTELARIA, UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA. PORTUGAL



ANABELA OLIVEIRA DA NAIÁ SARDO é licenciada em Ensino de Português e Francês, mestre em Estudos Portugueses e doutoranda em Literatura Portuguesa na Universidade de Aveiro.

Docente do Ensino Superior Politécnico desde 1991, começou a lecionar no Instituto Politécnico da Guarda, na Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto. É, atualmente, Diretora da Escola Superior de Turismo e Hotelaria deste Instituto, onde lecionava desde o ano 2000 e tinha sido, também, durante quatro anos, Presidente do Conselho Técnico-Científico dessa Escola.

Para além da investigação que está a realizar acerca da obra da escritora Ana Teresa Pereira, também faz alguma pesquisa ao nível do turismo literário, um

turismo de nicho em franca expansão em alguns países europeus, bem como noutros de continentes diferentes.

Tema 1: OS ANJOS E OUTRAS TEMÁTICAS RECORRENTES NA OBRA DE ANA TERESA PEREIRA

O objetivo principal deste artigo, no âmbito do 14º Colóquio Anual da Lusofonia, é aflorar algumas das temáticas recorrentes na obra da escritora madeirense Ana Teresa Pereira, especificamente nos seus livros *Num Lugar Solitário*, *A Noite Mais Escura da Alma*, *Se Eu Morrer Antes de Acordar*, *Fairy Tales*, *A Coisa que Eu Sou*, *As Rosas Mortas* e *O Rosto de Deus*.

Duarte Pinheiro, no II capítulo da sua tese de doutoramento *Além-sombras: Ana Teresa Pereira* (2010), percorre tematicamente a obra da escritora funchalense, como o próprio afirma, refletindo sobre aqueles que são os dois grandes temas das narrativas desta autora, indispensáveis para compreender a complexidade do seu pensamento: a identidade e a solidão. Na opinião fundamentada deste investigador, estes temas estão “inteiramente relacionados com as personagens das suas histórias, e ainda interligados de forma recíproca e mútua” (Pinheiro, 2010: 297).

A par destes tópicos fundamentais aponte-se, igualmente, o do Amor, recorrente no universo obsessivo de Ana Teresa Pereira. São, também, assuntos recorrentes nas narrativas desta autora, a paixão pela Arte, em geral, e pela Literatura, em particular. A sua afeição estende-se à Natureza e apresenta uma peculiar visão da Mulher, bem como uma obsessão pelos Anjos e a crença na relatividade das coisas visíveis.

Dos seus livros se pode dizer que, o que neles se pensa se está sentindo. O Eu não se objetiva em situações convencionais e as palavras não chegam para revelar a Vida. Só parcialmente o fazem. Expressar a existência que nos singulariza implica uma depuração constante da linguagem para que a palavra se abeira da verdade. Aproximar-se da linguagem que não atraiçoa surge como um desejo na obra desta

escritora, que procura ultrapassar a linguagem da razão, embebendo-a de emotividade, tentando acercar-se do que está para além do visível.

Há, nos livros de Ana Teresa Pereira, um excesso do Eu onde a palavra não chega e só é acessível à Arte, que não explica, antes metamorfoseia as emoções através de símbolos, abrindo espaço ao silêncio. A Arte (a Literatura, a Música, a Pintura e o Cinema) torna-se, nestes textos, a voz das profundezas, anunciando um sentir radical no eco de uma memória perdida.

No livro *Num Lugar Solitário*, editado em 1996, assomam, logo no capítulo I da primeira parte, praticamente todas as obsessões da autora, para além da presença dos anjos, o que anuncia, *ab initio*, a vontade de ir para além do visível. Aí, podemos já encontrar, para além de Tom, a *Personagem* das narrativas de Ana Teresa Pereira, outras figuras estranhas, fisicamente parecidas, com uma “beleza sombria” (Pereira, 1996a: 17) que procuram “interpretar todos os papéis” (Pereira, 1996a: 17) e “ser tantas coisas para tantas pessoas” (Pereira, 1996a: 15). Recorrente, também, é o espaço, “a casa (a sua, junto ao mar) e o quarto com as paredes forradas de livros” (Pereira, 1996a: 15), numa “ilha” (Pereira, 1996a: 16). E a chuva, o silêncio, a solidão, as telas e a vontade de “falar das situações através de filmes, de histórias (...) falar de filmes, de quadros, de livros” (Pereira, 1996a: 18):

(...) — O que há atrás das imagens, das palavras, das narrativas?

— Nada. É esse o material de que sou feito. Suponho que mesmo a minha infância... a minha memória... é feita disso: de gravuras, de filmes a preto e branco, de livros.

Mulheres, pássaros; um anjo esquecido; Humphrey Bogart acendendo um cigarro; Ingrid Bergman descalça com flores no cabelo; (...). (Pereira, 1996a: 18).

Num Lugar Solitário inicia-se com uma citação preliminar de um verso de Rainier Maria Rilke, um dos poetas de eleição da escritora: “Sou eu, não tenhas medo. Pois não ouves quebrar de encontro a ti a ressaca de todos os meus sonhos” (Pereira, 1996a: 9). O prólogo refere e cita, novamente, Rilke e aparece datado, à semelhança

das partes que compõem o livro, registando o dia 31 de Dezembro (dia da passagem de ano/ passagem para outro lado?). Consta do seguinte poema:

As asas dos anjos

Rilke: ‘ todo o anjo é terrível’

a capela ... como um ventre

uma terrível claustrofobia

rezar aqui é dissolver-se

as asas penugentas dos anjos

branco, um pouco de cinzento

quase invisível, o rosto terrífico de um anjo

manchas brancas e cinzentas

formas indiscerníveis

mas há algo lá dentro

depois, começa-se a pressentir que não há nada

o branco, o vazio

a figura humana como se destaca da parede

a mão procura algo no bolso

uma caixa de fósforos

a mão, a chama débil, aproximam-se da tela

duma asa penugenta

um grito rouco

Nunca Mais (Pereira, 1996a: 11).

Como afirma Helena Neves, “em todas as épocas os anjos atravessam a literatura profana numa relação de fascínio. Anjos celestes, anjos caídos, anjos de morte e símbolos e metáforas de anjos” (Neves, 2003: 107). Na opinião desta autora, no século XX, os anjos “ficam cada vez mais alheios à função que lhes deu a existência” (Neves, 2003:108). E é neste âmbito que recorda Rilke na *Primeira das Elegias de Duíno*, escritas de 1912 a 1922: “Todo o Anjo é terrível. Por isso me contenho e engulo o apelo/deste solução obscuro. Ai de nós, mas quem nos poderá

valer?” (Rilke, 1993: 29, citado por Neves, 2003: 108). Na literatura, os anjos aparecem insistentemente a partir do século XIX, especialmente ao nível da poesia. No caso de algumas autoras estrangeiras (por exemplo Elisabeth Barrett Browning, Emily Dickinson e, mais recentemente, a poetisa e romancista alemã Ulla Hahn), a sua escrita revela-se “como uma terra naturalmente acolhedora de anjos”, como escreve Helena Neves (2003: 110), o mesmo se passando em relação a algumas escritoras portuguesas das quais recorda Natália Correia ou Teresa Horta.

A partir de *Num Lugar Solitário*, a escrita de Ana Teresa Pereira torna-se num território de atração fatal dos anjos. Estes passam mesmo a ser uma obsessão da autora, merecendo uma atenção particular por pairarem constantemente ao longo de muitos dos seus livros.

Em Ana Teresa Pereira, a presença dos anjos reitera a sua crença na existência de todas as “realidades” e parte de uma leitura muito peculiar de textos de fontes diversas, como *A Bíblia*, mas também das escrituras rabínicas, como *A Cabala*, por exemplo, ou de outros livros apócrifos, que são aqueles que as suas personagens leem. Veja-se, por exemplo, esta passagem do seu livro, editado 1998, *A Noite Mais Escura da Alma*: “Mais tarde fizera-a ler textos do *Antigo Testamento*, S. Paulo (‘o primeiro dos heréticos’), os textos apócrifos (gostavam muito os dois do *Livro de Enoch*, da história dos anjos...)” (Pereira, 1998b: 120).

O *Livro de Enoch*¹, que aparece expressamente referido em mais do que um dos livros da autora, surge como fonte de inspiração, na medida em que, nesse livro, se mencionam nomes de anjos e se conta a história dos anjos caídos, outro conceito obsessivo na obra pereiriana.

À imagem de anjo, que aparece sempre como ser ambivalente, ligam-se outros tópicos fundamentais que condicionam os livros posteriores: um certo tipo de personagens, a ligação à Natureza, vista como fonte de todos os conhecimentos, o gosto pelo silêncio, pela Poesia e pela Música e um conceito panteísta do Universo. Notemos uma passagem significativa de *A Noite Mais Escura da Alma*:

Davam longos passeios pelo jardim. Ele dizia-lhe o nome das plantas, o nome dos pássaros... (...)

Deitavam-se na relva a olhar o céu (...) passavam horas a observar o movimento da sombra no relógio de sol e por vezes, no silêncio da capela, ele murmurava-lhe um poema (como se rezasse).

À noite mostrava-lhe os astros, dizia os seus nomes, contava os seus segredos (...) o silêncio era misterioso, como o silêncio numa igreja, no momento da epifania. (...)

Nunca falava em Deus mas em deuses, e sugeria-lhe que o mundo estava cheio de seres invisíveis... (Pereira, 1998b: 119).

É interessante notar que os conceitos expressos, na ficção de Ana Teresa Pereira, partem de todas as leituras possíveis, não só das tidas como sagradas, bíblicas ou apócrifas, mas também das ficcionais. Os seus anjos, por exemplo, são os dos livros sagrados, mas têm também muito a ver, como já aludimos, com os de poetas e escritores, como Rilke ou Balzac, por exemplo, ou ainda com os dos pintores (recorde-se, por exemplo, as alusões que faz ao pintor expressionista suíço Paul Klee). Ana Teresa Pereira parece ler tudo sem preconceitos ou discriminações tal como as suas personagens, para quem a leitura se revela como uma grande paixão e uma aventura no desconhecido: “Tom deixava-a vaguear pela biblioteca, como Alice, não se importando com o que pudesse encontrar...” (Pereira, 1998b: 119).

Este interesse pelos anjos está de acordo com o que se vinha verificando nas últimas décadas do século XX e que culminou na proliferação de uma grande quantidade de livros, filmes, programas televisivos e espetáculos teatrais, música “angelical”, etc. A este fascínio pelos seres etéreos não ficam indiferentes as personagens das narrativas desta escritora que procuram combater a sensação de vazio, com uma espécie de envolvimento místico e a procura de uma transcendência

1 O *Livro de Enoch* é constituído por vários livros, considerados apócrifos, pois não fazem parte dos chamados livros sagrados das Escrituras. Os livros de Enoch, grande patriarca hebreu,

encontram-se na *Pseudoepígrafia* que contém outros livros apócrifos com pormenores sobre a Criação que não se encontram na *Bíblia*.

interior. Esta atitude das personagens parece, por um lado, estar de acordo com a época em que a autora começou a escrever (a partir de 1989), com o ambiente que se vivia e que envolvia o fim de um Século, de um Milénio e, também, de uma Era, na qual, segundo diversos autores, a Humanidade enfrentava um renascer místico e espiritual, a consciência coletiva começava a vislumbrar centelhas de luz no seu interior, esperando receber uma herança espiritual que era o reconhecimento da sua natureza cósmica e de tudo o que ela abarca. Nesta odisseia transcendental, os anjos seriam os guias celestiais da Humanidade que estaria, lentamente, despertando de um sono de dois milénios.

Contudo, é preciso não esquecer que, em Ana Teresa Pereira, há um peculiar interesse por todos os anjos, numa referência constante aos chamados “anjos caídos”, de “belo rosto sombrio” (Pereira, 1998b: 120), especialmente àqueles “que amaram mulheres e se transformaram em monstros (...), do anjo que ensinou os homens a escrever e foi condenado por toda a eternidade...” (Pereira, 1998b: 120).

As suas personagens sabem que existem “anjos brancos”, mas também “anjos negros” que são os que acabam, inexoravelmente, por atraí-las, como se pode ler neste excerto de Se Eu Morrer Antes de Acordar:

— “Os anjos são brancos.” — murmurou.

A frase era de Balzac, talvez. Ela sabia que não era verdade, que havia anjos negros, anjos caídos, que se recusavam a ser um simples reflexo... Daniel fora o seu anjo branco, mas ela não pertencia ali, estava do lado das trevas, trevas frias (e o calor de asas, de desejo), o caos sobre o qual nenhuma luz pairava. E estava certo (Pereira, 2000a: 48).

Ao gosto pelos anjos alia-se a preferência pela hora simbólica do crepúsculo. Isto vai verificar-se, também, em *Fairy Tales*², em *A Coisa que Eu Sou*, em *As Rosas Mortas*, em *O Rosto de Deus* e em *Se Eu Morrer Antes de Acordar*.³ Atente-se, a título de exemplo, neste fragmento do conto “As Asas” de *A Coisa Que Eu Sou*:

‘Hoje é o dia 8 de Novembro’, dissera Miguel antes de ir embora. ‘O dia de todos os anjos.’

Carla estava sozinha no automóvel envolta pelas trevas. Miguel partira há algum tempo, quando o crepúsculo invadia os campos. Lembrava-se das suas palavras: ‘Não me agrada deixar-te aqui. Esta é a hora das fendas. Das fendas entre os dois mundos...’ (Pereira, 1997b: 107).

Curiosamente, o nome do personagem deste conto é Miguel e não Tom como é habitual. Miguel é o nome de um dos quatro arcanjos mais conhecidos, embora nos livros de Ana Teresa Pereira apenas se utilize a palavra anjo. Este aspeto é significativo no contexto da obra, porque “Anjos” é o nome por que todas as Hostes Celestes são conhecidas, o que torna esta palavra abrangente relativamente ao todo que parece estar sempre presente.

Em Ana Teresa Pereira, os anjos surgem muito próximos dos homens, talvez por ser aos anjos que, segundo a tradição, compete atuar como intermediários entre Deus e os seres humanos. À autora fascinam, sobretudo, aqueles que a tradição aponta como “anjos caídos”, e que, obsessivamente, surgem ao longo dos seus livros. Note-se que os anjos têm, nas suas histórias, enormes asas negras e rostos belos e terríveis e se confundem com as personagens humanas, tomando a sua aparência.

No conto supra citado, “As Asas”, 8 de Novembro é o dia de “todos os anjos”, e a ambivalência dos anjos é uma constante. A personagem feminina encontra Aramiel, numa “casa enorme, sinistra” (Pereira, 1997b: 108), numa noite em que a luz da Lua cheia e “um estranho silêncio” (Pereira, 1997b: 108) imperam. Um sítio que é “...o fim do céu e da terra. É a prisão de todas as estrelas (...) a prisão dos

² *Fairy Tales* surge editado, em 1996, pela Black Sun Editores e faz, também, parte do livro *A Coisa que Eu Sou*, publicado, pela Relógio d' Água Editores, em 1997.

³ Note-se que, em *Se Eu Morrer Antes de Acordar*, existe já muito mais “clareza” do que nos livros anteriores. Contudo, em termos práticos, esse aspeto acaba por não ter consequências imediatas.

pássaros, a prisão dos anjos” (Pereira, 1997b: 110).⁴ Aí pode conhecer-se: “...TUDO O QUE É SECRETO” (Pereira, 1997b: 110).

No texto, faz-se alusão aos chamados “anjos caídos”, especificamente àqueles que, segundo a tradição, revelaram aos Homens os segredos eternos que apenas deviam pertencer ao Céu: “Há muito tempo...ensinei alguém a escrever com tinta e papel... e desde então ardo...” (Pereira, 1997b: 111).

Esses anjos, que, segundo *O Livro de Henoc*, se terão envolvido concupiscentemente com as filhas dos homens, ensinaram às mulheres todo o tipo de conhecimentos proibidos. Ver-se-á que, a partir de *A Noite Mais Escura da Alma* e em algumas das obras posteriores, é exatamente este o conceito de mulher que vai aparecer. Uma mulher sábia, uma espécie de “mulher-feiticeira”, que usa adornos e pedras preciosas, aquela que conhece a prática da magia, os encantamentos, o uso mágico de raízes e de todo o tipo de plantas, que compreende os mistérios da Lua e a ciência da Astrologia e sabe, entre outros aspetos, seduzir e enganar o homem.

Os anjos terão também transmitido, aos homens, uma série de outros conhecimentos que fizeram com que fossem atingidos pela morte que tudo destrói. Um dos saberes que devia ter permanecido secreto, obsessão que marca toda a obra de Ana Teresa Pereira, é o que é expressamente referido no livro em apreço, “o segredo da escritura com tinta e papel.”

Uma outra ideia, também recorrente na obra, é que os anjos podem estar em todo o lado: “— Um livro pode ser um anjo” (Pereira, 1997b: 111). A sua onnipresença deveria ser tranquilizadora, mas, ambigualmente, revela-se inquietante e mesmo aterradora, para além de uma constante obsessão:

Os rostos dos que não tinham rosto.

Presenças.

Começou a sentir medo. (...)

Formas inclassificáveis.

Mas anjos ainda.

Que espécie de anjos?

Onde é que termina o anjo e começa o...

Recuou aos tropeções... (Pereira, 1996a: 147).

No conto “Um Pássaro quase Mortal da Alma”, do livro *Se Eu Morrer Antes de Acordar*, todas estas ideias são retomadas e abordadas de forma clara:

Ele falou-lhe então, com a sua voz funda, da história que ele encontrara dispersa no livro. A sua voz tornava tudo visível, a luz arrancada à força das trevas, a presença de Deus, os duzentos anjos que se tinham deitado com as filhas dos homens, as noites de amor, aqueles corpos unidos, aconchegados em asas (...) e depois a maldição, os ventos e o frio, a neve, o vale sem saída, a prisão dos anjos, das estrelas e dos pássaros.

— *Para sempre?*

— *Sim.*

— *Mas se Ele já não existe.*

Tom sorriu.

— *Nós continuamos a ser os padres da sua religião. Mesmo depois de Ele ter desaparecido.*

— *São vocês que sentem falta dele.*

— *Tu também.*

— *Eu também. (...)*

Contou-lhes que muitos tinham saído do vale. Uns tinham sido alquimistas, um deles trabalhara com Paracelso, ajudara-o a encontrar as forças misteriosas do universo visível e invisível (...) a reconhecer a mão de Deus em tudo o que existe (...). E alguns tinham sido padres e tinham dito no púlpito que Deus não existia, e tinham celebrado a missa assim mesmo, porque com esse conhecimento ela era muito mais importante. Vários tinham sido músicos, mas muito poucos foram poetas,

⁴ Um local semelhante a este surge no conto “Pássaro Quase Mortal da Alma” do livro *Se Eu Morrer Antes de Acordar*.

porque a poesia tinha de ser escrita na linguagem dos pássaros ou numa muito próxima (...) Mas poucos humanos estavam suficientemente próximos para receber a mensagem, a maior parte esquecera por completo a linguagem do mundo, esquecera aquilo que era (Pereira, 2000a: 132).

Os anjos aparecem próximos dos humanos em sentidos completamente antagónicos. Por um lado, no sentido dos anjos caídos, como fonte de todos os conhecimentos, passando a ser o homem também um ser ambivalente. Por outro, parece ir buscar-se aos anjos o que ambicionam as personagens destes livros: consciência de si próprio, vontade dirigida, com finalidade, perfeição e lógica, equilíbrio e beleza. A ideia de anjos divinos relaciona-se com a ideia de lei cósmica, definida e manifestada. A ideia de anjo é, normalmente, associada à de compaixão e, sobretudo, à de amor, sentimento pelo qual tanto anseiam as personagens de Ana Teresa Pereira.

Não esqueçamos, ainda, que a primeira história de *O Rosto de Deus* (e que curiosamente se chama “A Rainha dos Infernos”) começa e termina da forma que a seguir citamos, aproximando, ainda mais, o homem do divino: “A noite passada sonhei que estava grávida. Tinham de operar, de cortar, porque as asas do bebé estavam ligadas às minhas entranhas” (Pereira, 1999: 13 e 72). Trata-se de um bebé com asas. As asas são, nos anjos, um símbolo do poder divino e da espiritualidade. Na antiga Mesopotâmia, acreditava-se que os deuses habitavam os céus e tinham asas como os pássaros. Os gregos e os romanos absorveram este conceito de seres alados, concebendo os mensageiros dos deuses com asas (Hermes e Mercúrio, por exemplo). Os judeus expressaram o conceito de anjos como seres alados ao longo do *Antigo Testamento* e *O Novo Testamento* também descreve os anjos com asas⁵.

Nos livros anteriores a *Se Eu Morrer Antes de Acordar*, as personagens debatiam-se com a impossibilidade de permanecer no aparente mundo real, o lado de cá, bem como com a de passar para o outro lado, a não ser através da morte. Nesta narrativa, na sequência do que vinha sendo delineado em *O Rosto de Deus*, todas as ligações com o mundo real desaparecem por completo e as personagens encontram-se definitivamente do outro lado.

O conto “Pássaro Quase Mortal da Alma” repete e esclarece aspetos que vinham aparecendo obsessivamente nos livros anteriores (sem se afastar do esquema estabelecido pelas outras narrativas do mesmo livro). Patrícia, uma jovem de vinte e cinco anos (tal como as mulheres dos outros três contos) responde a um anúncio para ir organizar uma biblioteca numa casa particular. A casa, que se chama o Castelo, fica num lugar estranho, como todos os sítios que procuram as personagens de Ana Teresa Pereira, “num vale perdido entre montanhas, um lugar solitário, longe do mundo” (Pereira, 2000a: 101). Aquele é, sem dúvida, um espaço literário, silencioso e ermo, de uma beleza absoluta, envolvido por um mistério acolhedor, “a prisão dos pássaros e das estrelas” (Pereira, 2000a: 121).

Tal com na primeira e última narrativas de *Se Eu Morrer Antes de Acordar*, também é com Tom que Patrícia vai querer ficar para sempre. Tom é o dono da casa, um homem novo que é, ao mesmo tempo, velho, que é um pássaro, que é um anjo e tem uma beleza terrível, sedutora e diabólica. Ele vai “prendê-la” para sempre, olhando-a “como se olha algo que nos pertence, que é parte de nós” (Pereira, 2000a: 115).

Dá-se, finalmente, a metamorfose que, desde os livros anteriores, era procurada pelas personagens⁶. Patrícia transforma-se num ser alado, com garras. E essa mutação é possibilitada pelo amor de Tom:

5 Veja-se, por exemplo, no *Apocalipse* de S. João.

6 Não esqueçamos que, neste livro, as personagens estão já, definitivamente, do *lado de lá*, onde tudo parece ser possível.

Saiu da biblioteca entoando qualquer coisa na linguagem deles, que agora era também a sua, a única. Começou a subir as escadas.

Tinha alguma dificuldade em mover-se, como se aquele não fosse o seu modo habitual de fazê-lo. Nas costas uma impressão que não era desagradável, algo roçava no chão, (...). Os pés escorregavam um pouco e percebeu porquê quando olhou para baixo e viu as garras aduncas (...) Sorrindo para si mesma, colocou a mão no corrimão, a mão que já era outra coisa, uma garra (Pereira, 2000a: 140).

Patrícia aprende a “linguagem dos pássaros” (Pereira, 2000a: 133) e sofre a transformação. A linguagem dos pássaros, ou uma muito próxima, é aquela que a maioria dos humanos teria esquecido, por completo, é a linguagem do mundo, aquilo que eram. E só alguns, muito poucos, de acordo com estas narrativas, ainda se vão lembrando dela, por exemplo, “os alquimistas, os padres que negaram a existência de Deus, alguns músicos...poucos poetas” (Pereira, 2000a: 133).

Tom e Patrícia repetem a história ancestral que ela encontrara dispersa num livro como uma longa pintura. É *O Livro de Henoc* que aparece subjacente e Tom é um anjo caído, detentor do conhecimento que vem do fundo dos tempos e que ensina todos os segredos.

Em Ana Teresa Pereira, os anjos são “os anjos caídos” do *Livro de Henoc*, mas revestem características especiais: têm garras como os pássaros. E algumas personagens parecem, precisamente, uma fusão de anjo, pássaro e homem, tal como mostra a passagem que a seguir se transcreve: “Ficou como adormecida a olhar aquela figura, anjo, homem, pássaro, até que a luz verde começou a diminuir e a penumbra invadiu o aposento” (Pereira, 2000a: 41).

A visão do Cosmos e do Ser, que se revela na obra de Ana Teresa Pereira, é aquela que as suas personagens acabam também por demonstrar. Reflete conhecimentos, ideias e influências variadas, ultrapassando a crença nas revelações sagradas, tal como acontece em *A Noite Mais Escura da Alma*, por exemplo: “Ele

desfazia sistematicamente quaisquer noções de religião que lhe transmitissem nas aulas” (Pereira, 1998b: 119).

Num texto sobre o livro *O Mar de Gelo* (2005), Eduardo Prado Coelho assevera que existem dois tipos de escritores: aqueles que “deambulam pelo mundo à procura de pontos de apoio” e os outros que “escolhem uma região polar – e instalam-se nela (...)”. Depois, “exploram até à exaustão a terra que inventaram (...)”. (Coelho, 2006). Para o escritor, “Ana Teresa Pereira pertence a este segundo grupo”.

Estamos inteiramente de acordo com Eduardo Prado Coelho, e servimo-nos das suas palavras para terminar o nosso texto, quando afirma que o conjunto das obsessões pereirianas e a reiteração dos temas e referências nas suas narrativas ao contrário de criarem, como à primeira vista seria de esperar, “uma certa monotonia” (Coelho, 2006), permitem antes “o contorno dos re-encontros, como quem todos os anos regressa à mesma praia (...)”. (Coelho, 2006).

Referências bibliográficas

I. Livros de Ana Teresa Pereira

(1989) *Matar a Imagem*. Lisboa, Editorial Caminho, SA, Coleção Caminho Policial.

(1990) *As Personagens*. Lisboa, Editorial Caminho, SA, Coleção O Campo da Palavra.

(1991) *A Última História*. Lisboa, Editorial Caminho, SA, Coleção Caminho Policial.

(1993) *A Cidade Fantasma*. Lisboa, Editorial Caminho, SA Coleção Caminho Policial.

(1996a) *Num Lugar Solitário*. Lisboa, Editorial Caminho, SA, Coleção Caminho Policial.

(1996b) *Fairy Tales*. Black Son Editores, (53 pp.).

(1997a) *A Noite Mais Escura da Alma*. Lisboa, Editorial Caminho, SA, Coleção O Campo da Palavra.

- (1997b) *A Coisa Que Eu Sou*. Lisboa, Relógio d' Água Editores.
(1998a) *As Rosas Mortas*. Lisboa, Relógio d' Água Editores.
(1998b) *A Noite Mais Escura da Alma*. Lisboa, Círculo de Leitores
(1999) *O Rosto de Deus*. Lisboa, Relógio d' Água Editores.
(2000a), *Se Eu Morrer Antes de Acordar*. Lisboa, Relógio d' Água Editores.
(2000) Até que a morte nos separe. (Inédito).
(2000b) *Até Que a Morte Nos Separe*. Lisboa, Relógio d' Água Editores.
(2000c) *O Vale dos Malditos*. Black Son Editores.
(2001a) *A Dança dos Fantasmas*. Lisboa, Relógio d' Água Editores.
(2001b) *A Linguagem dos Pássaros*. Lisboa, Relógio d' Água Editores.
(2002a) *Intimações de Morte*. Lisboa, Relógio d' Água Editores.
(2002b) *O Ponto de Vista dos Demónios*. Lisboa, Relógio d' Água Editores.
(2003) *Contos*. Lisboa, Relógio d' Água Editores.
(2004) *Se Nos Encontrarmos de Novo*. Lisboa, Relógio d' Água Editores.
(2005a) *O Mar de Gelo*. Lisboa, Relógio d' Água Editores.
(2005b) *O Sentido da Neve*. Lisboa, Relógio d' Água Editores.
(2006a) *Histórias Policiais*. Lisboa, Relógio d' Água Editores.
(2006b) *A Neve*. Lisboa, Relógio d' Água Editores, (108 pp.).
(2007) *Quando Atravessares o Rio*. Lisboa, Relógio d' Água Editores.
(2008) *O Fim de Lizzie*. Lisboa, Relógio D' Água Editores.
(2008) *O Verão Selvagem dos Teus Olhos*. Lisboa, Relógio D' Água Editores.
(2009) *As Duas Casas*. Lisboa: Relógio D' Água Editores.
(2009) *O Fim de Lizzie e Outras Histórias*, Lisboa: Relógio D' Água Editores.
(2010) *Inverness* Lisboa: Relógio D' Água Editores.

II. Artigo de Ana Teresa Pereira

- (2000) "O Anjo Caído", *Jornal Público, Suplemento Mil Folhas*, coluna "A Quatro Mãos", 30/12/2000.

III. Obras e artigos sobre Ana Teresa Pereira

- BOTELHO, Fernanda (1990), "Onde Mora Xerazade?", in *Revista Colóquio/Letras*, n.º 115-116, Maio - Agosto, 175.
CALEIRO, Maria da Conceição (2003), "Todo o Anjo é Terrível", in *Público*, 05/04/2003.
COELHO, Eduardo Prado
(1999) "Intimidações de Morte", *Público*, 17/07/1999.
(2000a) "Concorrentes de Lobo Antunes no Grande Prémio APE", in *Público*, 31/05/2000.
(2000b) "Grande Prémio A P E para António Lobo Antunes", *Jornal de Letras*, 31/05/2000.
(2002), "A Ficção de um Absoluto", in *Público*, 5/01/2002.
(2005) "O que morrerá comigo quando eu morrer", in *Público, Mil Folhas*, 10/09/2005.
(2006) "Onde tu estás é sempre o fim do mundo", in *Público, Mil Folhas*, 21/01/2006.
FONSECA, Rosélia Maria Ornelas Quintal (2003), A personagem Tom. Unidade e pluralidade em Ana Teresa Pereira, Dissertação de Mestrado, Funchal: Universidade Católica Portuguesa.
LOURO, Regina (1991), "Ana Teresa Pereira. Retrato da Escritora no Seu Labirinto", *Público*, 11/08/1991, pp. 34-36.
MAGALHÃES, Rui
(1999a), "As Faces do Centro", *COLÓQUIO/Letras*, nº 153/154, Julho-Dezembro.
(1992), "O Jardim das Sombras Inquietas", *Vértice* 50, Setembro-Outubro.
(1995), "Símbolo, Sistema e Interpretação. Uma leitura de Ana Teresa Pereira", separata da Revista da Universidade de Aveiro/Letras, n.º 12.
(1996), "Para além do possível: o poder criador da palavra em António Ramos Rosa e Ana Teresa Pereira", *Diagonais das Letras Portuguesas Contemporâneas*, Aveiro, Atas do 2º Encontro de Estudos Portugueses, Outubro.
(1999b), *O Labirinto do Medo: Ana Teresa Pereira*. Braga, ed. Angelus Novus.

(2007), "As Palavras de Tom", *CIBERKIOSK, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade*, (<http://www.uc.pt/ciberkiosk/livros/apt/html>), texto obtido via Internet, consulta em 21/09/2007.

(2005), "Os Fantasmas da Origem", *CIBERKIOSK, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade*, (http://www.uc.pt/ciberkiosk/livros/magalhaes_pereira.html), texto obtido via Internet, consulta em 15/05/2005.

MEXIA, Pedro (1998), "O Anjo Exterminador", *Diário de Notícias*, 12/05/1998.

NEVES, Pedro Teixeira (2002), "O Universo Mágico de Ana Teresa Pereira", *Agenda Cultural*, Fevereiro.

NUNES, Maria Leonor (2008), "O outro lado do espelho", *JL Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 13 a 26 de Agosto.

PINHEIRO, Duarte Manuel (2010), *Além-sombras: Ana Teresa Pereira*, Tese de Doutoramento, Porto: Universidade Fernando Pessoa.

PIRES, Jorge P. (2002), "Os Mundos Paralelos", *LER Livros & Leitores*, n.º 54, Primavera.

ROCHA, Luís (1997), "Escritora de Demónios e Anjos", *Jornal da Madeira*, 19/01/1997.

SARDO, Anabela,

(2001a), *A temática do amor na obra de Ana Teresa Pereira*, Dissertação de Mestrado, Aveiro: Universidade de Aveiro.

(2001b) "Ana Teresa Pereira: histórias de amor e solidão", *CIBERKIOSK, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade* (<http://www.ciberkiosk.pt/livros/index.html>, Junho).

(2001c), "A Sedução do diabólico", *CIBERKIOSK, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade* (<http://www.uc.pt/ciberkiosk/livros/atp.html>, 3 de Agosto).

(2001d), "O Rosto de Ana Teresa Pereira", *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, n.º 18.

(2002), "Quando a ficção vive na e da ficção", *CIBERKIOSK, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade* (<http://www.ciberkiosk.pt/ensaios/sardo.html>, 19 de Maio).

(2005), "Ana Teresa Pereira: uma 'geografia interior' de sombras e cores", *Românica, Revista de Literatura, Cores*, n.º 14, Universidade de Lisboa, Edições Colibri.

IV. Outras referências bibliográficas

(1997), *Cântico dos Cânticos* (tradução do hebraico, introdução e notas de José Tolentino Mendonça). Lisboa, Edições Cotovia, Lda.

CHEVALIER, Jean e CHEERBRANT, Alain (1982), *Dicionário dos Símbolos*. Lisboa, Ed. Teorema.

CORREIA, Natália (1993), *O Sol nas Noites e o Luar nos Dias*, Lisboa, Círculo de Leitores.

ELIADE, Mircea,

(1952), *Images et Symboles, Essais sur le symbolisme magico-religieux*. Paris, Editions Gallimard.

(s/d), *Mitos, Sonhos e Mistérios*. Lisboa, Edições 70.

(1963), *Myth and Reality*. Illinois, Harper & Row, Publishers, Inc.

(s/d), *O Sagrado e o Profano*. Lisboa, Livros do Brasil.

HORTA, Teresa (1983), *Os Anjos*, Lisboa, Litexa.

NEVES, Helena (2003), "Os anjos na literatura: alguns voos", *Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução*, número 001, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal, pp. 107-111, ISSN 1645-779X. (Artigo consultado em

http://recil.grupolusofona.pt/dspace/bitstream/10437/129/1/9_os_anjos_na_literatura.pdf, 10 de Julho de 2010).

IÁÑEZ, Eduardo

(2002), *História da Literatura Universal*, vol. VI, O Século XIX Literatura Romântica. Lisboa, Círculo de Leitores.

(2003a), *História da Literatura Universal*, vol. VII, O Século XIX Realismo e Pós-Realismo. Lisboa, Círculo de Leitores.

(2003b), *História da Literatura Universal*, vol. VIII, A Literatura Contemporânea até 1945. Lisboa, Círculo de Leitores.

RILKE, Rainer Maria, (1993), *As Elegias de Duíno*, Lisboa, Assírio e Alvim.

5. ÂNGELO CRISTÓVÃO, SECRETÁRIO DA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA



ÂNGELO CRISTÓVÃO, Empresário, licenciado em Psicologia, nasceu em Santiago de Compostela em 1965. Responsável pela página web «www.lusografia.org». Desde 1994 secretário da Associação de Amizade Galiza-Portugal, tendo organizado os Seminários de Políticas Linguísticas (2003, 2004, 2006). Preside à Associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa, em cujo nome interveio na Conferência Internacional/Audição Parlamentar sobre o Acordo Ortográfico, realizada na Assembleia da República em 7 de Abril de 2008.

Alguns artigos e comunicações:

1984: «Estudo antropológico da aldeia de Bustelo, Concelho de Dodro». Inédito.

1987: «Uma escala de atitudes perante o uso da língua», comunicação ao III Congreso Español de Psicología Social (Valência) In *Agália* #14 (1988) pp. 157-177.

1989: «Aspetos sociolinguísticos da problemática linguística e nacional na Galiza Espanhola», II Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. Atas, 1989, Ourense, pp. 237-254.

1990a: «Bibliografia de Sociolinguística lusófona», in *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística*, vol. VI, n.º 21-26, pp. 71-99; in *Noves de Sociolinguística*, n.º 9, Institut de Sociolinguística Catalana. Barcelona, pp. 3-33.

1990b: «Medição de variáveis: competência e uso linguístico». Comunicação ao III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, Ourense, Outubro. Publicada em *Cadernos do Instituto de Estudos Luso-Galaicos* "Manuel Rodrigues Lapa - Ricardo Carvalho Calero". Ass. de Amizade Galiza-Portugal, Série "Investigação" vol. I, 1994, Comunicações suprimidas, n.º 2.

1991a: «A eficácia da goma de mascar (Nicorette®) no abandono do tabagismo». Estudo com técnicas de meta-análise apresentado no Curso de Doutoramento em Psicologia Social. Programa: "Percepção, Representação e Conhecimento Social". Faculdade de Psicologia. Univ. de Santiago. Inédito. 83

1992a: «Language Planning: Atitudes», in Atas do «I Congreso de Planificación Lingüística», Santiago de Compostela, pp. 383-400.

1992b: «Análise causal da Teoria do Comportamento Planeado com dados supostos». 21 pp. Trabalho apresentado no Curso de Doutoramento em Psicologia Social. Programa: "Percepção, Representação e Conhecimento Social". 16 Junho. Faculdade de Psicologia. Univ. de Santiago. Inédito.

2003: «Sociolinguística e cientificidade na Galiza», comunicação apresentada ao II Colóquio Anual da Lusofonia, Bragança, Outubro. In Atas dos Colóquios

2004a: «Questione della língua: introdução e bibliografia», comunicação apresentada ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Univ. de Coimbra, 17 de Set.º, em: <http://www.lusografia.org/cristovao-questione.htm>

2004b (org) Lluís V. Aracil: Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias. Associação de Amizade Galiza-Portugal, Braga.

2004c: «O contributo de António Gil à sociolinguística galega», comunicação ao III Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, Outubro. In Atas dos Colóquios

2005: «A República Literária e a Lusofonia - Semelhanças, diferenças e exemplos», comunicação ao IV Colóquio da Lusofonia. Bragança, In Atas

2006: «A lusofonia galega: processos e modelos desde 1980», comunicação apresentada ao V Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, In Atas dos Colóquios

2007: «A posição galega ante os acordos ortográficos da língua portuguesa», comunicação apresentada ao VI Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, Outubro

2008: “O processo de criação da Academia Galega da Língua Portuguesa” apresentada ao VII Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, Outubro

2009 “Os Discursos Sobre A Língua Na Galiza: Entre O Modelo Nacional e o Patoá” apresentada ao VIII Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, Outubro

Integra a comitiva dos Colóquios que se desloca a Macau em 2011, mas far-se-á representar por CONCHA ROUSIA

Tema 2.4 "O papel da AGLP no espaço lusófono".

A Academia Galega da Língua Portuguesa foi criada em 20 de setembro de 2008. Desde esse momento desenvolveu relações com diversas instituições, nomeadamente com a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras. Junto à atividade institucional, a publicação do Léxico da Galiza e a sua inclusão nos vocabulários ortográficos da Porto Editora e a Priberam Informática marcam uma linha de atuação que vai ser intensificada nos próximos anos. O português da Galiza, como variedade do português europeu, começa a ser conhecido e reconhecido no espaço lusófono, o que abre novas possibilidades para uma evolução positiva da questão da língua na Galiza. A presença continuada da AGLP em atividades no âmbito da CPLP converte a academia em interlocutora de facto, abrindo possibilidades de um maior relacionamento bidirecional.

UMA VISÃO DE CONJUNTO

Em termos de uma visão global, na Galiza, a questão que se tem discutido durante os últimos 30 anos é estarmos com todos no espaço lusófono, ou manter-nos à margem. A Academia surge em 2008 numa altura em que se torna geral o reconhecimento do insucesso da experiência diferencialista na conceção da língua,

que tem produzido resultados especialmente negativos no nosso país. A tomada de consciência, nos âmbitos universitários e intelectuais, do insucesso do isolacionismo linguístico galego, cria o contexto para uma mudança de modelo a favor da aceitação da unidade da língua portuguesa.

A atividade que a Academia Galega da Língua Portuguesa tem desenvolvido, desde a sua criação, parte do princípio da interdependência e da ideia de a Galiza fazer parte da comunidade linguística lusófona. Do ponto de vista cultural, partilhámos este instrumento de comunicação utilizado como língua nacional ou oficial em todos os continentes do mundo, que é o português. O nosso país não é uma ilha linguística. Temos uma língua que podia ter-se chamado galego, mas por vicissitudes da história recebe o nome de língua portuguesa. Vivemos num mundo globalizado em que já não cabem autarquias e estão fora de lugar as decisões unilaterais em matéria de norma linguística. O nosso desejo é discutir e decidir no espaço lusófono as questões que afetam a todos, como a escrita da língua comum. Por esta razão, a Academia Galega da Língua Portuguesa tem como linha de atuação prioritária a coordenação com as outras academias da língua e instituições lusófonas.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ACADEMIA GALEGA

No primeiro semestre deste ano a AGLP realizou 17 atos oficiais em Portugal e no Brasil. Destaca a participação de Concha Rousia e Isabel Rei na Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, dias 26 e 27 de março em Brasília; em 29 de março no Encontro da Lusofonia organizado pela Academia Brasileira de Letras, no Encontro Açoriano da Lusofonia realizado em Florianópolis, nos começos de abril, a criação do Instituto Cultural Brasil-Galiza; a participação no IV Seminário Preparatório do FestLatino em 27 de abril em Lisboa, e representação de Martinho Montero e Isaac Estraviz na criação da Academia de Letras de Trás-os-Montes, em Bragança. A promoção destas relações tem um reflexo na assinatura de diversos Protocolos de Colaboração que se acrescentam

aos já obtidos durante o ano anterior. Deste jeito, a lista de 20 entidades com protocolo assinado, é a seguinte:

Na Catalunha:

-Editora Polífona - Edições da Galiza (Barcelona) <http://www.polifona.com/>

Em Angola:

-Fundação António Agostinho Neto (Luanda) <http://www.agostinhoneto.pt/>

No Brasil:

-Instituto Cultural Brasil-Galiza (Florianópolis-Santiago) <http://www.brasil-galiza.org>
-Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas (IPOL) (Sta. Catarina)

-Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro) <http://www.ihgb.org.br/>

-Associação Brasileira de Linguística (Curitiba - Paraná) <http://www.abralin.org/>

-Academia Brasileira de Música (Rio de Janeiro) <http://www.abmusica.org.br/>

-Real Gabinete Português de Leitura (RJ)

<http://www.realgabinete.com.br/portalWeb/>

Em Portugal:

-Colóquios da Lusofonia (Açores) <http://www.lusofonias.net/>

-Academia das Ciências de Lisboa <http://www.acad-ciencias.pt>

-Academia Portuguesa da História (Lisboa) <http://www.aph.com.pt/>

-Academia Internacional de Cultura Portuguesa (Lisboa)
<http://www.portaldacultura.gov.pt/organismos/Pages/academias.aspx>

-Sociedade de Geografia de Lisboa (Lisboa) <http://www.socgeografialisboa.pt/>

-Universidade Aberta (Lisboa) <http://www.univ-ab.pt/>

-Centro de Estudos de História do Atlântico (Funchal, Madeira) <http://www.ceha-madeira.net/>

-Priberam Informática, S.A. (Lisboa) <http://www.priberam.pt/>

-Porto Editora <http://www.portoeditora.pt>

-Instituto de Filosofia Luso-Brasileira (Lisboa) <http://iflb.webnode.com/>

-Sociedade da Língua Portuguesa <http://www.slp.pt>

-ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa <http://www.iscte.pt>

A Academia nasce na altura histórica da aplicação do Acordo Ortográfico. É este conjunto de normas acordadas por todos os países, com a participação galega em qualidade de observadores em 1986 e 1990, que justifica e legitima atualmente a entrada do léxico de uso comum na Galiza no Vocabulário Ortográfico da Porto Editora, no Vocabulário Priberam, e nos que a seguir venham a incorporá-lo. A aceitação das regras da escrita comum não é incompatível com a inclusão de especificidades galegas. Esta é a filosofia do Protocolo de Cooperação com a empresa Priberam Informática, com a Porto Editora e outras 20 instituições fundamentais da cultura em língua portuguesa. No tocante aos conteúdos, os acordos incluem a «A incorporação progressiva, nas bases de dados, dos conteúdos da norma galega do português, nomeadamente no relativo ao léxico, semântica, sintaxe e fraseologia». Os produtos da Priberam e da Porto Editora, nomeadamente dicionários, vão acrescentar progressivamente os aspetos semânticos, que se acrescentam assim ao património comum.

Em março de 2010 teve lugar em Brasília, no Palácio Itamaraty, a Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Contexto Mundial. A participação da AGLP nesse importante encontro pretendeu mostrar a posição galega favorável a uma coordenação de esforços que se torna imprescindível num futuro globalizado. Neste futuro não é aceitável manter à margem a Galiza que, com as suas peculiaridades sociais e políticas, se encaminha ao reconhecimento do seu carácter lusófono, desde a sua milenar galeguidade. O desafio que as nossas académicas Concha Rousia e Isabel Rei deixaram na Conferência de Brasília, à frente de embaixadores e representantes do mundo cultural, como também em outros encontros internacionais, é encontrar a fórmula para integrar todas as partes no conjunto lusófono, sem necessidade de interferência nas questões estritamente políticas, mas permitindo uma participação real e efetiva de todos nos organismos lusófonos. A mesma ideia foi exposta no Seminário Preparatório do FestLatino, em

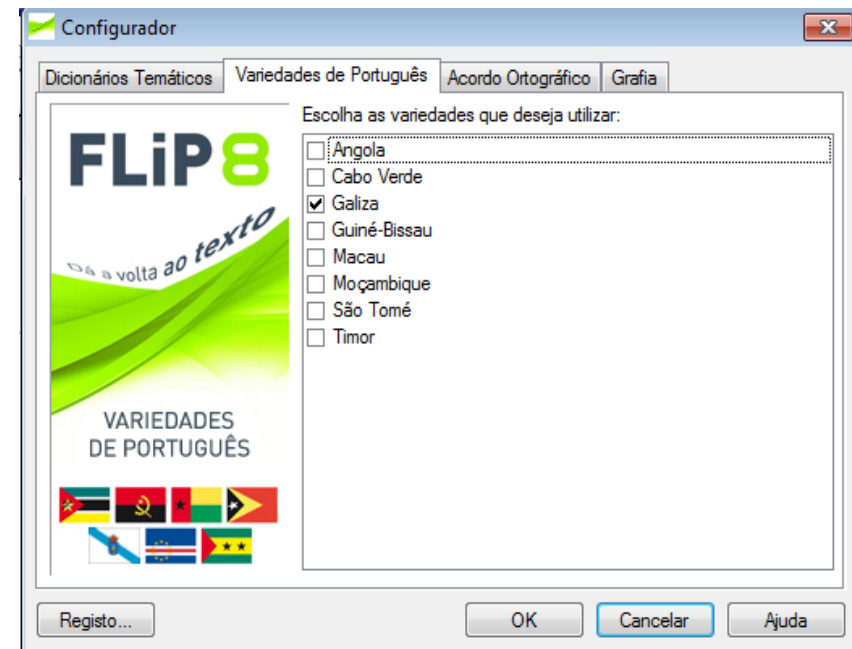
Lisboa, 27 de Abril de 2010, à frente de personalidades do âmbito da cultura e embaixadores de diversos países na CPLP. A nossa presença em eventos internacionais continuará a ser frequente. Em 30 de março de 2010, no contexto do Açorianópolis, criou-se em Santa Catarina o Instituto Cultural Brasil-Galiza, que visa promover o relacionamento cultural entre ambas as margens do Atlântico. As académicas Isabel Rei e Concha Rousia apresentaram novidades editoriais, recitais de poesia e música, e deram palestras em diversas universidades.

Outra das linhas de atuação da Academia é a editorial. Publicaram-se os Boletins de 2008, 2009 e 2010, sendo este último dedicado ao professor Evanildo Bechara. Um volume coletivo sobre a situação da língua, sob o título Galiza: Língua e Sociedade, e o primeiro da Coleção Clássicos da que só podia ser os Cantares Galegos de ROSALÍA de Castro. Disponibilizamos também os DVD dos eventos organizados.

SEMINÁRIOS DE LEXICOLOGIA: UM LUÇAR DE ENCONTRO

Em 25 de setembro realizamos em Santiago o II Seminário de Lexicologia, com a participação institucional de 12 especialistas, com especial destaque para os professores Evanildo Bechara Malaca Casteleiro e Raul Rosado Fernandes. Participaram as seguintes entidades: Academia das Ciências de Lisboa (ACL), Academia Brasileira de Letras (ABL), Associação Docentes de Português na Galiza (DPG), Instituto Camões, Porto Editora e Priberam Informática. Precisamente neste evento foi apresentado o programa informático FLiP 8, que incorpora o Léxico da Galiza, além dos pertencentes aos outros países de língua portuguesa. Deste modo, o nosso contributo lexical é divulgado ao grande público de uma forma prática. O arquivo foi disponibilizado na página da Academia www.aglp.net.

Como novidades destacadas, a nova versão permite o seu uso com o pacote de programas OpenOffice, introduz o Dicionário Priberam e outras variedades nacionais da língua. Além das tradicionais de Portugal e do Brasil também aparecem as de Angola, Cabo Verde, Galiza, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, São Tomé e Timor.



Duas observações devem ser feitas num primeiro momento. Por um lado, há um efeito simbólico ao aparecerem, na opção de configuração, as bandeiras desses países entre as “variedades de português”. Por outro, representa uma mudança na forma de perceber a língua. Onde antes eram reconhecidos dois atores principais, agora abre-se a porta, definitivamente, à diversidade, o que não porá em risco a unidade da língua.

PORTULANO DE RECURSOS DA AGLP

No II Seminário de Lexicologia a nossa colega Isabel Rei apresentou uma novidade no âmbito informático produzida pelo académico Ernesto Vázquez Souza. Trata-se do Portulano de Recursos da AGLP, sob a plataforma Netvibes, de software livre.

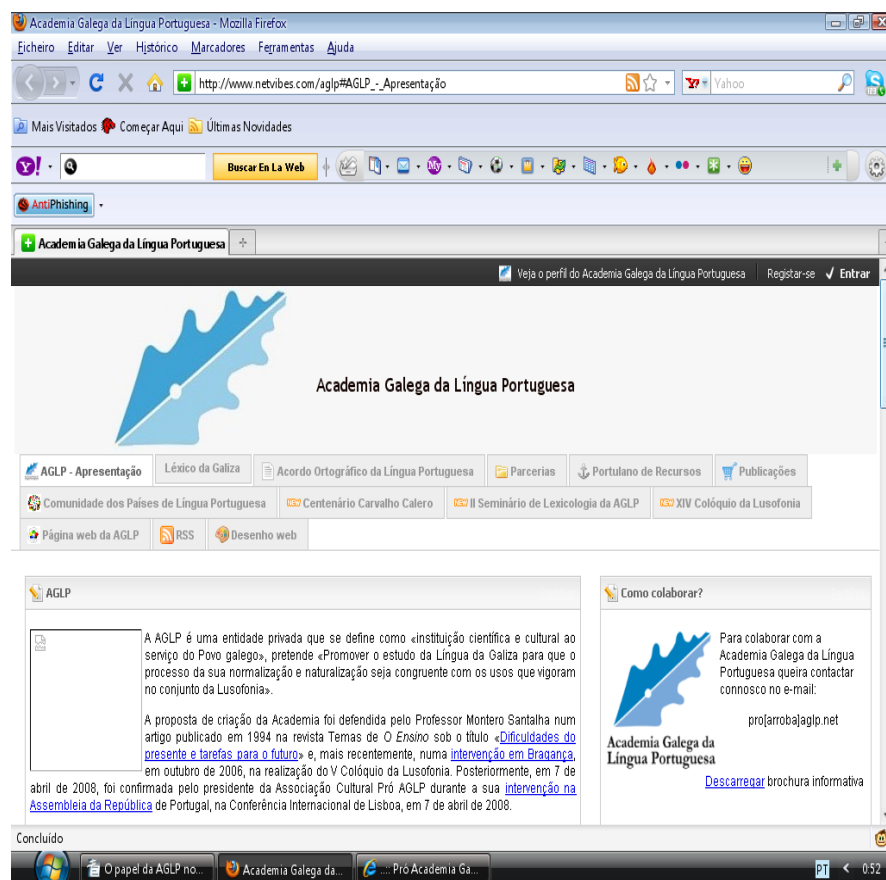
Consta de 3 portais diferentes: O grande portulano, o portal institucional e o Survival Kit.

Escritório da AGLP, com ligações institucionais, parcerias e informações.

- Recursos gerais de informação; Catálogos bibliográficos, Repositórios científicos, Revistas e Bibliotecas on line; Enciclopédias em linha, Glossários especializados, Toponímia, Onomástica, Etimologia e muito mais...

- Vária: RSS, debates, blogues e sites, jogos de língua, destaques.

<http://www.netvibes.com/aglp#AGLP> - Apresenta%C3%A7%C3%A3o



Portulano de recursos:

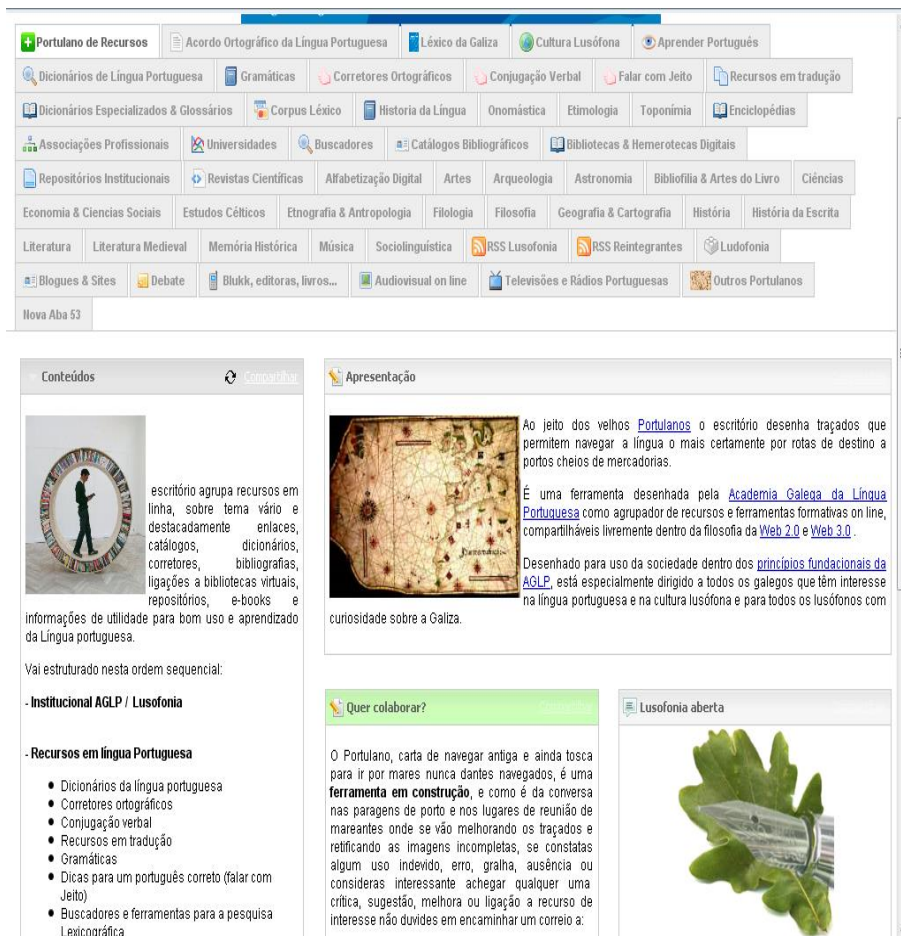
Agrupa recursos em linha sobre temas vários e destacadamente enlaces, catálogos, dicionários, corretores, bibliografias, ligações a bibliotecas virtuais, repositórios, e-books e informações de utilidade para bom uso e aprendizado da língua portuguesa. Está estruturado nesta ordem sequencial:

- Institucional AGLP / Lusofonia

- Recursos em língua Portuguesa: Dicionários, Corretores ortográficos, Conjugação verbal, Recursos em tradução, Gramáticas, Dicas para um português correto como o Falar com Jeito; Buscadores e Ferramentas para a pesquisa lexicográfica.

Além disto também incorpora informação sobre a Galiza e o seu projeto reintegrante de incorporação lusófona.

http://www.netvibes.com/portulano#Portulano_de_recursos



Survival Kit.

Um escritório muito simples e útil, que possa integrar-se em qualquer computador com ligação à rede, desenhado para neofalantes, rapazes de liceu e gente que sabendo galego se acheque ao português. Com melhor estética e muito mais simples em 2-3 abas reunir numa principal os melhores e mais efetivos recursos.

Inseriu-se uma caixinha de multipesquisador (Google, Wiki PT...) outra de vídeos, um FLiP corretor, um conjugador de verbos, um dicionário de PT, o Estraviz, o léxico, uma ligação a alguma biblioteca de clássicos em Português (BN e B Domínio Público...) uma ligação ao PGL e outra ao Portulano (AGLP)...

http://www.netvibes.com/academia-galega-da-lingua-portuguesa#Survival_Kit

6. ANTÓNIO GIL HERNÁNDEZ, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, Trabalho apresentado por Luís Gonçalves Blasco ("Foz")



ANTÓNIO GIL HERNÁNDEZ, nado em Valhadolid ("Castilla y León" no "Reino de Espanha") em 1941, viveu na Galiza, nomeadamente em Acrunha (ou Corunha), desde 1969. É licenciado em "Filosofía y Letras", secção Românicas, subsecção Espanhol. Exerceu a docência no Colégio Universitário de Acrunha, dependente então da Universidade de Compostela, como professor contratado. Hoje ministra aulas no Liceu Salvador de Madariaga, também em Acrunha, a estudantes do Ensino Secundário para Adultos (E.S.A.).

Começou a colaborar nos COLÓQUIOS DA LUSOFONIA em 2006, com a comunicação intitulada «Aos 100 anos da Real Academia Gallega de la Coruña. Mais uma análise de discurso.» Teve a sorte de que lhe publicassem vários livros, de sucesso desigual: 'Que galego na escola?' e 'Silêncio ergueito' (pelas Eds. do Castro). No primeiro, em colaboração, expõe as denominadas «Teses reintegracionistas» ou, como disse o saudoso Prof. R. Lapa, "integracionistas" das

falas galegas à língua comum, portuguesa. O segundo é compilação de artigos jornalísticos publicados entre 1979 e 1982.

Em 2005, a Associação de Amizade Galiza-Portugal publica 'Temas de Linguística Política, seguidos dum avanço de Temas de Política Linguística. Leves reflexões sobre política nacional "espanhola"'.

É editor da 'Obra seleta (poesia e ensaio)' de João Vicente Biqueira, publicada, em 1998, como n.ºs, 43-46 de 'Cadernos do Povo. Revista Internacional da Lusofonia'. Tem também poemários: 'Baralha de sonhos' (1985), 'Luzes e espírito' (1990) e, em volume coletivo, 'Só para falar de amor' (1991).

É um dos fundadores da Academia Galega da Língua Portuguesa.

Tema 2.7. As epígrafes do "sonetário" Invenção do Mar, ainda inédito, de Jenaro Marinas del Valle. António Gil Hernández, da AGLP

1.- Epígrafe

Define o FLIP8 da *Priberam* «epígrafe (grego *epigraphé*, -és, inscrição, título) s. f.

1. Título, palavra ou frase que serve de tema a um assunto. - 2. Inscrição.»

E, pela sua parte, acrescenta o *Aulete*: «epígrafe (e.pí.gra.fe) sf. 1 Palavras ou frase(s) que se gravam em pedestal de estátua, placa, medalha, lápide, fachada de edifício etc. - 2 Liter. Título, frase, texto etc., no início de um livro, conto, capítulo, poema, para lhe dar apoio temático, ou resumir-lhe o sentido ou a motivação; MOTE. - 3 Jur. Texto que antecede uma lei, esclarecendo-lhe as finalidades e fixando a data de aplicação. [F.: 0 Do gr. *epigraphé*, pelo fr. *épigraphe*.]

1.1.- Reflexões para além da etimologia

A palavra, como é sabido, usava-se para se referir a inscrições, gravadas em pedra, de carácter comemorativo. Contudo, hoje epígrafe remete a frases ou textos breves antepostos, com fins diversos, a textos ou segmentos de texto de maior extensão.

Antes de continuar e para assinalar qual possa ser o fim procurado pelos autores nas epígrafes que utilizam, permito-me um excursão breve a tempos recuados.

No meu navegar pela rede achei o artigo «Deus Ludens - O Lúdico no Pensamento de Tomás de Aquino e na Pedagogia Medieval», de L. Jean Lauand, e nele umas curiosas reflexões, a respeito de uma epígrafe, que o Aquinate tomou da Bíblia. Por sua vez, Jean Lauand faz com que uma frase do próprio Aquinate presida o seu artigo. Ei-la: «*Ludus est necessarius ad conversationem humanae vitae* [O brincar é necessário para (levar uma) a vida humana]» (Tomás de Aquino, *Suma Teológica* II-II, 168, 3, ad 3).

Passemos às reflexões:

Se no Comentário às Sentenças, Tomás fala do Deus Ludens, comentando passo a passo Prov. 8, 30-31; no Comentário ao De hebdomadibus de Boécio ele apresenta uma interpretação mais sugestiva do mesmo tema, desta vez aplicada ao homem e a propósito de Eclesiástico 32, 15-16, que é posto precisamente como epígrafe de seu livro e objeto de todo o "Prólogo". Tomás interpretará de modo originalíssimo este "Brinca e realiza as tuas conceções..." (com aquele sem-cerimonioso modo medieval [...] de interpretar não literalmente a Bíblia). (No início da secção «III. 4. O lúdico divino/humano no Comentário ao De Hebdomadibus»)

Abaixo o L. Jean Lauand explica:

Acompanhemos Tomás em seu Prólogo, desde a epígrafe: "Praecurre prior in domum tuam, et illuc advocare et illic lude, et age conceptiones tuas" (Eccl. 32,15-16)

Corre para tua casa, e lá recolhe-te, brinca e age tuas conceções (Eccl. 32, 15).

Tomás começa dizendo que a aplicação à Sabedoria tem o privilégio da autossuficiência: ao contrário das obras exteriores, não depende senão de si mesma: tudo que o homem necessita para aplicar-se à sabedoria é recolher-se em si mesmo. Dia que o Sábio (o autor do *Eclesiástico*), diga: "Corre para tua casa". Trata-se de um convite [...] à fecundidade da solidão e do silêncio, ao recolhimento, a entrar em si mesmo, solicitamente (daí o "Corre") e afastando toda a distração e os cuidados alheios à sabedoria.

Quanto ao “brincar”, eis a explicação do autor:

Brinca – Além das duas razões que aponta em I Sent. — o brincar é deleitável e as ações do brincar não se dirigem a um fim extrínseco —, aqui, Tomás acrescenta que no brincar há puro prazer, sem mistura de dor: daí a comparação com a felicidade de Deus. E é por isso que diz — juntando as duas passagens chave — que Prov. 8 afirma: “eu me deleitava em cada um dos dias, brincando diante dEle o tempo todo.

A conclusão de Tomás é de uma densidade insuperável: «A divina sabedoria fala em ‘diversos dias’ indicando as considerações das diversas verdades. E por isso junta ‘Realiza as tuas conceções’, conceções pelas quais o homem acolhe a verdade». Infelizmente, Tomás não diz como concebe essa imitação do Logos divino pela inteligência humana.

Sirvam-nos de passagem para a seguinte secção essas três razões (ou acaso “morais”) do brincar:

- 1.^a O brincar é deleitável.
- 2.^a As ações do brincar não se dirigem a um fim extrínseco.
- 3.^a No brincar há puro prazer, sem mistura de dor.

1.2.- Funções das epígrafes nos textos literários

Nessas três razões compendia-se, a meu ver, também o processo de criação e receção dos textos literários, e a sua própria condição [dos textos].

Escritor e leitor apenas alcançam o clássico, horaciano, *docere et placere* (reinterpretado como *placere docendo* mais do que *docere placendo*) mercê do brincar com as palavras e, por elas, com as sensações e, por elas, inclusivamente com os sentires e os conceberes (mais do que com os sentimentos e os conceitos). É, sempre a meu ver, a mesma face, aperfeiçoada, do literário como estranhamento ou como ironia da realidade.

Quanto à autonomia, entendida como referencialidade deficiente ou, antes, autorreferencialidade, o texto literário concorda com o traço que o Aquinatense atribui às *ações do brincar* [que] *não se dirigem a um fim extrínseco*.

Portanto, cabe a hipótese de definirmos o *texto literário* como *brincadeira* (ou brincadeiras) no texto e entre textos? (Ou talvez com maior adequação: entre poetas por intermediação de textos.) Será correto considerar a *literariedade* como o *brincar* do escritor para o leitor e deste para aquele, em deleitosa e honorável correspondência?

A meu ver, um elemento, reiterado em obras de qualquer género, “prova” a hipótese: é a epígrafe, que Angelo Marchese e Joaquín Forradellas (1978.1989: 133) definem:

[...] *Para la literatura interesa una particular especificación del término: las frases cortas de un autor (un verso, una frase, etc.) que se colocan al principio de un libro, de un capítulo o de un poema, que sirven para indicar el clima de éste.»*

Segundo se concebe na teorização denominada colónia de géneros, a epígrafe participa dos chamados géneros introdutórios (primários: *apresentação, introdução, prefácio, prólogo, nota biográfica, sinopse*; e secundários: *agradecimentos, dedicatória, epígrafe*) (B. G. Bezerra 2007: 726). Em particular,

[...] A epígrafe [...] incorpora propósitos introdutórios ao apontar para a relevância do tópico tratado pela obra através de vozes de terceiros (ib.: 727),

nomeadamente, mas não sempre. Aliás, ainda que no “sonetário” de Marinhas não se verifique,

[...] *a própria inclusão de agradecimentos, dedicatória e epígrafe corrobora a possibilidade de interpenetração entre géneros pertencentes a diferentes colónias. Em outras palavras, um género não se vincula exclusiva e necessariamente a uma única colónia de géneros (ib.)*

Poderíamos tornar nossa, *mutatis mutandis*, a conclusão que alcança Maria Emília Borges Daniel (2009: 343) no artigo, «As relações da epígrafe com os géneros introdutórios»:

[...] o tratamento da epígrafe a partir do agrupamento a que se vincula, ou seja, da colónia dos géneros introdutórios (prefácios) do livro didático analisado, a *Antologia Nacional* [de Fausto Barreto e Carlos de Laet], revelou-se um recurso / procedimento mais produtivo para identificar o propósito comunicativo desse género

secundário, do que se tal estudo tivesse sido feito de forma isolada, ou seja, a epígrafe como um fim em si mesma.

Contudo, desde a conceção da obra como *diálogo de textos* (ou de autores, que acima disse), como intertextualidade, a epígrafe pode ser caracterizada com jeito, porquanto esse *diálogo* «pressupõe um universo cultural muito amplo e complexo, pois implica a identificação e o reconhecimento de remissões a obras ou a trechos mais ou menos conhecidos» (*Intertextualidade*, na Wikipédia, atualizada a 15 de agosto de 2010):

O assunto central da intertextualidade é que “o discurso, seja qual for, nunca é totalmente autónomo” (Barros, 1994, p. 45; in J. C. Machado 2005 § 2).

Na opinião de Laurent Jenny, (Scramin 2006: 49),

a intertextualidade não consiste no acréscimo duvidoso e obscuro de influências, mas no trabalho de alteração e absorção de vários textos gerenciados por um texto centralizador que sustenta e direciona o sentido. Desse modo, é possível verificar dois elementos nesse processo: o intertexto, que segundo ela consiste no texto que recebe diversos textos e os mantém semanticamente unificados e os textos resgatados para compor o intertexto (o negrito é meu).

O intertexto de *Invenção do Mar*, centrado no *mar*, temática, mas polissemicamente e não só pelo facto de se achar conformado por sonetos, de feitura tendencialmente clássica; dir-se-ia que é mosaico de textos, *per se* autónomos e intimamente ligados. Nessa hipótese cabe convir com Aguiar e Silva (Scramin 2006: 50) em que

a intertextualidade classifica-se em exoliterária ou endoliterária . A primeira ocorre quando o intertexto é constituído por textos não-verbais e por textos verbais não-literários (*obras historiográficas, filosóficas, científicas, ensaios, artigos de jornais, entre outros*). No caso da intertextualidade endoliterária, o intertexto é constituído necessariamente por um texto de natureza literária.

Por sua vez, o intertexto pode integrar elementos explícitos (*epígrafe, citação e referência*) e implícitos (*alusão, paráfrase, paródia, pastiche e tradução*) (J. C.

Machado 2005 § 3, que toma de diferentes autores: Barbas 1990.2003; Paulino, Walty e Cury, 1995).

O “sonetário” de *Marinhas del Valle* está constituído por textos literários, dos quais, segundo anúncio no título da comunicação, apenas atendo às epígrafes que presidem o poemário e as oito secções em que se acha distribuído. Ao caso, considero pertinente a distinção que Carlos Reis (1987: 118-119) assinala:

[...] a epígrafe tanto pode ser de autoria alheia como da responsabilidade do autor do relato [ou poema ou poemário] que ela antecede, sendo, no entanto, em cada caso, a sua projeção sensivelmente diversa: no caso da epígrafe alógrafa, ela recorre habitualmente a textos ou fragmentos de textos de reconhecida autoridade [...]; no caso da epígrafe autógrafa, o autor patenteia preambularmente uma propensão reflexiva, por vezes de recorte imagístico ou ideológico [...].

Qualquer que for a origem das epígrafes, realizam alguma função, segundo Carlos Reis (1987: 119), temática ou ideológica ou reverencial; em todo o caso,

complexa e contraditória, pois, se por um lado, representa a autoridade, a tradição literária, imita-se o canónico, o belo, o permanente; por outro lado, pode servir de meio para contestar, desqualificar e destruir a tradição literária por meio de caricaturas, ironia, paródia contradita entre outros. Assim, quer na função corroboradora quer na função contestadora a intertextualidade nunca é gratuita: a ideologia que subjaz o texto não é inocente, ao contrário, apresenta, de uma forma oculta e dissimulada, uma visão de mundo que se acredita ou se recusa. (Scramin 2006, 51, em referência a Aguiar e Silva 1990. O negrito é meu).

Tento justamente evidenciar as faces corroboradora e contestadora nas epígrafes com que *Marinhas* introduz *Invenção do Mar* e as oito secções em que distribui os sonetos.

2.- As epígrafes de *Invenção do Mar*

O poeta inicia o “sonetário” por dous versos de Camões e, sucessivamente, como cabeçalho de cada parte, são citados textos de Jorge de Lima, Sá de Miranda,

António Nobre, Carlos Nejar, Afonso o Sábio, Mário de Sá Carneiro, Fernando Pessoa e Gil Vicente.

2.1. - As epígrafes

2.1.0. - Do poemário:

«Antes querem ao mar aventurar-se
que nas mãos inimigas entregar-se»

(Camões, *Os Lusíadas*, Canto II, estrofe 26)

A estrofe, cujos dous últimos versos constituem a epígrafe, é a vigésima sexta do Canto II, que narra a *Cilada em Mombaça*

(<http://oslusiadas.no.sapo.pt/indice.html>):

O rei de Mombaça, influenciado por Baco, convida os Portugueses a entrar no porto para os destruir. Vasco da Gama, ignorando as intenções, aceita o convite, pois os dois condenados que mandara a terra colher informações tinham regressado com uma boa notícia de ser aquela uma terra de cristãos. Na verdade, tinham sido enganados por Baco, disfarçado de sacerdote. Vénus, ajudada pelas Nereidas, afasta a Armada, da qual se põem em fuga os emissários do Rei de Mombaça e o falso piloto.

É neste contexto que se acha a estrofe:

Ei-los subitamente se lançavam

A seus batéis velozes que traziam;

Outros em cima o mar alevantavam,

Saltando n'água, a nado se acolhiam;

De um bordo e doutro súbito saltavam,

Que o medo os compelia do que viam;

Que antes querem ao mar aventurar-se

Que nas mãos inimigas entregar-se.

Na segunda parte do Canto II refere-se a *Chegada a Melinde*:

Vasco da Gama, apercebendo-se do perigo que corria, dirige uma prece a Deus. Vénus comove-se e vai pedir a Júpiter que proteja os Portugueses, ao que ele acede e, para a consolar, profetiza futuras glórias aos Lusitanos. Na sequência do pedido, Mercúrio é enviado a terra e, em sonhos, indica a Vasco da Gama o caminho até Melinde onde, entretanto, lhe prepara uma calorosa recepção. A chegada dos Portugueses a Melinde é efetivamente saudada com festejos e o Rei desta cidade visita a Armada, pedindo a Vasco da Gama que lhe conte a história do seu país.

2.1.1. - Da primeira secção:

«Mesmo sem naus e sem remos

mesmo sem vagas e areias

há sempre um copo de mar

para um homem navegar» (Jorge de Lima, *Invenção de Orfeu*)

Fabício Carpinejar

(<http://www.digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=1669>)

explica:

[...] *Invenção de Orfeu se constitui em o poema mais ambicioso da literatura brasileira, cosmogonia dotada dos mais altos voos e das piores quedas. Magnus opus do autor ou fenomenologia do ser ("como conhecer as coisas, senão sendo-as"), relata a trajetória de um "barão assinalado, sem brasão, sem gume e fama" que relembra seus dias de aventura desde a fundação da ilha (metáfora do Brasil, arquipélago infernal onde permaneciam os heróis gregos) até o apocalipse final.*

E acaba o crítico:

[...] *Entre os mistérios da morte e a efusão da infância, evoca os círculos do inferno e do paraíso, monstros e bestas, reinventa mitos como Inês de Castro. Poesia dentro de poesia, metalinguagem em estado puro. Um testamento coletivo, a biografia de uma fé. O poeta pede perdão em sua derradeira obra. Insinua que o verbo não salva, condena. O escritor seria um condenado. Invenção de Orfeu não é*

mesmo um épico, mas uma oração. Deus não escreve, tarefa confiada aos seus apóstolos. Somente Jorge de Lima poderia terminar seu livro com “Amém”.

Os versos da epígrafe fazem parte do *Canto Primeiro*, «Fundação da Ilha»:

A ilha ninguém achou
porque todos a sabíamos.
Mesmo nos olhos havia
uma clara geografia.
Mesmo nesse fim de mar
qualquer ilha se encontrava,
mesmo sem mar e sem fim
mesmo sem terra e sem mim
Mesmo sem naus e sem rumos,
mesmo sem vagas e areias,
há sempre um copo de mar
para um homem navegar.

2.1.2.- Da segunda secção:

«Os que mais sabem do mar
fogem de ouvir as sereias» (Sá de Miranda, “Cerra a serpente os ouvidos”)
mas é gostoso escutar
desde rochedos e areias
os ecos do seu cantar

A epígrafe faz parte do poema citado, a qual Marinhas se permite livremente completar:

Esparsa
Cerra a serpente os ouvidos
à voz do encantador;
eu nam, e agora com dor
quero perder meus sentidos.
Os que mais sabem do mar

fogem d'ouvir as sereas;
eu não me soube guardar:
fui-vos ouvir nomear,
fiz minh' alma e vida alheas.

(In: R. Lapa. *As melhores poesias do Cancioneiro de Resende*. São Paulo: Gráfica Lisbonense, 1939. p. 20

<http://www.editorasaraiva.com.br/atualeditora/pl/default.aspx?mn=80&c=155&s=>)

2.1.3.- Da terceira secção:

«Hei de fazer parte do mar» (António Nobre, “António”)

Não serei água, nem serei espuma
não serei o sal nem serei a bruma,
apenas ânsia de navegar.

Para contextualizar a epígrafe, apenas cito os versos contíguos do longo poema de António Nobre:

... Irei indo de frágua em frágua,
Até que, enfim, desfeito em água,
Hei de fazer parte do Mar!
Chegou uma carta tarjada: a estampilha
Bastou-me enxergar...
Coitados daqueles que perdem a filha,
Sobre águas do Mar!
No Panthéon, trágico, o sino
Dá meia-noite, devagar:
Ó tardes de outono, com fontes carpindo
Entre erva sedenta!
Os cravos a abrirem, a Lua aspergindo
Luar, água-benta...

<http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=5330&cat=Ensaio&vin-da=S>)

Assinala Paulo H. Fontenelle de Araújo (2004): «A possibilidade de morrer prematuramente para António Nobre significava então um movimento em direção a uma essência comunitária e permanente: a saudade.»

2.1.4.- Da quarta secção:

«[...] As margens
e o rio, somos nós.
Quem nos leva à foz?
.....
Somos onde vamos
nós nos tripulamos.»
(Carlos Nejar, «Arras»)
O poema diz:
Amada, deitamos
no giro do barco
e as águas singramos,
vela e corpo em arco.
O universo ao largo
Se entrepõe As margens
E o rio, somos nós.
Quem nos leva à foz?
Amada, rodamos
No ágio do barco;
Somos onde vamos,
Nós nos tripulamos.

Vale a pena salientar que, na epígrafe, Marinhas oculta a destinatária e, com ela, o contexto erótico do poema.

2.1.5.- Da quinta secção:

«Ca mais me pago do mar

que de ser cavaleiro
ca eu fui já marinheiro»
(Afonso o sábio, rei da Galiza, de Leão e de Castela)
e gosto de navegar.

Non me posso pagar tanto
do canto
das aves, nen de seu son,
nen d' amor nen de mixon
nen d' armas -ca ei espanto
por quanto
mui perigo[o]sas son,
-come dun bon galeon,
que mi alongue muit' aginha
deste demo da campinha,
u os alacrães son;
ca dentro no coração
senti deles a espinha!

E juro par Deus lo santo
que manto
non tragerei nen granhon,
nen terrei d' amor razon
nen d' armas, por que quebranto
e chanto
ven delas toda sazón;
mais tragerei un dormon,
e irei pela marinha
vendend' azeit' e farinha;
e fugirei do poçon
do alacran, ca eu non
lhi sei outra meezinha.

<i>Nen de lançar a tavalado</i>	<i>E direi-vos un recado</i>
<i>pagado</i>	<i>pecado</i>
<i>non são, se Deus m' ampar,</i>	<i>nunca me pod' enganar</i>
<i>aqui, nen de bafordar;</i>	<i>que me faça já falar</i>
<i>e andar de noute armado,</i>	<i>en armas, ca non m' é dado</i>
<i>sen grado</i>	<i>(doado</i>
<i>o faço, e a roldar;</i>	<i>m'é de as eu razõar,</i>
<i>ca mais me pago do mar</i>	<i>pois las non ei a provar);</i>
<i>que de seer cavaleiro;</i>	<i>ante quer' andar sinlheiro</i>
<i>ca eu foi já marinheiro</i>	<i>e ir come mercadeiro</i>
<i>e quero-m' ôi-mais guardar</i>	<i>a?algu terra buscar</i>
<i>do alacran, e tornar</i>	<i>u me non possan culpar</i>
<i>ao que me foi primeiro.</i>	<i>alacran negro nen veiro.</i>

(Lapa, CEM, nº 10, in <https://webs.uvigo.es/locuscriticus/?cat=7>)

Na nota 10 comenta o Prof. Rodrigues Lapa a cantiga:

[...] O pobre rei, atraído pela família e pelo nobres, desafia o seu queixume e exprime nela uma necessidade imperiosa de evasão, que o distanciava daquela rede de intrigas tecidas à sua volta. Com sinceridade, que não exclui uma atitude de autoironia, confessa o seu repúdio pela guerra, o seu gosto do mar e o seu amor da aventura pacífica e lucrativa. (Lapa 1970: 13; Vid. Fernández Rei 2003)

2.1.6.- Da sexta secção:

«Aonde irei neste sem-fim perdido
 neste mar oco de certezas mortas?» (Mário de Sá Carneiro, *Indícios de Ouro*, 1937)

se me acompanhas, sósias fementido
que me desequilibras e desnortas?

Eis a primeira parte do longo poema “Ângulo”

Aonde irei neste sem-fim perdido,
Neste mar oco de certezas mortas? -
Fingidas, afinal, todas as portas
Que no dique julguei ter construído...
—Barças dos meus impetos tigrados,
Que oceano vos dormiram de Segrêdo?
Partiste-vos, transportes encantados,
De embate, em alma ao rôxo, a que rochedo?...
—Ó nau de festa, ó ruiva de aventura
Onde, em Champanhe, a minha ânsia ia,
Quebraste-vos também ou, por ventura,
Fundeaste a Ouro em portos d'alquimia?...

Publicado no n.º 1 da *Orpheu*, «Para os *Indícios de Ouro*», e datado em Barcelona, setembro de 1914, faz parte de um processo compartilhado pelos poetas da revista:

[...] O mar torna-se imagem de algo mais profundo: por exemplo, de «Tantos naufrágios, perdições, destroços!». A leitura do coletivo atenua-se; serve-se de referências históricas ou de sinais, que constituíam, antes, a cena e desenvolvimento do poema, mas, agora, decantados por um eu devorador, em que, à partida, logo sucede regresso de dor e ruína, como em Mário de Sá-Carneiro, que se interroga: “Aonde irei neste sem-fim perdido, / Neste mar oco de certezas mortas? – “ («Sob o olhar de Hermes: da viagem à vertigem», Sexta-feira, 5 de Fevereiro de 2010.)

2.1.7.- Da sétima secção:

«Que costa é que as ondas contam
 e se não pode encontrar
 por mais naos que haja no mar?» (Fernando Pessoa, *Mensagem*, 1934)
Perigos há que amedrontam
mas é de honra as procurar.

A epígrafe está tomada do poema “Calma”, terceiro de III *Os Tempos*, da Terceira Parte, *O Encoberto*

*Que costa é que as ondas contam
E se não pode encontrar
Por mais naus que haja no mar?
O que é que as ondas encontram
E nunca se vê surgindo?
Este som de o mar praíar
Onde é que está existindo?...*

(on-line: <http://www.revista.agulha.nom.br/fpesso04.html>)

Comenta João Manuel Mimoso (2003, revisto 2004): «Este poema representa uma espécie de tempo de paragem para reflexão, o que talvez tenha justificado o seu nome.»

2.1.8.- Da oitava secção:

«—Ó da barca!
—Que me queres?
—Quereis-me passar alem?
—Quem eres tu?
—Não sou ninguém.»

(Gil Vicente, *Auto da Barca do Inferno*, 1517)

Eis a cena de que a epígrafe está tomada:

Chega o Parvo ao batel do Anjo e diz:

*PARVO Hou da barca!
ANJO Que me queres?
PARVO Queres-me passar além?
ANJO Quem és tu?
PARVO Samica alguém.
ANJO Tu passarás, se quiseres;
porque em todos teus fazeres*

per malícia nom erraste.

*Tua simpreza t'abaste
pera gozar dos prazeres.*

*Espera entanto per i:
veremos se vem alguém,
merecedor de tal bem,
que deva de entrar aqui.*

Explica Helen Souza Isidoro Soares Alvares (2004):

[...] O tema do *Auto da Barca do Inferno* pode ser visto como uma resposta à indagação acerca do destino imposto pela morte. A peça está embebida de uma conceção medievalizante. Daí que seja dada atenção aos gestos cometidos na terra, porque deles depende a vida posterior. Desse modo, a peça mostra que trágico é o destino do homem após o pecado original, por estar sujeito à condenação eterna.

Essa questão vital é tratada de modo cómico. Isso permite enquadrá-la na perspectiva da literatura carnavalizada, aludida por Bakhtin, que é dar um tratamento humorístico às questões mais cruciais: o sentido da realidade, o destino do homem, a orientação da existência.

2.2.- Breve comentário de algumas epígrafes

Em *Invenção do Mar* pode facilmente comprovar-se que Jenaro Marinhos anda a brincar com os textos, os citados e os seus, e mesmo brinca nos textos, porque deveras está a dialogar (ou “metalogar”) com os seus autores. Lembro o dito no § 1.1. Fá-lo seriamente, deleitavelmente, encerrado no jogo das palavras, mas, ao tempo, apontando para realidades tanto prazenteiras quanto dolorosas, que o rodeiam, que o envolvem (e que envolviam os autores “epigrafados”). É por isso que tenho de corrigir e completar aquelas três razões do brincar, se for aplicado à literatura; se o estimamos tornado em dança dialogal das palavras, tecidas literariamente.

Porque o brincar literário e, em particular, o levado adiante por Marinhas é *deleitável*, mas dolorosamente *deleitável*; dirige-se a um *fim intrínseco*, mas enguedelhado na realidade cruel da Galiza; destila *puro prazer*, mas prosseguido em conflitos azedos.

As epígrafes transcritas e contextualizadas evidenciam-no, como patenteiam a progressão paradoxal da Vida na Morte ou, antes, acaso da Morte na Vida, e presidida, a progressão, pela aventura do Mar.

E que é o Mar para Marinhas? Define-o referindo-o a si próprio, cujo apelido, *Marinhas*, parece tentar abraçar o *Mar*; à *Amada* desconhecida, a quem *aMar*; à Galiza, mar de bosques e selva de águas salgadas, e por fim à Vida e à Morte, Mar imenso a que fluem os rios todos da Vida, como evoca o *Eclesiastes* (1, 7): «*Todos os rios se dirigem para o mar, e o mar não transborda. Em direção ao mar, para onde correm os rios, eles continuam a correr.*»

Vejamos o brincar dialógico do Marinhas com autores e textos nalgumas das epígrafes:

a) Com Sá de Miranda (epígrafe à segunda secção). Aos versos do poeta renascente («Os que mais sabem do mar / fogem de ouvir as sereias»), Marinhas acrescenta «mas é gostoso escutar / desde rochedos e areias / os ecos do seu cantar», *invertendo* o denotado nos versos originais: «*eu não me soube guardar: / fui-vos ouvir nomear / fiz minh' alma e vida alheas.*» Com certeza, o poeta moderno soube guardar-se da sedução que tornou alheias alma e vida, de modo que, gostando dos ecos do canto das sereias, ficou dono dos sentidos e mesmo do tempo.

b) Com António Nobre (epígrafe à terceira secção). Marinhas apenas toma um verso do poeta («Hei de fazer parte do mar»), para, a seguir, mudar a mensagem decadente do poeta: «Não serei água, nem serei espuma / não serei o sal nem serei a bruma, / apenas ânsia de navegar», como corrigindo a deriva imprópria que o poema “António” seguiu: Por lógica, a obriga de «fazer parte do mar» tem de corresponder-se com o navegar, com a «ânsia de navegar». É aspiração que Marinhas desenvolve certo na terceira secção.

c) Com Afonso o sábio (epígrafe à quinta secção): Navegar não é objeto só de ânsia, mas de gosto, neste contexto em conformidade com o dito pelo régio poeta, nos vv. 34-36: «Ca mais me pago do mar / que de ser cavaleiro / ca eu fui já marinheiro». Consequência lógica do poeta moderno: «e gosto de navegar.» Não sei se nesta brincadeira do Marinhas com o rei agacha uma secreta admiração pelo rei sábio ou, antes, alicerça na retranca tão própria de galegos. Desse ponto de vista Afonso era bom galego, como bem demonstram as suas cantigas de escárnio.

Lembro os significados de retranca na Galiza, segundo o *Dicionário Eletrónico Estraviz*: «s. f. (1) Ironia, raposaria, segunda intenção. (2) Graça intencionada no falar.» Nem sei se tem algo a ver com outros significados, como «(6) Ato de dar couces.»

d) Com Mário de Sá Carneiro, (epígrafe da sexta secção): À pergunta do poeta («Aonde irei neste sem-fim perdido / neste mar oco de certezas mortas?») Marinhas corresponde com outra: «se me acompanhas, sósias fermentido / que me desequilibras e desnortas?» É sabido que o nome *sósia/s* (“indivíduo parecido com outro” ou indivíduo indistinto) surgiu 2.250 anos atrás na comédia de Aristófanes (*As vespas*), cresceu em Plauto (*Amphitryon*, *Anfitrião*) e seguiu uma longa maturação em Molière (*Amphitryon*) e, antes, em Fernando de Rojas, como criado de Calisto (*La Celestina*); porém, Sósia é principalmente o servente de *Anfitrião*, a comédia de Plauto, em que a personagem se afastou dos outros serventes anónimos del teatro greco-latino até o seu nome se tornar em palavra comum.

O poeta galego, mas navegante, confronta-se com o poeta português, perdido no «mar oco de certezas mortas», que vem a ser ele próprio. Será que Marinhas, sósia, indivíduo quase sem nome, como ele se considerava, navega por um mar pleno de certezas vivas?

e) Com Fernando Pessoa, (epígrafe da sétima secção e última em diálogo com os poetas citados): Diz Pessoa, “dirigido” por Marinhas: «Que costa é que as ondas contam / e se não pode encontrar / por mais naos que haja no mar?» E, como um ecoar inverso (se) responde Jenaro, dom Jenaro (assim o tratava eu): «Perigos há que amedrontam / mas é de honra as procurar.» Salvo erro, são as ondas, sobre

que avança o navegante, as que devem ser procuradas para que, sereias benéficas, lhe narrem a costa, a meta, o objetivo da singradura. De novo encontramos o poeta galego defrontado ao português justamente na esperança, na potência do esperar: Pessoa parece desesperar de achar neste mundo o objetivo procurado; Marinhas, apesar das dificuldades, dos conflitos, das contradições confia em progredir neste mundo e para este mundo pelos caminhos da honra até...

Porque sem dúvida, como no *Auto da Barca do Inferno* (de que está tomada a epígrafe final) haverá o anjo (ou acaso o navegante se transforme em anjo) que passe (ou se passe ao além) o poeta galego. Não sem paradoxo quem o consegue é “ninguém”, a contrapor-se mas a prosseguir os trabalhos e os dias do homem que Jorge de Lima (na epígrafe da primeira secção) fazia navegar «sem naus e sem remos, mesmo sem vagas e areias»

3.- Leve conclusão.

Eis a lição, mais do que moral, noética (por nacional), tirada apenas das epígrafes com que dom Jenaro Marinhas del Valle apresenta as oito secções de *Invenção do Mar*: Esperar contra toda a esperança que a Galiza existe (sic), embora ainda não seja.

Confio em tornar evidente esta, por agora, hipótese, quando levemos adiante de vez a análise do poemário. Para o patentear, proponho(-me) acudir mais uma vez com o Aquinate à escolástica, e, neste propósito, arremedar (com respeito) as vias probatórias do ser (*essência*) da Galiza, apesar de tudo, ou, contrariamente, patentear que identidade (*existência*) da Galiza acontece na comunicação entre pessoas as quais, como Marinhas del Valle, sentem a condição de galegos.

Resumo ambos os processos por palavras de Bento Silva Santos (2003: 14) a respeito do *apofatismo*, as quais, a meu ver, podem ser aplicadas, sem as violentar, à realidade (social, comunitária) da Galiza, segundo se (me) oferece no “sonetário” de Jenaro Marinhas del Valle:

Por apofatismo da essência entende-se a capacidade noética individual como veículo para chegar ao conhecimento dos existentes: portanto, eu conheço os

existentes enquanto entidades concretas, determinadas pelo logos da sua ousia assim como eu o concebo racionalmente. Quando se trata de uma ousia incriada/transcendental/sobrenatural, admito compreender a existência de uma tal ousia, mas não conheço a sua realidade. Partindo de “Dionísio”, o pensamento filosófico-teológico ocidental estabeleceu três vias de possibilidade analógica do conhecimento de Deus: a Via negationis, a Via affirmationis (ou causalitatis) e a Via eminentiae.

O apofatismo da pessoa, ao contrário, parte da constatação segundo a qual a *minha existência* e o *meu conhecimento* são fatos consequentes às *relações pessoais*. Enquanto tal, a *relação* não se esgota com uma fórmula noética, mas pressupõe um envolvimento existencial total, do qual participam as mais diversas capacidades humanas, não somente intelectivas. O primeiro impacto do ato de relação é a individuação do *modo de existência* do “outro”. Disto deriva que a *definição racional* da *ousia* do outro é consequente, não antecedente à individuação da diversidade do existente “outro”, por mim conhecida através da relação. Nenhuma definição noética ou linguística pode esgotar a imediaticidade e *totalidade* da relação pessoal imediata.

Obras citadas:

H. L. Barbas (1990.2003): *Laura de Anfriso de Manuel da Veiga Tagarro - poesia e história*. Dissertação de Mestrado em Estudos Literários defendida (e aprovada) na F.C.S.H. em janeiro de 1990, com o título *Laura de Anfriso de Manuel da Veiga Tagarro - História e Hermenêutica*.

On-line: <http://www.helenabarbas.net/TagarroHB.htm>

D. L. Pessoa de Barros, L. L. Florin (1994): *Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade*, São Paulo, Edusp. Citado em J. C. Machado 2005.

B. Gomes Bezerra, B. G. (2007): «Colônia de gêneros: o conceito e seu potencial analítico», Apresentação de Trabalho/Comunicação in *4.º Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais*. On-line:

<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/index1.htm>

<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/27.pdf>

M.^a E. Borges Daniel (2009): «As relações da epígrafe com os gêneros introdutórios» in *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 38 (3, setº-dezº): 335-344.

On-line

http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N3_26.pdf

Camões, *Os Lusíadas*. On-line: <http://oslusíadas.no.sapo.pt/indice.html>

I. A. Estraviz: *Dicionário Eletrónico Estraviz*. On-line: <http://www.estraviz.org/>

F. Fernández Rei (2003): «Omar e a poesia galega. Singraduras na construcción da patria da lingua» in *Revista Galega de Filoloxía* 2003, 4: 11-57. On-line: <http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/2183/2601/1/RGF-4-1-DEFINITIVO.pdf>

P. H. C. Fontenelle de Araújo (2004.2005): *A morte na obra de Alphonsus de Guimaraens e Antônio Nobre*, Rio de Janeiro, Usina de Letras. On-line: <http://www.usinadeletras.com.br/exibetexto.php?cod=5330&cat=Ensaio&vinda=S>

Intertextualidade in <http://pt.wikipedia.org/wiki/Intertextualidade>

H. Souza Isidoro (2004): «Gil Vicente e o teatro medieval: Auto da Barca do Inferno» in *Artigos.com*. On-line:

M. Rodrigues Lapa (1970): *Cantigas d'escarnho e de mal dizer*, Vigo, Galaxia.

L. Jean Lauand (2000): «*Deus Ludens* - O Lúdico no Pensamento de Tomás de Aquino e na Pedagogia Medieval», texto da prova pública de erudição para o concurso de Professor Titular - História da Educação, Dpto. de Filosofia e Ciências da Educação - Fac. de Educação Universidade de São Paulo. <http://www.hottopos.com/notand7/jeanludus.htm>

J. C. Machado (2005): *Intertextualidade na poesia de Carlos Drummond de Andrade*. Trabalho desenvolvido como projeto de Iniciação científica, durante a graduação do curso de Letras da Universidade de Franca. On-line: <http://www.portrasdasletras.com.br/pdtl2/sub.php?op=literatura/docs/intercarlos>

A. Marchese - J. Forcadellas (1978.1989): *Diccionario de retórica, crítica y terminología literaria*, Barcelona, Ariel. Tradução e adaptação ao castelhano da edição italiana, *Dizionario di retorica e di stilistica*, Milão, Mondadori, 1978.

S. Nitrini (2000): *Literatura Comparada*, São Paulo: Edusp.

G. Paulino - I. Walty - M. Z. Cury (1995): *Intertextualidades: Teoria e Prática*, Belo Horizonte, Lê Ltda., 1.^a ed.

Fernando Pessoa (1934): *Mensagem*, edição on-line anotada por João Manuel Mimoso e ilustrada por Carlos Alberto Santos

(<http://www.historia.com.pt/Mensagem/Index.htm>)

C. Reis - A. C. Lopes (1987): *Dicionário de narratologia*, Coimbra, Almedina.

E. Rodrigues (2010): «Sob o olhar de Hermes: da viagem à vertigem», *Fazer Olhinhos*, Sexta-feira, 5 de Fevereiro de 2010. On-line <http://culturaport.blogs.sapo.pt/12564.html>

B. Silva Santos (2003): «Escritura e Tradição como regra da Verdade Teológica em Dionísio Pseudo-Areopagita», *Redes. Revista Capixaba de Filosofia e Teologia*. 1 (2003: 115-132).

On-line: www.bentosilvasantos.com/ (pp. 1-19)

C. Garcia Scramim (2006): *A presença do Helenismo de Ricardo Reis e da visão do Mundo Grego Clássico na poesia de Sophia de Mello Breyner Andresen*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Mestrado em Letras, da Universidade Estadual de Maringá. Maringá

V. M. Aguiar & Silva (1986): *Teoria da Literatura*, Coimbra, Almedina, 7.^a ed.

V. M. Aguiar & Silva (1990): *Teoria e Metodologia Literárias*,. Lisboa: Universidade Aberta.

Gil Vicente (1517): *Auto da Barca do Inferno*. Texto proveniente de: A BIBLIOTECA VIRTUAL DO ESTUDANTE BRASILEIRO (<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>) (<http://xoomer.virgilio.it/jornallasalle/bv000107.pdf>)

7. CAIO César CHRISTIANO, UNIVERSIDADE DE POITIERS,

FRANÇA



CAIO CÉSAR CHRISTIANO é linguista e ensina português para estrangeiros no Instituto de Ciências Políticas de Paris e na Universidade de Poitiers, onde deve concluir muito em breve seu doutorado sobre o comportamento dos verbos em português europeu e brasileiro.

Tema 2.4 Maluma, takete, bolacha e tablete.

TRABALHO NÃO RECEBIDO DENTRO DOS PRAZOS

8. CARLA GUERREIRO, Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação, carlaguerreiro@ipb.pt



CARLA ALEXANDRA FERREIRA DO ESPÍRITO SANTO GUERREIRO é licenciada em Português Inglês (Ensino de) pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Mestre em Ensino da Língua e da Literatura Portuguesas, com a Tese: *A Mundividência Infantil na Obra de Guerra Junqueiro*.

Atualmente é bolsista da FCT, tendo realizado a investigação para Trabalho de Doutoramento: *A Literatura para a Infância em Portugal, do séc. XIX ao séc. XX - Contributos para a identificação de Paradigmas*, encontrando-se à espera da defesa do trabalho.

É Docente do Instituto Politécnico de Bragança, pertence ao Departamento de Português da Escola Superior de Educação, desde 1999, sendo responsável por cadeiras de Língua Portuguesa, Literatura para a Infância e Literatura para a Juventude. É membro da Associação Portuguesa para a Literacia (*Littera*) e do OBLIJ (Centro de Investigação da Literatura para a Infância e Juventude) da UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro). Coordena, desde 2001, um conjunto de Projetos, em parceria com o Espaço Lúdico-Infantil da ESEB, no âmbito da promoção do Livro e da Leitura, no âmbito do Plano Nacional de Leitura - *Ler+*, que abrange desde o Pré-escolar ao 2º Ciclo de Escolaridade.

Tema 2.7 CAMINHOS DA ESCRITA PORTUGUESA PARA A INFÂNCIA, NA ATUALIDADE

Por um lado, escrever representa uma das formas de desafio à morte e à temporalidade a que todos os seres estão sujeitos; por outro lado, ler é também permanecer. E o que é escrever para a Criança? Será escrever para a Infância, criar para um mundo que já não é o nosso? E quanto à criança que lê connosco, porque ainda não o sabe fazer sozinha? Começaremos por apresentar as reflexões de alguns escritores para Infância, que consideramos incontornáveis no panorama literário nacional, por nós questionados sobre a pertinência ou não de se falar de uma Literatura para a Infância e das características que ela apresenta atualmente.

Segundo Luísa Monteiro:

É importantíssimo que se fale dela e que ela nunca esmoreça. Não quero dizer com isso que seja literatura para crianças apenas. Se não for boa literatura para adultos não pode ser boa literatura para crianças. Eu falo de uma literatura séria, à margem das modas, que privilegie esse espaço sem local, esse estado divino que é a infância. (Luísa Monteiro, in Entrevista, Guerreiro, 2005: 1) ⁷

No entender de Luísa Ducla Soares:

A boa literatura para crianças é a que interessa a pessoas de qualquer idade. Em contrapartida, nem toda a boa literatura é adequada às crianças pela sua temática, linguagem, complexidade. Hoje, as escolas e as famílias já tomaram consciência da importância ímpar que assume na formação dos mais novos. (Luísa Ducla Soares, in Entrevista a Guerreiro, 2005: 1) ⁸

Para José Jorge Letria:

Ela tem especificidade e regras próprias e história bastante para lhe conferirmos essa autonomia. Só lamento que continue a ser encarada de forma menorizante pela crítica e pela investigação universitária que continua a vê-la como um subproduto. (José Jorge Letria, in Entrevista a Guerreiro, 2005: 1) ⁹

De acordo com Maria Alberta Menéres:

Não estamos a falar de uma literatura infantil ou infantilizada. Por isso, o que se escreve para a infância e juventude tem de ser vocacionado para a alegria, o entusiasmo de ver (ler e saber), de entender o mundo à nossa volta, onde quer que nos encontremos. E não esquecer que um bom livro para os mais novos tem de ser um bom livro para toda a gente (Maria Alberta Menéres, in Entrevista a Guerreiro, 2005: 1) ¹⁰

Todos os autores, que responderam à nossa pergunta, evidenciam como denominador que é comum às obras literárias para a Infância, as suas qualidades estética e ética. Nesta linha, o crítico literário Paul Hazard, afirma:

Estouvadamente e sem respeito pela sua qualidade de pessoa se oferecem textos para a criança ler. É importante proporcionar às crianças livros não que

despertem a pieguice, mas a sensibilidade; que as façam participar nos grandes acontecimentos humanos; que lhes deem o respeito da vida universal: a de animais, a das plantas (...) (Hazard, 1967: 85)

Com efeito, se toda a Literatura é de “encomenda impossível” (Letria, 1994: 12), a Literatura para a Infância é-o como nenhuma outra. Só pode e deve escrever para crianças quem se sinta compelido por um imperativo próprio.

Escrever para os mais jovens é uma forma de deixarmos aceso o lume do sentimento mágico da vida, o único aliás que pode decretar, em qualquer praça, em qualquer livro, em qualquer sala de aula o direito de mantermos a infância viva em nós, muito para além do prazo de validade que artificialmente costuma ser-lhe atribuído. (Letria, 1994: 12)

As principais linhas condutoras da escrita dos autores contemporâneos de obras para a Infância são as seguintes:

- a) A re-escrita da tradição e da oralidade e a reinvenção do maravilhoso;
- b) A exploração do humor, da imaginação, do fantástico, do *non-sense*;
- c) O percurso do sujeito pelas vias da introspeção, emergindo este com sede de afetos e interrogações;
- d) A intensificação das potencialidades poéticas e rítmicas da língua, em prosa ou verso;
- e) O jogo com as palavras ou trocadilho;

No nosso país, sobretudo desde meados da década de 70 do séc. XX, termos vindo a assistir à autonomização e ao enriquecimento, tanto em termos estéticos como pedagógicos, da Literatura para crianças e jovens e é grande o número daqueles que pensam que esta é uma Literatura que pode ser praticada por avós, julgando que estão, irremediavelmente, em presença de uma escrita que não deve ser levada demasiado a sério. Daí que surja quase sempre associado à Literatura para crianças e jovens, o estigma da menoridade e da desresponsabilização em termos culturais e literários:

⁷ Entrevista não publicada.

⁸ Idem.

⁹ Entrevista não publicada.

¹⁰ Idem.

Segundo Shavit Zohar:

Desde o princípio, a literatura para crianças sempre foi encarada pelos outros sistemas como inferior (...) A maior parte dos livros infantis não é considerada parte do património cultural e, por isso, as histórias da literatura nacionais pouco ou nada se referem a livros infantis. Deste modo faz-se a distinção entre literatura real e literatura para crianças (Zohar, 2003: 61)

Situando-se num domínio mais próximo da realidade, criando universos dominados pela fantasia ou através de uma simbiose entre estas duas áreas, a atual narrativa portuguesa para crianças oferece ao seu potencial leitor um leque muito variado de temas e facilita uma progressão linguística e semântica adequada ao desenvolvimento da criança.

Encontramos na escrita portuguesa contemporânea para crianças uma significativa riqueza e variedade de propostas, que vão desde a realidade à fantasia, das estórias de animais às narrativas de aventura e de mistério

A partir de 1974, abriu-se uma nova época no que respeita à Literatura para a Infância e Juventude, em Portugal, que conseguiu singrar com sucesso, apesar da concorrência e das traduções das obras estrangeiras. Os primeiros anos revelaram novos autores e consagraram outros. Até à década de 80 foi um tempo marcado por uma Literatura destinada quase exclusivamente à criança até aos dez anos. (Bastos, 1999)

A partir daí, até esta parte, tem havido um aumento de interesse pela Literatura para os mais novos, visível, por exemplo, na edição de várias coleções, tais como, *Uma Aventura* (1982), de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, *O Clube das Chaves* (1993), de Maria Teresa Maia González e Maria do Rosário Pereira ou a coleção *Triângulo Jota*, de Álvaro Magalhães e *O Bando dos Quatro*, de João Aguiar (ambas da década de 80).

Quando escrevem textos para um público Infantil/Juvenil, os escritores portugueses contemporâneos veem-se confrontados com uma dicotomia, já por nós apresentada anteriormente: por um lado enveredar por um caminho de fantasia, onde todas as invenções e mitos têm entrada.

Esse é um universo de magia, habitado por fadas e duendes, bruxas e gigantes, objetos e animais falantes. Aí viceja o *non-sense* e reina a imaginação, a “fantasia moderna” (Huck, 1987: 56)

Por outro lado, coloca-se-lhes a questão de enveredar pelo caminho do realismo, revelando pessoas e situações autênticas ou possíveis. Todos os lugares do mundo aí cabem e todos os que neles habitam, “o realismo contemporâneo” (*Idem, ibidem*: 265).

Podemos afirmar, sem prejuízo de erro, que os escritores do séc. XX que escolhemos como *corpus* de estudo, na produção literária para a Infância, refletem na sua obra literária ser fascinados por ambas as vertentes.

Todas as temáticas têm cabimento, quando se trata de escrever obras cujos destinatários são as crianças, sendo elas perspectivadas pela sociedade do séc. XX como seres que têm de ser cada vez mais conscientes da realidade envolvente e que são solicitados a participar nessa mesma realidade, de forma ativa.

O poder das boas histórias infantis é, mais do que nunca, entendido como o facto de terem múltiplos significados para o desenvolvimento da criança e contribuírem para a riqueza psicológica de cada uma. Quer no domínio da fantasia, quer no domínio da ficção realista, o conto continua a refletir problemas essenciais da existência humana, à semelhança do conto tradicional, mas vai também abrir-se a problemáticas novas, decorrentes de um olhar atento sobre o mundo que nos rodeia.¹¹

11 José Jorge Letria é indubitavelmente, um dos escritores que maior produção literária tem relativamente a obras que explanem temáticas atuais, de grande importância na formação cultural e humanística de crianças e jovens. Apresentaremos, apenas a título de ilustração, os seguintes exemplos:

O 25 de Abril, contado às crianças (1999); Portugal para os Pequenininhos (2000); O Terrorismo explicado aos Jovens...e aos Outros (2000); A Violência explicada aos Jovens (2000); A Cidadania explicada aos jovens ...e aos Outros (2000); Conversa com o séc. XX; As Religiões explicadas aos Jovens ...e aos Outros (2001); (A) Ecologia explicada aos Jovens (2002); A Globalização explicada aos Jovens (2002).

Para comprovar este facto pensemos em alguns títulos, tais como: O Grande Continente Azul (1985), ou João Ar-Puro, no País do Fumo (1985), ou (Na) rota da Ilha da Tosse - O prazer de não fumar (1991), de J.J. Letria, no conto de Anabela Mimoso, História de um rio, contada por um castanheiro, (1983) ou no conto O Espírito da Mata, Aventuras de Natal no Buçaco (2000), ou Verde Moce & a Grande Questão (s/d), de Luísa Monteiro, para mostrar como na escrita contemporânea para crianças estão bem presentes preocupações com prementes assuntos atuais, como a importância da ecologia, o valor do equilíbrio do meio ambiente e a importância da reciclagem.

É de referir igualmente o Projeto: “Pintar o Verde com Letras” resultante de uma iniciativa da Direção Regional de Cultura do Norte, que lançou a um conjunto de escritores e ilustradores o desafio de criarem histórias que tivessem algumas das áreas protegidas desta zona do país como lugares de inspiração e os seus habitantes, a sua fauna e flora como personagens.

Na escrita contemporânea para a Infância, em termos da construção técnico formal, o texto iniciado pela expressão “Era uma vez”, que introduzia uma narrativa de terceira pessoa vai dar lugar, com frequência, a uma narrativa de primeira pessoa e a um narrador participante, que suscita uma aproximação e identificação diferentes, por parte do leitor/criança, fazendo com que o seu envolvimento com a obra literária, como objeto lúdico e construtivo, seja maior:

Segundo Letria:

Sem renunciar à sua vocação pedagógica e formativa, não deve a obra literária arvorar-se em juiz do que quer que seja. Pode e deve, isso sim, apetrechar os leitores mais novos com os instrumentos da crítica, da lucidez e do discernimento e sobretudo como um valor único e imperecível que é o gosto pela leitura e a paixão pelo livro como objeto de afeto, de descoberta e partilha. (Letria, 2000: 89).

Com efeito, existe a clara opção dos escritores portugueses contemporâneos escolherem personagens-crianças, com quem a voz narrativa partilha a visão e os acontecimentos do mundo, o que aproxima ainda mais o leitor/criança das histórias narradas e das suas mensagens.

A visão infantil apresenta-se, não raramente, como guardando vestígios de uma espécie de olhar primordial ingénuo e incorrupto, que remonta a um “Paraíso inicial” e que se maravilha perante o espetáculo do mundo e das coisas mais simples e insólitas. É ainda uma forma de ver o mundo também na sua vertente onírica e mágica, onde o Bem e o Belo parecem ainda ter lugar:

Los niños protagonistas son únicos, aunque pueden señalarse algunos rasgos comunes, siempre de acuerdo con las características psicológicas de la edad que estos niños-protagonistas y personajes secundarios tienen. (...) Con este tipo de personajes el lector entra en comunicación muy fácilmente. (Manzano, 1987: 60-61)

Limitámos a nossa comunicação, por motivos de tempo, apenas ao modo narrativo e ao género conto, pois que ele constitui uma das formas narrativas mais divulgadas, assumindo diversas facetas na escrita dos autores portugueses contemporâneos.

Uma das dimensões que gostaríamos de começar por evidenciar consiste num trabalho mais próximo da Literatura Tradicional, através da re-escrita de contos. António Torrado, com *Histórias Tradicionais Portuguesas, contadas de novo*, e, em parceria com Alice Vieira, *Contos e Lendas de Macau* e José Jorge Letria, com *Contos da China Antiga* (2002), *Lendas e Contos Judaicos* (2003) e *Contos e Lendas do Japão* (2004), são alguns dos autores que têm desenvolvido uma atividade mais intensa de escrita nesta área.

Concretamente nas obras de António Torrado, em que ele recia as narrativas de tradição oral portuguesa, consubstancia-se o ponto de vista de António Sérgio:

Os requisitos básicos de uma boa história são a ação rápida e ligada, um assunto de imagens familiares com certo tom de maravilhoso e a repetição ou estribilho de algumas frases características (Sérgio, 1988: 35)

Estes contos aproximam-se muito da oratura, no que respeita à sua sintaxe e aos mecanismos de conexão frásica: “O conto para crianças nasce com uma modulação de língua, uma entoação. Uma maneira de ele ser contado, quase no limite entre a escrita e a oralidade.” (Cariello, 2002: 121)

É precisamente esta *oratura* que apaixona António Torrado. Por isso ele é, acima de tudo, um contador de histórias que desfruta do prazer de contar, como os antigos contadores e explora a música, a musicalidade, o ritmo da voz.¹²

Uma segunda faceta a destacar nos contos portugueses contemporâneos, poderia ser designada por reinvenção do maravilhoso. Fora da tradição oral, diversos autores retomam a tradição do conto, quer reutilizando as suas marcas orais explícitas “Era uma vez...” e a galeria de personagens típicas do conto tradicional (reis, princesas e animais fantásticos), quer introduzindo o maravilhoso num contexto moderno, sendo que em ambas as situações há o recurso a metamorfoses, intervenções mágicas e objetos que possuem poderes especiais.

Segundo Jesualdo (...) *a criança retornará sempre aos contos de fadas, às histórias antigas e populares, anónimas e conseguirá fazer do seu sonho uma realidade muito pitoresca. Procurar destruir na criança essa maravilhosa capacidade mítica seria tentar, com estúpida antecipação, a mais brutal das mutilações* (Jesualdo, 1993: 23).

Na Literatura portuguesa contemporânea, encontramos ecos dessa reinvenção nos livros: *O Tambor-mor* (1980) e em *Dez Contos de Reis* (1990), de António Torrado; em *O Dragão* (1982), *A Princesa da Chuva* (1984) e *Seis histórias de encantar* (1985), de Luísa Ducla Soares e em *Sophia de Mello Breyner Andresen*, concretamente na re-escrita do conto japonês *A árvore* (1985).

A temática da reinvenção dos contos de fadas ou da sua atualização à luz da evolução tecnológica tem também fortes reflexos nas histórias de José Jorge Letria: *Fadas Contadas* (1988), “A Bruxa Vassourinha”, in *Histórias do Sono e do Sonho* (s./d.) e “Leontina, fada e bruxa”, in *Histórias do arco-íris* (1983).

Em narrativas com um estilo que, naturalmente, difere de autor para autor, o traço comum a estes escritores consiste na integração na sua escrita de motivos da tradição, no que respeita à construção das personagens, a certos motivos temáticos,

aos cenários e às situações, em estórias onde o humor ganha novas dimensões e a magia dos contos de fadas é atualizada no nosso mundo de tecnologia de ponta.

É para nós um desafio escrever as novas histórias destes novos tempos, em que a varinha mágica pode ser muito simplesmente um interruptor de luz; a cabana da floresta, um cavalo alado, o mais recente foguetão espacial. (...)

Vontade, imaginação e criação conjugam-se para que, em cada época, se consiga extrair do mundo a essência dessa mesma época. (Menéres, 1983: 80).

Uma das dominantes da narrativa portuguesa para crianças contemporânea consiste numa ficção criadora de mundos de fantasia. Esse mundo fantasioso pode ser preenchido por personagens e acontecimentos fantásticos, ou seja, situados para além do que é aceite como real e normal, mas apesar de fabulosos, mantendo sempre uma lógica e uma forte consistência interna, onde não raramente, o humor é nota dominante.

As histórias de animais constituem, também, uma das principais vertentes da Literatura de Fantasia para os mais novos. Na sequência de uma forte tradição da presença animal na Literatura, a moderna fantasia oferece, com efeito, um número significativo de contos com animais.

As personagens deste tipo de histórias encarnam, simultaneamente, características humanas e qualidades próprias à sua condição animal, suscitando uma forte adesão dos leitores mais novos.

O leque de sentimentos e situações aí apresentadas é vasto e, na literatura portuguesa, encontramos numerosos exemplos deste tipo de narrativas em que os animais aparecem a sós ou interagindo com figuras humanas. Os motivos temáticos que encontramos nas histórias de animais apresentam diversas preocupações.

Em áreas mais centradas no próprio *eu*, tenhamos em atenção várias histórias protagonizadas por bichos, como as *Histórias de Bichos*, escritas por Luísa Ducla Soares (1981), assistindo, sobretudo, a processos de descoberta do verdadeiro *eu* em diferentes personagens e de que *O Caranguejo Verde* constitui um exemplo

¹² Atente-se, a propósito, nas palavras de Torrado aquando da Entrega do Grande Prémio Gulbenkian de Literatura para Crianças, em 1988: “Nós até porque gostamos de ser designados de contadores de histórias, nós porque decalcamos a literatura da *oratura* e a

preferimos à mensagem escrita, nós ainda conseguimos estar próximos da Infância da humanidade” (Torrado, 1988: 2)

paradigmático. A temática do direito à diferença e da liberdade do ser e o respeito pela natureza, em todas as suas manifestações, está presente em vários contos contemporâneos para a Infância e, muito concretamente, na obra de António Torrado *O Veado Florido* (1972).

Nas narrativas contemporâneas de animais, as interações sociais surgem também como tema recorrente, assumindo diferentes cambiantes, como a questão dos preconceitos, desenvolvendo aspetos como o pacifismo, a amizade e a solidariedade.

Exemplos destas narrativas são ainda as obras: *O Gato e o Rato* (1981), de Luísa Ducla Soares e *Pinguim em fundo branco* (1973), de António Torrado; *O Jardim Zoológico em Casa* (1975), *Caidé* (1983) (livro que dedica ao seu animal de estimação) e *Tenho em casa um cãozinho* (2005), de José Jorge Letria.

Também as histórias com criação de mundos paralelos e objetos antropomorfizados são uma temática muito constante na produção literária para a Infância, tanto ao longo do século passado, como em inícios do séc. XXI.

Neste tipo de narrativas, objetos ou animais antropomorfizados ganham vida e adquirem poderes especiais, sonhos tornam-se realidade e outros aspetos que fazem parte do universo imaginário da infância são transportados para o mundo real, deliciando a criança.

Como meros exemplos, citaremos as *Histórias do sono e do sonho* (1990) de José Jorge Letria, livro em que as mais variadas coisas adquirem vida e capacidade de sonhar, e a coletânea *Da Rua do Contador para a Rua do Ouvidor* de António Torrado (2004), em que objetos do quotidiano da criança, como o lápis, a borracha, o porquinho mealheiro, entre outros, ganham vida e densidade psicológica, protagonizando os episódios mais hilariantes.

Com efeito, só desta forma, a fantasia se poderá constituir como um importante motor para libertar a imaginação e criatividade infantis, sugerindo alternativas e estimulando o pensamento divergente.

Na narrativa portuguesa contemporânea para crianças, encontramos vários autores que cultivam uma fantasia alicerçada nos aspetos acima apontados.

A escrita de Luísa Monteiro é, no aspeto da fantasia, tal como noutras facetas, exemplar.

Menos conhecida como escritora de obras para crianças e jovens, porque é sobretudo conhecida como escritora de obras literárias para adultos (autora de Novelas como *As bruxas do Ave* e *A vaca loura* e de textos dramáticos como *As Sobredotadas*), esta escritora é senhora de uma escrita sinestésica para a infância, cujo exemplo paradigmático é o livro: *Coração de Tangerina (Contos de descontar)*.

Nesta coletânea de contos para os mais novos, não só há edifícios e objetos que falam, como também os próprios elementos naturais, tais como flores, frutos e legumes, ganham vida, personificando sentimentos e emoções em histórias deliciosas, sempre relacionadas com ou protagonizadas por crianças, sendo a infância apresentada como espaço mítico.

A obra desta escritora encaixa fundamentalmente no conceito de “realismo mágico” (Colomer, *op. cit.*: 184)

Na escrita de Luísa Monteiro, a infância apresenta-se como um espaço sem local, um estado divino, afirmando a autora que a sua escrita “é pautada pelo fantástico, pela necessidade que ela tem de sentir espanto e curiosidade, sendo um modo de se re-estruturar.” (Monteiro, 2005:1)

Apresentando aspetos da fantasia, mais ligados à ficção científica, encontramos alguns contos caracterizados pela introdução de novos elementos como o extraterrestre, o robot e as máquinas fantásticas.

As obras de Luísa Ducla Soares: *Três histórias do futuro* (1983), *O disco voador* (1989) e *Crime no expresso do Tempo* (1990) são exemplos de narrativas que colocam em cena figuras de um espaço que não o nosso, mas cujos propósitos se articulam com críticas a aspetos da nossa realidade, tais como: a avidez pelo lucro, os problemas da guerra, a necessidade de justiça, ou a defesa do meio ambiente.

Frequentemente, a dimensão fantasiosa da escrita contemporânea para crianças articula-se de forma humorística com a realidade, possibilitando um olhar crítico sobre ela, refletindo e revelando aspetos da natureza humana de um ponto de vista diferente do habitual. É o caso, por exemplo, da temática da diferença, tratado por Luísa Ducla Soares, na coletânea *Gente Gira* (2000), que inclui as obras:

O Senhor Pouca Sorte (1985), *A Menina Verde* (1987) e *O Homem das Barbas* (1984) e na coletânea *Tudo ao Contrário*, que inclui: *O Rapaz Magro*, *A Rapariga Gorda* (1980), *O Homem Alto*, *A Mulher Baixinha* (1984) e *A Menina Branca*, *O Rapaz Preto* (1985).

O humor constitui a essência dos textos lúdicos desta autora, à base de jogos de palavras, tais como: as obras *A*, *B*, *C* e *1,2,3*. Estando também presente nos contos: “Adeus gasolina” e “A Sereia”, das obras *Seis histórias às avessas* e *O Meio Galo*, respetivamente.

O cómico é usado na Literatura Infantil, muitas vezes como “*catalisador, ou mais exatamente como estratégia para dar a volta à situação, distinguindo nela os elementos que permitem não a tomar demasiado a sério.*”, (Soriano, Marc, 1975 : 145).

Para Luísa Ducla Soares, o humor é considerado uma das facetas essenciais da escrita para crianças¹³. Através do humor, a autora evidencia e dá a conhecer à criança importantes problemas políticos, cívicos ou éticos, como o demonstram as obras em prosa: *O Soldado João*¹⁴ (1973), *Maria Papoila* (1973), e *O Sr. Milhões*, conto inserido na coletânea *O Meio-galo e Outras Histórias* (1976), e as obras em poesia: *O Sultão Solimão e o Criado Maldonado* (1982) e *Poemas da Mentira... e da Verdade* (1983).

Através do humor, a escritora aposta na capacidade de dizer não ao belicismo, à ganância e ao egoísmo humanos e assume claramente a defesa da fraternidade, da igualdade e da paz entre os homens.

De igual modo, pelo humor que lhe está subjacente, a produção literária de António Torrado, quer em prosa, quer em poesia, toca profundamente o leitor, pois os referentes para os quais ela remete fazem parte de cenários conhecidos por

muitas crianças. Estas aprendem a olhar o mundo com “olhos de ver” e a interrogar-se. O lúdico ganha um peso formativo que não pode, de forma alguma, ser descurado.

Conceitos e valores subjazem a todos os contos deste autor, nomeadamente àqueles em que o humor se evidencia, já que o próprio admite:

A história para crianças nunca é, como mensagem, inocente. Ou joeirada do conto popular, ou imaginada por autor nomeável, a história sempre refletirá uma particular maneira de demonstrar o mundo. (Torrado, 1997: 8).

Na ficção de carácter realista contemporânea, encontramos um “mundo possível” construído à semelhança do mundo real, mas com personagens e situações imaginadas. O facto de encontrarmos quase sempre uma criança ou jovem no centro da intriga e desta se desenrolar de acordo com o seu ponto de vista, provoca uma maior identificação do jovem leitor com a estória e maior empatia com as personagens e temáticas nelas apresentadas.

El personaje de los cuentos y las novelas actuales se definen por interrogantes planteados sobre sí mismos y sobre todo cuanto les rodea. (...) Están ahí y significan algo; pero lo que realmente importa de estos personajes es la búsqueda de la personalidad en la que están embarcados. (...) (Manzano, op. cit.: 65)

As histórias que remetem para uma observação do quotidiano, onde se encontram o universo da Infância e o ambiente familiar constituem o núcleo mais significativo do conto para crianças.

13 “Dirigir-me às crianças com lamúrias, mimos ternurentos ou linguagem infantilizante, nunca fez parte do meu estilo, mas pretendo entrar na cumplicidade com elas através do humor, que pode transformar-se numa brincadeira crítica. (...) Rir é saudável e faz falta.” Soares, in *Trinta Anos a Escrever para Crianças*, Comunicação apresentada em Beja, num Colóquio sobre Literatura Infantil.

14 “Foi no Verão de 1972 que escrevi o primeiro livro infantil, versando o tema da guerra. Estava de férias com a família e um grupo de amigos, entre eles o poeta João José Cochofel (...) Pus-me então, a pensar como se comportaria o meu amigo escritor se tivesse a desdita de ser

incorporado num batalhão (...) amigo de toda a gente, incapaz de fazer mal a uma mosca (...) Escrevi o conto de uma assentada, ali na areia quente da praia. Todas as publicações eram, ao tempo, visadas pela Comissão de Censura e *O Soldado João* não escapou ao famigerado lápis azul, que o cortou de alto a baixo (...) O Soldado João é de tal forma avesso a lutas que inviabiliza o conflito armado, transportando as regras da boa educação e da solidariedade.”

(Soares, in “Escrever para Crianças sobre a Guerra”, Comunicação apresentada num Colóquio Luso-Galaico, na Biblioteca Almeida Garrett).

Luísa Ducla Soares é uma das escritoras contemporâneas cuja produção literária inclui maior número de narrativas de temática realista. Ela considera a cidade como o seu *habitat*, a sua experiência, enfim, o seu destino.¹⁵

É tendo como pano de fundo um cenário urbano que a autora desdobra a sua escrita noutras temáticas e mensagens, como por exemplo, o relacionamento inter-racial. O fosso alarga-se, naturalmente, em relação àqueles que pela sua etnia e a cultura que lhes é subjacente se revelam díspares, em relação à norma. Este aspeto é visível nos contos: “Meninos de todas as Cores”, da coletânea *O Meio Galo*, em “O Rapaz Preto, A Rapariga Branca”, da coletânea *Tudo ao Contrário* e em “A Menina Verde”, da obra *Gente Gira*.

Pelo contrário, bucólico é o cenário de fundo da maior parte da escrita em prosa de Luísa Monteiro.

Da sua produção para os mais novos, a obra *Coração de Tangerina* (2004) apresenta-nos uma vasta galeria de personagens, que, invariavelmente, em cenários campestres, vai exprimindo sentimentos e comportamentos que refletem os humanos, embora sejam: plantas, animais, objetos inanimados, acidentes geográficos, os cinco sentidos e, até mesmo, conceitos.

Na sua obra para crianças, a natureza e a necessidade da sua preservação e defesa é um tema omnipresente. Subjacente à sua produção literária está a mensagem que o ser humano é mais um elemento do cosmos e, fazendo parte da natureza, cabe aos seres humanos preservá-la e defendê-la, correndo o risco, se não o fizerem, de destruir o equilíbrio universal e de se autodestruírem, pois dele também fazem parte.

Este ideário está particularmente presente nas obras: *Verdemoce* e *a Grande Questão*, *As Aventuras de Quim Bóio* e *O Espírito da Mata*.

Na Natureza, a floresta é um elemento particularmente valorizado pela autora:

“(…) em todas as florestas existe uma inteligência que faz com que as plantas e os animais se entendam. Todos somos necessários a todos. Essa é a nossa missão. (...) tudo pulsa à tua volta.” (Monteiro, 2002: 12-13.)

Em jeito de conclusão, diremos que ao elaborar uma representação possível do real, o conto permite à criança o contacto com problemas e factos que se prendem diretamente com o seu universo e possibilita um alargamento da sua experiência de vida, bem como o contacto com pontos de vida diversificados e com diferentes formas de perspetivar e resolver problemas, através da presença de temáticas ligadas ao eu individual e social.

Bibliografia:

BASTOS, Glória (1999) *Literatura Infantil e Juvenil*. Lisboa: Universidade Aberta.

HAZARD, Paul (1967) *Les Livres, Les Enfants et les Hommes*. Paris: Hatier.

HUCK, Ch. et al (1987) *Children's Literature in the Elementary School*. Ohio: Ohio State University, Holt, Rinehart and Winston, Inc.

LETRIA, José Jorge (1994) *Do Sentimento Mágico da Vida*. Lisboa: Edições de Autor.

MANZANO, Mercedes Gómez del (1987) *El Protagonista-niño en la literatura infantil del siglo XX (Incidencias en la Personalidad del niño lector)*. Madrid: Narcea S.A. Ediciones.

MENÉRES, Maria Alberta (s./d): *O que é Imaginação?* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SORIANO, Marc (1975) *Guide de Littérature pour la Jeunesse*. Paris : Flammarion.

TORRADO, António (s.d.) “A Literatura Infantil é uma Escrita em Voz Alta”, in *A Capital*.

¹⁵ “É nela que descubro as encruzilhadas de encontro e desencontro com os outros. Por isso, constitui um ponto privilegiado de partida para imaginar um conto, compor um poema.”, in Soares, “A Cidade: Palco de Diálogos e Conflitos entre Culturas”, Artigo da autora.

ZOHAR, Shavit, 2003, Poética da Literatura para Crianças, Lisboa, Caminho.

9. CARLOS ROCHA, ESCOLA SECUNDÁRIA CACILHAS TEJO / CIBERDÚVIDAS, LISBOA, PORTUGAL



CARLOS ROCHA é Licenciado em Estudos Portugueses pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e mestre em Linguística pela mesma faculdade. Foi leitor do Instituto Camões na Universidade de Oxford e no King's College de Londres.

É Professor do ensino secundário é atualmente coordenador executivo do Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Como aluno de doutoramento, desenvolve também investigação sobre hidrónimos portugueses de origem pré-latina.

Tema 2.1 ELEMENTOS ÁRABES NA HIDRONÍMIA PORTUGUESA

Estudos etimológicos como os de Hans Krahe (1964) e Edelmiro Bascuas (2002 e 2006) caracterizam os nomes de rios (hidrónimos) de diferentes regiões europeias enquanto membros de um subconjunto toponímico conservador. As raízes destas palavras provêm muitas vezes de estratos linguísticos arcaicos, correspondentes a línguas pouco ou nada documentadas, que pertencem ao tronco linguístico indo-europeu ou a obscuras famílias linguísticas pré-indo-europeias.

No entanto, na Península Ibérica, a hidronímia não foi indiferente a influências mais tardias, verificadas depois da época romana. Com efeito, basta lembrar que o rio conhecido na Antiguidade por *Bétis* — cuja raiz está patente em *Bética*,

designação romana de grande parte da atual Andaluzia — é hoje o *Guadalquivir*, do árabe *uad al-kabir*, “rio grande” (José Pedro Machado), eixo político, económico e cultural da Hispânia muçulmana (al-Andalus).

Em território hoje de fronteira, o *Guadiana* ou o arcaísmo *Odiana* (de *uadi ānā*) são nomes híbridos, nos quais o elemento *Ana* é eco dos tempos pré-romanos, enquanto *Guadi-* (forma castelhana) ou *Odi* (forma portuguesa), de *uad* ou *uadi-*, “rio, vale”, fazem ressoar a nomeação árabe. A estes dois casos somam-se outros hidrónimos e topónimos, nos quais a análise etimológica identifica unidades morfológicas de origem arábica.

Neste contexto, propõe-se uma breve abordagem à discussão da influência árabe no conjunto da hidronímia portuguesa, visando os seguintes objetivos:

Identificar nomes de configuração total ou parcialmente árabe entre os hidrónimos registados em dicionários etimológicos e repertórios toponímicos.

Sugerir uma avaliação preliminar do impacto da arabização da população peninsular na hidronímia portuguesa. Contribuir para a definição da distribuição geográfica dos nomes em apreço. A análise exploratória de parte do inventário de hidrónimos portugueses evidencia um conjunto importante de formas historicamente híbridas, associando elementos árabes a elementos românicos e pré-latinos; p. ex.: *ode-*(*<uadi*) em *Odiana* e em *Odemira* (Beja); e *al-*, do artigo definido árabe, em *Alfusqueiro* (Aveiro) ou *Almaceda* (Castelo Branco). Igualmente de salientar são os hidrónimos afetados por processos fonológicos característicos do árabe peninsular, como é o caso de *Tejo* (do latim *Tagus*).

1. Introdução

Estudiosos da etimologia toponímica têm defendido que os nomes de rios, a chamada hidronímia, constituem uma série onomástica conservadora, mantendo raízes vocabulares de línguas pré- e proto-históricas que oferecem resistência a processos de substituição de línguas já na época histórica. Esta posição é certamente difícil de sustentar se confrontada com a evidência de existirem

abundantes sinais de arabização da hidronímia, sobretudo no Centro e no Sul peninsulares. Na verdade, na Península Ibérica, os nomes de rios não foram indiferentes a influências mais tardias, verificadas depois da época romana. Com efeito, basta lembrar que o rio conhecido na Antiguidade por *Bétis* — cuja raiz está patente em *Bética*, designação romana de grande parte da atual Andaluzia — é hoje o *Guadalquivir*, do árabe *wad al-kbir*, “rio grande” (Machado 2003),¹⁶ eixo político, económico e cultural da Hispânia muçulmana (al-Andalus).¹⁷

A toponímia de Portugal continental não foge à tendência peninsular: como adiante se desenvolverá, são raros, para não dizer duvidosos ou mesmo nulos, os testemunhos da interferência direta do árabe no reportório toponímico na região compreendida entre o Douro e as serras transmontanas, mas tais vestígios aumentam à medida que nos afastamos para sul. Dito isto, não se podem ignorar os frequentes casos de hibridismo, nos quais se associam elementos árabes a outros de origem latina ou pré-romana; pode, portanto, aceitar-se o conservadorismo dos hidrónimos portugueses, embora numa outra perspetiva, que obriga a encarar o árabe a par do latim como línguas que interferiram profundamente na configuração dos nomes de rios do Centro e do Sul do País.¹⁸

Tendo em conta esta situação, que releva de uma história de intenso e prolongado contacto interlinguístico, o presente trabalho articula-se em três partes: a primeira parte aborda sinteticamente o tema da influência e implantação do árabe no contexto da história linguística peninsular; a segunda aponta critérios de identificação dos elementos árabes na hidronímia portuguesa; finalmente, a terceira

parte apresenta considerações preliminares sobre a distribuição da hidronímia de influência árabe.

2. O árabe na Península Ibérica: bilinguismo, diglossia e contacto interlinguístico

Após as campanhas militares realizadas entre 711 e 712, a implantação do árabe não encontrou resistências, pelo menos, no Centro e no Sul peninsulares. A numismática sugere uma transição rápida do ponto de vista administrativo, favorecida por uma vontade de “aculturação” progressiva (Guichard 2005: 243): entre 712 e 720, as inscrições das moedas começam por ser monolíngues em latim, tornam-se bilingues, em latim e árabe, e finalmente regressam ao monolinguismo, mas desta feita em árabe. Em espaços rurais e de fronteira há também notícia desse processo de arabização: é o caso de Lafões, onde a toponímia evoca situações de bilinguismo ou até de monolinguismo árabe entre populações cristãs.¹⁹

Contudo, a discussão do bilinguismo latino-árabe na Península, baseada em fontes escassas, é uma questão em aberto, porque a variação no tempo e no espaço aponta para um quadro linguístico de extrema complexidade. É possível que no al-Andalus se tenha assistido a um processo de substituição linguística que começou por definir usos funcionalmente diferenciados do árabe e do latim: ²⁰ Este limitava-se a uma prática religiosa tolerada mas não incentivada, fragmentando-se em variedades circunscritas ao registo oral em ambiente familiar ou privado (os romances moçárabes); aquele era a língua de âmbito formal e público.²¹ No entanto,

¹⁶ Mantenho a transcrição de Machado (2003), embora noutras fontes se transcreva *kabīr*.

¹⁷ Adoto a forma usada em Corriente (1992) e Guichard (2000). Machado (2003) regista *Andaluz* como entrada, mas no respetivo verbete há variação em várias menções do nome (*Andaluz*, *al-Andalus* e *al-Andalus*). Como *Andaluz* corre o risco de se confundir com o gentílico de Andaluzia, reservo *Al-Andalus* como aportuguesamento da designação árabe.

¹⁸ Em território hoje fronteiriço, o *Guadiana* ou o arcaísmo *Odiana* (de *uadi ānā*) são nomes híbridos, nos quais o elemento *Ana* é eco pré-romano, enquanto em *Guadi-* (forma castelhana) ou *Odi* (forma portuguesa), de *uad* ou *uadī*-, “rio, vale”, ressoa o árabe. Sobre o *Guadiana*, consultar Lopes (1968: 102).

¹⁹ Gomes (1995: 342) afirma que “[nas imediações de Lafões], por 1020, o rei mouro sevilhano, Abulcacim, em razia que realizava em território beirão, conquistou dois castelos defendidos por moçárabes que falavam árabe, capturando cerca de trezentos deles.”

²⁰ Este caso seria enquadrável na situação de diglossia com bilinguismo, conforme se define em Conde Silvestre (2007: 206), seguindo uma tipologia do sociolinguista norte-americano Joshua Fishman: “*Diglossia com bilinguismo: es la situación [...] en la cual la mayoría de la población tiene acceso a las variedades altas y bajas y hace un uso de ellas funcionalmente diferenciado. [...]*”

²¹ Fala-se de um processo de orientalização da sociedade andaluza, abrangendo a comunidade autóctone de neomuçulmanos (os *mwalladūn*) quer mesmo a comunidade moçárabe. Por exemplo, Álvaro de Córdova queixava-se em meados do século IX dos cristãos, que

se o impacto demográfico de árabes e berberes foi realmente significativo, sobretudo entre as classes dirigentes, torna-se concebível um quadro de convivência onde uma comunidade monolíngue empregava uma língua de prestígio, alheada de dialetos romances falados, a par do árabe, pelos restantes grupos sociais.²² Nos finais do século XI, ter-se-ia imposto o monolinguismo árabe (Corriente 1992: 443), com o desenvolvimento de variedades dialetais andaluzas, empregadas pelos próprios moçárabes (Guichart 2000: 143).²³ É justamente nesse período que se instaura em Al-Andalus um clima de intolerância religiosa, decorrente das conquistas almorávida e almóada.

Paralelamente, a literatura salienta a forte pressão da civilização árabe nos próprios reinos cristãos, pelo menos, até meados do século XI, traduzida em numerosos empréstimos documentados em textos da Alta Idade Média e em elementos de origem ou influência árabes na onomástica pessoal medieval e na toponímia a norte do Douro. O árabe alcançou igualmente presença significativa além-Pirenéus, em virtude do seu prestígio intelectual, como língua veicular de textos filosóficos e pré-científicos.

Contudo, em componentes linguísticas que não a lexical, não é clara a dimensão da influência arábica. Tem-se sugerido que a introdução das palavras árabes acarretou a alteração de certos padrões de distribuição fonológica nos romances peninsulares. Entre essas subtis interferências, pode-se incluir a neutralização entre a africada surda [tʃ] e a fricativa surda [ʃ], contraste que ainda hoje se mantém em certas modalidades dos dialetos setentrionais portugueses e nos dialetos galegos (*chave* [tʃavi] vs. *baixo* [bajʃu]). Esta neutralização teria sido favorecida pela inexistência de africadas no árabe que ainda hoje o uso etimológico do grafema <x> reflete na grafia de palavras que remontam a arabismos (*xadrez*,

xarope). O árabe poderia até ter afetado a frequência dos padrões do acento, provocando o aumento de palavras oxítonas e proparoxítonas e o de polissílabos (Toro Lillo 2010): *alecrim* <árabe *al-iklīl*; *almôndega* <árabe <árabe *al-bundqā* 'bolinha'; beringela <"esp. berenjena (sXIV-XV) 'id.', do ár. *bādjindjāna* e este do persa *bādjndjān* 'planta e fruto'" (exemplos retirados de Houaiss 2001).

3. Sobre critérios para a identificação de a hidrónimos árabes e arabizados

Em Portugal, muitos nomes de rios encontram a sua raiz em tempos pré-romanos. Estudos como os de Krahe (1964) e Bascuas (2002 e 2006) defendem que hidrónimos da maioria das regiões europeias remontam a estratos linguísticos arcaicos, correspondentes a línguas pouco ou nada documentadas, pertencentes à família linguística indo-europeu ou a obscuras famílias pré-indo-europeias. Não obstante esta hipótese também abranger toda Península Ibérica, é impossível ignorar a marca da arabização na hidronímia portuguesa. Com efeitos, abundam elementos morfológicos e traços fónicos de origem árabe, associados ou não a formas mais antigas.

No sentido de identificar tais hidrónimos e a sua distribuição geográfica, tal como se discute de forma exploratória na secção 4 deste trabalho, é necessário definir critérios para a recolha dos nomes suscetíveis de serem árabes ou arabizados. Para já, advirta-se que a identificação de um nome árabe ou arabizado é mais segura se se apoiar nas (escassas) fontes medievais existentes, requisito que nem sempre é possível satisfazer. Mesmo assim, cumpre atender a alguns aspetos linguísticos, que a seguir se enumeram:

dominavam melhor o árabe do que o latim (Guichart 2000: 56/57). É, no entanto, de admitir que mesmo em meios convertidos alguma forma de romance local subsistisse em certos âmbitos do quotidiano até à radicalização do antagonismo entre muçulmanos e cristãos no século XI; talvez depois desta época se possa falar de bilinguismo noutras condições, como reflexo do contacto entre o árabe e as línguas dos reinos do Norte.

²² Com base nos estudos de Charles Ferguson sobre diglossia, a literatura estabelece um contraste entre variedade alta (A) e variedade baixa (B), o qual pode ser aplicado à descrição do uso em sociedade de duas línguas sem relação genética; nesta perspetiva,

o árabe seria a variedade A, e qualquer dialeto moçárabe ou do Norte peninsular, a variedade B (Conde Silvestre 2007: 204).

²³ Ligando o processo de substituição linguística ao desaparecimento das comunidades cristãs depois do século XI, Guichart (2000: 144) ressalva certas diferenças regionais, referindo a especificidade do Gharb al-Andalus, ou seja, os atuais Centro e Sul de Portugal Continental, onde subsistiam núcleos moçárabes importantes, ao contrário do que ocorria na costa oriental da Península.

I. Os nomes começados por *al-* são geralmente de origem árabe, embora existam itens sem tal etimologia, como apontou Asin Palacios (1944: 24).²⁴ Assinale-se que a forma *al-*, representativa do artigo definido árabe, pode estar reduzida a *a-* devido a alomorfa decorrente da assimilação da consoante lateral [l] do artigo a certas consoantes no início da palavra seguinte (as chamadas consoantes solares na terminologia gramatical árabe)²⁵ No vocabulário comum e nos nomes próprios encontram-se casos ilustrativos desta assimilação (ver Machado 1987, 1991 e 2003 e Houaiss 2001): *adarve* (árabe hispânico *ad-darb*, 'caminho, desfiladeiro, ruela'), *Açacais* (Santarém; *as-saqāiā*, 'regueiro, arroio, fio de água no fundo de ravina'), *anadel* (arcaísmo 'chefe, comandante de uma companhia de besteiros ou de espingardeiros'; de *an-naZir*, 'que olha, que contempla; inspetor, intendente, vigilante, guarda das vinhas; administrador') *Arrábida* (Setúbal, Porto; ar-rabiTā 'convento fortificado para guardar a fronteira'); *atalaia/Atalaia* (*aT-Talā'a* 'sentinela'), *Azoia* (*az-zauīā*, 'canto, ermida, capela onde está enterrado um santo ou um morábito').²⁶

III. O elemento *ode-* é a forma portuguesa de *wadi-*, 'rio', 'vale'. Na atualidade, os topónimos *Odesseixe* e *Odemira* testemunham a autonomia morfológica de *ode-*, quando contrastadas com os hidrónimos *Seixe* e *Mira*.²⁷ Note-se, contudo, que a forma *Guadiana*, que substituiu a mais antiga *Odiana*, apresenta a variante *guadi-*, de origem castelhana.²⁸

IV. A antroponímia árabe também se fixou na toponímia portuguesa, sendo reconhecível em nomes especialmente frequentes no Sul, começados em *ben-/ben-* ou *bu-* (respetivamente, de *ibn*, 'filho' e *ab-*, 'pai') e seguidos ou não de elemento

etimologicamente árabe: *Beniça* (Sines), *Benafátema* (Silves), *Benamola* (Loulé), *Bensafrim* (Lagos), *Buçalfão* (Évora). Estes elementos podem sofrer distorções como sucede no caso de *Bela Mandil*, em Olhão (Machado 1991). Outros nomes há de configuração não tão fácil de reconhecer; p. ex.: *Ceide* (Vila Nova de Famalicão), provavelmente de *sāid*, 'chefe, senhor, príncipe'. (Machado 2003). Estes nomes revelam variação na sua adaptação morfológica e fonológica nos dialetos do atual território do Continente.

IV. Contam-se também hidrónimos que não tendo, em última análise origem árabe, revelam a interferência fonológica árabe, como é o caso de *Tejo* e talvez *Erges* (Beira Baixa): a frequente substituição de G latino pela africada pré-palatal /ğ/ do árabe (cf. Corriente 2002: 23) ocorreu no primeiro (Machado 2003) e provavelmente no segundo (idem); em *Tejo* é também de referir o fenómeno do imala, que consiste na elevação de /a/ a /e/ ou /i/ (idem; cf. *Tajo*, em castelhano, sem imala). Deve-se ainda mencionar *Cacela*, de *Castellum*, com substituição de *-um* por *-a* e simplificação de *-ST* - latino como [s] (Lopes 1968: 23).

V. Impõe-se não confundir a toponímia portuguesa formada no período da permanência árabe com a toponímia que resulta do uso do vocabulário comum de origem árabe na nomeação do espaço e de acidentes geográficos.²⁹ Apesar disso, para este trabalho, foram incluídos tais topónimos, para posterior exame.

VI. Importa igualmente referir que, sobretudo no caso de pequenos cursos de água, é frequente não se poder apurar com clareza se o hidrónimo é a conversão de um topónimo. Com efeito, muitas vezes o ribeiro, a ribeira, o barranco, etc., devem

²⁴ Por exemplo, *albergue* é palavra de origem germânica passada ao português pela via do provençal antigo (Machado 1987); *Alvão* (Vila Real) remonta ao antropónimo *Albanus* (Machado 2003).

²⁵ Corriente (2002: 60) explica que assimilação se dá diante das consoantes dentais /t/, /d/, /t/, /d/, /n/, /l/, /r/, das alveolares /t/, /d/ e /z/, das alvéolo-pré-dorsais /s/, /z/, /ʃ/ e da pré-palatal surda /ʃ/ (a classificação e notação do autor em referência).

²⁶ Sigo aqui o "método de transcrição" proposto por Machado 1987.

²⁷ Pervinquièrre (1900: 439, n. 1) definia assim *wadi*: "L'oued, c'est le cours d'eau en general; on écrit parfois *ouad* et en Égypte *ouady* et *wady*. Dans sa partie torrenteuse, il se nomme *châbat* qui, à vrai dire, est plutôt le ravin qui le contient; on emploie aussi le mot *sil* pour ce cours d'eau. S'il arrive que les rives de l'oued disparaissent, et celui-

ci se perde dans la plaine, l'emplacement qu'il occupe en temps de crue prendra le nom d'*enfidat*. Quant au vocable *nahr*, il est réservé aux grands fleuves; aucun cours d'eau n'en est digne en Algérie ni en Tunisie."

²⁸ *Guad-* é forma predominante em regiões dialetalmente castelhanas, mas também ocorre *ode-* (*Odriel*, na província de Huelva).

²⁹ Já em 1918 Leite de Vasconcelos fazia essa advertência (Vasconcelos 1918: 63): "[...] [N]ão devemos iludir-nos com palavras como *Alcaide*, *Aldeia*, *Atalaia*, *Azenha* que são ou forma do léxico quotidiano de todo o país, e que podem ter sido aplicadas como designações geográficas já depois de introduzidas nele [...]. Nas mesmas circunstâncias estão palavras como *Albufeira* e *Almargem*, que são da língua meridional, ou, ao mesmo tempo, da do Sul e da da Beira."

o nome atribuído a uma povoação, a uma quinta ou a qualquer outra forma de ocupação do território ou aproveitamento do terreno.

VII. Pode ainda pôr-se a possibilidade de se encontrarem nomes que são tradução de um nome anterior em árabe (terão os vários rios Mel que ver com *wadi al-'asa*, que descreve a água como doce, por oposição a rio Salado? cf. Asin Palacios 1944: 24).

Na investigação aqui pressuposta, estes critérios foram controlados pela consulta de Machado 2003 e Almeida (1999), para confirmar a origem atribuída. Note-se porém que essa confirmação nem sempre é possível, porque a pesquisa depara-se não só com divergências entre os dois autores, mas também com incertezas dos mesmos quanto à etimologia atribuível. A respeito do critério V, recolheram-se os nomes que correspondem a arabismos no léxico comum, sabendo embora que alguns são atualmente arcaísmos ou regionalismo de uso restrito e que por isso merecem ser assinalados.

4. Sobre a distribuição geográfica dos hidrónimos árabes e arabizados

O estudo da distribuição geográfica da toponímia de origem árabe em Portugal mostra que os elementos árabes não se circunscrevem ao Centro e Sul de Portugal Continental. Na verdade, trabalhos como os de Pedro Cunha Serra (Serra 1967) mostraram que também no Entre Douro e Minho é possível identificar topónimos que radicam na antroponímia árabe. Ainda assim, mantém certa atualidade a perspetiva de Leite de Vasconcelos (1918: 60/61), que, a respeito da influência árabe na toponímia, definia três áreas: “da fronteira setentrional até ao Douro, do Douro ao Tejo, e do Tejo ao Guadiana”. No caso dos hidrónimos de influência arábica, também é possível definir três áreas de distribuição, indo esta compartimentação ao encontro de outras propostas como a de Hermann Lautensach (Lautensach 1954: 238-241).³⁰ Vincando o geral conservadorismo etimológico da hidronímia, este investigador realça a raridade de nomes totalmente árabes nesse conjunto onomástico:

Auf der Iberischen Halbinsel trägt unter den großen Strömen daher nur der Guadalquivir (Wādi al-Kabir = der große Fluss) einen rein arabischen Namen: Der Guadalquivir besitzt heute auch noch gleichzeitig den antiken Namen Turia. Die übrigen Stromnamen gehen ausschließlich auf das Altertum zurück, sind aber mit Ausnahme d'zs nördlichsten, des Miño, arabisiert worden: Iberus > Ibro > Ebro. Salo > Salūn > Jalón. Sicuris > Siḡar > Segre. Durus > Duwiro > Duero (Douro). Munda > Mundik > (Mondego). Tagus > Tāḡo > Tajo (Tejo). Anas > Wādi Ana > Guadiana (Odiana), mit mozarabischer Erhaltung des intervokalischen n wie auch bei dem Nebenfluß Foupāna. Sucro > Suḡr > Júcar. Singulis > Genil = Genil.

É de sublinhar o modo como Lautensach aponta um aspeto fundamental do impacto da arabização da hidronímia peninsular: os hidrónimos relativos a curso de água de grande ou apreciável extensão mantiveram radicais de línguas mais antigas, tendo a arabização atuado nos planos fonológico (troca de segmentos) e morfológico (associação de novos elementos ou substituição de terminações). Em contrapartida, numa lista de 271 hidrónimos (idem: 240), o geógrafo inclui nomes referentes a pequenos cursos de água, cuja composicionalidade é totalmente de origem árabe. Nesse subconjunto, 77 apresentam *Guadi-* ou *Ode/Odi-*, mas outros não oferecem tal elemento, sendo incluídos por apresentarem apenas um termo árabe descritivo da natureza do curso de água (Aldovara, *Alfambra*; idem: 239). Lautensach confirma também a tendência identificada por Leite de Vasconcelos (Vasconcelos 1918: 60/61): os nomes de origem árabe aumentam de norte para sul (Lautensach 1954: 239), o que pode ser posto em correspondência com cinco zonas geográficas, conforme se observa no mapa 1.

Lautensach define as cinco zonas do seguinte modo: zona I (extremo Norte, até 43º - 42º 30' de latitude norte): sem interferência árabe; zona II (metade norte, até

³⁰ Ver também em Vernet Gines (1960: 506).

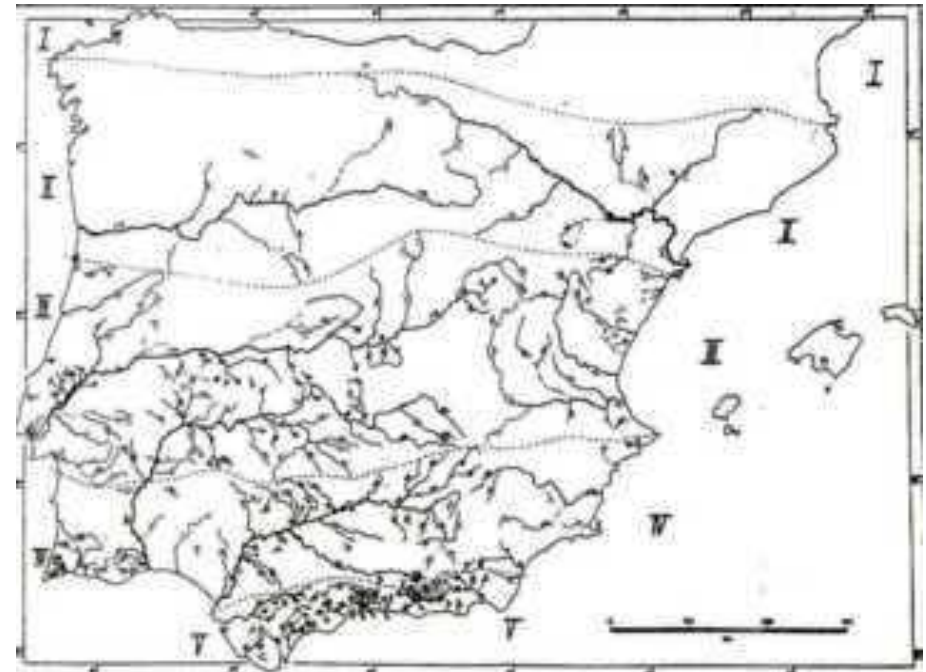
41º): a maioria dos grandes rios e dos seus grandes afluentes têm nomes arabizados, havendo casos puramente árabes em Aragão (os rios do NW português são exceção, segundo Lautensach); zona III (metade sul até 38° 30'): os cursos de água também possuem nomes arabizados, mas um importante número de afluentes e ribeiros é puramente árabe; zona IV (grande parte do Sul até 37° 10') já existem nomes arabizados para grandes rios (*Guadalquivir*); zona V (extremo sul, a partir de 37° 10'): os cursos de água têm maioritariamente nomes árabes.

A investigação de Lautensach (1954) permite assim supor que a hidronímia portuguesa pouco se furtou à influência árabe, que, ao mesmo tempo, se exerceu mais como adaptação de nomes pré-romanos e latinos às estruturas da língua árabe. Parece, portanto, depreender-se que no território português continental não é de esperar que os nomes de estrutura completamente árabe predominem. Por outras palavras, seguindo Lautensach (1954) pode afirmar-se que a hidronímia de Portugal Continental nunca conhece nem a ausência nem a supremacia de material lexical árabe, eventualmente predominando as raízes pré-árabes, alteradas pela arabização.

Para esta discussão, pareceu de utilidade proceder a uma pesquisa preliminar que permitisse definir um pouco melhor a distribuição dos hidrónimos árabes ou arabizados no território continental português

Foi assim que fiz uma recolha com base nos dados disponíveis no *Reportório Toponímico de Portugal (Continente)*, (RTP-C), na sua versão em linha. Neste recurso definem-se três categorias de cursos de água:

- “Rio Importante (mais de 100 km)”, com 306 registos de nomes
- “Rio (de 20 a 100 km de extensão)”, com 1302 registos de nomes
- “Ribeira/Ribeiro/Curso de Água”, com 11183 registos.³¹



Mapa 1- hidrónimos que apresentam elementos árabes e arabizados
(Lautensach 1954)

Para este trabalho, optou-se por estabelecer duas categorias apenas, às quais correspondem duas base de dados:

Rios com uma extensão superior ou inferior 100 km, até ao limite mínimo de 20 km (daqui para a frente designada por BD_I)

Hidrónimos relativos a cursos de água com uma extensão inferior a 20 km (daqui para a frente designada por BD_II).³²

A BD_I é constituída por um conjunto de 459 registos, resultado da inspeção completa dos registos correspondentes às categorias I e II do RTP-C (1608 registos).

³¹ Observe-se que os registos do RTP-C têm de ser usados com cuidado, porque existem erros e variação de ortografia bem como repetições da mesma designação que exigem um trabalho de triagem quando se empreende o estudo destes nomes.

³² Os cursos de água são designados de vários modos: *barranco, barroca, corgo, ribeira, ribeiro* e até *rio*.

A BD_II inclui um conjunto de 2000 registos, em resultado de uma recolha parcial respeitante ao total de 11 183 registos pertencentes à categoria III do RTP-C.

Os hidrónimos assim recolhidos foram depois classificados de acordo com diferentes variáveis (distrito, bacia hidrográfica, origem, primeira atestação, entre outras). A pesquisa aqui apresentada centra-se na variável origem, cujo campo de classificação foi preenchido, nesta fase preliminar de investigação, apenas por informação etimológica estabelecida por dois autores, Machado (2003) e Fernandes (1999).³³ Uma primeira lista de hidrónimos assim identificados como árabes e arabizados encontra-se em anexo, no fim deste trabalho. Assinale-se que a BD_II é, por enquanto, uma amostra (17, 88%) da categoria III do RTP-C, a qual, como se disse, abrange 11 183 registos.

Feita a classificação do material onomástico da BD_I e a da BD_II (segundo os critérios atrás expostos), puderam ser identificados 25 hidrónimos que evidenciam elementos de origem árabe na categoria A e 353 com o mesmo tipo de elementos na categoria B. Estes dados podem ser apreciados no quadro 1.

Quadro 1 – Hidrónimos que contêm elementos ou traços de origem árabe no Relatório Toponímico de Portugal — Continente (valores absolutos)

	com elementos ou traços de origem árabe	com outros elementos	total
Cat. A (BD_I)	25 (5,44%)	434	459
Cat. B (BD_II)	353 (16,78%)	1664*	2000*

*números provisórios

O quadro 1 permite detetar algumas tendências, a saber:

1. A maioria dos hidrónimos portugueses não apresenta interferência do árabe, o que pode sugerir, pelo menos, três situações: os hidrónimos mais antigos resistiram em parte do território continental à interferência árabe devido a

determinadas condições linguísticas, ainda por caracterizar; nas regiões e nas épocas em que o árabe exerceu pressão direta ou indiretamente criaram-se hidrónimos noutra língua (romance?); novos hidrónimos foram criados pela primeira vez ou em substituição de outros nomes depois do período de arabização ou contacto com o árabe.

2. A presença linguística árabe é mais significativa na categoria B do que na categoria A, sugerindo que os nomes rios portugueses de grande e média extensão resistiram melhor ao impacto da arabização. Os nomes dos pequenos cursos de água (ribeiros, ribeiras, barrancos, etc.) parecem estar mais arabizados, mas, dado constituírem grande número, haverá que ter em conta todas as ressalvas que foram apontadas nos critérios para identificação de hidrónimos árabes e arabizados. No entanto, como as amostras são desiguais é de admitir a alguma distorção na interpretação dos resultados percentuais.

O quadro 2 apresenta a distribuição geográfica dos hidrónimos árabes ou arabizados. Nele se transpuseram para a dimensão de Portugal continental as quatro zonas traçadas por Lautensach (1954) para toda a península. De norte para sul, é nítido o aumento do número de hidrónimos árabes ou arabizados, verificando-se inclusivamente que esse impacto se repercute significativamente nos nomes da DB_I que designam grandes e médios cursos de água a partir do Centro-Norte. O valor relativo a Lisboa em DB_I é devido ao facto de este distrito contar com muitos cursos de água de média extensão, classificados na categoria II do RTP_C. Pode-se, pois, concluir que:

A distribuição geográfica dos hidrónimos coincide com a verificada nas zonas II, III e IV definidas por Lautensach (1954);

No Norte, o distrito de Viana do Castelo parece coincidir com a caracterização da zona I de Lautensach, dada a ausência de hidrónimos árabes ou arabizados,

³³ É de esperar que as etimologias propostas pelos autores consultados sejam discutidas e eventualmente rebatidas em fases ulteriores desta investigação.

enquanto o distrito de Bragança se aproxima da distribuição do Centro-Norte, fazendo suspeitar de uma arabização mais intensa do que aquela que se supõe a norte do Douro;

É no Sul que se contam mais hidrónimos árabes e arabizados, coincidindo com o facto de a presença árabe se ter prolongado neste território até ao séc. XIII.

Quadro 2 – Distribuição dos hidrónimos de origem ou de influência árabes por distritos de Portugal continental (valores absolutos)³⁴

Região	Distrito	n.º de hidrónimos árabes ou arabizados		total por distrito	total por região
		DB_I	DB_II		
I - Norte	V. Castelo	0	0	0	28
	Braga	0	6	6	
	Porto	0	2	2	
	Bragança	0	13	13	
	V. Real	0	7	7	
II - Centro-Norte	Aveiro	2	0	2	71
	Coimbra	0	15	15	
	C. Branco	1	27	28	
	Guarda	1	18	19	
	Viseu	0	7	7	
III - Centro-Sul	Leiria	3	10	13	89
	Lisboa	6	11	17	
	Santarém	3	19	22	
	Portalegre	2	32	34	
IV - Sul	Beja	3	59	62	177
	Évora	2	46	48	
	Faro	2	49	51	
	Setúbal	0	7	7	
		25	328		
				TOTAL	353

Não obstante o que se conclui em c), importa comparar quanto às suas dimensões o inventário dos nomes totalmente árabes com o dos nomes arabizados, que contêm elementos pré-árabes. Uma primeira abordagem parece indicar que tais elementos pré-árabes ocorrem em parte significativa da hidronímia do Centro-Sul e do Sul do País, sugestão que será abordada numa próxima etapa da investigação a que se reporta este trabalho.

Considerações finais

Como se foi reiterando ao longo desta exposição, a análise etimológica dos dados em apreço terá de ser aprofundada, em virtude das dúvidas que subsistem em Machado (2003) e Fernandes (1999). Sendo assim, impõe-se, por um lado, ampliar o leque de fontes utilizadas, consultando outros investigadores que, numa perspetiva histórica, se dedicaram sistemática ou pontualmente à etimologia onomástica, como sejam Leite de Vasconcelos, Joaquim da Silveira, Pedro Cunha Serra, entre outros. Por outro lado, é necessário confrontar todas essas propostas etimológicas com documentação que ateste a existência do hidrónimo bem como eventuais alterações na respetiva fisionomia linguística. Servindo esta necessidade, o fácil acesso de hoje a versões digitalizadas de textos medievais abre perspectivas para a revisão de muitas das propostas etimológicas surgidas ao longo do desenvolvimento dos estudos de etimologia onomástica e história da língua, dos finais do século XIX até aos nossos dias.

Anexo

Lista de hidrónimos de origem árabe e arabizados (inclui itens de etimologia meramente conjectural; cf. Machado 2003 e Fernandes 1999)

Aveiro (2)
 Rio Alfusqueiro
 Rio Caima
 Braga (6)
 Ribeira da Bifra
 Ribeira de Caires
 Ribeira de Malguras
 Ribeira do Fulão
 Ribeiro de Couces
 Ribeiro do Mourô
 Beja (62)
 Barranco da Alcária
 Barranco da Aldeia

relevante para a história linguística de parte das regiões atravessadas pelo respetivo curso de água.

³⁴ Nos casos de rios que atravessam dois ou mais distritos, o respetivo nome é atribuído a um dos distritos. Este critério terá de ser afinado, porque o hidrónimo pode ser apenas

Barranco da Aldeota
Barranco da Alfarrobeira
Barranco da Almejoafa
Barranco da Almejoafra
Barranco da Asseiceira
Barranco da Atafona
Barranco da Atalaia
Barranco da Azambuja
Barranco da Azelha
Barranco da Azenha
Barranco da Nora
Barranco da Taliça (ou Talica?)
Barranco das Albornoas
Barranco das Aldefitas
Barranco das Almoleias
Barranco das Alvercas
Barranco de Alcária
Barranco de Alcoitim
Barranco de Almejafas
Barranco de Altafares
Barranco de Penique
Barranco de Vale de Enxares
Barranco do Almarjão
Barranco do Alvarrão
Barranco do Touril
Barranco do Vale de Alarve
Barranco do Xacafre
Barranco dos Almadás
Barranco dos Almajões
Barranco dos Almarginhos
Barranco dos Azeites cf. 287
Corgo Cadouce
Corgo da Alcária
Corgo da Almejoafra
Corgo da Nora
Corgo das Atábuas
Corgo de Benavide
Corgo do Algareme
Corgo do Vale de Alcondim
Ribeira da Messejana
Ribeira da Talica
Ribeira de Alcária
Ribeira de Alcarrache
Ribeira de Alfamar
Ribeira de Alfundão
Ribeira de Alvacar
Ribeira de Alvacarejo
Ribeira de Enchoé ou Enxoé
Ribeira de Odearce
Ribeira de Odelouca
Ribeira de Odívelas

Ribeira de Safara
Ribeira de Safareja
Ribeira de Terres
Ribeira de Totenique
Ribeira de Vale da Enxara
Ribeira do Almarjão
Ribeiro da Abrafma (deve ser erro: Abrafana?)
Ribeiro da Almofeira Rota
Ribeiro da Assumada
Bragança (13)
Regato da Asseica
Ribeira da Azenha
Ribeira de Albagueira
Ribeira de Gebelim
Ribeira de Moaz
Ribeira dos Alambiques
Ribeiro de Albagueiras
Ribeiro de Arjoa
Ribeiro de Gervelim
Ribeiro de Soeima
Ribeiro de Vale de Asnes
Ribeiro do Noria
Ribeiro do Xedal
Castelo Branco (28)
Barroca do Albardeiro
Barroca do Alferes
Barroca do Algar
Ribeira da Alcova
Ribeira da Alforja
Ribeira da Alfrívada (ou Alfrívada, Machado 2003)
Ribeira da Atalaia
Ribeira da Azenha
Ribeira da Azenha
Ribeira de Albagueira
Ribeira de Gebelim
Ribeira de Moaz
Ribeira dos Alambiques
Ribeiro de Albagueiras
Ribeiro de Arjoa
Ribeiro de Gervelim
Ribeiro de Soeima
Ribeiro de Vale de Asnes
Ribeiro do Noria
Ribeiro do Xedal
Castelo Branco (28)
Barroca do Albardeiro
Barroca do Alferes
Barroca do Algar
Ribeira da Alcova
Ribeira da Alforja
Ribeira da Alfrívada (ou Alfrívada, Machado 2003)

Ribeira da Atalaia
Ribeira da Azenha
Ribeira da Ceife
Ribeira da Enxabarda
Ribeira da Isna
Ribeira da Pracana
Ribeira da Salavisa
Ribeira de Alcafozes
Ribeira de Alcambar
Ribeira de Alcamim
Ribeira de Alforja
Ribeira de Alpreade
Ribeira de Caria
Ribeira de Ceife
Ribeira do Açafal
Ribeira do Enxarrique
Ribeira dos Alvanéis
Ribeiro das Almoinhas
Ribeiro de Almaceda
Ribeiro do Algarve
Ribeiro do Vale dos Garvios
Rio Tejo
Coimbra (15)
Barroca do Alziral
Barroca do Vale d'Asna
Barroca do Vale de Algares
Ribeira da Aldeia das Dez
Ribeira da Alvoeira
Ribeira da Azenha (Penela)
Ribeira de Albarqueira
Ribeira de Coenços
Ribeira de Folques
Ribeira de Lorvão
Ribeira de Mourisia
Ribeira do Alquebe
Ribeira do Alveite
Ribeiro da Azenha
Ribeiro do Asno
Évora (48)
Açude de Maçanado
Barranco das Noras
Ribeira da Adua
Ribeira da Alcaraviça
Ribeira da Alface
Ribeira da Asseca (ou Aceca)
Ribeira da Atalaia
Ribeira da Azambuja
Ribeira da Azeiteira
Ribeira da Azenha
Ribeira da Cabida
Ribeira das Alcáçovas

Ribeira das Atafonas
Ribeira das Fontanas
Ribeira de Alcarrache
Ribeira de Alcravissa
Ribeira de Alfardagão
Ribeira de Almadafe
Ribeira de Azevel (ou Azovel ou Azavel Machado 2003)
Ribeira de Bencafete (ou Bencafede Machado 2003)
Ribeira de Bencatel
Ribeira de Godelim ou Guadelim
Ribeira de Lucefece
Ribeira de Machede
Ribeira de Safira
Ribeira Divor
Ribeira do Albardão
Ribeira do Alcaide
Ribeira do Almadafe
Ribeira do Azevelinho cf. Azevel
Ribeiro da Albufeira
Ribeiro da Alcafurada
Ribeiro da Atalaia
Ribeiro das Almargias
Ribeiro de Alcalate
Ribeiro de Alcalva (de Cima e de Baixo)
Ribeiro de Alcaria
Ribeiro de Alpedriche
Ribeiro de Benafesim
Ribeiro de Bussalfão (ou Buçalfão; cf. Machado 2003)
Ribeiro Degebinho
Ribeiro do Alpraca
Ribeiro do Arroz
Ribeiro do Zambujal
Ribeiro do Zambujo
Rio Almançor
Rio Degebe
Rio Xarrama
Faro (51)
Barranco Albarrão
Barranco da Alcaria
Barranco da Alcaria Chã
Barranco da Aldeia
Barranco da Alfarrobeira
Barranco da Ameijoafra
Barranco da Ameijoafra
Barranco da Atalaia
Barranco da Seiceira
Barranco das Alcarias
Barranco das Alfarrobeiras
Barranco de Alcornicosa
Barranco de Alcoutenejo

Barranco de Almajafas
Barranco de Cacela
Barranco de Marrocos
Barranco de Monchique
Barranco do Aldrebe
Barranco do Algarve
Barranco do Almalho
Barranco do Almarjão
Barranco do Asno
Barranco dos Almares
Corgo do Loulé
Ribeira da Alfaca
Ribeira da Asseca (ou Aceca Machado 2003)
Ribeira das Alfambras
Ribeira de Albufeira
Ribeira de Alcantarilha
Ribeira de Algibre
Ribeira de Algoz
Ribeira de Aljezur
Ribeira de Almadena
Ribeira de Almargem
Ribeira de Alportel
Ribeira de Bela Mandil
Ribeira de Beliche (ou Belixe Machado 2003)
Ribeira de Benacoitão (ou melhor Benaçoitão)
Ribeira de Bensafrim
Ribeira de Cacela
Ribeira de Odelouca
Ribeira de Odiáxere
Ribeira de Quatrim
Ribeira de Selões
Ribeiro da Ataboeira
Ribeiro da Benafátima (ou Benefátima Machado 2003)
Ribeiro de Boliqeime
Ribeiro do Almarjão
Ribeiro do Enxerim
Rio Alvor
Guarda (19)
Barroca das Almoinhas
Barroca do Alicabe
Ribeira da Murça
Ribeira da Muxagata
Ribeira de Almeida
Ribeira de Alvoco
Ribeira de Assueime
Ribeira de Coruche
Ribeira de Medrasda
Ribeira do Alcaide
Ribeira do Aldeão
Ribeira do Alvoco
Ribeira do Cemil

Ribeira do Massueime
Ribeiro da Mendila
Ribeiro das Colesmas
Ribeiro de Alcambar
Ribeiro de Alinguel
Rio Zêzere
Leiria (13)
Ribeira da Aldeia
Ribeira da Assanha
Ribeira da Enxara
Ribeira das Alcanadas
Ribeira de Alfeizerão
Ribeira de Almeida
Ribeira de Alvorninha
Ribeiro de Albarrol
Ribeiro dos Alcatruzes
Rio Alcaide
Rio Alcoa
Rio das Azenhas
Rio (de) Alpedriz
Lisboa (17)
Regueira do Barcide
Ribeira da Alfarrobeira
Ribeira da Nora
Ribeira de Alcorvim
Ribeira de Almoester
Ribeira de Alpriate
Ribeira de Alqueidão
Ribeira de Caneças
Ribeira de Monfalim
Ribeira de Mucifal
Ribeira de Odivelas
Ribeira do Açougue
Rio Alcabrichel
Rio Alcubela
Rio Jamor
Rio Safarujo
Rio Salema
Portalegre (34)
Barranca da Azenha
Barranco da Abegoaria
Barranco do Enxara
Barroca da Nora
Ribeira da Abessaria
Ribeira da Algaravinha
Ribeira da Asseca
Ribeira da Safardel
Ribeira de Alcórrego
Ribeira de Alfeijós
Ribeira de Alfeirões
Ribeira de Alferreira

Ribeira de Algalé
Ribeira de Almadafé
Ribeira de Almuro
Ribeira de Alvisquer
Ribeira de Arronches
Ribeira de Assumar
Ribeira de Banamar
Ribeira de Margem
Ribeira de Marvão
Ribeira de Marvila
Ribeira do Almadafé
Ribeira do Almuro
Ribeira do Zambujinho
Ribeira do Zambujo
Ribeira dos Almentolios
Ribeiro da Atalaia
Ribeiro da Enxara
Ribeiro da Nora
Ribeiro de Alcarapinha
Ribeiro de Almojanda
Rio Caia
Rio Guadiana
Porto (2)
Ribeira da Aldeia
Ribeiro do Zêzere
Santarém (22)
Alverca
Regato de Alcobacinha
Ribeira da Alcaldaria do Bispo
Ribeira da Pracana
Ribeira das Alcobertas
Ribeira de Alcamim
Ribeira de Alcolobra
Ribeira de Alfarrarede
Ribeira de Almofada
Ribeira de Almoester
Ribeira de Alpalhão
Ribeira de Divor
Ribeira do Alqueidão
Ribeira do Bairrol
Ribeira do Divor
Ribeira do Fato
Ribeiro da Alvega
Ribeiro de Almarjões
Ribeira do Alvorão
Vala de Alpiarça
Rio Alviela
Rio Almonda
Setúbal (7)
Ribeira de Alfebre
Ribeira de Algalé

Ribeira de Messejana
Ribeira de Odivelas
Ribeira do Alberginho
Ribeira do Alcube
Ribeira do Rosalgar
Viana do Castelo (0)
Vila Real (7)
Ribeira de Aila
Ribeira de Alfonge
Ribeira do Rosmaninho
Ribeiro da Laranjeira
Ribeiro de Maíla
Ribeiro do Azenha
Ribeiro do Moiro
Viseu (7)
Ribeira de Almeidinha
Ribeira de Almofala
Ribeira de Asnes
Ribeiro da Mesquitela
Ribeiro de Asnes
Ribeiro de Faifa
Ribeiro do Asnelo

Referências

Asin Palacios, Miguel (1944) *Contribución a la Toponimia Árabe de España*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/ Patronato Menéndez y Pelayo, Instituto Benito Arias Montano

Azevedo, M.^a Luísa M. de (1994) *Toponímia Moçárabe em Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (dissertação de mestrado não publicada)

----- (2005) *Toponímia Moçárabe no Antigo Condado Conimbricense*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (dissertação de doutoramento não publicada)

Bascuas. Edelmiro (2002) *Estudios de Hidronimia Paleoeuropea Gallega*, Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico – Universidade de Santiago de Compostela

----- (2006) *Hidronimia y Léxico de Origen Paleoeuropeo en Galicia*, Corunha: Edicións do Castro

Conde Silvestre, Juan C. (2007) *Sociolingüística Histórica* Madrid: Editorial Gredos

Corriente, Federico 1992. "Linguistic Interferences between Arabic and the Romance Languages". In Salma Khadra Jayyusi (ed.), *The legacy of Muslim Spain*, Leiden: E. J. Brill, pp. 443-451

----- (2002), *Gramática Árabe*, Barcelona: Herder Editorial

Fernandes, A. de Almeida (1999) *Toponímia Portuguesa — Exame a um Dicionário*, Arouca, Associação para a Defesa da Cultura Arouquense

Gomes, Saul António (1995), "Grupos étnico religiosos e estrangeiros", in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (eds.) *Nova História de Portugal. Portugal em Definição de Fronteiras: do Condado Portucalense à Crise do século XIV*, Lisboa: Editorial Presença, pp. 309-333

Guichard, Pierre (2005) *Al-Andalus 711-1492. Une Histoire de l'Andalousie Arabe*, Paris Hachette

Houaiss, Antônio et alii (2001) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Editora Objetiva

Krahe, Hans (1964) *Unsere ältesten Flussnamen*, Wiesbaden: Otto Harrassowitz

Lautensach, Hermann (1954) "Über die topographischen Namen arabischen Urprungs in Spanien und Portugal (Arabische Züge im geographischen Bild der Iberischen Halbinsel I)" in *Erde* 1934, pp. 219-243

Lopes, David (1968) *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*, coletânea organizada por José Pedro Machado, Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa/ Círculo David Lopes

Machado, José P. (1987) *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte

----- (1991) *Vocabulário Português de Origem Árabe*, Lisboa: Editorial Notícias

----- (2003) *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte

Pervinquière, Léon (1990) "La Tunisie Centrale" in *Annales de Géographie*. t. 9, n° 48. pp. 434-455

RTP-C 1967, *Reportório Toponímico de Portugal – 03 Continente*, Lisboa, Serviço Cartográfico do Exército

Serra, Pedro C. (1965) "Estudos Toponímicos (XIV-XVI)" in *Boletim de Filologia*, pp. 99-116

Toro Lillo, E. (2010) "La Invasión Árabe. Los Árabes y el Elemento Árabe en Español". Disponível em

<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/scclng/01350531966682286190680/p0000001.htm#PagFin>

Vasconcelos, J. Leite de (1918) "Amostra de Toponímia Portuguesa" in *Revista Lusitana*, XXI, pp. 58-63

Vernet Ginés, Juan (1960) "Toponímia arábica" in *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas

10. CHRYS CHRYSTELLO, PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA, COLÓQUIOS DA LUSOFONIA



Vila do Porto, Ilha de Santa Maria, Açores 2010



Brasília 2010 monumento a Juscelino e Sarah Kubitschek de Oliveira

CHRYS CHRYSTELLO (n. 1949) não só acredita em multiculturalismo, como é um exemplo vivo do mesmo: Nasceu no seio duma família mesclada de Alemão, Galego-Português, Brasileiro e Português paterno e de marrano materno.

Foi para Timor em 1973 onde foi Editor-Chefe do jornal local (A Voz de Timor) em Díli, e em Portugal a Revolução dos Cravos (Abril 1974) destronava uma ditadura velha de 48 anos.

Publicou aos 23 anos o livro de poesia “Crônicas do Quotidiano Inútil (vol. 1)” antes de desempenhar funções executivas como Economista, Chefe da Divisão de Serviços Administrativos da Companhia de Eletricidade de Macau.

Depois, radicar-se-ia em Sydney (mais tarde Melbourne) como cidadão australiano onde viveu até 1996. Desde 1967 dedicou-se sempre ao jornalismo (rádio, televisão e imprensa escrita).

Até 1994, escreveu sobre o drama de Timor Leste enquanto o mundo se recusava a ver essa saga.

Durante muitos anos na Austrália esteve envolvido nas instâncias oficiais que definiram a política multicultural daquele país.

Foi Jornalista no Ministério do Emprego, Educação e Formação Profissional e Ministério da Saúde, Habitação e Serviços Comunitários; tendo sido Tradutor e Intérprete no Ministério da Imigração e no Ministério de Saúde do estado de Nova Gales do Sul.

Começou a interessar-se pela linguística ao ser confrontado com mais de 30 dialetos em Timor. Divulgou a descoberta na Austrália de vestígios da chegada dos Portugueses (1521-1525, mais de 250 anos antes do capitão Cook).

Igualmente difundiu a existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português (com quatro séculos).

Membro Fundador do AUSIT (Australian Institute for Translators & Interpreters), Chrys lecionou em Sidney na Universidade UTS, Linguística e Estudos Multiculturais a candidatos a tradutores e intérpretes.

. Durante mais de vinte anos, responsável pelos exames dos candidatos a Tradutores e Interpretes na Austrália (NAATI National Authority for the Accreditation of Translators & Interpreters).

Foi Assessor de Literatura Portuguesa do Australia Council (UTS Universidade de Tecnologia de Sidney), sendo atualmente *Mentor* dos finalistas de Literatura da ACL (Association for Computational Linguistics, Information Technology Research Institute) da University of Brighton no Reino Unido.



É igualmente *Revisor* (Translation Studies Department) da Helsinki University.

Tem milhares de trabalhos publicados em jornais e revistas.

Nas últimas décadas apresentou temas de linguística e literatura em conferências (Austrália, Portugal, Espanha, Brasil, Canadá, etc.).

Em 1999, publicou o livro e Ensaio Político "*Timor Leste: o dossiê secreto 1973-1975*, esgotado ao fim de três dias.

Em 2000 publicou (e-book) a monografia "*Crónicas Austrais 1976-1996*". Em 2005 publicou o "*Cancioneiro Transmontano 2005*" e publicou (e-book DVD) outro volume dos seus contributos para a história "*Timor-Leste vol. 2: 1983-1992, Historiografia de um Repórter*" (> 2600 páginas, edição de autor CD).

Entre 2007-2010, traduziu obras de autores açorianos para Inglês, nomeadamente de Daniel de Sá (Santa Maria ilha-mãe, O Pastor das Casas Mortas), de Manuel Serpa (As Vinhas do Pico), de Victor Rui Dorez "Ilhas do Triângulo, coração dos Açores (numa viagem com Jacques Brel)", e ainda "S. Miguel: A Ilha esculpida", "Ilha Terceira, Terra dos Bravos" de Daniel de Sá, além de guias de turismo e mergulho sobre os Açores.



O seu último livro foi lançado em Março de 2009 "*Crónica Açores: uma Circum-navegação, volume um*" cronicando as suas viagens em volta do mundo.

Organiza os Colóquios da Lusofonia (desde 2003 em Bragança e desde 2006 nos Açores), mantendo o interesse no ensino de tradução, multiculturalismo e Inglês.

Tema 1: DAS CRISTANDEADES CRIOULAS LUSÓFONAS DO ORIENTE À LITERATURA AÇORIANA CONTEMPORÂNEA, CHRYS CHRYSTELLO PRESIDE À COMISSÃO EXECUTIVA DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

Da colonização britânica e holandesa nasceram Estados. Da portuguesa nasceram comunidades de afeto. Praticamos o monopólio, destruindo a concorrência mas contando com fidelidades regionais que extravasavam o interesse diplomático, comercial e político da coroa. A língua portuguesa era língua franca; "portugueses" eram todos os que professassem a fé católica; amigos e aliados, todos, os que aceitassem um quinhão nessa comunidade. As "lusotopias" não eram da Coroa mas das comunidades que se formavam, cresciam e prosperavam, na unidade religiosa das igrejas e na entreaajuda das misericórdias. Resistiram aos ventos e tempestades da história. Teimosamente, mantiveram a língua, os costumes, a memória da linhagem. A língua crioula falava-se nas Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente (Korlai, Birmânia, Malaca, etc.). Foi usada na Tailândia (Ayuthia/Ayutthaya) e, Bangucoque até aos anos 50 do séc. XX, onde permanecem vocábulos correntes no relacionamento familiar e nas práticas católicas. Os fados da Humanidade, desde que Vasco da Gama unira o Ocidente ao Oriente, não se prendiam a um só reino, uma só nação ou um só hemisfério. Somente gente surda e fechada, não reconheceria que, escancarado para sempre o Caminho das Índias, o mundo se globalizaria cada vez mais, tornando-se algo único, entrelaçando para sempre povos e continentes num destino comum. Ainda hoje estamos rodeados dessa gente mouca e empedernida. O mesmo se passou com os Colóquios. Isto de Lusofonias e Lusotopias tem muito que se lhe diga.

Dos autores contemporâneos falarei brevemente de dois que lutam contra os Fados da Humanidade mostrando a globalização da língua portuguesa através da sua visão açoriana do mundo CRISTÓVÃO DE AGUIAR E VASCO PEREIRA DA COSTA. Acolhemos nos Colóquios, como premissa, o conceito de açorianidade formulado por José Martins Garcia que, «*por envolver domínios muito mais vastos que o da simples literatura*», admite a existência de uma literatura açoriana «enquanto superestrutura emanada dum habitat, duma vivência e duma mundividência»³⁵. Há vários tipos de autores, os açorianos nascidos e vividos no arquipélago (ausentes ou não), os emigrados, os descendentes, os insularizados ou ilhanizados e os estrangeiros que escrevem sobre os Açores. Falta destrinçar se os podemos incluir a todos nessa designação açórica. Literatura de significação açoriana, escrita que se diferencia da de outros autores de Língua portuguesa com especificidades que identificam o autor talhado por elementos atmosféricos e sociológicos descoincidentes, justaposto a vivências e comportamentos seculares sendo necessário apreender a noção das suas Mundividências e Mundivivências, e as infrangíveis relações umbilicais que as caracterizam face aos antepassados, às ilhas e locais de origem.

Em 1973, a caminho de Dili, Timor Português, rumei por Bangucoque de ar irrespirável com mais de 40 °C e 95% de humidade Na pista ruminavam búfalos de água que era preciso afugentar à chegada de cada avião. Nesse tempo, a capital do antigo reino do Sião era uma pacata urbe que não sofria da massificação turística nem de grandes confrontos armados. Sobre ela escrevera

NO REINO DO SIÃO

é já dia

os arrozais me espreitam

verde o país

castanho é bangucoque

em plena pista búfalos pachorrentos

a banhos de lama

camponeses debruçados

nos pântanos colhem o arroz

pequenas árvores dividem o asfalto

chove lá fora

sob 42° C de sol

lufadas de calor húmido nos penetram

densa respiração no ar por condicionar

lentas formalidades num inglês arrevesado

a vida possui aqui uma lenta ritmia

todo o tempo nos espera

nas autoestradas camionetas com jovens

patrulhas militares

todos os veículos se cruzam dos lados todos

coloridos templos incrustados de pedrarias

ouro maciço de budas

descalços com cintos sagrados

nos embasbacámos

este o país do mistério

igrejas e fortes portuguesas

memórias de tratados reais siameses e lusitanos

o mercado flutuante é uma cidade imensa

longos canais pútridos nesta veneza oriental

sente-se o aroma do dólar nas ruas

por entre golpes de estado adiados

a cem quilómetros se combate

é o apelo do futuro

os thais são simpáticos e ardilosos

milhares de anos de sabedoria a explorarem europeus

³⁵ http://lusofonia.com.sapo.pt/acoresh/acorianidade_pavao_1988.htm#_ftn11#_ftn11

os preços função da nacionalidade

no faustoso erawan hotel

o luxo grandiloquente oriental

a sofisticada comodidade do ocidente

uma volta rápida pela cidade dos mil-e-um-tempos

para lá das faces mudas

se encerra

o mistério

o convite

voltarei

um dia.

Ao lado ficava a Birmânia (Myanmar) por onde os Portugueses andaram, embora poucos o saibam hoje e mais a sul era a cidade mais desejada, Malaca.

Fernão Mendes Pinto voltou para Malaca, onde estava o seu capitão, e ao seu serviço começou uma nova aventura. Tantos caminhos fez, tantas guerras viu e tantos países visitou, que é impossível contá-los. Fora enviado a Martavão no golfo de Bengala onde foi aprisionado e feito escravo com os companheiros por um general do rei da Birmânia. Subindo o Ganges e o Bramaputra acompanharam o general até à capital do Calaminhão (Tibete?), observando as suas extraordinárias práticas religiosas. Sucodem-se batalhas, cercos, marchas de exércitos em que os soldados se contam às centenas de milhar. Há revoltas, traições, suplícios no país devastado pela Guerra. Um dia, na confusão da batalha, os Portugueses escapam-se. Descendo numa jangada os rios que correm para o golfo de Bengala...para Goa. (*Excertos do prefácio de António José Saraiva à "Peregrinação" de Fernão Mendes Pinto, ed. Sá da Costa, 1961*)

Fernão Mendes Pinto regressou a Portugal, pobre como um Job e apelidado de mentiroso. Voltara do Japão e de Goa em 1557. Fixara-se numa quinta no Pragal, perto de Almada e requeria uma tença como prémio dos seus serviços no Oriente.

Esta foi-lhe concedida vinte e seis anos mais tarde, em carta de Janeiro de 1583, mas em 8 de Julho seguinte falecia. Quando estava apoquentado pela nostalgia do Oriente, no fim da vida, sentava-se na margem do Tejo. Esperava as caravelas com a Cruz de Cristo, de velas desfraldadas ao vento, para que as tripulações lhe transmitissem coisas do Oriente. Foi acusado de "intrusão" pela retrógrada mentalidade portuguesa da época e acossado pela censura demolidora da Santa Inquisição, mas reportou a realidade do Oriente como nenhum português até hoje na sua Obra em dois volumes "A Peregrinação".

Os portugueses chegados ao Sudeste Asiático, não fugiram à regra da época. São humildes, ordeiros, fiéis aos Reis que servem, como soldados mercenários, fossem estes do Sião ou do Pegú (Birmânia). Lutaram homens lusos, irmãos de sangue, em campos adversos, embrenhados na poeira provocada pelas patas, as bestas de guerra, dos elefantes...Os gemidos desses portugueses, feridos na peleja, encontraram o apoio moral e espiritual do irmão, inimigo, no campo de batalha em Lampang. Passados 450 anos, da coragem dos soldados portugueses o feito, ainda se encontra na memória dos locais. A seiscentos quilómetros de Bangucoque, os canhões portugueses, estão expostos em um jardim público na cidade de Lampang, num fortim, no templo Budista, "*Prakaew Dao Tao*". No museu do templo, estão duas armas ligeiras da grande peleja... O templo foi murado e no cimo foram montadas as tradicionais ameias portuguesas que foram trazidas para a Bangucoque moderna; imortalizadas no *Grand Palace*, na Montanha Dourada, e em outros sítios. Portugal transforma o mundo depois de 1500 como elo de ligação entre o Ocidente e o Oriente. As armas, as especiarias, a cruz e o amor são fatores importantes para a fixação do homem luso no Oriente. Assimilou-se a outras etnias com facilidade. Não abandonou os filhos que as mulheres lhe deram, casara sob os preceitos da Igreja Católica. Formara comunidades luso-descendentes, que ainda estão vivas, em Malaca e Singapura. Adaptara-se ao meio que o acolheu, amado pela magia da submissa mulher oriental. (*Excertos Monumentos de Portugal na Tailândia, José Gomes Martins*)

<http://portugalnatailandia.blogspot.com/2010/06/soldadosarmasa-cruz-e-o-amor.html>

Da colonização britânica e da holandesa nasceram Estados mas da portuguesa nasceram comunidades de afeto. Praticamos o monopólio, destruindo a concorrência mas contando com fidelidades regionais que extravasavam o interesse diplomático, comercial e político da coroa. A língua portuguesa era língua franca, “portugueses” eram todos os que professassem a fé católica, amigos e aliados todos os que aceitassem um quinhão nessa comunidade. As “lusotopias” não eram da Coroa mas das comunidades que se formavam, cresciam e prosperavam, na unidade religiosa das igrejas e na entreatada das misericórdias. Resistiram aos ventos e tempestades da história. Teimosamente, mantiveram a língua, os costumes, a memória da linhagem. Na Birmânia, no Sião, na Malásia, na Indonésia há populações que orgulhosamente afivelam o nome de Portugal. Os outros passaram. Ficámos lá, sem apoios e sem estímulo do Portugal distante, abúlico e “europeu”, que regrediu para a visão tardo-medieval dos contactos internacionais: a Bruxelas, a costa da Guiné e pouco mais. A “Ásia Portuguesa” está para além das Portas do Cerco, do bazar de Díli e dos limites de Goa. Pede-se que os decisores de Lisboa abram os olhos e tirem partido da imensa vantagem que foi, é e será se o quisermos, a grandeza em terras da Ásia.

In © Miguel Castelo Branco

http://www.alamedadigital.com.pt/n1/portugueses_oriental.php

Em 1511, Malaca era um centro económico transbordante de riqueza. O Sultão foi mandado para o exílio depois de Albuquerque a conquistar facilmente pois sonha já com a fundação do vasto império português na Ásia e conquista Ormuz, no estreito que liga o Índico ao Golfo Pérsico (1507) e Goa (1510). O Mar Vermelho está na posse da navegação portuguesa com o controlo marítimo em direção ao Mediterrâneo. As embarcações do Império Otomano transportando mercadoria de Malaca pelo Golfo Pérsico e Mar Vermelho, já não assustam Albuquerque. Pretende ir mais além: o senhorio absoluto do comércio da Costa do Coramandel na Baía de

Bengala, Reino do Pegú, Malaca, Samatra e Sião. No pensamento do grande português, estavam outras terras no sul dos mares da China estendendo-se até ao Japão.

Albuquerque não é só um guerreiro indomável, é um diplomata, negociador inteligente que prefere tratar dos assuntos pacificamente que servir-se das armas. Não pretende conquistar países, deseja apoderar-se dos grandes pontos estratégicos de comércio onde todos vivam na melhor das harmonias. Falta, para concretizar o seu objetivo a administração do empório de Malaca.

À península malaia chegam têxteis da Índia, sedas e cerâmicas da China, cravo das Molucas, noz-moscada de Banda, papel de arroz de Samatra, cânfora do Brunei, madeira de Sândalo de Timor, pau-santo, benjoim, chifres de Rinoceronte, marfim, pérolas, carpetes, adagas, baticos de Java. Os mercadores árabes do Cairo, Meca, Adén, Ormuz e da África Oriental, chegavam carregados de armas, tapeçarias, talheres de cobre, ópio, água de rosas e incenso. Juncos chineses aportavam com seda em bruto para manufaturar vestidos brocados, drogas aromáticas, coralina e marfim. Do reino do Sião aportam, todos os anos, 30 barcos com carregamentos de laca, madeira de teca, pedras preciosas, roupas, pimenta e metais que permutam por escravos ou por mercadorias. Da Birmânia vinha arroz, produtos agrícolas, rubis, estanho e prata. De Palembang (Palembang, Samatra) escravos, ervas medicinais e produtos alimentares conservados. A presença portuguesa foi particularmente forte na região (séc. XVI e XVII). Muitas palavras birmanesas são de origem portuguesa: Lelain (Leilão); Tauliya (Toalha); Natatu (Natal); Balon (Bola, Balão); Waranta (Varanda).

In Carlos Fontes <http://lusotopia.no.sapo.pt/indexOP.html>

Um interessante guia para a Birmânia é o *Further India* de Hugh Clifford (ed. White Lotus Co. Bangucoque 1990).

Publicado pela primeira vez em 1904, o autor, acérrimo defensor do sistema colonial britânico, descreve de um modo isento para a época, a epopeia do desbravamento destes territórios pelos ocidentais, desde os árabes aos primeiros portugueses como Albuquerque e outros (the Filibusters). Fala dos exploradores, desconhecidos para os portugueses, António de Faria, António de Miranda, Duarte Fernandes, Ruy de Araújo, Francisco Serrano, António de Abreu, Pedro Afonso de Loroso, o conhecido Fernão Mendes Pinto, dos franceses Mouhot e Garnier a quem se atribui erradamente a descoberta dos templos de Angkor Vat, dos holandeses e dos ingleses.

O termo flibusteiros aplicado aos portugueses deve-se a serem, de todos os que exploraram o sueste asiático, os únicos que construíram fortes, impuseram a religião e comercializaram pela força.

Até à sua chegada, eram os árabes os únicos cuja influência se alastrava até ao oriente e nunca se imiscuíam na política local. O posterior sucesso dos holandeses e ingleses deveu-se ao facto de só quererem o comércio, nunca as terras nem as almas das gentes. A colonização veio depois. Essa perspetiva é nova, para os que nasceram e cresceram no mundo paroquial da epopeia quinhentista da História de Portugal de Adolfo Simões Müller. Muitos sentem-se afrontados ao lerem opiniões sobre Vasco da Gama diferentes das que o ensino da Ditadura inculcou nos jovens portugueses.

Como acontece com a Birmânia, também a religião predominante no Sião (Tailândia) e o alfabeto servem de prova da forte influência cultural indiana durante o primeiro milénio, embora os primeiros relatos históricos só comecem no séc. X. A religião é a mesma, os alfabetos são distintos, mas de inspiração comum. No ano de 849 foi criado um reino Thai cuja capital era Pagan (hoje Bagan). O seu santuário fica na China (lunão), de onde se deslocam para Sul (séc. X e XII) desalojando o reino khmer para sudeste e atual Camboja. Um príncipe funda a capital em Ayuthia

(1350) e ganha a supremacia no Sião. Foi um reino com elevado grau de sofisticação, como os portugueses descobriram quando se tornaram vizinhos ao conquistarem Malaca quando o Sião esteve envolvido em luta épica com os birmaneses.

Do contacto ficou a norma, que perdurou por mais de 300 anos, da corte siamesa empregar o português como idioma diplomático, para desconcerto do embaixador norte-americano que ali apresentou credenciais no séc. XIX. Sob o tema da presença portuguesa na Ásia. Jorge Morbey (ex-Presidente do Instituto Cultural de Macau) escreveu (Jan.º 2006) ao então Presidente Jorge Sampaio, longa missiva da qual se extraem excertos:

Como referiu o descendente de portugueses, Arcebispo Emérito de Mandalay (Birmânia) U Than Aung, onde a maioria do clero católico é de origem portuguesa com origem em Pegú (1600), quem nunca recebeu a mais ténue manifestação de solidariedade nada tem a esperar. Que poderão as Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente esperar de Portugal? A sua incapacidade nesta matéria tem sido uma evidência secular, filha da ignorância e do preconceito. A pequena Cristandade Crioula Lusófona de Korlai [Chaul], na Índia, somente em 1982 seria revelada ao Mundo pelo etnólogo romeno Laurentiu Theban. A Cristandade Crioula Lusófona da Birmânia já não usa a língua crioula e perdeu os nomes e apelidos cristãos, apesar de permanecer fiel à religião católica. As Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente mantidas na ignorância dos conflitos entre Portugal e a Santa Sé lutaram anos sem fim contra as novas autoridades eclesiásticas por as considerarem estrangeiras. Clamaram sempre pelo envio de clero, de Portugal, Goa ou Macau. Em vão. A transferência de domínios entre países europeus, de Portugal católico para a Holanda protestante, constituiu o pano de fundo em que emergiram as Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente. Com a substituição da dominação portuguesa, permanecendo nas terras que as viram nascer, deportadas para outras paragens, ou forçadas à emigração, essas comunidades mestiças talharam a sua

identidade própria que perdurou até aos nossos dias, assente em dois pilares principais: a religião católica e a língua crioula. A religião fora trazida de Portugal ou de Goa. Convertidos ou nascidos nela, com ela haveriam de morrer, geração após geração. A sua língua, o crioulo, era a língua portuguesa que lhe garantia o estatuto de língua franca no litoral da Ásia e da Oceânia, desde o séc. XVI até à sua substituição pelo inglês, no séc. XIX. Holandeses, ingleses, dinamarqueses e franceses não podiam prescindir de um “língua” [intérprete] a bordo para poderem comerciar nos portos do Oriente, na língua que as Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente falavam e, muitas, ainda falam. Tratados, entre países europeus e poderes locais, foram firmados nessa língua, por ser a única a que os europeus podiam recorrer para comunicar no Oriente. Hoje, *Cristão* [Kristang] e *“Português”* [Portugis] são sinónimos. A profanação e a destruição de igrejas e mosteiros, a expulsão dos padres, a proibição do culto católico, as deportações maciças, a redução de muitos à condição de escravos, compeliram os membros dessas cristandades à clandestinidade e à emigração: Macau, Índia, Insulíndia, Sião e Indochina. Tais irmandades permaneceram até aos nossos dias e conservam determinadas prerrogativas que limitam a autoridade dos párocos. Perdida a confiança que a Santa Sé depositara desde o séc. XV no Rei de Portugal, na sequência do corte de relações diplomáticas do Governo liberal em 1833 e a extinção das ordens religiosas por decreto de 31 de Maio de 1834, o Padroado Português do Oriente sofreu um golpe mortal, na Índia, no Ceilão, no Sudeste Asiático, na China e na Oceânia. Os missionários do Padroado não seriam substituídos. O clero secular de Goa correu em socorro das Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente que iam ficando sem religiosos. A língua crioula falava-se nas Cristandades Crioulas da Tailândia (Ayuthia/Ayutthaya) e, Bangucoque até aos anos 50 do séc. XX, onde permanecem vocábulos correntes no relacionamento familiar e nas práticas católicas. Na Indonésia, além de Java, nas Flores [Larantuka e Sikka], ilhas de Ternate, Tidore e Bali. Em Timor [Lifau e Bidau]. No Bangladesh - Chittagong e Daca – até aos anos 20 do séc. XX era muito viva a presença da língua crioula nas Cristandades locais.

© Jorge Morbey <http://combustoes.blogspot.com/2006/01/os-crioulos-portugueses-no-orient.html>

O homem português na Ásia nunca esqueceu a pátria. Tomemos o exemplo de Venceslau Moraes, Escondia as suas misérias no exílio nipónico e tendo escrito e enviado dezenas de cartas e postais ilustrados à irmã Francisca Paúl, para Nelas (Beira Alta), nunca lhe referiu a intenção de regressar a Portugal. A memória do Cônsul de Portugal em Kobe, no longínquo Sol Nascente, ficou nos anais das relações culturais entre Portugal e o Japão.

in <http://www.portugal-linha.pt/legado/voriente/psiao3>. José Gomes Martins

Por tudo o que atrás ficou dito recorde-se o grande universalista português. No último canto de “Os Lusíadas”, Vasco da Gama, o almirante herói, é recebido pela deusa Tétis na Ilha dos Amores. Lá, naquele espaço encantado, ela lhe descortinou a Máquina do Mundo, a visão do Cosmo e dos continentes da terra recém-descoberta pelos lusos, cena que coloca o poeta português como quem por primeiro, no campo das letras europeias, percebeu os efeitos irreversíveis da globalização que então dava os seus primeiros passos.

*“Vês aqui a grande máquina do Mundo,
Etérea elemental, que fabricada
Assim foi do Saber, alto e profundo,
Quem é sem princípio e mete limitada.
Quem cerca em derredor este rotundo
Globo e superfície tão limada,
É Deus: mas o que é Deus, ninguém o entende,
Que a tanto o engenho humano não se estende”*
(Canto X, 80)

É então que a deusa, abrindo os braços para enfatizar a amplidão, a magnitude do reino augusto, aponta ao Gama as mais diversas regiões do mundo.

Povoam-na “gente sem lei”, a bruta multidão, “bando espesso e negro de estorninhos”, do império do Benomotapa (Zimbabué) à Taprobana (Sri-Lanka). Todos à espera da chegada da cruz, desenhada na vela principal da nau dos argonautas lusitanos. Mostra-lhe o Mar Vermelho, o Monte Sinai, a secura dura e arenosa da Arábia, o Tigre, o Eufrates, o planalto dos cavaleiros da Pérsia, o estreito de Ormuz, o Sind, a terra dos Brâmanes onde S. Tomé tentara a conversão dos gentios, o Ganges e o Indo, a terra da Birmânia, o império do Sião, Sumatra, a ponta estreita de Singapura, o Camboja e o rio Mekong no qual Camões naufragou mas salvou os versos. Em seguida, margeando com os olhos a costa da Cochinchina (o Vietname), mostrou-lhe a China e mais longe o Japão, de onde vinha a maravilhosa seda e o ouro fino. De tudo se desprendia o aroma do cravo, da noz-moscada, do licor perfumado do benjoim, do coco do mar, do incenso, da mirra e do raro âmbar, de onde se extraem fragrâncias mil. Tétis, voltando-se para o outro lado da Terra, apontou-lhe as partes recentemente conquistadas pelos castelhanos, que lançaram o seu rude colar sobre as gentes cativas do Novo Mundo. Da Terra de Santa Cruz, do litoral do Brasil, o braço lusitano já carregava o tronco vermelho, o Ibirapitanga dos nativos, para dele extrair as tintas para os panos. Re-embarcados os portugueses, partindo da Ilha dos Amores, aos adeuses no convés, velas soltas ao vento em mar tranquilo, carregados de refrescos e iguarias deliciosas, navegaram de volta à boca do Rio Tejo.

De então em diante estavam todos convencidos de que os fados da Humanidade, desde que Vasco da Gama unira o Ocidente ao Oriente, não se prendiam a um só reino, a uma só nação ou a um só hemisfério. Somente gente surda e endurecida, fechada, teimosa, não reconheceria que, escancarado para sempre o Caminho das Índias, o mundo se globalizaria cada vez mais, tornando-se algo único, entrelaçando para sempre povos e continentes num destino em comum. Ainda hoje estou rodeado dessa gente surda e empedernida.

O mesmo se passou com os Colóquios. Isto de Lusofonias e Lusotopias tem muito que se lhe diga. Falta aos Estados a visão, o amor e a dedicação que só alguns indivíduos conseguem ter pela língua e cultura de um povo. Governos e governantes estão de candeias às avessas para a defesa desses valores, tal qual a população de S. Miguel está sempre de costas para o mar, enquanto outras não vivem sem ele, como no Pico. Falarei brevemente de dois autores que lutam contra os Fados da Humanidade mostrando a globalização da língua portuguesa através da sua visão açoriana do mundo.

Vozes críticas ou arredadas dos estereótipos não abundam nem são benquistas. As elites dominantes e os poderes caciqueiros logo se insurgem. A ingratidão, vergonha e falta de patriotismo são epítetos comumente usados para denegrir os que ousam. Citam-se páginas relevantes da heroica gesta açoriana, com destaque para as guerras liberais e desventuras de emigrantes que triunfaram. Surgem editoriais e recensões violentas nos jornais locais. Os caixeiros-viajantes da cultura logo se arrogam o direito de defender a açorianidade ofendida pois nela assenta exclusivamente o seu currículo. Tais declarações de repúdio raramente extrapolam os cantos do arquipélago pois falar dos Açores ainda não é moda na grande capital do Império.

Foi isto que, por mais de uma vez, aconteceu ao meu amigo escritor Cristóvão de Aguiar. Apodaram-no de tudo e mais alguma coisa, pois convém sempre ser mais papista que o papa. Em meios pequenos é consabida a tendência para apoucar aqueles que da leis do esquecimento se desembaraçaram, como diria o vate, enquanto o imperador e seu séquito distribuem viagens e mordomias. É uma questão de tempo até começarem a zurzir nos forasteiros que ousam opinar sobre o arquipélago dos Açores. Quando se perora sobre as nove ilhas, filhas de Zeus, urge não melindrar os interesses estabelecidos. As visões críticas ou não conformadas aos cânones podem acarretar sérios riscos para a saúde mental dos seus autores. Terras pequenas, invejas grandes ou a reprodução literária do mote

popular “a minha festa é maior que a tua”. Para o comum dos mortais a vida prosseguiria o seu rumo, mas os Açores são uma réplica miniatural da corte lisboeta. As elites não perdoam aos que não comungam da verdade única com força de dogma que os sustenta e valida.

Cristóvão escreve com uma pluma incómoda. Reservou-se um papel de narrador que pensa, fala e escreve sem recorrer aos lugares comuns que tamanho gáudio causam na população. Não reivindica verdades absolutas ou duradouras, limita-se a (d)escrever o que sente e vê. Criaram-lhe a fama de irascível. Quantas vezes com justas e fundadas razões? Recebi “avisos amigos” para tais perigos quando o convidei a estar na Lagoa (Março 2009) para o 4º encontro açoriano. Congratulo-me que, relutantemente, Cristóvão tenha acedido. Ao longo de meses trocamos correios eletrónicos e telefonemas criando uma amizade saudavelmente aberta e crítica durante a qual aprendi imenso com a personagem que tantos cuidados inculca aos arautos e defensores da paz podre açoriana.

Cristóvão é um permanente Passageiro Em Trânsito, título do seu mais benquisto livro, sempre na rota do inconformismo. Ele é a voz que se não cala e tem o direito a tal. Chama os bois pelo nome sem se deter nas finuras das convenções do parece bem ou mal. É crítico impiedoso dos destinos que alguns queriam que fosse eterno, o da subserviência e submissão aos senhores das ilhas, descendentes diretos dos opressores da gleba. Grandes narrativas que se assemelham a uma técnica de *travelling* em filmagem, com grandes planos, zooms, e paragens detalhadas nos rostos e nas mentes dos atores principais das suas crónicas e outros escritos. A câmara detém-se e escarpeliza a alma daqueles que ele filma com as suas palavras aceradas como vento mata-vacas que sopra do nordeste. Cristóvão de Aguiar, já o disse, não é um autor fácil nem facilita, exige quase tanto dos seus leitores como de si mesmo, ele é o magma de que são feitas as gentes de bem destas ilhas. Tal como as palavras sentidas, gravadas fundo num granito que não existe nas ilhas mas que encontro na Relação de Bordo I. Verdade seja que ando

imerso na sua escrita tateando como um recém-nascido às escuras fora do ventre materno. Ele é um escritor que se crê maldito porque outros o fizeram assim, e porque é de si mesmo um ser acossado por tudo e por todos, mas sobretudo por si mesmo. Para ele, a escrita nunca será catarse pois ela é fruto de amores incompreendidos entre si e a sua ilha... Psicanalisando as gentes e a terra que o viram nascer adotou o Pico como nova ilha mátria em 1996. Como ele diz (Relação de Bordo II pp. 199-200) *Primeiro foi a ilha, nunca mais a encontramos como a havíamos deixado...trouxemos somente a imagem dela ou então foi outra Ilha que conosco carregámos...*

A escrita lávica de Cristóvão fica a boiar no nosso imaginário. Ninguém consegue escrever da forma única e inimitável como só ele sabe e sente sobre os Açores. Essa a sua forma de amar e de recompensar a terra que o viu nascer...para que desate as grilhetas que a encarceram no passado e ele se desobrigue finalmente da tarefa hercúlea de carregar a ilha como um fardo ou amor incorrespondido, que nisto de ilharias há muitas paixões não correspondidas. É um lídimo representante da mundividência açoriana na escrita contemporânea e é tarefa dos Colóquios da Lusofonia torná-lo benquisto e conhecido no mundo inteiro. Com a literatura os autores açorianos iam chegar mais longe. Libertar-se. Para isso teriam de mondar mercados novos e virgens, como a selva amazónica antes dos novos bandeirantes. Se não chegassem às novas gerações açorianas, poderiam alcançar descendentes, expatriados e os que aprendem o orgulho da nação açoriana, na sua cultura, tradição e outros valores primordiais que tão arredados das escolas andam hoje. Mas os colóquios queriam levá-los a mercados e leitores insuspeitos, até à velha Cortina de Ferro onde há apetência para escritores lusófonos.

A ilha para Natália Correia é Mãe-Ilha, para Cristóvão de Aguiar, Marilha, para Daniel de Sá, Ilha-Mãe, para Vasco Pereira da Costa, Ilha Menina, para mim nem mãe, nem madrastra, nem Marília nem menina, mas Ilha-Filha, que nunca enteada. Para amar sem tocar, ver engrandecer nas dores da adolescência que são sempre

partos difíceis. Toda a vida fui ilhéu, perdi sotaques Ma não malbaratei as minhas ilhas-filhas. Trago-as a reboque, colar multifacetado de vivências dos mundos e culturas distantes. Primeiro em Portugal, ilhota perdida da Europa durante o Estado Novo, seguidamente em mais um capítulo naufragado da História Trágico-marítima nas ilhas de Timor e de Bali, seguido da então (pen)ínsula de Macau (fechada da China pelas Portas do Cerco), da imensa ilha-continente denominada Austrália, e nesta ilha esquecida de Bragança no nordeste transmontano, antes de arribar à Atlântida Açores.

Cumes de montanhas submersas que assomam, a intervalos, aqui no meio do Grande Mar Oceano onde se mantêm gentes orgulhosas e ciosas das suas tradições e costumes, em torno da família nuclear dizimada pelo chamado progresso. Os políticos ocupados na sua sobrevivência sempre se olvidaram da presença mágica destas ilhas de reduzidas proporções e populações. Como se fosse uma espécie de triângulo das Bermudas, onde tudo o que é relevante desaparece dos telejornais. Já era assim durante o Estado Novo e pouco mudou quanto à visibilidade real destas ínsulas, apenas evocadas pelas catástrofes naturais e pelo anticiclone do bom ou mau tempo.

Falemos da literatura. Acolhemos nos Colóquios, como premissa, o conceito de açorianidade formulado por José Martins Garcia que, «*por envolver domínios muito mais vastos que o da simples literatura*», admite a existência de uma literatura açoriana «*enquanto superestrutura emanada dum habitat, duma vivência e duma mundividência*»³⁶.

No 4º Encontro Açoriano da Lusofonia, Cristóvão de Aguiar rejeitou o rótulo de literatura açoriana, por considerar que faz parte da produção literária lusófona. «*O título (literatura açoriana) é equívoco, porque pode parecer que é uma literatura separada da literatura portuguesa*», afirmou à agência Lusa o escritor. Machado

Pires sugeriu em tempos “*literatura de significação açoriana*”. Outros preferem o termo “matriz açoriana”. Há vários tipos de autores, os açorianos nascidos e vividos no arquipélago (ausentes ou não), os emigrados, os descendentes, os insularizados ou ilhanizados e os estrangeiros que escrevem sobre os Açores. Falta destrinçar se os podemos incluir a todos nessa designação açórica. Lentamente, todos encontraram o seu espaço, não havendo minguia de quantidade, mas, frequentemente sem projeção fora das ilhas, com exceções contemporâneas como as de João de Melo, Cristóvão de Aguiar, Daniel de Sá, Vasco Pereira da Costa e Dias de Melo, para citar alguns.

Quedemo-nos, doravante, na perspicaz apreciação que faz Cristóvão de Aguiar da obra, intitulada *Nas Escadas do Império* de Vasco Pereira da Costa, autor que hoje é aqui homenageado:

“*Não é por acaso que Vasco Pereira da Costa, poeta de mérito, mas ainda no silêncio da gaveta, se apresenta no mundo das letras sobraçando uma coletânea de contos. Numa terra onde quase todos sacrificam às (as) musas e se tornou quase regra a estreia com um livrinho de poemas, a atitude (ou opção) do autor de Nas Escadas do Império não deixa de ser de certo modo corajosa como corajosos são os contos que este livro integra. Não fora o receio de escorregar na casca do lugar-comum, e eu diria que esta mancheia de contos vivos, arrancados com mãos hábeis e um sentido linguístico apuradíssimo ao ventre úbere, mas ainda mal conhecido, da sua terra de origem, vem agitar as águas paradas, onde se situa o panorama nebuloso e um tanto equívoco da literatura de expressão açoriana. O conto que abre esta coletânea, Faia da Terra, é bem a prova do telurismo, no sentido torquiano do termo, de que o jovem escritor (Angra do Heroísmo, Junho de 1948) está imbuído, sem cair no pitoresco regionalista, tão do agrado de muitos escritores açorianos. Não resta a mínima dúvida de que o Gibicas, A Fuga e outras peças de antologia que aqui*

³⁶ http://lusofonia.com.sapo.pt/acoresh/acorianidade_pavao_1988.htm#_ftn11#_ftn11

figuram vêm contribuir para o enriquecimento do conto português de especificidade e característica açoriana. Contudo, Vasco Pereira da Costa corre o risco (e ele mais do que ninguém disso está consciente) de vir a ser queimado nas labaredas inquisitoriais de certos meios ideológico-literários açorianos que têm tentado, oportunisticamente, mas sem raízes verdadeiras, edificar [...] uma literatura açoriana em oposição à Literatura Portuguesa. Nas *Escadas do Império*, quer queiram ou não os arautos da mediocracia, vem dizer-nos exatamente o contrário.”

Com efeito, não podia deixar de ser mais justo o juízo de valor supracitado.

Em primeiro lugar, estreia-se Vasco Pereira da Costa, em 1978, com a coletânea de contos, *Nas Escadas do Império*, à qual se seguirão a novela *Amanhece a Cidade* (1979); a memória *Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo* (1980); os poemas de *Ilíada* (1981); *Plantador de palavras Vendedor de lérias*, antologia de novelas galardoada com o prémio Miguel Torga no ano de 1984; *Memória Breve*, (1987); *Risco de marear* (Poemas em 1992); e, por fim, três obras poéticas, a saber *Sobre Ripas Sobre Rimas, Terras* e *My Californian Friends*, (respetivamente publicadas em 1994, 1997 e 1999).

Em segundo lugar, urge referir a originalidade de Vasco Pereira da Costa, evidente tanto na sua obra poética como na sua prosa, que vem, segundo o Autor de *Raiz Comovida*, agitar as letras açorianas. Assim sendo, e numa perspetiva temática, cumpre realçar o telurismo genuíno patente em “Faia da Terra”, história do enamoramento de Teresa por um americano da Base, da sua subsequente partida para o Novo Mundo, já com o nome de Mrs. Teresa Piel, e da secagem da faia, dois meses após a descolagem do avião da *Pan America*. Nesta novela inaugural perpassam vivamente, como que fotografadas ao vivo, as rotineiras fainas insulares que, pela via da repetição, regem o quotidiano do ilhéu:

“Era sexta-feira e a mãe amassava o crescente com a farinha de milho. No forno estalavam a rapa, o eucalipto e o loiro: [...] Lavou depois as folhas de botar pão e veio sentar-se ao pé dos meus socos de milho – bois de veras, espetados com palhitos queimados arremedando os galhos – no estrado do meio-da-casa. Arrumou as galochas no sobrado [...]” (1978: 11).

Por vezes, é a loucura insular que faz a sua aparição em cena, na figura do poeta Vicente, “um Côrte-Real impotente, tacanho e degenerescente” (1978: 71), o qual, volvido esse tempo em “que escrevia coisas tão lindas, de tanto sentimento”, tem o despautério de acumular guarda-chuvas na falsa e de publicar no jornal da Ilha desairosos alinhavos poéticos:

“Prometeu / Prometeu / Não cumpriu / A promessa / Homessa!//” (“A Fuga”, 1978: 74).

Em terceiro lugar, e ainda na ótica de Cristóvão de Aguiar, a coragem de Vasco Pereira da Costa, que a sátira, nas suas diversas vertentes, revela à saciedade. Assim sendo, atente-se quer na crítica ao salazarismo, regime repressor, totalitário e punitivo dos que ousam transgredir as regras impostas - “Como vim aqui [à ilha] parar? É simples: por ser anarquista e não peitear o Manholas de Santa Comba” (“O Manel d’Arriaga”, 1978: 31) -, quer na crítica à mentalidade medíocre, cuja pequenez constrangedora se espalha, em espaço íntimo e público, pela vida de outrem tão sigilosamente resguardada quanto violada de supetão - “[...] cada qual dava a sua sentença, todos em grande pensão, e não havia alcatra de couves que, à hora da ceia, não fosse temperada com palpites de desenlace.” (“Primavera”, 1978: 59) -, quer na crítica ao jornalismo barato e ao provincianismo dos articulistas, cujo discurso, pouco inovador, se vai ritualizando - “Começou então o embaraço. No jornal de amanhã, por entre os aniversários da gente fina [...] as partidas e as chegadas, os partos e as notícias do País e do Estrangeiro, os casamentos e os pedidos de, os horários de barcos e de aviões, as orações ao Menino Jesus de Praga e ao divino Espírito Santo [...]” (“A Fuga”, 1978: 82-83) -, quer, por fim, na crítica a

uma certa 'cultura de superioridade' que 'Mestre' Gibicas se apresta a denegar: “[...] estávamos de língua entre os dentes para sibilar o th. O professor fazia empenho pois [...] era uma vergonha virem por aí abaixo os americanos e nós sem sabermos agradecer. [...] Até que foi a tua vez [Gibicas]. [...] Agarraste na caixinha vermelha, azul e branca, com as estrelinhas desse people para o nosso povo e, sem esperar o afago da farda grandalhona, gritaste-lhes alto, como ninguém ainda o fizera: - SANABOBICHAS!” (“Gibicas”, 1978: 137-138-141). Em asterisco de rodapé, explica o Autor o neologismo: “Son of a bitch”.

Em quarto lugar, a variedade genológica em que se move o Escritor homenageado, desde o conto e a novela, até à memória e à “crónica” breve, passando pela Poesia. A este propósito, não resistimos à tentação de transcrever dois excertos. O primeiro de o Plantador de Palavras:

“Ah, meus senhores, mas isto aqui não é a Itália. É a mui nobre leal e sempre constante cidade de Angra do Heroísmo, ao tempo em que o Autor nela carregava a sua adolescência de amores, temores e rancores. Como podem observar, uma cidade espartilhada entre mar e mar, com dois castelos a estrangulá-la; com suas casas, nobres por fora e burguesíssimas por dentro; praças com estátuas e engraxadores; lojas sonolentas, comerciantes lentos e clientes ensonados; automobilistas imprevidentes nos seus vinte à hora, que quase atropelam a distração dos peões; um governador civil e três governadores militares; cinquenta e sete prostitutas; dezanove bombeiros voluntários que voluntariamente vão de borla ao cinema; vinte e cinco meninas que namoram à janela e, estatísticas de ontem, catorze desfloradas nos saguões; um bispo, dois monsenhores, sete cônegos na sua Catedral; três parvos oficiais, que fornecem o riso oficial e obrigatório nos dias úteis e inúteis; um Presidente para a sua Câmara, com o seu secretário e um contínuo – que, por ser funcionário público, não está incluído no número dos três parvos oficiais que o quadro comporta. Esta cidade tem trinta e quatro velhas de lenço e três

senhoras idosas de chapéu; quarenta e sete bêbados e oito senhores que andam às vezes alegrinhos; cento e vinte e nove rapazes, cento e trinta e duas raparigas, vinte e dois meninos e trinta e uma meninas; o número de naiões – invertidos encartados e Sócios de Mérito da Corporação das Criadas de Servir – é de setenta e sete, mas nunca foi feito o recenseamento dos homens com pitafe; quarenta e três professores do Liceu, dos quais vinte são professores do Seminário Maior, onde há quinhentos e setenta e oito seminaristas menores, dos quais oitenta e nove vírgula seis por cento oriundos da cristianíssima ilha de São Miguel o Arcanjo e do Senhor Santo Cristo dos Milagres e ainda de outros Senhores, que se passeiam no Jardim Duque da Terceira, todas as quintas, entre as duas horas e sete minutos e as quatro horas e quarenta e oito da tarde, em bandos de estorninhos; quinze chauferes, um cauteleiro, sessenta e nove caloteiros identificados com o indicador da mão direita, noventa e seis donas-de-casa e igual número de maridos operacionais; quarenta e sete viúvas praticantes, vinte e seis viúvas protestantes e oito viúvas de fresco ainda indecisas; sessenta e oito cavalheiros são simultaneamente irmãos devotos da Confraria de Nossa Senhora do Monte Carmelo, da Irmandade do Senhor dos Passos e da Ordem Terceira de São Francisco; quatro agiotas dissimulados, que vestem de preto e usam chapéu, e que se sentam, para o negócio, na terceira banquetta do Pátio da Alfândega; cinquenta agentes da Polícia de Segurança Pública, dos quais três são da Secreta e, por isso, para não serem conhecidos, trajam à paisana: o Cebola, o Tombado e o Zarolho; dois vendedores de milho torrado, pevides e caramelos sugardaddy; duzentas e nove beatas de novena, quarenta e oito de terço e mantilha, vinte devotas de enfeitar capelas, dezassete de sacristia, catorze irmãs de padre e meia dúzia de sobrinhas; um batalhão de soldados do Castelo, que aparecem à boquinha da noite triste, arrastando as botas tristes pelo empedrado tristonho; três namoradas de aspirantes, que fazem todas as recrutas; uma média de um vírgula oito por mil de americanos da United States Air Force Azores Pochugal por dia, facilmente reconhecíveis pelo tamanho dos pés e por uma garrafa de

Matiós Rossé dançando na mão direita; quarenta e três indivíduos usam gravata verde porque são adeptos do Lusitânia e trinta e nove põem gravata vermelha porque são sócios do Angrense, havendo que mencionar ainda dois laços – um poeta e um boticário. A cidade tem dezoito tabernas, seis cafés e duas pastelarias. Vamos agora mudar o cenário...”

- o segundo é o poema “Rose era o nome de Rosa”:

*A mãe disse não mais
não mais eu não mais tu filha
não mais nomes na pedra do cais
não mais o cortinado da ilha*

*não mais Rosa sejas Rose agora
não mais névoas roxos ais
não mais a sorte caipora
não mais a ilha não mais*

*Porém Rose o não mais não quis
e quis ver a ilha do não mais
o cortinado roxo infeliz
os nomes na pedra dos cais*

*Pegou em si e foi-se embora.
Não mais Rose. Rosa outra vez agora.
(My Californian Friends, 1999: 25).*

Não estaremos aqui perante a pura açorianidade na literatura?

chrys chrystello lomba da maia, açores, agosto 2010

Bibliografia

- Aguiar, Cristóvão de, (1978) Raiz Comovida (A Semente e a Seiva), 1.ª ed., Centelha, Coimbra, 1978 (Prémio Ricardo Malheiros da Academia das Ciências de Lisboa); 2.ª ed. Bertrand, 1980 (esgotado)
- Aguiar, Cristóvão de, (1979) Raiz Comovida II (Vindima de Fogo), 1.ª ed. Centelha, Coimbra, 1979 (esgotado)
- Aguiar, Cristóvão de, (1981) Raiz Comovida III (O Fruto e o Sonho), 1.ª ed., Angra do Heroísmo, SREC, 1981 (esgotado)
- Aguiar, Cristóvão de, (1986) Com Paulo Quintela À Mesa da Tertúlia, nótulas biográficas) 1.ª ed., Serviço de Publicações da Universidade de Coimbra, 1986; 2.ª ed. Revista e aumentada (no 1.º centenário do seu nascimento), Imprensa da Universidade de Coimbra, 2005
- Aguiar, Cristóvão de, (1987) Raiz Comovida (trilogia romanesca), ed. Num só volume, Editorial Caminho, 1987; 2.ª ed. Revista e remodelada, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2003
- Aguiar, Cristóvão de, (1988) Passageiro em Trânsito, novela em espiral ou o romance de um ponto a que se vai acrescentando mais um conto), 1.º ed. Editora Signo, Ponta Delgada, 1988;
- Aguiar, Cristóvão de, (1990) O Braço Tatuado (narrativa militar aplicada), Ed. Signo
- Aguiar, Cristóvão de, (1994) Passageiro em trânsito, Lisboa, ed. Salamandra col. “Garajau”.
- Aguiar, Cristóvão de, (1999) Relação de Bordo (1964-1988), diário ou nem tanto ou talvez muito mais, Campo das Letras, Porto, 1999 (Grande Prémio APE /CMP, 2000)
- Aguiar, Cristóvão de, (2000) Relação de Bordo II (1989-1992), diário ou nem tanto... Campo das Letras
- Aguiar, Cristóvão de, (2003) Raiz Comovida, Trilogia Romanesca, Lisboa: Publicações Dom Quixote (Edição revista e remodelada).
- Aguiar, Cristóvão de, (2003) Tráfega, casos e contos, Publicações Dom Quixote, Prémio Miguel Torga 2002, 1.ª ed. 2003; 2.ª ed. 2003
- Aguiar, Cristóvão de, (2004) Nova Relação de Bordo (III Volume), diário ou nem tanto... Publicações Dom Quixote
- Aguiar, Cristóvão de, (2005) Marilha, sequência narrativa, Publicações D. Quixote
- Aguiar, Cristóvão de, (2007) A Tabuada do Tempo, a lenta narrativa dos dias, Prémio Miguel Torga 2006, Livraria Almedina, Coimbra
- Aguiar, Cristóvão de, (2007) Miguel Torga, O Lavrador das Letras, um percurso partilhado, Livraria Almedina
- Aguiar, Cristóvão de, (2008) Braço Tatuado – Retalhos da guerra colonial – Nova versão, P. D. Quixote, 2008; 2.ª ed. 2008
- Aguiar, Cristóvão de, (2008) Charlas Sobre a Língua Portuguesa, Almedina, 2008
- Barcelos, J. M. Soares de, (2008) Dicionário de Falares dos Açores, ed. Almedina
- Bettencourt, Urbano (2004) *José Martins Garcia: a palavra, o riso*. Separata da revista *Arquipélago* -Línguas e Literaturas, XVII. Ponta Delgada, Universidade Açores.
- Brandão, Raul. (s.d.) As Ilhas Desconhecidas. Notas e Paisagens. Lisboa, Perspetivas & Realidades, s.d.

Brasil, Luís António de Assis, (1994) "A Narrativa Açoriana pós-Vinte e Cinco de Abril", in *Organon*, vol. 8, n.º 21, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Chrystello, J. Chrys, (2009) *Crônicas Açores: uma circum-navegação*. (vol. 1) De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores, Ponta Delgada: Ver Açor,

Da Costa, Vasco Pereira, (1978) *Nas Escadas do Império: Contos*. Coimbra, Centelha, 1978.

Da Costa, Vasco Pereira, (1979) *Amanhece a Cidade*, romance. Coimbra ed. Centelha

Da Costa, Vasco Pereira, (1980) *Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo*, novela; ed. Banco Espírito Santo c Comercial de Lisboa. Lisboa.

Da Costa, Vasco Pereira, (1981) *Ilhiada*, (poesia) Angra do Heroísmo: SREC, col. "Gaivota".

Da Costa, Vasco Pereira, (1984) *Plantador de Palavras Vendedor de Lérias*, Coimbra, Câmara Municipal, 1º Prémio Miguel Torga 1984

Da Costa, Vasco Pereira, (1987). *Memória Breve*, contos. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura

Da Costa, Vasco Pereira, (1992) *Riscos de Marear*; (poesia) Ponta Delgada: Eurosigno

Da Costa, Vasco Pereira, (1994) *Sobre ripas sobre rimas*, Coimbra: Minerva, 1994

Da Costa, Vasco Pereira, (1997) *Terras* (poesia) 1ª ed. Porto: Campo das Letras

Da Costa, Vasco Pereira, (1999) *My Californian Friends*, ed. Gávea Brown:

Da Costa, Vasco Pereira, (2000) *My Californian Friends* (2ª Ed.) Viseu, Palimage Editores.

Da Silveira, Pedro, (1977) "Açores", *Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e de Teoria Literária* (coordenação João José Cochofel), 1977, 1.º vol.

Da Silveira, Pedro, (1999) *Fui ao Mar Buscar Laranjas*, Angra, Dir. Regional Cultura

De ALMEIDA, Onésimo Teotónio, (1978) *Ah! Mõnim dum Corisco!*... (Teatro) New Bedford - Providence: Gávea Chama, 2ª ed. 1989; 3ª ed. 1998, Lisboa, ed. Salamandra

De ALMEIDA, Onésimo Teotónio, (1983) «(Sapa)teia Americana, Lisboa, Vega, 1983. 1ª ed.; 2ª ed. 2000, Lisboa, Salamandra.

De Almeida, O. T., (org.) (1983), *A Questão da Literatura Açoriana. Recolha de Intervenções e Revisitação* [as diversas posições teóricas ao longo do tempo e algumas posições polémicas]. Angra do Heroísmo, SREC. (org.)

De ALMEIDA, Onésimo Teotónio, (1986), *Da Literatura Açoriana. Subsídios para um Balanço*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura

De Almeida, Onésimo Teotónio, (1987) "O que é a L(USA)LÂNDIA" in *L(USA)LÂNDIA*, A décima Ilha, Angra do Heroísmo. SREC

De Almeida, Onésimo Teotónio, (1994) *Que nome é esse, ó Néximo? – E outros advérbios de dúvida*, 1ª ed. Lisboa, ed. Salamandra

De Jesus, Eduíno, (sd) "Breve notícia histórica da poesia açoriana de 1915 à atualidade", in *Estrada Larga*, vol. 3, Porto Editora, [s/d], pp. 425-430.

De Melo, José Dias, (1958) *Mar Rubro*, 1958, 2ª ed. 1980 Lisboa, ed. Salamandra

De Melo, José Dias, (1964) *Pedras Negras*, 2.ª ed., Lisboa, Vega, 1985, tradução para inglês 1988 Dark Stones ed. Gávea-Brown. 4ª ed. Ver Açor 2008

De Melo, José Dias, (1973) *Na noite silenciosa* (poesia) 1973, 2ª ed. Ver Açor 2007

De Melo, José Dias, (1976) *Mar pela proa*, 1976, 2ª ed. Lisboa, ed. Salamandra

De Melo, José Dias, (1979) *Vinde e Vede*. Narrativas, Lisboa: Editorial Ilhas

De Melo, José Dias, (1983) *Vida vivida em terra de baleeiros*, Angra, SREC; 2ª ed., Lisboa, ed. Salamandra

De Melo, José Dias, (1990) *Das velas de lona às asas de alumínio*, Lisboa, ed. Salamandra col. Garajau

De Melo, José Dias, (1990) *O autógrafo*. 1990 Lisboa, ed. Salamandra 2ª ed. 1999 col. Garajau

De Melo, José Dias, (1992) *O Menino deixou de ser menino*. Lisboa, ed. Salamandra col. Garajau

De Melo, José Dias, (1993) *A Viagem do medo maior*. Lisboa, ed. Salamandra col. Garajau

De Melo, José Dias, (1994) *Pena dela, saudades de mim*. Lisboa, ed. Salamandra col. Garajau

De Melo, José Dias, (1995) *Crônicas do Alto da Rocha do Canto da Baía*. Lisboa, ed. Salamandra

De Melo, José Dias, (1996) *Inverno sem primavera* Lisboa, ed. Salamandra

De Melo, José Dias, (2000), *Reviver: na Festa da Vida a Festa da Morte*. Lisboa, ed. Salamandra, col. "Garajau".

De Melo, José Dias, (2001) *À Boquinha da noite*, Lisboa, ed. Salamandra

De Melo, José Dias, (2002) *Milhas contadas*, Lisboa, ed. Salamandra

De Melo, José Dias (2003), *Pedras Negras*. Lisboa, Edições Salamandra, 3ª edição

De Melo, José Dias de (2004), *Poeira do caminho. Reminiscências do Passado, vivências do Presente*. Porto, Campo das Letras – Editores, col. "Instantes de Leitura".

De MELO, José Dias de (2007), *Na noite silenciada. Poemas de Natal*. Ponta Delgada, Ver Açor, Lda.

De MELO, José Dias (2008), *Mar Rubro, Baleeiros do Pico*. Ponta Delgada, Ver Açor, Lda. Editores, 3ª edição.

De Melo, João (1982) - *Há ou Não Uma Literatura Açoriana?* Lisboa ed. Vega

De Melo, João, (1983) *O Meu Mundo Não é Deste Reino*, Lisboa, Publ. D. Quixote traduzido nos Estados Unidos e em Espanha

De Melo, João, (1988) *Gente Feliz com Lágrimas*, Lisboa, Publ. D. Quixote, 1988. Traduzido em Espanha, França, Holanda, Itália, Roménia e Bulgária

De OLIVEIRA, Álamo, (1978) *Almeida Firmino / Poeta dos Açores ed. DRAC (esgotado)*

De SÁ, Daniel, (1988) *Bartolomeu* (teatro), ed. DRAC, Angra do Heroísmo: SREC

De SÁ, Daniel, (1992) *Ilha Grande Fechada* (romance), Lisboa, ed. Salamandra

De Sá, Daniel, (1995) *Crónica do Despovoamento das Ilhas* (e Outras Cartas de El-Rei) (crônicas históricas), Lisboa, ed. Salamandra

De Sá, Daniel, (2007) *O Pastor das Casa Mortas*, Ponta Delgada, ed. Ver Açor, 2007

De Sá, Daniel, (2007) *Santa Maria, Ilha-Mãe*, Ponta Delgada, ed. Ver Açor, 2007

Dias, Eduardo Mayone, (1989) *Falares Emigreses*, 1ª ed. Lisboa; Amadora, Portugal: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação; Distribuição comercial, Livraria Bertrand

Dores, Victor Rui, (1991) *Sobre Alguns Nomes Próprios Recolhidos na Ilha Graciosa* (ensaio) Separata do Boletim do Museu de Etnografia da Graciosa

Dores, Victor Rui, (no prelo) *Ilhas do Triângulo - coração dos Açores* (ed. Ver Açor).

FIRMINO, Almeida, (1982), *Narcese*, Angra do Heroísmo: SREC

Garcia, José Martins (1973) *Feldegato Cantabile* (poesia) *Antologia Poética dos Açores*, Angra do Heroísmo: SREC, 2ª ed. 1979

Garcia, José Martins (1974) *Katafaraum é uma Nação*, col: Peninsulares Literatura. Editor: Assírio & Alvim

Garcia, José Martins. (1987), *Ainda a questão da Literatura Açoriana In Para uma Literatura Açoriana*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 9-32.

Garcia, José Martins (1987), *Atualidade da Literatura Açoriana, In Para uma Literatura Açoriana*. Ponta Delgada, Univ dos Açores: 111-124

- Garcia, José Martins (1992) Katafaraum ressurreto, Edição do Autor
Garcia, José Martins (1997) Contrabando original, Lisboa, ed. Salamandra col. "Garajau", 2ª ed.
Kinsella, John M., (2007) Voices from the islands (An anthology of Azorean Poetry), ed. Gávea-Brown, USA
Nemésio, Vitorino. (1923) Por que não temos Literatura Açoriana [entrevista com Vitorino Nemésio, por Rebelo de Bettencourt] In Almeida O. T. (org.) (1983), *A Questão da Literatura Açoriana. Recolha de Intervenções e Revisitação*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura
NEMÉSIO, Vitorino. (1932) "Açorianidade" in *Insula*, n.º 7-8, Ponta Delgada, Julho, 1932
Nemésio, Vitorino. (1949) *Mau Tempo no Canal*, Lisboa, Livraria Bertrand e Livros Unibolso, ed. Associados, col. «Biblioteca Universal»
NEMÉSIO, Vitorino. (1994) *Mau Tempo no Canal*, 7.ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1994.
ORRICO, Maria. (1994) *Terra de Lúcia*, Lisboa, ed. Salamandra, 1994.
Pavão, J. Almeida. (1991), Constantes da insularidade numa definição de Literatura Açoriana, In *Caminheiros da Cultura*. Instituto Cultural de Ponta Delgada: 133-152
Petri, Romana. (1997) *O Baleeiro dos montes*, Lisboa, ed. Salamandra
Pires, A. M. B. Machado. (1983) Para a Discussão de um Conceito de Literatura Açoriana. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XLI: 842-858
Pires, A. M. B. Machado. (1987), *A Identidade Cultural dos Açores*, Sep. De *Arquipélago* (série Línguas e Literaturas), IX
TABUCCHI, António. (1998). *Mulher de Porto Pim*. ed. Difel 5ª ed. 1998
Valadão Serpa, Caetano. (1978) *A Gente dos Açores*, ed. Prelo 1978
Valadão Serpa, Caetano. (2000) *Um Pessoa só é pouca gente*, Lisboa, ed. Salamandra col. Garajau



11. CONCHA ROUSIA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

CONCHA RODRIGUES PERES, Nascida em 1962, Covas (Os Brancos, Galiza) Psicoterapeuta. Licenciada em 1995 em psicologia pela Universidade de Santiago de Compostela, *especialidade em psicologia clínica*. Master in Science, Marriage and Family Therapy, Universidade de Maryland, USA, 1999. Tese de graduação intitulada "Multilingualism and psychotherapy".

PUBLICAÇÕES:

As Sete Fontes, Romance publicado em 2005, formato e-book pela editora digital portuguesa Arcos Online (www.arcononline.com), Arcos de Valdevez.

"Dez x Dez" 2006, Antologia poética, Abrente Editora (Galiza).

"Cem Vaga-lumes" Obra composta por 16 haikus premiados e publicados pelo Concelho de Ames, ano 2006.

Herança, Conto publicado em 2007 em *Rascunho* (Jornal de literatura do Brasil), Curitiba, Brasil.

Primeira Antologia do Momento Lítero Cultural, em formato digital. 2007, Porto Velho, Brasil.

Nas Águas do Verso. Antologia. 2008, Porto, Portugal.

Antologia do XXII Festival de Poesia do Condado. 2008, Gráficas Juvia.

Poeta, Mostra a tua Cara. Antologia. 2008, Rio Grande do Sul, Brasil., Volume 7 da Coleção "Poesia do Brasil", correspondente ao XV Congresso Brasileiro de Poesia, que se celebra em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil. Tem publicado poemas e outros textos em diversas revistas galegas como Agália ou A Folha da Fouce; e em jornais como o Novas da Galiza, Galicia Hoxe, A Nosa Terra, Portal Galego da Língua, Vieiros, e em brasileiras como Momento Lítero Cultural.

Agora Já Não é Nada: Narrativa da desfeita, Lethes 2007. É uma análise do significado da perda das funções que mantinham os espaços comunitários que desapareceram com a desarticulação da cultura tradicional.

Um dia, Publicado em A Nossa Terra 2006. Análise da violência de género.

Prémios

Prémio de Narrativa do Concelho de Marim, 2004, Galiza.

Prémio de poesia do Concelho Ames, 2005, Galiza.

Ganhadora do Certame Literário Feminista do Condado, 2006, Galiza, o romance “A Língua de Joana C”

Prémio de Narrativa do Concelho de Marim, 2004, Galiza.

Prémio de poesia do Concelho Ames, 2005, Galiza.

Ganhadora do Certame Literário Feminista do Condado, 2006, Galiza. Com o romance “A Língua de Joana C”

Representará a AGLP na comitiva oficial a Macau em substituição de Ângelo Cristóvão

TEMA 2.4. Língua na Galiza: Poder e responsabilidade CONCHA ROUSIA, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Perdida a autonomia, o que resta senão o silêncio?

Marilena Chauí

1. Introdução

O estudo que aqui se vai apresentar é uma reflexão sobre dous conceitos e as implicações que o relacionamento entre eles tem para a questão da língua na Galiza. Estes conceitos são poder e responsabilidade, e entendê-los e entender o relacionamento entre eles é fulcral para entender a situação da língua na Galiza.

O presente estudo arranca de uma análise prévia feita por mim sobre a mudança de narrativa linguística que teve lugar na Galiza desde a criação em 2008 da Academia Galega da Língua Portuguesa (Rousia, 2009). A aplicação destes conceitos a questões relativas à língua na Galiza será efetuada desde uma interpretação não-dualista da realidade, uma interpretação desde a perspetiva do envolvimento, para o que se seguirá o discurso exposto pelo professor Evandro

Ouriques, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em seu artigo “O conceito envolvimento e o caráter político das práticas linguísticas” (Ouriques 2010).

2. Introdução ao Conceito de Mudança de Narrativa

O conceito de mudança de narrativa linguística neste estudo faz referência à mudança que se produziu na forma de entender a língua na Galiza desde a criação em 2008 da Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP) para o que se recomenda ver o meu estudo no Boletim da AGLP (Rousia 2009). O conceito de mudança de narrativa aqui usado se entende como a mudança nas histórias a ter em conta à hora de definir o que na Galiza somos desde o ponto de vista linguístico. As mudanças no jeito de considerar o que somos, e o que não, têm repercussões tanto na escrita como na oralidade, que não são bem a mesma coisa; tal e como Stubbs (1980) conclui, “a linguagem escrita não representa diretamente a linguagem falada. Como se deriva de vários factos, é evidente que os dous sistemas são, quando menos, parcialmente autónomos” (p. 41). Mas a narrativa, e então a sua mudança, privilegiam a escrita; portanto uma mudança de narrativa tem necessariamente que se produzir na escrita.

Resumindo, podemos dizer que a nova narrativa sobre o que é a língua na Galiza se distancia do velho discurso dominante estabelecido e difundido desde as instâncias políticas, e não linguísticas, que afirmava que galego e português eram línguas diferentes entre si. As novas histórias sobre língua na Galiza aparecidas desde que começou a mudança de narrativa em 2008 são discursos que partem da assunção de a língua da Galiza e o Português não serem mais línguas distintas. Serão estas novas histórias narrativas as que vão ir definindo e estabelecendo de que forma a língua da Galiza e o português são uma e única língua; este é um processo vivo no que nos encontramos atualmente, e dentro deste processo, tanto o poder adquirido como a responsabilidade assumida, são aspetos centrais para entender a nossa realidade linguística.

3. Poder e Responsabilidade

Poder e responsabilidade são dimensões da realidade que estão intimamente ligadas; dependendo de como seja a sua combinação e distribuição nos atores sociais em relacionamento, assim será o resultado que se produz. À sua vez, falar de poder implica necessariamente falar de conhecimento, já que estes dois conceitos, tal e como Foucault afirma, são inseparáveis; portanto, não podemos falar de um sem falar do outro, e mesmo podemos dizer que um domínio de poder é um domínio de conhecimento e vice-versa. É desde as estruturas do poder estabelecido que se elaboraram os discursos que validam e perpetuam um determinado conhecimento. (Foucault 1980)

Neste trabalho tratar-se-á de dar resposta a diversas perguntas sobre a questão da língua, como por exemplo quem tem o poder e quem a responsabilidade, e como se poderia desde o reintegracionismo trabalhar para adquirir a cada vez maiores quotas de poder e, portanto também, assumir maiores quotas de responsabilidade. Nesta altura da análise podemos afirmar que os movimentos de defesa da língua na Galiza se têm guiado tradicionalmente pelo conceito de 'desenvolvimento' e não pelo de 'envolvimento' que é o que se vai defender aqui como verdadeiramente útil para avançarmos e sairmos das areias movediças nas que nos temos movido nos últimos trinta anos.

4. Conceitos de desenvolvimento e envolvimento

Tal e como o professor Ouriques afirma no artigo acima mencionado (Ouriques 2010), existe uma necessidade urgente de abandonarmos o conceito de desenvolvimento para passarmos a aplicar o de envolvimento à hora de tratarmos de resolver a maioria dos problemas de índole social. Se aplicarmos estes conceitos à área linguística na Galiza obteremos um modelo de língua que podemos qualificar

de modelo sustentável, é dizer, que dependa apenas do potencial positivo daqueles que se ocupem de abordar a realidade da língua na Galiza. Neste sentido devemos entender o conceito 'desenvolver' como o ato de retirarmos o que estaria impedindo a manifestação das potencialidades da nossa língua para, desta forma, permitirmos que ela cresça nos seus usos e espaços; o que nos coloca num pensamento de desnecessária assunção de responsabilidade por parte dos usuários da língua, pela situação linguística, e também polos nossos estados mentais em relação a essa situação. (Ouriques 2010).

Desde um modelo de desenvolvimento sempre poderemos argumentar que são os impedimentos externos que não permitem à nossa língua existir com normalidade na Galiza. Desenvolver é, portanto, o oposto de envolver, pois quem se desenvolve, "livra-se de envoltimentos", livra-se de uma ideia de língua sustentável, uma ideia de língua que requer a assunção da responsabilidade da contribuição de um próprio ao estado da língua. Daí que na Galiza todos os movimentos que se tem dado dentro da ideologia do desenvolvimento se centrem em culpar o nacionalismo espanhol do fracasso das políticas linguísticas em vez de analisar o próprio comportamento, em vez de analisar o que seria realmente se 'envolver'. Ora bem, como afirma Morgensztern, "sem o envolver, do latim *involvere*, não teremos como abarcar, trazer em si; encerrar, conter, armazenar a informação, o conhecimento". Sem envolvimento não há, o que o professor Ouriques denominaria 'volver' – do lat. *volvere* - isto é, mudança de posição ou direção, transformação". Sem envolver não podemos atingir um modelo de 'língua sustentável', conceito que eu uso aqui expandindo o conceito cunhado em 2005 pelo professor Ouriques de 'mente sustentável'.

Continuando com a aplicação dos conceitos de envolver e desenvolver, entende-se que desenvolver significa assumir um progresso sistemático, de uma intervenção progressiva que leve a um crescimento a cada vez maior, o que vai conduzindo a um estado linguístico dependente de esse investimento de esforços e

que acaba por se fazer insustentável, dependente sempre da boa vontade dos que retêm o poder manipulativo dos recursos a favorecer ou desfavorecer a língua. Portanto, aplicado ao âmbito da língua, afirmarei que se queremos um modelo de língua autónomo, não apenas nominalmente, mas com atos sustentáveis, é necessário aplicarmos o conceito de envolvimento. (Ouriques 2010).

Com o intuito de clarificar como seria na prática o verdadeiro significado destes dous conceitos vou analisar brevemente o acontecido recentemente, em Julho de 2010, com dous meios de comunicação virtuais na Galiza. Temos por um lado o jornal Vieiros, que poderíamos dizer que era o protótipo de jornal criado desde o mais puro modelo de desenvolvimento, de fato este jornal cresceu quando as circunstâncias políticas na Galiza ofertaram recursos suficientes para esse jornal poder funcionar e aparentemente crescer e se fazer forte, chegando a se converter num meio de referência para um 25 % da população da Galiza e também de outros lugares da Lusofonia. Por outro lado temos o Portal Galego da Língua (PGL), um meio bem mais modesto do ponto de vista orçamentário, ora bem, criado e mantido desde o modelo de envolvimento; sustentado por pessoas e meios autónomos, sem qualquer dependência económica das instituições. Aconteceu que o jornal Vieiros, quando a situação política virou e a direita centralista espanhola ocupou o poder no Parlamento Galego, viu-se privado do apoio financeiro que vinha recebendo, e fez-se logo insustentável; quanto que o PGL, sendo aparentemente bem mais modesto, continua a sua andaina, demonstrando os seus alicerces serem mais fortes.

5. Sobre a criação da Academia Galega da Língua Portuguesa

Com a criação em 2008 da Academia Galega da Língua Portuguesa, na Galiza produziu-se uma mudança na narrativa linguística, que já foi analisada anteriormente. (Rousia 2009). Essa mudança de narrativa levou à queda da ideia do discurso central sobre língua que até então era o dominante, que defendia que galego e português eram línguas diferentes. Esta mudança de narrativa tem

conduzido a uma modificação em todos os discursos aparecidos desde então, sobre o que é e não é a língua do nosso país. Desde esse momento observamos como se tem produzido uma proliferação de discursos, que podemos denominar discursos intermédios, que contemplam a língua da Galiza como uma língua não diferente da língua portuguesa. Políticos, personalidades de relevância social como atores, escritores, músicos, empresários, jornalistas, etc. tem feito afirmações que corroboram que a mudança, mesmo que seja de jeito vagaroso, está a ter lugar.

Com estas mudanças narrativas no discurso linguístico, o poder para a nossa língua incrementa-se de modo geral, e incrementa-se em particular para o modelo de língua reintegracionista que desde a Academia Galega da Língua Portuguesa se defende. Este modelo de língua é um modelo sustentável; é um modelo que não depende de forças exógenas ao próprio coletivo para se poder manter, e portanto mantém também a responsabilidade de incrementar as quotas de poder que a própria língua tem; essa responsabilidade é exclusivamente nossa, do coletivo social envolvido em promover este modelo língua sustentável.

Ora bem, que dependa apenas de nós, o pequeno coletivo envolvido nesta empreitada, não significa que tenha pouco poder, pois depende em grande medida da nossa capacidade para atrair, e então envolver, mais e mais pessoas e grupos sociais nesta forma construtivista e positiva de trabalhar por um modelo de língua sustentável; entendendo o conceito envolver tal como o professor Ouriques nos mostra nos seus trabalhos, entendendo que envolver é, sob esta perspetiva epistemológica não-dualista, perceber o invólucro não mais como uma exterioridade absoluta a ser superada, como suposto “estágio anterior”, mas como parte decisiva da inteireza do problema. (Ouriques 2010). Neste sentido o desejável será o envolvimento de todas as pessoas do âmbito internacional da nossa língua que tenham inquietude por questões linguísticas. Quando todos os falantes da nossa língua, sejam do continente que eles sejam, entendam que o problema da língua na Galiza é um problema da sua língua, e então é um problema de todos os falantes, o

envolvimento de todos nesta questão, e então a solução do problema da língua na Galiza, se terá tornado inevitável.

6. *Princípios de autonomia, democracia e formação da vontade*

Devemos entender estes conceitos como essenciais na toma de decisão constante que se dá na vida das pessoas nos sistemas democráticos; ora bem, devemos entendê-los como Mattelart nos mostra com suas reflexões sobre a liberdade e a democracia quando afirma que “a liberdade política não se pode resumir no direito de exercer a própria vontade. Ela reside também no direito de dominar o processo de formação dessa vontade” (Mattelart 2003). Não nos deveríamos conformar com uma democracia vazia, na que nos é quase só reconhecido o direito de eleger os nossos dirigentes políticos, mas pouco mais do que isso, e não nos é permitido nem conhecê-los apropriadamente; isto acontece porque os médios de comunicação se encarregam de vender destes dirigentes, e dos seus projetos políticos, uma imagem que não é real. A média, tal e como opera na Galiza e no resto do mundo, não é mais um método para oferecer informação às pessoas para que elas depois formem a sua opinião, senão um método para formar e vender opinião. Ora bem, mesmo que pareça difícil fugir desse presídio que a média representa, veremos que é possível; tratarei deste tema quando aborde o conceito de desobediência civil mental, tal e como é usado pelo professor Ouriques, que nos permite negarmo-nos a reproduzir as ideias que desde os médios de comunicação querem fazer prender em nossas mentes, para pensarmos livremente.

Para poder falar do domínio do processo da formação da vontade no que se refere a questões linguísticas na Galiza, necessitamos perguntarmo-nos sobre o poder que temos nesse processo. Isto vai depender em grande medida do nosso poder de decisão sobre estes assuntos, e em definitiva do nosso poder em geral. O primeiro passo é portanto responder a pergunta de quem tem o poder desde o ponto de vista legal sobre os aspetos que regulam os usos linguísticos no nosso país.

Devemos ter em conta que é através de leis que se regulam os diversos aspetos implicados na questão da língua na Galiza. Naturalmente nas sociedades modernas, como é a sociedade que integra o Estado Espanhol, o poder tem-no o próprio Estado, e é exercido por meio das suas Instituições; incluindo dentro destas os governos autonómicos, as universidades, e resto de instituições públicas.

O Estado é quem dita as leis que regulam os diversos aspetos relacionados com os deveres e direitos sobre o uso da língua para os seus utentes. E toda a lei, uma vez estabelecida, passa a ser mostrada aos cidadãos para que a percebam como se fosse uma espécie de ‘Deus’ por cima do bem e do mal, esquecendo-se sempre que ela, a lei, é feita com único propósito de que se cumpram os mandados do Estado. Vemos aqui como o próprio Estado que devia velar pelo bem-estar de todos os cidadãos, se encarrega de impor sobre eles a própria vontade do Estado, mas que é defendida como a única democrática. Ora bem, atendendo as reflexões de Mattelart, bem sabemos que não é assim, e que essa lei, como outras, defende apenas os interesses do Estado, que nas questões linguísticas, para desgraça nossa, não coincidem com os interesses dos cidadãos aos que se nos impõe. Não há lógica nestas leis, há apenas poder de quem a elas submete para defender seus próprios interesses. Portanto, ir contra uma lei que parece absurda do ponto de vista da lógica, a razão, ou mesmo a dignidade humanas, como é a lei que impõe aos galegos falar castelhano por cima da língua própria da Galiza, é ir contra o poder que estabelece essa lei como boa. Tentar lutar contra essa lei, mesmo que pareça o lógico e justo a fazer, é colocarmo-nos numa luta desde concepções de desenvolvimento que leve a modificação ou supressão dessa lei para que depois, uma vez modificada ou eliminada, seja possível desenhar um modelo de língua adequado à realidade do país.

O Poder, como bem denuncia Foucault, subjugam os indivíduos, convertendo-os no que este autor denomina como “corpos dóceis”, a serem conduzidos a atividades que sustentem a proliferação de formas de conhecimento globais e unitárias; é

nesse contexto que se nos impõe a ideia de que o castelhano é uma língua que todo o mundo dentro do Estado deve saber. Todas aquelas atividades que promovem esta 'verdade' do Estado são premiadas e todas as que vão na sua contra são punidas. Parece então que a única saída positiva para um modelo de língua sustentável na Galiza e colocarmo-nos à margem deste modelo de desenvolvimento e articular o nosso próprio modelo que parta do envolvimento, nosso, com a nossa própria língua. Usar as nossas forças de forma criativa, construtiva e autónoma.

Usarei o conceito de autonomia tal e como o usa Castoriadis, que aplicado à Sociedade Autónoma quer dizer que esta é aquela que se auto institui por meio da atitude, que o autor entende revolucionária, de seus membros fazerem valer o que imaginam em termos de instituições, leis, tradições, valores e comportamentos. Ou seja, justamente o contrário de sociedades heterónimas como a nossa presente. (Ouriques 2009)

Para concluir, pode-se dizer sobre estes conceitos que se um domina uma área de conhecimento retém o poder sobre essa área; e também, se um tem o poder sobre uma área, decide o quê é o conhecimento nela:

"Não pode haver exercício possível do poder sem uma certa economia (certo controlo) de discursos de verdade, o qual opera através, e sobre as bases, desta associação. Estamos sujeitos a uma produção de verdade através do poder e não podemos exercitar poder exceto através da produção de verdade" (Foucault 1980)

7. Poder e desobediência

Com o uso e aperfeiçoamento da tecnologia o que se consegue é que as pessoas passem a ter um papel a cada vez mais ativo na sua própria subjugação, convertendo-se nos próprios guardiões de si mesmos, passando a contribuir à perpetuação do poder e o conhecimento dominantes. As pessoas são incitadas a comportarem-se de forma a se sujeitarem a si próprios e a outros segundo esses

discursos. O poder se perpetua então, não já pela sua capacidade de se impor de acima para abaixo nas estruturas hierárquicas de poder, senão a nível local. Se perpetua porque os atores sociais, as pessoas, obedecem no seu próprio território mental e ajudam a outros a obedecer os ditados desse poder. E é então no território mental onde devemos encontrar a força para resistirmos e desobedecermos esse poder; esse poder que é apenas poder porque nós o obedecemos. O conceito de território mental que entendo seguindo o critério do professor Ouriques, de quem tomo o termo, tem um papel fulcral para entendermos a nossa capacidade e necessidade de desobedecermos os chamados poderes externos; mas antes acho ilustrativo rever a análise de Foucault sobre as diferentes formas de poder, que nos ajuda a entender por que a situação na Galiza é a que é na atualidade.

A análise que Foucault faz sobre as diferentes formas de poder mostra como devemos diferenciar entre as formas de poder soberano e moderno. A efetividade do poder nas monarquias dependia em grande medida da capacidade do soberano para se fazer visível à povoação; era uma forma pouco eficaz de controlo social, dado que o soberano não podia estar presente em todo o lado à mesma vez; o seu poder fazia-se extensível aos seus representantes, mas mesmo assim a gente encontrava sempre a forma de se ocultar desse poder. Por contra os mecanismos que usa o poder nas sociedades modernas permitem que a figura de poder permaneça invisível para os indivíduos, e quem passa a ser visto, em lugar de ser o poder, são os indivíduos a ser controlados por esse poder. A pessoa percebe-se a si própria como podendo estar a ser observada em todo o momento, e portanto não precisa ver a figura de poder para se comportar de acordo com o que o poder ordena. Deste modo, segundo Foucault, a sociedade tem entrado na idade da examinação infinita e a objetivação compulsiva; de jeito que na atualidade temos uma sociedade de normalização onde a tortura foi substituída pela avaliação, e que implicou os poderes judiciais nas questões de controlo social, tanto no controlo de indivíduos, como de grupos, e no controlo do conhecimento. Neste sentido são as normas as que passam a ser centrais e o indivíduo é obrigado a se comportar de acordo com

elas, em vez de ter que se comportar de acordo com o que está bem e o que está mal. É a era da normalização, e tudo o que se afaste dessa normalização será submetido a medidas corretivas.

É aqui onde o conceito de território mental passa a ser essencial para entendermos os possíveis caminhos para um pensamento próprio. Tal e como professor Ouriques nos mostra podemos sempre erguer-nos como autoridade no nosso próprio território mental e aprender a desobedecer as ideias que nos querem ser impostas. Neste ponto o professor Ouriques propõe 'território mental' como conceito político; é no território mental que se dão concretamente as relações de poder psicossocialmente construídas, nas quais o indivíduo, movimento ou organização, apropriam-se, pela desobediência civil mental, do poder, tornando-se assim, cada um deles, portador de voz própria, ou é então dominado pelo discurso que o atravessa. (Ouriques 2009). Neste sentido estaríamos atuando na linha que Mattelart denomina como liberdade política, que não pode mais ser apenas o exercício da vontade, mas que passa, necessariamente, pelo domínio do processo de formação da vontade. (Mattelart, 2003)

Se partimos de que quem tem o poder sobre a língua é o responsável pela sua situação, podemos afirmar com toda a naturalidade que o Estado, e todas as instituições que dele dependem, são os responsáveis da situação atual da nossa língua, mesmo que o Estado se habilite para atribuir a responsabilidade da situação aos próprios falantes. Mas aceitar isso, aceitar que os utentes são os responsáveis do estado da língua, seria semelhante a aceitar que os pobres são os responsáveis da existência da pobreza. Ora bem, que os pobres não sejam os culpados pela existência da pobreza, não quer dizer que não tenham o que fazer para sair dessa situação de pobreza.

Logicamente ao considerarmos responsável ao que tem o poder, nos vemos, como é lógico, abocados a querer exigir do Estado um exercício diferente desse poder; um exercício que nos garanta a nós, os galegos e galegas, os nossos direitos

linguísticos na nossa própria terra. É este um intento que podemos claramente enquadrar dentro das ideias do desenvolvimento que permita a língua evoluir com normalidade. Ora, o nosso erro está em pensar que vamos conseguir mover o Estado, ou as suas instituições, a atuar com lógica e razão e não de acordo com os seus planos unificadores nos que a nossa língua não tem espaço. Se lograrmos isso significaria que teríamos logrado envolver o Estado no trabalho pela justiça linguística dentro do território estatal, e isso a dia de hoje, mesmo que seria o justo, não parece que vá a acontecer. Exigir ao Estado, como responsável que é da situação linguística, que exerça o seu poder de maneira diferente em nome da justiça é portanto uma atividade estéril. O Estado tem os seus próprios interesses mantidos nos seus planos linguísticos traçados e o único que precisa é tempo para ir torcendo e construindo 'novas verdades' e convencendo depois da bondade dessas verdades à sociedade.

8. Poder e visibilidade

O que fazer então? Parece como se, ante esta desigualdade de poder e diferença de interesses entre o Estado e a sociedade galega, não houvesse qualquer hipótese ou possibilidade de frear este etnocídio histórico que padecemos. Da resposta a esta pergunta depende a nossa forma de agir. Fique claro, como já foi antes afirmado, que nós não vamos convencer o Estado de que mude seu discurso de verdade (não o vamos conseguir envolver na solução do problema), não é do seu interesse fazer isso, não o é ainda; e nós, a sociedade galega, não temos poder para forçar que isso aconteça. Parece claro então que a resposta passa por conseguir poder. Sabemos que poder se pode conseguir de muitas formas, pensemos na forma em que Gandhi o logrou frente ao todo-poderoso Império Britânico. Acho que talvez haja tantas formas como pessoas para aumentar o nosso poder, mas só são válidas e duradouras, as que se afinquem em projetos de não-violência, que à vez sejam projetos sustentáveis, projetos que não precisem do apoio de forças externas para poder seguir para a frente.

Neste sentido a forma que a mim me parece mais acertada, e também mais rápida e segura, é a de fazer a nossa realidade linguística visível fora das nossas fronteiras; naturalmente não me estou a referir as fronteiras com a Espanha, estou a dizer fora das fronteiras políticas do Estado. É claro que para fazermos-nos visíveis fora das nossas fronteiras necessitamos um contexto no que nos fazer visíveis; esse contexto podia bem ser a União Europeia, ora aí nós, quanto que sociedade, não temos poder e o Estado Espanhol tem. Fica para nós um território no que nós podemos ter mais poder, se jogamos bem as nossas cartas, do que o Estado. Esse território é o espaço internacional da nossa língua. Na medida em que nós consigamos reconhecimento estaremos a ganhar poder para a nossa língua, e para nós, os falantes dessa língua, no seu espaço internacional, e estaremos também ganhando poder que antes ou depois se fará extensível à língua no nosso território. A visibilidade e o poder que nos fortaleçam na Lusofonia nos fortalecerão também na própria Galiza. Com cada pessoa, cada coletivo, cada organização que consigamos envolver nesta luta pacífica pela sobrevivência da nossa língua comum na Galiza, estaremos fortalecendo a nossa resistência.

Para finalizar quero deixar aqui um pensamento final pelo que eu com frequência me guio e que afirma que “*mesmo não sendo nós os que devemos ser culpados pelas nossas feridas linguísticas, nem tendo nós o poder para evitar que essas feridas se produzam, seguimos a ter a responsabilidade de as curar, ou então convertermo-nos em vítimas crónicas incapazes de romper o círculo que perpetua a nossa situação*”.

Nossa é a responsabilidade por todas as nossas escolhas no nosso território mental, como nos mostra o professor Ouriques, de forma a cessarmos a transferência de nosso potencial para o outro numa luta para o convencer do injusto de sua ação, neste caso para o Estado e as suas instituições; o que faz com que passemos a depender dele e de suas ações.

Nossa é a decisão de escolhermos o caminho da autonomia, não esperando mais dum possível desenvolvimento futuro que venha a retirar os travas que não nos permitem cultivar com normalidade a nossa língua.

Nossa é a decisão de envolvermo-nos com nós próprios, incluindo nesse ‘nossos próprios’ todos os parceiros ou irmãos de língua, para assim chegarmos nós a podermos decidir a realidade da nossa língua; porque como aprendemos com o professor Ouriques, o primeiro passo para mudar o mundo é envolvermo-nos com nós mesmos.

Referências

- Castoriadis, C. (1999). *Figures du pensable*. Paris: Éditions du Seuil.
- Foucault, M. (1979). *Discipline and punish: The birth of the prison*. Middlesex: Peregrine Books.
- Foucault, M. (1980). *Power/knowledge: Selected interviews and other writings*. Nova Iorque: Pantheon Books.
- Mattelart, A. (2003) *História das Teorias da Comunicação*. São Paulo: Edições Loyola.
- Ouriques, E. V. (org.). (2002) *Diálogo entre as civilizações: a experiência brasileira*. ONU. Apoio Institucional Palas Athena, Viva Rio, Movimento Inter-religioso do Rio de Janeiro - MIR/ISER e UNESCO.
- Ouriques, E. V. (2009). *Território mental: o nó górdio da democracia*. Revista Democracia Viva, nº 42 pp. 76-81.
- Ouriques, E. V. (2010). *O Conceito Envolvimento e o Caráter Político das Práticas Linguísticas*. In *Práticas socioculturais e discurso: debates transdisciplinares*. Labcom - Universidade de Beira Interior Covilhã Portugal. ISBN: 978-989-654-034-0
- Rousia, C. (2009). *Mudança de Narrativa Linguística*. Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa, nº 2 pp. 69-80.

Stubbs, M. (1980). *Language and literacy: The sociolinguistics of reading and writing*. London: Routledge, Kegan, Paul.

12. EDMA SATAR, INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE LISBOA MOÇAMBIQUE esatar@hotmail.com



EDMA ABDUL SATAR nasceu a 1 de Fevereiro de 1950 em Quelimane, no distrito da Zambézia, em Moçambique.

Seguiu os estudos básicos e secundários em vários colégios no país e em Portugal. Entusiasmou-se desde cedo por línguas estrangeiras, falando para além do Português, sua língua materna, o Inglês, Francês, Alemão e Espanhol. Frequentou o antigo 7º Ano Liceal no Liceu Pêro de Anáia na Beira, em Moçambique.

Licenciou-se em Línguas e Literaturas Modernas, na variante Francês/Alemão, na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa.

Terminada a Licenciatura, prosseguiu uma pós-graduação em Ciências Documentais.

Tem um Mestrado em Comunicação e Linguagem, na especialidade de Lexicologia/Lexicografia e o Curso de Doutoramento em Ciências da Comunicação e Linguagem, e prossegue a tese de doutoramento na especialidade de Tradução. Possui ainda o Diploma de Estudos Aprofundados (DEA) em Ciências da Documentação e Informação.

Fazendo a ponte entre a Linguística e a Documentação, realçou a importância da organização das terminologias especializadas no processo de tradução/indexação documental, apresentando vários artigos em encontros, jornadas e simpósios, particularmente no XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra com o artigo *“A linguística e a semiótica em diálogo com a análise documental”*, na VII Jornada de AETER em Madrid sobre *Lenguas de Especialidad y Lenguajes Documentales*, onde apresentou a comunicação *“Cuestiones aspectuales y lexicográficas de los descriptores del Proyecto Ciberdoc”*.

Desenvolveu a *“Aplicação Ciberdoc”* destinada à avaliação e pesquisa documental. Com as suas propostas contribuiu para a reavaliação dos conceitos de Informação e de Análise Documental, nomeadamente no que se refere à *“noção”* e aos *“campos temáticos”* no acesso à ciberdocumentação.

Realça-se a sua participação no Curso International Terminology Summer School 2007 na Cologne University of Applied Sciences em Colónia, Alemanha, com a apresentação de um PowerPoint intitulado *“O que significa traduzir em Linguagem Documental”*.

É corresponsável (juntamente com o Professor Doutor Luciano Pereira) pelo projeto da Dicipédia Contrastiva dos Colóquios da Lusofonia.

Integrará a comitiva dos Colóquios a Macau em 2011.

Tema 2.9 O Sentimento de Tristeza na Prosa de Rui de Noronha,

Este artigo pretende abordar uma faceta da personalidade do poeta e prosador Rui de Noronha, ressaltando a sua precocidade na observação do ambiente socioeconómico do Moçambique dos anos trinta aos cinquenta, período que incubou uma etapa de vida que antecedeu à mudança do país nos meados dos anos sessenta.

Poeta, contista, narrador, Rui de Noronha salientou-se pela simplicidade da sua vida, pela inquietude sagaz na observação de um meio ambiente que lhe era hostil e pelo amor à terra, tocando quase os contornos do nacionalismo.

Os traços que pretendemos destacar enquadram-se em três facetas resultantes dessa observação sagaz que lhe entraram pela pele e lhe foram minando o corpo e a alma, conduzindo-o a uma tristeza que nunca conseguiu dominar, corroendo-o até à morte.

Considerado um dos maiores poetas contemporâneos moçambicanos, Rui de Noronha não pode ser julgado pelo seu pessimismo em situações que ele próprio considerava difícil de ultrapassar, como a condição racial e as injustiças que daí advinham, nem pelo seu desalento numa vida que desistiu de viver. Analisar a prosa de Rui de Noronha é tocar numa ferida que ainda dói, que não está completamente sarada, ainda que haja a tendência para se diluir neste tempo da globalização.

0. Introdução

Como nos lega o volume coligido das críticas sociais de o “Mata-bicho”³⁷, o poeta moçambicano Rui de Noronha era mais do que um crítico da sociedade de então. Nascido nos arredores de Lourenço Marques, capital colonial de Moçambique, cedo despertou para a observação do mundo que o rodeava, um ambiente que o incomodava e que não o deixava calado. Tinha que reagir. Basta ler-se a biografia de Rui de Noronha para se perceber que se está perante um homem invulgar, preocupado com o mundo e o ambiente africano, os negros e os mulatos moçambicanos.

Considerado um dos maiores poetas contemporâneos, em toda a prosa de Rui de Noronha se sente uma preocupação pelo futuro da raça negra, a partir da vivência da sua condição de mulato, pelo país que o viu nascer e que tantas barreiras colocavam ao desenvolvimento de uma identidade a que julgava, e com razão, ter direito. Revoltou-se criticando as mulatas pelo seu comportamento servil e humilhante perante os colonos que exploravam as negras moçambicanas, despertando nele a angústia e a incapacidade de lutar contra o racismo, as injustiças e as atitudes do colono que exploravam os negros, arrastando-o para a tristeza profunda em que mergulhou e o minou até à morte.

Encontramos na prosa de Noronha expressões lexicais que remetem para esse estado de espírito na sua *inquietude existencial* e na sua *condição racial*, que procurava esquecer nos “momentos sem palavras” e embrenhando-se na escrita, pois “bastava pensar em escrever”, para encontrar imediatamente o que dizer e encontrar-se. Em quase todos os contos acompanha-o o sentimento de tristeza que o incomodava “por ter nascido mulato”, pela “mulher negra sem moral e sem instrução”, condenada à prostituição, semelhante a uma “casa sem janelas”. Janelas para poder respirar o ar da liberdade e não se vergar à humilhação da prostituição e da bebida. Prostituída pelo homem branco, qual “bípede racional” que o obrigava a admitir a existência de “duas raças e duas civilizações diferentes”, a mulher negra constituía para ele uma ferida que não podia sarar, pois não estava nas suas mãos fazê-lo. Não estava nas suas mãos mudar a mentalidade do negro. Não, ele não queria ver no homem negro o que ele via no homem branco, na sua propensão para a discriminação e escravidão!

1. A inquietude dos sentimentos

Várias expressões ao longo das narrativas escritas pelo poeta denunciam a luta de sentimentos que, no seu interior se manifestavam, que o deixava absorto, martirizado, indiferente, lasso, alegre, agonizante. Absorto, no drama dos seus

37 cf. Sopa, António; Silva, Calane da; Neves, Olga Iglésias. Maputo: Texto Editores, 2006.

monólogos interiores, martirizado na impotência de mudar o destino do negro, indiferente aos elogios dos colegas de trabalho, lasso no seu deambular pelas ruas que o conduziam aos caminhos-de-ferro de Lourenço Marques, alegre no refúgio da sua viola, agonizante na enfermaria do hospital. Podemos analisar as expressões que denunciavam a sua preocupação pelo divino, a imensa tristeza da sua condição, a revolta pelos vexames discriminatórios.

1.1. Expressões de antipatias existenciais

Não se pode afirmar que Rui de Noronha fosse ateu. Até foi criado na religião católica! Nada disso! O seu sofrimento, o desgosto que lhe causava o que à sua volta o cercava levava-o a duvidar da existência de Deus. Quantos de nós, em momentos de desespero ou de angústia passamos pelo mesmo!

Expressões como “*se Deus existisse... porque faria nascer de uma mãe piedosa um filho morto, um cego, um aleijado...*” (“Ao mata-bicho”, p. 59). E as sempre recusas da existência da alma, balançando entre o que é “alma” e o que é “consciência”, que não passa de uma forma de ser da matéria....

Só um espírito inquieto e são como o do poeta, balançava entre a incredulidade e a atitude de quem crê, num “desejo de gritar a clemência inesgotável de Deus”. Na sua narrativa “Cosmologia do Espírito Divagações absurdas”³⁸ simula a descoberta do divino que primeiro se apresenta como “um cliché negativo na câmara escura do pensamento” e na “fotografia pálida” como um véu que se abre para a Verdade, ou a partir dos mundos do universo para o mundo da imagem do Grande Espírito do Universo, analogamente da compreensão de si próprio como humano para a compreensão divina.

1.2. Expressões de tristeza

A atitude física do autor num “balouçar de braços toleimoso” de “passo manso, (...) absorto, e a meditar não sei em quê”, é um reflexo do seu desinteresse pela vida, que ele arrastava, às vezes, sem saber bem para onde queria ir. Tristeza igual à “melancólica hora do crepúsculo” que o levava ao longo da “Paiva de Andrade (...) curta e triste”, tal como os negros que regressavam do trabalho na “hora roxa e morta” ou “fumados de carvão e de cansaço” no seu regresso do Transval. Consciente das desigualdades fomentadas pelo colonialismo, o peso das injustiças curvava o seu corpo, parecendo “carregar um peso de muitos anos”, envelhecendo-o precocemente. Era verdade, o poeta “tinha desistido de viver, tinha-se cansado de lutar, frustrado pelos dissabores do quotidiano e refugiando-se na sua viola, qual vício secreto. A música, foi sempre o escape dos negros nos momentos de desânimo. Como esquecer o que se passara na “Cabana do Pai Tomás”! Como o “canário” que, com a partida dos donos para uma excursão, “começou a ter sede, depois fome...resignou-se (...) suportou, chilreou, chilreou, chilreou, até lançar um olhar à mártir existência e, ... Morrer”. Igual também à tristeza de Teresa como a chuva que “fustigava as vidraças e os telhados num ruído que fazia lembrar “uma carruagem rodando a largo triste numa estrada também triste, como rios descendo em “sinuosidades preguiçosas pelas encostas” que a “noite enegrecera mais”! Maldita tuberculose racial!

Todas estas expressões que remetem para a tristeza denunciam uma propensão para a melancolia, que nem o humor accidental do poeta conseguia fazer passar despercebido. O termo latino *melancholia* significa “atrabilis”³⁹ ou bÍlis negra, significado atribuído à secreção da atrabilis pelo fígado, que é um humor que provoca irritabilidade. Os antigos gregos consideravam a melancolia como uma perturbação psíquica resultante de humores, cuja prevalência da bÍlis provocava este sentimento. Talvez se pudesse atribuir uma certa obsessão do poeta pela causa dos negros, como reação natural às injustiças sofridas, que denunciava, desta forma, um estado depressivo grave, caracterizado por uma dor moral intensa, eivada de sentimentos de autodepreciação.

38 In: Ao Mata-bicho, p. 44.

39 Dicionário da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa, p. 2427.

1.3. Revolta racial

Essa tuberculose que o minava, provocada pela ideia de que o mulato é filho de mãe preta e de pai ordinariamente branco (...). “Que sente uma fatal repugnância inata” por ser filho de quem é ou da “mulata que, revoltada contra o pai branco que abandonou a mãe negra”, se viu obrigada a prostituir-se, depois de ter sido usada pelos brancos e já não ser aceite pelos próprios mulatos ou até de negros, como companheira para partilhar a vida”! Mulatas de cabecinhas leves!

Mas, a cabeça do negro não é oca. O poeta afirma que “o preto levado à escola, ensinado a ler, a escrever, a contar (...) lê, escreve e conta Que nem parece preto! O preto é como toda a gente educado, ensinado, guiado... ele guia, ensina, educa”. Existe nestas expressões referências a *preto* que podem ser interpretadas como um sentimento de inferioridade ou de desdém. Em meu entender, explico-as como naturais e próprias de um sistema colonialista que, em vez de se referir a *africano* ou *indígena*, fazia-o desse modo sem intenção, mais para sublinhar como as pessoas o viam, porque o negro até se podia colocar em pé de igualdade: “há pretos que sendo pretos...talvez fossem capazes de fazer o que os brancos fazem. Trabalham de sol a sol e trazem benefícios desse trabalho árduo: “poderão ter terra para arar, semear, colher; terra para nela embeber o seu suor” que não tem cor.

Se Noronha vivesse hoje, como não estaria louco de contentamento por ver que todos os negros falam a “língua do colono”, a “língua do branco”, essa língua que se tornou na Lusofonia que pretende abraçar todos os que falam a língua portuguesa. Como uma recompensa “aos que aproveitaram as horas da noite para frequentarem escolas, aprendendo a ler e a escrever”, para não falarem o “português de preto” ou *pretoguês*, como se chameava. Um hino à língua portuguesa falada pelos “donos” que, por não ser das mais fáceis de aprender, exige muita prática. E “quem a bem fala ... não se distingue, no entendimento entre colonos e colonizadores”. A língua,

vista não como modo de colonização, mas como meio de comunicação e de compreensão entre os povos. A sementeira que deu frutos, quais sementes dos irmãos Albasini lançadas à terra revolvida e arada. As sementes da tão desejada fraternização da humanidade.

2. Fraternização consumada

Apesar do sentimento de antipatia para com os colonos, Rui de Noronha incita os moçambicanos a aprenderem a falar e a escrever bem a língua portuguesa, por ser a principal arma de que se servirão os continuadores para saldar as dívidas em prol do engrandecimento da “raça” e para o futuro da “História da Raça Negra”. Uma história sempre negra que começou com a escravatura, os trabalhos forçados, a exploração laboral, a exploração sexual e tudo o que de pior poderia ter acontecido a um grupo étnico. A propósito da ideia de a língua portuguesa ser falada por todos, afirma que não renega os dialetos nem deseja que sejam banidos, mas formula um desejo, quase um vaticínio, que se enquadra nestes encontros da Lusofonia. Diz o Poeta “*Tomara (...) que ela (a língua portuguesa) pudesse ser mais do que um dialeto, mais do que uma língua*”.

Mas, o poeta não viveu para testemunhar os momentos efusivos de uma independência feita à pressa e, que por isso, tinha raízes fracas para se desenvolver. Raízes fracas, que produziram folhas secas e frutos fracos. Frutos que não conseguiram alimentar a educação, a instrução, e o desenvolvimento socioeconómico, mas que, a pouco e pouco foram transformando as palhotas em casas maticadas⁴⁰ com telhados de zinco.

O poeta recusou-se a viver. Não viveu a independência que deu corpo aos seus desejos de liberdade, aos desejos de abraçar uma terra una, de auscultar uns corações que palpitaram de alegria, na euforia dos festejos da independência. Não viveu também a ponto de ver concretizado o sonho de uma África unida. De africanos

40 As casas maticadas são feitas de bambu ou madeira que, em vez de se usar cimento na sua construção, enchem-se os tapumes de areia amassada com água.

que partilham os mesmos anseios de desenvolvimento, que ávidos, bebem a mesma água da cultura, que lutam para vencer nas mesmas partidas. Pudera o “Brado Africano” registar um Moçambique nascido “da podridão das coisas” que deram lugar às vidas agora vividas, quase em ambiente fraterno. Um Moçambique que renasce dos ossos do seu passado.

2.1. A fraternidade na globalização

O sentido de fraternidade de Rui de Noronha quer no seio do grupo do “Brado Africano”⁴¹ ou do Grémio Africano⁴² com a intenção de unir os “filhos da terra” de modo a poderem enfrentar os “novos ventos castradores do Estado Novo” (p. 24) ultrapassavam os ritmos das curvas do progresso, nem que se manifestassem noutra língua o amor em fervor fraterno. Na dança que está no sangue do africano e se foi inventando ao longo dos anos até Abril!

A fraternidade que une diferentes povos de diferentes culturas, línguas e mesmos anseios de identidade, justiça, conhecimento e realização é hoje uma verdade real embora não total, na contradição da implantação de leis contra a escravatura e até contra a discriminação.

Fraternidade feita de concursos de beleza internacional, de troca de culturas, de jogos mundiais e de projetos educacionais, capazes de alargar as fronteiras do desejo de irmandade contra as estreitas fronteiras de educadores de gabinetes, onde vermes se incubam na humidade da ignorância e da discórdia.

Tal como no tempo do poeta, o desprezo pela outra “raça” está adormecido por força dos ventos da tolerância, mas existe latente à espera de se incendiar com os vindouros ventos dos extremos. Manifesta-se na recusa das capacidades que timidamente se dão a conhecer com receio do repúdio. Como afirmou o prosador “a fraternidade humana há de ser sempre um sonho irrisório, uma quimera...” para além dos elos culturais e redes de socialização.

41 O “Brado Africano” era um jornal que servia de porta-voz da sociedade africana para as críticas ao país.

4. Conclusão

Embora se possa considerar um dos maiores poetas moçambicanos contemporâneos, Rui de Noronha, a meu ver, não se enquadra pessoal, política e socialmente nesta sociedade que sofreu tão grandes transformações desde a tão almejada independência.

Foi sim, com os seus companheiros da luta escrita do jornalismo e dos contos, uma pedra na construção de um edifício que mal começara, como que incipientemente arquiteturado, para ganhar forma e modelo nos dias de hoje.

Rui não reconheceria a sociedade do Moçambique atual, que parece não ter crescido. Já não há mulatos de pais incógnitos. Já não há negros que não vão à escola. Há, nos pátios das escolas que abundam no país, crianças de uniformes de várias cores conforme o estabelecimento, que levam os livros nos braços e percorrem as ruas por alcatroar felizes e com um brilho nos olhos, à espera do amanhã.

5. Bibliografia

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA/FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN – *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa: I Volume A-F*. Lisboa: Ed. Verbo, 2001, LXIII, 1846 p.

SOPA, António; SILVA, Calane da; NEVES, Olga Iglésias, org. – *Ao mata-bicho*. Textos publicados no semanário “O Brado Africano”. Coordenação Stella Morgadinho. Maputo: Texto Editores, Lda, 2006.

42 O “Grémio Africano” mais tarde “Associação Africana” era um espaço cultural, no qual se realizavam festas onde se dançava até de madrugada, *shows* musicais e outras atividades de feição africana.

13. ELISETE ALMEIDA, CENTRO DE COMPETÊNCIAS DE ARTES E HUMANIDADES, UNIVERSIDADE DA MADEIRA Portugal

Tese de Doutoramento em Linguística Românica, em Grenoble, (França) em 1993. Foi Presidente do Departamento de Estudos Romanísticos (2 mandatos); Foi Vice-reitora (2 mandatos). Foi organizadora com o Prof. Doutor Michel Maillard do Congresso Internacional do Funchal *O Género nas Línguas, Culturas e Literaturas*. Foi Diretora do Centro de Investigação *METAGRAM* e Coordenadora do Mestrado em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas;

Publicou, uma trintena de artigos e livros no país e no estrangeiro, sendo o mais importante: Almeida, M. E. (2000a), *La Deixis en Français et en Portugais*. Louvain-Paris, Éditions Peeters, 404 p.

Atualmente, é Professora associada com agregação do Departamento de Estudos Romanísticos da Universidade da Madeira.

TEMA 3.1. - CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA VERBAL EM «LE PETIT PRINCE» DE SAINT-EXUPÉRY E NA SUA TRADUÇÃO PORTUGUESA, Elisete Almeida, UNIVERSIDADE DA MADEIRA

Vamos ocupar-nos do aspeto temporal da *déixis*, em particular dos tempos verbais. Adotámos a abordagem contrastiva, que foi popularizada em França por H. ADAMCZEWSKI. Este método implica um trabalho sobre corpus. No caso, pretendemos examinar *Le Petit Prince* de Saint-Exupéry, na versão original e na tradução portuguesa de Joana Morais Varela.

Antes de entrarmos propriamente na análise, gostaríamos de estabelecer duas linhas diretivas:

-1- O sistema verbal do português e o do francês estão, como iremos ver, em completa oposição: pondo de lado o presente, os tempos mais frequentes do francês são os menos frequentes do português e vice-versa.

-2- Em concordância com a teoria de M. Maillard entre outros, para quem o sistema verbal do francês é mais aspetual e modal do que verdadeiramente temporal, entendemos que acontece o mesmo em português, onde, por exemplo, o tempo verbal futuro não está necessariamente associado ao futuro nem o imperfeito à evocação do passado, como por vezes se escreve em algumas gramáticas escolares. O interesse de um trabalho sobre corpus é o de descobrirmos exemplos «ad hoc» que certos gramáticos transmitem de geração em geração, sem nunca se preocuparem com o funcionamento real da língua. Para além do mais, o estudo contrastivo permite a ambas as línguas de se aclararem mutuamente, à luz de diferenças, por vezes espetaculares, existentes entre dois idiomas tão próximos como o francês e o português.

Iremos confrontar, em primeiro lugar, os dois sistemas verbais a partir de uma comparação termo a termo entre as diversas formas do indicativo. E, em segundo lugar, restringiremos a nossa análise, por falta de espaço, a certas passagens que nos irão permitir fazer a síntese das observações precedentes, abordando também, ao mesmo tempo, alguns problemas de tradução.

Começaremos por examinar os correspondentes portugueses dos tempos do modo indicativo, iniciando pela forma menos marcada e mais próxima nos dois idiomas: o presente.

O caso mais simples é o do genérico. As duas línguas utilizam, habitualmente, a forma nua do presente. Não obstante, constatamos já uma diferença: o gosto do francês por verbos estáticos *verbes statiques* e o do português por verbos dinâmicos (ex. 1: *Les grandes personnes aiment les chiffres. Quand vous leur parlez d'un nouvel ami, elles ne vous questionnent jamais sur l'essentiel. p. 19.* → *As pessoas grandes gostam de números. Quando vocês lhes falam de um amigo novo, as suas perguntas nunca vão ao essencial. p. 19).*

No presente atual (ex. 2: *Je ne te crois pas! p. 28.* → *Não acredito! p. 28.* e no ex. 3: — *Tu comprends. C'est trop loin. Je ne peux pas emporter ce corps-là. p. 89.* — *Percebes?...É que é muito longe e eu não posso levar este corpo... p. 90.*, o português pode igualmente utilizar a forma nua, mas tem uma enorme tendência

para as formas perifrásticas do presente (ex. 4: Tu confonds tout... tu mélanges tout! p. 28. → Estás a confundir tudo...estás a baralhar tudo! p. 28. e ex. 7: Qu'est-ce que c'est que cette chose-là? p. 15. → Mas que vem a ser aquela coisa? p. 15.), que explicitam as particularidades aspetuais do verbo, graças a formas como estar a que indicam um aspeto progressivo ou a auxiliares de movimento como ir, vir, andar...que dinamizam o processo. Assim, relativamente à forma isolada percebes, o português dispõe de uma forma progressiva que apresenta grande sucesso na conversação oral: estás a perceber, que não possui equivalente estrito em francês.

Acontece também que o presente francês seja traduzido por um futuro simples ou um futuro perifrástico do conjuntivo. É o que se passa nas frases hipotéticas visando o futuro. Após o *si*, o *futur* exclui-se (não se pode dizer: **Si tu viendras*). Em contrapartida, em português, é o futuro do conjuntivo o mais normal (*Se vieres*). A forma (*Se vens*) não está excluída da conversação quotidiana, mas no nosso corpus não localizámos nenhum presente depois da conjunção *se*. Ora encontramos o futuro simples do conjuntivo (ex. 8: *Si tu viens, par exemple, à quatre heures de l'après-midi, dès trois heures je commencerai d'être heureux*. p. 69. → *Se vieres, por exemplo, às quatro horas, às três, já eu começo a ser feliz*. p. 70.), ora o futuro perifrástico (ex. 9: *S'ils voyagent un jour (...)* → *Se eles forem viajar*. Note-se, de passagem, que o conjuntivo de *ser* é utilizado aqui com o sentido de um verbo de movimento (*ser* substitui *ir* nos tempos em que este é defetivo: *Vou ao mercado/Fui ao mercado*. (O verbo *ir* obteve por empréstimo o pretérito perfeito de *ser*).

O nosso corpus apresenta-nos ainda (ex. 10: (...) *je n'aime pas qu'on lise mon livre à la légère*. p. 20. → (...) eu não gostava que este livro fosse lido levemente. p. 20.), (ex. 11: — *Je te demande pardon*. → p. 34. — *Desculpa*. p. 36.) (ex. 13 : — *Alors tu n'y gagne rien!* p. 70. — *Então não ganhaste nada com isso!* p. 72.) as traduções do *présent* pelo imperfeito do indicativo, o imperativo e até pelo pretérito. Mas é difícil generalizar a partir destes casos, que manifestam menos regularidades de tradução do que caprichos de tradutor. É nomeadamente o caso do ex. 12: «*Oui, les étoiles, ça me fait toujours rire!*» p. 88. → «*Pois é! As estrelas sempre me deram*

vontade de rir!» p. 88. (dão-me sempre) que marca um desvio importante do ponto de vista aspetual entre o texto de origem e o texto de chegada.

Mas é, sobretudo, com a tradução do futuro francês que se cava o fosso entre as duas línguas. O corpus mostra-nos, com efeito, que o futuro simples apresenta um rendimento extremamente fraco na evocação do Futuro. É certo que ele não está excluído (ex. 14 e 15), porém, possui tremendos concorrentes, nomeadamente o presente, que representa uma solução mais económica, sempre que o contexto está orientado para o Futuro. O ex. 18 é particularmente interessante a esse propósito, uma vez que se constata um *chassé-croisé* entre o francês e o português. O *présent* corresponde a um futuro do conjuntivo, enquanto o *futur* é traduzido por um presente: *Si tu ordonnes (présent) à ton peuple d'aller se jeter à la mer, il fera (futur) la révolution*. → *Se um rei ordenar (futuro) ao seu povo que se deite ao mar, ele revolta-se. (presente)*. Por vezes o enunciado português deve a sua interpretação futura ao contexto lato, é o caso do ex. 20: *Eu olho para ti pelo canto do olho e tu não dizes nada*. Se pedíssemos a um aluno para retraduzir de português para francês, extra contexto, ele traduziria com toda a certeza pelo *présent*: *Je te regarde du coin de l'oeil et tu ne dis rien*.

É por isso que o português prefere utilizar (ex. 22) formas perifrásticas do presente que indicam nitidamente a intenção futura: *Tu verras* → *Vais ver*. Pondo de parte o auxiliar *ir*, o mais frequente, encontramos também (ex. 26): *haver de* (*Tu l'auras* → *Tu hás de ter*), ou ainda (ex. 28) *dever ser* (*Ce sera vers sept heures* → *Deve ser lá para as sete*).

Em alguns contextos obrigatórios só é possível o futuro do conjuntivo (ex. 16): é o que se passa após *se* e *quando* sempre que o processo está orientado para o futuro.

Noutros contextos, nomeadamente após a preposição *para* (ex. 17), é o infinito pessoal ou impessoal que veicula a ideia de futuro.

Fazendo um balanço provisório, diremos que é raríssimo ver um *futur de l'indicatif* traduzido por um futuro (simples) do indicativo.

Há uma grande analogia formal entre o *futur de l'indicatif* e o *présent du conditionnel*, ambos construídos sobre o *infinitif*. Muitos gramáticos modernos consideram que os dois *tiroirs* do *conditionnel* fazem parte do *indicatif*. É, particularmente, o caso de H. BONNARD, que alega razões, essencialmente, distribucionais. Os valores modais do *conditionnel* não justificam que se faça dele um modo, uma vez que, nesse sentido, seria preciso erigir em modos alguns outros *tiroirs* do *indicatif*, nomeadamente, o *imparfait* e o *futur*.

O que acontece com o francês passa-se ainda mais com o português dado que o imperfeito e o futuro do indicativo são, frequentemente, utilizados com um forte valor modal. Verifica-se o mesmo com o condicional dito «presente», cuja morfologia e valores de emprego oferecem bastantes afinidades com os precedentes. O grupo METAGRAM ao qual pertença, rebatizou o *conditionnel présent* – «futur imparfait» ou «projectif imparfait». O termo «projectif» está utilizado no lugar da palavra «futur» para des-solidarizar (romper um laço de solidariedade) esta forma de toda e qualquer localização temporal estrita. Como, em breve, iremos constatar, o *futur* aplica-se menos vezes ao Futuro do que ao presente ou ao passado. O mesmo acontece com o *conditionnel* dito «présent» que, na maioria dos casos, não se aplica a um momento preciso do tempo, mas realiza uma pura projeção num imaginário atemporal. A sua morfologia junta ao mesmo tempo o morfema -r- do *futur* e as desinências do *imparfait de l'indicatif*.

Passa-se o mesmo no português, mas em menor escala. Do mesmo modo que o *futur* é, muitas vezes, traduzido por um presente, Também o *conditionnel* é, muitas vezes, traduzido por um imperfeito. No nosso corpus o condicional é muito raro, como, aliás, no uso corrente da língua. Uma forma como *desencadearia*, que traduz *entraînerait*, (ex. 29) parece inutilmente dispendiosa perante o imperfeito *desencadeava*, que vem mais espontaneamente ao espírito. Neste ex. 29, é evidente que estamos na ficção pura. Ficção essa que não está certamente ancorada nem no passado nem no futuro, mas que nos re-envia para um imaginário atemporal.

O mesmo acontece com o ex. 30 que põe uma raposa a falar. Desta vez, o condicional é traduzido por um imperfeito, que, também ele, não está acantonado

num momento do tempo. A tradução literal de *se ressembleraient* dá uma forma bastante complexa – *parecer-se-iam*, evitada pela tradutora que se dirige a um público jovem. Por isso, o verbo *parecer-se* é substituído por uma perífrase mais corrente, *ser iguais*, enquanto o condicional (*seriam*) é preterido pelo imperfeito, (*eram*) bem mais simples. Relativamente ao latim e ao francês, o português desenvolveu um valor modal totalmente novo no uso do imperfeito: a evocação do imaginário puro, e isto sem qualquer referência ao tempo cronológico. Este emprego do imperfeito desenvolveu-se em detrimento do condicional, mais dispendioso a todos os níveis e progressivamente abandonado.

Uma das razões que fazem com que o condicional seja menos utilizado do que o seu homólogo francês, é o facto de ele não ser usado na subordinação, contrariamente àquilo que se passa em francês, como demonstra o ex. 31, onde apenas é traduzido por um condicional, o condicional da principal, enquanto o da relativa é traduzido por um imperfeito do conjuntivo (*mentisse, bebesse*). Sobre este ponto, o português, como as outras línguas românicas do sul, continua a seguir o uso latino. Note-se que o imperfeito do conjuntivo exprime aqui uma situação completamente fictiva, que seria abusivo associar ao passado, se bem que em certas gramáticas se encontre correntemente esta associação.

Analise-se agora o problema dos «*futurs*» *composés*. Uma vez mais, é errado que o *futur antérieur* seja estreitamente associado ao Futuro. No ex. 33, a propósito da correia do açamo que ele esqueceu de desenhar, o narrador declara, a propósito do príncipezinho: *Il n'aura jamais pu l'attacher au mouton (...) peut-être bien que le mouton a mangé la fleur...* Como nos mostra o fim da citação, a porção do tempo visada aqui é, naturalmente, o passado, a propósito do qual o narrador emite uma conjectura (*peut-être bien*). É esta modalidade conjetural, ligada a um acontecimento passado, que explica a escolha do «*futur*» *antérieur*. A tradutora poderia ter utilizado um futuro composto, mas preferiu substituí-lo por um presente perifrástico apontando para o passado: «Ele nunca o pode ter posto na ovelha». A escolha da tradutora faz aparecer com toda a evidência (claramente) o abuso das etiquetas temporais inerentes às formas verbais francesas. Na prática, o *futur antérieur* é muito mais

utilizado para o passado do que para o futuro. Por ex.: *Tu peux lui téléphoner, à cette heure-ci il aura mangé*. Mesmo extracontexto, em enunciado mínimo, *il aura mangé* é interpretado por todo o francófono com o seguinte valor passado e modal: *Il a sans doute mangé*.

Pode observar-se o mesmo fenómeno em português, embora mais raramente, pelo facto de a forma possuir uma frequência bastante fraca. Existe um belíssimo exemplo retirado do jornal *A Capital* de 25 de Julho de 1996, p. 25, a propósito dos encontros secretos entre Yitzhak Rabin e o rei Hussein da Jordânia, durante os últimos vinte anos: (...) *os dois ter-se-ão reunido secretamente por nove vezes durante os últimos 20 anos.* → (...) *les deux se seront réunis secrètement à neuf reprises ces 20 dernières années*. Em português, como na tradução francesa, é evidente que se trata do passado. Tudo se passa como se o jornalista antecipasse o que irá escrever-se nos livros de História sobre esses acontecimentos hoje passados, mas mantidos em segredo até agora. É este um dos empregos mais interessantes do *futur antérieur*, tanto em francês como em português. Por exemplo, na frase bastante corrente: *(O) que é que se terá passado que ele nunca mais vem?* → *Qu'est-ce qui s'est passé, il n'est pas encore là? / Il a dû se passer quelque chose puisqu'il n'est pas encore là?* Em português, a modalidade interrogativa volta as perspetivas: o que é *passé composé* em francês pode, muitas vezes, transformar-se num futuro composto como nos ex. 58 e 59.

Quanto ao *conditionnel composé*, intitulado erradamente «passé», é vulgarmente traduzido em português por um tempo simples, o imperfeito do indicativo (ex. 34 et 35) ou o condicional presente (muito mais raro). *C'est ainsi que j'aurais aimé* é traduzido, assim como *j'aimerais*, pela forma *eu gostava*. Note-se que em francês, *j'aurais aimé* pode ser associado a um desejo cuja eventual realização é necessariamente futura. É o que acontece com as formas ditas de cortesia *J'aurais aimé voir votre père demain matin* cujo equivalente português mais banal é: *Gostava de ver o seu pai amanhã de manhã* ou, num registo mais cuidado, *Gostaria de ver o senhor seu pai amanhã de manhã*. Em nenhum dos casos, se encontrará a expressão «teria gostado» neste tipo de situação. Contrariamente aos dois

conditionnels que apresentam um grande rendimento devido ao seu emprego nas formas de cortesia, os seus homólogos portugueses têm muito pouco sucesso e são regularmente substituídos pelo imperfeito ou pelo mais-que-perfeito, que usurpam, pouco a pouco, os empregos modais dos condicionais.

Vamos agora abordar os tempos ditos do passado. Saliente-se, em primeiro lugar, que o *passé simple* tem nesta narrativa uma frequência totalmente inabitual em francês moderno. Isso deriva do facto do autor ter querido imitar o estilo dos contos de fada à maneira de Perrault (cf. p. 20: «Il était une fois un petit prince»). O autor multiplica, por conseguinte, os arcaísmos tais como *Le petit prince s'en fut* (ex. 36). Este emprego do verbo *être* com o sentido de *aller*, banal em português: *O principezinho foi-se embora*, há muito que caiu em desuso em francês. O carácter extremamente arcaico e cuidado desta expressão é difícil de traduzir em português em que o pretérito é de uso corrente. Assim, uma forma como *je l'y installai* (ex. 38) é raríssima em francês, em que os escritores hesitam em utilizar o *passé simple* na primeira pessoa. Em contrapartida, em português, *poisei-o* pertence à conversação mais corrente.

O *passé simple* é, muitas vezes, traduzido por um pretérito perifrástico que explicita os seus valores aspetuais. É o caso de, *il pleura*, um aoristo com valor contextualmente incoativo (*il se mit à pleurer*), bastante bem traduzido por (*desatou a chorar*). Acontece também, quando o sentido o exige, que o *passé simple* seja traduzido por um imperfeito: *j'eus le coeur serré* → *tinha um nó na garganta*. A metáfora portuguesa implica a ideia de um estado emotivo cuja duração se prolonga e que é mais bem traduzida pelo imperfeito do que pelo pretérito.

Quanto ao *imparfait*, certamente que ele é traduzível, pelo imperfeito simples, mas na maioria das vezes, como no caso do pretérito, o português prefere as perífrases verbais (ex. 44): *il pleurait* → *estava a chorar*. *Je leur disais* → *ia-lhes dizendo*. Este cuidado na precisão aspetual lembra, um pouco, o que se passa em inglês com as formas progressivas ou frequentativas: *He used to walk every morning* → *Costumava passear todas as manhãs*.

No nosso corpus, não é raro ver o *imparfait* traduzido por um pretérito ou um mais-que-perfeito (ex. 51): *je savais bien* → *eu tinha aprendido*. O português dá-nos uma abordagem dinâmica da aprendizagem e o francês uma versão mais resultativa, mais estática. É esta mesma preocupação de dinamismo que explica a tradução do *imparfait* por um certo número de pretéritos, frequentemente perifrásticos (ex. 49): *Je lui disais* → *fui-lhe dizendo*; (ex. 50): *se disait-il en lui-même* → *foi o que ele foi a pensar*; (ex. 48): *je ne pouvais pas bouger* → *eu não consegui sequer fazer um gesto*. O francês dá-nos uma versão imóvel e como que paralisada da situação ao passo que o português reintroduz o «fazer» (*faire*) e a intenção de agir. Em resumo, diremos que o que é apresentado sob o aspeto do ser e do estar em francês é preferentemente vertido em português sob o aspeto do fazer e das modalidades de ação.

Há também constrangimentos puramente gramaticais que excluem, em português, o imperfeito do indicativo após conjunções tais como «se» (ex. 52). Nesses contextos só se tolera o imperfeito do conjuntivo, como em latim e em francês.

Abordemos agora as formas compostas da narrativa. O autor utiliza o *passé composé*, em conformidade com um antigo uso, para os acontecimentos ou os processos dificilmente datáveis. Quer se trate de processos evolutivos, de processos repetitivos ou ainda de acontecimentos que nunca tiveram lugar (ex. 53): *j'ai été sotte (à plusieurs reprises)* → *fui muito parva*. Os valores perfectivos do pretérito, que remontam ao *perfectum* latino, explicam que ele possa, facilmente, traduzir um *passé composé* deste género, mas aqui, a tradutora poderia ter-se servido de um perfeito, especializado, sobretudo, na evocação de fenómenos repetitivos (iterativos): *tenho sido parva*, mas, como ficou demonstrado, o português prefere, uma vez mais, o pretérito perifrástico, bastante mais dinâmico (ex. 54): *j'ai compris peu à peu* → *Aos poucos fui ficando a conhecer*, à letra: *je fus amené à connaître*. Apesar de tudo, encontramos, por vezes, o mais-que-perfeito composto, muito mais utilizado do que o perfeito: *Il ne m'a encore jamais vu* → *Nunca me tinha visto*. Neste contexto o perfeito composto exclui-se completamente porque ele não tem

continuidade com o presente da enunciação. O mesmo não aconteceria com a expressão: *Je l'ai vu souvent* que deixa vestígios no presente: *Tenho-o visto muitas vezes/poucas vezes*.

Mais estranho para um francês é a tradução sistemática do *passé composé* interrogativo pelo futuro composto, como verificámos (ex. 58 et 59).

O *plus-que-parfait* é de uso extremamente frequente, enquanto em português, o mais-que-perfeito, embora bastante utilizado, é, no entanto, muitas vezes, substituído pelo pretérito nas independentes e pelo mais-que-perfeito ou imperfeito do conjuntivo nas subordinadas.

Começamos pelo caso mais simples em que o *plus-que-parfait* é traduzido pelo seu homólogo, o mais-que-perfeito composto. Esta situação acontece, particularmente, em contextos onde figuram advérbios do género de *toujours* (sempre) ou *jamais* (nunca): (ex. 64-65): *Il n'avait jamais vu* → *Nunca tinha visto*. O mais-que-perfeito simples, *nunca vira*, não é de excluir aqui, apesar de ser menos específico neste tipo de contexto cuja datação é difícil. Parece mais adaptado aos acontecimentos fáceis de situar no tempo (ex. 63): *Je lui avais mouillé les tempes* → *Molhara-lhe as têmporas*; *Elle s'était interrompue* → *Calara-se*. Neste caso, aproximamo-nos do pretérito, a tal ponto que a última pessoa do plural é a mesma em todos os verbos, o que pode explicar a relativa regressão do mais-que-perfeito simples, hoje confinado, sobretudo, às expressões idiomáticas na oralidade, e à narrativa literária de registo cuidado na escrita.

A proximidade entre o mais-que-perfeito simples, que se limita a narrar os acontecimentos segundo a ordem cronológica (com valor de acontecimento), e o pretérito, mais dinâmico, explica também que este último traduza o *plus-que-parfait* sempre que este exprima um acontecimento fácil de situar no tempo (ex. 71): *J'étais tombé tout près d'ici* → *Caí muito perto daqui*; (ex. 68): *Il avait fait une grande démonstration* → *Apresentou uma grande exposição*. Em todos estes casos em que o *plus-que-parfait* é empregue em independente, é comutável com o *passé composé*, o que explica que ele seja traduzido, como este último, por um pretérito.

Em subordinada, o *plus-que-parfait* é, muitas vezes, traduzido por uma forma do conjuntivo. Assim, *Le petit prince jamais n'oubliait une question une fois qu'il l'avait posée* (ex. 73), o *plus-que-parfait avait posée* dá lugar no nosso corpus a duas traduções possíveis (ex. 75), quer pelo mais-que-perfeito do conjuntivo *tivesse feito*, quer pelo imperfeito do conjuntivo *fizesse*. O imperfeito tem a vantagem de ser mais simples e económico. Encontramos, aqui, uma vez mais, a aversão da língua portuguesa pelos tempos compostos, ao passo que, em francês, eles são infinitamente mais utilizados do que as formas simples correspondentes. O sucesso do *passé composé* repercutiu-se, de certa maneira, sobre as outras formas compostas do sistema, que, em francês, não são sentidas como pesadas, contrariamente ao que se passa com os lusófonos.

Terminaremos a nossa análise com o *tiroir* menos frequente do sistema francês: o *passé antérieur*. Não possui equivalente no português hodierno, onde é, regularmente, traduzido pelo infinito pessoal composto (ex. 76): *Quand nous eûmes marché* → *Depois de termos caminhado*. Acontece o mesmo com o *passé simple*: o seu emprego na primeira pessoa – nomeadamente a do plural – parece, atualmente, extremamente requintado. É impossível à tradutora restituir, em português, o registo extremamente cuidado de *eûmes marché*, uma vez que o seu correspondente português *termos caminhado* pertence à língua mais banal. Podemos, simplesmente, esperar que, na sua versão portuguesa, a obra de Saint-Exupéry agradará ainda mais às crianças do que no país do autor, onde a dificuldade da língua é de natureza a desencorajar um certo número de jovens alunos. Essa é uma das vantagens da tradução: tornar determinadas obras mais acessíveis no estrangeiro do que no país de origem. O que se perde no plano da criação ganha-se no plano da difusão

Traduzir *Le Petit Prince* em português não é tarefa fácil. Não apenas, os sistemas verbais das duas línguas divergiram consideravelmente desde o modelo latino primitivo, mas ainda, e sobretudo, há em francês um acentuado contraste entre a língua oral de todos os dias e a língua escrita das obras literárias, contraste que é bastante difícil de fazer passar em português, uma vez que a nossa língua não

conhece, como o francês, dois sistemas fechados: os tempos do discurso corrente e os da narrativa cuidada.

Este problema geral é ainda mais difícil de resolver no caso presente, devido ao carácter bastante elaborado e extremamente arcaico da escrita de Saint-Exupéry, que se se compraz em redigir à maneira de um autor do séc. XVII, como La Fontaine ou Perrault.

Se era impossível à tradutora verter todos os efeitos de registo, teria podido, pelo menos, cuidar do nível da escrita, apelando, por exemplo, toda a vez que o português lhe permitisse, para os dois condicionais, mais raros que o imperfeito, logo, mais onerosos e distintos. O facto é que não fez esse esforço e preferiu, deliberadamente, recorrer às formas mais correntes com a intenção evidente de tornar o texto mais acessível ao público escolar.

Encontramos esta mesma intenção didática nas inúmeras glosas e paráfrases que sobrecarregam o texto inicial, retirando-lhe uma boa parte da sua poesia. Com efeito, um texto poético, em vez de apoiar sobre as relações lógicas entre as frases, deve deixar muito mais adivinhar o sentido. Todavia, onde há parataxes no texto francês, encontramos hipotaxes no texto português.

Isso não seria muito grave se a tradutora não acrescentasse, a todo o momento, comentários que nada têm a ver com o original. Por exemplo, na p. 36: *Mais oui, je t'aime, lui dit la fleur*. Sobre esta declaração tão sóbria, a tradutora permite-se introduzir um acréscimo da sua lavra, que se assemelha a um comentário oral numa aula de língua, mas que é indefensável na escrita, já que isso acrescenta texto ao texto como se a tradutora, confundindo os papéis, se tomasse pelo próprio autor: *Porque é que estás tão admirado? É evidente que eu te amo — disse a flor*.

Podemos notar ainda alguns contrassensos, tais como este da p. 44: *Pourquoi bois-tu? (...) — Pour oublier* → (p. 44): *E porque é que estás a beber? (...) — Para me esquecer*. *Oublier* é uma coisa, *s'oublier* é outra.

Se, no conjunto, a tradução, como veremos, apresenta inúteis extensões, acontece, inversamente, que passagens importantes sejam, pura e simplesmente, ignoradas.

Dito isto, apesar de alguns defeitos, a tradução permitiu-nos fazer uma abordagem contrastiva do funcionamento do sistema verbal em ambas as línguas e este método é, incontestavelmente, o mais frutuoso já que ele permite descobrir empregos desconhecidos, e no entanto tão frequentes, de predicados verbais, que, raramente, vemos comentados em gramáticas ou em obras de linguística.

Os dois idiomas postos em contraste esclarecem-se, assim, mutuamente, e os locutores nativos, que trabalham nesta perspetiva, descobrem particularidades da sua língua-mãe, das quais nunca se teriam tornado conscientes se tivessem ficado fechados no seu próprio sistema de hábitos linguísticos. A linguística contrastiva permite avançar, não apenas no conhecimento de cada língua, mas constitui uma etapa indispensável na edificação de uma linguística geral que se eleva, pouco a pouco, através das diferenças entre línguas particulares, a uma compreensão mais minuciosa e precisa da linguagem humana em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMCZEWSKI, H. (1982) (1990). *Grammaire linguistique de l'anglais*. Paris: Armand Colin, Coll. "U".

ALMEIDA, M.-E. (2000b). *La Deixis en Portugais et en Français*. Louvain – Paris: Éditions Peeters, B. I. G.

BECHARA, E. (2001). *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.

CASTELEIRO, J. M. (2001) (coord.) *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa, (ed.) Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.

CASTILHO, A. (1967). «A Sintaxe do verbo e os tempos do passado em português», *Alfa* 9. FFCL de Marília, Departamento de Letras.

CASTILHO, A. (1968). «Introdução ao estudo do aspeto verbal na língua portuguesa», *Alfa* 12. FFCL de Marília, Departamento de Letras.

CHEVALIER, G. (1993). «La Modalité en grammaire», *Lidil* 8. Grenoble: PUG, p. 115-138.

COHEN, D. (1989). *L'aspect verbal*. Paris: PUF, coll. Linguistique nouvelle.

COMRIE, B. (1985). *Tense*. Cambridge: CUP.

MAILLARD, M. (ed.) (1998). «La conception métagrammienne du temps verbal», *Le langage et l'homme*. vol. 33, nº 2-3, Louvain: Peeters.

MATEUS, M^a. H. M. et al. (2004). *Gramática da Língua Portuguesa*, 6ª edição, coll. «Universitária – Série Linguística», nº 2. Lisboa, Editorial Caminho.

MOREL, M.-A. & DANON-BOILEAU, L. (éds). (1992). *La Deixis*. Paris: PUF.

NOVAKOVA, I. (2001). *Sémantique du futur: Étude comparée français-bulgare*. Paris: L'Harmattan.

PAIVA BOLÉO, M. (1936). «O Perfeito e o pretérito em português em confronto com as outras línguas românicas (Estudo de caráter sintático-estilístico)». *Separata de Cursos e Conferências da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. VI, Coimbra.

RIEDEL, M., PELLAT, J.-C. & RIOUL, R. (1994) (2009). *Grammaire méthodique du français*. Paris: PUF.

STEN, H. (1973). *L'Emploi des temps en portugais moderne*. København: Munksgaard.

TOURATIER, C. (1996). *Le Système Verbal Français*. Paris: Armand Colin.

WEINRICH, H. (1964) (1973). *Tempus*. Stuttgart: Verlag W. Kohlhammer. Trad. fr. *Le Temps*. Paris: Seuil.

14. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA, ACADEMIA BRASILEIRA

DE LETRAS / PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007



EVANILDO CAVALCANTE BECHARA

nasceu no Recife, a 26 de Fevereiro de 1928.

Quinto ocupante a Cadeira nº 33, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa. Evanildo Cavalcante Bechara nasceu no Recife (PE), em 26 de fevereiro de 1928.

Aos onze para doze anos, órfão de pai, transferiu-se para o Rio de Janeiro, a fim de completar sua educação em casa de um tio-avô.

Desde cedo mostrou vocação para o magistério, vocação que o levou a fazer o curso de Letras, modalidade Neolatinas, na Faculdade do Instituto La-Fayette, hoje UERJ, Bacharel em 1948 e Licenciado em 1949.

Aos quinze anos conheceu o Prof. Manuel Said Ali, um dos mais fecundos estudiosos da língua portuguesa, que na época contava entre 81 e 82 anos. Essa experiência permitiu a Evanildo Bechara trilhar caminhos no campo dos estudos linguísticos.

Aos dezessete, escreve seu primeiro ensaio, intitulado Fenômenos de intonação, publicado em 1948, com prefácio do filólogo mineiro Lindolfo Gomes.

Em 1954, é aprovado em concurso público para a cátedra de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e reúne no livro Primeiros Ensaios de Língua Portuguesa artigos escritos entre os dezoito e vinte e cinco anos, saídos em jornais e revistas especializadas.



Concluído o curso universitário, vieram-lhe as oportunidades de concursos públicos, que fez com brilho, num total de onze inscritos e dez realizados.

Aperfeiçoou-se em Filologia Românica em Madri, com Dámaso Alonso, nos anos de 1961 e 1962, com bolsa oferecida pelo Governo espanhol.

Doutor em Letras pela UEG (atual UERJ), em 1964.

Convidado pelo Prof. Antenor Nascentes para seu assistente, chega à cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UEG (atual UERJ) em 1964.

Professor de Filologia Românica do Instituto de Letras da UERJ, de 1962 a 1992.

Professor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFF, de 1976 a 1994.

Professor titular de Língua Portuguesa, Linguística e Filologia Românica da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

Professor de Língua Portuguesa e Filologia Românica em IES nacionais (citam-se: PUC-RJ, UFSE, UFPB, UFAL, UFRN, UFAC) e estrangeiras (Alemanha, Holanda e Portugal).



Em 1971-72 exerceu o cargo de Professor Titular Visitante da Universidade de Colônia (Alemanha) e de 1987 a 1989 igual cargo na Universidade de Coimbra (Portugal).

Professor Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994) e da Universidade Federal Fluminense (1998).

Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra (2000).

Distinguido com as medalhas José de Anchieta e de Honra ao Mérito Educacional (da Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro), e medalha Oskar Nobiling (da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura).

Foi convidado por acadêmicos amigos para candidatar-se à Academia Brasileira de Letras, na vaga do grande Mestre Afrânio Coutinho, na alegação de que a instituição precisava de um filólogo para prosseguir seus deveres estatutários no âmbito da língua portuguesa.

É o quinto ocupante da Cadeira nº 33 da Academia Brasileira de Letras, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa.

Foi Diretor Tesoureiro da Instituição (2002-2003) e Secretário-Geral (2004-2005).

Criou a Coleção Antônio de Morais Silva, para publicação de estudos de língua portuguesa, e é membro da Comissão de Lexicologia e Lexicografia e da Comissão de Seleção da Biblioteca Rodolfo Garcia.

Entre centenas de artigos, comunicações a congressos nacionais e internacionais, Bechara escreveu livros que já se tornaram clássicos, pelas suas sucessivas edições. Diretor da revista *Littera* (1971-1976) – 16 volumes publicados; da revista *Confluência* (1990-2005) – até agora com 30 volumes publicados.

Orientador de dissertações de Mestrado e de teses de Doutorado no Departamento de Letras da PUC-RJ, no Instituto de Letras da UFF e no Instituto de Letras da UERJ, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de dissertações de Mestrado, de teses de Doutorado e de Livre-Docência na Faculdade de Letras da UFRJ, no Instituto de Letras da UERJ e em outras IES do país, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de concursos públicos para o magistério superior no Instituto de Letras da UFF, no Instituto de Letras da UERJ e no Departamento de Letras da USP, desde 1978.

Foi Diretor do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1974 a 1980 e de 1984 a 1988;

Secretário-Geral do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 1965 a 1975;

Diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, de 1976 a 1977;

Membro do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 1978 a 1984;

Chefe do Departamento de Filologia e Linguística do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1981 a 1984;

Chefe do Departamento de Letras da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

Membro titular da Academia Brasileira de Filologia, da Sociedade Brasileira de Romanistas, do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro. Membro da Société de Linguistique Romane (de que foi membro do Comité Scientifique, para o quadriênio 1996-1999) e do PEN Clube do Brasil.



Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Foi eleito por um colegiado de educadores do Rio de Janeiro, uma das dez personalidades educacionais de 2004 e 2005.

A convite da Nova Fronteira integra o Conselho Editorial dos diversos volumes do Dicionário Caldas Aulete.

Em 2005 foi nomeado membro do Conselho Estadual de Leitura do Rio de Janeiro e da Comissão para a Definição da Política de Ensino, Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa, iniciativa do Ministério da Educação.

Dentre suas teses universitárias contam-se os seguintes títulos:

A Evolução do Pensamento Concessivo no Português (1954),

O Futuro em Românico (1962),

A Sintaxe Nominal na Peregrinatio Aetheriae ad Loca Sancta (1964),

A Contribuição de M. Said Ali para a Filologia Portuguesa (1964),

Os Estudos sobre Os Lusíadas de José Maria Rodrigues (1980),

As Fases Históricas da Língua Portuguesa: Tentativa de Proposta de Nova Periodização (1985).

Autor de duas dezenas de livros, entre os quais a Moderna Gramática Portuguesa, amplamente utilizada em escolas e meios acadêmicos, e diretor da equipe de estudantes de Letras da PUC-RJ que, em 1972, levantou o corpus lexical do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, sob a direção geral de Antônio Houaiss.

É patrono dos Colóquios da Lusofonia e dos Encontros Açorianos da Lusofonia desde 2007.

Integrará a comitiva dos Colóquios a Macau em 2011.

15. FRANCISCO MADRUGA, EDITORA CALENDÁRIO DAS LETRAS <http://www.calendario.pt>



Convidado a estar presente em anteriores colóquios foi selecionado em 2010 para ir ao Brasil, divulgar e buscar parcerias editoriais, e apresentar uma pequena mostra com exemplares de autores contemporâneos portugueses (e dos Açores) como Anabela Mimoso, Cristóvão de Aguiar, CHRYS Chrystello, Vasco Pereira da Costa, etc.

Será o editor da futura Antologia de Autores Açorianos Contemporâneos da autoria de Helena Chrystello e Rosário Girão, para fazer parte do currículo escolar dos Açores em 2011/2012.

Igualmente editará a Antologia dos trabalhos dos Colóquios entre 2002 e 2010.

Integrará a comitiva dos Colóquios que se desloca a Macau em 2011.

16. HELENA CHRYSTELLO, VICE-PRESIDENTE DO COMITÉ EXECUTIVO COLÓQUIOS DA LUSOFONIA



MEMBRO DOS COMITÉS EXECUTIVO E CIENTIFICO DO COLÓQUIO
PRESIDE AO SECRETARIADO.

MODERADORA

Helena Chrystello tem uma licenciatura em Ensino, variante de Português – Francês e mestrado em Relações Interculturais, subordinado ao tema “Da Língua à Interculturalidade: um estudo de caso” pela Universidade Aberta; curso superior de secretariado do Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA), Lisboa; Certificat Pratique de la Langue Française, Université de Toulouse – Le Mirail e

Certificado de Aptidão Profissional – Bolsa Nacional de Formadores, Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Lecionou, desde 1976/1977 e durante vários anos no ensino básico, secundário e profissional (coordenadora de cursos e da PAP – Prova de Aptidão Profissional).

Foi assistente na Escola Superior de Educação de Bragança, na área científica de Língua Francesa (2002/2005) e supervisora de estágios.

Foi tradutora da PNN-LUSA, Sydney, Australia, proporcionando serviços de apoio de tradução, interpretação e comunicação social, nos campos linguístico, literário e técnico em congressos (1995-2005).

Foi tradutora de Francês Técnico de programas para cursos técnico-profissionais da CICOPN (1986/1988).

Participou e foi oradora em vários congressos nacionais e internacionais, com trabalhos publicados em atas e revistas científicas da especialidade.

Pertence à ACT/CATS ‘Association Canadienne de Traductologie’.

Prepara, atualmente, em colaboração com a professora Doutora Maria Rosário Girão dos Santos (Universidade do Minho) uma Antologia de escritores contemporâneos açorianos para incluir no currículo regional em 2010

É Vice-Presidente da Comissão Executiva, membro da Comissão Científica e Preside ao Secretariado Executivo dos Colóquios da Lusofonia (em Bragança e S. Miguel, Açores).

Foi membro nomeado do júri do Prémio Literário da Lusofonia (anual) de 2007 a 2009.

Integrará a comitiva dos Colóquios a Macau em 2011.



17. ILYANA CHALAKOVA, UNIVERSIDADE DE SÓFIA “ST. KLIMENT OHRIDSKI”, BULGÁRIA



ILYANA CHALAKOVA, é de nacionalidade búlgara, licenciada em Filologia Portuguesa e mestre em Tradução e Redação, e pela segunda vez mestranda em Estudos sobre as Mulheres. Doutoranda em Literatura Portuguesa Contemporânea. Presentemente Trabalha como professora universitária de língua e cultura

portuguesas na Universidade de Sófia, como jornalista para o serviço económico sobre Portugal da ADP News, e tradutora. Tem interesses nas áreas das literaturas contemporâneas de expressão portuguesa e texto dramático português, dentro dos temas da teoria feminista, da representação do corpo e do erotismo; literaturas pós-coloniais de expressão portuguesa; literatura marginal portuguesa; o texto dramático em português e presentes e possíveis relações intertextuais com autores italianos; transferências culturais por meio da tradução. Publica tradução e crítica literária na imprensa e edições especializadas na Bulgária, Portugal e Europa Central e do Leste.

Publicações principais:

“Níveis de construção do contraste na escrita feminina de Paulina Chisinau. Dicotomias presentes e possíveis”, in *Atas do Colóquio Internacional de 15 Anos de Filologia Portuguesa Universidade de Sófia “St. Alimenta Ohridski”*, Nov.º 07.

Tema 2.7. “Monstruosidade” desmesurada? O exercício de poder sobre o corpo e as variadas mortes no teatro mítico de Hélia Correia,

“Mesuras” iniciais

Objetos mitológicos e objetivos de leituras contemporâneas. Dos velhos achados em novas tonalidades

O presente trabalho insere-se na área da interpretação da experiência literária portuguesa no feminino dos primeiros anos do século XXI, num plano geral, e no segmento da investigação a textos da dramaturgia portuguesa contemporânea, em concreto. O trabalho propõe-se explorar o espaço da re-escrita do mito grego em português, dentro do universo específico da obra dramática de Hélia Correia, levantando a questão da forma da abordagem dos temas de uma herança milenar no espaço da literatura (dramaturgia). As respostas gerais que a breve digressão aqui pretende obter são, em primeiro lugar, o(s) porquê(s) de uma re-escrita de mitos na contemporaneidade, por muito já explorados e debatidos em épocas anteriores;

de que natureza a lente pela qual é operada a reflexão do fluxo apreciativo, em segundo lugar; e quais os pontos centrais que sobressaem no produto final da re-elaboração, em terceiro lugar.

Na linha do anteriormente dito, o trabalho vai à procura das várias formas de exercício de poder sobre o corpo (como um dos pontos sobressalentes), que, por sua vez, levam às mais variadas aniquilações do último. O resultado que a interpretação espera obter é a deteção de variadas direções de exercer esse poder em função com as situações e relações em que se encontram as personagens envolvidas e dependendo também da especificidade genérica, isto é, feminina ou masculina, desses mesmos atuantes. O que se espera que abranja todos os tipos de exercício de poder sobre o corpo é o iminente e irremediável fim trágico, ou seja, a morte, desdobrando-se, por sua vez, em mais variados estados-finais.

Em matéria, a investigação servir-se-á da peça de teatro de Hélia Correia *Desmesura – Exercício com Medeia*. A metodologia de trabalho a ser empregada passa pela leitura e análise textual do exemplo, através de obras e considerações de pensamento crítico em matéria filosófica, social e de interpretação literária. A leitura do texto “ativo” a partir dos tais críticos “passivos” proporcionará a possibilidade de comparação e/ou adequação e fusão a fim de se satisfazerem os objetivos e de se chegar aos resultados pretendidos.

1. Re-escrever o mito

1.1. Dúvidas e perguntas

Se partirmos do pensamento de Baptista Pereira que “Sem memória não há princípio de esperança” (Fialho, 2003: 127), apresenta-se como evidente e urgente a necessidade da repetição do mito no seu sentido de “narrativa” de acordo com Paul Ricoeur, com o fim de se construir essa mesma memória, de se instruir respeito por ela e de se lançar um campo suficientemente largo para a sua modificação interpretativa. Sem dúvida, o papel principal nestes processos cabe à pessoa a (re)construir os mitos. E sendo essa pessoa o motor principal da iniciativa, a

construção inevitavelmente compreende as suas próprias raízes – a sua própria existência de indivíduo no contexto de uma dada cultura coletiva. Daqui de forma natural segue um encadeamento de perguntas relativamente à inspiração, o sentido e a necessidade da repetição do mito e da sua possível re-escrita no espaço criativo, entre as quais: até que ponto as raízes acima referidas influem na escolha do tema repetido; de que maneira estas raízes, em combinação com as especificidades concretas de uma ou mais culturas coletivas a que se pertence, modelam o olhar sobre a “narrativa” anteriormente escolhida a ser repetida ou re-escrita; quais as características qualitativas no processo da re-escrita, introduzidas em base nas singularidades individuais do indivíduo; será possível e credível a re-escrita de mitos de um espaço cultural alheio ao indivíduo, e será que existe afinal margem para o comentário da tal credibilidade na repetição criativa do mito; existe necessidade urgente ou trata-se somente de puro “exercício” de escrita no campo do mito? Perguntas.

1.2. Combinações inesperadas

De entre elas, quase não há pergunta que represente dificuldade e a quase todas poderíamos responder razoavelmente logo a seguir ou mesmo no ato de serem dirigidas. Mesmo assim, é bom que sejam lembradas, meramente por causa da mais do que natural curiosidade no caso exótico de uma autora portuguesa a re-escrever um mito da mitologia grega na contemporaneidade criativa de há pouco mais de três anos. O ativar da criatividade, visto como desdobrar numa projeção imaginativa, é suportado, claro está, pela ideia da verdade de si mesmo que o humano procura e da tentativa de compreensão dessa mesma verdade. Na sua tentativa *Desmesura – Exercício com Medeia*, Hélia Correia leva-nos a uma visita à Grécia, que, tal sendo, funciona como sinónimo da viagem para as raízes, visita a uma Grécia arquetípica, como modelo e fonte de autocompreensão completa do ser humano. Neste viajar procura-se o absoluto, medido pelo eterno, que espiritualiza e fornece sentido a valores ideados para serem articuladores de uma comunidade e

fundadores dos alicerces na sua natureza junto com as respetivas especificidades. Trata-se, portanto, da busca e da tentativa de compreensão da própria cultura no obstinar da mesma de se autovalidar por meio da absolutização da memória, da idealização e mitificação das raízes. Pensamento arrazoado mas ainda insuficiente de esclarecer o motivo para a viagem portuguesa (ocidental) ao autoconhecimento através de uma raiz oriental. A clareza quanto a este assunto provavelmente poderia vir da parte da capacidade acumulada pela Grécia de autorrepresentação como metáfora de uma totalidade original⁴³, fornecedora de sentido e desde tempos remotos procurada pelo Ocidente para ser incluída nos espaços do seu imaginário. O diálogo intercultural, como processo, assegura a aproximação da Grécia dos mitos, da Grécia da identidade e dos discursos próprios mas metaforizados, arquetipados até à capacidade de atribuir sentido na procura da essência e do valor por unidades culturais distantes, de ponto de vista temporal e espacial. O anteriormente dito é defendido por Maria do Céu Fialho que em “Mito, narrativa e memória”, apresentado durante o Colóquio “Antiguidade Clássica: o que fazer com este património?”, Reconhece que “a inesgotabilidade do estímulo desse diálogo reside no facto de a cultura clássica, no caso em apreço a cultura grega, sendo para nós matriz de identidade sem perder a sua natureza de alteridade, nos oferecer, como novas possibilidades de aprofundamento de consciência crítica – e, logo, de capacidade de construção de caminhos para o futuro...” (Fialho, 2003: 131). Ou seja, o passado chamado para o campo criativo representa um presente que nunca foi para a comunidade cultural que o re-escreve. Somente o inexistente porém é capaz de ultrapassar o indivíduo. E a re-escrita é uma tentativa de se avistar no tecido do mito o enigma da vivência humana do tempo que o transcende. A reordenação de novas tentativas temporais pelo indivíduo, por meio das quais ele procura compreender-se dentro das próprias edificações, desenvolve-se com o mimetismo, onde a tensão entre a subjugação da realidade pela ação humana e o trabalho do criador põem em movimento a re-escrita, motivada pela memória a capacidade de construir identidades.

No caso concreto do texto de Correia, o valor do salto temporal parece negligenciado do ponto de vista da natureza do volver, que aqui consiste num movimento para trás, para a antiguidade, renascida para uma vida nova na superfície temporal original, aquela que lhe é atribuída pelo mito. Não nos deparamos com um remeter para um campo temporal novo para o mito, não se opera uma extração, através da re-escrita, do mito para um campo temporal de nova realidade cultural, e ainda menos um cruzamento de dois ou mais campos em sentido temporal. Falta também um novo nível espacial para o mito “restituído”, este continua no contexto cultural original. A leitura do texto português não alude para expropriação do acontecido do espaço de expectativas mais imediatas, nem fornece possibilidade para o mesmo ser colocado, por associação, pelo leitor, em espaços imaginários de seja que caráter for. Então, porquê e a quê obedece a re-escrita do mito da Medeia pela Correia? Não podemos negar que a procura de um motivo para este “Exercício” da contemporaneidade portuguesa mais recente originou ainda maior interesse e reservou para o olhar mais atenção para com os detalhes. Excluídos o tempo e o espaço (antes na sua dimensão mais imediata da geografia, como já ficou claro), restam a voz e o espaço sensitivo do vivido, sendo estes privilegiados pela autora. Nem a nossa ideia do mito, nem o olhar paralelo para a Medeia de Eurípides, nos vão fornecer “desencontros” suficientes para interpretar uma Medeia radicalmente nova, negada ou defendida, mas sempre reconhecida como indubitavelmente inesperada. À primeira vista, quase nada no texto de Correia nos surpreende nas nossas expectativas, nada provoca as nossas ideias, nada força a nossa percepção a aceitar o escândalo da interpretação subjetiva; não há nada de ousado, impertinente, pretensiosamente despropositado, maliciosamente adulterado. Por isso mesmo, o título “Exercício” ou variação, condizem com tanta espontaneidade com a proposta de Correia. O aprofundamento racional através da leitura das quarenta páginas não vai ao encontro do radicalmente novo na re-escrita, mas o convívio sensitivo e a carga emocional no distanciar após a leitura, dizem muito das

43 No sentido de inicial, originária.

razões, procuram no fundo os motivos, interpretam abertamente as posturas. Quanto ao leitor, é preciso que saiba ouvir a voz e sentir o espaço.

2. Da sonoridade feminina da peça

2.1. Comparações e contrastes

Como foi anteriormente aludido, não se trata em *Desmesura* de uma inversão nem de uma subversão do mito grego, tal como esquematizado por Félix Guirand (2006: 365). O texto dramatúrgico português escolheu o momento do repúdio da Medeia por Jasão e o fim trágico da família, assim como privilegiado por Eurípides na Medeia dele. Os dois textos, no acontecimento fulcral, não se distanciam das prescrições mitológicas da Medeia vingativa que depois de abandonada, envia à sua rival como prenda nupcial um vestido envenenado que a leva à morte, e logo a seguir mata os filhos que teve de Jasão. Este acontecimento central suporta a tese da re-escrita do mito e não da sua subversão.

Mas sendo já narrado o trágico por Eurípides, qual será o propósito de Correia e o novo que nos traz o texto dela. Uma comparação, por mais artificial que seja, com Eurípides revela mudanças substanciais e quantitativas a nível das personagens. Da comparação numérica das vozes que ressoam ao longo dos textos sobressai uma redução significativa das personagens até cinco, sem contar os coros iniciais, em Correia, contra oito atuantes em Eurípides. A diminuição em número não deve logo ser encarada como uma menor diversidade mas antes talvez como uma maneira de se centrar com mais enfoque sobre os valores que com discurso (ou presença⁴⁴) transmitem as personagens. A análise substancial das figuras participantes introduz a questão genérica quanto à consideração dos textos de Correia e Eurípides. São duas de entre todas as oito as personagens femininas na peça de Eurípides, e quatro de um total de cinco, as figuras femininas em Correia.

2.2. A inversão da tonalidade

O privilégio quantitativo que a autora portuguesa dá à voz feminina leva-nos a crer que estamos perante uma tentativa de autocompreensão no feminino, uma busca de identidade na ideia de Simone de Beauvoir, aproveitando agora o arquétipo grego como foi referido no ponto anterior do presente trabalho. O modelo tradicional que impõe à mulher “a condição do Outro” (Beauvoir, 1967: 23), exemplificado por Eurípides, vê-se invertido, no modelo do feminino não só liberto mas mais ainda – de uma força maior do que a do masculino. A peça do dramaturgo grego constrói, forma por fora, a figura feminina, condenando-a no fim pela sua revolta e tentativa de autoafirmação, e relegando-a implacavelmente e sem retorno para o espaço do negativo. Sem negar a monstruosidade dos assassinios feitos por Medeia, estes permitem interpretação na perspetiva da revolta (Beauvoir, 1967a: 393), absoluta e impiedosa, sem receio dos meios neste caso, contra os condicionalismos a que o capricho ou vontade de poder masculinos condenam o feminino. Medeia despreza a fuga e abraça a ação, tanto em Eurípides como em Correia, mas é no texto desta última que se eleva e aprecia o interiormente vivido e a força da vontade de ser defendido. Em Correia, porém, o Outro, o objeto, deixa de o ser para passar para um novo eu, já revoltado, que manda e luta, e amedronta o adversário masculino.

A voz central de Medeia em *Desmesura* está longe de ser em uníssono com as outras vozes femininas, da maneira como o coletivo é defendido como essencial para a libertação por Beauvoir (1967a: 393). Medeia é antes uma lutadora solitária, numa busca solitária que nem é de salvação individual mas de defesa do vivido emocional que se vê aniquilado e ameaçado pela ambição masculina. A luta solitária da Medeia portuguesa tem mais a ver com o individualismo proposto por Kristeva (2004: 495), com a edificação de um sujeito feminino que, alheio a sentimentos de coletivismo, procura defender uma vivência passional própria, sem comparação e irmanação com outras vivências femininas. “*The ‘conflict’ between the condition of*

⁴⁴ Este último na fase da encenação.

womankind as a whole and the self-realization of each individual woman” (Kristeva, 2004: 496) é bem visível na dissonância das vozes femininas da Desmesura. O destino e a realização individual de cada uma das figuras femininas sobrepõem-se à tão cómoda e fácil ideia do coletivismo feminino, vindo a afirmar as possibilidades individuais de cada uma delas quanto à sua liberdade. O foco que se põe é sobre as qualidades individuais do feminino que não suportam generalizações, pelo menos neste caso *desmesurado*.

São extremamente fortes as forças centrífugas, as forças que retiram o dito do centro comum da feminidade na peça. Existe a possibilidade de ser estabelecida uma principal oposição entre as vozes dentro do sem-âmbito feminino: a voz de Medeia contra a voz, em qualquer dos casos, coletiva de Melana, Éritra e Abar. A este frágil coletivismo feminino paradoxalmente pertence, às vezes, a voz de Jasão. Ou seja, principal para o texto resulta a oposição voz feminina / voz feminina, do que voz feminina / voz masculina. Pouco vulgar se tomarmos em conta as expectativas mais imediatas para uma voz forte de Medeia, apoiada pelo resto das vozes femininas, cujo número foi de propósito aumentado por Correia.

A união entre Melana, Éritra e Abar (e Jasão) baseia-se no medo do incompreensível na força da forasteira, no confronto entre próprio e alheio, na submissão perante o poder do corpo empoderado. Falta a força unificadora do igual, o sofrimento partilhado do fado feminino que aliás se apresenta como o único capaz de garantir a sobrevivência duma tal união. É exatamente por isso que esta última se desfaz tantas vezes em vozes que transitam de um unísono para outro ou sozinhas se opõem em defesa do desejo individual. À parte do destino unificador, as características variadíssimas destas vozes femininas dificultam ainda mais a junção. Melana e Éritra, mesmo sendo as duas escravas, são demasiado diferentes uma da outra sobretudo no que diz respeito à maneira de se apresentarem, diferenciação cuja razão principal encontra-se na fronteira etária entre as duas. A mãe é modesta,

segura nos atos, mas resignada relativamente à sua condição, submissa. A filha é desconfiada, insubmissa, desafiada, mulher-criança de escrava e não só! Abar, por sua vez, representa a mulher-corpo, transformada em planta que oscila com mais força entre a força na voz de Medeia e as outras vozes femininas opositoras. Abar luta entre a evidente proximidade e amor por Medeia e incomensurável medo que a figura desta mesma próxima origina. À primeira vista Abar parece a figura mais instável, com mais hesitações, com mais medos reconhecidos, oscilando com mais força entre as extremidades. A personagem dela porém pode ser lida também pelo prisma do corretor, daquele próximo que propriamente por medo não vai ser injusto e ousado pela simples ousadia nas críticas (como aliás é o exemplo da Éritra). Contudo espanta a relação entre Medeia e Abar até ao fim da peça mas o ponto inegável da raiz comum e a sinceridade na crítica e o medo na Abar de Medeia deixam a sensação de um amor profundo, mesmo no momento final da morte.

De entre toda a polifonia de vozes em Desmesura, inquestionavelmente e esperadamente a voz de Medeia é a principal. Permanecendo em oposição a maior parte do tempo, como foi acima mencionado⁴⁵, Medeia opõe-se abertamente às conjecturas dinásticas da voz assustada e disfarçadamente forte de Jasão, e ressoa por detrás da morte nas estrofes finais do texto. A voz da princesa forasteira soa por longo tempo mas é uma voz antes do sentido do que do dito. O sentido vem com a presença do corpo e os seus movimentos-atos no espaço, enquanto a voz traz a emoção. A voz porém pertence a esse mesmo corpo, reduzindo portanto o sentido à sua realização por meio da corporeidade-discurso.

Resumindo esta parte, a diversidade sem unificação das vozes femininas suporta a ideia kristeviana do peso do individual e das suas oportunidades concretas e específicas que o fazem incomensurável (Kristeva, 2004: 594). Mas por muito diferentes e opositivas que sejam estas vozes em Desmesura, é o traço genérico que os remeta para uma tonalidade feminina a que neste caso assenta a re-escrita

45 Uma vez a voz dela tenta juntar-se ao frágil coletivo feminino mas em vão: “MEDEIA – Somos todas mulheres. Quem me humilhar/A vós humilha!”, precedida da resposta: “ABAR – A desgraça/ Não te imana comigo nem com elas.” (Correia, 2006, 36)

do mito. Ou seja, não é inversão do mito que se observa em Correia mas antes uma inversão da tonalidade do mito, dando o privilégio ao interiormente vivido pelo já sujeito feminino.

3. O exercício do poder sobre o corpo. Fim

O individualismo Hélène Cixous (1976: 880) situa-o no primeiro dos dois níveis inseparáveis na indispensável rutura e transformações na história da mulher. Este primeiro passo em Cixous consiste na escrita sobre o que se é, no retorno ao próprio corpo que lhe foi expropriado e que foi tornado “*uncanny stranger on display*”. Embora as considerações de Cixous sejam centradas na invenção de uma nova escrita, a ideia da volta para trás para uma reapreciação e reabilitação do corpo, uma vez negado e esquecido, pode ser associada também à elevação do mesmo para o lugar privilegiado do acontecimento, transformado num palco de apresentação e representação do acontecimento interiormente vivido: a inscrição do desejo é operada sobre todas as partes do corpo do eu e do corpo do Outro (Cixous, 1976: 884), por exemplo. Neste caso, o corpo é simultaneamente voz (corpo poético, linguagem), cenário (ambiente abrangente), sujeito e objeto, do acontecido. Na sua qualidade de sujeito, este corpo não é desprovido de posses: “if there is a ‘*propriety of woman*’, it is paradoxically her capacity to deappropriate unselfishly” (Cixous, 1976: 889). Mas embora na nuance da desapropriação o conceito da propriedade pressupõe o exercício de poder sobre o que é próprio, num primeiro momento, e o que foge ao alcance do eu, ou seja o que é do Outro.

Na sua tentativa de “estudar a metamorfose dos métodos punitivos a partir de uma tecnologia política do corpo onde se poderia ler uma história comum das relações de poder e das relações de objeto”, Michel Foucault reconhece que “o próprio corpo é investido pelas relações de poder” (Foucault, 1984: 26). Sendo o corpo em Desmesura de Correia marcado pelo individualismo e sendo portador de posses que lhe atribuem poderes, na linha da variedade feminina das vozes-

personagens acima debatida, traçar-se-ão vários vetores de exercício do poder sobre o mesmo.

A figura de Medeia ocupa a posição do onnipoder no texto português, associável ao lugar de quem está a vigiar do dispositivo panótico de Foucault. Os poderes da princesa estendem-se sobre as suas escravas Abar e Melana, sobre o marido Jasão, sobre os filhos, até sobre o tempo climatérico (numa perspetiva literal e não metafórica, como entendida pelas escravas); o exercício do poder sobre a filha de Melana, Éritra, consta como suposto mas dificultado, dada a constante oposição e insubmissão da jovem. Ao contrário do modelo panótico de Foucault onde “pouco importa (...) quem exerce o poder” (1984: 178), aqui é de importância a característica genérica e os traços individuais do agente de poder. Discordando também do caráter disciplinar do janotismo foucauldiano, o exercício de poder pela Medeia correiana obedece a desejos marcadamente subjetivos. Tudo isto para deixar claro que os vetores de exercício de poder acima traçados aproveitam somente a disposição esquemática do modelo, sem transpor a ideia da visibilidade nem o intento da vigilância com o fim de correção. Os objetivos de Medeia são antes de ter em medo e submissão, nos casos de Abar e Melana, e em controlo, no caso de Jasão. O poder exercido sobre os filhos, por sua vez, confunde-se com o poder sobre o próprio corpo. Partindo do princípio que nunca se pode ficar fora do poder, que se está sempre dentro dele e que a produção de poder automaticamente abre a possibilidade de receção de poder, o assassinio dos filhos poderá ser interpretado, nesta perspetiva, como o assassinio de uma parte de si próprio que desiste da vida porque se vê bloqueada de vivê-la na totalidade da vivência emocional, amorosa no caso concreto dos sentimentos por Jasão.

O direito à metade porém afeta o todo, ou seja, o exercício do poder de Medeia sobre os corpos dos filhos destitui o Jasão da possibilidade de ele exercer o seu poder sobre a outra metade. Daí que a única figura masculina em Desmesura reduz o seu exercício de poder unicamente sobre Melana, onde o poder está num estado mais tradicional – o poder do soberano sobre o seu escravo, e sobre Éritra, onde o

poder se caracteriza com uma reciprocidade, sendo a filha da escrava igualmente exercedora de forte poder amoroso sobre Jasão.

Outras duas direções de exercício de poder são da mãe para a filha, e da irmã para a irmã, nos casos de Melana para Éritra, e de Abar para Medeia, respetivamente. No primeiro relacionamento, a mãe vê-se quase impossibilitada de impor as posturas social e tradicionalmente construídas para o funcionamento dos escravos, sendo estas esbarram constante e fortemente com as ambições pessoais e aspirações pelo poder dinástico da adolescente. No segundo relacionamento, o fulcral é o exercício do poder verbal sobre o corpo de Medeia pelo corpo para que se quer mas que se recusa vozear em “colco”.

4. A monstruosidade do ato

Se tentarmos avaliar a força destes vários tipos de exercício de poder sobre o corpo, a análise dos efeitos de cada um deles concluirá da monstruosidade do assassinio dos filhos anteriormente referido. Encarada porém esta violência da perspectiva do exercício de poder sobre uma parte do próprio ser, nega logo a tal qualificação monstruosa. A teoria positivista dos efeitos de poder em Foucault, e as considerações das forças produtivas desse último, entram porém em conflito com os efeitos fálicos do texto de Correia.

Por muito difícil que seja a questão da definição do direito sobre quê é disputado no ciúme, o único seguro é o próprio direito. A sua perseguição, o seu adiamento, a sua imposição e a sua expropriação. Toda a revolta feminina da Medeia correiana baseia-se no direito de se viver de acordo com as necessidades do corpo, em nome das emoções vividas pelo mesmo. Esta revolta e insubmissão femininas não teriam influência porém se não viessem da força da sua voz, da figura de uma mulher apoderada, possuidora das relações momentâneas e muito provavelmente dos conteúdos paralelos, inconscientes e imateriais. A voz feminina em oposição, apoiada pelo feitio medronho do masculino, atribui o poder de Medeia a uma força extra-humana, divina, coagulada à sua natureza. O poder extremo da personagem

porém, inexplicável para este feminino em oposição, vem antes com a inércia do protesto que abre um campo mais amplo para resultados das decisões tomadas e para novos rumos na revolta. A não resignação perante a ordem patriarcal e perante a preferência dada ao poder dinástico ao detrimento do corporal e espiritual vivência da maternidade, em todo o caso, nutrem de poder de um grau tão alto a personagem central em Desmesura. O apoderamento é o que transforma o corpo incontrolado em instrumento de si próprio, num corpo gerente.

Continua...

18. IOVKA TCHOBÁNOVA, FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA/ BULGÁRIA



Iovka Bojilova Tchobánova – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Correio eletrónico: iovka2003@yahoo.com.br

Nacionalidade: búlgara, Investigadora de linguística, professora de português - língua estrangeira, tradutora e intérprete juramentada de búlgaro

Doutora em Letras pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Título da Tese de Doutoramento: Formação dos Nomes Coletivos na Língua Portuguesa; Título do Estudo de Pós-doutoramento: As Expressões Idiomáticas na Língua Portuguesa.

Área de Investigação: Lexicologia, Lexicografia, Fraseologia, Fraseografia, Didática do ensino/aprendizagem da língua portuguesa, Morfologia derivacional, Formação de palavras, Estudos contrastivos, Teoria da Tradução/Interpretação

Tema 3.2 OS FRASEOLOGISMOS PORTUGUESES DA EMBRIAGUEZ E OS SEUS EQUIVALENTES NA LÍNGUA BÚLGARA

0. INTRODUÇÃO

0.1. Objetivo do estudo

O objetivo do estudo é recolher, analisar, descrever e classificar um rico caudal de unidades fraseológicas do domínio meta da *embriaguez* e provar que existem mecanismos coerentes e sistemáticos na criação das metáforas fraseológicas nas duas línguas, a língua portuguesa e a língua búlgara.

0.2. Corpus utilizado

Para estudar a origem e os mecanismos das projeções metafóricas examina-se um rico *Corpus* de fraseologismos portugueses, relacionados com a embriaguez, compilado por I. Tchobánova (em preparação), com base em 7 dicionários portugueses. Também se utiliza o material fraseológico, recolhido por Heinz Kröll 1964-1965) no seu estudo *Designações portuguesas para 'embriaguez'* (1955) e Aditamentos às “*Designações portuguesas para 'embriaguez'*”. Para extrair os exemplos de fraseologismos búlgaros foram utilizadas as seguintes fontes: *Dicionário fraseológico da língua búlgara* (1974-1975); *As comparações fixas na língua búlgara* (1986), de Vessa Kiuvlieva; *Dicionário da língua búlgara* (2004), volume 12; *Dicionário da gíria búlgara* (1993), de Gueorgui Armianov e o *Arquivo eletrónico* da Secção para lexicologia e lexicografia búlgaras junto do Instituto da Língua Búlgara da Academia das Ciências Búlgaras.

Para ambas as línguas foram recolhidas tanto as locuções como as colocações (as comparações fixas) (Corpas, 1996).

1. Modelo teórico utilizado; termos básicos

Para a análise das unidades fraseológicas do domínio meta da *embriaguez* vai utilizar-se a metodologia dos modelos icónicos e das arquimetáforas de A. Pamies Bertrán e de Eva María Iñesta Mena (Pamies & Iñesta 1999 & 2000, Iñesta 1999, Pamies 2001).

Esta metodologia está inspirada na teoria da semântica cognitiva (Lakoff & Jonhson 1980, Lakoff 1993) e na teoria dos primitivos semânticos universais de A. Wierzbicka 1996, 1998, 1999, 2000).

Os termos básicos utilizados são: domínios meta, domínios fonte, modelos icónicos, arquimetáforas e metáforas particulares.

Nesta teoria afirma-se que a quantidade das *metáforas particulares* de determinado *domínio meta* é praticamente infinita, mas elas derivam de um número reduzido de conceitos básicos universais, clamados *domínios fonte*. Os *domínios fonte* representam “a matéria-prima” ou os conceitos básicos, dos quais derivam as *metáforas particulares* de determinada área temática. Os *domínios fonte*, por si só ou em combinação entre si formam os *modelos icónicos*. Entre os *modelos icónicos* e as *metáforas particulares* existe um nível intermédio, que é representado pelas *arquimetáforas*.

A. Pamies (2002: 12) ilustra este modelo com base no domínio meta do MEDO:

“Por ejemplo, la metáfora particular encogerse el ombligo tiene, un dominio meta, en este caso, MIEDO, y estaría basada en un modelo icónico, en este caso, una combinación de dominios fuente (MOVIMIENTO + CUERPO). A menudo, un mismo modelo icónico puede subdividirse en varias archimetáforas, como subgrupo o nivel intermedio entre el modelo icónico y la metáfora particular. P. ej. el modelo icónico (MOVIMIENTO + CUERPO) sería subdivisible en varias archimetáforas según represente un movimiento hacia arriba, hacia abajo, hacia fuera, hacia dentro, etc.

En principio, parece suficiente jerarquizar la nomenclatura en esos 3 niveles: modelos icónicos -> archimetáforas -> metáforas particulares...

Esta jerarquía se podría esquematizar como en este fragmento basado en el ejemplo del miedo (cf. Pamies & Iñesta 2000).

Meta MIEDO

Modelo icónico 1 CUERPO + MOVIMIENTO		Modelo icónico 2 CUERPO + TEMPERATURA	
1 Archimetáfora Movimiento hacia abajo	2 Archimetáfora Movimiento hacia arriba	3 Archimetáfora Calentamiento	4 Archimetáfora Enfriamiento
Metáforas particulares	Metáforas particulares	Metáforas particulares	Metáforas particulares
Bajarse la sangre a los talones	Ponerse los pelos de punta	Avoir chaud aux fesses	Helarse la sangre

Os postulados básicos nesta teoria, nas palavras de A. Pamies, são os seguintes:

“Para ser rentable, nuestra herramienta descriptiva debe tener en cuenta varias necesidades:

La lista de descriptores (nombre de los dominios fuente que componen cada modelo icónico) debe ser reducida. Si bien las metas conforman un inventario abierto e infinito, se supone en cambio que las fuentes son mucho menos numerosas, para poder dar cuenta de un mecanismo productivo (cf. Diller 1991: 210).

Los dominios fuente deberían corresponder a nociones universales o razonablemente susceptibles de serlo (p. ej. MOVIMIENTO, CUERPO, ANIMAL, etc.).

Un mismo modelo icónico debe –por definición- incluir muchas metáforas particulares y por eso mismo resultaría demasiado general a efectos prácticos, lo que hace necesario un nivel intermedio, las archimetáforas”.

II APLICAÇÃO DO MODELO TEÓRICO ESCOLHIDO AO DOMÍNIO META DA EMBRIAGUEZ

2.1. MODELO ICÓNICO: MOVIMIENTO

O movimento é uma das fontes às que recorre a fraseologia para construir as suas imagens. Existe uma relação de causa – efeito entre a embriaguez e o descontrolo motor, o que encontra o seu reflexo na respetiva fraseologia. Na fraseologia das duas línguas em estudo existem muitas expressões metonímicas nas que um movimento descontrolado representa a embriedade que o causou. Assim podemos distinguir várias arquimetáforas, em dependência do sentido do movimento: movimento lateral ou rotativo, movimento para dentro, movimento para fora, movimento para cima, movimento para baixo, ausência de movimento. A seguir vamos ilustrar o que afirmamos anteriormente:

2.1.1 A EMBRIAGUEZ É UM MOVIMENTO LATERAL OU ROTATIVO

Andar aos bordos; estar a medir a rua; ir de lado; andar aos ss e rr; andar aos esses; andar a escrever; cruzar os joanetes; trocar o passo; trocar as pernas; andar aos zés; andar aos ziguezagues; estar meio cá, meio lá; andar às cambaretes; cercar galinhas; tomar oitos; não poder fazer um quatro; ir como a roda de um carro, etc.

2.1.2 A EMBRIAGUEZ É UM MOVIMENTO PARA DENTRO

Para ilustrar esta arquimetáfora temos que dizer que para designar a ação de beber tanto em português como em búlgaro se utilizam verbos como “mamar”, “chupar”(cf. *ser um chupa-rolha*) e “смыча” (‘chupar’). Aqui se agrupam expressões metafóricas nas quais a pessoa ébria é representada como um recipiente que se enche com bebidas alcoólicas. Desta maneira estamos na presença da metáfora estrutural de Lakoff CUERPO – RECIPIENTE, ou seja, o bêbado é um recipiente cheio. Por esta razão, as designações para vasilhas nas que se guarda o vinho ou com as quais se bebe o vinho, passam a designar também o bêbado:

Bêbado como um caneco; estar caneco; beber como uma cuba; ser uma cuba a beber; estar tão bêbado como uma dorna; beber como um tonel; estar cheio de vinho; estar cheio dele; andar nos copos; ser um bom copo; tocar o copofone; ser um bom copofone; gostar dos copos; meter-se nos copos; despejar copos; beber que nem um funil; beber como um odre; estar como um odre; ser uma pipa; etc.

Também se utilizam, para designar a ebriedade, substantivos como *casqueira*, *chícara*, *picheira*, etc. e para designar o bêbado: *tachada*, *tarraço*, *pichel*, *canastro*, *nassa*, etc.

Para o búlgaro temos os seguintes exemplos:

напивам се като бъчва (*embebedar-se como uma cuba); *виря бъклица* (*levantar o canil de madeira); *пия като продънен* (*beber como se não tivesse fundo); *обръщам чашите* (*despejar os copos); *приятел съм на чашката* (*ser amigo do copo); *любител съм на чашката* (*ser aficionado do copo); *захапвам джама* (*morder o vidro); *гълтвам джама / бутилката / стъклото* (*engolir o vidro/a garrafa).

2.1.3 A EMBRIAGUEZ É UM MOVIMENTO PARA FORA

2.1.4

Para o português temos os exemplos:

Despejar copos; deitar o cabrito fora ‘vomitar’ (o ébrio); molhar os pés; ir molhado; ser um vira-copos; ser um saca-pipas; molhar os pés; molhar a palavra; ser um emborca-latas.

Para o búlgaro os exemplos são os seguintes:

пиян-залиян (*bêbado inundado); *напивам в къртичината* (*verter no buraco da topeira), etc.

2.1.4 A EMBRIAGUEZ É UM MOVIMENTO PARA CIMA

Esta arquimetáfora pode ser ilustrada com:

Estar montado na ema; estar montado no porco; subir-lhe o vinho à cabeça.

2.1.5 A EMBRIAGUEZ É UM MOVIMENTO PARA BAIXO

Estar a cair de bêbado; está “tem-te não caias!”; ter a cabeça pesada; estar vendo o chão entrar na terra (Bras.); andar de gatas, não se aguentar nas canetas (canelas, pernas, tíbias); não se ter em pé (nas canelas, nas tíbias), etc.

2.1.6 A EMBRIAGUEZ É AUSÊNCIA DE MOVIMENTO

Consumir grandes quantidades de álcool leva ao entorpecimento dos movimentos e à redução das capacidades, ou seja, pode considerar-se que a embriaguez é ausência de movimento ou incapacidade. Há muitas UF do domínio da embriaguez que identificam o bêbado com um ser incapaz de mover-se:

Estar pedrado; estar mortalmente bêbado; cercar as galinhas; trocar os passos; estar a cair de bêbado, etc.

2.2. A EMBRIAGUEZ É UMA FORMA CORPORAL

Esta arquimetáfora pode ilustrar-se com:

Beber até lhe chegar com o dedo; encher a cara; encher a caveira; ter a língua grossa; ter os pés inchados; carregar os machinhos; molhar o bico / a garganta / a goela; lubrificar a goela; lubrificar as cordas vocais; saber a boca a ferro-velho; saber a boca a papel de música; saber a boca a chapéu velho; não se aguentar nas canetas (canelas, pernas, tíbias); não se ter em pé (nas canelas, nas tíbias); etc.

Para a língua búlgara podemos mencionar:

пиян до роговете (*bêbado até aos cornos); *прибирам се на четири крака* (*voltar para casa a quatro patas); *направям / направя главата* (*fazer a cabeça); *напивам се до козирката* (*embebedar-se até à pala); *пиян като гъз / задник* (*bêbado como um cu); *пиян като крак* (*bêbado como um pé / uma perna); *едва го държат краката* (*não se aguenta nas pernas / nas canetas).

É muito grande o número de metáforas para a embriaguez que não estão relacionadas com o corpo, mas com as diferentes peças do vestuário que o cobrem, sobretudo aquelas que cobrem a cabeça:

Trazer um barrete de uvas; ter uma carapuça; apanhar (tomar) a cartola; levar a cartola; andar de coifa; apanhar uma touca; andar fardado; apanhar uma gabardine; estar com a manta; levar a manta; levar uma mitra; ser irmão da opa (Bras.) 'ser ébrio habitual'; andar com a palhoça.

Outras peças do vestuário que se utilizam para designar a embriaguez são: *caraça* 'espécie de capa de palha'; *chumarra* 'espécie de batina sem mangas'; *fardamento*; *garnacha* 'vestidura talar larga e com cabeção, de que usam os padres e os magistrados'; etc.

É frequente em português a comparação: *estar bêbado como um chinelo*.

5.3. O BÊBADO É UM ANIMAL. A EMBRIAGUEZ É UM ANIMAL

Em português são muitos os nomes de animais que podem ser relacionados com o ato de embriagar-se e com o bêbado. Temos diferentes imagens que correspondem às arquetípicas "o bêbado é um animal" e "a bebedeira é um animal".

Os nomes de muitas classes de animais (aves, répteis, mamíferos, peixes, etc.) servem para designar a embriaguez e o ébrio. São muito conhecidas as comparações: *beber como um animal*; *beber como (que nem) uma besta*; *matar o bicho*; *conservar o bicho*, etc. Em búlgaro também aparecem semelhantes comparações: *пиян като скот* (*bêbado como uma besta); *пиян като говедо* (*bêbado como uma besta), etc.

Para construir a metáfora da embriaguez utilizam-se os nomes de diferentes AVES, assim como as palavras *asa* e *bico*:

Estar com um grão na asa 'estar levemente bêbado'; estar ferido na asa; apanhar um bico 'apanhar uma leve bebedeira'; estar bicudo 'estar embriagado'; apanhar uma cegonha; cercar galinhas; ir com uma grande galinhola; andar no

ganso; apanhar (agarrar) uma perua; estar pombinho 'estar no começo da embriaguez'; apanhar uma torda; estar montado na ema; estar mordido de arara (Bras.), etc.

Existem outros nomes de aves que também designam a embriaguez:

avestruz, garça, narceja, rola, etc.

Os exemplos com nomes de INSETOS são:

Ter uma carrapata; vir com os grilos; ir com a mosca.

Temos os seguintes exemplos de fraseologismos com nomes de RÉPTEIS:

Borracho como um cágado; estar como um cágado; levar uma cobra; bêbedo como uma osga, etc.

São muito numerosas as UF que contêm o nome de um MAMÍFERO. Praticamente todos os nomes de mamíferos se utilizam para construir a metáfora da embriaguez:

Apanhar um bode; bêbado como um burro; estar com a burriquita; andar com a cabra; estar como uma cabra; deitar o cabrito fora; estar com a cachorra cheia; apanhar uma cadela; bêbado como um camelo; estar com uma chiba; andar com a égua; estar como um gambá (Bras.); trazer uma grande garrana; levar (apanhar) uma mula; bêbado como um porco; estar montado no porco; bêbado como ratos; beber como rato; bêbedo que nem uma vaca, etc.

Outros nomes de mamíferos que se usam para designar a embriaguez são: *bezerra*, *potra*, *toiro(a)*, etc.

Para designar a embriaguez, com mais frequência, se usam os nomes dos seguintes ANIMAIS DE RAPINHA: *doninha*, *lontra*, *marta*, *raposa* (cf. *levar uma raposa*), etc.

Os exemplos com nomes de PEIXES são os seguintes:

Ir com o congro; estar com uma lampreia.

Em búlgaro a comparação mais frequente é: *пиян като свиня* (*bêbado como um porco). Aparecem também *пиян като куче / мастия* (*bêbado como um cão / uma cadela); *пиян като змия* (*bêbado como uma cobra); *пиян до рогавете* (*bêbado até aos cornos), etc.

São criações individuais as seguintes comparações: *пиян като заспал прилеп* (*bêbado como um morcego adormecido); *пиян като слон* (*bêbado como um elefante); *пиян като змей* (*bêbado como um dragão).

5.4. A EMBRIAGUEZ É UM VEGETAL

Este grupo de metáforas e comparações é menos representado que o anterior:

Estar bêbado como um cacho de uvas; ficar carregado que nem um cacho; estar bêbado como uma vide; entrar na vinha do Senhor; ir em vinha de alho; estar de vinha de alho; estar como um nabo; estar como uma ramada (parreira); estar como um tronco; apanhar uma batata (Bras.); morder a batata (Bras.); apanhar uma batata; etc.

Também os nomes de algumas plantas venenosas e o mesmo *veneno* aparecem com o sentido de embriaguez. Aqui podemos mencionar: *coca*, *narda*, *trovisco*, *resina*, *venena*, etc.

É pequeno o número de nomes de frutos que servem como metáforas da embriaguez: *camoesa* 'tipo de maçã', *marmelo*, *nêspira*, etc. A comparação *bêbado como uma cabaça na água* deve ser uma criação individual e ocasional.

Para a língua búlgara temos os seguintes exemplos: *пиян като пън* (*bêbado como um tronco); *пиян като кютюк* (*bêbado como um tronco); *пиян като талпа* (*bêbado como uma tábua); *пиян като дърво* (*bêbado como uma árvore / madeira), etc. São do registo da gíria as seguintes comparações: *пиян като крушка* (*bêbado como uma pera pequena); *пиян като краставица* (*bêbado como um pepino); *пиян като тиква* (*bêbado como uma cabaça), etc. Deve ser uma criação individual a comparação: *пиян като пияна вишня* (*ébrio como uma ginja bêbada).

5.5. A EMBRIAGUEZ É UMA AGRESSÃO

Este modelo icónico é muito produtivo e os fraseologismos deste tipo se podem agrupar em duas arquimetáforas: “o bêbado agride” e “o bêbado é agredido”:

Estar com o trotil; estar com uma pedrada; estar fora do combate; estar cuspidando bala (Bras.); estar cuspidando fogo (Bras.); estar de fogo aceso (Bras.); matadela de bicho; morder o cartucho; tomar panca; tomar pancão; tomar brasa (Bras.); puxar brasa (Bras.); estar mordido de arara; estar picado, etc.

A embriaguez se pode considerar como um tipo de doença. Por esta razão, eufemisticamente, é designada com diferentes nomes de doenças. Assim, em vez de dizer que alguém está bêbado, diz-se que:

Está com uma amnésia; está bexingado; está cego; está constipado; está fanhoso; está com a febre de Madagáscar; está gripado; está com uma asiática (gripe); não está bom; está relaxado, está com dor de cabresto; está com a bolha, etc.

Também para designar a bebedeira se usam palavras como bronca, cagueira, camada, carraspana (cf. cozer uma carraspana), catarral, (cf. apanhar um catarral), cega (cf. que grande cega!), constipação, gangrena, morrinha, saramelo, serapilheira, etc.

Observamos que as designações para a embriaguez em português, com mais frequência, são do género feminino, talvez por analogia com embriaguez:

casqueira, dosa, picheira, piela, torcida, bezana, tosga, carraspana, urso, camada, cardina, açorda, borracheira, grossura, tachada, gatosa, gansa, perua, turca, cadela, bezana, bacura, narda, coca, garnacha, pedra, torta, beberroia, etc.

Pelo contrário, as designações para o vinho são principalmente do género masculino: *sangue da terra*, *sangue da parra*, *manjar dos deuses*, *suco do sol*, etc. Mas há algumas exceções: *chá da parreira*.

Também reparamos que as construções para a embriaguez são na maioria dos casos *pseudo-possessivas* onde a pessoa ébria TEM, LEVA OU APANHA (alguma coisa): *ter uma carrapata*; *levar (apanhar) uma mula*; *ter a língua grossa*; *apanhar um bico*; *apanhar (tomar) a cartola*; *apanhar um catarral*, etc. Também há construções *pseudo-comitativas*, onde a pessoa ébria é representada como ESTANDO COM (alguma coisa): *estar com o trotil*; *não ir só*; *estar com uma pedrada*;

andar com a chiba; andar com a égua; andar com a cabra; vir com os grilos; estar com um grão na asa; ir com uma grande galinhola, etc.

Temos que salientar que a construção *pseudo-comitativa* é menos frequente em português que a construção *pseudo-possessiva*.

Existem muitas metáforas para a bebedeira que contêm palavras compostas: ser um vira-copos; ser um saca-pipas; ser um seca-adegas; ser um emborca-latas; ser um chupa-rolha; ser um mata-borrão, etc.

É interessante também, do ponto de vista morfológico, a construção das palavras por sufixação para designar o bêbado: *bebaço* 'indivíduo que bebe muito', *beberaz*, *bebedado* 'embebado', *bebedão* 'grande bêbado', *beberrônio*, *beberrote*, *bebesto* 'bebido' (Alentejo), *bebudo* 'alcoholizado', *chopista* 'beberrão que bebe chope' (Bras.), *mamarrote*, etc.

Em búlgaro também temos palavras derivadas, registadas com a marca de coloquial ou pejorativo: *пиянде*, *пияндур*, *пияндури*, *пиянице*, *пиянка*, etc.

III..REFERÊNCIAS CULTURAIS

Outro aspeto muito importante são as referências culturais, ou seja, as alusões à religião, à história, aos contos populares, aos gentílicos, aos nomes próprios, etc.

3.1. ESTEREÓTIPOS NACIONAIS

A fraseologia da bebedeira contém gentílicos que, geralmente, estão associados aos habitantes de determinado país estrangeiro que são considerados como os bêbados por excelência. Na fraseologia portuguesa são mencionados os ingleses, os cossacos, os sérvios, os turcos, etc.:

Estar mais bêbado que um marinheiro inglês em terra; estar bêbado como um cossaco; beber como um sérvio, apanhar uma turca; cantar de cigana; bêbedo como um malaio, etc.

Como estereótipos nacionais na língua búlgara aparecem o *cossaco* e o *russo*: *пия като казак* (*beber como um cossaco); *пия като руснак* (*beber como um russo).

3.2. ESTEREÓTIPOS PROFISSIONAIS

Também se considera que os representantes de determinadas profissões são mais propensos a este vício:

Beber mais que um estudante de Coimbra; beber como um serrador de madeira; beber como um forneiro; estar bêbado como um almocreve, etc. Supomos que as comparações beber como um pirata no Domingo ou beber como um louco sejam criações individuais.

Para a língua búlgara temos:

пия като поп (*beber como um pope); *напивам се като поп на задушница* (*embebedar-se como um pope no dia dos defuntos); *пия като копач* (*beber como um sachador / cavador); *пия като кундурджия* (*bêbado como um sapateiro), etc.

3.3. A EMBRIAGUEZ E AS CORES

Os diferentes povos associam diferentes cores à embriaguez. Na variante brasileira do português a cor associada é a cinzenta: *estar cinzento* 'estar embriagado'.

Na variante europeia predomina o vermelho e o azul, sendo esta última cor a cor do vago e do indistinto:

Estar com a cardina; estar com uma sarda; estar azul; andar azul; ir azul; ver tudo azul; estar lila; apanhar uma pincelada.

Os fraseologismos com *azul* podem ter como explicação as perturbações da vista que acompanham as grandes bebedeiras, quando tudo se vê nublado, indistinto e algumas vezes até duplo. De lá temos o refrão português: *Se está constipado, deite-se, ponha um chapéu num pé e beba, até ver dois chapéus*.

3.4. A MITOLOGIA E A RELIGIÃO

A mitologia e a religião são elementos frequentes nas metáforas da embriaguez.

Na fraseologia portuguesa há alusões aos deuses do vinho, Dionísio e Baco, assim como a diferentes seres relacionados com a religião católica:

Estar mais bêbado que Deus; estar mais bêbado que um padre, entrar na vinha do Senhor; correr (visitar) as capelinhas; correr a Via Sacra, etc.

Para o búlgaro podemos citar: *пия като поп* (*bêbado como um pope); *напивам се като поп на задушница* (*embebedar-se como o pope o dia de todos os santos); *наязвам се като на помен* (*embebedar-se como na missa dos defuntos); *напивам се като на сватба* (*embebedar-se como numa boda), etc.

3.5. A EMBRIAGUEZ E AS NOVAS TECNOLOGIAS

A tecnologia, verdadeira religião da nossa época, também oferece modelos culturais para os excessos de álcool, concretamente os meios de transporte como o carro, o óleo, etc.

Lubrificar as goelas; lubrificar as cordas vocais; beber mais que um carro; apanhar uma rosca; estar com gasolina; estar com o briol; puxar um trem (trólei) (Bras.), etc.

Parecem ser comparações individuais e ocasionais as seguintes:

Beber mais que um Dogge Darth; beber mais que um Ferrari;; ir como a roda de um carro. Neste último exemplo a metáfora tecnológica do transporte coincide, em parte, com a arquimetáfora do movimento.

3.6. A EMBRIAGUEZ E OS NOMES PRÓPRIOS

As expressões *mais bêbado que Zeca Pagodinho* e *bebinho da Silva* são brasileiras, enquanto na ilha da Madeira, para designar uma bebedeira grande, utiliza-se o nome próprio *Joaquina* ou *Jòquina*. Em todo o país para designar um copo pequeno se utiliza a denominação *francisquinho*.

Para o búlgaro temos a comparação *пия като Змей Горянин* (*beber como Zmei Gorianin), onde o Zmei Gorianin (o Dragão dos Bosques) é uma personagem dos contos populares.

IV. CONCLUSÕES

No nosso estudo sobre o domínio meta da embriaguez utilizámos os modelos icónicos de MOVIMENTO, PARTES DO CORPO, ANIMAL, VEGETAL e AGRESSÃO. Comprovámos que existem mecanismos coerentes e sistemáticos na criação metafórica. A nossa análise pôs de manifesto um conjunto de imagens e metáforas na fraseologia portuguesa que coincidem com as búlgaras na sua estrutura conceptual mesmo que não sejam iguais na sua forma concreta. Consideramos que se confirma a hipótese da sistematicidade e a universalidade da metaforicidade fraseológica. Constatámos que nas duas línguas se encontra também um grande número de fraseologismos culturais, relacionados com a cultura específica (religião, história, literatura, etc.) de cada país, que se desenvolve em condições diferentes.

BIBLIOGRAFIA

CORPAS PASTOR, G. (1996) *Manual de Fraseología Española*, Madrid, Gredos.
LAKOFF, G. & JOHNSON, M. (1980) *Metaphors We Live By*, Chicago, University of Chicago Press.

PAMIES, A. (2002) "Modelos icónicos y archimetáforas: algunos problemas metalingüísticos en el ámbito de la fraseología", *Language Design*, 4, p. 9-19.

PAMIES, A.; LOZANO, W. C.; CORTINA, Beatriz (2008) "Las metáforas del alcohol: contraste translingüístico e intercultural". In: *Lenguaje figurado y motivación* (María Álvarez de la Granja (ed.), Frankfurt am Main, Peter Lang.

PEREZ, B. C. (2005) "Estudio fraseológico sobre la embriaguez: hacia una borrachera universal", *Language Design*, 7, p. 137-150.

DICIONÁRIOS

(DLPC) *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001), Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa, 2 vols., (dir.) João Malaca Casteleiro, Lisboa, Editorial Verbo.

(DLP) *Dicionário da Língua Portuguesa* (1998), Porto, Porto Editora, 8ª edição.

(CF) *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (1996), Cândido de Figueiredo, Dicionários Bertrand, Venda Nova, Editora Bertrand.

(DPB) *Dicionário do Português Básico* (1991), (dir.) Mário Vilela, Porto, Edições ASA.

(EI R-P) *Equivalentes Idiomáticos (Dicionário russo - português)* (1987), Alexander Zditovetsky, Moskva, Visshaja shkola.

(DI P-P) *Dicionário Idiomático Português - Polaco* (1998), Jacek Plecinski, Poznan, Wydawnictwo Naukowe UAM.

АРМЯНОВ, Георги (1993) *Речник на българския жаргон (Dicionário da gíria búlgara)*, София, Изд. Група 7М + Логис, 204 с.

ЕЛЕКТРОНЕН АРХИВ (*Arquivo eletrônico*) на Секцията за българска лексикология и лексикография към Института за български език „Проф. Любомир Андрейчин“, БАН.

КЮВЛИЕВА, Веса (1986) Устойчивите сравнения в българския език (As comparações fixas na língua búlgara), София, БАН, 276 с.

НИЧЕВА, Кети, Сийка СПАСОВА МИХАЙЛОВА и Кристалина ЧОЛАКОВА (1974-1975) *Фразеологичен речник на българския език (Dicionário fraseológico da língua búlgara)*, Т. 1-2, София, БАН, 760 с., 780.

РЕЧНИК НА БЪЛГАРСКИЯ ЕЗИК (DICIONÁRIO DA LÍNGUA BÚLGARA), Т. 12, София, АИ "Проф. Марин Дринов", 2004, 1074 с.

19. JOÃO COSTA SIMÕES CHRYSTELLO, ASSESSOR TÉCNICO DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

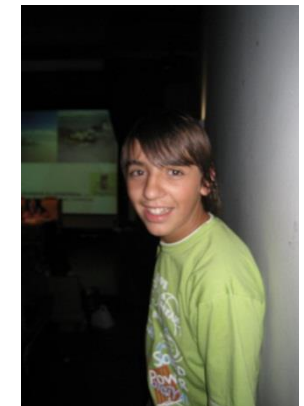


BRAGANÇA
2009



FLORIPA,
AÇORIANÓPOLIS, 2010

BRAGANÇA 2010



JOÃO CHRYSTELLO (N. 1996). Frequenta o 9º ano da Escola Básica Integrada da Maia em São Miguel, Açores.

Apesar de muito jovem, o João, desde 2008, tem-se mostrado um excelente assistente técnico, responsável pela gravação e verificação das Atas/Anais em CD.

Em Bragança 2009/2010 e no Brasil 2010 desempenhou as funções de sonoplasta e luminotécnico, além de prestar um inestimável apoio informático a todos os oradores, às sessões culturais paralelas e à organização dos colóquios.

20. JOÃO MALACA CASTELEIRO, ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. FLUL LISBOA, PORTUGAL / PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007



MALACA CASTELEIRO, licenciou-se em Filologia Românica em 1961, e doutorou-se em 1979, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma dissertação em Sintaxe da Língua Portuguesa.

É, desde 1981, professor catedrático na mesma faculdade.

Tem lecionado e coordenado a cadeira de Sintaxe e Semântica do Português, no âmbito da licenciatura, e vários seminários nas áreas da Sintaxe, Léxico e Didática, no âmbito do mestrado.

Foi diretor de investigação do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, conselheiro científico do Instituto Nacional de Investigação Científica e presidiu ao Conselho Científico da Faculdade entre 1984 e 1987.

Tem coordenado e colaborado em diversos projetos de investigação e de edição, em Portugal e no estrangeiro, em articulação com organismos como o

Conselho da Europa, os Serviços de Educação do Governo de Macau e o Ministério da Educação, entre outros.

É professor convidado na Universidade da Beira Interior, no Departamento de Artes e Letras.

É membro da Academia das Ciências de Lisboa, desde 1979, e presidente do seu Instituto de Lexicologia e Lexicografia.

Ao longo da sua carreira de professor orientou já mais de meia centena de teses de doutoramento e de mestrado.

Ganhou o Grande Prémio Internacional de Linguística Lindley Cintra, da Sociedade de Língua Portuguesa, em 1981, agraciado pelo Governo Francês com o grau de Cavaleiro das Palmas Académicas, em 1986.

A sua bibliografia, iniciada com a tese de licenciatura em 1961, é constituída por muitas dezenas de estudos dedicados à linguística e à lexicologia.

Editou obras como *A Língua e a Sua Estrutura*, *A Língua Portuguesa e a Expansão do Saber*, *Nouvelles perspectives pour l'enseignement du portugais en tant que langue étrangère*, *A Língua Portuguesa em África* e *A Língua Portuguesa no Oriente: do séc. XVI à Atualidade*.

Foi o coordenador *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* e o responsável pela versão portuguesa do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*.

João Malaca Casteleiro é um convicto defensor da adoção das regras prescritas pelo Acordo ortográfico de 1990.

É membro da Academia das Ciências de Lisboa desde 1979. Tem participado em congressos e conferências, dentro e fora do país, apresentando e publicando textos científicos.

Assumiu funções institucionais:

Conselheiro Científico do Instituto Nacional de Investigação Científica, ao longo de 20 anos,

Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa ou

Presidente do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa desde 1991.

Para além da sua intensa e produtiva atividade docente, tem dedicado a sua carreira ao estudo da sua língua, e a sua extensa obra de investigação inclui inúmeros livros e artigos científicos.



Assumiu também a responsabilidade por Projetos de Investigação de grande importância, como Português Fundamental, Estruturas Lexo-Gramaticais do Português Contemporâneo, o Dicionário eletrónico do Português Contemporâneo ou o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea.

Tem colaborado na qualidade de Professor Visitante ou de Professor Convidado com diversas instituições, nomeadamente a Universidade de Macau, e dirigido várias Teses de Mestrado e Doutoramento.

O reconhecimento dos seus méritos e do seu trabalho traduz-se em especial no respeito que académicos de todo o mundo têm demonstrado pela sua obra, pelos inúmeros convites para que participe em Conferências e Seminários Internacionais, recebeu do governo Francês o Grau de Cavaleiro da Ordem das Palmas Académicas, Julho de 1998. A 26 de Abril de 2001 foi agraciado pelo Senhor Presidente da República Portuguesa com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

É patrono dos Colóquios da Lusofonia e dos Encontros Açorianos da Lusofonia desde 2007 e um dos mais dinâmicos promotores do novo acordo ortográfico em cuja conceção participou.

Integrará a comitiva dos Colóquios a Macau em 2011.

21. JOHN REX AMUZU GADZEKPO, INVESTIGADOR DEPTº LETRAS, CEL (CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS), UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES, VILA REAL, PORTUGAL / GANA

JOHN REX AMUZU GADZEKPO é ganês, mas natural de Lagos, Nigéria. Titular de B.A. (Hons.) em Espanhol e Inglês pela University of Ghana, Legon em 1976, e de Mestrado em Literatura Brasileira pela Universidade de Brasília em 1985, após estudos preliminares na Universidade de São Paulo, Brasil, ele obteve seu doutoramento com tese subordinada ao tema “Do duelo poético satírico na gestão de conflitos sociais: um tríptico de géneros africano, português e brasileiro” na Université de Poitiers, França, em Julho de 2007. Tem exercido docência de Inglês, Espanhol, e Português em três continentes, nomeadamente nas seguintes instituições: Ghana Institute of Languages, Acra; Cultura Inglesa (Brasília); Department of Foreign Languages, Obafemi Awolowo University, Ile-Ife, Nigéria; Département d'Études Portugaises et Brésiliennes, Université de Poitiers, França. Atualmente, é Pesquisador Associado no Centre de Recherches Latino-Américaines - CRLA/Arquivos, MSHS, Université de Poitiers, França, e Investigador Auxiliar no Centro de Estudos em Letras – CEL, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Vila Real, Portugal. Ele é fluente em Ewe, Inglês, Português, Espanhol e Francês.

TEMA 2.8 “NOÇÃO DE NAÇÃO EM O CÃO E OS CALUANDAS⁴⁶ DE PEPETELA

Preâmbulo

No “Aviso ao leitor” que abre o CC, Pepetela lança a complexa epistemologia do processo narratório assim como a relação metonímica da dimensão espaciotemporal da obra que se anuncia, no título, projeto de comunicação entre bicho e humanos. Tudo leva a crer estarmos diante de um conto tradicional, do tipo calcado num paradigma antropomórfico, isto é, com personagens animais e humanos em dramática interação de igual para igual, ou quase. Isto porque, frequentemente, o personagem animal é revestido de um simbolismo de longo alcance, e em cuja força referencial reside a pretendida moral de um determinado conto.

Estruturalmente falando, porém, o CC, como veremos adiante, não se enquadra na categoria dos contos tradicionais. Ao contrário, e de acordo com a observação de Luís Kandjimbo⁴⁷ (1997, p. 205), “Pepetela inscreve-se como utilizador das técnicas da ficção dita pós-moderna, ao perpetrar o despedaçamento da estrutura linear”. Explicar e justificar esta técnica pós-moderna seria uma das razões deste Aviso ao leitor. A polifonia social abarcada no elenco dos personagens, assim como a variegada gama de géneros⁴⁸ representados no mosaico textual e a estrutura episódica da obra⁴⁹, parece caber à perfeição na conceção bakhtiana da organização textual do romance. Numa tentativa de diferenciar a teoria da narratologia clássica da de Bakhtine, André Belleau (1987, p. 14)⁵⁰ afirma que, contrariamente ao que se pensa, pode-se dizer que é o enunciado que determina as palavras, e daí postulando que a função dos personagens não é de falar os eventos,

mas que cabe aos eventos de fazer falar os personagens (p. 13). E, citando o ensaio “Les discours dans le roman” de Bakhtin,

Introduit dans le roman, le plurilinguisme y est soumis à une élaboration littéraire. Les voix sociales et historiques qui peuplent le langage [...] s'organisent dans le roman en un harmonieux système stylistique traduisant la position socio-idéologique différenciée de l'auteur au sein du plurilinguisme son époque.

Se, nas postulações acima relatadas, por eventos entendermos episódios, e por plurilinguismo subentendermos os vários discursos genéricos, cada um em si uma linguagem, uma atitude e um posicionamento diferenciados e determinados ou marcados pelo evento matriz, então estaremos mais bem equipados para digerir a didascália contida no Aviso ao leitor e ver/ouvir, na elaboração literária de o CC, as várias vozes sociais e históricas que habitam a linguagem da obra, e que se organizam num sistema estilístico harmonioso, traduzindo a diferenciada posição socioideológica do autor, dentro do quadro do plurilinguismo discursivo da sua época.

1. Os contextos

A mensagem literária enunciada no Aviso ao Leitor do CC comporta códigos periodológicos, de género literário – forma e conteúdo - e de signos literários. O autor pede aos leitores o “esforço para compreenderem a linguagem, que é da época em que aconteceram os casos”, numa aparente preocupação em adequar código literário ao contexto socio-histórico e à mensagem política.

articulação interna dos diversos episódios do livro. Tanto podemos começar a leitura pelo quadro final, passando em branco o “entre-texto” “A buganvília”, ou então começando pelo meio. Isto nada altera a captação do significado da história. O que confere coesão aos diferentes episódios são os contextos para os quais remetem e que justificam a sua pertinência enquanto ficção” (Kandjimbo (1997, p. 205),

⁵⁰ André Belleau, « Du dialogisme bakhtinien à la narratologie » Études françaises, vol. 23, n° 3, 1987, p. 9-17.
<http://id.erudit.org/iderudit/035722ar>
Kandjimbo (1997, p. 205),

46 2ª edição, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993. Todas as citações são desta edição da obra, doravante representada pela sigla CC.

47 Luís Kandjimbo, Apologia de Kalitanji (ensaio e crítica), Luanda: INALD, 1997, p. 205.

48 cf. As observações de J. B. Martinho a respeito dos episódios individuais, por uma parte, e coletivos como obra unitária, por outra: “Dos géneros discursivos com que o ‘autor’ vem a compor a estória, importaria destacar primeiramente os que Bakhtine chamou ‘géneros primários’ e que a obra que pertence a um género secundário, o literário, depois incorpora a seu modo.” (Martinho, 1993, p. 46)

49 Deve ser o que levou Kandjimbo a afirmar que “é um texto literário atravessado predominantemente por um tratamento de situações efémeras, tendo em conta a

O contexto espaço-temporal dos episódios, nos diz o Aviso, “é o ano de 1980 e seguintes, nessa nossa cidade de Luanda” mas, como todo outro elemento do aviso, com uma explicação enigmática: “No século passado, portanto. Século sibilino,”⁵¹ detalhe que parece indicar uma intenção de protelar a receção da mensagem pelo público-leitor visado – o luandense, aqui representando, sinodicamente, a nação angolana – e, portanto, prolongar a vigência da “moral” do “conto”. Em outras palavras, é uma tentativa de distanciar o leitor, literariamente, dos acontecimentos da atualidade pós-colonial, procedimento que acaba não apenas diferenciando a obra da mera crónica jornalística moralizante, como também ajudando a uma melhor apreciação por parte do público recetor.

Para nos dirigir a sua mensagem literária, o próprio autor se distancia do “palco” dos casos relatados e do *locus* do público-alvo – a cidade de Luanda – se instalando num lugar chamado Calpe, cidade que representa, em Muana Puó, obra anterior de Pepetela, “a ‘cidade do sonho’, a utopia do futuro”, como explica J. B. Martinho (1993, p. 44), “uma utopia que ... longe de anular a busca, antes a estimula como fonte inesgotável de renovação ... um lugar onde só a procura, a exigência da verdade total é atitude criativa, transformadora.”

Todo o cenário, pois, está envolto numa espécie de faz-de-conta, uma opção narrativa de fingimento elegida, paradoxalmente, para mascarar de lúdica e tornar mais contundente a moral dos casos.

O sombrio quadro socioeconómico inicial – o de uma Babilónia ingovernável, de um estado político de nação em caos, a esmo, pretende-se real, tratando-se de fatos verídicos, testemunhados: “os que conheceram o cão pastor deixaram documentos escritos ou gravados, além dos relatos orais. As vias de transmissão envolvem, portanto, as modalidades mais abrangentes possíveis da comunicação – falar, escrever, gravar, ou seja, oralidade, escrita, média eletrónica). Os fatos são sujeitos a um rigor documental: “Foi preciso um inquérito rigoroso”. Porém, perdura um ar de segredo, de mistério: “segredos resguardados”.

O contexto literário, no que diz respeito à configuração do *dramatis personae*, reserva o realce ao cão – “Trata-se pois de estórias dum cão pastor alemão na cidade de Luanda”, sobre os personagens humanos, aqui apenas subentendidos na “cidade de Luanda”, e a “uma toninha, ser todo de espuma, algas como cabelos, que talvez só tenha vivido na minha cabeça. E na do cão, claro.” (p. 10). Dois personagens principais – um bicho real de reconhecida raça, o outro, um ser imaginário, onírico-futurista e de substância e contornos incertos, ambos mediados pelo autor, num contexto nebuloso, igualmente incerto: “Será mesmo só isso?” (p. 10). Seria essa certeza/incerteza ontológica apenas uma característica emprestada do conto fantástico, ou uma indicação da noção das coisas da nação?

Outro aspeto significativo é o procedimento narrativo de coautoria, de várias camadas sociais, inclusive o leitor, de representação “democrática”, portanto. O autor não nos consente a passividade duma leitura tradicional de um livro, e continuamente nos incita a decidir, a responder, a tomar a palavra (Martinho, 1993, p. 44), como numa performance participativa-oral. Isso nos incumbe completar, mais que plenamente, o esquema da comunicação literária entre emissor e recetor, a passar pelos repertórios dos signos do emissor e os do recetor.⁵² Facilita, portanto, maior domínio dos signos comuns ao emissor e ao recetor, primando pelo quotidiano, e pela intermediação de um cão peripatético, na realidade um bicho ubíquo e dotado duma capacidade invulgar de farejar (por isso é utilizado pelo mundo afora nas tarefas de deteção de substâncias proibidas nos aeroportos) e, em termos literário-ontológicos, onisciente.

Todo esse apanágio literário, ancorado no espaço telúrico da capital angolana e insuflado duma essência onírica deliberadamente contraposta à crueza da realidade patológica, serve ao que tudo indica, para veicular uma noção da nação angolana através de um processo de defrontação com base em dois sistemas de discursos, o primeiro de natureza plural, e o segundo univocal.

⁵¹ Note-se que o livro saiu em 1985, “1980 e seguintes”, portanto, não pode ser “no século passado”, mas contemporâneo,

⁵² Max Bense e Elizabeth Walther, *La semiótica: guia alfabética*. Barcelona: ed. Anagrama, 1975, p. 31, citado por Carlos Reis, *O conhecimento da literatura: Introdução aos estudos literários*, Coimbra: Almedina, 1997, p. 135.

2. Os prevalentes discursos polifônicos:

Cada capítulo representa uma categoria de discurso, tanto literário como plástico e existencial, preenchendo seu espaço na policacofonia comunitária local e nacional, em que misturam-se topos de destruição e construção, de decadência e previdência, de desespero e esperança e, como opina Tânia Macedo (1997, p. 1), de medos e desejos:

O ambiente urbano se constitui como um aglomerado de signos em que texturas, sons, tamanhos, cores e cheiros atuam, paradoxalmente juntos e dispersos, transformando-se em suporte de representações, de imagens, significações e desejos. Assim, a “fala” de cada cidade articula-se a partir de uma semiose singular, de tal forma que os produtos ali produzidos (de sua arquitetura à literatura) podem ser lidos também como os seus desejos e medos.

Tanto em termos de forma como de conteúdo, os dez episódios que compõem o CC representam, em escala microcósmica, a variedade de etnias, raças, regiões, classes, profissões e qualquer outra possibilidade taxonômica no macrocosmo luandense e, por conseguinte, angolano. A Buganvília, no seu preliminar papel estrutural, serve de liame, de fator comum ou nivelador, ou melhor, fio-condutor da polifonia⁵³. O cão peripatético, personagem principal, constitui a força-motriz, literal e essencialmente falando, da dialética e dinâmica entre os dois sistemas de discursos, justamente porque, como afirma Kandjimbo (1997, p. 207), é nas digressões diastráticas do cão que reside a tonalidade parabólica do romance. A preconizada queda das barreiras não se produz apenas nessas digressões, digamos, verticais – entre classe alta e classe subalterna – como também no seu movimento horizontal, percorrendo praticamente todo o espaço físico urbano e campestre, assim como (e mais significativamente) pelo seu trânsito entre um tempo passado, anterior à independência (quando os cães como este pastor-alemão

guardavam as casas dos colonos brancos e “não deixavam entrar nenhum bumbo que não fosse criado”, p. 207), e um tempo moderno, de nação pós-independência. Neste sentido, o cão desempenha um papel didático-moral, tendo testemunhado o andamento dos vários “esquemas” que o país precisa sanear para se tornar nação viável.

Assim, conduzidos pelo cão através das avenidas, becos e lares do universo multifacetado e polifônico dos caluandas, nos defrontamos, por exemplo, com Tico, o Poeta, que vê no cão-tipo-cachorro-magro (comeu, fugiu) “um parasita, um explorador”, um sacrista ... com a mentalidade burguesa”, e “inimigo de classe dum operário-camponês como eu, cinco séculos explorado”. Pela simples falta de ato de despedida, o cão se converte em representante do colonizador explorador por toda a duração do período colonial, e símbolo nefasto da luta de classes, irremediavelmente: “Filho de cobra é cobra” (p. 19).

O Primeiro-oficial nos permite adentrar o mundo devasso e encrenqueiro das repartições públicas, de “operaçãoezitas nada católicas”, de mexericos, chantagens e, sobretudo de “esquemas” (tradução: corrupção) pela sobrevivência “em nossos tempos” de nação socialista:

“Bendita assinatura, vale-me duas grades por semana. Oh, também tenho um esquema para a carne, o peixe, as verduras, a roupa ... Porque essas lojas oficiais não têm nada. Entro nos nossos tempos, não estamos no socialismo esquemático? Estou bem governado, a minha mulher não entra numa bicha, não. E agora já esquematizei para aparelho de televisão. A cores? Ainda não, ainda ando pelo esquema nacional, não entrei na importação.” (grifos nossos; p. 20)

A corrupção endêmica anda de mãos dadas com o discurso de poder e de violência. Os maus-tratos que o cão sofre pelas mãos do Primeiro-oficial se

⁵³ Depois, a mesma entidade, por uma inversão existencial, se converte em fenómeno canceroso, zoomorfizado numa espécie de polvo vegetal de tentáculos mortíferos a ser

eliminado. A essência de cada ente muda, portanto, conforme o papel que este desempenha na ideologia vigente

estendem aos meninos (filhos) que protestavam tal barbaridade (*“Na passagem lhe conto que tive que vuzumunar umas chapadas num dos miúdos que protestava contra a prisão do cão”* (p. 24); *“Zangulei pois uma porrada num dos miúdos para mostrar quem era o soba, o bando aquietou-se”*, p. 25).

Ele parece identificar o discurso de poder e violência no lar (*criança tem que apanhar para aprender quem é chefe, e o homem, quando ganha o seu sustento, casa com uma mulher “em quem mandar e bater”*, p. 25) com o espírito da independência e a chave da sua subida no serviço: *“Com este feitio enérgico é que subi na Repartição, se fosse mole, um pau-mandado, ainda hoje era escriturário-datilógrafo de segunda, como na altura da independência.”* P. 25)

Afinal, o discurso terapêutico, univocal, cabe ao cão, porta-voz do autor e o verdadeiro socialista, sem “esquemas”: *“Era um cão socialista, isso de propriedade privada não era nada com ele”*. O cão é quem mostra o caminho de arrebentamento de barreiras, *“por isso era normal deixar entrar todas as pessoas na minha casa”* (p. 25). No fim, o cão ganha a sua liberdade, o desejado destino da nação, e foge sempre longe desse “dono” cruel (*“bazava a sete patas”* p. 26), dono do prevalecente discurso do poder ditatorial e da violência.

“Luanda Assim, Nossa” apresenta a capital como um espaço problemático em plena decadência, o que constitui uma gritante dissonância com o espírito de nação nova. A nível físico, os esgotos não funcionam, as ruas parecem queijos, árvores imitam ovelhas da Europa, tosquiadas, rentes; ratos confundem-se com coelhos, os passeios sujos, prédios a feder de podres, luz elétrica sempre com falhas, jardins mortos, ..., uma verdadeira visão apocalíptica.

Já a nível humano, a substância e o tecido sociais se apresentam em desordem (*“Luanda não é uma cidade para um cão andar – é uma confusão – exclusão pela condição criada pelo homem”*, p. 30) e carcomidos pelo verme de tribalismo, racismo, discriminações várias, e pela intolerância étnica e religiosa. Imperam pancadas entre etnias, como a monumental entre os malanjinos e os catetenses, *“tudo no seio da Igreja Protestante”* (p. 30). O Malaquias, saído da grande

pancadaria, é o único malanjino “tolerado” – *“bom amigo apesar de malanjino”* (p. 29) – e mesmo assim, categorizado junto com bichos: na casa do narrador, não entra *“nem cão, nem gato, malanjino.”* (p. 30). Esta zoomorfização do outro, subalterno ou excluído, determina o teor das relações étnico-raciais que, às vezes, opõem negro e mulato: chefe mulato tem medo de negro oficial; mulato tem medo de ser chamado pequeno burguês. Ao todo, a base da categorização e discriminação entre os seres humanos de identificáveis unidades é puramente preconceituosa, mostrando a diversidade étnico-racial como negativa e responsável pelos males da sociedade babilónica:

Como querem que ponham esta Babilónia em ordem se aqui vivem malanjinos, ilhéus,... e até mulatos? Dos brancos já nem se fala – é uma confusão - angolanos (dizem) suecos, franceses, soviéticos, brasileiros, cubanos, portugueses – isto é, o problema reside na diversidade da população angolana – estrangeiros, autóctones, situação ou condição física de Luanda (esgotos, etc.) p. 31.

A tentativa de exclusão na nova nação de várias categorias de gente – os chamados “não-filhos da terra” versus “nós os genuínos”, por preconceito, predomina na maioria dos discursos, em que constam também a corrupção, o adultério, a violência, etc.

Por outro lado, o discurso desconstrutor, prometeico e unificador do autor prima pela libertação das mentalidades do discurso prevalecente através da denúncia, ironia, sátira e defrontação, plasmando a noção de nação, ou seja o caminho a ser percorrido numa viável noção de nação.

Após a exposição dos sintomas vem uma tentativa de diagnose e de prescrição de cura, pelo exemplo do cão. O discurso remediador é conciliador, e procura passar a limpo a quadro das relações entre os grupos e classes, recorrendo ao processo de remetaforização dos entes, no sentido mais amplo – seres humanos, bichos (como o cão), plantas (como a buganvília), espaços físicos e culturais, períodos históricos,

etc.. Portanto, se, no discurso prevalecente, *“estes cães são os que os policiais usavam para nos caçar antes de 61 e sobretudo depois [e] estão treinados para morder os patrícios”*, o novo discurso reconhece que *“isso foi há muito tempo. Este cão é novo, já nasceu depois da independência. ... Já é filho de Angola independente.”* (p. 32).

Mesmo quando, na dúvida, a voz prevalecente pergunta, *“E não guardou no sangue os ódios antigos?”*, insistindo que *“filho de cobra é cobra”*, o discurso de desconstrução responde com outra pergunta: *“Então porque não nos mordeu?”*, a constatação recebendo o carimbo do sumo ideólogo do socialismo, Karl Marx: *“primeiro a barriga, depois as ideias e os sentimentos.”* (p. 32).

3. Síntese

Os termos da dialética entre os dois sistemas de discursos se multiplicam por onde passa o cão, mas o ideário continua o mesmo. Trata-se de um projeto de inclusividade total de todos os componentes presentes na nova nação, devidamente apurados e transformados, não sob impulso de comodidade, nem em elogio da ignorância, mas através de uma nova consciência questionadora de todo e todos quanto se apresentam não só no espaço, como no imaginário (“toninha”) dos que habitam esse espaço geopolítico que passou, em momento dado, a ser chamado Angola, sem *provisos* e *a prioris*. Se, por um lado, *“até o filho de colono aceitamos como nosso,”* (p. 32), por outro, implica a valorização especial das línguas e culturas autóctones (*“Vou contar sobre meu cão, mas só em quimbundo. O camarada traduz para a língua que quiser”* p. 167) outrora preteridas pelo sistema subalternizante do poder colonial, e a africanização do branco e a sua herança.

José Carlos Venâncio (1992, p. 19-20) distingue a angolanidade da identidade nacional, declarando que a primeira *“é o sentido subjetivo do conceito”*, que *“encontra no longo historial da sociedade crioula um ponto de referência para a projeção no futuro”*, sendo a obra de Pepetela considerada exemplar no retrato

dessa dimensão futurista. Pepetela, afirma Venâncio, *“constrói a sua utopia, equivalente em termos sociais à nação, partindo da experiência que lhe é fornecida pela sociedade crioula”*, mas que na utopia pepeteliana, ao contrário da de Thomas More (para quem a utopia está nos antípodas da sociedade real, *“assistimos ... a uma antecipação do futuro que está em perfeita continuidade com o seu tempo presente”*, ainda porque *“caldeada pelo dia a dia do angolano”*. Trata-se duma busca que, para brancos como Pepetela, implica uma certo grau de suicídio de raça (a africanização do branco acima referida), ou, como quer Venâncio, *“um desvanecimento do eu-branco em função de uma totalidade onde o elemento negro desempenha o papel preponderante.”* (Venâncio, 1992, p. 20). Eis a essência da toninha, uma nova nação crioula cujos contornos desafiam qualquer esforço de definição ou configuração *a priori*.

Isso tudo não chega fortuitamente, tão forte perduram as taras de antigamente. Urge a intervenção de um escritor como Pepetela, de alma aberta e sensibilidade aguda, para instigar o processo dessa transformação, apresentando a nação como macrocosmo dos mais pequenos microcosmos, revelados pelas andanças do cão, não acima do leitor mas junto com ele, fazendo o que Inocência Mata (2001) denomina *“a representação satírica do real”*, denunciando, gozando, ironizando e, principalmente, inculcando uma noção holística de nação. Adaptando a ideia desse papel messiânico de que fala Pires Laranjeira, o escritor *“ganha consciência de que, com sua voz, pode ser ‘aquele por quem se espera’, dando corpo ao desejo coletivo dos que, ..., como ele, podem afirmar, no intuito de recuperar a plena posse da terra e dos bens e determinar o destino do povo: ‘Havemos de voltar’.*

Dessa missão prometeica do escritor fala, igualmente, Roderick Nehone (1997) em discurso sobre *“Literatura e Poder Político”*, lembrando que,

“São por todos conhecidos os condicionalismos históricos que propiciaram o despontar da nossa literatura, bem como os que lhe deram conteúdo. Nessa altura, o seu paladar contestatário refletiu o contexto político e social de repressão colonial em que se anunciou, no qual a condução da luta pela

emancipação social não seria possível sem a aquisição dos conhecimentos que ao longo da história da Humanidade prepararam os homens para semelhantes batalhas. Por sua vez, este tirocínio intelectual fez dos políticos, muitas vezes literatos, os mais avançados intérpretes da vida do povo, os seus melhores cantores através da escrita, os mais qualificados agentes para, sob a fachada da ficção, despertar os seus concidadãos para a gesta libertadora. (grifos nossos).

Para um tal despertar, urge uma revolução canónica que atinja não só a estrutura ou o formato do género como também a semantização dos signos e símbolos, como faz Pepetela em *O Cão e os Caluandas*. A este respeito, convém invocar a nossa observação sobre o processo da formação da identidade brasileira que, de maneira semelhante, mas em escala bem maior, requer este processo de remetaforização:

As crises e os desafios da modernidade nos convidam, como bem afirma Astor Antônio Diehl, a um "trabalho de memorização, traduzido na ressubjetivação e repositivação do passado". Isto não implica a ficcionalização, mas sim, uma reconstituição do passado, tirando a poeira das verdadeiras estruturas materiais e sociais, com o fito de reconstruir uma autêntica identidade acolhedora e otimizada de todos os elementos constitutivos. É um exercício em que, de novo nas palavras de Diehl, "a noção de identidade precisa ser antropologizada com o objetivo de ampliar seus aspectos de possibilidades, saindo-se assim da conceitualização de identidade como meramente ideológica." (Gadzekpo, 2007, p. 271-272)

Na nação angola pós-colonial (tal como no Brasil), remetaforizar as identidades e os recursos nacionais implica a ornamentação de signos e significados de determinados grupos sociais étnicos, e de determinados espaços tempos, privilegiando uma recolonização das experiências do cotidiano, especialmente

levando em conta a profunda crise atual de valores modernos e seus respectivos projetos de futuro, como postula Diehl (2002, p. 113 et seq.):

O trabalho de memorização não se limita ao passado. Melhor, trata-se dum dinâmico conceito do passado que se projeta no futuro, mantendo-se nos andaimes do presente, de tal forma que estabeleça-se uma ontologia de complexa contemporaneidade identitária em que "o futuro torna-se cada vez mais presente, ...", e "..., o investimento é reconstruir o passado pela perspectiva de futuro no passado."). (Diehl, 2002; p.113).

Implica, a nível de ação concreta, a queda de tabus e estigmas, e uma reordenação da vigente escala de valores e, a nível imaginário-espiritual, a incorporação de enigmas que, ao que tudo parece, não coadunem com um projeto tão manifestamente telúrico como a construção de uma nação.

Requer a harmonização do microcosmo no macrocosmo, do individual no público mas, no contexto de um ideário nutrido pelo incerto "que o espelho do sonho indefectível deixa que se vislumbre para lá dos 'oceanos da vida', em busca de uma verdade maior que a vida⁵⁴.

Ao nosso ver, *O Cão e os Caluandas* de Pepetela constitui um esforço literário neste sentido.

4. BIBLIOGRAFIA

Belleau, André (1987) « Du dialogisme bakhtinien à la narratologie » Études françaises, vol. 23, n° 3, p. 9-17.

<http://id.erudit.org/iderudit/035722ar>

Bense, Max e Walther, Elizabeth (1975), *La semiótica: guia alfabética*. Barcelona: Ed. Anagrama, p. 31, citado por Carlos Reis, *O conhecimento da literatura: Introdução aos estudos literários*, Coimbra: Almedina, 1997, p. 135.

⁵⁴ Martinho, 1993, p. 49.

Diehl, Astor Antônio. (2002). *Cultura Historiográfica: Memória, Identidade e Representação*. Bauru, SP: Editora Universidade do Sagrado Coração – EDUSC.

Gadzekpo, John Rex Amuzu, (2007), “Entre o Cordel e o Pau-Brasil: uma metáfora diacro-sincrônica do Brasil”, in Niyi Afolabi, Márcio Barbosa, Esmeralda Ribeiro (org.), *A mente Afro-brasileira: Crítica literária e cultural Afro-brasileira contemporânea*, Trenton, New Jersey/ Asmara, Eritrea : Africa World Press,(p. 271-296).

Kandjimbo, Luís (1997), *Apologia de Kalitanji* (ensaio e crítica), Luanda: INALD, p. 205

Laranjeira, Pires, “Literatura, cânone e poder político”

<http://www.ueangola.com/index.php/criticas-e-ensaios/item/82-literatura-canone-e-poder-politico.html>

MATA, Inocência, 2001 “A representação satírica do real na Literatura angolana”, in: *Literatura*

Angolana - *Silêncios e Falas de uma Voz Inquieta*. Coleção “Ciências Humanas e Sociais” Série

Línguas e Literaturas n. 2. Luanda: Editorial Kilombelombe Limitada.

Macêdo, Tânia (1997), “Caminhos da escrita de uma cidade: a presença de Luanda na literatura angolana contemporânea”, Monografia, São Paulo: USP/UNESP.

Martinho, J. B., (1993), “Uma leitura de *O Cão e os Caluandas* de Pepetela”, in *Vértice*, nº. 55, Julho-Agosto. (p. 43-49).

Nehone, Roderick (1997), “Literatura e Poder Político”, discurso em Luanda, Dezembro de 1997.

Pepetela, *O Cão e os Caluandas*, 2ª edição, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

22. LUÍS GAIVÃO, Mestre em Lusofonia e Relações Internacionais –
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias **LISBOA, PORTUGAL**



LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO

Mestre em Espaço Lusófono: Lusofonia e Relações Internacionais. Dissertação: *CPLP: a Cultura como Principal Fator de Coesão*. ULHT, Lisboa 02 de Julho de 2010.

Adido Cultural nas Embaixadas de Luxemburgo, Bruxelas e Luanda. Abriu o Centro Cultural Português de Luanda (1996) de que foi Diretor até 2001, ano em que foi transferido para o Luxemburgo, onde também foi Diretor do Centro Cultural Português, até 2006.

Produziu centenas de eventos culturais em todas as áreas da cultura: belas-artes, música portuguesa clássica e ligeira, literatura portuguesa, história, filosofia, poesia, pedagogia, gastronomia, didática, e ações nas áreas das bibliotecas, do teatro, da dança, da moda, do folclore, etc.

Colaborou com entidades culturais internacionais: Luxemburgo, França, Espanha, Bélgica, Catalunha, Hungria, Brasil, Cabo Verde, Angola, RD Congo, Alemanha Federal, Cuba, Madagáscar, Reino Unido, etc.

Participou em congressos em representação de Portugal e em nome pessoal, nas áreas da cultura, da educação e da língua portuguesa.

Foi em 1995, cooperante na área da Educação de Adultos, em Cabo Verde.

Professor de origem, foi Assessor do Secretário de Estado da Reforma Educativa, em 1990-91 (Pedro d'Orey da Cunha, sendo Ministro Roberto Carneiro),

e Presidente do Conselho Diretivo. Tem várias obras publicadas, nos campos literário e científico, e é autor de textos de especialidade cultural e da língua portuguesa.

Tema 2.9 A CRIATIVIDADE EXPRESSIVA NA OBRA DE MANUEL RUI,

Manuel Rui é um dos autores mais representativos da literatura angolana. Neste trabalho pretende-se demonstrar a riqueza do percurso literário do autor, desde o início dos primeiros trabalhos, de cariz fortemente político-interventivo aquando do período da formação da nação angolana, até ao momento presente, em que se denota um autor muito mais amadurecido e muito mais crítico em relação à evolução social, política e cultural de Angola e dos angolanos.

É através das descrições da natureza do País, das intervenções cheias de vida dos personagens das suas obras, imagens reais da angolanidade atual, que Manuel Rui nos transporta a uma literatura de cariz popular, de recursos de estilo abundantes, com uma originalidade de expressões e de situações permanente, e com a presença infindável de sabores, cheiros, afetos, credences, humor e costumes angolanos.

Com o recurso à oratura, a sua sensibilidade apurada transmite-nos a impressão de estarmos diante de um mestre espontâneo da ironia e de um crítico contundente perante as injustiças.

Temas como a independência e as perplexidades perante os factos que lhe sucederam, bem como uma reflexão sobre a ação e os comportamentos dos antigos colonos são percorridos, agora, com a distância do bom senso, ao mesmo tempo que não poupa a corrupção, nem a política, e coloca perante o leitor as dúvidas naturais (existência, Deus, amor, ternura...) dum povo que atravessou 41 anos de guerras inimigáveis.

Grande vulto da lusofonia, Manuel Rui pertence àqueles que mais têm contribuído com o sabor tropical, vivo, picante, criativo, da sua escrita, para a inscrição das falas populares, como possível futuro linguístico do português de

Angola. Tem várias obras publicadas, e é autor de textos de especialidade cultural e da língua portuguesa.

1. Introdução

Afirma Schwanitz (2005, p. 20) que “a produtividade da linguagem provém da relação erótica entre dois princípios: a sintaxe e a semântica”, um princípio que se aplica, por inteiro, à obra literária de Manuel Rui.

1.1. Um escritor polígrafo.

Este escritor angolano, nascido no Huambo em 1941, cuja extensa obra merecia mais estudos e maior aprofundamento, logo que estudante de Direito, em Coimbra, deu início aos trabalhos literários que nunca mais pararam.

Com a independência de Angola, doou ao País a letra do hino, elaborou letras de canções de compromisso ideológico, escreveu muita poesia revolucionária e ocupou cargos de relevo político na ocasião, ao mesmo tempo que se desmultiplicava em ações de caráter jurídico umas, e outras muitas, de caráter cultural. Foi membro fundador da “União dos Escritores Angolanos - UEA”, da “União dos Artistas e Compositores Angolanos - UNAC” e da “Sociedade de Autores Angolanos - SAA” e exerceu cargos académicos para a consolidação da nova realidade político-cultural-social que o Estado e a nação dos angolanos apontavam como necessário organizar.

Depois, Manuel Rui, continuando, embora, no exercício da advocacia, nunca mais abandonou o texto literário: como crítico, ensaísta, cronista, poeta, romancista, conferencista e, igualmente, escritor para teatro e cinema.

1.2. Amadurecimento do autor.

Desde os primeiros tempos da luta ideológica ardente, *11 Poemas em Novembro* (de 1976 a 1988) em que, como bem escreve Laranjeira (1995, p. 164) “entre a ilusão do real concreto e o concreto da ilusão ficcional, a ideologia do enraizamento, enquanto modo de identidade, crava no texto as suas garras...” (...) sendo os elementos fulcrais do enraizamento “os signos da terra, povo, língua, sangue, raça e da tríade nação-pátria-Estado”, Manuel Rui inicia uma evolução no sentido de maior reflexão e ponderação temáticas, através de novos escritos que, já com a utilização de processos estilísticos e ficcionais mais elaborados, passam a incluir a ironia e a crítica, como refere, também Laranjeira (1995, p. 165) “os escritores não criticam os fundamentos da nação, porque os aceitam, mas encenam a crítica do fundamentalismo através do humor pícaro, costumbrista, social ou cultural.”

É o que se pode denotar em *Quem me dera ser onda* (1982), ou *Crónica de um Mujimbo* (1991) e assim por diante, em todas ou quase todas as produções subsequentes, onde a crítica social se instala de vez, atenta às novas realidades que vão emergindo do decurso dos tempos e da evolução sociopolítica angolana.

E é dessa mesma realidade que Manuel Rui, em cada nova obra que publica, nos comunica, de forma plurifacetada, aqui mais realista, ali mais regionalista, poética ou mágica, os sentimentos, sofrimentos, frustrações e as alegrias que atravessam os diversos povos constituintes de uma nação que é possuidora da enorme riqueza dos seus inúmeros contrastes humanos e naturais e, infelizmente e ao mesmo tempo, tantas diferenciações sociais e económicas, muitas delas não só explicitadas nas falas e pensamentos dos inúmeros personagens, mas igualmente pelas situações expressas na sua muito vasta obra ficcional, onde recorre aos mais variados processos estilísticos.

Neste percurso, o amadurecimento do homem e do escritor são flagrantes, assim nos indicia a análise da sua escrita, onde a seriedade das denúncias sociais, das contradições políticas dos regimes (primeiro, o do partido único e depois o da democracia liberal) e das caricaturas dos seus agentes, se cruzam com a descrição da genuinidade cultural dos populares (agricultores e pescadores preferentemente,

mas também cidadãos anónimos urbanos), ou com as questões culturais herdadas do processo histórico, antes e depois da independência, com os preconceitos culturais, tudo isso através de uma literatura onde prevalece uma infindável admiração pela incomensurável variedade e natural beleza do país, onde perpassam rios, bichos, praias, árvores, espíritos, chuvas, céus de paletas admiráveis, cheiros e sabores fortes e sensuais, num nunca mais acabar de sinestésias e, sobretudo, onde se denotam infindáveis expressões curiosíssimas, de criatividade permanente e efeito estético conseguido..

2. A criatividade expressiva.

2.1. A utilização da oratura. *Espíritos/cazumbis*.

A oratura é um recurso cada vez mais frequentemente utilizado pelo autor. Em Angola, como em toda a África, o pensamento africano encara diversas noções filosóficas de um modo distinto ao do eurocentrismo planetário. Desde logo uma ideia de tempo e espaço mais lata e de dimensões muitas vezes metalógicas, as crenças, os cazumbis/espíritos, a sua presença na realidade quotidiana que comanda as chuvas, os rios, as atividades humanas, e a própria noção ontológica do homem-sujeito com valor de totalidade, intrínseco em si mesmo, longe do homem-objeto a quem a atual civilização global espartilhou no agregado das suas componentes várias (inteligência, afetividade, saúde, educação, profissão, escalão social, etc.).

É, sobretudo, através da oratura que se denotam as marcas mais evidentes deste pensamento africano, mas é também necessário estar atento aos sinais, pois que, no mundo globalizado o pensamento tende a ser universal, ao arrepio das tradições africanas, onde, como tão bem descreve Grosfoguel (2009), o pensamento é anti-hegemónico e antifundamentalista, inserido num mundo pluriversal, antidesígnio universal abstrato.

E Houtondji (2009, p. 123, nota 5) refere que se deve prestar mais atenção aos “modos e dispositivos concretos através dos quais o conhecimento é transmitido sem

recurso à escrita tal como ela é usada no Ocidente. Por esta razão, devem ser chamadas, como sugeriu o linguista francês Maurice Houis (1971), *civilisations de l'oralité* – civilizações da oralidade.”

Ora em Manuel Rui surgem constantemente discursos de oralidade onde aparecem diversos sinais desta realidade diferente africana, sobretudo nas obras mais recentes, como *Rio Seco* (1997), *A Casa do Rio* (2007) e *Janela de Sónia* (2009).

Por outro lado, quanto à escrita deste autor Manuel Rui, encontramos-nos diante dum estilo peculiar, que marca à saciedade as características das falas e da e literatura que a língua portuguesa reveste nos povos do território angolano, bem diferentes do português de Portugal.

Como aponta Mingas (2000, p. 11) “a realização da língua portuguesa, em Angola, dá-se numa situação de plurilinguismo (nível nacional) e de pluri ou bilinguismo (nível individual)”, e ainda, segundo a mesma autora (2000, p. 21) “devido ao fenómeno da adaptação constante e frequente da estrutura da língua primeira (ou materna) à da língua segunda, constata-se diversas alterações fónicas e morfossintáticas na língua segunda”.

O anteriormente apontado reflete-se, pois, fortemente, nas falas dos personagens da bibliografia de Manuel Rui que, com imaginação prodigiosa e domínio absoluto da escrita, vai criando interessantíssimas expressões que vão, pouco a pouco, não apenas exprimindo o falar do português angolano, como também acrescentando de enorme espontaneidade e criatividade o léxico português nacional angolano, com mil e uma palavras novas e introduzindo alterações ao léxico, sintaxe, semântica e recorrendo à oratura tradicional e oralidade coloquial.

Em negrito, seguem-se as partes mais significativas de algumas passagens:

Em *Rio Seco*, p. 269, podemos reparar no elogio da oratura e do pensamento tradicional: “*vou-vos ensinar estórias e cantigas bem lindas que aprendi na minha mãe que ela tinha aprendido na minha avó*”

Idem, em *Um Anel na Areia*, p. 153: “*Isso era da tradição uma pessoa quando chega na família deve contar falar mais que alissopo, uma espécie de relatório e*

alguém de brincadeira grita alupolo! E responde o coro luye! É como estamos a receber família tem sempre uma estória para se contar ou conta quem chega ou conta quem recebe que alupolo traduzo querem uma estória! E luye é queremos!”

Em *Estórias de Conversa*, p.14, reparemos, para além da transcrição do pensamento tradicional, as alterações ao léxico e morfossintaxe, “*mal o galo se caiu morto no lugar dele se desfeitiçou na própria pessoa que andávamos tanto tempo atrás...*”

Em *A Casa do Rio*, p. 167, também podemos observar o pensamento tradicional e alterações lexicais, “a madrastra, que afinal era feitiçeira, uma eyambi, aparecia e desaparecia em cima de um pau de uma árvore grande, na maneira de onça, saltava de um lado para o outro do caminho, focinhava os dentes, aticava as garras de fogo e aparecia no mato.”

Em *Janela de Sónia*, p. 131, veem-se utilizações lexicais e alterações semânticas, tal como na p. 264 e, na p. 11, a noção do tempo africano. “*E eram estórias de apardalar as vistas, deixar os ouvidos esquecidos na espera do final e por vezes, comungadas com gestos de raiva e lágrimas.*”

Na p. 264 “*A estória de dona Garacinda se mudar de voz e de expressão para feitiçar o vento e arrepiar as pessoas em janela de Sónia...*” e p. 11 “*A guerra havia feito um corte no tempo, como se o tempo só tivesse nascido com a guerra e a independência, um tempo que não se sabia bem se era hoje afundado no medo e sem sentido.*”

Manuel Rui apresenta, pois, o recurso muito frequente à oratura e, através desse processo, às tradições, costumes e magias, porque conhece bem que também é por essa via que se fará a recuperação das culturas esquecidas pelo mediatismo da globalização, e que, no entanto, permanecem vivas e bem arreigadas na identidade dos povos de Angola.

E, ainda sobre este tema, escreve, também, o autor, ainda em *Janela de Sónia*, p. 334 “*A nossa maior riqueza cultural é a tradição pela palavra, a oratura. Há sempre uma pessoa que inventou, criou, isto é arte, deve ser preservado e neste caso, a dona conta muito bem e a estória é muito bonita...*”

2.2. Originalidade expressiva.

A originalidade expressiva é uma das mais vivas e peculiares qualidades estilísticas com que Manuel Rui vai apresentando as diversas temáticas que atravessam a sua obra.

Caraterística comum a muitos dos escritores lusófonos, dos PALOP e Brasil, esta predisposição para introduzir inovações com recursos vários localizados na oratura e nas linguagens coloquiais, na sequência da adaptação da língua materna à língua segunda, e também na adaptação de sentido contrário, provocam a formação de neologismos e alterações a nível sintático que vão criando e reforçando as marcas específicas nas variedades do português de cada um dos países da CPLP.

Vem a propósito desta capacidade original caraterística das literaturas e das culturas lusófonas, afirmar que na sua expansão pelo mundo os portugueses exerceram, dadas as suas caraterísticas de povo de fronteira marítima no Sul da Europa e visitado por inumeráveis influências do Norte europeu, do Oriente Médio e do Norte de África, uma colonização que teve, para além dos aspetos negativos de opressão social, económica e política, alguns aspetos mais positivos, como os da miscigenação física e cultural.

Esta atividade de verdadeira interculturalidade forjou a mestiçagem brasileira e as outras mestiçagens nos locais onde a presença de portugueses, sempre diminuta e por isso mesmo sempre necessitada de população, os levou, por necessidade e/ou por curiosidade e sensualidade bem desperta, ao cruzamento com outros povos, de África, da América, do Oriente.

Igualmente é importante referir que a colonização portuguesa, mesmo após a obrigatoriedade de ocupação dos territórios coloniais decretada pela Conferência de Berlim de 1885, realizou-se sobretudo nas margens litorais, pouco tendo penetrado nos *hinterlands* dos países africanos, facto que só nos meados do século XX veio a suceder com efetividade.

Daí que as comunidades lusófonas mais importantes, tirando o Brasil independente desde 1822, se tenham situado em Goa, Cabo Verde, São Tomé, Luanda e Benguela e, em menor escala em Moçambique, locais esses, precisamente, onde a população portuguesa menos se revelava ausente.

Venâncio (1999, p. 86-87) escreve que *“A prática de uma política de assimilação cultural precoce surgiu assim aos olhos do poder central em Lisboa e aos olhos dos próprios portugueses, que nos diferentes pontos ultramarinos lutavam pela sua sobrevivência, como uma forma de suprir a falta de braços e dar a volta pelo lado cultural à concorrência económica que as outras potências coloniais faziam a Portugal.” (...)* “

Nos anos 20 e 30 se fazem ouvir vozes nativistas. Uso aqui o conceito de nativismo no sentido que o etnossociólogo alemão W. E. Mühlmann (1964, p. 323 e sgts.) lhe atribuiu, i. é, como um movimento coletivo em sociedades colonialmente dominadas, visando uma emancipação espiritual, não tanto política, mas sim mais religiosa e reformista. É com o nativismo, ainda segundo Mühlmann, que *“o colonizado se começa a expressar numa maneira própria, vendo então tal movimento como que uma fase do pré-nacionalismo. O nacionalismo, por sua vez, seria já um movimento da intelligentsia.”*

Estes intercâmbios culturais e estas miscigenações, proporcionaram as necessárias aberturas de ideias e de espíritos, e esse processo chamou para as representações culturais as caraterísticas de cada um dos povos em contacto: a alegria contagiante de uns, o culto dos espíritos, as tradições, as músicas, dança, gastronomia, religiões, línguas, sensualidades, enfim um espírito de convívio especial que deu em lusofonia em que uma das caraterísticas fundamentais é, precisamente, a forte originalidade das expressões culturais lusófonas, literaturas à cabeça.

Manuel Rui é um dos exemplos paradigmáticos destas caraterísticas tão evidentes de criatividade e originalidade.

Alguns exemplos, criativos e originais no campo semântico e morfossintático (apresentados em negrito):

Em *Memória de Mar*, p. 73 “Sempre me encantaram os sincretismos por serem mais maravilhosos do que os elementos que os integram – disse o sociólogo extasiado.”

Em *Rio Seco*, p. 10 “... a mulher permanecia sentada sobre a trouxa grande em que se descobriam, debotados, por velhice e uso, os pálidos vermelho, preto e amarelo do pano. Da maneira como ela exagerava a abertura das pernas e obrigação de chumbar bicos dos pés na areia, não enganava nenhum bicho, mesmo sem de alarme vidente, que estava toda entregue à guarda de suas embambas encofradas por dentro do pano”.

Na p.11, “A sopra do vento mexido de fugida, passar só sem ficar batendo, foi esquebra de arder melhor o tabaco no sabor e ela tão bom no fumo aberto sem se perder o cheiro de cheirar o mundo mundão, fugido de infelicidade”

Em *Quem me dera ser onda*, p. 33, “O sol faltava só um bocadinho da roda encarnada dele desaparecer lá no fundo onde mar não tinha fim.”

Em *Rio Seco*, p. 270, “Não ventava e os coqueiros e casuarinas estavam a aceitar a chuva como que adormecidos por hábito. Sem se sembar na dança dos troncos nem se cudurarem nas ramagens” e p. 331 “Sereia rainha do mar e amantizada com ele no testemunho da estrela, do vento e das calembas que faziam pensar que o mar daquelas águas só tinha fim no seu princípio.”

Em *Da Palma da Mão*, p. 11 “... provocando gula ensalivada na boca dos candengues [crianças] esfarrapados.”

Em *Saxofone e Metáfora*, p. 25 “Falando na maneira de contar um bocado sem dizer sobre.”

Em *O Manequim e o Piano*, p. 294 “O cacimbo também se embrulhava no céu fingido de se encolher com medo de dar volta na nuvem e perder o calor das estrelas com a noite penetrada nas narinas de Alfredo e Vander mais o cantar escondido dos grilos.”

Em *Estórias de Conversa*, p. 48, “Uma cabritona com vinte e cinco anos que nunca pariu. Tu conheces os meus seios que eu até nem uso sutiã e os carros param a ver os meus passos de passar.”

Em *A Casa do Rio*, p. 9, “Na maneira daquela perguntação, na desfala ziguezagueada das tábuas...”

2.3. Uma sensibilidade apurada.

Manuel Rui possui uma sensibilidade apurada e a capacidade de observação não apenas da mãe-natureza, mas sobretudo na captação das ‘intencionalidades’ no que se refere aos pensamentos de homens, mulheres e crianças.

Naturalista, descreve e pinta as paisagens como impressionista de fina paleta ou, como psicólogo, lê os pensamentos para além das atitudes.

Senhor de técnica literária e estilística, utiliza toda a gama de figuras de estilo, a ironia, o eufemismo, a metáfora, a personificação, o animismo, a comparação, a sinestesia, etc., sendo que uma das maiores qualidades presentes na sua bibliografia é a sensibilidade extrema com que, puxando do seu extraordinário pincel/caneta e com a facilidade mais espontânea deste mundo, traça os mais belos quadros naturais ou constrói as mais ricas e variadas personagens humanas.

Esta sensibilidade, atenta à realidade social envolvente, não poupa críticas merecidas nem se deixa dominar por receios. Manuel Rui é um homem que se coloca do lado do narrador, vê, descreve e comenta, geralmente através dos diálogos dos personagens.

Quanto à natureza, alguns exemplos, igualmente destacados em negrito:

Em *Rio Seco*, p. 9 “O mar abria boca-réstia de sono ainda em maré baixa a espreguiçar-se, sono lentamente sob o sol sem nuvem. Esteira de dormir qualquer liturgia mesmo de difícil, um esse porém afafalhado imenso de se apresentar sem vaga, na areia da beira-praia, em desinteresse de pureza pisada de ilusão.”

E na p. 29 “o sol declinava já a mangonhar-se rendido aos pés das primeiras passadas da noite e largando uma madeixa vermelha espalhada por sobre o horizonte, de tom amenizando-se na orla de roxo para o azulamento desesperado das estrelas...”

Em *O Manequim e o Piano*, p. 7, podemos ver-ouvir “os zigue-zagues das faíscas onde o granizo também musicava.”

Em *Estórias de Conversa*, p. 28, a expressão popular da forma sintética do adjetivo e a riqueza literária “O tempo era muito ótimo de sol e do lado esquerdo via-se o mar dobrado em espuma e a navegar sozinho.”

Na *Casa do Rio*, p. 99, eis como se descrevem faíscas intermitentes, “Só relampejava quase de pirilampo.”

Em *Ombela*, o texto poético também revela a chuva, p. 46 “O corpo todo do céu já beijei e beijo o corpo todo da cabeça aos pés do céu. O corpo todo da terra já beijei da cabeça aos pés da terra no orgasmo completo e simultâneo do trovão e faísca. Eu sou assim uma mulher que ama o amor da vida em água sem limite e sem morte. Sou mesmo a chuva.”

Em *Janela de Sónia*, a natureza vem personificada e com extraordinária força metafórica e sinestésica, “Assim que desmadrugou a luz no esfregar dos olhos e um galo começou, baixinho, quase no arrote de abrir canto...”

Quanto ao pensamento e aos sentimentos dos humanos, eis mais umas quantas citações reveladoras da grande atenção e sensibilidade de Manuel Rui:

Em *Memória de Mar*, p. 9, um pensamento filosófico, “A realidade é sempre mais de sonho que o imaginário.”

Em *Rio Seco*, p. 31, a vontade de isolamento, para pensar, “Também nunca hei de estar perto de nada, porque, quando isso me acontece, sinto por dentro, uma vontade de me afastar para longe.”

Ou, p. 20, a fidelidade à vocação interior, como valor em si, “Peixe-pescar quando a pessoa se gosta nisso é a vida inteira. Por nada do mundo se troca. Nem mulher, porque o mar também é mulher já te falei. Um dia vais ver. E eu aprendi só de pescador e vou morrer assim.” E ainda, p. 23, um pensamento sobre a psicologia feminina “Uma mulher é sempre uma mulher. Nem paz dos homens, nem silêncio das vozes lhe dá paragem no pensar assuntos.”

Ou, na p. 37, a original utilização de sabores, sons, ritmos, sombras e mar “Sentaram-se a intervalar de um para outro, gulosamente, garrafa e cachimbo de

sabor bem saboreado no som da boca de cada um. Os olhos no mar. À luz do candeeiro.” Ainda na p. 165, a filosofia numa dimensão alargada de humanidade, africana, ontológica, “Recebi-lhe. Da maneira como aprendemos na nossa terra. Mesmo que seja um inimigo. A pessoa que nos quer matar. Dei-lhe kissanga e comida. Aprendi isto com a minha Mãe.”

Em *A Casa do Rio*, p. 78, uma tirada crítica relativamente a certas atitudes religiosas e a morfo-sintaxe utilizada, curta e contundente, “Se não houvesse mentira não havia vida nem religião, a prima desculpe e peça perdão.”

Em *Janela de Sónia*, p. 11, a surpresa metafórica, “Até já morreu gente que estava a dormir e acordou morta. E na p. 78, o apelo à esperança e ao sonho, “Uma pessoa que já não consegue sonhar morre. Uma pessoa para ainda sonhar hoje e ter esperança tem que esquecer o que passou na guerra.” E, na p. 177, a construção poético-metafórica de grande estética, “A vida é muitas janelas que não se consegue contar.” E na p. 272, um pensamento bem angolizado “A vida é onde estamos e o que fazemos. Nunca o donde viemos e para onde vamos.”

Manuel Rui apresenta-se-nos, pois, como um descritor da natureza angolana, da terra e dos homens, do pensamento e da alma, um representante incontornável da literatura daquele país lusófono.

2.3. Um mestre na ironia.

Manuel Rui utilizou desde sempre a ironia e a satirização daquilo que, no seu pensamento, considera injusto ou vergonhoso. São os personagens que falam.

Logo nas primeiras obras, para citar um exemplo, *Quem me dera ser onda*, toda a estrutura narrativa se baseia nesse pressuposto irónico e é pelo uso da carnavalização e do grotesco que o escritor critica os gestos contrarrevolucionários dos moradores do prédio onde a cena se desenvolve, bem como os comportamentos sociais da pequena burguesia totalmente em contradição com o que apregoavam, como se a revolução fosse possível naquelas cabeças, com um porco “Carnaval da Vitória” a viver num 7º andar e a ser engordado para ser comida, na luta contra o

“peixefritismo” do mercado, única modalidade gastronómica possível na altura da revolução.

Eis, então, de entre o seu imenso repertório algumas interessantes passagens com o recurso à ironia (em negrito), não deixando de avisar que nos devemos precaver contra uma leitura linear daquilo que está escrito e que pode não traduzir exatamente o pensamento do autor.

Em *Rio Seco*, p. 14, brinca com o linguajar popular, sobretudo dos que pretendem falar em inglês, sem o terem estudado “*E tu onde aprendeste kimbundo? Isso é uma história para te contar depois. Eu também sei muitas línguas. Até afrikandar e xingrês. Uane, tu, tri, for...é contar em xingrês.*”

Em *Quem me dera ser onda*, p. 22, a sátira ao contrarrevolucionário pequeno burguês, lambe-botas do poder “*Carnaval da Vitória [o porco] era dos seres vivos que mais benefícios haviam tirado com a revolução.* E, na p. 27 “*O suíno estava culto, quase protocolar. Maneirava vénias de obséquio com o focinho e aprendera a acenar com a pata direita...*”

Em *O Manequim e o Piano*, p.108), avisa, “*...quando alguém dizia estamos juntos alertava juntos mas não misturados.*” E na p. 128, com extrema ironia, descreve a evolução pós-guerra, em que o marxismo dá lugar ao liberalismo, na fala de Vander “*Alfredo estás a desleninizar-te com passos à retaguarda contra aquilo que aprendeste na revolução.*” Na p.18, a crítica jocosa ao facto de, no presépio cristão aparecer um mago preto, um “favor” concedido pela religião dos brancos aos negros “*...o presépio com o Menino Jesus e a interpretação do Alfredo há uma coisa que nunca percebi o Menino Jesus branco e nesses barros de estatuetas lembro-me até bem bonitas aparecia no meio dos bois parece que uma das visitas era um bumbo [preto] também estou a exagerar Vander meu camarada nesse favor de aparecer um preto no presépio ainda estou a reclamar...*” Na p. 160, uma reflexão de suma ironia...e verdade, “*Pessoas que só têm um problema são pobres em problemas mas são ricas porque não têm muitos problemas! Aguenta esta!*”

Na *Casa do Rio*, p. 42, a ironia é utilizada contra os angolanos e tugas que, após fugirem de Angola, querem regressar e aproveitar-se, como aldrabões de rapina,

ainda por cima com laivos de neocolonialismo, “*...ficara com a sensação de que a conversa do camião e a basculante era só bardanço retornado, de muitos que, ficados na Melói [Portugal] faz mais de vinte anos, reapareciam com rancores e vividos como espertalhões na maneira dos tugas.*”

Em *Janela de Sónia*, ironiza com a morte, p. 14, “*Ainda se eu morrer e tu chorares quem fica imortal sou eu.*” Ou na p. 24, ironiza contra a infelicidade e destruição que as guerras pós-independência trouxeram aos angolanos, “*Porra prà Dipanda [independência] que até podia ter ficado o ovindele [brancos] todos em vez de andarmos aos tiros uns contra os outros que eu já nem sei quem é que disparou primeiro...*” E, na p. 189, a ironia utilizada no falar popular, alterações morfossintáticas, “*Se os colono nos maltratava nós não faz sentido uma guerra uns contra os mesmos ou uns contra uns.*”

Em todas as obras de Manuel Rui se denota esta característica para uma utilização do humor e da ironia. Trata-se de uma qualidade tipicamente angolana, que nos indicia o alto grau de inteligência dum povo que, apesar de todos os males que o afetaram na história, encontra no humor e no riso as armas para prosseguir a existência.

2.4. A expressividade na temática social – Crítica da sociedade angolana.

Todas as características que compõem a sociedade angolana são descritas e analisadas psicologicamente por Manuel Rui. Uma sociedade que sofreu a colonização durante séculos, a guerra colonial, a guerra civil subsequente e que atravessou regimes políticos ditatoriais de sinal oposto durante décadas, necessariamente acarreta dificuldades acrescidas na emancipação da componente civil, no equilíbrio da presença das várias culturas, etnias e ideologias que a enformam.

Como bem escreve Quijano (2009, p. 112), no que se refere à colonização portuguesa, aplica-se a ideia de que “*nas sociedades onde a colonização não conseguiu a total destruição societal, as heranças intelectual e estética visual não*

puderam ser destruídas. Mas foi imposta a hegemonia da perspectiva eurocêntrica nas relações intersubjetivas com os dominados.”

Manifestam-se, portanto, sentimentos contraditórios entre aqueles que conseguiram obter os ventos favoráveis das condições político-económicas, no aproveitamento da guerra para enriquecimento pessoal e todos aqueles a quem a história recente atirou para níveis de pobreza física e social desumanos, que são a maioria do povo.

É o que se depreende da história, nas narrativas de Manuel Rui.

De tal modo é complexo o entendimento da situação político-social angolana na atualidade que chegam a perpassar dúvidas, por vezes, nos personagens, sobre a razoabilidade da situação e alguns deles até manifestam se não seria melhor no tempo colonial...

Claro que o autor, quando, por vezes, dá a voz aos pensamentos daqueles que, na sociedade angolana se encontram mais fragilizados e desprezados e, por isso, mais descontentes, não tem outra intenção senão a de criticar a evolução que se produziu no País e que levou uns quantos, por oportunismo, a se locupletarem egoisticamente com as riquezas nacionais, em vez de lutarem por dotar o País com as condições necessárias e suficientes para garantirem um nível aceitável e razoável de vida para todos. Isto num dos países com mais recursos naturais de África e do mundo.

2.5.1. Em relação à temática dos colonos/colonização/guerra colonial.

Aparece, pois, como natural a constatação de que, também entre os colonos, havia bons e maus e que a guerra foi um engano terrível, ao mesmo tempo que pela acutilância do olhar do escritor é-nos possível descortinar as realidades. Mas atenção, sempre atenção à ironia. (Em negrito, as posições mais assertivas):

Em *Rio Seco*, p. 56, uma criança deseja saber a história recente de Angola, ele que apenas conheceu a guerra, e a velha Noíto, tenta, com dificuldade, explicar-lhe o que se passou: “*E o miúdo quis saber principalmente da guerra. Ficou boquiaberto*

quando ela lhe disse que antes daquela guerra já teria havido outra só contra os colonos. E porquê que havia guerra? Quem matava quem? As armas. Quem dava as armas? Ela, deveras embaraçada para as respostas uma por uma, preferiu contar na forma como bem sabia. O bombardeamento aéreo. As casas cobertas de capim a incendiar-se num fósforo repentino. Os meninos que ficavam sem os pais e as pessoas a fugirem atoamente, sem escolherem caminho, e a deambularem pelo mato fora, sempre em desespero pelo imprevisto. A fome. A sede.”

Na, p. 69, uma descrição viva dos horrores da guerra, uma constante nas obras recentes de Manuel Rui, “*Cada um nas fugas fugidas dos espirros de pólvora, rajadas, rebentamentos e o remorso, sempre nas entranhas dos parentes e amigos ficados, meio arder ardido no fogo posto da guerra, cada um por cada um, por instinto e por teimosia de viver.*” Mais consequências da guerra na p. 101 “*Tanta tristeza que chora na nossa terra...*”

Em *Na Palma da Mão*, p. 24, o linguajar do povo, herança lexical do colonizador “*Espera lá que já te fodo! Guida, desculpa estes impropérios herança do colono.*”

Em *O Manequim e o Piano*, p. 47, surge-nos a reflexão relativa aos tугas que partiram ou foram obrigados a partir, aos colonos, dentre os quais havia os que amavam, como filhos que eram, a sua terra, Angola, angolanos, ali nascidos, já nada tendo a ver com Portugal, “*Ainda gostava de saber onde andam esses meus colegas que já não eram tугas e agora devem ser por causa disto tudo que andamos com ele mais de vinte anos porra éramos todos miúdos por causa destas makas é a vida...*”

Na *Casa do Rio*, p. 240, avisa, para que se tenha cuidado nesta fase de reconstrução de Angola, aliás, com total razão de ser, pois é necessário que as coisas se façam bem feitas, “*Nem tanto ao tuga nem tanto a nós meios atugados.*” Na p. 91, de novo refere os colonos bons, com saudade, e aflora a noção diferente do espaço africano e europeu, “*Uns deixaram aqui gerações de trabalho e sacrifício e agora não são ninguém lá e aquilo não tem espaço para uma pessoa estender as pernas, e assim andam sempre encolhidos...*”

Na p. 43, porém, avisa para os que querem regressar agora, para enriquecer à pressa e com processos ilegais, *“Porra, que alguns de vocês aprenderam aqui com o tuga só as maldades e agora com as que aprenderam lá vêm aqui de ida e volta para nos enganar...”*

E regressa o tema persistente, na p. 307 *“«...Há gente boa em toda a parte do mundo, Juca.» «E também havia muito tuga bom aqui e foi de ponte [ponte aérea dos ‘retornados’], Nando, e que até já nem tinham nada com Portugal, só a descendência, mas eram mais daqui. A história é fodida...»”*.

Em *Janela de Sónia*, p. 198, chega a fazer o elogio do branco bom que ama Angola, país de várias etnias e de interculturalidades, *“...o senhor padre Matias, branco, é mais angolano do que eu, aqui é que fala a verdade, na minha fazenda, desculpe a estupidez deste aliás de branco e preto mas também se fôssemos todos da mesma cor éramos pior que as galinhas pedreses...”*

É, pois, constatado, na obra em análise, o facto de que havia bons colonos e maus colonos e lamenta-se o facto de, no caos da partida, em 1975, não se ter tido a oportunidade de exercitar a destrinça entre os que seria bom terem permanecido em Angola para a contribuição na construção do novo país e os que não o desejavam fazer. Apanhados na onda traumática da retirada, não se exerceu nenhum critério seletivo.

2.5.2. Em relação à temática da independência.

Manuel Rui expressa as perplexidades do povo, no que respeita à evolução social e política pós-independência de Angola. A utilização das falas pelos personagens revela-nos uma realidade dura e cruel que a propaganda oficial tenta escamotear, mas que o autor, com coragem, analisa e denuncia: os comportamentos sociais que se apresentam nos dias de hoje como injustos e desiguais que tanto castigam um povo bom que não é merecedor de tais afrontas. (A negrito, as passagens mais denotativas)

Em *Rio Seco*, p. 104, descreve incrédulo, como se vive em Luanda, após a independência, *“... morte lá na cidade, onde as pessoas viviam fogachando tiros e matando umas às outras só por causa da independência e disparavam os que queriam ser independentes contra os que também queriam ser independentes.”* E na p. 460, manifesta as “dúvidas” através duma fala, *“Sim senhor. A Independência começa a não deixar saudade.”*

Em *Saxofone e Metáfora*, p. 26, continuam a subsistir muitas “dúvidas” relativamente ao modo como os acontecimentos se deram, mas atenção que jamais se deve voltar atrás, *“Com as palavras de ordem que se gritavam e os hinos que se cantaram com o vê da vitória, Bons tempos! Dizem as pessoas que contam isto desabafando que pensavam que era a sério mas que não dá pra voltar pratasmente nem vale a pena, nossa como a gente se enganou.”*

E na p.33, regressa o pensamento relativamente aos colonos e a crítica aos que deles apenas copiam o mal, *“Então fica tudo como no antigamente e os que se garantiram nas casas dos brancos ficam como os brancos colonos maus que havia uns bons não é?”* Na p. 66, aborda a questão da justa distribuição das riquezas, que não podem ser só de uns poucos açambarcadores, *“...perdemos todos, brancos e negros e só meia dúzia é que estão de barriga cheia e aquilo dava para todos e sobrava, bastava que os que querem mais quando abrissem as torneiras para eles, fechassem para depois outros também tirarem o seu bocado, a questão é que abrem para se encherem e deixam as torneiras abertas sem que os outros lhes possam mexer.”*

No *Manequim e o Piano*, p. 134, atira-se em crítica mordaz aos europeus que “ajudaram” Angola, fornecendo as armas da morte, *“Final violentos são eles [europeus] que nos emprestaram as armas, emprestaram quer dizer, nos venderam como venderam as minas e agora cobram a desminagem das minas que venderam... é uma merda!”*

Na *Casa do Rio*, p. 264, conclui *“O colonialismo foi uma insónia. A descolonização foi um sonho. E agora a independência parece um pesadelo. De quem não dormiu e de quem sonhou...acordado.”* Na p. 148, no entanto, há alguns

sinais de esperança, “Onde acho diferença, de verdade, é na cara das pessoas, dá impressão que deixaram de andar com os olhos no chão e toda a gente circula como donos da cidade, o que não era assim antigamente.”

Em *Janela de Sónia*, p. 286, refere, com rara exatidão, o sentimento geral, “*«Independência não se troca, mas a nossa é muito triste.» «Não é a independência que é triste, a minha falecida irmã dizia que os angolanos é que estragaram a independência.» «Essa é pesada, mas é verdade, transformámos uma festa com todos, uma festa de alegria, numa tragédia de sangue e divisão das pessoas.»* E na p. 376 recomenda uma “nova independência”, democrática, de igualdade e sem medo, “*No quê que temos mais para acreditar? Independência não era festa? E então não é só morrer atoamente? O menino desculpa, mas temos de começar outra independência até acabar a guerra e a fome e as pessoas dizerem bom dia sem medo.*”

Manuel Rui é o porta-voz que coloca em campo as dúvidas de todos aqueles que, afastados dos meios do poder – o povo – vêm o país que tanto amam caminhar num sentido oposto ao dos sonhos e das lutas.

2.5.3. Em relação às temáticas da corrupção, violência e diferenças sociais.

Outros temas tratados insistentemente nas bocas dos personagens de Manuel Rui. É calamitosa a situação do País pelo que procede, igualmente, à sua denúncia. Fá-lo, sobretudo, nas obras mais recentes, onde este fenómeno atinge proporções desmesuradas.

Em *Rio Seco*, p. 35, faz a denúncia das investidas da polícia contra as vendedeiras nos mercados de rua, nos quais os agentes batem indiscriminadamente, nas vendedeiras e roubam-nas, “*E aquele mercado não era nenhum paraíso porque, quando se augurava, aparecia a polícia e desancava nas mulheres, banheiras a voar aí nas berridas-porrada apreendendo-lhes as coisas de mercar.*” E na p. 270, descreve o comportamento insolente do novo-riquismo nacional, dos “novos-senhores” do país “*Porque os ricos, meu Deus, são maus e só*

eles é que falam. Só eles é que sabem. Mas eu, em toda a minha vida falei aquilo que senti.” Já na p. 372, diz o inconfessável, em tom de desabafo triste, “*Quem me dera ser corrupto. Às vezes dá-me vontade para poder ser pessoa.*”

Em *O Manequim e o Piano*, p. 42, relata o modo de funcionamento do governo da cidade, comparando-o com o do governo da nação “*Aqui na cidade o governo deve estar como os outros bué de maçónicos da corrupção.*” E na p. 42, relata os males que advêm ao país por ser rico em petróleo, mas, com ironia, se refere que “*não se deve falar de política*”, é perigoso, “*Qual nada Vander petróleo não! Quanto mais petróleo pior vê só! E na nossa conversa não devemos embrulhar a política.*”

Já na p. 210 refere-se, novamente, que falar de política é perigoso, “*Depois de se chegar ao poder é o poder e o poder e o estado e o direito que estavas a falar é a pior filhaputice inventada mas também não quero entrar nessa caserna pá!*” Na p. 215 Manuel Rui indica o fim das ideologias e a chegada do único interesse, o dinheiro “*Porque acabaram as ideologias e o pessoal está todo do mesmo lado que é o do combú.*”

Em *Estórias de Conversa*, p. 86, volta a afirmar a incredulidade do que vem acontecendo a Angola, um país com riquezas suficientes para todos, “*Afinal Angola é muito grande. Só o mato que temos por aqui, faço ideia a caça e a fruta. Como é possível andarmos a fazer a guerra contra quem?*” E na p. 73 lastima a reviravolta operada nas novas gerações, que nada querem saber do passado “*...porque esta geração de agora nem quer saber daquilo que as anteriores passaram.*”

Na p. 145 explica o fenómeno de “mudança ideológica” progressiva dos dirigentes, sinal de que, afinal, era de oportunistas que se tratava, “*Houve malta que passou na mocidade, [Mocidade Portuguesa] e logo apanhou a seguir a jota éme-pê-lá, mas quase todos os miúdos que já no fim da funjistroika ah! ah! ah! Essa é boa, Nando! Sim, no fim da funjistroika, passaram de pioneiros para escuteiros, e na hora, os pais, todos marxistas, começaram a casar na católica, ah! Podes crer, Nando, que estás a falar bem e no fundo, na mocidade, nos pioneiros, ou nos escuteiros é mesma coisa.*”

E na p. 238, classifica, sem apelo nem agravo, os novos ricos oportunistas, *“Mas os nossos patrícios, quando ficam a cagar dólares, de um dia para o outro toca de irem comprar palácios na África do Sul, casas e montes em Portugal e até fazendas no Brasil. Filhos da puta.”* Na p. 92 atira-se às ONG's, *“Não vai faltar comida e é bom para irem as Organizações Não Governamentais embora. Estamos fartos.”* Bem como na p. 154, *«Tem uma coisa que me preocupa é os mortos e desaparecidos, que nunca mais vamos encontrar. Não sei se alguma organização dessas, com jipões e antenas matulonas, anda a trabalhar nisso.» «Acho que não. Andam mas é a governar-se.»*

O mesmo raciocínio em *Janela de Sónia*, p. 412 *“...se o governo não governa as não-governamentais vão governar mais o quê?”*

Triste, o pensamento de que é difícil alterar as coisas, em *Janela de Sónia*, p.341 *“Os angolanos que souberem correr mais depressa e melhor, vão no futuro constituir uma classe dominante, alguns vão ficar milionários, comprar palácios em várias partes do mundo, com avião pessoal, essa vai ser a triste realidade, mas que saída?”*

Torna-se, pois, difícil, vislumbrar uma solução para a problemática angolana, como alterar o estado social e político? Só o tempo poderá trazer a luz necessária, esse tempo diferente e paciente, africano.

2.5.4. Em relação à temática política.

A temática política encontra-se, igualmente, muito presente na obra de Manuel Rui. A dramática transformação operada em Angola após a queda do muro de Berlim, em 1989, com as consequências que arrastou, como o fim da guerra fria e o da URSS e o fim da guerra civil angolana, conquistado em 2002, não escapam à observação do autor, que não assiste de modo indiferente, aos desmandos do assalto às riquezas nacionais, por parte de angolanos que se posicionaram no lugar certo da cobiça, geralmente com cambalhotas políticas de sinal oposto. O socialismo transformou-se em capitalismo.

Convém, neste ponto, assinalar o fenómeno da colonialidade, atravessado pela generalidade dos países colonizados. Gaivão (2010, p. 72) refere: *“Alcançadas as independências por parte das ex-colónias, os novos países sentem-se, enfim, libertos da tutela e poder coloniais e iniciam uma viagem de recuperação de memórias. Os efeitos da colonização e da dominação, no entanto, não desaparecem no momento da conclusão da fase de transição de poder, muito menos quando o tempo do exercício colonial se reveste da grande duração do caso português, mais uma característica da sua especificidade.”*

É através desta colonialidade que se explica que, como refere ainda Gaivão (2010, p. 74) *“naquilo que diz respeito à formação cultural dos quadros governantes dos PALOP, é público e sabido que, tendo esses dirigentes dos movimentos de libertação, enquanto estudantes, realizado os seus estudos em universidades e meios ocidentais, sobretudo europeus, foi aí que aprenderam a importância dos nacionalismos e os adotaram como ideias matrizes dos seus pensamentos ideológicos. Quando passaram à ação contra os colonizadores, “assumiram, então, uma herança colonial que não incluía a nação”* (Moreira, 2006, p.350).

Nessa matriz de colonialidade capitalista encontra-se presente a ambição desenfreada pelo lucro e pela aquisição de riqueza, de acordo com Bernstein (1999) e Quijano (2009) e que ainda Gaivão (2010, p. 73) assinala, quando se refere ao novo modo de produzir conhecimento do século XVII em diante, todo ele apontando para o desenvolvimento do capitalismo, *“o eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a postura cognitiva dos europeus ou capitalistas, mas também do conjunto dos educados sob a sua tutela.”*

Prestemos, então, atenção ao que os personagens de Manuel Rui exprimem:

Em *Rio Seco*, p. 97, os personagens lamentam a falta de investimento no ensino, *“ O problema é que não investimos no ensino. Não fizemos uma única universidade. Tudo foi o tuga que deixou.”* Na mesma p. 97, queixam-se dos militantes do MPLA, partido do poder, os quais deveriam trabalhar pela solução dos problemas, *“...vocês os militantes são os que mais mal dizem desta merda. É doentio. Parece que vivem da desgraça. E, bem vistas as coisas, isso deveriam*

abordar lá nas vossas reuniões de células.” E atira-lhes, p. 99, “A independência trouxe-vos preguiça, pá.” Na p. 102, um personagem desabafa, claro, contra os que se aproveitaram da política e da guerra para enriquecimento pessoal, “Cães! Ganharam a independência e perderam a vergonha.” E na p. 301, refere-se o afastamento dos históricos, dos que desde a primeira hora lutaram por Angola independente e agora são trucidados pela máquina dos oportunistas, “O mundo quando muda as coisas nem pergunta mais nas pessoas que também andaram a ajudar na mudança.”

Em *O Manequim e o Piano*, p. 96 um personagem exclama “Os camaradas que eram todos comunistas e agora só pensam nos dólares eram virgens que agora são putas.” E na p. 199, um pensamento afim, “Percebe bem como a ciência da guerra e da política estamos a tropicalizá-la caralho! Se a nossa sorte foi tropicalizar o marxismo sem o leninismo agora se a malta não tropicalizar a globalização é o fim da macacada...”

O tema da globalização volta a ser atacado em *A Casa do Rio*, p. 229 “Falaste bem. Na era da globalização. E globalização não ataca tudo? Se não é que se foda a globalização que fica igual ao racismo.”

Em *Janela de Sónia*, p. 105 critica a lentidão do governo e o procedimento autoritário que o caracteriza, “O governo chega sempre tarde e cheio de sono para dormir. A chatice é que quando chega, depois logo começa a dar ordens, pontapés com a boca...”

Enfim, Manuel Rui, já em 2001, resumia o que, infelizmente, se veio a confirmar pelo andar dos anos: em *Saxofone e Metáfora*, p. 42 “No nosso país tudo pode ser verdade, até uma grande mentira.”

2.5.5. Outras temáticas: Pensamentos, Deus, a ternura e outras questões...

Os personagens ficcionais de Manuel Rui não são mais que o retrato dos simples cidadãos angolanos, em todas as suas perplexidades e características. Daí as interrogações sobre a existência, a guerra, Deus, a ética, ao lado da descrição da

simplicidade tocante e comovente das gentes solidárias, bondosas, tolerantes e...ternurentas, as gentes e os povos angolanos.

Num escritor popular como ele, as falas refletem os dramas e as inquietações dos angolanos, e nelas transparecem as dúvidas dum povo que acordou agora, estremunhado, para a paz e que ainda não conhece bem as novas realidades, arrastando na sua memória coletiva as dramáticas circunstâncias suportadas e vividas nos últimos 41 anos de guerras sucessivas.

Em *Rio Seco*, descobrem-se as linhas gerais do pensamento de Manuel Rui, p. 75) “A terra é tão pequena e tão curta como a vida.” E na p. 26, enaltece a condição humana que defende o trabalho e a procura, “Deus também não pode dar tudo o que a gente quer. Senão não era Deus nem nada.” Ao mesmo tempo que expõe as incertezas quanto à Sua existência, p. 29 “Às vezes a minha cabeça não acerta no que Deus quer, se existe.” Apesar de tudo, confia na ideia de Deus, p. 135 “Se Deus, a partir de agora, me der, até ao fim dos meus dias, um pedaço de paz e felicidade, posso rezar para o céu que valeu a pena todo o sofrimento que passei e juro esquecer.” E, às voltas com a racionalidade, Noíto, personagem-mulher notável, exclama, p. 390 “Deus é muito difícil ou tem calundús [espíritos] nas coisas dele. Aka! Desculpa, meu Deus. Ainda bem que isto só ficou um bocado na minha cabeça, já tirei e não falei na boca. Como é que Deus podia ter calundús? Só se fosse a Kianda [sereia que habita as águas de Luanda] que é mulher. Também não.”

Já em *O Manequim e o Piano*, p. 303, ataca, frontalmente, todos as doutrinas, “bíblias”, que impedem o homem de raciocinar e de se sentir em liberdade, através do dogmatismo exacerbado das suas práticas. “...Afimal todas as bíblias eram bíblicas a da igreja na sua infância e adolescência a outra [marxismo-leninismo] que se omitia agora num secretismo de desmemória e a que ele ouvia ultimamente na televisão e que também era isso mesmo tinha receitas para recitar certezas certas e incontestáveis globalização desenvolvimento sustentável terrorismo investimento projetos e democracia e o homem sofria-se num drama de disfarce por convencer-se que era tudo bíblico...”

Em *Janela de Sónia*, p. 255 a redenção passa por acreditar em Angola e nas suas gentes “*Eu acredito em Deus porque o céu é isto aqui na nossa terra, as estrelas, as fogueiras e os sonhos de tanta criança que está a dormir, eu que ando a beber muito faz dois dias, por isso é que consigo dizer coisas bonitas e se tudo mudasse na maneira que vocês pensam, quem vinha morar aqui era eu, a vida afinal é o quê? E na ternura do povo*, p. 298, “*A tia Elita está a chorar? Deixe-me só dar-lhe um beijo nas suas lágrimas.*” E nos costumes, estórias e terra de gente tão boa, p. 261 “*E assim a conversa foi rolando sem dar conta nos olhos da tarde já absorvida pelo novelo da noite, as estrelas a despirem-se e o reacordar do fogo.*”

3. Conclusão

Neste trabalho tentaram-se abordar os aspetos singulares da especial expressividade e criatividade do escritor Manuel Rui, através de uma esfuziante originalidade, onde prevalece o humor, a crítica e a afetuosidade, revestidas por uma estética literária plena de angolanizações do português.

O que perpassa pelas suas obras literárias são marcas da angolanidade profunda, do sentimento e pensamento do povo angolano que depois de atravessar 41 anos de várias e sucessivas guerras e destruições, continua de pé, heroicamente, a manifestar o seu apego indesmentível às tradições culturais e ao que é mais profundo no pensamento original angolano.

Na evolução do seu percurso literário podemos distinguir três períodos: o primeiro, da ideologia e entusiasmo pela luta de libertação e pela construção da independência onde a poesia se entrecruza com todo o idealismo.

O segundo que nasce no início dos anos 80, com *Quem me dera ser onda* e vai até meados de 90, onde, de acordo com o que observa da evolução de Angola, inicia uma crítica aos desvios da pureza ideológica com o recurso à ironia e humor.

E o terceiro, que nos revela um grande escritor, um tradutor do pensamento profundo angolano para as páginas de uma obra notabilíssima, como é *Rio Seco* (1997) e que vai evoluindo com aperfeiçoamento de recursos de estilo e de temas:

histórias breves, histórias para crianças, histórias de amor, histórias de personagens-exemplares angolanos, romances de pós-guerra (notáveis cenários e diálogos que atravessam o fundamental romance *O Manequim* e *o Piano* e todas as obras subsequentes), quer sobre a poesia da natureza, a reconstrução de Angola, as relações do presente com o passado e que desembocam em *Janela de Sónia* (2009), obra exemplar de poesia narrativa.

Sem dúvida que influenciado, lusofonamente, pelas várias presenças culturais no território, pelas diásporas e retornos das gentes angolanas e não apenas estas, mas com as marcas evidentes duma angolanidade pujante.

Um pensamento antropológico angolano que se distancia da globalização e que encontra na solidariedade, hospitalidade e bondade as suas características mais humanas, juntas com a alegria constante que vence a morte e que à oratura vai buscar o sentido das estórias de vida, da mágica força que ainda encontra para esperar o futuro e obter a “nossa maior vitória sobre o tempo, que é a de não sabermos odiar” (*Memória de Mar*, p. 111)

Bibliografia

Berstein, S. (1999). *Démocraties, regimes autoritaires et totalitarismes au XXème siècle : pour une histoire comparée du monde développé*. Paris: Hachette.

Gaivão, L. M. (2010). *CPLP: A Cultura como Principal Fator de Coesão*. Lisboa: ULHT – dissertação de mestrado.

Grosfoguel, R (2009). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In Santos, B. S. & Meneses, M.P. (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, pág. 384-414.

Houis, M (1971). *Antropologie linguistique de l'Afrique Noire*. Paris: PUF

Houtondji, P. J. (2009). Conhecimento de África. Conhecimentos de Africanos: duas perspetivas sobre os Estudos Africanos. In Santos, B. S. & Meneses, M. P. (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.

Mingas, A. A. (2000). *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda*. Luanda: Caxinde, Livraria e Editora.

Moreira, A. (2006). *Ciência Política*. Coimbra: Almedina. 3ª ed.

Quijano, A. (2009). Colonialidade do poder e classificação social. In Santos, B. S. & Meneses, M. P. (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.

Schwanitz, D. (2005). *Cultura - tudo o que é preciso saber*. Lisboa: D. Quixote.

Tempels, P. (2009). *Bantu philosophy*. Paris: Présence Africaine.

Venâncio, J. C. (1999). *Literatura versus Sociedade*. Lisboa: Veja.

Corpus: Textos analisados:

Manuel Rui (1980). *Memória de Mar*. Lisboa: Edições 70. Coleção Autores Angolanos.

Manuel Rui (1997). *Rio Seco*. Lisboa: Edições Cotovia.

Manuel Rui (1998a). *Quem me dera ser onda*. Lisboa: Cotovia. 4ª ed.

Manuel Rui (1998b). *Da palma da mão*. Luanda/Lisboa: Cotovia.

Manuel Rui (2001). *Saxofone e Metáfora - estórias*. Luanda/Lisboa: Cotovia.

Manuel Rui (2002). *Um Anel na Areia (Estória de Amor)*. Luanda: Editorial Nzila.

Manuel Rui (2005). *O Manequim e o Piano*. Lisboa: Edições Cotovia.

Manuel Rui (2006a). *Estórias de Conversa*. Lisboa: Editorial Caminho. Coleção Outras Margens, 50.

Manuel Rui (2006b). *Ombela*. Luanda: Editorial Nzila (Português e Umbundu). Poesia.

Manuel Rui (2007). *A Casa do Rio*. Lisboa: Editorial Caminho. Coleção Outras Margens, 67.

Manuel Rui (2009). *Janela de Sónia*. Lisboa: Caminho.

R. P. DA CHINA



MARIA DE LURDES NOGUEIRA ESCALEIRA, natural do Porto, doutoranda em Estudos Asiáticos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é detentora dos graus de mestre em Administração Pública pela Universidade de Macau, pós-graduação em Ciências da Educação, Universidade Aberta, licenciatura em Filosofia pela Faculdade de Letras do Porto e Educadora de Infância pela Escola Paula Frassinetti.

Em Portugal, de 06/10/80 a 31/07/81 foi Educadora de Infância na Junta de Freguesia da Vitória – Porto e de 01/10/81 a 31/08/87 no Ensino Especial na APPACDM.

De 1987 até ao presente, tem desenvolvido a sua atividade profissional em Macau como docente de Língua Portuguesa e de Administração Pública: Escola Luso-Chinesa Sir Robert Ho Tun, Centro de Difusão de Línguas, Instituto Português do Oriente e, nos últimos 15 anos, no Instituto Politécnico de Macau.

Integrou um grupo experimental, criado por despacho de 29/09/89 do Excelentíssimo Secretário-Adjunto para a Educação e Administração Central, com o

23. LURDES ESCALEIRA, INSTITUTO POLITÉCNICO DE MACAU,

objetivo de estudar a iniciação à aprendizagem do Português para crianças dos 3 aos 6 anos do ensino luso-chinês e foi responsável pela organização e acompanhamento dos Cursos de Língua Portuguesa no Serviço de Administração e Função Pública – Centro de Formação Contínua e de Projetos Especiais, etc.

No Instituto Politécnico de Macau desempenhou os seguintes cargos: Membro do Grupo de Coordenação da Escola Superior de Línguas e Tradução – Departamento de Português; Coordenadora-Adjunta da Escola Superior de Línguas e Tradução – Departamento de Português e de Coordenadora-Adjunta da Escola Superior de Administração Pública. Integra a equipa do IPM responsável pela organização do I Colóquio da Lusofonia Macau a ter lugar em 2011.

Apresentação de Comunicações:

- ✓ “Ensinar e Aprender a Traduzir”- I Colóquio Lusofónico em “Educação, Arte, Mídia e Cultura” – Universidade Federal de Rio Grande do Norte – Maio de 2006
- ✓ Ensino/Aprendizagem da Língua Portuguesa nos Cursos do IPM”, Primeiro Encontro Académico dos Professores de Língua Portuguesa na China, IPM, 12 de Julho de 2006
- ✓ “Eu e o Outro no Ato de Traduzir”, Colóquio EU e o OUTRO, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Outubro de 2006
- ✓ “Língua Portuguesa no Ensino Superior Politécnico de Macau”, 8º Colóquio da Lusofonia, Bragança 2009, 30 de Setembro a 3 de Outubro de 2009.

Artigos Publicados:

- ✓ “Ensinar e Aprender a Traduzir”- Revista do Instituto Politécnico de Macau.
- ✓ Ensino/Aprendizagem da Língua Portuguesa nos Cursos do IPM”, Atas do Primeiro Encontro Académico dos Professores de Língua Portuguesa na China, IPM, 12 de Julho de 2006.
- ✓ “Eu e o Outro no Ato de Traduzir”, Atas do Colóquio EU e o OUTRO, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Outubro de 2006.
- ✓ “Língua Portuguesa no Ensino Superior Politécnico de Macau”, Atas do 8º Colóquio da Lusofonia, Bragança 2009, Outubro de 2009.

É COORDENADORA DO XV COLÓQUIO DA LUSOFONIA EM MACAU 2011

Tema 2.6 Macau: duas décadas de ensino superior

A presente comunicação pretende traçar a história do aparecimento do ensino superior em Macau e da evolução verificada nas duas décadas da sua existência.

Goradas as primeiras tentativas de criação e estabelecimento de um ensino superior no Território de Macau (Colégio de S. Paulo, Seminário de S. José e Universidade Internacional de Macau) a população de Macau teve que, durante séculos, ir para o exterior sempre que pretendia frequentar o ensino superior. No início da década de 80 do século passado, estabeleceu-se em Macau a Universidade da Ásia Oriental (UAO), uma instituição de ensino criada com capitais de Hong Kong e que nunca teve como objetivo atrair e formar a juventude de Macau. No período de Transição de Soberania, o governo de Macau sente a necessidade de formar uma elite que pudesse assegurar que Macau, pós 20 de Dezembro de 1999, fosse governado pelas suas gentes e, conseqüentemente, considera que é urgente criar o ensino superior público. A aquisição da UAO e a criação, em 1991, da Universidade de Macau e do Instituto Politécnico, duas instituições públicas, bem como um conjunto de medidas de incentivo à elevação das qualificações da população vieram alterar o panorama e, hoje, Macau conta com um número significativo de instituições de ensino superior públicas e privadas. A oferta de cursos superiores, a nível de bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento abrange, atualmente, uma grande variedade de áreas e prevê-se que, no futuro, muitas outras irão ser criadas.

Pretendemos, em simultâneo, ir salientando os cursos relacionados com as Língua e Cultura Portuguesas, os cursos ministrados em Língua Portuguesa e o papel que estas instituições têm desempenhado na difusão da Língua Portuguesa e no incentivo ao estudo e investigação de temas relacionados com a Lusofonia.

Ensino superior em Macau, Lurdes Escaleira, Instituto Politécnico de Macau

0. Introdução

O ensino superior⁵⁵ em Macau, conheceu um percurso de existência irregular e desenvolveu-se em três fases, cada uma das quais com características e objetivos bem definidos. Numa primeira fase, o ensino superior, esteve a cargo da Igreja e atingiu dimensões consideráveis, sendo ambas as instituições, Colégio de S. Paulo e Seminário Diocesano de S. José, reconhecidas pela sua influência e qualidade de ensino. Após o declínio destas duas instituições viveu-se um hiato que apenas veio a ser colmatado com a criação, em 1981, da Universidade da Ásia Oriental (UAO). Nesta segunda fase, Macau contava apenas com uma instituição de ensino superior a qual nunca teve como objetivo servir os interesses de Macau, porque sendo uma universidade privada, de Hong Kong, de modelo anglo-saxónico, tinha como finalidade atrair os jovens de Hong Kong. Em 1984, devido a problemas económicos, recorreu ao apoio do Governo de Macau o qual passou a definir algumas regras que permitiram uma maior intervenção e controlo por parte do executivo local. Embora continuando a ser uma universidade privada, esta possibilidade de intervenção governamental, permitiu iniciar um período de viragem tendo sido criadas condições para atrair e formar pessoas de Macau, nomeadamente, em áreas específicas⁵⁶ onde se verificava um défice de recursos humanos qualificados. A terceira fase, inicia-se, em 1988, com a aquisição, por parte do governo, da UAO e a criação de duas instituições de ensino superior público - Universidade de Macau (UM) e Instituto Politécnico de Macau (IPM).

Se até inícios da década de 90 se verificou um défice na oferta de cursos de nível superior, a partir daqui assistimos a uma inversão desta situação e, em Macau, (LEI, 1998) “(...) *todos os finalistas do ensino secundário que queiram seguir o ensino superior têm à sua disposição várias possibilidades, dando por terminada, assim, a*

época em que os filhos da terra eram obrigados a estudar em longínquas universidades estrangeiras”.

O leque de oferta de cursos tornou-se de tal forma vasto que se passou a sentir a necessidade de recrutar candidatos no exterior, nomeadamente, na RPC, política também seguida pela UM e pelo IPM, a partir de 2001.

Numa reflexão sobre o ensino superior em Macau, SIMÕES (2001) considera a Universidade da Ásia Oriental (UAO e posteriormente UM) a primeira instituição moderna de ensino superior em Macau e que após o estabelecimento da UAO assistimos a um desenvolvimento de políticas de ensino superior que levaram, num curto espaço de tempo e fruto de um progressivo e dinâmico investimento num ensino superior (público e privado), a uma estrutura de ensino superior local que tenta dar resposta às necessidades de formação superior das gentes de Macau.

1 – Instituições de Ensino Superior em Macau

Após a primeira iniciativa de criação de um ensino superior e tendo em conta que a UAO não tinha um objetivo de formação de jovens de Macau, podemos afirmar que o ensino superior moderno é criado por iniciativa governamental, em 1991, aquando da criação da Universidade de Macau (UM) e do Instituto Politécnico de Macau (IPM). Em 1991, ao abrigo do quadro legal de referência para o ensino superior de Macau (Dec.-Lei nº 11/91/M), são criadas as duas instituições oficiais de ensino superior, as quais, trouxeram um maior dinamismo e têm tornado possível dar resposta às necessidades e características específicas de formação superior da população de Macau e às necessidades de recursos humanos qualificados. A primeira herda a estrutura da UAO, tendo, contudo, sofrido várias remodelações e o

55 Conscientes da dificuldade de definir educação superior já que o conceito e sua abrangência difere de país para país, no âmbito desta comunicação, optámos pela terminologia usada por Bray (2002:2) que, ao definir educação superior, em Macau, refere que esta engloba todas as instituições públicas de ensino pós-secundário e as instituições privadas similares.

56 Como se pode ver na Portaria nº 85/89/M de 29 de Maio de 1989 foi criada a Licenciatura em Administração Pública, na UAO, em parceria com o Instituto Nacional de Administração de Portugal (INA) que permitia a licenciados e bacharéis de outras áreas de conhecimento, após

a frequência de um curso de dois anos, obter a licenciatura em Administração Pública. Este curso, teve como público-alvo pessoas de Macau, na sua maioria funcionários públicos. No âmbito desta formação superior foi, posteriormente, implementado, segundo o mesmo esquema de parceria, o mestrado em Administração Pública. Também na área do Direito foi criado, na UM, o Curso de Direito, em português, o qual contou com o apoio da Universidade de Coimbra e que tem até hoje desempenhado um papel fundamental na formação de profissionais do Direito.

IPM surge da reestruturação do Open College, a funcionar na UAO, e da integração de várias escolas de formação pós-secundária, a funcionar no âmbito de serviços públicos, como por exemplo, a Escola Técnica da Direção dos Assuntos Chineses. Nos primeiros anos, ambas as instituições tiveram como principal objetivo contribuir para a formação de quadros, visto que, no início da década de 80, em Macau, se enfrentava uma grave crise de quadros qualificados, tornando-se necessário formar pessoas de Macau capazes de assumir funções governativas, após a Transferência de Soberania desta região para a China. Tanto a UM como o IPM têm sido objeto de reformas e, hoje, são duas instituições públicas modernas, com autonomia pedagógica e financeira, oferecem uma vasta gama de cursos que vão desde o bacharelato, à licenciatura, ao mestrado e ao doutoramento e se estendem por diversas áreas do conhecimento: direito, economia, gestão, engenharia, informática, línguas, etc. Estas instituições têm vindo a assumir-se como um parceiro privilegiado do governo local, ao mesmo tempo que se afirmam tanto a nível regional como internacional.

Ainda no âmbito do ensino superior público, Macau conta com as seguintes instituições: Escola Superior das Forças de Segurança (ESFSM) – Criada pelo Decreto-Lei N.º 57/88/M, de 4 de Julho, é um organismo das Forças de Segurança de Macau, inserido no sistema de ensino superior universitário, que tem como finalidades formar oficiais para os quadros das Corporações das FSM e realizar cursos de formação para as várias carreiras das FSM e Instituto de Formação Turística (IFT) – criado pelo Decreto-Lei N.º 45/95/M, é uma instituição pública de ensino superior, com o objetivo de formar pessoal, de Macau e da região Ásia-Pacífico, para o setor da hotelaria e turismo.

A par do ensino superior público, desde os anos 90 até ao presente, foram criadas várias instituições privadas de ensino superior com abrangentes e diversificados objetivos e oferta de cursos superiores: Instituto Internacional de Tecnologia e Software da Universidade das Nações Unidas (UNU-IIST) – (1992) tem como objetivo desenvolver a formação e a pesquisa nas áreas das ciências de

computação e na produção de *software* informático; Universidade Aberta Internacional da Ásia (Macau) (AIOU) – (1992) a Portaria N.º 178/92/M reconhece a Sociedade Internacional de Edição, Formação e Ensino à Distância, Limitada (SIEFEDIS) como entidade titular de uma instituição de ensino superior e autoriza-a a criar a Universidade Aberta Internacional da Ásia (Macau); Instituto de Estudos Europeus (IEEM) - criado em Outubro de 1995 deu início às suas atividades em Fevereiro de 1996. Faz parte da estratégia governamental que tem como objetivo promover a internacionalização de Macau e a formação de pessoal sénior, tendo em vista a ligação com a Europa; Instituto Interuniversitário (IIUM⁵⁷) – (1996) projeto resultante da associação da Universidade Católica Portuguesa com a Diocese de Macau. Pela Portaria n.º 206/96/M, de 12 de Agosto, a Fundação Católica de Ensino Superior Universitário é autorizada a criar o Instituto Interuniversitário de Macau (IIUM), atual Universidade de S. José; Instituto de Enfermagem Kiang-Wu de Macau fundado em 1923, é uma instituição que pertence à “Kiang-Wu Hospital Charitable Association (KWHCA). Em 1991, começou a admitir candidatos oriundos das escolas secundárias e a receber um subsídio do governo, o qual estava dependente dos esforços desenvolvidos para melhorar o ensino na área da enfermagem. Em 1994, o Governo de Macau “avaliou” os planos de estudos e, em 1998, autoriza-o a oferecer um Diploma Superior em Enfermagem. Em Novembro de 1999, adquire o estatuto de Instituição de Ensino Superior marcando o início da educação superior em enfermagem; Universidade de Ciência e Tecnologia (MUST) – Pela Ordem Executiva n.º 19/2000 o Governo de Macau reconhece a Universidade de Ciência e Tecnologia como uma Universidade Privada. Esta universidade tem várias faculdades nas áreas das tecnologias da informação, gestão e administração, direito, medicina chinesa e turismo internacional. Funcionam, ainda no âmbito desta universidade, um centro de estudos pré-universitários e uma escola de formação contínua; Instituto de Gestão de Macau – (2000) O Governo de Macau reconhece, pela Ordem Executiva n.º 45/2000, o Instituto de Gestão de Macau como instituição de ensino superior privado, e aprova os respetivos Estatutos e Instituto Milénio –

57 A partir de 2010 passou a designar-se de Universidade de S. José.

(2001) O Governo de Macau, através da Ordem Executiva nº 34/2001, reconhece “a instituição de ensino superior privada, com sede em Macau, denominada “*Instituto Milénio de Macau*”, estando o mesmo vocacionado para a investigação nos domínios da História e da Cultura Portuguesa e Chinesa.

Para além destas instituições, existe ainda um conjunto de entidades públicas⁵⁸ que têm desempenhado um papel de relevo na formação de quadros em áreas prioritárias para Macau.

Na criação e desenvolvimento do ensino superior em Macau é importante referir o papel desempenhado pela Fundação Macau⁵⁹ (FM) em todo o processo de criação de infraestruturas e de implementação de um sistema de ensino superior público

centrado na formação superior de quadros que possam satisfazer as necessidades reais de Macau.

2 – Políticas de Desenvolvimento do Ensino Superior em Macau

O desenvolvimento e implementação verificados nas duas últimas décadas (1991-2010) revela as políticas e opções tomadas pelo governo local que consistiram numa forte aposta no ensino superior e na criação de instituições públicas⁶⁰ que, inicialmente, se centraram na missão de formação de quadros para Macau⁶¹ e, atualmente, concentram esforços no sentido de elevar a qualidade do ensino e de

58 Instituições de ensino público: Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ) (anterior Centro de Formação de Magistrados) e Escola de Pilotagem (EPM). Ambos com autonomia científica e pedagógica se dedicam à formação profissional nas áreas do direito e da justiça e à formação no âmbito das atividades marítimas e portuárias, respetivamente; Escola de Cartografia e Cadastro (ETCM) – organiza cursos e estágios necessários ao exercício da profissão de topógrafo. Instituições de ensino privado: Instituto de Formação Financeira (IFF) – sem fins lucrativos dedica-se à formação nas áreas bancária e seguradora e à cooperação com entidades afins; Centro de Produtividade e de Transferência de Tecnologia (CPTT) - sem fins lucrativos em regime de “joint-venture” entre o Governo de Macau e o setor privado desenvolve ações de formação técnico-profissional, nas áreas de apoio às empresas. Por último, pelo seu papel de relevo na divulgação da Língua e Cultura Portuguesa, o Instituto Português do Oriente (IPOR) - tem por objetivos, entre outros, difundir a Língua e a Cultura Portuguesas no Oriente e promover o conhecimento das culturas orientais, com vista à continuidade e ao aprofundamento do diálogo intercultural entre os portugueses e os povos do Oriente. Na área da investigação, para além dos projetos desenvolvidos nas instituições de ensino superior público e privado, regista-se ainda o contributo de várias outras instituições, tais como: INESC/Macau (Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores de Macau) criado em Março de 1996, sem fins lucrativos, dedica-se à investigação científica e ao desenvolvimento e transferência de tecnologia bem como à formação nas áreas das tecnologias da informação da comunicação e eletrónicas em Macau; Instituto do Desenvolvimento e da Qualidade (IDQ) – criado em 1997 da associação entre Instituto de Soldadura e Qualidade, Leal Senado de Macau, Fundação Macau, Universidade de Macau, Instituto Politécnico de Macau, Laboratório de Engenharia Civil de Macau e Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau. Associação científica e técnica, sem fins lucrativos, tem por finalidade apoiar a investigação aplicada e o desenvolvimento das ciências e tecnologias industriais; Laboratório de Engenharia Civil (LECM) - organização técnico-científica, sem fins lucrativos, de utilidade pública, com autonomia técnica e financeira e património próprio. Criado em 1988 com o objetivo de providenciar capacidade técnica e laboratorial em Macau, em diversos domínios da engenharia civil; Centro UNESCO - funciona, desde 1998, com o apoio da Fundação Macau e tendo como objetivos promover atividades com vista a concretizar os fins fixados no Ato Constitutivo da UNESCO e da Fundação Macau e o Instituto Internacional de Macau (IIM) - organização não-governamental (ONG), juridicamente enquadrada na categoria de pessoa coletiva de utilidade pública. Iniciou a sua

atividade em Junho de 1999 tendo como estratégia a promoção internacional da identidade cultural, social e económica de Macau.

59 Fundação Macau, criada pelo DL 74/84/M e reformulada pela Lei n.º 7/2001, Pessoa Coletiva de Direito Público com Autonomia Administrativa, Financeira e Patrimonial tem como entidade tutelar o Chefe do Executivo da RAEM. A sua principal finalidade consiste em apoiar o desenvolvimento cultural e educacional de Macau dando uma resposta adequada e em tempo útil às necessidades que a sociedade de Macau tem enfrentado, nomeadamente, a necessidade de formação urgente e num curto período de tempo, desde 91 a 99, ou seja, desde a criação do ensino superior público até à Transferência de Soberania, de quadros que pudessem assegurar uma transição tranquila. Assim, o Decreto-Lei n.º 9/88/M, de 1 de Fevereiro, altera os objetivos iniciais da FM e atribui-lhe a responsabilidade de re-estruturar e promover o desenvolvimento do ensino superior de Macau. A FM foi entregue o património e a gestão da UAO tornando possível a transformação desta Instituição Privada de Ensino Superior numa Universidade Pública (UM). Numa fase posterior, após a criação da UM e do IPM e com a publicação de legislação reguladora do Ensino Superior, o Decreto-Lei n.º 12/92/M, de 24 de Fevereiro, vem redefinir os objetivos e a ação da FM para que esta continue a apoiar o desenvolvimento cultural e educativo e a formação de quadros superiores para Macau. No que concerne ao ensino politécnico o Art. 12.º do Decreto-Lei n.º 49/91/M, de 16 de Setembro, determina que “A Fundação Macau presta todo o apoio necessário à completa instalação e regular funcionamento do Instituto Politécnico de Macau”. Com um vasto programa de bolsas para frequência do ensino superior e para a investigação académica, atualmente, apoia várias entidades públicas e privadas na implementação de ações de promoção, o desenvolvimento e o estudo de ações de carácter cultural, social, económico, educativo, científico, académico e filantrópico que contribuam para o desenvolvimento de Macau.

60 Toda esta dinâmica assenta numa concertação de políticas na qual a Fundação Macau (FM) tem tido e continua a ter um papel preponderante como motor de desenvolvimento do ensino.

61 A aposta desta estratégia revelou-se adequada e positiva e, a título de exemplo, podemos referir os dados dos Serviços de Administração e Função Pública (SAFP), relatório sobre os recursos humanos na Administração Pública (AP) da RAEM⁶¹, relativos à evolução do nível de escolaridade dos efetivos, verificada nos últimos dez anos, afirma que, em 2007, estes possuem, de modo geral, níveis de escolaridade mais elevados que há dez anos, tendo-se verificado uma diminuição do número de efetivos com o ensino básico e ensino secundário geral e um aumento dos detentores de níveis de ensino secundário complementar e superior.

se afirmarem, tanto na região como a nível internacional. A estratégia governamental de apoio ao ensino, nomeadamente, ao ensino superior, tem levado a uma oferta cada vez maior e mais diversificada a nível de formação sobretudo em áreas consideradas de interesse estratégico para o desenvolvimento socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM).

Através da análise das Linhas de Ação Governativa (LAG) tornam-se visíveis as políticas implementadas e as que estão delineadas para o futuro a nível de ensino superior, como pode ser verificado pelos excertos que a seguir vamos incluir das LAG de 2000 a 2009:

LAG 2000⁶²:

Aperfeiçoar-se-ão as funções das instituições de ensino superior e elevar-se-á a qualidade deste, com vista a prestar maior contributo à economia, à cultura e ao desenvolvimento social de Macau.

LAG 2001⁶³:

(...) incentivaremos os docentes a conjugarem os resultados decorrentes da investigação científica e tecnológica com os meios pedagógicos, por forma a estimular o interesse dos alunos nos estudos científicos; prestaremos também apoio às instituições de ensino superior a fim de estas criarem departamentos de investigação científica e tecnológica e desenvolverem a cooperação com as instituições privadas, de molde a contribuir para o desenvolvimento de Macau.

Com um ensino superior ainda num estágio inicial e com várias limitações no recrutamento de um corpo docente com elevadas qualificações académicas, o esforço teve que ser dirigido para o aumento de qualificações dos docentes criando-se medidas de apoio à aquisição de mestrados e doutoramentos. Os trabalhos de investigação aumentaram, no entanto, existem muitas áreas a necessitar de estudo

o que levou o governo a definir como uma das prioridades o apoio/incentivo à investigação por parte dos docentes e dos alunos do ensino superior.

LAG 2002⁶⁴:

(...) será dada prioridade à melhoria da qualidade do ensino. O princípio educativo de “generalização do acesso ao ensino” nunca poderá ser abandonado, havendo necessidade, porém, de elevar o nível académico, (...) implementar medidas adequadas de ensino para alargar o leque de conhecimentos dos alunos, e por outro, reforçar os estágios profissionais e o treino linguístico, de modo a melhorar a sua capacidade de adaptação à sociedade onde se inserirem. (...) transformar os estabelecimentos de ensino superior em bases de investigação tecnológica e continuar a promover a localização dos temas de investigação tecnológica, para que os estudos científicos sejam adequados às preocupações da comunidade e ao desenvolvimento social, apresentando resultados com valor científico.

Macau é uma sociedade de encontro de falantes de várias línguas e o desenvolvimento económico assenta, em grande medida, na capacidade linguística das pessoas, daí que, o aprofundar e alargar dos conhecimentos linguísticos seja entendido como uma mais-valia na adaptação à sociedade. A investigação tecnológica, sobretudo na área do jogo, está em franco desenvolvimento e tem tido um grande apoio do governo e das instituições de ensino superior, nomeadamente, do IPM. Ao longo destes anos, uma das preocupações tem sido criar cursos em áreas onde se verifica falta de recursos humanos qualificados passando, agora, a ser necessário concentrar-se na redefinição dos cursos a oferecer e das competências a desenvolver nos alunos, tornando-os capazes de responder às necessidades, cada vez mais exigentes do mundo do trabalho, para que não sintam dificuldades de inserção no mesmo.

“De notar que em 1998 se encontravam 17.7% dos efetivos da AP com habilitações superiores (bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento) enquanto em 2007 se encontram 41.7% com estas habilitações o que representa um aumento relativo de 171.7%”.

62 http://www2.gcs.gov.mo/policy2009/download/pt2000_policy.pdf (Online)04/04/09.

63 http://www2.gcs.gov.mo/policy2009/download/pt2001_policy.pdf (Online)04/04/09.

64 http://www2.gcs.gov.mo/policy2009/download/pt2002_policy.pdf (Online)04/04/09.

LAG 2003⁶⁵:

(...) empenhar-nos-emos no reforço e na melhoria da equipa docente das escolas superiores, na renovação dos programas e conteúdos dos cursos, na abertura de cursos que satisfaçam necessidades eminentemente sociais e que confirmem graus académicos, na intensificação da formação da capacidade linguística e na qualificação das pessoas necessárias ao desenvolvimento social. Conferiremos maior autonomia às instituições públicas de ensino superior, (...) e incentivaremos a investigação académica e a melhoria da eficácia da gestão administrativa. Tendo em conta a estratégia de desenvolvimento social de Macau de médio e longo prazo, (...) alargando as suas infraestruturas e dimensão, com o objetivo de promover a competitividade do ensino superior de Macau.

A reforma do ensino superior veio trazer mais autonomia para as instituições e permitir-lhes desenvolver mecanismos de mobilidade de estudantes e de docentes bem como de cooperação com outras instituições similares estrangeiras. Uma gestão eficaz e o alargamento da dimensão das instituições constituem prioridades para que estas sejam competitivas e formem as pessoas necessárias ao desenvolvimento social.

LAG 2004⁶⁶:

“ (...) o Governo irá promover a “localização” do conteúdo curricular (...). Os estabelecimentos do ensino superior devem fazer esforços para se aproximar dos níveis de excelência das instituições académicas internacionais e investir nas ações pedagógicas e de investigação da sociedade local”.

Com vários sistemas de ensino, tanto no ensino superior público como no privado, a “importação” de planos de estudos e de materiais didáticos foi uma realidade que é necessário ir abandonando, progressivamente, para dar lugar a conteúdos curriculares e materiais didáticos contextualizados e que estejam adequados à realidade e às necessidades locais. As instituições de ensino superior

para se tornarem competitivas necessitam de estar entre as melhores pelo que se incentiva a adoção de processos de avaliação, tais como o *benchmarking*, tendo como referência as universidades de topo, a nível internacional, e reconhecidas pelas suas melhores práticas a nível do ensino e da investigação.

LAG 2005⁶⁷:

(...), iremos incentivar a formação de uma cultura académica assente na excelência e qualidade dos professores, para garantir que os alunos sejam recetores dos seus elevados saberes. (...) iremos elevar, gradualmente, os padrões de exigência para o acesso e avaliação final (...) Para além de reforçar as componentes de ciências básicas e ciências aplicadas no plano curricular, iremos também aumentar o peso das ciências humanas e sociais.

Os pontos fracos estão identificados: formação de professores, critérios de acesso e de avaliação final e uma fraca presença de cursos da área das ciências sociais e humanas. As prioridades assentam no desenvolver de ações que possam colmatar estas lacunas para que os alunos adquiriram os conhecimentos necessários para a sua inserção e sucesso no mercado de trabalho e para que se possa competir com as melhores universidades, a nível internacional, na captação de alunos e no desenvolvimento de pesquisa relevante para o desenvolvimento e bem-estar social. A nosso ver, o acesso é um ponto crítico que afeta todos os outros aspetos porque existem cursos em que a procura é diminuta e a exigência é baixa de forma a selecionar um número de alunos que garanta o normal funcionamento do curso e não haja interrupção na sua oferta.

LAG 2006 ⁶⁸:

(...) iremos lançar mãos à reforma do ensino superior. Iremos reforçar a qualidade do corpo docente e promover a autonomia pedagógica. Iremos procurar maior equilíbrio entre os ramos das ciências humanas e os das ciências naturais,

65 http://www.al.gov.mo/lei/lag/2003/pi_socult.pdf [Online]06/04/09.

66 http://www2.gcs.gov.mo/policy2009/download/pt2004_policy.pdf [Online]04/04/09.

67 http://www2.gcs.gov.mo/policy2009/download/pt2005_policy.pdf [Online]05/04/09.

68 http://www2.gcs.gov.mo/policy2009/download/pt2006_policy.pdf, [Online]05/04/09.

entre os que correspondem às necessidades da sociedade e os que são de simples vocação pessoal. Iremos introduzir no ensino disciplinas de carácter filosófico e de cultura geral, procurando, deste modo, completar e aperfeiçoar a estrutura de conhecimentos e o sistema pedagógico das instituições de ensino superior.

A vertente das ciências humanas tem sido, porventura, um pouco relegada para segundo plano, face à urgência e ao pragmatismo que estiveram presentes na primeira fase de implementação do ensino superior, no entanto, atualmente, sente-se necessidade de desenvolver esta área do conhecimento. Por exemplo, foi dada prioridade à formação de técnicos das áreas do jogo e do turismo e, hoje, existe uma necessidade de técnicos de apoio a jogadores de forma a evitar que as pessoas fiquem viciadas ou cometam exageros que podem colocar em risco a sua vida e a das famílias.

LAG 2007⁶⁹, afirma-se que:

O ensino superior continua a desenvolver-se de forma positiva⁷⁰ e as instituições de ensino superior continuam a intensificar a qualidade das técnicas do ensino, a otimizar as capacidades dos docentes mais qualificados e a seleccionar os melhores alunos para frequência dos seus cursos, bem como, a melhorar os seus equipamentos académicos, de modo a elevar a qualidade do ensino em geral. As instituições de ensino superior, para fazer face ao desenvolvimento social e económico e às necessidades advindas do desenvolvimento de várias áreas de ensino, criaram novos cursos e alteraram a estrutura programática de cursos já existentes (...).

As instituições de ensino superior aumentaram o apoio financeiro de forma a intensificar a investigação nas áreas relacionadas com os jogos de fortuna e azar, da política referente à importação de mão-de-obra, do Direito Fiscal de Macau, dos espaços verdes ambientais e da gestão de turismo.

As indústrias do turismo e dos jogos de fortuna e azar são o pilar da economia de Macau, daí que, a forte aposta tem que ser dada à formação de pessoal altamente qualificado que possa contribuir para o desenvolvimento de produtos e de serviços, de turismo e de jogo, de elevada qualidade e que se destaquem numa zona onde a oferta, nestas áreas, é muito forte e onde se avizinha ainda maior competitividade com a abertura dos casinos em Singapura.

Drago (2003:56) afirma que o impacto da liberalização do jogo criou uma nova realidade que exigiu medidas por parte das instituições de ensino superior, isto é, no ano letivo de 2003-04, a UM iniciou um curso de Gestão de Jogo, em “ (...) *colaboração com duas Universidades norte-americanas (...) para dar resposta à nova realidade da indústria local do jogo (...)* ”. Também o IPM e o IFT, atentos ao novo contexto, introduziram “ (...) *novas vertentes de ensino (...)* ” e, *através de uma parceria entre ambos, inauguraram, também no ano letivo de 2003-04, o Centro de Formação de Técnicas de Jogo e de Turismo*” (idem: 58). Estas ações foram apenas o início do desenvolvimento de uma área de ensino e investigação que tem vindo a ser desenvolvida e aprofundada a nível do ensino superior.

Para o ano de 2007, no âmbito do ensino superior, na apresentação e discussão das LAG o Governo afirma que acompanhará “(...) as tendências do desenvolvimento do ensino superior verificadas a nível mundial, procederá às reformas que se demonstrem necessárias tendo em consideração as necessidades específicas de Macau, criando condições às instituições de ensino superior locais para o desenvolvimento de atividades de ensino na RAEM, no sentido da formação de recursos humanos qualificados”.

Ainda segundo as orientações definidas nas LAG 2007 o Governo da RAEM aposta numa política de incentivo à reforma educativa, alteração de diplomas legais de forma a reforçar a autonomia das instituições de ensino superior criando condições para que estas possam desenvolver as suas atividades pedagógicas.

69 http://www.lag2007.al.gov.mo/download/po_socult_2007.pdf, (pp.4002-4003/4006/4030/4078/4083), 26/03/07.

70 Comparativamente ao ano passado o número dos estudantes que se candidataram às instituições de ensino superior aumentou visivelmente, registando-se um aumento de 25% a

35% daqueles que se candidataram às três instituições de ensino superior públicas: a UM, o IPM e o IFT. (LAG 2007:419)

Tendo em mente o desenvolvimento continuado da sociedade e melhoria da qualidade de vida da população:

(...) é necessário formar mais pessoas mais qualificadas. (...) o Governo da RAEM continuará (...) a promover reformas e a criar as melhores condições para as instituições de ensino superior ministrarem os seus cursos de acordo com a situação real da RAEM. Em 2007, o Governo da RAEM continuará a acompanhar o processo de elaboração dos projetos da Lei sobre “Regime do Ensino Superior” e outros diplomas legais complementares; fará trabalhos preparativos para implementação do “Regime de Acreditação do Ensino Superior”⁷¹; apoiará as diversas instituições de ensino superior para rever os regulamentos reforçando a sua autonomia nos assuntos académicos; prestará apoio a diversas instituições para criar ou atualizar os cursos de ensino superior de acordo com as necessidades do desenvolvimento social e académico com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino; incentivará as instituições para manter contactos com o exterior e promoverá o desenvolvimento da investigação científica, além de prestar apoio para orientar o prosseguimento de estudos.

A investigação científica irá beneficiar de incentivos que conduzam à melhoria do seu sistema de gestão e ao desenvolvimento de projetos que contribuam para a melhoria da sociedade. A política desenvolvida pelo governo, relativamente ao ensino superior, assenta em dois grandes objetivos: criar instituições capazes de competir a nível internacional e que primem pela qualidade da oferta, a nível de cursos e de investigação e formar pessoas que possam contribuir para o desenvolvimento económico e social de Macau.

Nas LAG 2008 afirma-se:

Face ao desenvolvimento contínuo do ensino superior, as instituições de ensino superior empenharam-se em aumentar a qualidade pedagógica, reforçar o corpo docente e melhorar as instalações dos campus para criar melhores condições à

aprendizagem e à investigação científica. O Governo da RAEM continuou a promover a reforma do ensino superior de acordo com o desenvolvimento do ensino superior internacional e a realidade atual da RAEM, para além de apoiar as instituições de ensino superior nas adaptações curriculares, na intensificação da formação em línguas estrangeiras e na criação de áreas de ensino em filosofia e cultura geral, para fazer face às necessidades do desenvolvimento social, promovendo a educação humanista para formar quadros qualificados com visão internacional, pensamento inovador e grandes qualidades humanistas.

Somos da opinião que muito há a fazer em Macau relativamente ao ensino superior, nomeadamente, no aumento da qualidade, mas o caminho percorrido, nas últimas duas décadas, mostra um assinalável esforço e uma concertação de políticas governamentais de apoio ao seu desenvolvimento e melhoria. Esse mesmo entender tem o Governo da RAEM que, nas LAG 2008, mostra o seu empenho e afirma:

(...) continuará a prestar todos os apoios necessários à formação de pessoal altamente qualificado, no sentido de criar condições favoráveis para desenvolvimento económico e social harmonioso, para além de estabelecer melhores condições para o funcionamento das instituições de ensino superior. Ao mesmo tempo, prosseguirá a promoção da reforma do ensino superior face ao desenvolvimento do ensino superior internacional, incentivar as instituições de ensino superior no reforço dos contactos com o exterior e potenciar os seus recursos de investigação científica, servindo a comunidade.

Ainda relativamente às políticas do Governo nas LAG 2009 afirma-se:

As instituições de ensino superior vão desenvolver, alterar e organizar diversos cursos, (...) assim como vão aumentar continuamente o seu orçamento para desenvolver projetos de investigação científica. Irão (...) prestar serviços de investigação, desenvolvimento de projetos e estudo de políticas às entidades públicas e privadas.

71 Após uma primeira fase caracterizada por objetivos de criação de instituições de ensino superior que pudessem dar resposta às necessidades de Macau sentiu-se a necessidade de refletir sobre a realidade e, o governo de Macau, encomendou um estudo independente, equipa coordenada por Mark Bray, sobre o ensino superior em Macau. Por seu lado, as instituições

também iniciaram processos de avaliação externa e de acreditação dos diferentes cursos. Esta reflexão conduziu a uma perceção por parte dos decisores políticos e dos académicos de que é necessário elevar a qualidade das instituições de ensino superior.

Para otimizar a equipa docente, as instituições de ensino superior vão contratar peritos e académicos de variados lugares do mundo e incentivar os professores locais a frequentarem cursos de grau académico mais elevado com vista a aumentarem a proporção de professores doutorados; vão efetuar avaliação anual dos cursos, implementar procedimentos rigorosos de criação e alteração dos cursos, para além de convidar peritos do exterior para efeitos de avaliação. Além disso, vão requerer junto de instituições internacionais a prorrogação da certificação de qualidade do ensino e assinar protocolos de reconhecimento com universidades estrangeiras de renome, com vista a reforçar a gestão de qualidade do ensino; o Governo vai também incentivar as instituições de ensino superior a aumentar a cooperação com as universidades mais afamadas do estrangeiro e do Interior da China, mediante protocolos de intercâmbio de estudantes, de intercâmbio académico e de cooperação na investigação científica.

A Reforma do Ensino, nomeadamente, do Superior apresenta-se como uma prioridade para Macau, tendo o Governo iniciado um conjunto de ações de apoio às instituições de ensino superior no processo de reforma. Assim, no *Macau 2007: Livro do Ano*, publicado pelo Gabinete de Comunicação Social (pp. 77-78), é apresentado um resumo das ações levadas a efeito pelo Governo de Macau no sentido de implementar a Reforma e Desenvolvimento do Ensino Superior. O governo procedeu à elaboração e revisão de diplomas legais (Diploma do Sistema Educativo do Ensino Superior, Diploma sobre o Regime de Avaliação do Ensino Superior, Alteração do Diploma sobre a organização e funcionamento do GAES) de apoio aos estabelecimentos de ensino superior, na reforma dos respetivos estatutos, tendo sempre como finalidade a promoção da autonomia universitária. Em Março de 2006, a Assembleia Legislativa aprovou o Regime Jurídico, o Estatuto e o Estatuto do Pessoal da Universidade de Macau que, posteriormente, foram promulgados pelo Chefe do Executivo, tendo entrado em vigor no dia 1 de Setembro. O objetivo deste conjunto de diplomas legais visa conferir “(...) uma maior autonomia à organização do ensino por parte da Universidade, na programação das disciplinas, no planeamento dos estudos, no desenvolvimento da instituição e nos assuntos

relativos ao intercâmbio internacional”. Considerado como um passo decisivo na implementação de “[u]m patamar mais alto de autonomia académica, sujeito tão só ao escrutínio e supervisão da sociedade”.

O Governo iniciou o processo de revisão dos estatutos do Instituto Politécnico de Macau, do Instituto de Formação Turística, da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, da Escola de Enfermagem Kiang Wu, do Instituto Interuniversitário de Macau e do Instituto Milénio de Macau com o objetivo de desenvolver:

(...) uma melhorar articulação com as necessidades do desenvolvimento da economia, da sociedade e da tecnologia, as diversas instituições de ensino superior alargaram o leque de cursos e introduziram algumas alterações no sentido da modernização em áreas como a gestão industrial e comercial, o direito do comércio internacional, a gestão do turismo internacional, a gestão logística, políticas públicas, comércio eletrónico, tecnologia ambiental, entre outra”. (Macau, 2007:77)

No que concerne à investigação, houve um aumento das despesas em áreas consideradas prioritárias: jogos de fortuna ou azar, política de importação de mão-de-obra não residente, legislação fiscal, ambiente e gestão turística, medicina tradicional chinesa, programação informática e tecnologia microelectrónica.

Num artigo publicado na Revista Macau, Drago (2003:52-70) recolhe a opinião das principais instituições de ensino superior - Universidade de Macau, Instituto Politécnico de Macau, Universidade de Ciências e Tecnologia de Macau, Instituto Interuniversitário de Macau (atual Universidade de S. José) e Universidade Aberta Internacional da Ásia - o qual expressa, de forma clara, a consonância dos objetivos e das ações destas instituições com as políticas definidas pelo Governo de Macau: “(...) *formação de quadros superiores para o Território, necessários ao período da transição*”, implementação de sistemas de avaliação e elevação da qualidade do ensino e da gestão, cooperação com outras instituições do exterior. “*No plano da investigação, o trabalho qualitativo tem-se pautado pela cada vez maior publicação de artigos em revistas científicas e conferências internacionais*”, “(...) reforço do corpo de estudantes (...)” através da “(...) *progressiva aposta nos alunos vindos do*

exterior”, nomeadamente, da China Continental, desenho curricular que tenha como critério “(...) o interesse da sociedade de Macau”, implementação das novas tecnologias, formação de um corpo docente altamente qualificado e desenvolvimento das competências dos alunos.

Conclusão:

Por experiência própria, enquanto aluna e docente, da UM e do IPM, respetivamente, pudemos testemunhar o notável desenvolvimento do ensino superior. Embora possamos concordar, ou não, com algumas das políticas delineadas e implementadas, a nível geral, reconhecemos o inegável sucesso do plano de implementação de um ensino superior público e de abertura à iniciativa privada. Em menos de duas décadas, (Bray, 2000) “*Macau conseguiu alcançar a sua transformação quantitativa de uma forma admirável; mas estas realizações quantitativas só terão mérito que perdure se forem substanciadas pela qualidade. Esta observação não é apenas uma questão de se produzir internamente um produto que vale a pena ter, mas também, a possibilidade de competir com outras instituições externas de ensino superior*”.

Macau é uma sociedade próspera, o que faz com que haja disponibilidade de receitas para apoiar um bom nível de ensino, o qual, por seu lado, se deve constituir como um mecanismo de manutenção da qualidade de vida e desenvolvimento socioeconómico da população. A ideia de que “[u]m ensino superior adequado e com a devida qualidade pode tornar-se num excelente investimento a longo prazo”⁷² é importante, se considerarmos as características de Macau como uma sociedade de reduzidas dimensões. De facto, como afirma Bruxo (2009):

[o] Pequeno Mundo que é Macau, instalado na exígua superfície de pouco mais de 22 km² ⁷³, e com uma população que ronda o meio milhão de residentes permanentes, é, desde finais do Século XVI, quando aqui emergiu o ensino superior,

um importante ponto de disseminação do saber de nível mais elevado, pesem embora os hiatos no seu desempenho, bem como o facto de nunca ter abrangido todas as áreas de conhecimento.

A reforma e autonomia do ensino superior tem que passar pelo aperfeiçoar/elevar da qualidade, da “localização” dos conteúdos curriculares, ou seja, pela adequação dos cursos e dos temas de investigação ao mercado de trabalho, reforço do domínio linguístico/formação em línguas estrangeiras, elevar dos padrões de exigência para o acesso e avaliação final, reforço de estágios profissionais de forma a contribuir para o desenvolvimento económico, cultural e social de Macau e tornar-se competitivo a nível local e internacional.

Algumas das características específicas de Macau, como por exemplo a sua dimensão geográfica, são positivas porque permitem identificar e diagnosticar mais facilmente os problemas, os executores podem ter uma visão mais clara do impacto das decisões tomadas e os efeitos da inovação podem ser mais rapidamente disseminados. No entanto, é preciso ter em atenção os aspetos negativos, tais como, dificuldade em ter uma formação altamente especializada, excessiva cautela dos decisores e gestores que têm uma maior consciência da dimensão interpessoal das suas ações e a intensidade social, pelo facto de se tratar de uma sociedade de reduzidas dimensões, pode causar tensão e, porventura, frustração.

Não poderia deixar de destacar a política governamental e o esforço das instituições de ensino superior público de oferta de cursos ministrados em língua portuguesa ou de formação linguística. Pese embora a dificuldade de recrutamento de candidatos, tanto a UM como o IPM têm oferecido, desde 1991 até ao presente, cursos em língua portuguesa e de formação em outras áreas recorrentes da língua portuguesa.

72 Relatório de estudo para Consulta Pública “Ensino Superior de Macau: Desenvolvimento Estratégico para o Novo Milénio”, encomendado pelo Governo de Macau, em 2000, elaborado por uma equipa de consultores coordenada por Mark Bray.

73 Segundo dados da Direção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), a extensão de Macau, em 2007, era de 29.2 km².
<http://www.dsec.gov.mo/TimeSeriesDatabase.aspx?KeyIndicatorID=11> (16/05/09).

Pelo que acabámos de referir, facilmente se constata que o Governo da RAEM aposta no ensino superior público, o qual tem como missão a formação de pessoas altamente qualificadas, com espírito criativo, inovador e empreendedor que possam contribuir para o desenvolvimento socioeconómico, político e cultural e para a formação de uma sociedade com elevados níveis de participação política, cultural e com consciência ética e espírito de luta pelo bem-estar coletivo. Existe também uma plena consciência de que a “batalha” se trava, no presente e no futuro, no âmbito da melhoria do ensino superior⁷⁴ e no desenvolvimento de investigação, o que só será possível através da cooperação entre instituições, locais e estrangeiras, pela formação de docentes com elevado grau de conhecimentos e profissionalismo e pela internacionalização das instituições locais de ensino superior.

Referências Bibliográficas

BRAY, M. (coord.) (2000). Ensino Superior de Macau: Desenvolvimento Estratégico para o Novo Milénio. Relatório de Estudo para Consulta Pública. Tradução/Resumo disponibilizada pelo Gabinete de Apoio ao Ensino Superior de Macau. (Não editado)

BRUXO, J. (2009). O Ensino Superior em Macau. Comunicação apresentada no Seminário Internacional de Educação Superior na Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Brasil. (Não editado)

Boletim Oficial de Macau.

DRAGO, J. (2003, Agosto). Os novos desígnios do Ensino Superior. *Revista Macau, III Série, Nº 15*, 52-70.

⁷⁴ Em 2000, o governo de Macau publicou um documento, sem carácter oficial, “Macau 2020: Os objetivos de longo prazo e as estratégias de desenvolvimento em 20 anos” estabelece como objetivo principal a transformação de Macau numa cidade internacional à luz do princípio “Um país, dois sistemas”, aberta à China e a toda a região Ásia-Pacífico. Neste documento são fixadas as estratégias de desenvolvimento para atingir o objetivo acima enunciado e algumas⁷⁴

LEI, Heong lok (1988) “O Ensino Superior em Macau no final do período de transição” in *Jornal do IPM*, pp. 33-37.

Relatório das Linhas de Ação Governativa do Governo da RAEM: 2000-2009.

SIMÕES, Rui (2001) “Macau's Education System” comunicação apresentada no Simpósio Macau on the Threshold of the Third Millennium, organizado pelo Instituto Ricci de Macau, Macau.

24. M.^a DO CARMO MENDES, UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL (MCPINHEIRO@ILCH.UMINHO.PT)



MARIA DO CARMO MENDES é professora auxiliar do Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos da Universidade do Minho, onde se doutorou em 2006 com a tese intitulada “*Don Juan na literatura portuguesa: receção de um mito literário*”. As suas áreas de investigação privilegiadas são a Literatura Comparada, a Teoria da Literatura, a Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea e as Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa. Tem participado em reuniões científicas em vários países da Europa, com apresentação de comunicações sobre Literatura e outras artes (pintura e cinema), ficção fantástica, ficção policial e narrativa breve contemporânea. Nas suas publicações inscrevem-se cerca de 20 artigos resultantes da investigação científica nas áreas acima referidas, com especial incidência nos escritores Eça de Queirós,

delas, segundo os autores do estudo coordenado por Bray (2000) constituem o reconhecimento da importância do ensino superior “(...) como uma pedra basilar das outras propostas e estratégias de desenvolvimento...”.

Agustina Bessa Luís, Padre António Vieira, Miguel Torga, Aquilino Ribeiro, Ana Teresa Pereira, Ramón del Valle Inclán, Júlio Cortázar e Álvaro Cunqueiro.

É Diretora da Licenciatura em Estudos Culturais da Universidade do Minho.

Leciona em cursos de graduação e de pós-graduação as disciplinas de Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea, Literatura Comparada, Temas Avançados em Estudos Literários, Literaturas dos Países Africanos de Língua Portuguesa e Culturas Europeias (Cultura Grega e Romana). É orientadora de teses de Mestrado nas áreas de Literatura Comparada, Poéticas Interartes e Teoria da Literatura.

Tema 2.9 - AS VERDADES DA HISTÓRIA NA SINGULAR VISÃO DO CABO-VERDIANO GERMANO ALMEIDA

O romance *Eva*, publicado pelo escritor cabo-verdiano Germano Almeida, em 2006, apresenta uma vertente política que traduz a visão de um ficcionista pós-moderno sobre os conceitos de nação, racismo e xenofobia. Ao mesmo tempo, a obra questiona a noção de “luso-tropicalismo” enquanto presumível brandura no comportamento do colonizador português com povos africanos colonizados e estima destes perante aquele.

Assim, a comunicação propõe-se analisar:

- (1) a apreciação dos africanos em geral e dos cabo-verdianos em particular aos últimos anos da colonização portuguesa;
- (2) o delicado processo de independência do arquipélago descrito no romance;
- (3) o conflito entre o desejo de liberdade dos povos oprimidos e o autoritarismo repressor do colonizador;
- (4) a evolução política, cultural e mental de Cabo Verde depois da autonomia;
- (5) a visão do universo feminino africano metaforizado na protagonista da obra; (6) os atos de crueldade e de racismo como mecanismos problematizadores do conceito de “luso-tropicalismo”.

1. Introdução

A partir de um conflituoso e inseparável triângulo amoroso, o romance *Eva*, publicado em 2006 pelo escritor cabo-verdiano Germano Almeida (nascido em 1945), apresenta um conjunto de reflexões e de juízos de valor de cariz civilizacional que, tendo como pano de fundo os derradeiros anos da descolonização do arquipélago, pode ler-se como uma revisitação singular de um período particularmente conturbado nas relações humanas, políticas e culturais entre Portugal e Cabo Verde.

Ao mesmo tempo, *Eva* traduz a visão de um ficcionista pós-moderno sobre os conceitos de nação, racismo, xenofobia e direito à autonomia, questionando as implicações ideológicas do mito do luso-tropicalismo.

Eva apresenta ainda um conjunto de elementos metaficcionais, em particular a relativização da onisciência discursiva de uma só voz e o constante diálogo com outras artes.

Proponho-me, assim, refletir sobre os principais motivos do romance: em primeiro lugar, as turbulências dos últimos anos da colonização portuguesa de Cabo Verde, na visão dos colonizados (cabo-verdianos e, mais amplamente, africanos); em segundo lugar, a tensão permanente, que se estende para além do ano que oficialmente proclama a independência das colónias portuguesas, entre povos oprimidos e autoridades opressoras; em terceiro lugar, a leitura de atos de repressão e de racismo como mecanismos questionadores do conceito de “luso-tropicalismo”; em quarto lugar, a representação do universo feminino metaforizado na protagonista do texto; em quinto lugar, a evolução política, cultural e mental de Cabo Verde pós-independência; em sexto e último lugar, a dimensão pós-moderna da obra.

2. Colonizadora e colonizados / Encontros e desencontros do amor

A relação típica colonizador branca – colonizada negra é subvertida no romance de Germano Almeida. Historicamente, ao branco é conferida a prerrogativa de

seduzir a mulher negra, ora pelo exotismo que a ela é associado – e cuja busca é denunciada pela poetisa moçambicana Noémia de Sousa em “Negra”⁷⁵ –, ora por uma afirmação de virilidade e de prepotência, que lhe conferem a legitimidade para, entre outros, o ato de violação – situação retratada no recente romance do também cabo-verdiano Henrique Levy, *Praia Lisboa* (2010).

Um dos fundamentos do luso-tropicalismo, extensamente explanado pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, assenta no princípio de que o colonizador branco é seduzido pela beleza invulgar da nativa negra. Este princípio é parodiado em *Eva*, uma vez que os processos de sedução e conquista são protagonizados por uma mulher branca portuguesa, enquanto os seduzidos são dois cabo-verdianos.

O título catafórico do romance antecipa a iniciativa da sedução como prerrogativa feminina. Eva, uma dinâmica mulher de negócios casada, seduz dois negros cabo-verdianos, o jornalista e também narrador Reinaldo, e o diletante Luís Henriques, personagem à procura da auto-identidade, perdida com o processo de independência do seu arquipélago.

O retrato de Eva merece considerações mais exaustivas no âmbito da paródia luso-tropicalista. Embora firmemente disposta a manter o vínculo matrimonial (como se confirmará no romance *A morte do ouvitor* (2010), onde Germano Almeida retoma o triângulo amoroso apresentado em *Eva*), esta mulher pode ser identificada como uma aventureira sexual ou, em termos dom-juanescos explicitamente convocados no romance, uma representante do donjuanismo feminino na vertente imediata e superficial deste conceito como mera acumulação de conquistas. Na verdade, Eva não se limita a manter duas relações extraconjugais simultâneas. Se Reinaldo e Luís Henriques se apresentam como amantes duradouros, outros surgem episodicamente em encontros fortuitos e efémeros.

É a própria Eva quem desvaloriza o ímpeto sedutor de Reinaldo, utilizando Don Juan não só para reduzir o amante à categoria “conquistador barato”, como para teorizar sobre o mito literário. O comentário feminino assinala as duas vertentes do

donjuanismo e constitui uma breve incursão pela história do mito. No primeiro caso, Eva sustenta que “*É (...) inaceitável a redução do mito a um simples tarado sexual de pau permanentemente em riste, submetido a um destino imposto pelos apetites do seu corpo. D. Juan não é um alarve hedonista de apetites insaciáveis*” (Almeida, 2006: 184). Como alternativa a esta visão redutora do mito e do herói, Eva observa as exigências do contexto sociocultural da sua emergência: “*Ele foi criado numa época em que a honra era o valor supremo, e só a desonra da mulher era troféu que lhe interessava e lhe acrescentava em glória*” (*idem*: 185).

Nos comentários seguintes, observa-se um inconfessado desejo mimético. De resto, o percurso amoroso de Eva parece ter sempre em perspetiva algumas acções do mito de Don Juan:

“*D. Juan é um sedutor, e seduzir significa levar para o lado, isto é, desviar, corromper, desonrar, subornar, desafiar os deuses, a moral e os costumes. Para o sedutor, só as dificuldades de uma conquista são atrativos. Como um verdadeiro caçador, ele encontra e esgota o prazer no momento em que, depois de difícil perseguição, tem finalmente a presa em mira, imobilizada e vencida. Premir o gatilho é o primeiro momento do anticlímax. É-me por isso impossível imaginar um D. Juan indeciso sobre se uma mulher vale ou não ‘as maçadas de um engate’, pois para um sedutor só as dificuldades de uma conquista são atrativo. Diz-me tu agora, como é que hoje se corrompe uma mulher? Que glória existe em possuir uma, dez, vinte? Se D. Juan afugenta os vossos fantasmas, a nós mulheres povoa-nos os sonhos. Não nos poderá nunca decepcionar pois, enquanto sedutor, só poderemos amá-lo. E se nos burlasse, só nos restaria matá-lo*” (*ibidem*).

Para um ouvinte atento como Reinaldo, esta longa observação é passível de aplicação cabal ao comportamento amoroso de Eva. É ela quem desafia normas (não só aquelas que uma rigorosa educação familiar lhe impusera, como as que advêm do casamento religioso em cuja indissolubilidade acredita); é ela quem se sente fascinada pelo tipo do sedutor dom-juanescos, que procura ser também,

⁷⁵ *Under the Frangipani*, David Brookshaw, 2001, Londres, *Serpent's Tail* e, *Sotto l'albero del frangipani* Roberto Mulinacci, 2002, Parma, Ugo Guanda

colecionando conquistas eróticas que implicam obstáculos, desafios e constantes superações. Reinaldo e Luís Henriques assumem, neste contexto, papéis secundários de homens seduzidos e incapazes de resistirem ao encanto de Eva.

Também em leitura dom-juanesca, a relação que Eva mantém com os dois amantes constitui um mecanismo de afirmação do poder feminino – porventura também de resistência contra o autoritarismo paternalista da colonização. Os envolvimento com Luís Henriques e Reinaldo, embora fragmentários, mantêm-se estáveis ao longo de mais de trinta anos. Em *A morte do ouvidor*, o triângulo amoroso não se desfaz inteiramente, embora tanto Luís Henriques como Reinaldo se mostrem por fim pouco disponíveis para relações tão precárias. Eva, por sua vez, revela algum desinteresse em retomar esses envolvimento, preferindo agora proporcionar condições para uma amizade entre o marido e os dois amantes.

3. Portugal e Cabo Verde: encontros e desencontros da História

Ao longo dos quatro capítulos que compõem a diegese, *Eva* apresenta múltiplos motivos de alcance político-civilizacional localizados num período temporal que se inicia na última década da colonização do arquipélago cabo-verdiano e termina já nos alvares do século XXI. A duração do enredo justifica que as considerações atinjam tanto o desfecho da colonização portuguesa de África, quanto a reação dos cabo-verdianos perante a independência, quanto ainda as transformações do arquipélago até à atualidade.

Tal combinação é evidente desde o capítulo inicial. Num encontro com um polícia, num beco lisboeta, Luís Henriques resiste com dificuldade ao impulso de ofender a autoridade, que lhe merece “um ódio insano e feroz” desde os tempos da juventude. Por isso, confessa: “preferi passar quase três anos na clandestinidade a ir para a tropa, tenho de dar muitas graças e muitos vivos ao defunto 25 de Abril de 1974!” (*idem*: 12).

A Revolução dos Cravos merece comentários positivos, não tanto como momento que propicia a liberdade aos portugueses, mas sobretudo como antecipação daquela que viriam a conhecer os povos das colónias africanas.

Assim, a História de Cabo Verde é objeto de uma dupla focalização. Também em termos culturais se assiste a uma visão que contrasta parcialmente o passado e o futuro. Em diálogo entre Eva e Reinaldo, estabelece-se uma diferenciação entre a livraria do passado, onde o cliente conhece um atendimento amável e personalizado, e as atuais secções de hipermercados onde se amontoam livros próximos de simples produtos domésticos, e onde o consumidor se defronta com a impessoalidade da vida moderna. Mas, de imediato, Reinaldo acrescenta que, mais grave do que a natureza neutra e desatenta do presente, é a escassez de bens culturais em Cabo Verde: “quem nos dera haver livros à venda em Cabo Verde, mesmo que nas ensebadas tascas das fraldas, perdidos entre garrafas de grogue, linguiça assada ou peixe frito de escabeche!” (*idem*: 14).

Na sedutora Eva, evocação da mítica tentadora do *Génese* e recriação contemporânea de Vénus, “saindo do meio daqueles panos como uma deusa desprendendo-se das nuvens que a escondem” (*idem*: 84), identificam-se ainda outros traços de natureza civilizacional: ela é um símbolo da indiferença pelo Outro, pois conquista homens cujos nomes prefere desconhecer; ela é uma figuração moderna e irónica da viagem do colonizador, porque o viajante masculino é agora uma bem-sucedida empresária; ela é, por fim, uma empenhada militante política, entregando-se a causas como o fim da ditadura portuguesa, a oposição à crueza do capitalismo e a luta pela independência do povo timorense. A sua participação em várias manifestações traduz um total inconformismo perante todas as formas de prepotência e de alienação do Outro. Nas múltiplas relações eróticas encontra um modo extremo de afirmação da identidade feminina, em particular de luta contra a alienação da mulher negra colonizada.

Nos três capítulos seguintes, apresentam-se outras tonalidades civilizacionais que arquitetam uma visão completa da História de Cabo Verde.

Eva matiza a influência da colonização e não se exime a considerar que para Luís Henriques, como para muitos cabo-verdianos, o colonialismo é “a eterna desculpa para tudo de mal que continua acontecendo neste país, ainda que por desleixo exclusivo dos cabo-verdianos” (*idem*: 67-8).

O papel de Reinaldo parece ser o de matizar, ao longo de todo o romance, os aspetos negativos da colonização, pois o seu desígnio jornalístico é o de “*dar voz aos que não tinham querido a descolonização, conhecer e divulgar as suas razões, já tinha estado com muita gente que defendia a não independência de Cabo Verde por razões até de defesa do próprio território*” (*idem*: 171). Além disso, o jornalista insiste, em desafio mas também necessidade de contrariar as imagens por vezes gratuitamente negativas de Reinaldo, em utilizar a sua profissão para “*dar a conhecer ao mundo o que este minúsculo país, tido como inviável em 1975, tinha conseguido construir em menos de 30 anos*” (*idem*: 15). Nesse período cronológico, o arquipélago conheceu notáveis progressos na saúde, na educação, no incremento do produto interno bruto, e Reinaldo não pode deixar de assinalar as conquistas dos cabo-verdianos.

O encontro dos dois amigos na capital portuguesa desvenda a motivação do jornalista para a viagem: redigir um conjunto de artigos sobre cabo-verdianos exilados: “*Queria ouvir os que durante toda a vida souberam e sentiram Cabo Verde como parte integrante de Portugal e de repente se tinham visto desmamados e perdidos, porque abandonados pela Mãe Pátria e entregues a terceiros pelo próprio governo do país que era o deles*” (*idem*: 21).

Luís Henriques, autoexilado em Lisboa, simboliza o contraponto, por vezes profundamente agressivo, às visões do jornalista e da empresária: denuncia a existência dos cabo-verdianos de segunda e terceira geração em Portugal, vivendo numa “precária situação” porque não veem reconhecida “a condição de portugueses” (*idem*: 128). Todavia, Reinaldo não deixa de criticar a fuga do amigo, considerando que, ao abandonar o arquipélago, perdeu todas as possibilidades de construir uma vida estável: “*Se tivesses ido para Cabo Verde naqueles anos seguintes à independência, certamente que estarias agora numa posição social, se calhar até*

mesmo política, que te permitiria frequentar, quer em Lisboa, quer numa outra qualquer cidade do mundo, os restaurantes que mais fossem do teu agrado” (*idem*: 169).

Os primeiros anos da independência de Cabo Verde são analisados em alguns dos seus aspetos menos positivos, em especial a debilitação económica, a escassez de bens de primeira necessidade, o monopólio de informação, consentâneo com o regime e partido único, na irónica alusão ao jornal *Voz di Povo*, um semanário fundado após a independência “*e que funcionava como órgão noticioso que refletia as posições e preocupações do Governo do país*” (*idem*: 19), e as secas que assolaram o território. Por fim, a atualidade do arquipélago e as suas relações com Portugal são avaliados de modo tendencialmente pessimista pela personagem que, neste juízo de valor, consolida a sua opção de autoexilado. Em Lisboa, Luís Henriques lamenta as “*condições verdadeiramente miseráveis em que vive a maioria da nossa gente, acho que em Cabo Verde estariam melhor*” (*idem*: 229) e expõe com azedume a dependência cultural do seu arquipélago: “*a nível de literatura muito pouco mudou até agora, continuamos dependentes da consagração de Lisboa, só é bom em Cabo Verde quem for dito de Lisboa que é bom, não temos crítica, quanto mais massa crítica*” (*idem*: 229-30).

Num romance em que se confrontam diferentes visões de Cabo Verde, compreende-se que o conceito de luso-tropicalismo seja também diversamente comentado. Enquanto Eva se assume como sua convicta defensora, afirmando que “*se os portugueses tinham agido em África de forma diferente dos outros colonizadores tinha sido para melhor, e mostrava-lhe como exemplos os espanhóis na América Latina, os belgas no Congo, os ingleses na África do Sul...*” (*idem*: 235), Luís Henriques realiza a sua mais corrosiva paródia, reduzindo a três conquistas (às quais atribui o mesmo valor) o legado português nos países africanos colonizados: “*Vendo bem as coisas, havia importantes heranças de Portugal que os novos países*

independentes deveriam guardar com carinho. E citou três: a língua portuguesa, as mulheres portuguesas e o vinho português” (idem: 236).

Em síntese, a representação da nação cabo-verdiana é submetida a dois olhares fundamentais por Germano Almeida: de um lado, uma visão pessimista, porventura permeada por emoções e tentativas de justificação permanente do estatuto de autoexilado; do outro lado, a visão que se quer mais objetiva, de um jornalista, e mais acomodada com os benefícios das trocas comerciais entre Portugal e Cabo Verde, de uma pragmática mulher de negócios.

Os conflitos amorosos não esgotam a narrativa. Por vezes, esses conflitos são agudizados por aquelas diferentes visões das relações entre Cabo Verde (colonizado e independente, sofrendo todavia muitas vicissitudes comuns a países africanos) e Portugal (colonizador e país europeu, integrado na União Europeia). Outras vezes, esses mesmos conflitos radicalizam os laços precários entre duas personagens masculinas, unidas somente pelo amor à mesma mulher, mais localizadas em territórios ideologicamente muito diferentes.

4. Epílogo

A dimensão digressiva e fragmentária de *Eva* consolida o imperativo de reconstruir a História de Cabo Verde através de visões diversificadas que se enfrentam, relativizando o princípio da verdade absoluta construída por uma só voz. Duas narrativas paralelas – a de um triângulo amoroso e a de um re-encontro com a História do arquipélago africano – permitem desmascarar diversos lugares-comuns, tanto sobre as relações amorosas, quanto acerca do modo de olhar uma nação.

Eva anuncia o protagonismo de uma sedutora mulher, que inverte padrões social e epocalmente impostos ao sexo feminino. Ao mesmo tempo, *Eva* apresenta uma dimensão de plena atualidade na denúncia de todas as formas de autoritarismo (desde a colonização passada ao racismo presente).

Germano Almeida demonstra que, nas suas luzes e sombras, a História de Cabo Verde é feita de múltiplas focalizações, que não autorizam a legitimar uma só visão ou uma única Verdade.

Referências

Almeida, Germano (2006) *Eva*, Lisboa: Caminho.

Almeida, Germano (2010) *A morte do ouvidor*, Lisboa: Caminho.

25. M^a ROSA ADANJO CORREIA, CLEPUL (CENTRO DE LITERATURAS E CULTURAS LUSÓFONAS E EUROPEIAS), (CLEPUL), Grupo de Investigação 2 - Literaturas e Culturas Africanas, desde 2008 UNIVERSIDADE DE LISBOA, PORTUGAL



MARIA ROSA ADANJO CORREIA, natural de Lisboa, professora aposentada do Ensino Básico e Secundário. Leitora ICALP e do Instituto Camões de 1986 a 2003 nas Universidades de Perugia, Autónoma de Barcelona, Vigo e Genebra.

Investigadora do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL), Grupo de Investigação 2 - Literaturas e Culturas Africanas, desde 2008.

Leitora com «Contratto di Collaborazione Coordinata e Continuativa» de Língua Portuguesa no Centro Linguístico d'Ateneo da Universidade de Perugia, com início no ano letivo de 2009/2010.

Licenciada em Literatura Românica pela Universidade de Lisboa, mestranda em Literatura Portuguesa Clássica na mesma Universidade e doutoranda em Teoria da Tradução Literária na Faculdade de Traducció i d'Interpretació da Universidade Autònoma de Barcelona (UAB). Defendeu, em Setembro de 1998, o “Treball de Recerca”: *A Linguagem Literária de Luandino Vieira e a Tradução de um Caso-Limite: João Vêncio: Os Seus Amores*. Tese de doutoramento, em fase de conclusão, sobre as traduções para catalão, francês, italiano e inglês do romance de Mia Couto *A Varanda do Frangipani*.

Ao longo da carreira desenvolveu várias formas de difusão das Culturas Portuguesa, Africana de Língua Portuguesa e Brasileira não só promovendo e organizando ações culturais, com a presença de escritores e ensaístas, como também proferindo conferências e publicando pequenos ensaios em Portugal e no estrangeiro.

Tema 3.1. Reflexões em torno das traduções italiana e inglesa de *A Varanda do Frangipani*⁷⁶

Mia Couto, criou um discurso “novo” construído a partir de múltiplos jogos, originando uma forma “oralizante”, própria da narrativa tradicional africana.

Senhor de um grande domínio da língua portuguesa, nunca cria a partir do “nada”, reinventa o português europeu nas áreas lexical e semântica através de uma espécie de “alquimia” linguística, “des-construindo” e “re-construindo”. Deparamo-nos, assim, com uma prosa moldada pela poesia, alimentando um discurso único, submetido a jogos lexicais, gramaticais e de transgressão ao padrão do português europeu. Adivinhamos um processo lúdico, uma criação de artista, uma cirurgia estética, que junta sons, cores, formas, sensações e conceitos sem verosimilhança aparente com a realidade.

Prefixação e sufixação convertem-se em armas que usa com destreza para incorporar às diferentes categorias gramaticais, suscetíveis de variação morfológica,

matizes semânticos. As palavras partem de elementos conhecidos para procurarem significados compósitos e inexistentes até então, ou substituírem outras em expressões de sentido comum para lhes alargar ou mudar o sentido, ou brincarem com a proximidade do oral.

São imensos e imprevisíveis os resultados dos procedimentos a que o autor recorre para recriar uma linguagem que traduza a magia dos ambientes onde se movem as suas personagens e poder mergulhar nas profundezas da ancestralidade afro-moçambicana.

Serão analisadas as soluções encontradas pelos tradutores relativamente à linguagem inovadora de Mia Couto, nomeadamente os neologismos, jogos de palavras, sintaxe, referências específicas do universo moçambicano e lusófono.

Desenvolvimento

Espartilhada entre duas fidelidades ao original e ao público, a tradução tem de visar, em primeiro lugar, a receção numa outra cultura, país, língua, sendo essa é a *conditio sine qua non* da sua existência, a que está intrinsecamente associada a difusão de um autor ou obra. Assim sendo, a cultura de chegada irá condicionar a “configuração” do texto traduzido, enquanto produto, e os tradutores terão todo o interesse em adaptar o trabalho para o acolhimento, sem que para isso “olvidem” o seu vínculo ao texto de origem mantendo alguma das suas características intrínsecas, como adverte Gideon Toury

...la posición (función) [futura] de una traducción dentro de la cultura receptora [...] debería considerar-se como factor que condiciona en gran manera la configuración misma del producto, en cuánto a modelos subyacentes, representación lingüística, o ambos. (Toury 2004: 48)

Mia Couto, no Romance *A Varanda do Frangipani*, reproduz, através dos habitantes da Fortaleza de S. Nicolau, “vozes” guardadas na memória dos tempos, cuja “reprodução” não é compatível com o PE (português europeu): o mágico, o

76 White, Michael; Gribbi, John, Einstein, Publicações Europa-América, Lisboa, 2004, p. 283.

fantástico, o mitológico e o simbólico da tradição africana, assim como a fauna e a flora, os trabalhos, e tantos outros aspetos da vida social e individual, não são integralmente “traduzíveis”.

Os tradutores de Mia Couto vêm-se assim perante o dilema “traduttore traditore”. Trair ou permanecer fiel a certas formas híbridas e mestiças? Formas que, não sendo acasos, estão intimamente associadas a conteúdos e a intenções. Como traduzi-las? Como levar o leitor a participar do universo cultural do autor através deste discurso elaborado intencionalmente? Será necessário transformar o texto original para o adaptar ao universo cultural do leitor? Será necessário “re-escrever” o texto do ponto de vista da língua de origem, mantendo-o fiel apenas às ideias do



texto de partida?

Em Maio de 1996 sai a primeira edição de *A Varanda do Frangipani*, em Maputo (Editora Ndgira) e em Lisboa (Editorial Caminho). Em 2001, em Londres, o romance é lançado pela Serpent's Tail, com o título *Under the Frangipani*, traduzido por David Brookshaw, e é re-editado em Julho de 2008.

77 Aspetos específicos: «Como é que os tradutores resolvem os problemas relativos à linguagem inovadora de Mia Couto; neologismos, jogos de palavras, sintaxe, referências específicas do universo moçambicano e lusófono; a proximidade a Guimarães Rosa e Luandino Vieira; o tributo à tradição oral africana; a relação tradutor-autor». «Aspetos gerais da tradução literária: tradutor como escritor /intermediário cultural; a tradução como uma arte híbrida; as editoras e a escolha dos autores a traduzir; a receção / divulgação dos autores a traduzir; públicos leitores de tradução.»

Em 2002, é publicado em Itália pela Ugo Guanda Editore, *Sotto L' Albero Del Frangipani*, com tradução de Roberto Mulinacci, inserido coleção «La Frontiera Scomparsa».

A última sessão do «Colóquio Mia Couto», realizado no passado Março de 2010, em Antuérpia, dedicada às traduções do autor apresentava uma série de tópicos⁷⁷ a serem debatidas pelos tradutores presentes⁷⁸ numa mesa redonda. Como guião para esta apresentação escolhemos alguns deles, que considerámos pertinentes para tratar aqui, assim, desenvolveremos os seguintes: no domínio dos aspetos gerais da tradução literária, «a receção/divulgação dos autores traduzidos»; no dos aspetos específicos, «como é que os tradutores resolvem os problemas relativos à linguagem inovadora de Mia Couto, neologismos, jogos de palavras, sintaxe, referências específicas do universo moçambicano e lusófono».

Receção e divulgação:

Quer em Inglaterra, quer na Itália *A Varanda do Frangipani*⁷⁹ não foi o primeiro livro de Mia Couto a ser traduzido, havendo, deste modo, nestas edições, alusões às obras anteriores.

Pelas várias referências escritas seja nas apresentações de cada um destes livros seja em notícias e anúncios, constatamos que o espírito da obra, a sua originalidade, a sua “estória” e a língua “mestiçada” do autor foram captados e reproduzidos por ambos os tradutores.

Na capa de *Under the Frangipani*, encontramos um juízo de valor da escritora Doris Lessing: «*An original and fresh tale quite unlike anything else I have read from Africa...*». Na contracapa, o leitor tem a síntese da intriga e é advertido de alguns

78 Harrie Lemmens (Neerlandês); Karin von Schweder-Schreiner (Alemão); David Brookshaw (Inglês); Ole Eistrup (Dinamarquês); Elisabeth Monteiro (Francês); Nuria Prats (Catalão); Fernanda Angius (Italiano).

79 Cronologicamente: 1989: *Voci all'imbrunire* (trad. Edgardo Pelligrini), Roma, Edizione Lavoro; 1990: *Voices Made Night* (trad. David Brookshaw), Oxford, Heineman; 1994: *Every Man is a Race* (trad. David Brookshaw) Oxford, Heineman; 1998: *Il dono del viandante e altri racconti* (trad. Vincenzo Barca), Como, Ibis; 1999: *Terra Sonnambula* (trad. Matteo e Fernanda Angius), Parma, Ugo Guanda. Reeditado em 2002.

aspetos mágicos: Little Miss No (Nãozinha) «*turns into water as a means or scape, and Navaia, an old man-child, cursed by an evil spirit*» e ainda, o caso de Marta, a jovem enfermeira, que dorme nua no chão para poder absorver «*the secret energies of the earth*». Na Internet podemos encontrar a obra contida na classificação «*fantastic fiction*»⁸⁰ Na página das compras *online* *Serpent's Tail*⁸¹, para a primeira e segunda edições, encontramos a síntese do romance, uma nota biográfica do autor e vários juízos de valor sobre o estilo “coutiano” de que destacamos:



Under the Frangipani combines fable and allegory, dreams and myths with an earthy humour. The dead meet the living, language is invented, reality is constantly changing.” “Part thriller, part exploration of language, Mia Couto surprises and delights, and shows why he is one of the most important African writers of today.

Sotto l'Albero del Frangipani foi terceira obra de Mia Couto a ser editada em Itália o que, de certo modo veio a justificar que na capa desta edição haja poucas referências, ao estilo do autor. No entanto, sob o nome de Mia Couto, está escrito «MIA COUTO – Autore di *Terra sonnambula*», esta obra havia sido re-editada neste mesmo ano, legitimando a referência na capa da publicação. Luís Sepúlveda, diretor da coleção «La Frontiera Scomparsa», apresenta-o, nas únicas palavras da

contracapa: “*Un poeta capace di fare della storia del suo paese, il Mozambico, una grande metafora. la metafora della speranza e della magia come antagonista di una realtà sinistra*”

As abas da publicação resumem e comentam o romance, avisando, no entanto, não se tratar de um “giallo” (romance policial) mas de uma obra que conta “*la storia di un Mozambico lacerato e mágico sempre in bilico tra il sogno e una realtà sinistra*”. Uma memória biográfica de Mia Couto não deixa de afirmar ser ele “*considerato uno dei maggiori scrittori contemporanei di lingua portoghese*”.

Numa recensão crítica sobre *A Varanda do Frangipani*, Marília Piccone⁸² elogia o tradutor nestes termos:

“*Bravo il traduttore nel rendere in italiano le acrobazie linguistiche di Couto che inventa parole nuove congiungendone due, aggiungendo prefissi o modificando la finale, con un effetto coloratissimo, popolare, antico e insieme moderno*”.

3. A resolução de problemas relativos à linguagem inovadora de Mia Couto

A obrigatoriedade quer do número de páginas quer de tempo, para esta comunicação levou-nos a limitar o *corpus* a uma amostragem reduzida de vocábulos e expressões concernentes apenas à área lexical e à linguagem figurada. É principalmente na área lexical que Mia Couto opera a sua criação: empréstimos das línguas bantu, neologismos lexicais, neologismos semânticos. Veremos como resolveram os tradutores as dificuldades encontradas e como as superaram para transmitirem, aos seus leitores, as mundividências, as cosmogonias, os aspetos singulares e diversos do continente África e do país Moçambique, e sobretudo, o estilo de Mia Couto, por ser aí que se concentram as dificuldades mais problemáticas a transpor em *A Varanda do Frangipani*.

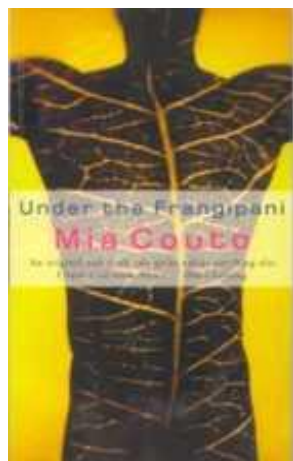
⁸⁰ <http://www.fantasticfiction.co.uk/c/mia-couto/under-frangipani.htm>

⁸¹ <http://www.serpentstail.co.uk/book?id=10919>

⁸² «*Sotto l' albero del frangipani, mia couto giallo in mozambico - un giallo ambientato nel mozambico, scritto da mia couto, uno dei più grandi scrittori di lingua portoghese nato in mozambico nel 1955, non è un giallo comune.*» 08-10-2002, www.stradanove.net

3.1. Empréstimos / moçambicanismos

Não esquecendo que em Moçambique há muitas línguas, próprio autor elaborou um Glossário nas edições moçambicana e portuguesa, reproduzido na tradução italiana, o que não aconteceu na inglesa, sendo essa, já *a priori*, uma diferença fundamental entre as duas traduções no que respeita aos moçambicanismos.



Mia Couto emprega, muitas vezes, no próprio texto a explicação dos conceitos, mesmo daqueles que estão no Glossário, facilitando, assim, a interpretação dos seus leitores e, consequentemente, dos tradutores, que podem reproduzir essas estruturas, como por exemplo:

«Os ossinhos da adivinhação disseram que me devia ser posto um *xi-tsungulo*⁸³. Rodeou-me o pescoço com esse colar feito de panos» (p. 32).

David Brookshaw, o tradutor inglês, que como vimos, não optou pelo glossário, manteve alguns empréstimos integrando no texto a esclarecimento, quer a do original, quer de sua lavra, como por exemplo:

«*Wamulambo*, (em itálico) the huge snake that slithers through the sky during a storm»⁸⁴ (p.85),

It all began in the time beyond time. We say *ntumbuluku* which means when the people came into the world⁸⁵. (p.28)

Don't forget I was once a naparama, my body was sealed by witchcraft from the effect of bullets⁸⁶ (p.111)

Nos vocábulos referentes a plantas manteve Frangipani, Kwangula Tilo e Hacata, traduziu Canhoeiro e Mafurreira pelas designações que constam de listagens, em língua inglesa, de árvores africanas, respetivamente, “maroola”, e “kapot tree”. Os restantes empréstimos foram traduzidos. A maioria dos antropónimos foi mantida, só Nhonhoso e Nãozinha foram alterados, em inglês, “*Old Gaffer*” (Nhonhoso), e “*Little Miss No*” (Nãozinha) uma tradução literal do inglês. Roberto Mulinacci escreveu em itálico palavras do glossário. Desta forma os seus leitores saberão que estão na presença de um conceito afro-moçambicano.

Observando o seguinte quadro podemos ter uma ideia sobre o tratamento diverso dado aos empréstimos pelos tradutores:

A Varanda do Frangipani	Sotto l'Albero del Frangipani	Under the Frangipani
Machamba	Machamba	A harvest
Matope	Matope	Mud
Bula-bulas me desviei por	In chiacchiere mi sono persa	I got carried away for no reason at all
Cacimbo	Nebbia	Dewp
Canhoeiro	Canhoeiro	Maroola
Chamboco	Chamboco	The whip
Chirema.	Chirema.	The soothsayer
Cocwana /s	Cocwana / s	Old boy / old fellows
Frangipani / Frangipaneira	Frangipani	Frangipani
Hacata	hacata	hacata
Halakavuma	Halakavuma	Halakavuma
Inhacoso	Il tignoso	The waterbuck
Kwangula tilo	Kwangula tilo	Kwangula

⁸³ No glossário

⁸⁴ No original: «wamulambo, essa cobra gigantíssima que vagueia pelos céus durante as tempestades», p. 90

⁸⁵ No original: Tudo começa antes do antigamente. Nós dizemos: ntumbuluku. (p. 28)

⁸⁶ No original: Não esqueça eu já fui um naparama. (p. 114)

Madala	Madala	Madala
Mafurreira	Mafurreira	Kapot tree
Makas	Makas	Conflicts
Mamparras	Mamparras	Homy-handed bumpkins
Maningue	Un sacco	The hiding
Matumanas	Matumanas	Matumanas
Morro de muchém	Collinetta di <i>muchém</i>	Termites' nest
Mucangas	Mucanga	Mucangas
Mufanitas	Mufanitas	My children
Muzimo	Muzimo	The spirit
Nãozinha	Nãozinha	Little Miss No
Nhamussoro	Nhamussoro	The soothsayer
Nhonhoso personagem	Nhonhoso	Old Gaffer
Nkakana	Nkakana	Nkakana
Ntumbuluku	Ntumbuluku	Ntumbuluku which means when the first people came into the world
Nyanga	Nyanga	Witch
Pangolim	Il pangolino	The anteater
Tontonto	Tontonto	Fire-water
Wamulambo	Wamulambo	Wamulambo,
Xi-ndau, língua	xi-ndau, língua	Ndau, a language
Xipefo p. 83	Xipefo	Oil lamp
Xipoco	Xipoco	A ghost
Xi-tsungulo	xi-tsungulo	Tsungulo

Vejamos dois exemplos:

mulungo / branco / tuga

Estas três palavras são sinónimas e o autor aplica “mulungo” e branco”, ora pejorativamente, ora afetivamente, estando no seu glossário «Tuga» - português, «Mulungo» – branco, senhor» e «Suca, Mulungo – Vai-te embora, branco».

“Mulungo” significa branco, e está presente em várias línguas bantu de Moçambique: “mulungu” (Ronga, Changana, Xitshwa), “mzungu” (Sena, Nyanja, Chwabu). Também usada na África do Sul (de “mlungu” (Zulu, Xhosa) O caso de «tuga» é diverso, sendo uma palavra de origem obscura segundo o Dicionário Houaiss e, por vezes é usada em sentido pejorativo.

Contexto:

1. (p. 63) Nunca pensei que o branco despertasse. Me enganei. Xidimingo repentinava, esbracejante: – Que estás fazer, caraças de tu! [...]– Para com isso, Nhonhoso da merda, essa árvore é minha. – Sua? Suca mulungo, não me chateia.

2. (pp. 64,65)... eu nos brancos não confio. Branco é como camaleão, nunca desenrola todo o rabo... – Vocês, pretos, vocês falam mal dos brancos mas a única coisa que querem é ser como eles... – Os brancos são como o pipiripi: a gente sabe que comeu porque nos fica a arder a garganta. [...] O velho branco riu-se sozinho. [...] – Você é que apanhou maningue, seu velho branco. [...] – Charra! Eu quase ia morrer sem bater num branco. [...]

3. (pp. 65,66,67) - [...] Essa velha é doida, Nhonhoso... Não sei, mulungo, não sei. Eu neste mundo já não ponho certeza. [...] Estou quase a morrer, Nhonhoso. Já o céu para mim começa mesmo em cima dessas folhas [...] estremeci ao escutar estas palavras. Aquele branco tinha sido tão companheiro dos últimos anos que eu me inimaginava sem a existência dele. Nada, mulungo. Ainda havemos de sentar muitas vezes nesta varanda. [...] Você, mulungo, você só me faz rir. Você é boa pessoa.

4. (pp. 70,71,72) Adormecemos naquele sono de velho que é leve e breve. De vez em quando, eu conferia a respiração do tuga. A meio da noite ele me estremunhou [...] E voltámos a nos deitar. [...]O branco me tocou a pedir uma faca [...] Finalmente, foi vencido pelo sono. Eu esperava aquele momento. O português falara nas garças que se cobrem com as próprias asas.

Inglês

1. (p. 57) I never thought the white man would wake up. A heated argument began. [...] / - Yours? Be off with you, whitey, and don't bother me.

2. - (pp. 58,59) I don't trust whites. A white is like a chamaleon [...] / And you blacks, you find fault with whites [...] / Whites are like pepper [...] / The old white man laughed to himself [...] / You're the one who got the hiding, whitey... [...] / I would have meet my maker without ever having hit a white man.

3. -(pp. 59,60,61) We talk about little Miss No [...] / I don't know, boss, [...] / That white man had been a close companion of mine over recent years [...] / Nonsense, boss. we'll sit out on this terrace for many day to come. / Boss, you make me laugh so much.

4 – (pp. 65,66,67) Every so often i checked the white man's breathing [...] / The white man asked me for a knife [...] / The Portuguese had talked of herons...

Italiano

1. (p. 61). Non ho mai pensato che il bianco si svegliasse. / Tuo? Suca mulungo, non mi rompere.

2... (pp. 62,65). Io non ho fiducia nei bianchi. Il bianco è come un camaleonte,... / E voi, negri, voi parlate male dei bianchi ma l'unica cosa che [...] / I bianchi sono come il piri-piri [...] / Il vecchio bianco ha riso da solo. [...] / Sei tu che ne hai prese un vecchio bianco. [...] / Charra! Quasi morivo senza picchiare un bianco. [...]

3. - (pp. 63,64,67) Parlavamo di Nãozinha, [...] / Non so, mulungo, non so[...] / Quel bianco mi era stato tanto amico [...] / Niente, mulungo. [...] / Tu mulungo, mi fai solo ridere.

4 –(pp. 69,70) Di quando in quando io controllavo la respirazione del tuga [...] / Il bianco mi ha toccado chiedendomi un coltello [...] / Il portoghese aveva parlato delle garze...

O tradutor inglês, embora jogando com os termos “white”, “boss” e “portuguese”, estabelece distinção usando “boss” para traduzir “mulungo” e o diminutivo “whitey” para a modalidade pejorativa expressa em “suca, mulungo”, “boss”, neste contexto, conota a carga afetiva. O tradutor italiano seguiu à letra o original.

mupfukwa

Palavra usada em várias línguas bantu de Moçambique (Nyanja, Nyungwe) e que Mia Couto não **colocou no seu Glossário, tendo-a especificado no próprio texto sob** forma de etiqueta e assim agiram os tradutores:

Contexto

1. p. 34 - Foi então que me expulsaram me excomungando para este asilo. Eu trazia maldição, estava contaminado com um mupfukwa, o espírito dos que morreram por minha culpa.

2. p.35:- Quando cheguei ao asilo entendi que esta era a minha última e definitiva residência. Fiquei derreado, durante dias e dias nem pus dente em côdea. Padeci tais fomes que só não morri porque a morte não me encontrou, tão magro estava. [...] Depois, muito depois, uma notícia me trouxe esperança. Nessa altura chegou ao asilo uma velha chamada de Nãozinha. Logo correram os ditos: ela era uma feiticeira. [...] Um dia ... chamou-me para me dizer que iria aprontar uma cerimónia para agarrar o mupfukwa, esse mau espírito que me perseguia

Inglês

1. (p.28) I bore a curse, I was contaminated by a mupfukwa, the spirit of those who had died because of me.

2. (p.30) She called me to say she would prepare a ceremony in order to catch the mupfukwa, the evil spirit who was persecuting me.

Italiano

1. (p.31) Io portavo maledizione, ero contaminato con un mupfukwa, lo spirito di coloro che sono morti per colpa mia.

2. (p.33) Mi ha chiamato per dirmi che avrebbe approntato una cerimonia per afferrare il mupfukwa, lo spirito malvagio che mi perseguitava.

3.2. NEOLOGISMOS LEXICAIS

3.2.1. *Amálgama lexical* – sendo o processo de inovação lexical mais produtivo, consiste na junção de palavras de forma a criar um novo vocábulo cuja «interpretação dependerá sempre, da recuperação mediante o contexto da palavra truncada. É isto que constitui especificidade das amálgamas em relação aos outros casos de criação lexical e torna o contexto indispensável à sua interpretação»⁸⁷. As amálgamas lexicais constituem uma espécie de *ex libris* do estilo de Mia Couto. O significado do vocábulo, resultante da aglutinação de palavras, só pode ser compreendido em contexto. Acontece que, por vezes, o significado não é evidente, dificultando a tarefa do tradutor. Há situações em que o autor fornece pistas para a

⁸⁷ Gaspar et alii

interpretação, como por exemplo, «falgato»⁸⁸ (falcão+gato), mas, na generalidade, é ao leitor/tradutor que compete deduzir o sentido, como veremos a seguir:

Atrapalhaço: Amálgama de “atrapalhado”+”palhaço”. A tradução inglesa vai guardar o sentido de “atrapalhado”. No caso da versão italiana o tradutor italiano terá feito uma amálgama: impagliare + pagliaccio = impagliacciato, retendo também o sentido de “atrapalhado”, o que me foi confirmado pelo tradutor com quem tive a oportunidade de trocar ideias.

Contexto

(p. 14) “De necessitado eu passava a necessário. Por isso me covavam o cemitério, bem fundo no quintal da fortaleza. Quando percebi até fiquei atrapalhaço.”

Italiano

(p. 12) Quando mi ne resi conto, rimasi impagliacciato

Inglês

(p. 4) When I realised what was happening, I didn't know what to do.

ESCORREGATINHOSA: Amálgama de “escorregar”+”tinhosa” ou, segundo outras interpretações “escorregar”+ “gatinhosa”. Escolhemos este caso por não ter encontrado unanimidade, tratando-se, assim, de uma situação interessante para uma reflexão sobre a problemática da tradução. Caso se tratasse da segunda aceção, estaríamos em presença de “gatinhosa” palavra formada, por um processo de derivação/sufixação (sufixo derivacional -osa), sendo, portanto, criação de Mia Couto.

Contexto

(p. 130) Me desterraram nesse campo acusada de namoradeira, escorregatinhosa em homens e garrafas. [...] Nesse campo eu cumpria a sentença eu me degradava a custo de sexo, bebida e seringa.

Italiano

(p. 128) Mi esiliarono in questo campo con l'accusa di essere una civetta, scivologattinosa su uomini e bottiglie.

Inglês

(p. 126) They carted me off to this camp charged with being a loose woman, as fast and slippery with men as with a bottle. p. 126

Temos, então, um neologismo polissémico, podemos interpretar como uma mulher alcoólica e leviana, que nos é sugerido pelo lexema “escorregar” (resvalar – insinuado pelo facto de Marta se embriagar; em sentido figurado, ter um deslize moral, uma fraqueza), e em “tinhosa” (em sentido figurado: pessoa repelente, nojenta) a redundância. Para a “gatinhosa”, sugere-nos a imagem de uma gata em cio, que se rasteja, sendo esta a interpretação de Cavacas (1999, p. 108), Laban (1999, p. 500) e de MaryvonneLapouge-Pettorelli,⁸⁹ a tradutora francesa. Na tradução inglesa constatamos a primeira aceção, na italiana a segunda. O contexto diz-nos que Marta tinha sido enviada para um campo de re-educação, nessa linha de ideias preferimos a interpretação de “tinhosa”.

3.2.2. Composição – o processo presente nas regras de composição do português europeu, consiste na reunião de dois radicais por justaposição ou por aglutinação. Este processo, em Mia Couto, é bastante semelhante ao da amálgama mas implica uma análise morfológica. A composição, em Mia Couto, muito próxima da amálgama, é, no entanto mais traduzível, sobretudo nas línguas românicas, como é o caso dos elementos de formação “omni” e “contra”, que escolhemos para exemplo.

Omnimnésico: Palavra composta de “omni” + “mnésico”: lembrar-se de tudo. Para o italiano é possível fazer uma tradução literal, o que já não acontece com o inglês, digamos que a tradução inglesa manteve o sentido do original, usa três palavras iniciadas por “every”, produzindo musicalidade através de rima inicial, assonância a aliteração.

Contexto

⁸⁸ «No zoo-ilógico» in *Cronicando*, p. 113 (ed. Maputo) “Comecemos pelo falcão: já viram os olhos, como são felinos? Certo seria chamar-se falgato.”

⁸⁹ *La véranda au frangipanier*, 2000, Paris, Albin Michel, (p.171) «J'ai été déportée dans ce champ parce qu'on accusait d'être une fille facile toujours en train de courir, chatte en chaleur, derrière les hommes et d'aimer la bouteille.»

(p. 120) Perdera a capacidade de sonhar. Agora alojado em corpo de vivente, me lembrava de tudo, eu era omnimnésico. Era como se vivesse de regresso, em viagem de ida e volta.

Italiano

(p. 118) ...io mi ricordavo di tutto, ero omnimnesico

Inglês

(p. 121) I could remember everything, everywhere, everytime

3.2.3. *Prefixação* — processo presente nas regras de composição por prefixação do português europeu, consiste anteposição de um advérbio, preposição ou pronome ou de um prefixo. Mia Couto aplica este processo subvertendo os elementos por oposição ou analogia. O prefixo de negação “des-“, por exemplo, é utilizado frequentemente em formas sinónimas ou na formação de palavras não existentes no léxico do português europeu. O prefixo “in-, im-, i-, ir-“ aparece paralelamente a “des-“ na formação de nomes. Ex^{os}: desroupar palavra formada por analogia com “despir”; ilúcido, formada por contraste com “lúcido”.

Exemplificando com:

Inexistir: Formada com o prefixo “in”+ “existir”. Em italiano, língua românica cujo prefixo de negação “in-“ é idêntico ao do português, criou o neologismo pelo mesmo tipo de formação. Assim, esta tradução pode ser literal. Em inglês o neologismo foi traduzido pela forma negativa do verbo.

Contexto

(p. 99) Será que para vocês, eu não sou um homem bom? – Você não é bom nem mau. Você simplesmente inexistente. – Como inexistente ?

Inglês

(p. 95) You just don't exist – What do you mean, I don't exist?

Italiano

(p. 97) Lei semplicemente inesiste – Come, inesisto?

3.2.4. *Sufixação* — homólogo às regras de derivação do português europeu, muito produtivo em palavras já existentes no português europeu modificando-lhe o significante, mas mantém o significado. Assim como a formação de verbos a partir de substantivos e/ou adjetivos e de adjetivos a partir dos verbos criados: Ex^{os}: repentinar> de repentino; cambalhotado de cambalhota. São fundamentalmente os verbos formados a partir de nomes de animais para significar comportamentos um dos aspetos que consideramos mais interessantes. Vejamos o caso de:

Abutrear: formada de “abutre”+ “ear”, aparece em dois momentos diferentes na obra, na primeira com o sentido metafórico de “roubar”, no segundo sob a forma de uma imagem, significando “perseguir”

Contexto

1. (p. 27) - Mas eu vi esse mexilhento. Sim, vi. Era um vulto abutreando as coisas do senhor.

2. (p. 148) – O polícia ainda hesitou um momento. Espreitou o céu, confirmando a iminente ameaça. [...] depois se decidiu a seguir-me, às pressas. Corremos em direção à praia. O helicóptero nos perseguiu, abutreando lá no alto.

Inglês

1. (p. 22) It was a shape picking over your things like a vulture, sir

2. (p. 146) The helicopter chased us, hunting like a vulture overhead.

Italiano

1. (p. 25) C'era una figura che sciacallava le cose del signore.

2. (p. 146) L'elicottero ci ha inseguito, avvoltoioando là in alt.

Na tradução inglesa temos a opção da paráfrase de estrutura comparativa enquanto em italiano é possível criar também um neologismo. Tendo tido a possibilidade de consultar Roberto Mulinacci, cujo testemunho aqui fica:

“Era um vulto abutreando as coisas do Senhor: neste caso, o termo original (abutre), que em italiano significa “avvoltoio”, tem uma aceção metafórica (no sentido dado pelo Houaiss de “indivíduo que deseja a morte de outrem para apossar-se do que lhe pertence”) e então acho que seria preferível traduzi-lo como “sciacallo”,

sobretudo porque em italiano existe a palavra "sciacallo" (chacal) justamente neste sentido de "pessoa que rouba nas casas ou nos lugares abandonados/destruídos após guerras, terremotos, catástrofes, etc." E a maneira furtiva em que a tal personagem estava a revistar as coisas do Izidine, sugeriu-me esta imagem mais do que a do abutre (conquanto na sua versão sempre metaforizada, também em italiano, de pessoa ávida, rapace, cruel). Portanto, no exemplo seguinte, vale exatamente o raciocínio oposto: o helicóptero não se comporta como um chacal, mas parece muito mais voar ou pairar sobre alguém como faz o abutre sobre a carcaça de um cadáver. Daí, a minha solução." (e-mail de 22/08/05)

4. EXPRESSÕES / FRASES IDIOMÁTICAS

Saber de cor e sal tirado: O autor "brincou" com a sonoridade de expressão idiomática do português europeu «saber de cor e salteado»:

Contexto

(p. 124) Eu conhecia o argumento do halakavuma. Andamos a aprender o mundo mesmo ainda quando estamos em ventre de mãe. [...] Palavra de pangolim, já eu há muito a sabia de cor e sal tirado.

Inglês

(p. 121) As for the anteater's argument, I had known it by heart and back to front

Italiano

(p. 122) Parola di pangolino, ormai io da molto la conoscevo per filo e per segno

Os tradutores compreenderam e apropriaram-se do sentido, ambos usaram expressões para que os seus leitores compreendessem a ideia original. As expressões inglesas "by heart" e "back to front", mantêm o significado do original e são redundantes, foi a forma encontrada para, de certo modo, corresponder à subversão do autor. Em italiano a expressão idiomática "conoscere per filo e per segno" corresponde a "conhecer de cor e salteado", o tradutor jogou com a palavra "segno" substituindo-a por "sogno" dando, assim, a dimensão mágica e correspondendo à subversão de Mia Couto.

5. Rimas, Assonâncias, Aliteraões, Paronomásias

Mia Couto é um poeta, como sabemos, nos seus textos em prosa as frases encontram-se repletas de poesia: **"Nunca abandonei a poesia. Não se deixa a poesia se se é realmente poeta. Escrevo em prosa mas por via da poesia"**. Não poderíamos deixar de tocar, mesmo ao de leve, nesta área.

Assim, selecionámos apenas duas situações:

Contexto

(p. 79) Estacou perante os mil fechos, ferrolhos e fechaduras

Inglês

(p.73) He stopped in front of all its locks, padlocks and bolts

Italiano

(p.77) Si è bloccato dinanzi alle mille chiusure, catenacci e serrature

Temos no original aliteração (fechos, ferrolhos e fechaduras); Assonância (ferrolhos fechaduras) e paronomásia (fechos e fechaduras). Em inglês aliteração (all locks, padlocks bolts / front of); assonância (stopped of all locks, padlocks and bolts) e paronomásia (locks padlocks) e em italiano Aliteração (è bloccato chiusure, catenacci / alle mille); Assonância (Si dinanzi mille chiusure, catenacci); Paronomásia (chiusure serrature).

Contexto

(p. 84) Veio o poente. Veio a assombrável sombra: a noite

Inglês

(pp. 78-9) The sun set. The frighful shadow of night fell

Italiano

(p. 82) Venne il tramonto. Venne la spaventevole ombra: la notte

No original rima inicial no original (Veio / Veio); Aliteração (assombrável sombra); Assonância (assombrável / sombra). Em Inglês, Aliteração - sun set shadow / frighful of night fell / frighful of night; Assonância - The sun set. The

frighful shadow of night fell; e em italiano, rima inicial (Venne / Venne) e Aliteração (Venne la spaventevole).

6. Concluindo

Eis uma ínfima amostragem de alguns aspetos que nos permitem equacionar o trabalho realizado pelos tradutores David Brookshaw e Roberto Mulinacci. Traduzir é sempre adaptar à “nossa” língua uma outra, adaptação que implica continuamente uma tomada de posição crítica, mesmo inconsciente, implica, por vezes, omitir ou acrescentar, implica até, por vezes, o eterno dilema traição ou fidelidade: trair, ser fiel, ou “negociar” com o texto-fonte.

Vimos dois estilos de trabalho estimulados por duas línguas: uma românica, outra germânica.

Cremos que os leitores ingleses e italianos foram levados a compreender a não só a cultura, mas também a língua e o estilo do autor e quando viraram a última página se sentiram enriquecidos e, sonhando, viajaram até ao outro lado do mundo, lá para as bandas do Índico, lá onde os frangipanis «são o lugar do milagre» e um «xipoco» para de tornar «xicuembo» tem de remorrer, e que lhes foi escancarada uma janela sobre um mundo desconhecido até então.

7. Referências bibliográficas:

A.A.V.V., 1994, «La traduction des auteurs de langue portugaise dans le monde» in *Onzièmes Assises de la Traduction Littéraire*, Arles, Atlas Actes Sud, pp.31-65

Barrento, João (2002), *O Poço de Babel – Para uma Poética da Tradução Literária*, Lisboa, Relógio d'Água

Cabral, António Carlos Pereira, 1972, *Pequeno dicionário de Moçambique*, Lourenço Marques, ed. do autor

Cahen, Michel, 1995, «Des difficultés de traduction de la lusophonie populaire», *Politique Africaine*, Paris, Karthala, n°58, juin 1995, pp.170-174.

Cavacas, Fernanda, 1999, *Mia Couto: Brinciação Vocabular*, Lisboa, Mar & Além / Instituto Camões.

Couto, Mia, 1996, «Um dilaceramento profundo» (11/06/1996), entrevista concedida a Maria Teresa Horta, in *Artes*, Suplemento literário de *Diário de Notícias*, Lisboa

Couto, Mia, 2002, «Entrevista» (entrevista concedida a Fernanda Pratas, in *Ler Livros & Leitores*, n° 55, Verão de 2002, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 50-65.

Eco, Umberto, 1990, *I Limiti dell'Interpretazione*, Milão, Bompiani.

Eco, Umberto, 1993, “Traduction et langue parfaite” in *Dixièmes Assises de la Traduction Littéraire*, Arles, Atlas Actes Sud

Eco, Umberto, 2005, *Dizer quase a mesma coisa*, Lisboa, Difel

Gonçalves, Perpétua 1997. «Para uma aproximação Língua-Literatura em Português de Angola e Moçambique». Luanda. 1º Encontro Internacional sobre Literatura Angolana. 10-13/10/1997 in *Palavras*, n° 14, Lisboa, Associação de Professores de Português, pp. 77-85

Jun, Xu, 1999, «Réflexions sur les études desproblèmes fondamentaux de la traduction», *Meta- Journal des traducteurs*, XLIV, 1, Québec

Laban, Michel, 1999, *Mozambique : Particularités lexicales et morphologiques de l'expression littéraire en portugais*, Paris, Université Sorbonne Nouvelle Paris III

Laban, Michel, 1998, *Moçambique, Encontro com Escritores* Porto, Fundação António de Almeida

Leite, Ana Mafalda, 1998, *Oralidades & Escritas*, Lisboa, Colibri,

Margot, J. Cl., 1979, *Traduire sans trahir : la théorie de la traduction et son application aux textes bibliques*. Prólogo de Georges Mounin. Lausanne: L'Âge de l'Homme, 388 pp.

Martins, Celina, 2002, «O estorinhador Mia Couto. A poética da diversidade», *Conversa com o escritor moçambicano no Funchal*, 22 de Abril de 2002 – Madeira, Portugal

Matusse, Gilberto, 1998, A Construção da Imagem da Moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane

Noa, Francisco, 1998, *A Escrita Infinita*, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane

Salter, Andrés Xosé, 2000, «Traducir a Mia Couto – Una visión particular del portugués de Mozambique», Barcelona, V Congrès Internacional de Traducció - Interculturalitat i traducció: les llengües menys traduïdes

Sévry, Jean, «Traduire une oeuvre africaine» in: *Palimpsestes* nº8, Paris, Presses de la Nouvelle Sorbonne, pp 135-145.

SIMÕES, Manuel G., s/d, «O complexo do tradutor : a tradução poética entre sistemas linguísticos afins» in *Del Tradurre : 1*, Milão, Università degli Studi di Milano, Bulzoni Editore

Steiner, George, 2002, *Depois de Babel – Aspectos da Linguagem e tradução*, Lisboa, Relógio d'Água

Toury, Gideon, 2004, *Los estudios descriptivos de traducción y más allá. Metodología de la investigación en estudios de traducción*, Madrid, Cátedra.

MANUEL JOSÉ SILVA, investigador da Universidade do Minho, doutorou-se na Universidade de Caen (França) com um “Doctorat d’État” intitulado *Quelques aspects de la complémentation verbale dans la phrase simple en français contemporain* (1991).

Tem participado em numerosos Colóquios, nacionais e internacionais, havendo publicado um número considerável de artigos científicos.

Em 2008, publicou o ensaio intitulado *La langue française et l'histoire*, encontrando-se, atualmente, a preparar um ensaio subordinado ao tema *D. Sebastião na literatura portuguesa contemporânea*.

Tema 2.4 Da latinidade à romanidade ou a procura da génese nacional.

A língua pode ser um fator muito importante na construção da identidade de um povo e das suas fronteiras geográficas. Mas não é o único. Na verdade, a História condiciona a formação dos diversos Países e condicionou, em particular, a de Portugal, uma nação de língua românica.

Por vezes, confunde-se latinidade e romanidade. Não há, atualmente, povos que falem o latim como língua materna. No entanto, as suas línguas, chamadas românicas, têm uma origem comum: o latim falado (tardio). Quando esta língua deixou de ser falada e compreendida, tendo evoluído de um modo diferente nas diversas regiões, às novas línguas, resultado desta lenta evolução diferenciada, foi dado o nome de romance e, posteriormente, de línguas românicas.

A breve evocação da História leva-nos a compreender a sua influência na génese da formação de Portugal e da língua portuguesa. De facto, com a fundação da *Portugalensis Provincia*, subordinada à monarquia leonesa, e com a criação do reino luso no século XII, a língua comum do Norte da Península começa, paulatinamente, a cindir-se em duas línguas: o português e o galego. Nenhuma razão de ordem linguística, geográfica, cultural ou caraterológica separou os Portugueses dos Galegos. Apenas a História os dividiu.

26. MANUEL JOSÉ SILVA, UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA



No século XVI, o português da Corte, da alta burguesia e, sobretudo, dos homens de letras afastou-se definitivamente da língua galega. Nos nossos dias, porém, estas duas línguas românicas ‘aproximaram-se’ e caminham ‘lado a lado’.

Na nossa breve comunicação evocaremos alguns fatores de ordem histórica e social que contribuíram para a génese e evolução da língua portuguesa. Na verdade, esses fatores foram também de grande importância no que diz respeito à construção da diversidade das línguas românicas que, tendo uma origem comum, o latim vulgar também conhecido por latim falado tardio, se diferenciaram umas das outras ao longo dos tempos.

É certo que as cinco línguas românicas principais (o português, o espanhol, o francês, o italiano e o romeno) têm um fundo lexical comum herdado do latim. Porém, a morfossintaxe e, sobretudo, a configuração fonética das mesmas tornam-nas bem diferentes umas das outras.

Se a génese é comum, a diversidade e a variação dependeram fortemente de fatores históricos e políticos, da influência das classes sociais privilegiadas e do fascínio exercido pela literatura.

Raramente as fronteiras geográficas, historicamente flutuantes, coincidiram com o que poderíamos designar por fronteiras linguísticas. Recordo um caso em que essa coincidência ocorreu. Após a morte do imperador e rei dos Francos Carlos Magno (Éginhard, 2007 e Riché, 1983), os seus três netos Lotário, Luís e Carlos envolveram-se em lutas fratricidas por causa da divisão do vasto império carolíngio e da atribuição do título de imperador. Pelo tratado de Verdun, em 843, fez-se a divisão territorial do império tendo como base as zonas linguísticas: a *Francia occidentalis*, onde se falava a “rustica romana lingua”, ou o protofrancês, a Lotaríngia, onde os habitantes falavam também a língua germânica, e a *Francia orientalis*, hoje Alemanha, de língua tudesca ou germânica. Assim, podemos afirmar que parte da Europa do século IX definiu as suas fronteiras geográficas com base nas suas fronteiras linguísticas (Huchon, 2002: 51 e Lodge, 1997: 91).

Recordemos, todavia, uma questão que para muitos é apenas retórica e controversa. Somos de opinião, no entanto, que tem algum interesse e, por isso, evocamo-la rapidamente.

Diz-se que as cinco línguas de que falámos são latinas ou neolatinas. Todavia, o latim é, atualmente, uma língua morta, que desapareceu, paradoxalmente, com o Concílio Vaticano II nos anos sessenta. Além do mais, as línguas em questão pouco ou nada têm que se pareça com o latim, sobretudo com o latim clássico (do ano 14 a.C. ao ano 90). É, por esta razão, mais adequado utilizarmos o termo românicas, que passamos a justificar.

Quando em 813 os bispos franceses, no Concílio de Tours, pediram aos sacerdotes que explicassem o Evangelho, não em latim, que os fiéis já não compreendiam, mas em romance/romanzo ou protofrancês, afirmaram publicamente o que já era óbvio: tinha nascido uma nova língua, o romanzo ou língua romance (Carpentier *et alii*, 1987: 104 a 107).

No sintagma nominal línguas românicas, o adjetivo reporta-se ao termo romance, cujo sentido evoluiu: romances eram as obras escritas em língua românica.

Os impérios não tiveram, geralmente, uma longa duração. No entanto, o império romano sobreviveu durante setecentos anos, aproximadamente. De facto, cerca de duzentos anos antes de Cristo, as legiões romanas já tinham penetrado na Ibéria e aí permaneceram até à queda de Roma, em 476. Esta longevidade invulgar do império explica, em parte, as marcas profundas deixadas nas línguas, culturas e modos de viver dos países europeus contemporâneos.

Roma cedo conquistou a pequena cidade do Lácio, no centro da Itália, cujos habitantes falavam o latim. Em Roma, falava-se uma variante do latim do Lácio, mas, como parece evidente, foi esta variante que se impôs.

As legiões romanas ocuparam sucessivamente todas as regiões de Itália, as ilhas do Mediterrâneo, o norte da África, a Península Ibérica, a Gália, as Ilhas Britânicas e a Dácia (Roménia, *grosso modo*). Numa palavra, Roma estendeu o seu poder até às fronteiras do Reno e do Danúbio.

Como foi possível que este império se mantivesse durante sete séculos? Os seus exércitos eram extremamente disciplinados e alguns dos seus comandantes ficaram na História pela sua coragem e estratégia militar. (Lamartine, 1856: 119). Ser-se soldado era socialmente muito apreciado e uma honra reconhecida pela República e pelo Império.

Como sabemos, a civilização romana era admirada por todos os povos. Por esse motivo, a romanização dos territórios conquistados não foi difícil, sobretudo nas cidades mais importantes. É certo que, por vezes, houve forte resistência às forças romanas. Basta lembrar que a pacificação da Hispânia demorou cerca de cento e cinquenta anos. Os Portugueses conhecem, talvez muito vagamente, Viriato, o histórico e mítico chefe da Lusitânia, a “*mais poderosa das nações ibéricas e a que entre todas por mais tempo deteve as armas romanas*” (Ribeiro, 1987: 33).

Em geral, os conquistadores respeitavam, segundo alguns investigadores (Jabouille, 1996: 39-40), os usos e os costumes, a religião e a língua dos povos vencidos. No entanto, eram cruéis e implacáveis para os que lhes resistiam. Lembramos a destruição completa de Numância, após um cerco de onze meses, em 133 a.C., de Sagunto, na costa valenciana, que havia sido conquistada por Aníbal, de Cartago, em 219 a.C., o cerco interminável de Alésia, perto de Lutécia, hoje Paris, onde a estratégia de Júlio César acabou por derrotar, em 52 a.C., as tribos celtogaulesas comandadas por um outro chefe mítico, Vercingétorix.

Os historiadores modernos, reconhecendo, no entanto, os aspetos bárbaros de algumas conquistas, são de opinião de que os vencedores procuraram integrar os autóctones na civilização e na administração romanas, concedendo-lhes, por exemplo, a cidadania romana quando a mereciam. A este propósito, cito um extrato do Editorial da revista *Les Cahiers de Science et Vie*: “*Une grande tolérance vis-à-vis des croyances et des cultures existantes; des capacités d'intégration inédites avec la concession progressive de sa citoyenneté aux peuples colonisés et l'affranchissement des esclaves; l'instauration d'un régime politique, d'une administration et d'un système judiciaire élaborés, le caractère universel et la laïcité du droit.*” (2010: 3).

Aquando da conquista da Península Ibérica (Júlio César nos anos 40 a.C. silenciou os últimos rebeldes do Norte), o latim vulgar foi substituindo a pouco e pouco as línguas locais, sobretudo nos grandes centros urbanos.

No tempo do imperador Constantino, em princípios do século IV, a Igreja Católica, uma instituição muito respeitada, contribuiu eficazmente, por razões apostólicas, para a divulgação do latim. Alguns linguistas (Giusti, 1997: 21) criticam a Igreja por ter participado no genocídio linguístico dos falares indígenas. Não obstante, uma afirmação destas parece-nos exagerada por duas razões: a Igreja recorreu à língua oficial para ter a possibilidade de anunciar o Evangelho. É esta a primeira razão. A segunda assenta na ideia de que não podemos analisar o passado com a nossa sensibilidade de hoje, que respeita e protege as minorias linguísticas.

O latim falado diversificou-se rapidamente no tempo e no espaço. Houve regiões que ofereceram mais resistência à evolução e à inovação linguísticas, especialmente onde a presença da administração romana era mais visível e importante.

Na Ibéria, dado que o latim foi introduzido muito cedo, como já referimos, este resistiu mais tempo à diversificação e à evolução. Na Gália romana, porém, estas foram mais céleres, de tal modo que no século IX o povo já não falava nem compreendia o latim. E foi nesse mesmo século que apareceu, em 842, o primeiro documento escrito redigido em protofrancês e chamado *Juramento de Estrasburgo* (Cerquiglini, 1993 e Silva, 1999).

As invasões germânicas, nos séculos IV e V, contribuíram de modo particular para acelerar as mudanças linguísticas, sobretudo no que diz respeito ao léxico, à fonologia e fonética do latim. Estes povos não impuseram a sua língua aos vencidos. Pelo contrário, aprenderam o latim à sua maneira, sobretudo as classes nobres que se tornaram bilingues (Riché, 1992).

As invasões trouxeram a destruição e o fim das escolas episcopais e conventuais. Porém, a Igreja, respeitada e admirada pelos invasores, que se converteram ao catolicismo, foi a única instituição que resistiu ao caos, procurando guardar e proteger as bibliotecas e as grandes obras literárias.

Os Germânicos, sobretudo os Suevos e os Visigodos, acabaram por fixar-se na Hispânia. Os Suevos fundaram um reino, no século V, com a capital em Bracara Augusta, sendo o Porto de Calle a sua mais importante praça-forte. As fronteiras deste reino suevo situavam-se aproximadamente entre o rio Tejo e o mar Cantábrico. Poucos vocábulos de origem germânico-sueva entraram no léxico latino.

Os Visigodos derrotaram os Suevos e fundaram um reino peninsular até à invasão árabe no início do século VIII.

Com estas invasões e com a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, bastantes zonas de expressão românica ficaram isoladas, particularmente a região leste da Europa. A comunicação tornou-se difícil, o que contribuiu, com o passar dos séculos, para uma cada vez maior diversidade entre os falares de origem latina.

O sistema feudal fraturou ainda mais a sociedade medieval, contribuindo, igualmente, para a formação de novas línguas e dialetos.

No que respeita ao que é agora o território nacional, os Árabes avançaram do Sul para o Norte, até Coimbra, mas foram expulsos do Algarve (1249) pelos sucessores do primeiro rei português e afastados da Península, no século XV, pelos reis de Espanha. A língua árabe introduziu no léxico português, o que geralmente é reconhecido pelos linguistas, cerca de seiscentos termos: “*A língua portuguesa passaram cerca de seiscentos vocábulos árabes, dois terços de uso comum que nela constituem a maior contribuição não românica.*” (Ribeiro, 1987: 40).

Quanto à reconquista cristã, esta fez-se lentamente e com muitas dificuldades. Por este motivo, os reis de Leão e Castela solicitaram a ajuda de nobres, sobretudo franceses. Entre estes, Henrique de Borgonha, que casou com D. Teresa, aos quais foi oferecido o Condado de Portugal, cuja fronteira se foi aproximadamente fixando entre o Minho e o Douro. Afonso Henriques, herdeiro do Condado, cedo mostrou coragem, rebeldia e um grande desejo de independência, que lhe foi concedida em 1143, sendo reconhecida alguns anos mais tarde pelo Papa (1179).

Alguns historiadores das línguas são de parecer que já no século VIII, aquando da invasão árabe, se notava uma certa diversidade linguística na Península: a noroeste, falava-se o galego-portugalense; ao centro, com tendências

expansionistas, o castelhano, e, a leste, o catalão. O basco não pertence à latinidade.

Na obra de Orlando Ribeiro, *A Formação de Portugal*, há uma explicação plausível para esta diversidade de falares, o que confirma o que acabámos de dizer:

“Duas correntes de romanização, provenientes de diferentes regiões de Itália, ao penetrarem pelo Ebro e pelo Guadalquivir, teriam introduzido no latim vulgar do Leste e do Oeste da Hispânia modalidades dialetais importadas pelos colonizadores. Quando esta língua se transformou a pouco e pouco no romance, a unidade do reino suevo, calcada em parte sobre divisões administrativas romanas (que por sua vez parecem coincidir com antigos limites culturais), determina, para os falares do Noroeste, formas especiais de evolução. Foi o mais ocidental desses falares comuns à Galiza e ao território português que a Reconquista portuguesa propagou para o Sul.” (1987: 61).

Estes falares comuns à Galiza e ao reino de Portugal começaram obviamente a diversificar-se, a partir do momento em que Portugal se separou da Galiza por razões de ordem histórica.

Sobre o galego e a sua relação com a língua portuguesa, os linguistas não são unânimes nas suas conclusões (Maia, 1996: 187 a 205 e Posner, 1998: 241-242), que poderemos resumir, sumariamente, no debate que houve no século XX, entre duas correntes, a corrente da autonomia e a corrente da reintegração. No entanto, para além dessas divergências, todos estão de acordo em asseverar que o rio Minho não foi uma fronteira que nos separou: temos a mesma costa atlântica, a mesma paisagem, os mesmos sentimentos eivados de um profundo lirismo...

No século XVI, com a publicação das primeiras gramáticas de língua portuguesa, com o florescimento da literatura (basta recordar Luís de Camões), coadjuvados pela descoberta da Imprensa no século XV, o código linguístico foi-se fixando a pouco e pouco, facilitando, assim, a divulgação do falar comum dos Portugueses.

Os romanistas têm estudado e comparado, numa perspetiva quase sempre diacrónica, as línguas de origem latina no que elas têm de diferente e de comum (Bouet *et alii*, 1975 e Posner, 1998: 239 a 279).

Quem ensina a língua francesa, por exemplo, aos alunos portugueses, dá-se conta de que o que parece comum às duas línguas (português e francês), sobretudo na vertente sintática, é fonte de hesitações e de erros. Assim, e a título de exemplo, citamos a morfologia e a sintaxe do pronome relativo “que”. A língua portuguesa afastou-se do latim usando para as duas funções gramaticais, sujeito e complemento direto, a forma “que”. O francês, neste aspeto, conservou-se mais próximo do latim, marcando a oposição “qui”/“que” a função sujeito e complemento direto, respetivamente. Acontece que os jovens lusos não sabem, geralmente, o que é uma função gramatical. Por essa razão, não empregam adequadamente os relativos “qui” e “que”, uma vez que, na sua língua materna, há apenas a forma “que” para as duas funções gramaticais.

Concluimos, resumindo as principais ideias da nossa comunicação.

A língua portuguesa tornou-se uma entidade linguística autónoma, porque os acontecimentos históricos que geraram a nacionalidade contribuíram de modo singular para essa identidade. Esta é também a consequência de uma vivência em comum dos mesmos valores, dentro de fronteiras históricas, as mais antigas e estáveis da Europa e, talvez, do mundo.

O português, como as outras línguas românicas, é uma língua derivada do latim, como é hábito dizer-se. É interessante este termo *derivado* que, na sua origem, comporta a palavra *rivus*, rio/corrente, e evoca, por essa razão, a metáfora da continuidade e da diversificação (Posner, 1998: 135). Na verdade, o latim, trazido pelos Romanos para a Ibéria, foi evoluindo, diversificando-se ao longo dos séculos ao sabor de acontecimentos de ordem histórica e social. Com a formação do reino germânico-suevo que compreendia *grosso modo* a Lusitânia e a Galécia

pré-romanas, constituiu-se um grande conjunto humano que partilhava valores semelhantes e falares comuns, fruto do incansável apostolado de figuras importantes da Igreja, como Idácio, bispo de Chaves (Idácio, 1982), e, mais tarde, São Martinho de Dume. Com a fundação do Condado português, nos finais do século XI, dependente da corte leonesa, o desejo de autonomia, que fortalece a união, tornou-se evidente.

O Reino de Portugal separou-se historicamente em 1143 dos Reinos vizinhos e da Galiza, com a qual partilhava a mesma língua. Como já afirmámos, os nossos primeiros reis conquistaram definitivamente o Sul (em meados do século XIII) e aí introduziram a religião, a língua e a maneira de ser dos Portugueses. A nova nação soube resistir ao expansionismo do vizinho todo-poderoso, não só nos primórdios da independência, mas também ao longo da História.

A pouco e pouco a língua, cujo primeiro documento em protoportuguês apareceu no século XII (*A Notícia dos Fiadores*, num pacto celebrado entre os irmãos Pais) foi evoluindo de maneira diversa da língua falada na Galiza. A descoberta da Imprensa, a publicação das primeiras gramáticas no século XVI, a importância da literatura e a influência da Corte ajudaram a fixar o código linguístico português nas suas componentes fundamentais.

Atualmente, os jovens estão a simplificar e a reduzir ao mínimo as formas linguísticas ou enunciados nas suas comunicações SMS. Parece que regressamos ao tempo das escritas simbólicas pré-históricas ou das cavernas. O estudo e o trabalho de milhares de anos sobre as formas linguísticas parecem ter sido inúteis. Mas não sejamos pessimistas. O que importa é que hoje e amanhã cada um saiba utilizar a língua, adaptando-a às circunstâncias e às condições da comunicação.

Referências Bibliográficas :

Bouet, Pierre et alii. (1975) *Initiation au système de la langue latine. Du latin classique aux langues romanes*, Paris : Nathan.

Carpentier, Jean et alii. (1987) *Histoire de France*, Paris : Éditions du Seuil.

Cerquiglini, Bernard. (1993) *La naissance du français*, Paris : PUF.

Eginhard. (2007) *Vie de Charlemagne*, Paris : Les Belles Lettres.

Giusti, Ada. (1997) *La langue française*, Paris : Flammarion.

Huchon, Mireille. (2002) *Histoire de la langue française*, Paris : Librairie Générale Française.

Idácio. (1982) *Crónica*, versão e anotações de José Cardoso, Braga: Universidade do Minho.

Jabouille, Victor. (1996) *Júlio César*, Mem Martins: Editorial Inquérito.

Lamartine, Alphonse de. (1856) *Histoire de César*, Paris : Société Générale de Librairie.

Les Cahiers de Science et Vie. (2010), N° 115, 3.

Lodge, R. Anthony. (1997) *Le Français. Histoire d'un dialecte devenu langue*, Paris : Arthème Fayard.

Maia, Clarinda de Azevedo (1996) "O Galego visto pelos filólogos e linguistas portugueses" in *Diacrítica* N° 11, 187-205.

Posner, Rebecca. (1998) *Las lenguas romances*, traducción de Silvia Iglesias, Madrid: Ediciones Cátedra.

Ribeiro, Orlando. (1987) *A formação de Portugal*, Lisboa: Ministério da Educação.

Riché, Pierre. (1983) *Les Carolingiens. Une famille qui fit l'Europe*, Paris: Hachette.

Riché, Pierre. (1992) *As invasões bárbaras*, tradução de Maria Wallenstein, Mem Martins: Publicações Europa-América.

Silva, Manuel José (1999) "Génese da língua francesa" in *Diacrítica* N° 13-14, 401-412.

27. MILENA GARRÃO, UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, BRASIL

28. SEBASTIÃO FILHO, CENTRO DE LINGÜÍSTICA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA – CLUNL, Portugal

29. VIOLETA QUENTAL PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, BRASIL

Trabalho apresentado por Sebastião Silva Filho

Milena Uzeda Garrão

Ocupa o cargo de Professor Adjunto I (Linguística) do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ. Graduada em Letras (habilitação em Tradução português/inglês) pela PUC-Rio (1997), Mestre e Doutora em Letras (na área de Linguística) pela mesma instituição (2001, 2006, respectivamente). Tem experiência acadêmica na área de Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: linguística computacional, linguística de corpus, teorias semânticas e tradução. Desenvolveu sua pesquisa de Pós-Doutorado no Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL).

Sebastião Filho

Doutorando em Linguística pela UNL, área de especialização: Lexicologia e Lexicografia e Terminologia. Membro do Centro de Linguística da UNL – Linha de Investigação "Lexicologia, Lexicografia e Terminologia". Desenvolve investigação sobre métodos de constituição de corpora de especialidade em articulação com a Linguística Computacional. Também tem interesse na concepção de dicionários terminológicos e de ontologias.

Violeta Quental

Doutora em Linguística aplicada ao português, com passagem pela Universidade de Brighton, Reino Unido. É professora do Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Desenvolve pesquisa na área de linguística computacional e suas aplicações e em linguística aplicada. Tem especial

interesse por questões relacionadas à linguística de corpus. Desenvolveu sua pesquisa de pós-doutorado na Open University.

Tema 2.7. MORFOLOGIA SUFICAL LUSÓFONA: UMA ANÁLISE CONTRASTIVA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO E DO PORTUGUÊS EUROPEU,

Tendo como pano de fundo a morfologia lusófona, esse trabalho apresenta um estudo preliminar sobre a formação sufixal contrastiva entre o Português do Brasil (PB) e o Português Europeu (PE). Trata-se de uma pesquisa com base em *corpora* do PB e do PE (digitalizados e morfossintaticamente etiquetados), com foco na formação sufixal nominal contrastiva. Por uma ótica descritivista, a falta de tratamento sistemático dos contrastes de formação de sufixos nominais em PB e em PE (como *virada* (PB) / *viragem* (PE); *sujeira* (PB) / *sujidade* (PE)) pode resultar em uma avaliação falseada do uso de ambas as modalidades. Isso traz um claro impacto para os domínios da linguística aplicada, como, por exemplo, o do ensino do português como segunda língua e o de tradução, além de outros campos multidisciplinares, como a área de Processamento de Linguagem Natural (PLN). Nessa etapa da pesquisa, privilegiaram-se os sufixos que formam nomes, uma vez que as nominalizações revelam um alto teor de poder discriminatório (função denominativa), se comparadas a outras partes do discurso. Portanto, em função do grau de relevância dos nomes para a Teoria da Informação, optou-se por descartar, por ora, os contrastes de formação de sufixos adjetivais (como *carente*, no PB / *carenciado/carente*, no PE) e verbais (*potencializar*, no PB / *potenciar/potencializar*, no PE).

1. Introdução

Muito é dito sobre os contrastes lexicais entre o português falado no Brasil (PB) e o falado em Portugal (PE). Podemos citar como exemplos mais emblemáticos *ônibus* (PB) / *autocarro* (PE); *café da manhã* (PB) / *pequeno almoço* (PE), entre vários outros. Muitíssimo pouco se fala, entretanto, sobre os contrastes da

morfologia sufixal lusófona. O presente trabalho trata da etapa inicial ou de um estudo-piloto de um projeto de pesquisa que tem como objetivo a descrição contrastiva do processo de formação sufixal do PB e do PE, uma vez que podemos observar empiricamente uma distinção bastante acentuada em nível morfossemântico entre essas variantes. Para a realização dessa primeira etapa do trabalho, concentramos a nossa análise na derivação por formação de nomes, mais precisamente sobre o processo de nominalização deverbal sufixal.

Sabe-se que os nomes ou substantivos têm alto poder discriminatório (função denominativa) em comparação às outras classes de palavras. Sua carga informacional traz um impacto imediato tanto para a descrição da língua portuguesa como para alguns campos de aplicação dos estudos sobre o léxico, como, por exemplo, para as áreas de Recuperação de Informações (RI) e de Tradução Automática, no domínio do Processamento de Linguagem Natural (PLN, doravante), que dependem prioritariamente da descrição de substantivos de uma determinada língua. E, uma vez que muitos casos de nominalização no PB e no PE apresentam variações na sua formação sufixal (como, por exemplo, *sujeira* no PB / *sujidade* no PE), essas preferências devem ser fornecidas aos sistemas de busca de informações ou ao programa tradutor.

Sob uma ótica descritivista, a falta de tratamento sistemático dos contrastes de formação de sufixos nominais em PB e PE pode vir a acarretar uma avaliação falseada do uso de ambas as modalidades, comprometendo diretamente domínios da linguística aplicada, como, por exemplo, o ensino de português como segunda língua e a tradução, além de outros campos multidisciplinares, como a área de PLN, citada anteriormente.

Dentre as implicações práticas, destaca-se o campo da lexicografia computacional, mais especificamente os domínios de RI (campo em que os substantivos são considerados os mais importantes geradores de informações) e a tradução automática, domínio onde se evidencia a importância da descrição das distinções constitutivas dos sufixos nominais dessas duas modalidades do português. Veja-se, por exemplo, a colocação da língua inglesa “*bus stop*”, que seria

traduzida para o PB como *parada de ônibus* e para o PE como *paragem de autocarro*. Casos como esse demonstram que o contraste lexicográfico vai além da descrição de um léxico acidentalmente herdado ou privilegiado pelas duas culturas, como *ônibus* e *autocarro*, mas também invade o domínio da morfologia derivacional. Portanto, há de se estabelecer pressupostos teóricos e metodológicos que possam apoiar uma descrição de uso de uma base + sufixo nas duas variantes.

Tendo em conta a análise da formação de palavras através da sufixação, pensamos ser relevante chamar atenção para os aspectos socioculturais inerentes a esse processo.

2. Aspectos socioculturais na formação das palavras

Carvalho (2001) lembra que as variantes brasileira e portuguesa possuem normas que se diversificaram ao longo da história, refletindo as distintas culturas dos povos que a falam. Estamos aqui pensando em cultura como um aspecto inerente à língua, que expressa a interação e partilha do conhecimento e experiência entre os indivíduos que integram um mesmo ambiente social, como diz Diki-Kidiri: *“l'ensemble des expériences vécues, des connaissances générées et des activités menées dans un même lieu et à une même époque par une personne humaine individuelle ou communautaire et qui lui servent à construire son identité”*. (2007:15)

O uso preferencial de determinados sufixos é, de alguma forma, resultado de fatores sócio-histórico-culturais que fogem à interpretação linguística. O uso de sufixos como “-ão” para, metaforicamente, criar neologismos como “orelhão” (telefone público cuja forma lembra a da orelha), “minhocão” (prédio sinuoso cuja forma lembra a da minhoca), “mergulhão” (passagem subterrânea) etc. é típico da variante do português do Brasil e extremamente produtivo nesse contexto. Note-se que, nos exemplos, o significado grau aumentativo permanece, acrescido da semântica da metáfora relacionada a formato e marcado como item do léxico coloquial. Os sufixos, como formantes carregados de cultura, podem definir e delimitar o uso de uma dada palavra entre grupos sociais distintos.

A influência do contexto sociocultural pode ser evidenciada em outros exemplos, como os que se seguem: o uso de *canadense* (PB) e *canadiano* (PE); *bolsista* (PB) *bolseiro* (PE). Da mesma forma, o falante de PB dirá “A escovação e o fio dental garantem que seus dentes fiquem livres de sujeira”, enquanto um falante do PE irá optar pela frase “A escovagem e o fio dentário garantem que seus dentes fiquem livres de sujidade.” Como esses, há diversos outros usos peculiares a cada cultura.

Apesar de reconhecermos a importância desses aspectos histórico-culturais, acreditamos que seja possível encontrar regularidades morfológicas em cada uma das variantes estudadas.

3. Objetivos

Os processos de formação sufixal em línguas lusófonas, como referidos anteriormente, merecem uma incursão teórica mais profunda, uma vez que, em muitos casos, apresentam variações, algo muito nítido entre o PB e o PE. Note-se, contudo, que consideraremos uma base comum às duas variantes, muito embora estejamos partindo de uma análise contrastiva que implica o estabelecimento de regras para aplicações computacionais futuras.

A partir da análise das evidências de formação sufixal, pretendemos contribuir para a lexicografia contrastiva na descrição da formação das unidades nominais, com o objetivo de elaborar padrões de formação contrastivos em ambas as variantes; posteriormente, com base no padrão detectado, pretende-se avaliar a real necessidade de conceber uma ferramenta computacional com o objetivo de produzir automaticamente os padrões de nominalização a serem analisados ou de organizar somente uma lista desses contrastes derivacionais. Caso os resultados sejam inexpressivos quantitativamente, a escolha pela listagem é certamente mais econômica.

Também temos como objetivo fomentar tal análise contrastiva levando em consideração outros países lusófonos, com o intuito de mapear e investigar os processos de formação sufixal lusófona. Isso poderia contribuir para um entendimento mais global do fenômeno de diferenças nas escolhas sufixais.

4. Metodologia

Esta investigação considera o fenómeno com nítida ênfase nos dados empíricos disponíveis em PB e PE. Por isso, dependemos inevitavelmente da utilização de *corpora* para dar conta das falhas de intuições do pesquisador quanto ao que vem a ser a formação nominal utilizada e ou recorrente. Para esse estudo, utilizaremos o *corpus* NILC/São Carlos (Aires & Aluísio, 2001), que contém 42 milhões de palavras do PB com texto jornalístico da Folha de São Paulo, mas também cartas comerciais e textos didáticos; já para o PE, utilizaremos o *corpus* CETEMPúblico (Corpus de Extratos de Textos Eletrônicos MCT/Público) (Rocha & Santos, 2000), o qual contém aproximadamente 180 milhões de palavras. Ambos os *corpora* estão disponíveis no portal da Linguateca (<http://www.linguateca.pt>).

Paralelamente à utilização dos *corpora* anteriormente mencionados, lançaremos mão de *corpora* de exclusão, para fins de consulta e para a confirmação e retificação dos dados obtidos. O *corpus* de exclusão para ambas as variantes é constituído por dicionários. Para o PB, o dicionário Houaiss e, para o PE, o dicionário da Porto Editora.

O foco da análise nessa primeira etapa da pesquisa é a formação de nomes através do processo sufixal verbal, que pode trazer evidências em relação ao uso de um dado sufixo em detrimento de outro. Apresentaremos aqui um estudo de caso que contempla a preferência de uso dos sufixos – AGEM e -DA para a nominalização sufixal verbal de *virar* e *parar* em ambas as variantes: PB e PE. Pressupõe-se que esse estudo conduzirá a uma análise que pode contemplar a formação produtiva inerente ao funcionamento de ambas as variantes, considerando as preferências de uso exigidas por ambas as modalidades.

5. Dados sobre a formação e uso da nominalização verbal

Em estudo para a descrição do PB na modalidade falada, Basílio (1996:28) foca a formação e uso da nominalização verbal sufixal. Em uma análise de *corpus* que

englobava tanto discurso formal, quanto discurso dialogado e entrevista formal, a autora encontrou os seguintes resultados: de um total de 362 formas nominalizadas regulares, constatarem-se 218 ocorrências de – ção (60,2%), 73 ocorrências de – mento (20,1%), 48 ocorrências de - nc(i)a (13,2%), 18 ocorrências de –da (4,9%) e 5 ocorrências de – agem (1,4%).

Em virtude de haver em – ção um carácter semântico generalizante, a autora não se surpreende com sua hegemonia na língua falada. Contudo, ratifica que a oposição – ção/-mento deve ser mais aprofundadamente estudada, tendo em vista a relativa analogia na sua função (carácter processual). Basílio argumenta que, em relação aos outros sufixos deverbais, uma proporção minoritária já era esperada, em virtude das especificações semânticas. Ela explica que a ocorrência de -da é condicionada a verbos de movimento e a ocorrência de -agem está atrelada a verbos indicadores de operações, nos quais compete com – ção e –mento. Note-se, contudo, que a análise de Basílio (1996) foi especificamente focada no discurso do PB.

Já Rio-Torto (1998:119), em um estudo não quantitativo, mas descritivo da morfologia derivacional do PE, utiliza a denominação *Nomina actionis* para abranger os nomes deverbais parafraseáveis por “o fato de V” ou ação/processo e/ou resultado da ação/processo de V. Neste grupo, a autora cita os sufixos – mento, - ção, - gem, - ão, - nça. Interessante notar que não há aqui nenhuma menção direta ao sufixo – da. A autora se debruça nesse sufixo quando descreve nomes de eventos não deverbais, mas sim denominais (como *facada*, *alfinetada*), algo compartilhado pelo PB, mas não exclusivamente.

Concordamos, portanto, com Basílio em sua distinção de –da para verbos de movimento e –agem para verbos indicadores de operações para o PB. A nossa hipótese, contudo, é de que, em PE, –agem tende a exercer a função de –da em relação a esses verbos de movimento.

6. Dados contrastivos do PB e do PE

Voltemos nossa atenção aos sufixos – mento, – ção, –agem. Segundo Basílio (1996:28), eles tendem a ser intercambiáveis (usados com verbos indicadores de operações) quando analisamos esses sufixos somente do ponto de vista semântico. Aqui há, portanto, uma explicação teórica que justificaria o fato de em PB o sufixo preferencial para adjunção ao verbo *deslocar* ser *deslocamento* e em PE, *deslocação*; o contrário ocorre com *apurar*, cujo uso preferencial em PB é *apuração* e, em PE, *apuramento*. Em relação a concorrência – ção e –agem, podemos citar *patinação* e *rotulação* em PB e *patinagem* e *rotulagem* em PE. Contudo, em relação a –da e –agem percebemos um fenômeno particular e merecedor de destaque, conforme descreveremos na seção a seguir.

6.1. Estudo de caso da nominalização de *virar* e *parar* em PB e PE

Pudemos notar através de análise dos *corpora* de PB e PE utilizados nesse estudo de caso que há uma diferença clara de uso dos sufixos –da e –agem em relação às duas variantes da língua portuguesa. Mais especificamente, em PB a sufixação deverbal –da forma tanto adjetivos quanto substantivos a partir de verbos de movimento (nesse trabalho, apresentaremos dados relativos aos verbos *virar* e *parar*). Já em PE, a sufixação deverbal –da tende a formar exclusivamente adjetivos atrelados a esses verbos, enquanto que o sufixo –agem forma os substantivos desses mesmos verbos. Em outras palavras, em PE, parece haver uma restrição morfossemântica maior em relação à derivação que tem como base os verbos de movimento *virar* e *parar*, onde a regra de formação [V_{mov}]-da formaria adjetivos e [V_{mov}]-agem formaria substantivos. Vamos aos exemplos dos *corpora*:

a.1) Exemplo de *virada* em PE (corpus CETEM Público): total de 999 ocorrências

par=ext23161-soc-92b-1: “A sensibilidade do mundo ocidental está virada para o êxito individual e para a curtição”.

par=ext184748-pol-97a-2: “Isto exige uma política virada para a constante audição dos cidadãos, para a prática democrática efetiva”.

par=ext66136-nd-94a-3: “Numa delas, a varanda virada para o mar”.

par=ext10769-soc-96b-2: “Todavia, a ajuda internacional está toda virada neste sentido, as palavras de ordem são repatriação e reconstrução:”

par=ext23868-eco-98a-2: “Inapa virada para o exterior”

a.2) Exemplos de *viragem* em PE (corpus CETEM Público): total de 2712 ocorrências

par=ext3817-clt-93a-2: “Este livro corresponde a uma viragem na obra de Luísa Dacosta”.

par=ext24866-soc-98b-2: “Os jovens e a viragem do século”.

par=ext20924-clt-92a-2: “É o primeiro momento de grande clímax e com essa viragem dá-se um novo sentido à história”.

par=ext8935-nd-93b-2: 3. O Vaticano II operou ainda uma outra viragem decisiva.

par=ext22682-nd-95a-1: O ponto de viragem foi o massacre de Santa Cruz em Novembro de 1991.

Pudemos observar, através de uma análise exaustiva dos *corpora*, que *virada* em PE exerce função adjetival, enquanto *viragem* exerce função nominal. Comparemos esses resultados com os do PB:

a.3) Exemplos de *virada* in PB (corpus NILC/São Carlos): total de 809 ocorrências

par=19967: “Tem o nome pomposo de Brasil Real -- Desafios da pós-estabilização na virada do milênio”.

par=25733: “A principal razão da virada foi a retração de 40 % na indústria açucareira.”

par=26407: “Aliviado com a virada, Carlos Germano não se conteve.”

par=33435: “Chacina é página virada, prometeu.”

par=57478: “Sugerimos ao colega que transmitisse com a antena virada a 180, da posição atual, isto é, que transmitisse pela via longa.”

par=101922: “Mais tarde, para posicionar-se para a entrada em órbita lunar, a Apollo 8 foi virada de maneira que o motor ao final do módulo de serviço apontasse para a Lua.”

a.4) Exemplos de *viragem* em PB (corpus NILC/São Carlos): total de 5 ocorrências

par=61576: TG: “O ponto de viragem foi, a meu ver, a Revolução.”

par=Mais-94b-nd-1: “Penso no século 4 a.C. (com a formação da filosofia grega clássica) e na viragem do século 19 ao 20 (com diversas tentativas de devolver à filosofia seu fundamentum absolutum).”

par=61298: “Na realidade, o autor iniciou-se como neorrealista, orientado pelo materialismo dialético..., mas num livro sintomaticamente intitulado Mudança dá-se a grande viragem.”

par=61473: “Dos meus tempos de liceu ficou-me a ideia de que a novela se limita a contar momentos de viragem de uma vida...”

par=Mais-94b-nd-1: “Da mesma maneira, na viragem do século 19 ao 20, filósofos como E. Husserl, H. Bergson e B. Russell, cada um à sua maneira, retoma a luta contra diversas formas de relativismo...”

Como pudemos observar no corpus do PB, *virada* exerce tanto função nominal (675 casos: três primeiros exemplos em a.3) quanto adjetival (134 casos: três últimos exemplos em a.3). Se levarmos em consideração que houve somente 5 ocorrências de *viragem* em PB, podemos inferir que esse número representa produção de falantes nativos do PE (ou em contato com falantes de PE) em um corpus brasileiro.

b.1) Exemplos de *parada* em PE (corpus CETEM Público): total de 2712 ocorrências

par=ext7003-clt-98b-2: “A Deco também não está parada.”

par=ext10416-soc-94a-2: “A câmara está parada e ainda não realizou sequer dez tostões de obras, disse, porque ninguém sabe quem manda e cada um puxa para seu lado.”

par=ext22331-soc-96a-2: “O José já não via só a vida mal parada: já a via a andar para trás e ainda a procissão ia no adro...”

par=ext35046-des-96b-1: Foi apenas para a equipa não ficar parada, disse Carlos Brito, que já terá sido avisado de que, na pior das hipóteses, ficará no comando até ao próximo jogo, frente ao Gil Vicente.

b.2) Exemplos de *paragem* em PE (corpus CETEM Público): total de 3132 ocorrências

par=ext1245-des-96b-1: “Luís Jesus era o favorito no sector masculino e confirmou as previsões, neste seu regresso à competição após paragem por lesão.”

par=ext5428-des-96b-2: “Três meses depois, foi a vez de o frio provocar fatal paragem cardíaca a três pessoas que aguardavam a passagem dos carros.”

par=ext6546-soc-92b-2: 5. “Está a chover a cântaros; você passa de automóvel pela paragem do autocarro e vê uma bicha de pessoas sujas de lama.”

par=ext4839-nd-97b-3: Atletismo: Fernanda Ribeiro antecipa paragem.

Vemos aqui o mesmo padrão daquele observado no verbo *virar* em PE. *Parada* é utilizada geralmente em função adjetival, enquanto *paragem* tem claramente uma função nominal. Um outro fator semântico relacionado à ocorrência significativa de *parada* nesse corpus é que, além de exercer uma função adjetival, também poderia ser identificada como uma sinonímia de “desfile”. Isso justificaria as 1165 ocorrências de “parada” como termo substantivo em PE.

b.3) Exemplos de *parada* em PB (corpus NILC/São Carlos): total de 755 ocorrências

par=2854: “praticar a massagem cardíaca, se houver parada do coração.”

par=10283: “A última parada de Michael, e a mais demorada, foi na loja de brinquedos e roupas infantis La Look, onde ficou por mais de 40 minutos.”

par=34779: “Em frente à pirâmide da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), nova parada.”

par=62397: “Estive parada desde 1994.”

par=Brasil-94a-pol-1: “Agora vão dizer que tem muita obra parada.”

par=Brasil-94a-pol-2: “Na cidade de São Paulo, continua parada a Glaspac, e em Salto, a Alcoa.”

b.4) Exemplos de *paragem* em PB (corpus NILC/São Carlos): total de 2 ocorrências

par=118382: “O guerreiro cristão percorrendo essa paragem, começou de cismar.”

par=Folhateen-94a-soc-1: “Nesta paragem, ninguém tem mais o que inventar.”

Como podemos identificar na análise de corpus do PB, *parada* exerce tanto função nominal (544 casos: três primeiros exemplos em b.3) quanto adjetival (211 casos: três últimos exemplos em b.3). Se levarmos em consideração que houve somente 2 ocorrências de *paragem* em PB, poderíamos também supor que esse número representa produção de falantes nativos (ou em contato frequente com) do PE em um corpus brasileiro.

7. Implicações computacionais e descritivas

Os dados obtidos nos *corpora* corroboram a hipótese de que, de fato, em PB, o sufixo *-da* tem uma função categorial mais abrangente do que em PE, derivando adjetivos e substantivos. Houve apenas 5 casos de *viragem* e 2 de *paragem* no corpus do PB, o que pode indicar dados de falantes do PE em entrevistas ou comentários para jornais brasileiros.

A partir desses dados, para verbos de movimento como *parar* e *virar*, poderíamos supor um padrão de Regra de Formação de Palavras (RFP) inspirado pela visão de Aronoff (1976), que, em PE, tenderia a ser $[V_{mov}]-da \rightarrow Adj$ e $[V_{mov}]-agem \rightarrow N$. Já em PB, a RFP $[V_{mov}]-da$ tenderia a formar tanto adjetivos como nomes.

Contudo, essa regra não parece tão produtiva assim em PE. Isto é, em relação a outros verbos de movimento como *correr*, *caminhar*, *descer*, *subir*, em PE seria mantida a mesma RFP formulada para PB⁹⁰:

$[V_{mov}]-da \rightarrow Adj$
N

Conclui-se, portanto, que a implementação da regra apresentada para verbos como *virar* e *parar* não teria um poder de generalização necessário para dar conta de todos os verbos de movimento em PE e em PB. Em outras palavras, a suposta regra parece estar exclusivamente atrelada a esses dois verbos. Assim sendo, do ponto de vista computacional, ao invés de uma regra generalizante para formação de nomes deverbais a partir de verbos de movimento para o PE e para o PB, é mais econômica a descrição da exceção de ambas as formações denominais (*parar* e *virar*) para o PE.

Rio-Torto (1998:109) considera:

“Um dos aspectos do português cujo estudo sistemático importa empreender é o da descrição de seu sistema da formação de palavras. Se razões de outra natureza não houvesse, convir-se-á que o tratamento computadorizado do léxico, que atualmente mobiliza tantas atenções, requer um sólido conhecimento do sistema derivacional do português, ainda por levar a cabo.”

Embora seja bastante perspicaz a análise da autora sobre a importância do ponto de vista computacional em relação à descrição do processo de formação de palavras, um fator a ser considerado, tendo em vista a análise aqui proposta, é que o sistema derivacional do português não é homogêneo e aplicável de uma forma generalizante.

Portanto, computacionalmente, é importante que o profissional se cerque de cuidados ao pensar em implementar regras morfológicas do português em um sistema de PLN. Do ponto de vista teórico e descritivo, o mesmo cuidado se faz necessário em relação à formação de palavras do português, uma vez que a análise de *corpora* nos permite pontuar diferenças cruciais nessas regras de formação para modalidades distintas do português.

90 Esta comunicação resulta de uma investigação mais vasta, conduzida no CIES/ISCTE, com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia. A autora, bolsista da Fundação Oriente, desenvolve atualmente projeto de investigação subordinado à temática da língua

portuguesa em Macau, com vista à obtenção de doutoramento, sob orientação do Prof. Doutor António Firmino da Costa, no quadro do Programa de Doutoramento em Sociologia do ISCTE – IUL.

Fica patente, então, que o domínio relativamente novo da Linguística de *Corpus* contribui para um olhar mais realista sobre o uso de variantes do português e traz dados contundentes e sólidos que viabilizam a sua descrição e, sempre que possível, a formalização de alguns fenômenos linguísticos. Para o nosso presente propósito, um estudo-piloto com objetivo de dar início a um projeto de pesquisa descritivo envolvendo o uso do português no Brasil e em Portugal, a Linguística de *Corpus* se mostra imprescindível para uma caracterização contrastiva de formação de nomes deverbais em língua portuguesa.

8. Discussão e trabalhos futuros

Esse foi um trabalho-piloto que dará origem a um projeto mais minucioso sobre a formação de nomes por processo de sufixação verbal do PB e o PE para fins descritivos e computacionais. Conforme expusemos anteriormente, pretendemos contribuir de forma efetiva a) para a lexicografia contrastiva do PB e do PE na descrição da formação das unidades nominais e, mais adiante, de outras unidades, como adjetivos e verbos; b) para a elaboração de padrões de formações contrastivos em ambas as variantes do português; e c) para avaliação da aplicabilidade de uma ferramenta computacional com o objetivo de produzir automaticamente os padrões de sufixação a serem analisados.

Numa primeira apreciação dos dados do nosso estudo de caso da formação de nomes a partir de bases verbais *parar* e *virar*, podemos dizer que:

- 1) Em PB o sufixo -da, atrelado aos verbos *parar* e *virar*, exerce uma função categorial mais abrangente do que em PE, derivando adjetivos e substantivos;
- 2) não é computacionalmente rentável gerar uma regra do tipo $[V_{mov}]\text{-da} \rightarrow \text{Adj}$ e $[V_{mov}]\text{-agem} \rightarrow \text{N}$ para o PE, uma vez que essa regra parece estar atrelada exclusivamente aos verbos *parar* e *virar*.

Além disso, observamos também, de uma forma mais geral, que em PE parece haver uma produtividade sufixal mais flexível em relação a outros tipos de sufixação verbal (como *aposentação* / *aposentadoria*, *deslocação* / *deslocamento*), enquanto

o PB parece tender a uma rigidez maior (*aposentadoria* e *deslocamento*). Com isso, fica patente a necessidade de identificação de preferências na formação de um ou outro sufixo no PE e de uma lista das nominalizações preferenciais e algumas restrições semânticas.

Portanto, nesse futuro projeto, intitulado provisoriamente *Lexicografia contrastiva e tratamento automático de sufixos nominais do PE e do PB*, pretendemos desvendar contrastivamente o comportamento de nominalizações deverbais sufixais e, mais adiante, outros processos sufixais formadores, por exemplo, de adjetivos (como *promissor* (PB) / *prometedor* (PE) e de verbos (*potencializar* (PB) / *potenciar* e *potencializar* (PE)). Até o presente momento este é um trabalho que parece promissor, apesar de ainda com poucos resultados.

Referências Bibliográficas

- Aires, R.; Aluísio, S. (2001) Criação de um Corpus com 1000.000 de Palavras Etiquetado Morfosintaticamente. Technical Report NILC-TR-01-8, NILC, Campinas.
- Aronoff, M. (1976) *Word Formation in Generative Grammar*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Basílio, M. (1996) *Formação e Uso da Nominalização Deverbal Sufixal no Português Falado*. In: Ataliba T. de Castilho; Margarida Basílio. (Org.). Gramática do Português Falado v. IV. Campinas: UNICAMP/FAPESP, v. 4, p. 23-30.
- Basílio, M. (2001) *Relações Lexicais e Aquisição do Léxico no Ensino do Português como Língua Estrangeira*. In: IV Congresso da Sociedade Internacional de Português como Língua Estrangeira, 2001, Rio de Janeiro. Anais do IV Congresso SIPLE. Rio de Janeiro : PUC-RIO.
- Carvalho, N. M. (2001) *Léxico, Cultura e Publicidade*. Cadernos do CNLF (CIFEFIL), Rio de Janeiro, v. V, nº 2, p. 68-70.
- Diki-Kidiri, M. (2007) *Eléments de terminologie culturelle*. Cahiers du Rifa. Vol. 26 (Terminologie, culture et société), p. 14-25.

Porto Editora (sem autor) (2008). *Acordo Ortográfico: Guia Prático*. Porto Editora, Porto.

Rio-Torto, M. G. (1998) *Morfologia Derivacional: Teoria e Aplicação ao Português*. Coleção Linguística, Porto Editora.

Rocha, P., Santos, D. (2000) "CETEMPúblico: Um corpus de grandes dimensões de linguagem jornalística portuguesa", in Maria das Graças Volpe Nunes (ed.), *Atas do V Encontro para o processamento computacional da língua portuguesa escrita e falada (PROPOR'2000)*, Atibaia, São Paulo: 131-140.



30. PAULA LIMÃO, UNIVERSIDADE DE PERUGIA, ITALIA.
DEPAIVA@ALICE.IT; DEPAIVA@UNIPG.IT

PAULA CRISTINA DE PAIVA LIMÃO é Licenciada em História na Faculdade de Letras de Lisboa (1991); Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (FLUL) – 1995.

Assistente do Departamento de História (FLUL) de 1992 a 1996; Assistente de investigação na Universidade Europeia (IUE) em Florença de 1996 a 1998; Leitora do Instituto Camões (de 1998 a 2001) e Leitora reitoral (de 2001 a 2007) na

Faculdade de Letras e Filosofia da Universidade de Perugia; *Ricercatrice* na Universidade de Perugia desde 2007, onde leciona Língua e Linguística portuguesa e desenvolve atividade de investigação no âmbito da linguística contrastiva.

Tema 2.6 A aquisição das estruturas temporais e aspetuais do Português LE por aprendentes italianos

No âmbito do ensino do português como língua estrangeira, a aquisição das estruturas temporais e aspetuais é certamente um processo que apresenta um grande leque de problemáticas.

Essas problemáticas relacionam-se com o facto de o sistema verbal ser, na maior parte das vezes, apresentado não sob um ponto de vista contrastivo, mas submetido à estrutura explicativa das gramáticas da L1.

O discurso metalinguístico da L1 e a sua terminologia, mesmo quando estamos em presença de línguas estruturalmente semelhantes, como no caso do português e do italiano, apresenta-se muitas vezes como insuficiente ou pouco compreensível ao aprendente estrangeiro.

Ainda que o desenvolvimento dos aspetos tempo-aspetuais se tenha tornado, nos últimos anos, tema de investigação dos estudos sobre a aquisição da LE e da L2 (Klein, 1986; Anderson, 1991; Bardovi-Harlig, 1992; Housen, 1995; Dietrich, Klein e Noyau, 1995 e Ramat, 1995), para o caso do binómio português – italiano, não possuímos, ainda hoje, pesquisas quer de âmbito contrastivo quer de carácter glotodidático.

Por esse motivo revela-se fundamental, não só, a articulação das reflexões da linguística contrastiva e da linguística aquisicional de modo a permitir o aperfeiçoamento do processo de ensino/aprendizagem com a elaboração de materiais adequados, mas igualmente, a consideração dos resultados da linguística aquisitiva para a elucidação das estruturas funcionais da língua.

Na nossa abordagem propomos rever alguns aspetos relativos à temporalidade e aspetualidade das duas línguas em análise e de propor para as

diferentes fases de aquisição, estratégias de ensino que possam obviar à dificuldade da aprendizagem do mesmo, tendo em conta o nível de conhecimento metalinguístico possuído pelo universo dos aprendentes em questão.

A aquisição das estruturas temporais e aspetuais é, sem dúvida, no âmbito da linguística aquisitiva da língua portuguesa um dos elementos mais interessantes para os investigadores, já que, o sistema verbal português apresenta uma multiplicidade de formas temporais e aspetuais que não encontram nas demais línguas uma correspondência formal ou funcional e que são resultado de um processo evolutivo distinto.

Se estes elementos do sistema verbal português, no caso do ensino/aprendizagem da língua portuguesa como língua materna, não comportam particulares dificuldades, dado que sustentadas pela plena compreensão do seu valor semântico e do seu uso pragmático, quando dedicamos a nossa atenção à sua explicitação a aprendentes estrangeiros, estes revelam-se particularmente complexos.

Considerando que discutiremos a questão da aquisição dos elementos temporais e aspetuais por aprendentes italianos adultos num ambiente universitário, o problema da aprendizagem da língua portuguesa enquanto LE é condicionada por elementos extralinguísticos importantes como o tempo colocado à disposição do aprendente para obter um conhecimento global e profundo da língua, a interferência da língua materna, o nível de conhecimento metalinguístico dos aprendentes da sua própria língua e a interferência causada pela aprendizagem contemporânea de outras línguas, românicas e/ou não. Todos estes elementos são, sem dúvida, determinantes na formulação de uma estratégia de ensino e de uma gramática pedagógica que possa obviar às dificuldades inerentes à aquisição do sistema verbal português.

Diversos autores são da opinião que o ensino eficaz de uma língua estrangeira se deva basear na descrição da língua a ser ensinada comparada a uma descrição comparada da língua materna do aprendente (Lado, 1957). Esta perspetiva leva à

consideração que o erro é previsível e que portanto possa ser evitado, sempre que os aprendentes sejam *a priori* alertados para o mesmo.

A investigação sobre os processos de aquisição e/ou aprendizagem das Línguas estrangeiras (LE) é ainda incipiente e muitas vezes baseada em pressupostos teóricos e análise de dados formulados para a aquisição da língua materna. O nosso propósito é o de verificar que, no conjunto da aquisição das estruturas da língua portuguesa, a aquisição das estruturas temporais e aspetuais necessita, de uma particular focalização a nível do ensino e da criação de uma gramática pedagógica específica.

Na construção de uma análise contrastiva é sem dúvida fundamental a análise do erro, bem como a definição de uma metodologia segundo a qual construir uma gramática pedagógica. A descrição gramatical da língua, de carácter unilateral, deverá na perspetiva contrastiva dar lugar a uma descrição comparada. Do ponto de vista pragmático dever-se-ão ter em consideração enunciados semanticamente equivalentes que possam ser comparados a diversos níveis. Esta estratégia obriga a considerar todos os elementos linguísticos de uma dada língua: a morfologia, a sintaxe e a semântica que formalmente deverão ser analisados contemporaneamente, sob pena que a compreensão da articulação possível dos elementos constituintes de um enunciado não seja possível. Esta perspetiva demonstra ser incompatível com um ensino compartimentado, tal como a gramática tradicional nos habituou a considerar, dividido em aspetos morfológicos, sintáticos e lexicais. A análise do enunciado revela-se sobretudo pertinente para a análise dos elementos aspetuais e temporais, já que os tempos verbais simples e compostos remetem diretamente para a situação de uma ação ou situação no tempo real, que não é mais do que o tempo do sujeito, autor do enunciado ou da sua perspetiva temporal externa ao evento (aspeto).

Quando a terminologia utilizada para denominar as formas verbais não corresponde exatamente a uma determinação temporal ou aspetual que lhe está associada ocorre naturalmente explicitar a articulação dos elementos do enunciado ou o contexto da enunciação que concorrem para uma localização temporal

diferente. São particularmente complexas a nível aquisitivo, no caso específico dos aprendentes italianos o Pretérito Perfeito Composto, as formas perifrásticas mais ou menos gramaticalizadas que não encontram equivalente na língua italiana como a perífrase *ir+infinitivo* bem como algumas expressões modais de futuro, o futuro do conjuntivo, o infinitivo pessoal e o conjuntivo em geral.

Sendo a importância da linguística contrastiva indiscutível na definição das linhas de ação da glotodidática é necessário avaliar em que pressupostos teóricos se deverá basear a análise interlinguística. Durante muito tempo as pesquisas sobre a aquisição da linguagem que envolviam comparação entre várias línguas maternas e L2 ou LE, procuravam comprovar ou não hipóteses estabelecidas *a priori* sobre os processos universais de aquisição e as propriedades da língua. Esta pesquisa entrou no âmago da discussão entre abordagens universalistas e relativistas e na relação entre língua e cognição.

Sem dúvida, a comparação entre as línguas veio revelar dois processos que ocorrem durante a aquisição da L2/LE, um que é específico de uma língua em particular e outro que, se pode individualizar como sendo de carácter universal e que não depende das propriedades específicas de cada língua (Klein e Perdur, 1992, 1997). Esse tipo universal pode-se, segundo Klein e Perdu, caracterizar pela aquisição dos princípios gerais pragmáticos da comunicação, antes da aprendizagem da gramática formal e do léxico que é específico da língua alvo. Uma outra fase, na progressão da aprendizagem, mostraria o forte impacto das propriedades específicas da língua durante a aquisição. Neste caso, a comparação entre gramáticas seria possível através da referência contínua à Gramática Universal, enquanto as gramáticas particulares conteriam as formas específicas mediante as quais cada língua interpretaria essas formas. O modelo estruturalista que propõe que toda a interpretação semântica deve ser extraída do componente de base da gramática, que formaliza só relações de constituintes de categorias, dificilmente permite obter uma descrição dos valores aspetuais ligados às formas verbais.

A atenção de quem guia o processo de aprendizagem não deve, portanto, centrar-se unicamente na distinção entre formas gramaticais e não gramaticais mas ensinar aos aprendentes a lidarem com um número muito variado de construções e enunciados que possuem, de acordo com os objetivos do ato comunicativo, valências semânticas próprias. Deste modo poderemos chamar a atenção dos aprendentes não só para uma relação bem determinada entre forma e função das marcas morfológicas, para a importância do contexto enunciativo, da marcação, do registo do discurso, inclusive da prosódia como elementos que redesenham o valor dos componentes singulares do enunciado

A dificuldade reside, sem dúvida, no facto de não existir ainda hoje, apesar de todos os contributos parcelares, ao nível da linguística descritiva, uma descrição completa do sistema temporal e aspetual do português e muito menos uma análise descritiva comparada do mesmo sistema para as outras línguas. No entanto, a ausência dessa visão de conjunto pode ser colmatada pela construção parcelar, para cada binómio linguístico, de análises que paulatinamente explicitem contrastivamente esses elementos temporais e aspetuais.

De facto, no âmbito da análise contrastiva do sistema verbal português possuímos atualmente diversos estudos de fôlego que apontam para uma tentativa de sistematização dos dados decorrentes da análise contrastiva, ainda que para o caso do italiano não existam estudos de relevo no âmbito da linguística contrastiva do sistema verbal e da linguística aquisitiva.

Uma das questões fundamentais é a de saber que gramática ensinar e como a ensinar. Não temos dúvida que um dos elementos que interfere fortemente no processo de aquisição da língua portuguesa como LE é o nível de conhecimento da gramática da língua materna. O professor, muitas vezes de modo apriorístico, supõe que o aprendente domine uma série de conceitos fundamentais a nível gramatical e linguístico que lhe permitem adquirir rapidamente o conhecimento explícito da LE. Todavia, na maior parte dos casos um défice no conhecimento metalinguístico da língua materna pode acarretar um atraso na assimilação da estrutura gramatical de uma LE e consequentemente na sua produção em moldes otimizados. Esta

constatação reforça ainda mais a posição de que é necessária a apresentação comparada das estruturas das duas línguas em questão, e que no caso de aprendentes em que a interferência seja acrescida pela aquisição em simultâneo de outras línguas, sobretudo se línguas afins, essa comparação deva ser alargada, sempre que possível, a esses universos linguísticos. Certamente, uma panorâmica cruzada das formas específicas de cada língua para exprimir um determinado elemento temporal e aspetual permitirá acelerar o processo de compreensão, conduzindo a uma maior prevenção do erro.

Ainda que a questão da aprendizagem das línguas estrangeiras por aprendentes adultos tenha sido objeto de vários estudos nos últimos anos, na maioria dos casos sob a influência das teorias de Chomsky, o processo de aquisição da L2/LE foi considerado semelhante ao processo de aquisição da L1. No entanto, comparando o processo de aquisição da língua materna com o processo de aquisição de língua estrangeira, especialmente em idade adulta, é possível notar várias diferenças. Bley-Vroman (1989:43-8) aponta algumas diferenças: o facto que o aprendente adulto de uma LE não alcance um sucesso perfeito na aprendizagem da língua; a dificuldade de pronúncia e de intuição sobre a gramaticalidade e agramaticalidade das construções; as variações de objetivos quanto ao uso pragmático da língua adquirida; o fenómeno da fossilização e a dificuldade a nível do desenvolvimento da aprendizagem nos níveis avançados da língua. O aprendente adulto de uma língua estrangeira faz recurso não à Gramática universal mas à língua materna (Whyte, 1989:38). Possuindo a língua materna um papel fundamental no processo de aquisição, dois conceitos no âmbito dos estudos contrastivos têm-se revelado produtivos: o conceito de transferência e de interferência. A transferência não é senão o processo de interpretar os dados de uma língua em termos da língua materna; a interferência ocorre, por seu turno, quando se cria uma identificação interlinguística entre a língua materna e a língua estrangeira. Essa interferência pode auxiliar o aprendente, no caso das semelhanças encontradas nas estruturas das duas línguas, a utilizar nas suas produções corretamente a LE ou levá-lo a dar pouca atenção aos elementos

aspetuais e lexicais que possam ser determinantes para uma valência semântica diferente entre as duas línguas. Normalmente dá-se muita importância à interferência enquanto influxo negativo exercitado por uma língua em relação a outra. Mas se perfeitamente identificados para os diferentes binómios linguísticos os tipos de interferência, é possível, intervir previamente.

No caso concreto do italiano alguns fenómenos a nível do sistema verbal são eclatantes: o caso do Pretérito Perfeito Composto que sendo morfologicamente igual ao *Passato Prossimo* italiano, é repetidamente usado para traduzir o Pretérito Perfeito simples. Este exemplo chama-nos a atenção para o facto que a apresentação dos dados morfossintáticos deva ser, desde as primeiras fases do processo de aprendizagem acompanhada de uma ilustração exaustiva dos aspetos contrastivos, já que são as equivalências formais sem equivalência a outros níveis, as mais difíceis de erradicar.

Tal facto leva-nos a refletir sobre a ordem da apresentação das estruturas linguísticas. Ainda que muitos estudos assumam uma preferência pela precedência da morfologia em relação à sintaxe, presumindo que o uso desviado de formas morfológicas cria deficiências graves a nível da competência, diversos autores da teoria gerativa demonstraram que sintaxe e semântica são perfeitamente adquiridas apesar de um domínio deficiente da morfologia (Prévost, White, 2000; Rothman, 2007).

No caso de grandes afinidades entre a L1 e a LE o papel da reflexão explícita é mais decisivo. Como afirma Ellis (1995: 341) nenhuma teoria da aprendizagem pode descartar a ação da transferência de formas da L1 à LE. Um dos principais fatores que podem favorecer os fenómenos de transferência é a proximidade entre a L1 e a L2, é a percepção de que dela tem o aprendente. A afinidade entre duas línguas pode tornar-se num elemento negativo se não existir desde o momento inicial do processo de aprendizagem um confronto explícito entre as mesmas. Uma abordagem direta, comunicativa no ensino da língua estrangeira pode neste caso promover rapidamente a criação de paralelismos, muitas vezes erróneos, que se não são corrigidos tendem a fossilizar-se. No caso de línguas afins como o

português e o italiano é certamente vantajoso promover os mecanismos espontâneos de confrontação entre as duas línguas, convertendo-os na construção de uma verdadeira gramática contrastiva e limitar deste modo as interferências, bem como evitar a fossilização da interlíngua. Não por acaso é nos setores menos controlados pelo falante como a fonética e o âmbito do discurso onde a interferência se releva mais evidente (Ellis, 1995:317). Deste modo, o método indutivo deve integrar-se com a oportuna apresentação de regras de modo a que uma norma seja apresentada como correção idiomática. Como refere Calvi, o ensino das línguas aparentadas exige a adoção de uma visão contrastiva que inclua a reflexão explícita sobre os aspetos formais e as estruturas gramaticais das duas línguas em que morfologia, sintaxe e léxico tenham o mesmo peso (Calvi, 1999).

Outro conceito fundamental é o de interlíngua. A partir de 1967, Corder baseando-se nas reflexões de Chomsky e da psicologia do desenvolvimento sobre a aquisição da língua materna analisa a L2/LE como uma construção criativa. Deste modo, juntando os princípios da linguística estruturalista com as noções da psicologia do comportamento, tal como a imitação e a interferência, cria-se a nível de estratégias de ensino o pressuposto de uma relação estreita entre as propriedades estruturais da língua materna e da língua estrangeira. Selinker (1972), por seu turno ao introduzir o termo de interlíngua, muda essa perspetiva fazendo referência ao tipo de linguagem produzida pelos aprendentes de uma L2/LE (Richards, et al., 1992:186). A perspetiva interlinguística atribui ao erro e à análise do erro um papel fundamental, passando a ser a evidência das hipóteses construtivas próprias do processo de aprendizagem. Passamos assim do interesse linguístico pela análise das relações tipológicas entre os sistemas linguísticos em questão a um interesse específico sobre o processo de aprendizagem nas suas diferentes fases e problemáticas. Partindo do pressuposto que a interlíngua é um sistema transitório de competência comunicativa, os estudos ligados à análise dos erros (Corder, Selinker) colocam a hipótese que a aquisição progressiva de uma língua proceda não através da acumulação de noções, mas sim por sistemas estruturados. A interlíngua é um sistema em evolução, que avança afastando-se

progressivamente das regras da língua materna que são predominantes nas primeiras fases de aprendizagem. Este processo é submetido gradualmente a um processo de complexificação, onde novas regras e estruturas são adicionadas progressivamente redimensionando o papel das regras e estruturas presentes nas fases precedentes. Ainda hoje, apesar dos múltiplos estudos, não é, todavia clara a ordem de aquisição das características formais da língua.

Segundo Krashen, o percurso de aquisição natural de uma língua segue etapas bem precisas: variedade pré-básica, básica e pós-básica. Na variedade pré-básica utilizam-se sobretudo: princípios pragmáticos para a organização dos enunciados, as palavras não são organizadas por classes gramaticais, fazem-se distinções das palavras em classes de diferente valor semântico; na variedade básica: os enunciados são organizados em torno à oposição verbos+complementos, há uma prevalência de elementos lexicais para indicar relações gramaticais (advérbios, preposições, pronomes), dá-se o desenvolvimento da morfossintaxe; na variedade pós-básica: a ordem das palavras é organizada segundo a sintaxe da LE, usa-se de forma significativa os elementos morfológicos: artigos, cópula, auxiliares. No interior das variedades pós-básicas considerar-se-iam subvariedades: estados intermédios em que a morfologia e a subordinação não aparecem de modo sistemático mas com zonas de fragilidade como por exemplo nos tempos e modos verbais menos usados, no género dos nomes, nos âmbitos mais marcados da LE e variedades avançadas que apresentam uma morfossintaxe normalmente correta mas eivadas de esporádicos desvios, na pronúncia, na prosódia ou num uso menos rico e variado de conectores discursivos ou partículas modais e fundamentalmente nos meios linguísticos escolhidos para fazer referência a entidade, tempo e espaço. Finalmente teríamos as variedades quase nativas, onde a gramática e o léxico são corretos, mas onde as intuições gramaticais e a organização do discurso diferem em relação ao modelo nativo da LE (Chini, 2005).

Do ponto de vista glotodidático será possível apresentar um percurso que considere esta precisa sequência da aquisição da L2, apresentando as estruturas no momento em que o aprendente é capaz ou pronto para as adquirir? E, sobretudo,

como ter em conta das dificuldades e características apresentadas pelos diferentes elementos que compõem um determinado grupo de aprendentes? Obviamente, o erro é um índice fundamental para que quem guia a aprendizagem possa modular a cada passo a velocidade com que as estruturas são apresentadas.

Algumas estruturas da LE, ainda que muito utilizadas e frequentes apresentam uma grande complexidade e portanto são adquiridas muito mais tarde. Pienemann propõe a distinção entre *input* para a compreensão, que ainda que seja compreensível pode conter formas que o aprendente não é ainda capaz de usar e *output* para a produção que tem como objetivo ensinar formas linguísticas adequadas ao nível atingido pelo aprendente, ou seja, não confundir a necessidade imediata da compreensão das formas corretas e das estruturas fundamentais da língua com a introdução imediata no processo produtivo pelo aprendente.

Neste âmbito, ainda que haja um consenso unânime sobre a natureza cognitiva e não puramente mecânica do processo de aprendizagem, continua vivo o debate sobre o papel da instrução formal no desenvolvimento das competências na LE. A questão fundamental é a de encontrar um equilíbrio entre o método direto, que apologizava a aprendizagem espontânea sem qualquer tipo de reflexão formal e a proeminência da gramática, vista como tradicionalmente. Se a gramática foi durante algum tempo relegada a favor do significado e se deu primazia à comunicação espontânea ainda que evitada de erros em relação à correção, atualmente chegou-se ao bom senso de procurar uma gramática de enfoque comunicativo, sendo inequívoco que o conhecimento explícito desempenha um papel fundamental na construção da competência da LE (Ellis, 1995).

A gramática, no seu sentido amplo, ou o ensino explícito deverá fazer refletir explicitamente sobre os fatos linguísticos, através de um método indutivo que seja auxiliado pelo conhecimento da gramática da L1, e através da descrição dos aspetos formais e funcionais da LE de modo a sistematizar as interferências que ocorrem.

Do método da gramática-tradução baseado no ensino do latim (método que suponha a memorização das regras morfológicas e sintáticas) passou-se à proposta de métodos diretos ou naturais em que a língua oral tinha a primazia em relação à

escrita, e num outro momento aos métodos estruturalistas, para os quais a aprendizagem consistia no conhecimento dos diferentes elementos da linguagem e da sua combinação, e em que o método mecânico levava à memorização, através da repetição. É com a linguística funcional a partir dos anos 70 que se alcança a verdadeira dimensão de uma gramática pedagógica (Ciliberti, 1991). O objetivo era o de alcançar uma competência comunicativa, assim, a gramática deixa de ocupar um papel fundamental no ensino mas torna-se um meio para exprimir significados e permitir a comunicação.

Em relação à sequência natural da aquisição várias investigações (Krashen, Ellis 1984; Pavesi 1986; Weinert 1987; Ellis 1989) compararam a sequência da aprendizagem de certas estruturas linguísticas seguidas por aprendentes que adquiriram a LE com ou sem instrução gramatical e mostraram que tal instrução não pode alterar a sequência da aprendizagem, ou seja, os que aprendem num contexto informal e num contexto formal cometem os mesmos tipos de erros e seguem sequências semelhantes na aprendizagem de determinados morfemas gramaticais e aspetos sintáticos. Apesar destas considerações, de caráter universalístico, Long (1983) afirma que a instrução gramatical tem um efeito positivo independentemente da idade ou do grau de aprendizagem dos aprendentes. Outros estudos realizados posteriormente (Weslander y Stephany 1983, Spada, 1986) mostram que o ensino gramatical promove níveis mais altos de aprendizagem e com mais rapidez.

Uma teoria interessante nasceu a alguns anos nos Estados Unidos, proposta inicialmente por Terrel (1991) que sugere que a instrução gramatical deva ter em conta os mecanismos e estratégias seguidas pelo estudante quando processa a informação na LE. O interesse desta teoria liga-se diretamente aos vários modelos de aquisição da L2/LE propostos por Gass (1988) e Van Pattern (1992) que enfatizam o vínculo estreito existente entre o processamento do *input* e a aquisição da língua ou o conhecimento linguístico obtido.

É indiscutível que, para a transmissão da estrutura gramatical de uma língua estrangeira, seja necessário o recurso a uma análise contrastiva dos sistemas gramaticais da L1 e LE, fazendo refletir o aluno sobre a estrutura gramatical

enunciada, levando-o a perscrutar no leque dos seus conhecimentos metalinguísticos os elementos necessários que viabilizem uma compreensão sólida do fenómeno gramatical que se pretende ilustrar.

A distinção entre os saberes implícito e explícito foi inicialmente proposta por Krashen (1982, 1985, 1994) que postulou a existência de dois sistemas independentes de conhecimento: o adquirido e o aprendido. O sistema adquirido faz referência aos processos subconscientes da mente e é o resultado do *input* compreendido. Por sua vez o sistema aprendido alude aos processos conscientes, que pressupõe a reflexão e o acompanhamento da produção do aprendente dando atenção aos aspetos formais da língua. Estamos assim em presença do conhecimento implícito e explícito.

Quanto à relação entre o conhecimento implícito e explícito há três posições teóricas distintas: a hipótese da não-interface, a hipótese da interface fraca e a hipótese da interface forte. Muito resumidamente, parte-se da perspectiva radical da hipótese da não-interface em que não há conversão entre conhecimento implícito e explícito à hipótese da interface forte em que o conhecimento explícito se converte diretamente em implícito. (Anderson, 1982). Segundo as correntes da neuropsicologia uma parte deste conjunto de informações é adquirida através de uma aprendizagem implícita e outra de uma aprendizagem explícita. Nick Ellis (1994) defende que os aspetos que remetem para o reconhecimento e produção de vocabulário, como a pronúncia e a representação ortográfica dependam de uma aprendizagem implícita, e que pelo contrário os significados e os aspetos semânticos e conceptuais dependam de processos que implicam uma aprendizagem explícita.

Para R. Ellis (1993) o conhecimento explícito possibilita a comparação entre os dados linguísticos recebidos através do ensino explícito e as estruturas formuladas no *output*, levando a uma chamada de atenção para as situações em que uma determinada estrutura é adequada ou não, permitindo assim a união entre processos conscientes e inconscientes, determinantes na aquisição da linguagem. Deste modo, o professor para favorecer o processo de aquisição deverá apoiar a

sua prática pedagógica numa pesquisa adequada da língua materna dos aprendentes (Acosta, 1997:80). Chegamos assim à noção da construção de uma gramática reflexiva, como refere Travaglia, que seja um trabalho de reflexão não só sobre os recursos linguísticos que o aprendente já domina bem como sobre os que não domina, levando-o à aquisição de novas competências linguísticas.

Diversos autores procuram precisar o âmbito de uma gramática pedagógica de modo a definir uma tipologia específica. Uma gramática pedagógica, mais do que responder a determinadas características formais que definam uma tipologia, deve incluir na sua conceção a avaliação de determinados parâmetros que espelhem não só a situação do ensino em questão, como as características linguísticas, culturais, motivacionais dos aprendentes, mas também o tempo há disposição para obter eficazmente o domínio de determinadas competências linguísticas. Só a definição destes parâmetros poderá, caso a caso, definir estratégias de ensino explícito e implícito.

No contexto do ensino das línguas, o ensino do sistema verbal e das noções de temporalidade e aspetualidade são as que oferecem mais dificuldade. Sendo o aspeto verbal o ponto de vista do falante em relação ao desenvolvimento de um evento, pode ser representado formalmente em múltiplas formas, ser expresso diretamente pelo sentido do verbo isoladamente ou nas suas formas compostas ou em plena interação com os outros elementos gramaticais que constituem o enunciado.

A evolução do percurso de aquisição leva a que o aprendente seja capaz de abinar o tempo verbal ao aspeto associado à sua função discursiva. Para além de ter de selecionar a ação do verbo e verificar a função discursiva do mesmo, deve compreender a diferença que o aspeto concede ao verbo no discurso determinando em primeiro lugar a diferença entre aspeto perfeitivo e imperfeitivo e sucessivamente entre todas as outras classes aspetuais (Nardelli, 2009). No conjunto dos elementos da estrutura aspetual das línguas, a questão da aquisição do aspeto perfeitivo/imperfeitivo recebeu um grande interesse no âmbito dos estudos da aquisição por adultos (Bardovi Harlig, 2000 e Salaberry, 2003).

No conjunto das teorias sobre a aquisição do aspeto tem sido igualmente discutida a hipótese do aspeto lexical (Andersen, 1991; Bardovi-Harlig, 2000; Salaberry, 2000), segundo a qual todos os aprendentes no processo de aquisição da morfologia verbal seguem determinados princípios universais. Os estudos decorrentes desta teoria apresentam, no entanto, aspetos contraditórios. O estudo de Rothman (2009) demonstrou que os aprendentes do nível intermédio de português adquiriam os traços semânticos do aspeto gramatical em estádios em que não dominavam ainda a morfologia flexional na produção. Rothman apoia a tese da sintaxe antes da morfologia e da semântica antes da morfologia contra as metodologias que assumem que a produção morfológica é suficiente para atingir um determinado grau de competência. De facto, diversos estudos têm demonstrado precisamente o contrário, que a sintaxe é fundamental para a estrutura verbal do enunciado, mais do que o aspeto morfológico, revelando que os aprendentes podem exprimir temporalidade sem dominar a morfologia verbal, apoiando-se nos princípios discursivos da organização dos enunciados narrativos e na informação semântica do domínio temporal.

Uma outra questão é a gradação da possibilidade do uso de diversas formas morfológicas para exprimir os mesmos elementos aspetuais (alternância morfológica). Noyau (1988) demonstrou que se morfológicamente é transmitida a distinção passado/não passado a noção de imperfeito será adquirida mais tardiamente.

Segundo Noyau (1988:12), do ponto de vista da aquisição das marcas temporais e aspetuais, as diferenças temporais como passado/não passado são assimiladas antes das diferenças aspetuais. O facto de o tempo ser expresso através de estruturas gramaticalizadas e não gramaticalizadas requer um conhecimento completo das combinatórias sintáticas que permitem a indicação de um determinado quadro temporal ou a distinção de intervalos temporais associados às situações e às suas relações.

Pensamos inicialmente na temporalidade inscrita na gramática: a morfologia flexional à qual se junta o esquema dos tempos compostos e de construções

perifrásticas mais ou menos gramaticalizadas, mas, como refere Noyau a temporalidade é expressa também pela temporalidade inerente aos processos (diversas tipologias semânticas das predicções, por expressões lexicais e lexicossintáticas (conectores, advérbios e circunstâncias temporais), pela síntese das cadeias de proposições, pela organização do discurso (ordem cronológica, configuração do papel temporal do evento e inferências fundadas no contexto).

Neste contexto a temporalidade é vista globalmente como uma mudança dos diferentes níveis de índices na expressão do domínio nocional. O aprendente da LE, e neste caso específico do português, rapidamente identifica as marcas temporais que lhe permitem de enquadrar temporalmente a ação ou a situação, ainda quando a morfologia verbal não é indicativa. A emergência da morfologia temporal tarda claramente sobre o desenvolvimento da capacidade de construir um discurso ancorado temporalmente, especificando as relações temporais entre eventos, realizado por meios lexicais, lexicossintáticos (conectores e subordinantes temporais) e por organizações discursivas correspondentes a configurações temporais.

A sequência no ensino das estruturas aspetuais e temporais, dando primazia ao aspeto em relação ao tempo ou vice-versa deriva em parte da discussão sobre a relação entre tempo e aspeto. São obviamente categorias, que ainda que passíveis de ser analisadas de forma distinta, se encontram no enunciado perfeitamente amalgamadas a nível morfológico. Tal, permite-nos recusar o pressuposto que as duas categorias possam ser ensinadas separadamente. A aquisição tem de ser vista como um processo cumulativo de unidades lexicais, criação de conexões por analogias entre unidades e a formação de esquemas entre conexões e regras (Gosselin et *alli*, 1991).

Para reconstruir a exata função de uma forma nas produções linguísticas escritas e orais é necessário explicitar todos os contextos em que essa forma é usada durante a aprendizagem. O conjunto forma-função constitui a gramática da língua do aprendente, ou seja a sua variedade de aprendizagem ou interlíngua. (Adorno, 2006).

Outro elemento a ter em consideração é o uso dos tempos verbais nos tempos narrativos (Weinrich) e a distinção entre tempos comentativos e tempos narrativos que colocam importantes problemas a nível tradutivo e denotam as particulares diferenças aspetuais entre as línguas.

No nível avançado de aprendizagem do português como LE os aprendentes têm à disposição um amplo repertório lexical para exprimir a temporalidade: advérbios, locuções adverbiais, conjunções temporais que são utilizados com a funcionalidade de ancoragem temporal e/ou de relação temporal absoluta ou relativa, podendo fazer opções a nível gramatical de forma consciente. Considerando que a representação linguística dos eventos no tempo pressupõe o domínio dos itens lexicais necessários para especificar os eventos e dos elementos lexicais e gramaticais para o seu enquadramento numa dimensão temporal, será possível, no caso de línguas afins como o português e o italiano abreviar o processo aquisicional e dotar, já numa fase inicial, os aprendentes dos elementos necessários para esse domínio?

Apesar de estarmos conscientes, como comprovou Noyau (2005:161), que nas fases iniciais da aquisição, o conhecimento do sistema verbal se desenvolve através de uma série de trocas nas relações entre formas e funções levando os aprendentes a organizar a informação de modo restritivo, penso que é possível dotar o falante de português LE, já na fase inicial da sua aprendizagem, através de um ensino explícito das estruturas temporais e aspetuais da língua, e simultaneamente de um ensino implícito, onde as estruturas sejam claramente integradas em contextos discursivos e funcionais dos instrumentos necessários para uma correta expressão tempo-aspetual.

Se pensarmos que atualmente um aprendente de língua italiana tem à sua disposição apenas três anos, partindo de um desconhecimento total da língua portuguesa, para obter um nível de competência linguística de nível B2, as estratégias de ensino deverão tentar, mediante uma estruturada análise contrastiva,

de colocar à disposição dos aprendentes instrumentos que lhe permitam rapidamente de conseguir produzir corretamente em português, mas igualmente de refletir linguisticamente sobre a estrutura da língua, estabelecendo obviamente correlações com a sua língua materna.

Não podemos igualmente esquecer que, atualmente, a criação de um marco de referência europeu e a difusão das certificações internacionais contribuem para o aumento de uma perspetiva contrastiva que permite ao aprendente não só de utilizar eficazmente a língua aprendida, mas de possuir uma visão clara das diferenças e semelhanças das línguas, que são obviamente diferenças de cultura e de sociedade.

Referências bibliográficas:

Acosta, J. León; Leiria, Isabel, 1997, "O papel dos conhecimentos prévios na aquisição de uma língua não-materna", *Polifonia*, Lisboa, Edições Colibri, n.º 1, 1997, pp. 57-80

Andersen, R.; Shirai, Y, 1994, "Discourse motivations for some cognitive acquisition principles", *Studies in Second Language Acquisition*, v. 16, p. 133-156.

Andersen, R., 1996, *Primacy of aspect in first and second language acquisition: The pidgin/creole connection*. In: Bhatia, T.K.; Ritchie, W. (Eds.). *Handbook of second language acquisition*. V.2. San Diego, CA: Academic Press.

Andorno, Cecilia (2006), *La lingua degli apprendenti dal punto di vista delle varietà di apprendimento. L'approccio di Interlingua* in F. Bosc, C. Marelllo, S. Mosca (a cura di), *Saperi per insegnare. Formare insegnanti di italiano a stranieri. Un'esperienza di collaborazione fra università e scuola*, Torino, Loescher.

Bardovi-Harlig, K., 1994, "Reverse-order reports and the acquisition of tense: beyond the principle of chronological order", *Language Learning*, v. 44, n.2, p. 243-282.

Bardovi-Harlig, K, 1998. "Narrative structure and lexical aspect: conspiring factors in second language acquisition of tense-aspect morphology", *Studies in Second Language Acquisition*, v. 20, p. 471-508.

Bley-Vroman, R., 1989, *What is the logical problem of foreign language learning?* In S. Gass & J. Schachter (Eds.), *Linguistic perspectives on second language acquisition*, Cambridge: Cambridge University Press, pp.41-68.

Bloom, L.; Lifter, K; Hafitz, J, 1980, "Semantics of verbs and the development of verb inflection in child language", *Language*, v. 56, pp.386-412.

Calvi, Maria Vittoria, 1982, *Interferenze delle altre lingue straniere studiate nell'apprendimento dello spagnolo*, "Didattica della lingua e lingue iberiche", *Atti del Convegno dell'Associazione Ispanisti Italiani* (l'Aquila, 14-15 settembre 1981), Napoli, Pironti, 1982, pp. 10-27.

Calvi M.V., 1999, *La gramática en la enseñanza de lenguas afines, en español como lengua extranjera: enfoque comunicativo y gramática*, *Actas del IX Congreso Internacional de ASELE*, Santiago de Compostela, 23-26 de septiembre de 1998, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 353-360

Ciliberti, A (1991), *Grammatica, pedagogia, discorso*, Firenze, La Nuova Italia.

Comajoan, Llorenç, 2005, *The Early L2 Acquisition of Past Morphology: Perfective Morphology as an Aspectual Marker or Default Tense Marker?* Selected Proceedings of the sixth Conference on the Acquisition of Spanish and Portuguese as First and Second Languages, ed. David Eddington, 31-43.

Corder, Pit, 1967, "The significance of Learner's Errors", *Iral* 5, p. 161-170.

Corder, Pit, 1973, *Introducing Applied Linguistics*, Harmondworth, Penguin.

Chini, M. 2005. *Che cos'è la linguistica acquisizionale*, Carocci, Roma 2005

Ellis, R., 1993, "The structural syllabus and second language acquisition", *TESOL Quarterly*, v.27, n.1, pp.91-113.

Ellis, R., 1994, *A theory of instructed second language acquisition*. In: Ellis, Nick (Ed.). *Implicit and explicit learning of languages*. San Diego, CA: Academic Press, 1994a. p. 79-114

Ellis, R., 1997, *Second Language Acquisition*. Oxford: Oxford University Press.

Ellis, R., 2002, "Does form-focused instruction effect the acquisition of implicit knowledge? A review of the research", *Studies in Second Language Acquisition* 24, 2: 223-236.

Ellis, R., 2005, "Principles of instructed language learning", *System*, v. 33, n.2, pp. 209-224.

Fonseca, Fernanda Irene (1994), *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e Aplicada ao Ensino do Português*, Porto, Porto Editora.

Franco, António (1989), "A Gramática no Ensino de Segundas Línguas (L2) ", *Revista da Faculdade de Letras do Porto – Línguas e Literaturas*, II Série, vol. VI, pp. 59-116.

Finger, Ingrid, Gonçalves, Mónica Marques, Spuldaro, Eliane Rauber, 2006, A influência do aspeto lexical na aquisição da morfologia verbal do português como L2., *Revista Investigações*, vol. 19, n.2, julho /2006.

Gass, Susan; Selinker, Larry, 2001, *Second language acquisition: an introductory course*. 2. ed. Lawrence Erlbaum Associates.

Gass, Susan; Selinker Larry, 1992, *Language transfer and language learning*, Amsterdam, Benjamin's.

Giunchi, P (ed), 1990, *Grammatica esplicita e grammatica implicita*, Bologna, Zanichelli.

Gonçalves, Perpétua, 2005, "Falsos sucessos no processamento do input na aquisição de L2: papel da ambiguidade na génese do português de Moçambique", *Revista da Abralín*, vol. 4, nº 1 e 2, p. 47-73 dezembro de 2005

Gosselin, Laurent ; Jacques François, 1991, Les typologies de procès: des verbes aux prédictions. In: C. Fuchs, ed. *Les typologies de procès*. TraLiPhi XXIX, Paris Klincksieck.

Kerberg, Marianne (1994) *Análise contrastiva na gramática pedagógica: um ingrediente útil no ensino de português a falantes de espanhol*, in 3º Congresso Internacional de Ensino de Português como Língua Estrangeira. 19 a 21 de outubro de 1994, pp. 96-102.

Klein, W. & C. Perdue. 1992. *Utterance Structure (Developing Grammars Again)*. Amsterdam: John Benjamin's

Klein, W.; Perdue, C., 1997, "The Basic Variety (or: Couldn't natural languages be much simpler?)". *Second Language Research* 13: 301-347.

Krashen, Stephen D. 1982, *Principles and practice in second language acquisition*. London: Pergamon.

Krashen, S. D., 1985, *The input hypothesis*. London: Longman, 1985.

Krashen, S. D., 1994, *The Input Hypothesis and its rivals*. In: Ellis, N. (Ed.). *Implicit and explicit learning of languages*. San Diego, CA: Academic Press, 1994, pp.45-77.

Lado, Robert, 1957, *Linguistics Across Cultures*, Ann Arbor, University of Michigan Press.

Long, M.H., 1983. "Native speaker non native speaker interaction and the negotiation of comprehensible input", *Applied Linguistics*, 4, pp. 126-141.

Long, M.H., 1996. "The role of the linguistic environment in second language acquisition", in: Ritchie, W.C., Bhatia, T.K. (eds.), *Handbook of Second Language Acquisition*. Academic Press, SAN Diego, pp. 413- 468

Nardeli, Ingrid Campos, 2009, *Reflexões sobre o papel da interação no processo de aquisição/aprendizagem dos aspetos perfectivo e imperfectivo do italiano como L2*, *Encontros de Pós-Graduandos da FFLCH/USP*, 23 a 26 novembro 2009. Disponível em

<http://www.fflch.usp.br/eventos/epog/textos/Ingrid%20Campos%20Nardeli.pdf>

Noyau, Colette; Lorenzo Cristina de, Kihlstedt, Maria, Paprocka, Urzula, Sanz Espinar, Gema, Schneider, Ricarda, 2005, *Two dimensions of the representation of complex event structures: granularity and condensation. Towards a typology of textual production in L1 e L2*, in Hendriks, Henriëtte, 2005, *The structure of learner varieties*, Walter de Gruyter, 157-202.

Preuss, Elena Ortiz, Finger, Ingrid, 200, "O papel da instrução na aquisição do Espanhol como L2: um estudo sobre o se – operador aspetual como delimitador", *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v.12, n.2, p.435-462.

Rosi, F. Le categorie tempo-aspettuali dell'italiano in prospettiva acquisizionale. In Costamagna, Lidia e Scaglione, Stefania. *Italiano acquisizione e perdita*. Francoangeli, Milano, 2008, pp. 53-85.

Travaglia, Luiz C, 1981, *O aspeto verbal no português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia, Gráfica da UFU, 1981.

31. PERPÉTUA SANTOS SILVA, CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS DE SOCIOLOGIA – CIES -ISCTE



PERPÉTUA SANTOS SILVA é investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – CIES/ISCTE-IUL, na linha de investigação "Processos de Recomposição Social e Reconfiguração Cultural", onde se encontra atualmente a desenvolver projeto de investigação subordinado à temática da língua portuguesa em Macau, para o qual conta com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia. É doutoranda no Programa de Doutoramento em Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa/ISCTE-IUL e bolsista da Fundação Oriente. As suas principais áreas de interesse são: metodologias de investigação, sociologia da cultura, sociologia da língua, etnicidade, migrações e identidades. Participou em diversos projetos de investigação e foi colaboradora do Instituto

Camões entre 1998 e 2003, onde desenvolveu o gosto pela língua portuguesa como objeto de estudo da sociologia

TEMA 2.7 NARRATIVAS DA DIFERENÇA. UM OLHAR SOBRE A CIDADE DE MACAU. Perpétua Santos Silva, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – CIES/ISCTE – IUL

No decurso do período em que se preparou a transferência da Administração de Macau de Portugal para a República Popular da China, foram inúmeras e variadas as atividades e iniciativas levadas a cabo para promover uma imagem do território valorizando a sua condição de ponto de encontro entre o Ocidente e o Oriente e a sua *identidade cultural singular*. Situação sujeita a várias interpretações, umas negativas outras positivas. Se por um lado se fizeram ouvir vozes criticando o que se presumia configurar uma forma de dar continuidade à presença colonial após 1999 através da enfatização de ícones culturais e patrimoniais de origem portuguesa, por outro lado também se considerava que este perfil sociocultural diferente iria possibilitar à futura Região Administrativa Especial a manutenção de um estatuto distinto de qualquer outra cidade chinesa, evitando o apagamento da memória de mais de quatro séculos de história e a perda de identidade da cidade atravessada por profundas alterações espaciais, demográficas e políticas.

Decorrida a primeira década do estabelecimento da RAEM, procuraremos apresentar algumas pistas de reflexão sobre a forma como Macau convive, hoje, com o seu passado histórico, abordando o caráter instrumental da memória e da sua construção no presente como referente de uma imagem distintiva da cidade por parte do poder instituído e considerando as apropriações várias a que determinados ícones são sujeitos constituindo-se como marcadores sobre os quais é alicerçada a “questão da diferença” de Macau e em Macau. O grupo musical “A Outra Banda” na sua interpretação destes poemas de Adé, entrecorta-os dizendo: Macau assim antiga de quintal, poço e pomares vai vivendo cada vez mais só na memória dos que nela assim cresceram e assim a amaram. Mas Macau já não é assim. Macau hoje,

do Jetfoil, das pontes e à espera dos aviões, tem outra vida: é terra de progresso misturado com tristeza aqui e muita confusão por ali...

CAZARÂM ANTIGO

Macau di janela verde,
vенеziána di tabique;
Macau di chám sobradado,
co enténa chuchú parede
pa co-cói sobrado;
Saguám pa lavá ropa,
Teraço di chám di ladrilho,
lugar pa sugá rópá.

Macau di casarâm antigo
nostre
Cubrido co télia vermelho,
parede caiado,
varandá empolado...
Únde têm vós?

MACAU MODERNADO

Nôs agora têm unga túne
Na basso di Mato-Guia;
Caretá ramendá bicho-núne,
Vai-vem na túne tudo dia.

Quim intrá na Pôrto Novo,
Unga istánte têm na Flora;
Di unga b uracam, sai rua nôvo,
Tudo ta contente agora.

Perto-perto di Sâm Francisco,
Têm unga rua riva de ôtro rua;
Gente di pôvo olá, fica pisco,
Pensá ta vivo na Lua.
*Adé dos Santos Ferreira (in
Silveira Machado, 1996)*

De facto, quando se chega a Macau, à saída do agora moderno Terminal Marítimo do Porto Exterior, já não é a Macau dos *Cazarâm antigo* com que nos deparamos; essa Macau, ofuscada pelas luzes dos néones dos inúmeros e recentes casinos, esconde-se por detrás dos prédios em altura, das pontes esguias que ligam à Taipa, do Túnel da Guia que num instante nos leva até ao Jardim da Flora e, dali, ao centro da cidade. O que podemos ver, por todo o lado, são sinais de progresso, de desenvolvimento, de novas infraestruturas: *Macau modernado*...

No decurso do período em que se preparou a transferência da Administração de Macau, de Portugal para a República Popular da China, foram inúmeras e variadas as atividades e iniciativas levadas a cabo para promover uma imagem do

território valorizando a sua condição de ponto de encontro entre o Ocidente e o Oriente e a sua *identidade cultural singular*. Situação sujeita a várias interpretações, umas negativas outras positivas. Se por um lado se fizeram ouvir vozes criticando o que se presumia configurar uma forma de dar continuidade à presença colonial após 1999 através da enfatização de ícones culturais e patrimoniais de origem portuguesa, por outro lado também se considerava que este perfil sociocultural diferente iria possibilitar à futura Região Administrativa Especial a manutenção de um estatuto distinto de qualquer outra cidade chinesa, evitando o apagamento da memória de mais de quatro séculos de história e a perda de identidade da cidade atravessada por profundas alterações espaciais, demográficas e políticas.

Decorrida a primeira década do estabelecimento da RAEM, procuraremos apresentar algumas pistas de reflexão sobre a forma como Macau convive, hoje, com o seu passado histórico, abordando o carácter instrumental da memória e da sua construção no presente como referente de uma imagem distintiva da cidade por parte do poder instituído e considerando as apropriações várias a que determinados ícones são sujeitos constituindo-se como marcadores sobre os quais é alicerçada a “questão da diferença” de Macau e em Macau.

A fisionomia da cidade mudou muito ao longo das últimas décadas. Macau cresceu, em superfície, com os aterros, e em população, com acentuados movimentos migratórios, e é preciso deixarmos-nos perder no emaranhado de ruas, becos e ruelas para percebermos que, como nos diz outro poeta, Eugénio de Andrade (2002:13), *Macau tem um perfil enganador. Mas é breve o engano*. Mal nos detenhamos numa primeira conversa cedo se adivinha que há outra Macau para descobrir ao dobrar de uma qualquer esquina.

As transformações ocorridas e a forma como atravessam a generalidade dos discursos produzidos em torno da cidade, dentro e fora dela, constituem-se em elementos de representações simbólicas, positivas e negativas, que circulam a propósito de Macau e que podem encontrar-se nos mais variados registos:

jornalístico, literário, científico, político e quotidiano. Uma observação atenta e continuada deste espaço urbano permite perceber nas suas características indícios de uma sobreposição ou, para usar uma palavra-chave dos múltiplos registos e discursos que a propósito de Macau fomos consultando e ouvindo nos últimos anos, *coexistência* de um conjunto de dimensões estruturadoras do espaço social local.

Para além das profundas alterações no parque habitacional, sendo Macau, hoje, uma cidade densamente edificada, e sem a preocupação de identificar exaustivamente o conjunto de infraestruturas criadas, é, no entanto, de referir a tónica colocada nas acessibilidades, quer de ligação ao exterior quer a nível interno. No primeiro caso, destaca-se o Aeroporto Internacional de Macau (1995), as alterações no Terminal do Jetfoil (1993) e na Fronteira das Portas do Cerco (1994 e ampliação em 2004⁹¹), a abertura em 1999, da Fronteira do COTAI (“istmo”⁹² Taipa-Coloane) e, em relação ao segundo caso – a nível interno –, sendo as obras mais relevantes a Ponte da Amizade (Macau-Taipa) e a Ponte de Sai Van, que abriram ao tráfego, respetivamente, em 1994 e em 2004, podemos encontrar um pouco por toda a península e ilhas sinais evidentes de uma recente modernização da rede viária – túneis, viadutos, remodelação de arruamentos e vias de grande circulação, nomeadamente a marginal das Urbanizações do NAPE e Nam Van, ligando o Porto Interior ao Porto Exterior.

Ainda no que respeita às acessibilidades, encontra-se em fase de planeamento a construção de uma rede de metro de superfície em Macau e parece estar também para breve o desenvolvimento da já muito discutida construção de uma ponte de ligação entre Hong Kong, Macau e a cidade vizinha de Zhuhai na China continental. De referir, também, um conjunto de novas infraestruturas desportivas, cuja construção se prende com o facto de a cidade ter recebido importantes atividades nesta área: os 4^{os} Jogos da Ásia Oriental, em 2005, e os 1^{os} Jogos da Lusofonia em 2006.

91 Não se trata de um istmo natural mas de um aterro que permite a comunicação rodoviária entre as duas ilhas.

92 Salva-se que são aspetos que “partilham” com os residentes mais recentes vindos da China Continental.

É claro que não se negam as vantagens de todas as infraestruturas construídas e o evidente impacto positivo no quotidiano dos que diariamente têm de se deslocar na cidade e nela trabalham e residem, contudo, não é este lado mais moderno da cidade que nos chega na grande maioria das narrativas que se vão construindo e reconstruindo sobre a cidade, sobressaindo, antes, um registo que oscila entre a crítica à descaraterização que a modernização da cidade apresenta e uma certa nostalgia dos *cazarâm* de antigamente, memórias de outros tempos em que se faziam piqueniques na Taipa e em que para se lá chegar e de lá se regressar era preciso esperar que a maré estivesse de feição para permitir a travessia; é também da memória dos mais velhos que nos surgem os relatos das pescarias e dos banhos na Praia Grande, hoje desaparecida e que os aterros transformaram em lagos, ou ainda, as lembranças da travessa das onze horas, assim conhecida por ser à saída da Missa das onze na Sé que os transeuntes percorriam as também desaparecidas lojas dos mouros na Rua Central, numa altura em que *todos* se conheciam. Essa sensação de familiaridade e de interconhecimento vem hoje dar lugar a uma sensação de estranheza, pelo enorme impacto no quotidiano da cidade causado pelo número crescente de novos residentes e visitantes.

Se, por um lado, cruzam diariamente as fronteiras de Macau milhares de trabalhadores que residem fora, por outro lado, como região de turismo, esta cidade tem uma população flutuante bastante elevada. Embora possamos encontrar entre os residentes um certo orgulho na quantidade de visitantes que a cidade vem recebendo, são também inúmeras as manifestações de desagrado quanto à sua presença - a *invasão dos chineses* -, quanto à sua forma *desapropriada* de circular pela cidade, a conotação negativa de que não vão para visitar Macau mas apenas para jogar, não obstante se poderem encontrar em número não negligenciável, principalmente ao fim de semana e feriados, nas imediações do Largo do Senado e na zona das Ruínas de S. Paulo, onde não há casinos nem casas de jogo, e sendo-

lhes atribuída, ainda, grande parte da responsabilidade no aspeto menos limpo da cidade e, mesmo, em algumas situações de insegurança e furtos⁹³.

De facto, circulando pelas zonas mais centrais – principalmente se o fazemos nos períodos de interrupção ou finalização dos tempos de trabalho – podemos perceber quase imediatamente uma das particularidades desta cidade: a alta densidade populacional e que ronda atualmente os 19000 habitantes por km².

Sendo a população de Macau, desde sempre, maioritariamente de ascendência chinesa, este facto, acreditava-se, viria contribuir para a crescente desvalorização das “coisas portuguesas”, e, sendo que mais de metade desta população não é natural de Macau, tendo nascido na China continental e estando no território há apenas uma ou duas décadas, faltar-lhes-ia, ainda, a necessária memória da cidade, de um espaço e de um tempo de outros tempos.

Em virtude da transferência do exercício de soberania, também o número de portugueses ia diminuiu, quer os expatriados, quer os naturais de Macau com ascendência portuguesa, vulgarmente designados por “macaenses”, na incerteza do futuro próximo, muitos optaram por sair de Macau, aliás, à semelhança do que já havia sucedido em vários outros momentos de crise no território, facto que vem dar origem à constituição da chamada diáspora “macaense” em dispersos pontos do mundo (Austrália, Brasil, Canadá, Estados Unidos – S. Francisco, e Portugal são apontados como os locais mais significativos). Esta espécie de sangria do português que se vinha a desenvolver fazia antever o “abandono” de Portugal relativamente à Região contribuindo para aumentar a preocupação dos que haviam decidido ficar, sendo muitos destes portugueses por naturalidade, por descendência ou por opção.

Não podemos deixar de referir que as transformações, quer demográficas, quer espaciais, que vinham a decorrer continuam em curso, tendo até vindo a acentuar-se. Acresce, como é sobejamente conhecido, a recente construção de todo um conjunto de empreendimentos ligados ao jogo que, na sequência da liberalização do setor, com a atribuição de novas licenças de exploração em 2002, simbolizam a

93 Em <http://www.macauheritage.net/address/indexp.asp>, de onde foram retiradas as citações assinaladas a itálico.

entrada de Macau numa nova fase. Desde então, a cidade tem vindo a consolidar-se como capital mundial do jogo, tendo, em relativamente pouco tempo, vindo a ganhar uma indiscutível visibilidade, referida como a *Las Vegas asiática*.

Mas não é esta imagem de cidade de jogo que os seus residentes mais gostam de oferecer ao forasteiro que chega, e ainda que não existam dúvidas quanto ao peso do setor na economia local e, consequentemente, no desenvolvimento da cidade ao longo dos últimos anos, sendo, como é sabido, dos aspetos mais referidos a propósito de Macau, parece não ser o que mais contribui para a construção da imagem que Macau pretende transmitir de si própria. Macau, no dizer das suas gentes, é muito mais do que o jogo. E muito mais do que mais uma cidade chinesa. Macau é mesmo *outra coisa*. Quando somos recorrentemente confrontados com a expressão “isto não se vê na China”, são muitos e diversificados os sentidos que “isto” pode assumir, não sendo geralmente referência a casinos e jogo.

Na verdade, estes argumentos – de que “isto não se vê na china” e de que “Macau é outra coisa” – sendo absolutamente recorrentes sintetizam e simbolizam um conjunto de características da cidade que a tornam “distinta” e que alimentam um conjunto de representações sobre Macau. Dos aspetos mais visíveis e, atualmente com maior projeção, é, sem dúvida, a arquitetura da cidade um dos testemunhos mais referidos a propósito da interpenetração de culturas, sendo os diferentes estilos do Ocidente e do Oriente nos templos e igrejas, casas e lojas, ruas, becos e ruelas, jardins e cemitérios frequentemente chamados à discussão e, a par da gastronomia, amplamente utilizados para melhor vender a imagem de Macau como destino turístico, tendo a questão do património vindo a assumir uma importância crescente com a inscrição de “O Centro Histórico de Macau” na lista do Património Mundial da UNESCO em 2005.

“O Centro Histórico de Macau” constitui uma representação ainda existente do povoado histórico que marcou os primórdios da cidade, envolvendo legados arquitetónicos entrelaçados no tecido urbano original da mesma, que inclui um

conjunto de ruas e praças que estabelecem a ligação entre uma sucessão de mais de vinte monumentos, a maior parte de traça ocidental.

Tendo, na área do turismo, o património cultural sido sempre a base essencial nas campanhas promocionais onde as referências à arquitetura tradicional chinesa, ocidental e luso-chinesa bem como à gastronomia, são uma constante, continuam a ser estes aspetos a melhor “vender” a imagem de Macau como destino turístico, sendo o seu atual slogan “Num Mundo de Diferenças, a Diferença é Macau”.

De salientar que, se por um lado, se assiste a uma apropriação do património colocado como mais-valia mobilizada pelos poderes públicos nas suas políticas de desenvolvimento turístico, por outro, e por parte dos mesmos agentes, tem vindo, também, a ser desenvolvido um esforço no sentido de fomentar a relação dos residentes com esse mesmo património, sendo realizadas inúmeras atividades, nomeadamente junto da população escolar, promovendo o valor histórico da cidade e fomentando o gosto pelo espaço junto das camadas mais jovens. Entre estas atividades destacamos apenas algumas, como o *Concurso de Design de Itinerários do Património Cultural de Macau* realizado com o objetivo de *sensibilizar a população para a necessidade de proteger o património cultural coletivo de Macau [e] incitar os residentes de Macau de diferentes nacionalidades e origens a traçarem percursos que promovam a herança cultural de Macau (...) resultante da fusão das culturas oriental e ocidental*; ou o *Concurso Interescolar de Conceção de Painéis Alusivos ao Património Cultural de Macau*, a cuja final tivemos a possibilidade de assistir. Surge como uma espécie de lema do Instituto Cultural local (entidade organizadora das atividades), para além de sensibilizar a população para a importância do património, divulgar *ativamente o espírito de “Preservação da Identidade de Macau”* e promover e preservar a *herança cultural de Macau (...) resultante da fusão das culturas oriental e ocidental*, como facilmente se pode constatar apenas com uma vista à página eletrónica desta instituição⁹⁴.

94 Este assunto tem sido alvo da atenção da Administração de Macau, nomeadamente no que respeita à elaboração de livros escolares sobre a história de Macau. Foi igualmente assunto levantado por deputados da Assembleia Legislativa, com uma interpelação escrita

precisamente sobre a disponibilização de materiais escolares adequados em que se alegava que “relativamente à área da educação, a Administração se esqueceu do mais elementar, que é o facto de não haver, até à data, qualquer manual sobre a história de Macau para utilização

Tendo sido, também, criado o clube *Amigo do Património* surge como particularmente interessante o programa de formação *Jovens Embaixadores do Património* que possibilitou, entre os estudantes das várias escolas secundárias e instituições universitárias, um aprofundamento de conhecimentos sobre o património cultural de Macau e sobre a História da cidade e, do qual, resultou a constituição de uma associação com a mesma designação. Vale a pena referir que dada a forma como o sistema de ensino de Macau foi conduzido ao longo dos tempos, proliferando diferentes modelos de diferentes referências (de Hong Kong, da China, de Taiwan e de Portugal), na sua maioria do setor privado, com pouca coerência curricular entre si, os programas escolares pouca relevância davam à História de Macau, e enquanto uns terão aprendido a História de Portugal outros terão tido a oportunidade de melhor conhecer a da China⁹⁵.

O receio de que todo o valor histórico e patrimonial de Macau se iria rapidamente perder parece, agora, infundado, podendo, para além destas ações de maior alcance, assistir-se a performances encenadas junto a alguns monumentos históricos, sendo possível assistir à Dança do Leão nas escadarias das Ruínas de S. Paulo ou à atuação do Rancho Folclórico em frente ao templo de Á-Ma, ou ainda o embelezamento recente de ruas e passeios com recurso à calçada portuguesa – cobre agora uma muito maior extensão do que acontecia antes da Transferência da Administração.

Outro aspeto sobre o qual não podemos deixar de fornecer alguns apontamentos é o da suposta alteração dos nomes das ruas. Podendo parecer um pequeno exemplo, não deixa de ser significativo a propósito das representações que se vão construindo e pelo que simboliza no que respeita à inversão nas relações de poder. Constata-se facilmente que não corresponde à verdade a tão generalizada ideia de que haviam sido mudados os nomes das ruas, tendo-lhe sido retirada a

designação em língua portuguesa. Pode constatar-se que foram introduzidas algumas alterações nas placas toponímicas, passando-se da antiga configuração, que se pode ver no lado esquerdo da imagem a seguir apresentada [fig. 1], para a do lado direito. Apesar de as alterações terem vindo, progressivamente, a ser generalizadas a toda a cidade, na altura em que nos alertavam para o seu desaparecimento era possível encontrar ambos os formatos, convivendo, muitas vezes, em situações como ilustra a imagem.

Fig. 1 – Placas Toponímicas



Sobre esta matéria ouvimos as mais diversas reações, umas de alguma irritabilidade pela manifesta falta de respeito para com o *passado* e a *memória* de Macau e simbolizando a desvalorização da língua portuguesa e o consequente desprestígio dos portugueses, entendendo-se nesta atitude a sua passagem para segundo plano e uma afirmação do chinês, logo dos chineses; outras, contrariamente, consideram que nada mais justo e equilibrado poderia ser feito – equitativamente dividido o espaço e solucionado um problema, algo discriminatório,

nas escolas primárias e secundárias. Para melhor divulgar o Património Mundial e Macau é importante que também os residentes conheçam a história de Macau. Contudo, as camadas mais jovens quase ou nada conhecem, nem têm interesse em conhecer a história de Macau, uma vez que os manuais escolares utilizados nas escolas primárias e secundárias são na sua maioria de Hong Kong e da China Continental. Assim, ficam sem saber a quem pertenciam a Casa do Mandarim e que os monumentos que integram o Centro Histórico de Macau são as

construções ocidentais mais antigas da China.” (Chan Meng Kam e Ung Choi Kun, Interpelação Escrita, 25/10/2006;

Disponível em <http://www.al.gov.mo/interpelacao/2006/06-548p.pdf>).

95 Agradecemos a Miguel Senna Fernandes ter-nos facultado um documento de sua autoria sobre o Patuá, não publicado mas apresentado publicamente pelo autor.

que era o facto de em designações mais extensas ser quase ilegível a designação em língua chinesa. Ambas as reações são reveladoras das diferentes formas de viver e encarar a nova realidade político-administrativa de Macau, sendo que, quer uma interpretação, quer outra, se encontra presente nos discursos de portugueses, macaenses e chineses.

Outra questão que deve ser salientada é a da recuperação do Patuá – estratégia deliberada para trazer para o presente um dialeto que, por ter sido *considerado como a língua dos mais humildes, foi durante muito tempo relegado para um plano inferior, desprezado, ou deliberadamente esquecido, numa altura em que falar o português padrão era condição essencial para ascensão social* (Senna Fernandes, 2005⁹⁶), tendo sido, portanto, abandonado e resistindo hoje apenas entre alguns dos mais velhos. No entanto, o grupo teatral *Doce Papiçam di Macau* leva a público anualmente uma peça de teatro em Patuá, cuja narrativa se tem desenrolado em torno de aspetos da vida macaense de outros tempos e, nos últimos anos, assumindo uma vertente mais crítica à atualidade da Região. Foram, também, organizados em Macau seminários de ensino/difusão deste dialeto e debate-se a sua possível candidatura a património intangível.

Neste caso, sendo que sem dúvida é uma ação apoiada pelo Governo local, com a inclusão do espetáculo anual na programação do Festival de Artes de Macau e pelas verbas que atribui e que viabilizam o trabalho levado a cabo anualmente por este grupo, trata-se de uma das muitas iniciativas desenvolvidas por um segmento específico da população – os macaenses, a que já anteriormente aludimos.

No sentido aqui usado, e de forma necessariamente muito simplificada, este grupo descendente de portugueses e chineses⁹⁷ é apresentado como portador de uma identidade específica que deriva da sua etnicidade, sendo o que mais se

procura relacionar com a identidade de Macau, chegando mesmo esta a confundir-se com aquela.

Para os macaenses, como refere Henrique de Senna Fernandes, *Macau é a sua Mãria e Portugal a sua Pátria*, com a qual mantêm fortes laços de afetividade, mas sentindo, também, uma grande influência dos costumes e tradições da parte chinesa.

Tendo sempre ocupado um lugar privilegiado como mediadores, bilingues, entre a elite administrativa (os portugueses) e a população mais ampla (a chinesa) não foi sem grande expectativa e enorme preocupação que viram a inversão nas relações de poder da qual resulta a perda da sua função histórica.

Nos últimos anos do Período de Transição e nesta primeira fase da governação chinesa podem dar-se conta de algumas estratégias que visam construir um “projeto” macaense que garanta a sua sobrevivência e afirmação enquanto grupo.

Para além do já mencionado Patuá, podemos referir como exemplo a realização de seminários e colóquios, a edição de obras⁹⁸, o convocar de figuras já desaparecidas que terão desempenhado papéis relevantes noutros tempos – quer seja no campo literário, como Adé, quer seja no campo do ensino, como Gonzaga Gomes, quer seja na vida política, como Carlos D’Assumpção – em torno dos quais se organizam cerimónias e se prestam homenagens, a instituição do Prémio Identidade ou, de especial significado, a constituição do Conselho das Comunidades Macaenses e a realização periódica do “Encontro das Comunidades Macaenses” que junta na RAEM a comunidade local com as várias diásporas, evento que teve a sua primeira edição em 1993, e que, desde então, se tem vindo a realizar periodicamente, tendo as edições de 2001, 2004 e 2007 demonstrado a viabilidade do projeto numa Macau da China, tendo contado com forte apoio do executivo local, material e também simbólico, com a presença do Chefe do Executivo em

96 Convém referir que na sua origem este grupo resulta do cruzamento de portugueses com mulheres indochinesas, malaias e goesas e que só muito mais tarde se dá a ligação com chinesas.

97 Por exemplo, *Maquista Chapado, vocabulário e expressão do crioulo português de Macau*, da autoria de Miguel Senna Fernandes e Alan Norman Baxter, publicado pelo Instituto

Internacional de Macau em 2001 e que foi preparado especialmente para apresentação durante o Encontro das Comunidades Macaenses 2001. A coletânea de textos da autoria de Jorge Rangel “Falar de Nós”, obras sobre a Gastronomia macaense....

98 IACM – Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais do Governo da RAEM; veio substituir as antigas Câmaras de Macau e das Ilhas.

determinadas atividades do programa organizado. As edições realizadas demonstram claramente a preocupação em *não deixar apagar os traços que marcam a identidade macaense e preservar uma identidade coletiva* assente em três componentes fundamentais: *a consciencialização individual da sua singularidade, um passado e raízes comuns e o forte “sentido de pertença”* a uma terra que é Macau.

Podemos encontrar um denominador comum entre os aspetos valorizados quando se promove a identidade cultural de Macau e quando se promove a identidade dos macaenses: produto da história e do convívio de dois grandes povos, sendo frequentemente convocados quando se consideram os aspetos que caracterizam a Região, fazendo referência a Macau como ponto de encontro entre o Oriente e o Ocidente, surgindo este segmento da população como uma espécie de prova viva desse encontro.

Referindo, a título de exemplo, o que dizia o Henry Ma, Chefe dos Serviços Culturais e Recreativos do IACM⁹⁹ [Macau] é o único local do mundo onde existe este cruzamento entre cultura chinesa e portuguesa (...) temos de cuidar dessa herança. É o nosso tesouro. (...) [não temos arte em quantidade suficiente para exportar] mas temos a cultura dos macaenses que podemos mostrar ao mundo¹⁰⁰.

É como se a identidade cultural dos macaenses se transformasse na identidade cultural de Macau.

Estes episódios, parecem deixar claro que não são apenas os grandes monumentos as marcas físicas simbólicas, testemunhos da identidade de Macau e diferentemente apropriados como referentes identitários pelos vários segmentos da população. Como não são apenas, também, as marcas físicas, visíveis e visitáveis, a constituírem-se como referentes exclusivos. Para além destes, podemos dar conta de um conjunto de outros aspetos, parte da vida quotidiana, e que são narrados como representação da singularidade de Macau.

Aspetos igualmente carregados de significado são os acontecimentos que ritualmente são celebrados em Macau, dos quais destacamos dois exemplos: o 10 de Junho e a Festa da Lusofonia.

As comemorações do 10 de Junho, que anualmente se repetem em eventos de forte simbolismo, desde o hastear da bandeira no Consulado Geral de Portugal até à receção na residência oficial consular, contando com a presença de representantes de Portugal e do Governo de Macau, passando pela romagem à Gruta de Camões onde podemos observar todo um ritual – o rancho folclórico, a declamação de trechos da obra de Camões por estudantes da Escola Portuguesa e de uma escola chinesa anualmente convidada, e, não menos emblemático é assistir à formação de uma longa fila de pessoas encabeçada pelas mais simbólicas e reconhecidas figuras portuguesas deslocando-se lentamente em direção à estátua de Luiz de Camões e procedendo ao cerimonial de “bater cabeça” ao busto do poeta.

Outro acontecimento de igual carga simbólica é a anual Festa da Lusofonia, com organização do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais em colaboração com as várias associações ou representantes dos vários países de expressão portuguesa, onde se celebra a gastronomia, os jogos tradicionais e onde anualmente são cabeça de cartaz artistas portugueses de renome e dos demais países de língua portuguesa. No ano 2008, esta Festa teve mesmo um reforço orçamental com a participação do Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, e a designação de “Festival da Lusofonia – Semana Cultural da China e Países de Língua Portuguesa”, com eventos que se prolongaram por um maior número de dias e, especialmente, com a inclusão no programa de atividades como a atuação do Grupo de Dança e Acrobacia e o Grupo Artístico de Corte de Papel, ambos de Shenyang, China,

99 Henry Ma em entrevista ao Jornal *Hoje Macau*, em 23/02/2003.

100 Esta situação particular não teve continuidade em 2009, pelo que a Festa voltou ao formato e duração anteriores não tendo tido a participação de convidados especiais vindos da China

continental, facto que motivou duras críticas à Administração local por parte das associações lusófonas envolvidas. No entanto, a imprensa local deu já notícia de que em 2010 este acontecimento volta a ter apoio e formato idêntico ao de 2008.

eventos que pretendiam simbolizar o encontro das culturas chinesa e lusófona na RAEM¹⁰¹.

Num registo menos ritualizado, a utilização das línguas é outro aspeto a salientar: para além das muitas vezes hilariantes placas publicitárias ou até mesmo contendo informação oficial que se podem encontrar um pouco por toda a cidade, dar conta que na mesa do lado no café as conversas decorrem utilizando vocábulos chineses, portugueses e ingleses é algo que pode acontecer diariamente; também a realização de cerimónias de casamento combinando a tradição oriental e ocidental continuam a ter lugar em Macau, para já não falar no facto de o Monge Budista Chefe aparecer ao lado do Bispo e, juntos, realizarem cerimónias públicas abençoando acontecimentos locais importantes e de se poder acompanhar a Procissão de Nossa Senhora de Fátima num dia e se celebrar o Buda no seguinte¹⁰².

Isto, de facto, não se vê na China.

Um outro exercício interessante será o de observar o que os estudantes de português (e em português) nos referiram quando lhes pedimos que nos identificassem três aspetos que considerassem características específicas de Macau. Com esta questão¹⁰³, o que procurávamos perceber era o que os respondentes mais valorizavam e se entre as referências enunciadas, de forma absolutamente livre, surgiriam aspetos relacionados com a língua e a cultura portuguesas e com que frequência e peso no conjunto das respostas. Os resultados são, igualmente, interessantes.

A Figura 2 ilustra claramente as opções tomadas pelos respondentes. Não há dúvida que se os casinos são a referência que mais se destaca o *ex-libris* da cidade não andarão muito distante. Mas o que a figura evidencia é a mais significativa imagem de marca da cidade: o encontro do Oriente e do Ocidente; não suscitará

certamente muitas dúvidas o peso que a cultura portuguesa, em sentido amplo e nos seus mais variados aspetos e elementos, parece assumir como capital valioso na construção da identidade da cidade.

E o que é verdadeiramente interessante não é o destaque que é dado à cultura portuguesa, mas sim como a sua instrumentalização é feita de uma forma *inclusiva*, pressupondo a simbiose e coexistência de outros elementos da cultura local, e é nessa sobreposição que radica a *diferença* de Macau apresentando-se a cidade como portadora de *identidades conciliadas* fazendo apelo a uma combinatória de elementos orientais e ocidentais. Como de resto suspeitamos que se passe idêntica situação com os macaenses; a construção da sua identidade não impõe que se rejeite um dos dois mundos, mas sim que se incorporem ou *conciliem*; obviamente com matizados e graus de espessura variáveis de acordo, também, com outras dimensões estruturadoras da realidade de cada indivíduo.

Na verdade, algumas manifestações mais *híbridas* ou menos convencionais, nomeadamente artísticas, levavam alguns dos nossos interlocutores a algumas observações mais metafóricas classificando as performances de *nem é carne, nem é peixe* ou *é porco com molho doce*; pensamos, por exemplo, numa atuação de Kátia Guerreiro com a Orquestra Chinesa de Macau, onde a dado momento em vez da clássica guitarra portuguesa era o *zhongruan* a acompanhar a fadista, ou na artista chinesa Pop com atuação coreografada por um rancho folclórico local.

Uma leitura mais detalhada da informação obtida junto dos estudantes de português permite perceber que, isoladamente, é dado pouco destaque aos aspetos da cultura chinesa, não faltando, contudo no território inúmeras características e tradições com as quais, seguramente, uma significativa parte dos nossos inquiridos se identificam¹⁰⁴.

101 Foi o que aconteceu no ano de 2005, embora nem sempre as cerimónias ocorram em dias sequenciais; a Festividade do Dia do Buda é celebrada no oitavo dia da quarta lua e em 2010 teve lugar a 21 de Maio.

102 Inquérito por Questionário aplicado a estudantes de língua portuguesa em Macau. Tendo sido validados 1639 questionários, responderam a esta questão 1504 inquiridos que, no conjunto, referiram 4279 aspetos que, sujeitos a tratamento resultaram em 17 categorias distintas por sua vez decompostas em subcategorias. Sendo uma questão de resposta múltipla,

as percentagens apresentadas foram calculadas com base no número de respondentes não tendo, assim, de corresponder a um total de 100%. Resultados no Quadro 1, mais adiante.

103 Tanto mais que a esmagadora maioria dos nossos estudantes aos quais foi aplicado o inquérito por questionário são chineses (80.9%), sejam de Macau sejam da China continental.

104 O original e a tradução a que faremos referência ao longo deste artigo são, respetivamente, Queiroz, Eça de (sd) *As Minas de Salomão* (trad). Lisboa: Edições livros do Brasil e Haggard, H Rider (1989) *King Solomon's Mines*, Oxford: Oxford University Press, pelo que de ora em diante, nos referiremos a ambos mencionando somente o número de página.

O que não significa que a cultura chinesa não tenha sido referida, mas estas referências surgem acima de tudo associadas a uma *cultura ocidental, europeia ou portuguesa* nos seus mais diversificados elementos, dos quais se destacam os gastronómicos e patrimoniais. Se nos concentrarmos precisamente nos aspetos patrimoniais, os mais evidentes na cidade, e os que colheram uma maior atenção por parte dos nossos inquiridos, sendo maior a diversidade de referências apontadas, verificamos que à exceção do Templo de A-Má, que na verdade é, à semelhança das Ruínas de S. Paulo, um *ex-libris* da cidade poucos são os elementos do património chinês a ser referidos; os templos, que podemos encontrar por toda a cidade e ilhas, alguns deles de uma extrema beleza, mereceram apenas 7 referências e as estátuas de Kun lam e de A-Má apenas 8, posicionando-se, respetivamente nas 71ª e 70ª posições; já as igrejas e catedrais são o 23º aspeto mais referido.

Fig. 2 – Características de Macau



Facto idêntico ocorre na categoria “Gastronomia”, sendo certo que o que mais podemos encontrar em Macau são as diferentes cozinhas chinesas, nas respostas dos inquiridos estas são absolutamente residuais merecendo a culinária portuguesa o maior destaque e ultrapassando a macaense, claramente, a chinesa. No que respeita à população, para além de obter destaque a grande diversidade de origens dos residentes de Macau é curioso verificar que são também os dois segmentos

lusófonos que surgem com maior relevo, não obstante a ampla maioria da população ser chinesa – os macaenses surgem em 22º lugar, os portugueses em 29º e os chineses em 96º.

Enfatiza-se, portanto, a cruzamento de ambas as culturas, parecendo que as questões relacionadas com um mundo mais chinês (a referência à cultura chinesa isolada aparece na 51ª posição, tendo sido referida por apenas 1.2% dos inquiridos), só por si, não têm significado em matéria de distintividade, o que fará algum sentido se pensarmos que o que se pretende, acima de tudo, é uma demarcação em relação à China, país de que Macau é parte integrante mas com um estatuto *especial* que importa manter e, para isso, torna-se premente a construção de uma imagem que se diferencie atribuindo à cidade propriedades únicas no contexto regional mais amplo em que se insere.

Quadro 1 – Características de Macau

Aspetos indicados	Freq.	%	Pos.
Património	1289	85.7	1
Ruínas de S. Paulo	329	21,9	2
Arquitetura antiga, misturada portuguesa e chinesa	196	13,0	4
Torre de Macau	129	8,6	9
Casino Hotel Lisboa	110	7,3	11
Templo de A-Má	88	5,9	15
Construções portuguesas diferentes e especiais	86	5,7	17
Largo do Senado/Leal Senado	52	3,5	21
Igrejas e Catedrais	51	3,4	23
Monumentos	43	2,9	26
Fortaleza do Monte	31	2,1	28
Guia	27	1,8	34
Calçada portuguesa	27	1,8	35
Museus	25	1,7	37
Relíquias históricas	18	1,2	50
Pontes	16	1,1	53
Avenida Almeida Ribeiro	12	0,8	62
Estátuas de Kun lam e de A-Má	8	0,5	70
Templos	8	0,5	71
Palácio do Governo	7	0,5	72
Os nomes das ruas	7	0,5	73
Universidade de Macau	6	0,4	77
Praças e Largos	6	0,4	78
Centro Cultural	3	0,2	92
Estátuas de portugueses	3	0,2	93

Edifícios chineses	1	0,1	98
Jogo e Casinos	674	44,8	2
Casinos	501	33,3	1
Jogo	132	8,8	8
Economia baseada no jogo	26	1,7	38
Estatuto legal do jogo	15	1,0	56
Culturas	602	40,0	3
Ponto de encontro das culturas portuguesa e chinesa	151	10,0	7
Cultura Portuguesa	105	7,0	12
Cultura local	93	6,2	13
Mistura das culturas oriental e ocidental	90	6,0	14
Multicultural	78	5,2	18
Mistura de duas culturas	27	1,8	36
Cultura Europeia	21	1,4	46
Cultura Macaense	19	1,3	48
Cultura chinesa	18	1,2	51
Gastronomia	441	29,3	4
Diversidade gastronómica	225	15,0	3
Gastronomia portuguesa	153	10,2	6
Gastronomia macaense	50	3,3	24
Gastronomia chinesa	13	0,9	60
Turismo e Atividades turísticas	277	18,4	5
Turismo	160	10,6	5
Grande Prémio	87	5,8	16
Destino turístico	17	1,1	54
Corridas de cavalos	5	0,3	83
Corridas de cães	3	0,2	94
Fogo-de-artifício	3	0,2	95
Muitos turistas	2	0,1	99
Espaço e localização	232	15,4	6
Pequena	125	8,3	10
Paisagem natural	25	1,7	39
Perto da China	24	1,6	40
Muito edificada	23	1,5	41
Ilhas Taipa e Coloane	15	1,0	57
Ruas estreitas	13	0,9	61
Limpa	7	0,5	74
População	203	13,5	7
Diversidade, diferentes origens	67	4,5	19
Macaenses	53	3,5	22
Densidade populacional elevada	33	2,2	27
Portugueses	32	2,1	29
Simpática e amistosa	15	1,0	58
Chineses	3	0,2	96
Línguas	157	10,4	8
A existência da língua portuguesa	58	3,9	20
Multilinguismo	32	2,1	30
Português língua oficial	31	2,1	31

Região bilingue	29	1,9	32
Patuá	7	0,5	75
Aspetos Gerais	125	8,3	9
Tranquila e segura	46	3,1	25
Trânsito e engarrafamentos	21	1,4	47
Bonita	15	1,0	59
Aspeto específico e único	10	0,7	63
Harmoniosa	6	0,4	79
Diferente	6	0,4	80
Compras	6	0,4	81
Bons transportes	4	0,3	84
Aborrecida	4	0,3	85
Boas infraestruturas	2	0,1	100
Muitas motorizadas	2	0,1	101
Muitas obras	2	0,1	102
Poluída	1	0,1	103
Direito e organização política	95	6,3	10
Direito	22	1,5	42
"Um país, dois sistemas"	22	1,5	43
Região Administrativa Especial	18	1,2	52
Sistema político	17	1,1	55
Autonomia, liberdade e democracia	9	0,6	67
Apatia política	7	0,5	76
Diversão e Vida noturna	52	3,5	11
Vida noturna	29	1,9	33
Diversão e espetáculos	23	1,5	44
História	43	2,9	12
A longa história de Macau	23	1,5	45
Colónia de Portugal	20	1,3	49
Condições de Vida	31	2,1	13
Bom nível de vida	11	0,7	64
Serviços e bens acessíveis	10	0,7	65
Bem-estar social	4	0,3	86
Bom ambiente	3	0,2	97
Nível de vida baixo	2	0,1	104
Vida cara	1	0,1	105
Religião	21	1,4	14
Religião	9	0,6	68
Diversas religiões e liberdade de crença religiosa	6	0,4	82
Religião católica	5	0,3	87
Seitas	1	0,1	106
Relacionamento internacional	19	1,3	15
Cidade internacional	10	0,7	66
Elo de ligação ao exterior	9	0,6	69
Clima	13	0,9	16
Agradável	5	0,3	88
Quente	4	0,3	89
Húmido	4	0,3	90

Desporto	5	0,3	17
Bolinha/futebol	4	0,3	91
Golfe	1	0,1	107

Olhando para os dados globais, verificamos que o jogo assume uma proporção bastante elevada sendo a expressão “Casinos” mesmo a mais referida (33.3% do total) seguindo-se as “Ruínas de S. Paulo” apontadas por 21.9% dos respondentes. No conjunto, no entanto, as atividades referentes a esta atividade são largamente ultrapassadas pelos aspetos relativos ao Património que, nos seus mais variados aspetos, é característica relevada por 85.7% dos estudantes que responderam a esta questão.

Por ordem de frequência, os 10 aspetos que os nossos inquiridos consideram ser característica específica de Macau são: os “Casinos”, as emblemáticas “Ruínas de S. Paulo”, a “Diversidade Gastronómica”, a “Arquitetura antiga” da cidade, misturando os estilos português e chinês, a vertente do “Turismo e Atividades Turísticas” – entre as quais se destaca o “Grande Prémio de Macau” –, a “Gastronomia portuguesa”, o facto de Macau simbolizar o “Ponto de Encontro das culturas portuguesa e chinesa”, o “Jogo”, a “Torre de Macau” e a dimensão reduzida do território.

Outras características foram igualmente apontadas e, embora com menor incidência, ainda assim merecedoras de algumas notas.

Uma dessas características é a realidade linguística de Macau, no conjunto as referências às “Línguas” são a 8ª categoria mais referida, sendo o carácter bilingue da Região destacado e surgindo a existência da língua portuguesa como a 20ª entre as 107 características referidas. Posicionando-se um pouco mais abaixo, surgem as referências às características do sistema jurídico de Macau que, como sabemos, é de matriz portuguesa e logo a seguir a fórmula encontrada para atribuir um estatuto especial a Macau: o princípio “Um país, Dois sistemas”.

Num outro domínio, e embora tenham surgido muito abaixo na tabela, importa salientar ainda aspetos que se prendem com a qualidade de vida, tendo sido referidos factos como a grande edificação da cidade e os problemas relacionados com o trânsito, que na verdade tem piorado bastante nos últimos anos, mas, apesar

destes aspetos menos positivos, com boas condições de vida e inspirando tranquilidade e segurança.

Através da inventariação de um conjunto de aspetos que se interligam e sobrepõem, assumindo-se como particularidades que conferem à Região um estatuto de *singularidade e diferença*, já se percebeu, pensamos nós, a importância que determinados marcadores culturais de origem portuguesa assumem em domínios específicos das práticas sociais locais. Contrariamente ao que se esperava, Macau parece conviver bem com o seu passado histórico, usando-o como estratégia deliberada que enfatiza a memória e a sua construção no presente como referente de uma imagem distintiva da cidade – narrativas políticas – ao mesmo tempo, ou em sobreposição com um conjunto de indivíduos coletivamente filiados a um espaço físico mas também simbólico, de que fazem parte e com o qual se identificam – narrativas de pertença e de identificação.

Bibliografia

- Andrade, Eugénio de (2002), *Pequeno Caderno do Oriente*, Ed. IPOR, ICA e ICRAEM, R.A.E. Macau.
- Baptista, António Santiago, e Oliveira, Celina (1999), *A Administração de Macau durante o Período de Transição*, Macau, Gab. do Governador de Macau.
- Clayton, Cathryn Hope (2001), *If we are not different, we will cease to exist: culture and identity in transition-era Macau*, Doctor of Philosophy Dissertation, University of California, Santa Cruz.
- Senna Fernandes, Miguel (2005), *Patuá*, texto policopiado.
- Silva, Perpétua Santos (2005), *Estudantes de Português numa Macau do Século XXI*, Dissertação de Mestrado, Deptº Sociologia, Lisboa, ISCTE – IUL.
- Silveira Machado, José (1996), *Adé, José dos Santos Ferreira, Macau di Tempo Antigo*, Obras Completas, vol. III, Fundação Macau, Macau.
- Wieviorka, Michel ([2000] 2002), *A Diferença*, Trad. Miguel Serras Pereira, Lisboa, Fenda Edições.

O Centro Histórico de Macau. Macau, Património Mundial, s.d., Região Administrativa Especial de Macau.

RENATO EPIFÂNIO, MIL MOVIMENTO INTERNACIONAL LUSÓFONO



RENATO EPIFÂNIO, Bolseiro do pós-doutoramento (FCT); Membro do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira e da Direção da Associação Agostinho da Silva; Secretário executivo das Comissão das Comemorações do seu Centenário; investigador na área da “Filosofia em Portugal”, com dezenas de estudos publicados; Licenciatura e Mestrado em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Doutorou-se, na mesma Faculdade, no dia 14 de Dezembro de 2004, com a dissertação Fundamentos e Firmamentos do pensamento português contemporâneo: uma perspetiva a partir da visão de José Marinho (IN-CM, no prelo); autor das obras Visões de Agostinho da Silva (Zéfiro, 2006), Perspetivas sobre Agostinho da Silva (Zéfiro, 2008), Via Aberta: de Marinho a Pessoa, da Finisterra ao Oriente (Zéfiro, 2009) e Repertório da Bibliografia Filosófica Portuguesa (Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2007), já em parte publicado na Philosophica, Revista do Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Partilha, com Paulo Borges e Celeste Natário, a Direção da Revista NOVA ÁGUA e é o Diretor da Coleção de livros com o mesmo nome (Zéfiro). Faz ainda parte da Comissão Coordenadora do MIL: Movimento Internacional Lusófono.

Apresentou o último número da revista Nova Água

32. RITA ARALA CHAVES, INSTITUTO POLITECNICO DA GUARDA, UDI; PORTUGAL



RITA ARALA CHAVES licenciou-se em Línguas e Literaturas Modernas pela Universidade do Porto, na variante de Inglês e Alemão. Iniciou o seu percurso profissional como tradutora na empresa Tecnilíngua. No ano de 1996 inscreveu-se no Mestrado em Estudos de Tradução da Universidade do Porto, o qual concluiu em 1999. A sua tese de Mestrado intitula-se “A Dupla Metamorfose Literária – Eça de Queiroz e a Tradução de As Minas de Salomão”. Continuou a investigar na área da tradução, com especial enfoque no percurso translatório queirosiano. No ano de 1996 começou a dar aulas de Inglês no Ensino Secundário e em 1999 iniciou a sua carreira como docente do Ensino Politécnico da Guarda, instituição onde continua a lecionar. Encontra-se a terminar o Doutoramento em Didática de Línguas na Universidade de Aveiro, tendo proferido várias comunicações nesta área, com especial destaque para a criatividade e capacidades comunicativas.

Publicou os seguintes artigos:

Arala Chaves, R. & Moreira, M. (2007). Publicidade rima com Criatividade. Atas do VIII Encontro da Aprolúguas - Aprender Ensinando: Dinâmicas metodológicas no ensino-aprendizagem das línguas estrangeiras.

Arala Chaves, R. (2005). The Ideal Man/Woman: uma atividade criativa no contexto do Business English. *Atas do Encontro da Aprolúguas - Línguas e Mercado*.

Arala Chaves, R. (2003). Business English com Imaginação – algumas estratégias. Atas de O Futuro das Línguas para Fins Específicos e Profissionais no Contexto Europeu do Século XXI: Caminhos e Desafios.

Arala Chaves, R. (2003). A Tradução como ferramenta nas Aulas de Inglês Técnico. *Atas das Jornadas de Tradução*.

Arala Chaves, R. (2001). O papel da Língua Materna como auxiliar de aprendizagem de uma Língua Estrangeira. *Atas do Encontro da Aprolúguas - Línguas: Futuro Mais que Perfeito?*

TEMA 3.1. EÇA TRADUTOR, OU A METAMORFOSE LITERÁRIA DE “AS MINAS DE SALOMÃO”

Pretendemos com esta comunicação percorrer, de forma breve, os caminhos que nos levam à definição do Eça Tradutor. Traçaremos um breve retrato do percurso translatório queirosiano – circunscrito ao âmbito de *As Minas de Salomão* – demonstrando que esta sua faceta, passível embora de ser caracterizada, não é realmente algo que possamos capturar e definir na sua essência, de forma estanque, sem recurso ao conhecimento que temos das outras vertentes de Eça, ou até, dos outros Eças, nomeadamente o Romancista, o Cronista e o Jornalista. É precisamente a fusão das suas múltiplas facetas que o tornam tão singular. Referiremos sinteticamente a problemática relativa à autoria da tradução da obra supracitada, e focaremos a nossa análise nas marcas queirosianas distintivas n’*As Minas de Salomão*, as quais, no nosso entender, demonstram claramente que a autoria da tradução é de Eça.

Neste contexto de *lusofonias*, qual a relevância de abordar um aspeto pouco conhecida e porventura mais polémico de o consagrado escritor luso? Com o intuito de fornecer uma resposta, valemo-nos das palavras de Jacinto do Prado Coelho (1976: 70): “Justifica-se a inclusão das traduções bem-sucedidas, criadoras, na história da respetiva literatura nacional; elas vieram enriquecer o património comum, vieram eventualmente fecundar essa literatura, provocando o surto de obras originais; impõe-se, em consequência, que se atribua ao tradutor o estatuto literário de escritor.”

No caso de Eça, consideramos que se impõe atribuir-lhe, para além do inegável estatuto literário de escritor, aquele de tradutor, uma vez que, apesar de a sua tradução se afastar frequentemente do texto original, mantém sempre com este traços de unidade, estabelecendo uma conexão paradoxal de constante aproximação e afastamento, porventura uma relação binária à semelhança da prosa queirosiana, donde o resultado final é claramente metamórfico, não deixando todavia de transmitir, praticamente incólume, o fio da narrativa do original.

Se nos debruçarmos sobre o percurso cronológico queirosiano, apercebemo-nos de que a primeira manifestação literária referida é precisamente a atividade translatória, com o envio da tradução *Filidor* ao Teatro D Maria no ano de 1866. Igualmente neste ano, Eça inicia a sua atividade jornalística com a publicação de folhetins na *Gazeta de Portugal*, os quais virão a ser postumamente reunidos no volume *Prosas Bárbaras*. Constatamos portanto ter sido a faceta do Eça tradutor – bem como a do cronista e jornalista – a que mais cedo se manifestou publicamente. Eça manteve este perfil multifacetado ao longo da sua vida, interligando e fundindo a atividade de romancista com a de tradutor. A sua colaboração com o periódico *Distrito de Évora*, que dirige de Janeiro a Agosto de 1867, é um exemplo, uma vez que o escritor inclui vários artigos por si traduzidos nesta publicação, desde contos de Vítor Hugo até fragmentos de *Viagem à Itália* de Taine.

Falar sobre o Eça Tradutor é inevitavelmente trazer a lume as obras *Filidor* e *As Minas de Salomão*. A separá-las estão cerca de 25 anos e todo um processo contínuo de apuramento estilístico e literário sobejamente reconhecido. Julgamos

ser impossível determinar com exatidão a quantidade de traduções efetuadas por Eça, prendendo-se tal com uma variedade de razões, que podem ir desde a eventual perda de algumas destas traduções até à hipótese de outras terem sido assimiladas pela própria prosa queirosiana. Em relação a esta última hipótese valemo-nos da opinião de Alves (1983), o qual efetuou um estudo do legado clássico de Eça através da cultura francesa, tendo chegado à conclusão de que o escritor adaptava livremente numerosos trechos de traduções francesas, incluindo-os nos seus escritos como se estes fossem da sua autoria. Quantificar a atividade do Eça Tradutor é portanto algo deveras improvável, se não mesmo irrealizável, pelo que iremos aqui somente referir alguns dos aspetos mais relevantes da atividade queirosiana, no domínio da tradução do romance *As Minas de Salomão*, feita a partir do original inglês *King Solomon's Mines* de Henry Rider Haggard.¹⁰⁵

As Minas de Salomão foram publicadas pela primeira vez em terras lusas em forma de folhetim na *Revista de Portugal*, cuja direção estava a cargo de Eça de Queiroz. Ao iniciar-se a sua publicação no quarto número da Revista, em Outubro de 1889, iniciou-se também a polémica que viria a arrastar-se até aos dias de hoje: Teria Eça de facto traduzido *As Minas de Salomão*, ou teria apenas exercido, se bem que liberalmente, as funções de revisor? Abordar todas as questões relativas a este assunto seria demasiado extenso, pelo que iremos apenas citar os factos que consideramos mais relevantes. A polémica relativa à autoria da tradução das *Minas* foi despoletada pelo próprio Eça de Queiroz, o qual, quando teve conhecimento de terem aparecido as indicações 'trad. E.Q.' no final do primeiro folhetim publicado na *Revista de Portugal*, se apressa a contactar Manuel da Silva Gaio, à altura o secretário da Revista, encarregando-o de publicar, nos jornais de Lisboa, um desmentido formal relativo à autoria da tradução (cf. Miranda de Andrade, 1953). Embora o desmentido pretendido nunca tivesse chegado a aparecer em nenhum jornal, a verdade é que, quando em 1891 o romance foi editado em livro, na capa da

primeira edição surge "tradução revista por Eça de Queiroz".¹⁰⁶ Confirmava-se portanto a relutância de Eça em aparecer como autor da tradução. Perante tal facto, a dúvida surge: Como se explica que não aparecesse, aquando da tradução em livro, o nome do suposto 'verdadeiro' autor da tradução? A melhor maneira de corrigir o alegado engano seria sem dúvida desvendar a identidade do efetivo tradutor. Miranda de Andrade (1953: 75-7) considera ter Eça sempre querido apresentar-se como revisor e nunca como tradutor, não desejando contudo atribuir a autoria da tradução a outrem. Assim, uma vez que seria desprestigiante para o escritor – que na época gozava já de bastante fama – ter-se ocupado de uma mera tradução, o papel de revisor revestia-se de um estatuto mais adequado, podendo este ser facilmente assumido por Eça.

Seria esta a única explicação para a sua atitude de recusa? Ao analisarmos a correspondência do escritor referente a este período de publicação da *Revista de Portugal*, verificamos que se deparava muitas vezes com escassez de material para publicar. Via-se assim obrigado a produzir artigos destinados a preencher os espaços livres, recorrendo a pseudónimos, provavelmente para não dar a entender que havia falta de colaboradores, não querendo quiçá assumir a autoria de ainda mais um artigo. A esta segunda explicação poder-se-á acrescentar uma terceira, relacionada com o pouco desafogo financeiro que foi uma constante na vida de Eça. Esta escassez monetária e inclusive dívidas referidas ao longo da sua correspondência poderão constituir uma razão acrescida para Eça ter traduzido as *Minas*, uma vez que poderia eventualmente receber pagamento a dobrar, ou seja, acumulava o dinheiro relativo ao trabalho do suposto tradutor e a recompensa monetária que lhe cabia como revisor. A análise de documentos de origem vária, principalmente da correspondência conjugal queirosiana reunida no volume *Eça de Queiroz/Emília de Castro: Correspondência Epistolar* revela-se de importância basilar, permitindo-nos esta obra analisar integralmente algumas das provas

105 Segundo Miranda de Andrade (1953), o desmentido relativo à autoria de *As Minas de Salomão* não apareceu em nenhum jornal, apesar de a preocupação de Eça em que tal acontecesse. Este desmentido encontra-se na compilação de cartas queirosianas intitulada *Correspondência* (1983: 635-7).

* Investigador do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

fundamentais a favor da hipótese de Eça ter traduzido as *Minas*. Em primeiro lugar, estas cartas permitem-nos constatar que Eça permeia as suas missivas de um sem-número de expressões inglesas, articuladas com o português e onde não falta também o francês. Ora resolvemos expor este facto uma vez que uma das razões apresentadas por vários autores para a negação da autoria da tradução d'As *Minas* a Eça se prendia à sua suposta falta de domínio da língua inglesa, hipótese que cai obviamente por terra após a análise destas cartas. A esta prova podemos acrescentar o facto de Américo Guerreiro de Sousa (1993) afirmar estar a obra queirosiana pontuada de referências literárias de influência literária inglesa, muito particularmente *Os Maias*. Finalmente, a publicação por Campos Matos (1996) de a correspondência amorosa inédita dirigida a Eça, intitulada *Cartas de Amor de Anna Connover e Mollie Bidwell para José Maria Eça de Queiroz, cônsul de Portugal em Havana*, veio também contribuir para demonstrar até que ponto Eça dominava a língua inglesa, uma vez que estas cartas estavam todas escritas em inglês.

Após esta apresentação sumária de alguns dos principais argumentos envolvidos na polémica da autoria de *As Minas de Salomão*, apoiados em fatores externos à própria obra, iremos de seguida abordar aquele que para nós é sem dúvida o argumento fulcral e irrefutável para a atribuição de a tradução de *As Minas* a Eça: a tradução propriamente dita. Uma leitura das primeiras páginas do romance é muitíssimo mais esclarecedora do que qualquer tese crítica elaboradamente formulada – o estilo queirosiano está enraizado n'As *Minas de Salomão*, sente-se a cada passo, intui-se, é poderoso em demasia, não pode ser ignorado, em suma, fala por si. Vislumbra-se Eça por entre o enredo, traduzindo, ou melhor, metamorfoseando a obra original, dando-lhe um caráter duplo, irónico, compassado, enfim, queirosiano. O facto de, ao ler as *Minas*, qualquer leitor habitual das obras de Eça pressentir estar na presença de uma criação do autor, é sem dúvida significativo. No entanto esta intuição não constitui por si só prova suficiente da presença concreta de um estilo queirosiano na tradução de *King Solomon's Mines*. Embora de facto se pressinta a autoria queirosiana, será pouco viável utilizar esta percepção empírica como prova credível. Foi necessário efetuar uma análise pormenorizada da obra,

cotejando os traços estilísticos queirosianos reconhecidos com aqueles encontrados na tradução. De seguida referiremos alguns dos resultados mais significativos desta análise.

A escolha de um processo de deteção das marcas estilísticas queirosianas primordiais nas *Minas* faz surgir de imediato a seguinte dificuldade: De que forma poderemos diferenciar os traços estilísticos colocados voluntariamente por Eça na sua tradução daqueles que são simplesmente a transposição para português de processos figurativos na autoria de Rider Haggard? Foi necessário proceder a uma deteção e comparação sistemática de todos estes traços, tendo posteriormente sido selecionados somente aqueles presentes na tradução, e portanto absolutamente ausentes do original. Não iremos aqui referir diretamente o original inglês, uma vez que o que se pretende realçar é a presença de um estilo autónomo queirosiano. Este processo de seleção permite-nos detetar nas *Minas* vários passos irónicos e momentos cómicos que não se encontram no texto inglês. Tal não significa que na obra de Haggard o elemento irónico e cómico estejam totalmente ausentes. No entanto, este existe num grau muito diminuto comparativamente à tradução portuguesa. Apesar de Eça optar numerosas vezes por omitir na sua totalidade passos da obra inglesa, quase nunca perde a oportunidade de traduzir os trechos com vestígios de ironia ou comicidade, embora os transforme frequentemente, moldando-os e adaptando-os à sua medida.

São vários os exemplos de pormenores caricatos acrescentados à tradução queirosiana. Encontramos os exageros, os quais têm como ponto de partida um episódio ou facto referido no original inglês, mas que são posteriormente alterados de acordo com os requisitos humorísticos de Eça. Somos igualmente confrontados com a ridicularização de certos cargos ou instituições. O seguinte excerto, completamente ausente do original, é exemplificativo deste fenómeno: “Era o júri, santíssimo Deus! Era a nobre instituição do júri que este digno barão queria implantar no centro selvagem de África! Não há senão um liberal inglês para estas esplêndidas imposições de civilização e de ordem.” (p. 171).

A caricatura está igualmente presente nas *Minas*, com a representação burlesca de pessoas ou ações, acrescida da particularidade de Eça ter aproveitado um ou outro pormenor do original para construir um verdadeiro retrato. Vejamos alguns exemplos: “Nunca conheci ninguém mais escarolado, mais escanhoado, mais engomado, mais envernizado!” (p. 14), ou “tão apurado, tão correto, tão bem pregado, como se viesse num parque luxuoso de castelo inglês” (p. 57-8).

O gosto de Eça pelas expressões britânicas transparece igualmente nas *Minas de Salomão*. Consideremos o seguinte excerto: “quisemos tomar o nosso tub” (Queiroz: 136). A dedução mais lógica seria ter Eça transporto diretamente a expressão do inglês para o português. Ao confrontar a versão inglesa para proceder a esta certificação, constatamos que a frase no original é “we were contented with a good wash” (p. 138). Ou seja, o vocábulo inglês presente na tradução é totalmente alheio ao seu suposto equivalente no original, o que nos leva a concluir que de facto a utilização de neologismos é um ponto basilar de reconhecimento de traços fundamentais queirosianos, uma vez que transparece em momentos patentemente desnecessários. A seguinte expressão constitui igualmente um exemplo significativo: “longas filas de raparigas cacuanas (...). Toilette não tinham nenhuma.” (Queiroz: 172) corresponderá o estrangeirismo a uma palavra idêntica no original inglês? Muito pelo contrário, as palavras inglesas que eventualmente lhe correspondem são. “*Company after company of Kakuana girls, not overdressed, so far as clothing went.*” (p.177). A comparação das duas versões é por demais esclarecedora da origem dos neologismos queirosianos, idiossincrática e de forma alguma decalcada.

A adjetivação é sem dúvida a prova mais flagrante de que o estilo queirosiano está de sobremaneira presente nas *Minas*, impregnando a tradução portuguesa de tal forma que se torna difícil, ao lê-la no desconhecimento de esta ser uma tradução, acreditar que não foi da autoria exclusiva de Eça. Os adjetivos proliferam na versão portuguesa, assumindo várias formas, com um domínio semântico globalizante e simultaneamente específico, encontrando-se o seu emprego metafórico amplamente diversificado em toda a obra. A existência de uma associação inesperada entre um

substantivo abstrato qualificado por um adjetivo concreto, quebrando códigos convencionais de familiaridade e monotonia, encontra-se com frequência ao longo da tradução: “excelente paciência (p. 109), “tórrido esplendor” (p. 80), “soberba segurança” (p. 109) e “esplêndida confiança” (p.178) são alguns exemplos.

Ao deparar-se com um adjetivo simples no texto de Haggard, Eça duplica-o, para lhe reforçar o sentido, conferindo a toda a tradução o ritmo binário tão característico da prosa queirosiana. Por vezes nem é necessário existir qualquer adjetivo no original para Eça fazer uso da dupla adjetivação, utilizando-a sempre que quer descrever com mais acuidade qualquer tipo de situação, indivíduo ou paisagem. É assim precisamente no domínio da descrição que o duplo adjetivo ganha relevo, transmitindo-nos uma simultaneidade de impressões de natureza física ou moral. Encontramos vários tipos de utilização da adjetivação binária. Um deles é a ocorrência simultânea de dois adjetivos com um significado bastante equivalente. Eça utiliza com equidade a adjetivação dupla anterior e posterior ao substantivo: “grandes e rápidos sorvos” (p. 90), “voo direito e alto” (p. 93), “risível e perigoso lance” (p. 93) e “orla espumosa e alva” (p. 91). A emolduração do substantivo por um adjetivo anteposto e outro posposto reveste-se de um significado peculiar, uma vez que este tipo de adjetivação é por demais denunciador e característico do estilo queirosiano, e se encontra ausente do original inglês. Muitas das vezes, o adjetivo anterior ao substantivo representa uma noção de dimensão, e o adjetivo posterior contém uma informação cromática, surgindo assim expressões como “grandes barbas amarelas” (p. 13), longas dunas avermelhadas (p. 41), longos bigodes negros (p. 101) ou ainda “robustos homens escuros” (p. 192).

Encontramos na tradução queirosiana vários exemplos de verbos invulgares, objeto de um enriquecimento imaginativo e metafórico, a par do uso de neologismos verbais, conferindo a sua utilização movimento à descrição, auxiliando-a porque lhe acrescenta precisão e detalhe. O facto de os verbos de movimento serem preponderantes tem o efeito de sugerir uma interação dinâmica dos elementos, por oposição a uma cena estática. Assim, estes verbos desempenham um papel importante na medida em que ajudam a dinamizar a narrativa, ao mesmo tempo que

contribuem para a diferenciação do texto original, que comparativamente resulta mais estático. Expressões como “os passageiros que trazia para o Natal transbordaram para o ‘Dunkeld’” (p. 13) ou “nas ravinas (...) faíscam riachos inumeráveis” (p. 41) são paradigmáticas. Outro exemplo da utilização expressiva da categoria verbal é a forma como Eça utiliza verbos para transmitir referências cromáticas, as quais geralmente competiriam ao adjetivo. Podemos detetar o seu uso em excertos como “Em frente verdejava um belo parque de mimosas” (p. 56) e “nos primeiros declives da serra, abaixo dos nossos pés, branquejava uma grande estrada!” (p. 107).

Os indicadores de estilo que temos vindo a referir estão intimamente relacionados com a diferenciação, ou se quisermos, com o distanciamento entre o texto original e a tradução de Eça a um nível formal. A singularidade da versão queirosiana surge igualmente com nitidez quando é feito o seu confronto com uma tradução distinta do mesmo texto original, como é o caso da tradução de Daniel Gonçalves, igualmente intitulada *As Minas de Salomão* (Gonçalves, 1992).

Sabemos não ter tido a tradução de Eça propósitos académicos, nem ter sido fruto de uma base teórica explícita referente à tradução. Eça não partiu da teoria para a prática, tendo sido o seu método translatório baseado não em noções teóricas, porventura normativas, do que deveria ser uma tradução adequada, mas sim na tentativa de produzir por um lado uma obra que cativasse os seus leitores de então, e por outro na necessidade de produzir um texto que satisfizesse o seu apurado sentido de estilo.

Qual será então, em última análise, o resultado de abordar uma faceta menos desenvolvida, porventura mais polémica, de um escritor consagrado? Em primeiro lugar, apercebemo-nos da existência na tradução queirosiana de uma estreita relação de proximidade entre a tradução literária e a criação literária. Eça, ao efetuar um trabalho de tradução, não se despoja dos seus outros papéis, revelando-se impossível compartimentar hermeticamente o Eça Romancista, alienando-o do Tradutor, do Cronista e do Jornalista, uma vez que a interação é inevitável. Consequentemente, a obra traduzida já não é um reflexo perfeito do original, é uma

obra de alguma forma diferente, enfim, metamorfoseada. Apesar de a sua tradução se afastar frequentemente do texto original, mantém sempre com estes traços de unidade, estabelecendo uma conexão paradoxal de constante aproximação e afastamento, porventura uma relação binária à semelhança da prosa queirosiana, donde o resultado final é claramente metamórfico, não deixando todavia de transmitir, praticamente incólume, o fio da narrativa do original.

Referências Bibliográficas

Alves, Manuel dos Santos (1983) “O Legado Clássico em Eça de Queiroz através da Cultura Francesa” in *Estudos*.

Andrade, Miranda de (1953) *Eça de Queiroz e a ‘Revista de Portugal’*, Lisboa: Edição de Álvaro Pinto – revista Ocidente.

Arala Chaves, Rita (1988) “A Dupla Metamorfose Literária: Eça de Queiroz e a Tradução de *As Minas de Salomão*”, Porto: FLUP.

Cartas de Amor de Anna Connover e Mollie Bidwell para José Maria Eça de Queiroz, cônsul de Portugal em Havana (1998), org. A Campos Matos. Lisboa: Assírio e Alvim.

Coelho, Jacinto do Prado (1976) *Ao Contrário de Penélope*, Lisboa: Bertrand.

Eça de Queiroz / Emília de Castro: Correspondência Epistolar (1996), org. A Campos Matos. Porto: Lello Editores.

Gonçalves, Daniel (1992) *As Minas de Salomão* (trad) Lisboa: Difel.

Haggard, H Rider (1989) *King Solomon’s Mines*, Oxford: Oxford University Press.

Matos, A. Campos, Dicionário de Eça de Queiroz (1988), Lisboa: ed. Caminho.

Queiroz, Eça de (1983) *Correspondência*. Org. Guilherme de Castilho. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Queiroz, Eça de (sd) *A Notas Contemporâneas*. Lisboa: ed. livros do Brasil.

Queiroz, Eça de (sd) *As Minas de Salomão* (trad). Lisboa: ed. livros do Brasil.

Queiroz, Eça de (sd) *Da Colaboração no Distrito de Évora*. Lisboa: ed. livros do Brasil.

Queiroz, Eça de (sd) *Prosas Bárbaras*. Lisboa: ed. livros do Brasil.

Sousa, Américo Guerreiro de (1993) "A Inglaterra na Obra de Eça de Queiroz" in *Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa: Caminho.

33. ROLF KEMMLER, DEPTº LETRAS, CEL (CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS), UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES, VILA REAL, PORTUGAL



Rolf Kemmler Natural de Reutlingen (Alemanha), é investigador da área da historiografia linguística do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Vila Real), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, desde Julho de 2010.

Doutorado em Filosofia (Dr. PHIL. em Filologia Românica) pela Universidade de Bremen em 2005 (Alemanha), com a tese intitulada *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e atividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*, publicada em 2007.

Mestre (M.A.) em Filologia Românica desde 1997 com uma tese intitulada *Esboço para uma História da Ortografia Portuguesa: O texto metaortográfico e a periodização da ortografia do século XVI até aos prelúdios da primeira reforma*

ortográfica de 1911 (publicada em 2001 como artigo na revista *Lusorama* sob o título «Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911»).

Com a maioria das publicações dedicadas à disciplina da historiografia linguística, é especialista nas áreas da história da ortografia da língua portuguesa desde o século XVI e da história da gramaticografia portuguesa e latino-portuguesa dos séculos XVIII-XIX, às quais dedicou larga bibliografia especializada desde 1996 (cf. www.diacronia.de/Lista_de_publicacoes__Diacronia.pdf).

Tema 2.5. O PAPEL DO SEGUNDO PROTOCOLO AO ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990 NA HISTÓRIA DA ORTOGRAFIA SIMPLIFICADA

No ano de 2011, comemorar-se-á o primeiro centenário do sistema da ortografia simplificada, o qual, como sabemos, chegou a ser implementado em consequência da instalação do sistema republicano em Portugal, sendo resultado dos esforços incansáveis do grande filólogo português Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1840-1914) para alcançar um sistema de ortografia simplificada em Portugal.

Se bem que tenha havido aproximações anteriores, é notável que desde então se deu o que se poderá chamar de "desentendimento ortográfico luso-brasileiro" que foi determinando a discussão ortográfica durante grande parte do século XX.

Torna-se, no entanto, óbvio que nem sempre – ou melhor quase nunca – as razões que levaram ao fracasso do número considerável de tentativas que procuravam estabelecer uma aproximação luso-brasileira em matéria ortográfica terão sido de natureza linguística ou mesmo ortográfica.

Ainda hoje, não se pode deixar de observar que boa parte da discussão sobre o acordo ortográfico, que infelizmente chegou a ser revitalizada nos últimos anos pelos detratores desta medida perante a 'ameaça' da implementação imediata do acordo ortográfico de 1990, esteja marcada por traços emocionais que parecem, antes de mais nada, extralinguísticas.

Com a nossa comunicação pretendemos esclarecer o papel do segundo protocolo ao acordo ortográfico á luz da história da ortografia simplificada em geral e do acordo ortográfico de 1990 em especial.

1 Introdução

Até finais do século XIX, o sistema ortográfico predominante, tanto em Portugal como no Brasil, era a *ortografia usual*, uma norma supostamente reconciliadora entre as tendências etimologizante e fonética, incluindo fortes traços pseudoetimológicos. Dado que a primazia da ortografia usual criou grande incerteza quanto à escrita da língua portuguesa, foi desde 1877 que surgiram os principais projetos de uma simplificação da ortografia, pois a facultatividade existente impediu qualquer uniformidade. Tendo o estabelecimento de uma ortografia simplificada sido o alvo das duas grandes tentativas para uma reforma da ortografia em Portugal, nomeadamente com o projeto da *ortografia sónica*, proposto pelo portuense José Barbosa Leão (1818-1888) e pela 'comissão do Porto' (1877), e as *Bases da Ortografia Portuguesa*, estabelecidas em 1885 pelos filólogos Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1840-1914) e Guilherme Augusto de Vasconcelos Abreu (1842-1907), foi, com efeito, somente devido aos esforços de Gonçalves Viana, que, tendo publicado uma série de opúsculos sobre questões de fonética e ortografia, conseguiu, em 10 de maio de 1900, apresentar à Academia das Ciências de Lisboa um amplo questionário ortográfico de 115 perguntas (Viana 1900). Apesar de este projeto carecer de resultado imediato, Gonçalves Viana não desistiu dos seus esforços e publicou, em 1904, a súmula dos seus trabalhos de natureza ortográfica, a *Ortografia Nacional: simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*. Neste volumoso estudo, o ortógrafo mais uma vez apresenta o seu sistema simplificado, baseado em estudos diacrónicos e diatópicos. A este *magnum opus* o autor juntou, em 1909, o *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua*

Portuguesa. Estavam, pois, reunidas as bases científicas para o estabelecimento de uma ortografia simplificada da língua portuguesa.

Tendo em mente o acordo ortográfico pendente desde 1990 e a sua solução iminente através do chamado 'segundo protocolo', queremos lembrar alguns dos momentos mais importantes da história quase secular da ortografia simplificada da língua portuguesa como sistema de escrita oficial desde 1911 – uma história, como veremos, cheia de contratempos e mesmo de episódios absurdos.

2 Os primeiros passos da ortografia simplificada (1911-1920)

O projeto de uma reforma ortográfica oficial foi iniciado por José António Dias Coelho, amigo de Gonçalves Viana e empregado da Imprensa Nacional, que solicitou, em 17 de dezembro de 1910, a Luís Carlos Guedes Derouet, o administrador-geral dessa empresa pública, que, face ao caos ortográfico existente nas publicações da empresa – e mesmo no órgão oficial *Diário do Governo* – se estabelecesse uma ortografia única, de preferência o sistema estabelecido por Gonçalves Viana (*Bases* 1911: 4).

Derouet atendeu ao pedido de Coelho e, devido à sua iniciativa, o ministro do interior António José de Almeida nomeou, pela portaria de 15 de fevereiro de 1911, uma comissão incumbida do estabelecimento de uma ortografia oficial e única. Faziam parte desta comissão os maiores filólogos do tempo, nomeadamente Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, António Cândido de Figueiredo, Francisco Adolfo Coelho e José Leite de Vasconcelos. Estes elementos da comissão decidiram, na primeira sessão de 15 de março de 1911, convocar mais seis vogais, nomeadamente António José Gonçalves Guimarães, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, Júlio Moreira, José Joaquim Nunes e Manuel Borges Grainha.¹⁰⁷

Servindo-se das obras de Gonçalves Viana, mas sobretudo do *Questionário* (Viana 1900), a comissão reuniu-se semanalmente até ao fim dos trabalhos em 23

107 O filólogo Augusto Epifânio da Silva Dias recusou integrar a comissão.

de agosto de 1911. Na portaria de 1 de setembro (Bases 1911: 5-6) o ministro mandou publicar o relatório da comissão, sendo publicados tanto este como as bases do novo regime ortográfico quer no *Diário do Governo*, através da portaria de 12 de setembro de 1911, quer numa publicação à parte em forma de separata. Ordenou-se que fosse adotado o novo sistema ortográfico simplificado nos livros de ensino dentro de um prazo máximo de três anos, devendo ser elaborado um vocabulário ortográfico¹⁰⁸ e uma cartilha. A comissão, por fim, não chegou a ser debandada, tendo sido decidido que deveria manter-se ativa a fim de responder a qualquer dúvida no futuro. O anexo linguístico à portaria é bastante volumoso: consta do relatório dos trabalhos e de um resumo dos pontos de partida da comissão, seguidos por um *Formulário Ortográfico* de XLVI parágrafos, bem como um *Prontuário Ortográfico* de 97 parágrafos.

2.1 Repercussões: o Brasil, as academias e a ortografia simplificada

É natural que as diligências portuguesas para uma reforma não tivessem ficado despercebidas no Brasil e uma vez que a Academia Brasileira de Letras já tinha simplificado o sistema ortográfico em 1907, nada era mais lógico do que as duas academias tentarem chegar a um entendimento.

2.1.1 O projeto do Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa

Ao lado da comissão oficial incumbida do estabelecimento da ortografia única oficial para as publicações de natureza pública e escolar, existia ainda, dentro da Academia das Ciências de Lisboa, uma subcomissão da comissão que se dedicava

ao estabelecimento do *Dicionário da língua portuguesa*, cuja finalidade era estabelecer as bases ortográficas adotáveis nesse dicionário que, aliás, nunca chegou a ser publicado.¹⁰⁹ Desta comissão, que teve a sua origem na questão ortográfica ligada ao *Questionário* de Gonçalves Viana de 1900, fizeram parte os académicos Cândido de Figueiredo, José Leite de Vasconcelos, José Joaquim Nunes e David Lopes. Os trabalhos começaram em 2 de março de 1911, terminando em 21 de março de 1912. Não obstante a relativa 'independência' que as bases ortográficas estabelecidas demonstravam em relação à ortografia oficial,¹¹⁰ a comissão, reconhecendo a ampla difusão da ortografia oficial, terminou por propor que a comissão do Dicionário viesse a adotar esse sistema (Bases 1916: 13).

Devemos notar que parece algo estranho que a Academia das Ciências de Lisboa somente tenha decidido dedicar-se à questão ortográfica na mesma altura que o governo, quando uma solução oficial estava em vista. Dado que apenas David Lopes não integrava a comissão 'oficial' de 1911, não admira, contudo, que, mesmo que possa ter havido a tendência de se encontrarem soluções independentes, o apego ao sistema oficial se viesse a impor, já que este foi representado por três dos quatro elementos da comissão.

2.1.2 O projeto do acordo interacadémico (1912)

O estabelecimento da ortografia oficial única em Portugal não foi precedido por nenhum contacto oficial entre órgãos governamentais portugueses e brasileiros. A nível interacadémico, foi, porém, no âmbito dos trabalhos da comissão do Dicionário que novamente¹¹¹ surgiu uma proposta de colaboração, feita por um académico brasileiro.

108 O vocabulário foi devidamente estabelecido pelo relator da Comissão de 1911. Foi já em 1912 que Gonçalves Viana publicou o *Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa*, uma obra de 650 páginas que, elaborada com base no *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa* de 1911, ao longo das suas sete edições serviria tanto de vocabulário oficial como de modelo para os futuros vocabulários de língua portuguesa.

109 Veja-se, com mais referências, Kemmler (2001: 277).

110 Conforme se afirma nas Bases (1916: 9), a comissão baseou-se na obra *As ortografias portuguesas* de Gonçalves Viana (1902) e nas Bases oficiais de 1911.

111 Convém recordar que a questão ortográfica dentro da Academia das Ciências de Lisboa surgiu no âmbito da proposta apresentada em 29 de abril de 1898 pelo académico brasileiro Joaquim Francisco de Assis Brasil, destinada ao estabelecimento de um sistema ortográfico luso-brasileiro. Para informações mais detalhadas sobre esta discussão, veja-se Kemmler (2001: 275-281).

Em 8 de junho de 1911, o acadêmico português Lúcio de Azevedo comunicou à Academia das Ciências de Lisboa uma proposta do acadêmico brasileiro José Veríssimo, declarando-se a favor de um acordo interacadêmico luso-brasileiro, destinado a aproximar ainda mais as grafias das duas academias. Seguindo a afirmação de Veríssimo de que um convite certamente seria bem acolhido pela Academia Brasileira de Letras (*Relatório* 1914: 3-4), a comissão remeteu o assunto à assembleia geral para que fosse oficializado o convite. Dado, porém, que a assembleia geral de 7 de dezembro de 1911 não alcançou o quórum por falta de acadêmicos, o assunto tinha que ser submetido à reunião seguinte de 4 de janeiro de 1912, sendo o resultante consentimento comunicado à Academia Brasileira de Letras em 17 de janeiro. Uma vez que pouco mais tarde acabaram os trabalhos da comissão do Dicionário, decidiu-se em 18 de abril que as bases ortográficas resultantes destes trabalhos deveriam ser enviadas ao Brasil em forma datilografada, para que se pudesse obter o consentimento da Academia Brasileira de Letras, o que se fez em 10 de maio.

Neste mesmo mês, José Veríssimo chegou a ser eleito pela Academia Brasileira de Letras como delegado para discutir o acordo, facto do qual a Academia das Ciências de Lisboa tomou notícia na sessão de 23 de maio. Para responder à pergunta do acadêmico brasileiro de quando seria possível a sua vinda a Lisboa, a comissão resolveu informar Veríssimo que «[...] julgava conveniente que ele só viesse depois de férias» (*Relatório* 1914: 7). Com a resposta algo lacônica da academia portuguesa acabou a correspondência. Nunca veio uma resposta à carta da Academia das Ciências de Lisboa, nem houve deslocação do Sr. Veríssimo...

Foi assim que nasceu a disputa interacadêmica. A Academia Brasileira de Letras evidentemente considerava que a Academia das Ciências de Lisboa queria retardar o processo para o poder terminar em silêncio sem intromissões, o que significaria que os acadêmicos portugueses teriam agido com má-fé. É natural que

a Academia das Ciências de Lisboa recusasse as acusações, tendo, embora tarde, sempre atendido às propostas e aos pedidos da Academia Brasileira de Letras.

Rematando o episódio, o acadêmico brasileiro João Ribeiro concluiu no seu parecer de 28 de junho de 1913 (*Relatório* 1914: 9-11) que, enquanto a Academia Brasileira de Letras se tinha aproximado em grande parte do regime da ortografia simplificada portuguesa, o sistema segundo as bases da comissão do Dicionário (que constatou divergir da ortografia académica brasileira revista por ele em junho de 1911 em mais de 30 pontos, mas também da ortografia oficial portuguesa), seria totalmente inaceitável para a Academia Brasileira de Letras nem podia ser objeto de discussões.

O resultado desta segunda tentativa para uma aproximação interacadêmica foi o aumento da incompatibilidade das ideias ortográficas das duas academias. O que dificultava o entendimento era o problema de comunicação entre os dois países, ou seja, a morosidade do transporte de qualquer correspondência entre Lisboa e o Rio de Janeiro, certamente agravado pela falta de flexibilidade das duas academias (isto é, a inatividade devida ao grande intervalo entre as sessões), que terá causado os atrasos que levaram ao desentendimento.

2.1.3 Depois do fracasso do acordo interacadêmico: união e rutura

Ao passo que em Portugal a ortografia oficial se foi cada vez mais impondo com a passagem do tempo,¹¹² também a Academia Brasileira de Letras continuou com o sistema simplificado de 1907, reformado em 1911. Tendo apresentado a proposta em 18 de julho anterior (RAL 1926: 234), somente em 11 de novembro de 1915 o acadêmico brasileiro Silva Ramos conseguiu convencer os consócios da Academia Brasileira de Letras a adotar nesta instituição o sistema segundo a ortografia oficial portuguesa (Figueiredo 1929: 196), facto este que Cândido de Figueiredo como

112 Na verdade, a resistência à nova ortografia foi mínima, sendo esta quase exclusivamente limitada aos esforços de Alexandre Fontes, um jornalista que até chegou a

pedir ao Presidente da República que revogasse a ortografia oficial em favor de uma ortografia etimologizante.

sócio das duas academias notificou à Academia das Ciências de Lisboa em 27 de janeiro de 1916 (Bases 1916: 3).¹¹³

Verificou-se, porém, uma nova rutura quando o jornalista Osório Duque Estrada conseguiu, na sua intervenção de 13 de novembro de 1919, convencer os consócios da Academia Brasileira de Letras a um retrocesso em matéria ortográfica. Foi assim que, na sessão de 24 de novembro de 1919 e graças a uma votação de 17 contra 7, se regressou «[...] ao 'statu quo' [sic!; R. K.] anterior a taes resoluções até que seja melhor estudado e definitivamente resolvido o grave problema da simplificação orthographica no Brasil» (RAL 1926: 293). Deve-se notar que o mencionado 'sistema anterior' não foi o sistema reformado de 1907 ou mesmo de 1911, mas sim o sistema antigo da ortografia usual.¹¹⁴

Apesar deste abandono do sistema simplificado por parte da Academia Brasileira de Letras, este não deixou de ser usado e ensinado no Brasil como, em 1929, testemunhou Silva Ramos num discurso reproduzido por Mota Assunção:

E' falso, falsíssimo, como vou demonstrar, que a ortografia oficial portuguesa tenha sido geralmente repelida. Há dezoito anos que vem sendo ensinada na Escola Normal, nos cursos dos professores Mário Barreto, Sousa da Silveira e Jaques Raimundo; no Colégio Pedro II, nas aulas dos professores do Externato, José Oiticica, e do Internato, actualmente em disponibilidade, e mais proximamente dos professores Veras Nascentes, Clóvis Monteiro e Candido Jucá Filho, no Colégio Militar, nas escolas primárias, a partir de 1919, e nos cursos particulares de todos aqueles professores.

[...]

113 Os sistemas da ortografia da Academia Brasileira de Letras de 1907/1911 e a ortografia oficial portuguesa não eram sistemas muito díspares, sendo o caráter marcadamente sistemático da reforma portuguesa o aspeto mais notável que faltava à reforma académica brasileira. Por outro lado, a reforma portuguesa não tomava em consideração as realidades linguísticas do português do Brasil, como o faziam tanto a variante brasileira do sistema cacográfico da ortografia usual como o simplificado de 1907/1911, o que, obviamente, não deixaria de causar problemas.

114 Não tendo sido tomada por unanimidade, a decisão foi vetada pelos académicos Amadeu Amaral, Antônio Austregésilo, Filinto de Almeida, Carlos Magalhães de Azeredo, Mário

Meditem agora os meus caros confrades. Se reunirmos as alunas de todos os cursos da Escola Normal, em dezoito anos, as dos cursos por elas formados, os que frequentaram as escolas primárias de há dez anos a esta parte, os estudantes do Colégio D. Pedro II, do Colégio Militar, instruídos naquela grafia pelo professor Mário Barreto e os dos seus colégios particulares, onde leccionam os professores dos institutos oficiais que a adoptaram, os das escolas profissionais, que se estão iniciando, se nos lembrarmos de que outra não era a grafia da Revista de Filologia Portuguesa, que se publicou em São Paulo, sob a direcção de Sílvio de Almeida, e mais tarde de Mário Barreto, com grande aprazimento dos leitores, se abstrairmos dos indiferentes que não aceitam nenhuma norma de escrever ou as aceitam todas, chegaremos à penosíssima conclusão que só a Academia Brasileira de letras a desconhece, só a Academia a desacata, só a Academia a despreza (Ramos em Assunção 1933: 102; 104-105).

Neste trecho importante, Silva Ramos faz referência a alguns dos maiores filólogos do seu tempo. O seu testemunho significaria, portanto, que a abolição do sistema português pela Academia Brasileira de Letras tenha criado no país uma duradoura resistência que eventualmente não poderia deixar de preparar caminho para uma simplificação ortográfica.¹¹⁵

2.2 A reforma da ortografia simplificada (1920)

Já que não tinha sido dissolvida em 1911, a comissão 'ficou em ofício' em prol da ortografia portuguesa, não tendo havido, no entanto, mais nenhuma reunião. Infelizmente tinham falecido, entre 1911 e 1920, quatro dos elementos efetivos da

de Alencar, Medeiros e Albuquerque e Silva Ramos, não devendo, como alude Figueiredo (1929: 198), o voto obtido pela proposta de Osório Duque Estrada ser considerado mais do que o resultado de uma maioria acidental.

115 Note-se que durante os anos vinte do século XX o regime ortográfico chegou a ser novamente retocado no seio da Academia Brasileira de Letras. Assim, o *Formulário Ortográfico da Revista de Língua Portuguesa* do filólogo Laudelino Freire foi adotado em 22 de abril de 1926. Pouco depois, a academia seguiu a proposta do académico Ramiz Galvão de 1 de agosto de 1929 no sentido de ser restabelecido o regime ortográfico de 1907 (cf. Kemmler 2009: 62-64).

comissão (Adolfo Coelho, Gonçalves Guimarães, Júlio Moreira e Gonçalves Viana), pelo que esta ficou bastante reduzida.

Dado que considerava a necessidade de serem regularizados alguns assuntos que em 1911 não teriam sido tratados de maneira satisfatória, Cândido de Figueiredo contactou, em 25 de novembro de 1919, os colegas sobreviventes Manuel Borges Grainha, José Joaquim Nunes, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, Carolina Michaëlis de Vasconcelos e José Leite de Vasconcelos, para poder dissolver a comissão depois de eliminadas todas as dúvidas que considerava estarem pendentes.

A par dos vogais sobreviventes, Cândido de Figueiredo consultou ainda outros filólogos, nomeadamente os portugueses José Maria Rodrigues, David de Melo Lopes e António Augusto Cortesão, bem como os brasileiros Silva Ramos e Mário Barreto. As respostas não sendo unânimes, foi possível constatar consentimento majoritário, pelo que Figueiredo podia remeter a decisão em 1 de setembro de 1920 ao então Ministro da Instrução Pública, Júlio Dantas, que oficializou a reforma pela portaria n.º 2 533 de 29 de novembro de 1920. Nesta portaria, acompanhada pela correspondência trocada entre Cândido de Figueiredo e os outros titulares da comissão, mandou o ministro que as modificações entrassem em vigor, devendo ser aplicadas nos livros didáticos à medida que se esgotassem os exemplares já impressos. Finalmente, foi dissolvida a comissão ortográfica, sendo o seu trabalho considerado como terminado.

Dois anos e meio mais tarde, em maio de 1923,¹¹⁶ o mesmo Júlio Dantas, desta vez na qualidade de presidente da Academia das Ciências de Lisboa, viajou ao Brasil em missão oficial a fim de propor um acordo ortográfico interacadémico (Castro /

Duarte / Leiria 1987: 210), ficando esta iniciativa, porém, sem qualquer resultado imediato.

3 O Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro (1931)

Antes que a reforma interna de 1929 pudesse ser oficializada em todo o país, foi devido a uma iniciativa da Academia Brasileira de Letras¹¹⁷ que no dia 30 de abril de 1931 se assinou em ambos os países o primeiro acordo ortográfico, celebrado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras. Os assinantes do acordo foram, em Portugal, o presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Júlio Dantas, bem como o embaixador brasileiro, José Bonifácio de Andrada e Silva, e, no Brasil, o presidente da Academia Brasileira de Letras, Fernando Magalhães, assim como o embaixador português, Duarte Leite. Torna-se desde logo óbvio que o acordo foi bem mais do que uma simples aproximação interacadémica, uma vez que a participação dos embaixadores tornava manifesto o interesse oficial que os governos dos dois países tinham no acordo.

Para que pudesse ser estabelecida a ortografia única, a Academia Brasileira de Letras comprometeu-se a adotar a ortografia simplificada portuguesa de 1911/1920, tendo exigido por sua parte umas leves modificações das bases, que a Academia das Ciências de Lisboa aceitara adotar. Além disso, as academias resolveram juntar os seus esforços na solução de futuros problemas ortográficos, procurando através das suas influências junto dos respetivos governos que fosse oficializado o regime ortográfico alterado por este acordo bilateral.

Em Portugal, o acordo foi devidamente publicado no *Diário do Governo*, em 25 de maio de 1931,¹¹⁸ sendo oficializado através da portaria 7 117 do Ministro da

116 Veja-se a referência feita no discurso do Ministro da Educação, José Caeiro da Mata, na sessão de encerramento em 15 de agosto de 1945, reproduzido em *Conferência interacadémica* (1947: 88).

117 Veja-se Laudelino Freire (*Jornal do Comércio* de 11-06-1931, citado em Assunção 933: 133): "A ideia do acordo partiu da Academia Brasileira".

118 Na verdade, era já a segunda publicação do acordo. Em 7 de abril de 1931, já tinha sido publicado pela primeira vez, mas aparentemente com faltas. "Por ter saído com inexactidões, novamente se publica o seguinte acordo firmado entre a Academia das Ciências

de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, em 30 de abril de 1931, para a unidade ortográfica da língua portuguesa, com o qual S. Ex.^a, o Ministro concordou por seu despacho de 4 do corrente: [...]". Nota-se, porém, que as referidas 'inexactidões' ainda persistiram na publicação em 25 de maio: o sumário deste número do *DG* menciona o 'acordo firmado [...] em 11 de Abril de 1931' enquanto as assinaturas no fim do 'instrumento' datam de 30 de abril de 1931 (data esta que é impossível por o mês de abril só ter trinta e não trinta e um dias), tendo o acordo na verdade sido assinado em 30 de abril daquele ano. Veja-se para tudo *DG* (25 de maio de 1931: 907).

Instrução Pública, Gustavo Cordeiro Ramos, em 27 de maio de 1931 (cf. *Acordo* 1931b), limitando-se a portaria a apresentar em sete pontos breves as respectivas alterações ao sistema ortográfico anterior.

No Brasil, tendo em consideração «[...] a vantagem de dar uniformidade à escrita do idioma nacional, o que somente poderá ser alcançado por um sistema de simplificação ortográfica que respeite a história, a etimologia e as tendências da língua [...]» (*Vocabulário* 1933: 19), a ortografia simplificada do acordo foi admitida no ensino bem como nas repartições e publicações públicas através do decreto n.º 20 108 de 15 de junho de 1931, emitido pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas.

3.1 As origens do desacordo ortográfico luso-brasileiro

Passado bem pouco tempo, surgiram os primeiros problemas relacionados com o novo acordo: verificou-se que as duas academias tinham esquecido, no âmbito das suas negociações, que havia necessidade de estabelecer na mesma altura um formulário para codificar todos os preceitos ortográficos. Claro está que esta urgência certamente terá pesado mais para a Academia Brasileira de Letras, na impossibilidade de simplesmente aproveitar dos trabalhos feitos pelos filólogos portugueses em 1911. Assim, foi perante a necessidade de o Brasil dispor de um código ortográfico formal que o académico brasileiro Laudelino Freire elaborou o formulário que, terminado em 3 de junho de 1931, foi aprovado na sessão da Academia Brasileira de Letras em 11 de junho de 1931 (*Vocabulário* 1933: 42).

No âmbito da colaboração prometida, este formulário, bem como as letras A e B do *Vocabulário*, foram enviados à Academia das Ciências de Lisboa. Tendo em vista que muitos assuntos não tinham sido regulamentados na ocasião do estabelecimento do acordo, não surpreende que o parecer da comissão do Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa contenha vários pontos litigiosos em

que os académicos portugueses não se declararam de acordo com as soluções propostas pelos académicos brasileiros (*RAL* 1932: 422-426). Na sua resposta, a comissão do Dicionário da Academia Brasileira de Letras acaba por refutar os argumentos dos académicos portugueses, concluindo que «ficam assim dirimidas todas as dúvidas, e definitivamente realizado o Acôrdo» (*RAL* 1932: 430).

Assim 'resolvidas' as questões abertas, saiu, em 1933, o *Vocabulário ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa* da Academia Brasileira de Letras, estabelecido pelo mesmo académico. Dado que na altura o *Vocabulário* de 1933 já tinha sido publicado, o Governo Provisório ampliou a extensão do decreto de 1931 com o decreto n.º 23 028 de 2 de agosto de 1933 (veja-se *RAL* 1933: 499-500). Através deste diploma, a ortografia simplificada do acordo foi tornada oficial em qualquer correspondência e publicação pública ou empresarial, não sendo admissível o uso de outro sistema ortográfico no ensino após o dia 1 de janeiro de 1935. Foi previsto que qualquer futura questão deveria ser regulamentada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, após consulta das duas academias.

É evidente que, ao estabelecer o formulário e o *Vocabulário*, a Academia Brasileira de Letras atendeu sobretudo às suas próprias necessidades e às circunstâncias linguísticas e prosódicas próprias do português do Brasil.

Na realidade, tanto a ortografia portuguesa como a variante brasileira passaram logo a divergir do plano do acordo, observando-se modificações mais ou menos extensas em relação ao que fora acordado. As modificações mais graves foram, porém, introduzidas pelo lado português, estando já expressas na publicação do texto do acordo no *Diário do Governo*.¹¹⁹ Daí resultou que, na verdade, o acordo ortográfico de 1931 não estabelecesse uma ortografia oficial única para os dois países, mas antes uma dupla grafia factual, conceito esse que se viria a tornar na única solução viável para a questão ortográfica.¹²⁰

119 As divergências em relação ao acordo assinado entre as duas academias foram coerentemente conservadas no texto oficial da portaria 7 117 de 27 de maio de 1931. Veja-se também Pinto (1931: 86)

120 Foi na ocasião da sua resposta quanto à questão das consoantes mudas ora em Portugal, ora no Brasil, que os académicos brasileiros estabeleceram pela primeira vez o conceito da *dupla grafia* (*RAL* 1932: 428). Não admira que este ponto cedo se tenha tornado

Está claro que um dos maiores impedimentos para qualquer unificação ortográfica era a existência das fortes tendências nacionalistas dos anos vinte e trinta.¹²¹ Mesmo que as pessoas ligadas diretamente ao acordo quisessem chegar de boa-fé a uma unificação ortográfica, havia sempre, em cada um dos dois países, quem quisesse evitar que, em matéria ortográfica, o outro país 'ganhasse uma vantagem'. Dado que a base do acordo era uma ortografia portuguesa e sendo as modificações com maior relevo de origem brasileira, não estranha que os nacionalistas portugueses como os brasileiros não tivessem visto com bons olhos a imposição por via oficial de ideias ortográficas oriundas de outro país, parecendo, no entanto, que entre os protestos de natureza nacionalista em ambos os países, os mais fortes se tenham registado no Brasil (veja-se Leão 1934: 194-198).

Perante as óbvias dificuldades e tendo em vista que o acordo não tinha levado ao resultado desejado, as academias passaram a tentar resolver a questão por meio de 'entendimentos' (Leão 1934: 186), resolvendo a questão das consoantes mudas através do seguinte 'desentendimento':

Ainda bem que o *Acôrdo* de 31 não era *acôrdo*, e que nos *Entendimentos* posteriores se resolveu que cada uma das duas nações fizesse, neste ponto grave, o que *entendesse* (Leão 1934: 187).

Pela sua natureza, os 'entendimentos' equivaliam à primeira introdução de uma dupla grafia oficial. Claro que a atitude assumida quanto aos pontos discutidos, que na realidade corresponde a um lacónico 'cada um a seu gosto', não levou ao estabelecimento de um sistema coerente nos dois países, especialmente não uma dupla grafia coerente. Houve, sim, - mas só por breve tempo - uma relativa 'paz ortográfica' entre as duas academias, de maneira que os portugueses grafaram segundo o acordo com as alterações puramente portuguesas, enquanto no Brasil foram aplicadas as bases do acordo e do vocabulário, incluindo as alterações puramente brasileiras.

Além de outras razões, o eventual fracasso do acordo de 1931 deve-se, não por último, sobretudo à incapacidade das academias de tratarem do assunto naquela altura. Os académicos não estavam preparados e, na realidade, não havia verdadeiros especialistas nos dois lados que se pudessem dedicar ao problema não só com zelo e dedicação, mas também com os conhecimentos necessários na área da linguística. Mas vejamos as críticas feitas à atuação da Academia Brasileira de Letras, no *Estado de São Paulo* de 28 de julho de 1931, por um jornalista anónimo (Assunção 1933: 140):

Verifica-se, assim, com desprestígio da 'ilustre companhia', que a ortografia, que está sendo seguida pelos académicos e pelos jornais que já a adoptaram apressadamente, difere profundamente daquela que de acordo com as mesmas bases será seguida pelos portugueses, que as entenderam muito bem, o que não se poderá dizer dos nossos imortais. Assim, a Academia Brasileira, em vez de ter concorrido para unificar a língua escrita nos dois países, terá apenas contribuído para aumentar a balbúrdia ortográfica já existente. Teremos assim em vez de duas, como até agora, tres grafias em curso, uma em Portugal e duas no Brasil.

Os espíritos sarcásticos já estão observando que a Academia Brasileira deverá abster-se de uma vez para sempre de se envolver em questões de filologia em geral e de ortografia em particular, porque cada vez que o faz as consequências são desastrosas e só concorrem para ridículo da assembleia dos imortais. Outros, porém, afirmam que o facto não tem gravidade, pois quando a Academia se aperceber, depois de toda a gente, que não entendeu o acordo que assinou, terá um simples e pronto remédio: Fazer outra reforma ortográfica, que será a quinta ou a sexta. Ao que nos consta, na última sessão da Academia já houve quem levasse para o seio da douda corporação a súplica das dúvidas que surgiram cá fora. E talvez ainda seja possível emendar a mão na elaboração do prometido vocabulário.

num pomo de discórdia, já que as negociações prévias não previam nenhuma dupla grafia para palavras que apresentam realidades fonéticas distintas.

121 Curiosamente, até houve quem, favorecendo o sistema português, se pronunciasse contra o acordo com Portugal, como acontece em Assunção (1933: 124-125): "Também eu

defendi e apoiei essa reforma [a de 1929; RK], desaconselhando sempre qualquer entendimento com Portugal, embora partidário convicto do sistema português. [...] E' que já contava com a oposição que, só por isso, o acordo sofreu desde o começo".

3.2 Constituição vs. Acordo ortográfico

Infelizmente, o aparente sossego após os 'entendimentos' não duraria muito tempo: de maneira muito vaga, o artigo 26.º das disposições transitórias da constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934 restabeleceu como ortografia oficial aquela que estava em vigor em 1891, ano em que fora instituída a primeira constituição brasileira.¹²² Trata-se, portanto, de mais um regresso à ortografia usual:

Art. 26. Esta Constituição, escripta na mesma orthographia da de 1891 e que fica adoptada no paiz, será promulgada pela Mesa da Assembléa depois de assignada pelos Deputados presentes e entrará em vigor na data da sua publicação (*Constituição* 1934: 62).

Dado que a ortografia do acordo já tinha sido aplicada uns anos antes de ser abolida oficialmente, não admira que a resistência contra uma imposição da norma antiga fosse considerável, vindo especialmente do lado dos profissionais da língua, nomeadamente de professores do ensino escolar.¹²³ Um pedido parecido, formulado pela Companhia Editora de São Paulo, no sentido de serem abolidas as mudanças que a constituição de 1934 fez à ortografia em vigor, destinado a conservar o sistema de 1931, foi indeferido em 26 de abril de 1935 pelo Ministro de Educação, Costa Manso, que esclareceu que, embora fosse dada preferência ao sistema misto, a ortografia simplificada não teria sido formalmente proibida.¹²⁴ Em vez de

restabelecer a ortografia usual, a constituição de 1934 levou, portanto (mais uma vez), à coexistência dos sistemas misto e simplificado.¹²⁵

Segundo Castro / Duarte / Leiria (1987: 211), o regresso à ortografia simplificada teria sido consumado em 10 de novembro de 1937 através da nova constituição que teria mandado aplicar as «bases ortográficas da Academia Brasileira». Não houve, porém, nenhum passo na constituição de 1937 que se debruçasse sobre a questão ortográfica,¹²⁶ mas foi efetivamente devido à forte oposição gerada pelo artigo 26.º que «[...] em março de 1937, o Presidente Vargas mandou readmitir a título definitivo, na administração, no ensino e nas publicações oficiais, a ortografia académica» (*IBGE* 1941: 74).

A ininterrupta discussão ortográfica levou a que, passado pouco tempo e sendo reavaliada a questão ortográfica,¹²⁷ fossem de novo postas em vigor as bases ortográficas do acordo de 1931, conforme estipulou o Decreto-Lei n.º 292 de 23 de fevereiro de 1938.¹²⁸ Este diploma mandou aplicar a nova ortografia a partir de 1 de junho de 1939, devendo ser publicado um vocabulário ortográfico pelo Ministério de Educação e Saúde. Por causa das divergências com Portugal ligadas à acentuação gráfica, o Decreto-Lei contém, como única alteração, as *Regras para a acentuação gráfica*, que preveem o uso de uma acentuação divergente (Horta 1939: 16) que Melo (1988: 166) caracteriza como 'defeituosíssima'.¹²⁹

3.3 Os Vocabulários ortográficos académicos

ortografia do acordo ortográfico tal como tinha sido decretada em 1931/1933 (*RAL* 1935: 447-451).

¹²² Consulte-se, sem efeito, Barreto (1971: 427-500). Mesmo assim, parece que a Constituição de 1937 tenha sido escrita na ortografia simplificada e não no sistema usual (veja-se, a este respeito, *IBGE* 1941: 64).

¹²³ Frente aos problemas óbvios, o Ministro Gustavo Capanema resolveu criar uma comissão com os filólogos Sousa da Silveira, Augusto Magne e Antenor Nascentes, a fim de ser estabelecida uma nova reforma. Acabados os trabalhos em 31 de dezembro de 1937, o projeto foi arquivado, sendo somente aproveitados alguns pontos nas "regras para a acentuação gráfica" que foram anexas ao Decreto-lei n.º 292/1938. Veja-se Castro / Duarte / Leiria (1987: 211), Melo (1988: 166) e *Atas* (1968: 198).

¹²⁴ Publicado no *Diário Oficial* de 28 de fevereiro de 1938. O texto integral foi também publicado em Horta (1939: 15-21).

¹²⁵ Melo (1988: 166) baseia a sua opinião nas contradições introduzidas pela reforma, como, p. ex., em *Brás* = Exemplo da regra 7.^a ~ *Braz* = Nota ao § 2.º, n.º 5.º do acordo de 1931.

¹²² Ao lado da mais frequente (e criticada) leitura que fazia da ortografia objeto de regulamentação dentro do trecho do artigo 26.º, houve, no mesmo momento, vozes críticas, juristas que manifestaram dúvidas que teria sido a vontade dos constituintes adotar e promulgar a ortografia, mas sim a própria Constituição: assim o Consultor-Geral da República, Francisco Campos, e Mário Masagão, membro do Supremo Tribunal de Justiça (Aguilar 1984: 76-77).

¹²³ Entre o grande número de pessoas individuais, foram muitos professores do ensino secundário do Distrito Federal que se manifestaram num abaixo-assinado em 26 de julho de 1934 (*IBGE* 1941: 27-28), um Congresso Ortográfico realizado por professores no Estado de São Paulo em 19 de agosto de 1934 (*IBGE* 1941: 29-31), o Congresso Nacional de Educação de 4 de junho de 1935 (*IBGE* 1941: 31-37), o Congresso das Academias de Letras de 5 de maio de 1936 (*IBGE* 1941: 38-39) bem como ainda outros grêmios culturais que se declararam contra a reintrodução da ortografia usual, preferindo o sistema do acordo de 1931.

¹²⁴ Veja-se Americano (1935: 15) e *RAL* (1935: 460).

¹²⁵ É notável que até houve entidades públicas que se opuseram à medida, como a prefeitura do Distrito Federal, que, no decreto 5575 de 12 de junho de 1935, mandou adotar a

Depois dos 'entendimentos' que se seguiram ao acordo de 1931, os ânimos de ambos os lados tinham-se acalmado. Se bem que, em Portugal, a reforma de 1911 viesse acompanhada pelo respetivo *Vocabulário Ortográfico*, elaborado por Gonçalves Viana, esta obra não foi atualizada após o acordo de 1931, faltando, assim, um vocabulário atualizado de caráter oficial. É notável que os vocabulários que as duas academias mandaram elaborar não se limitaram a representar a respetiva 'grafia oficial' dos dois países, mas ainda deram início a mais um episódio da história ortográfica da língua portuguesa.

3.3.1 O *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa* (1940)

Tanto a intenção de estabelecer um vocabulário que correspondesse à ortografia atual como a necessidade de remediar as deficiências da ortografia portuguesa que tinham sido introduzidas através do acordo de 1931 levaram a Academia das Ciências de Lisboa, em meados dos anos trinta, à elaboração de um *Vocabulário Ortográfico*.¹³⁰

Inicialmente presidida por José Maria de Oliveira Simões, a comissão encarregada da elaboração do *Vocabulário* foi reforçada em inícios do ano de 1938 por Francisco da Luz Rebelo Gonçalves, que pouco mais tarde passou a presidir à comissão. Tendo a primeira parte sido impressa em julho de 1939 para fins de aprovação pela Classe de Letras, a efetiva publicação do *Vocabulário* (prevista para o ano de 1940, em comemoração dos aniversários da fundação e da restauração de Portugal), a impressão não terminou senão em dezembro daquele ano.¹³¹ O *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* de 1940 é uma obra de XCII, 821

páginas, prefaciada por um vasto catálogo com a apresentação da obra, as bases e, especialmente, as normas gráficas aplicadas. Se bem que Castro/Duarte/Leiria (1987: 212) afirmem que o *Vocabulário* teria reintroduzido as consoantes mudas na ortografia em Portugal, estas na realidade nunca tinham desaparecido. Acontece, portanto, que o tratamento que o *Vocabulário* de 1940 deu às consoantes mudas não foi uma reintrodução, mas sim uma 'reoficialização' face ao acordo de 1931. Outro ponto distintivo do *Vocabulário* é o tratamento extenso do uso de maiúsculas, uma questão que anteriormente não parecia ter sido feito parte dos temas mais urgentes para os ortógrafos lusófonos.

3.3.2 A Proposta da revisão do Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro (1939)

Bem antes do fim dos trabalhos no *Vocabulário*, Rebelo Gonçalves sugeriu uma retoma dos contactos interacadémicos. Foi assim que, em 3 de junho de 1939 o presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Júlio Dantas, enviou um ofício à Academia Brasileira de Letras com a proposta de serem modificadas cinco das 25 bases do acordo de 1931. Junto com o ofício, os académicos brasileiros receberam as bases estabelecidas por Rebelo Gonçalves.

Na resposta de 2 de setembro de 1939, a comissão brasileira encarregada da análise dessas bases informou que o voto majoritário teria sido favorável.¹³² Apesar deste entendimento bilateral entre os académicos, faltava, porém, a participação dos respetivos governos: uma vez que o governo brasileiro se tinha encarregado da solução da questão ortográfica ao longo dos anos trinta, tornando necessária uma nova intervenção legislativa para a realização de outra modificação à ortografia oficial em vigor, os académicos brasileiros tinham deixado de estar em condições de negociar a matéria ortográfica. Assim, tendo certamente em conta o facto de ter

130 Na sessão da Classe de Letras de 20 de janeiro de 1938 (BACL 1938: 27), Júlio Dantas, como presidente da Classe, exprimiu a necessidade de reforçar a Comissão do Vocabulário para ainda conseguir imprimi-lo em 1939, sem, aliás, mencionar a data exata de quando foram iniciados os trabalhos no *Vocabulário*.

131 Foi na sessão da Classe de Letras de 12 de dezembro de 1940 (veja-se BACL 1940: 225) que Rebelo Gonçalves comunicou à Academia das Ciências de Lisboa que tinha terminado o trabalho no *Vocabulário*.

132 Para os votos dos académicos brasileiros, veja-se os anexos à sessão plenária extraordinária de 2 de outubro de 1939 (BACL 1939: 150-174).

havido, no Brasil, um total de quatro mudanças do sistema ortográfico ao longo dos oito anos anteriores, o presidente da Academia Brasileira de Letras, Antônio Austregésilo, respondeu em 2 de setembro de 1939:

O Brasil rege-se actualmente pela ortografia decretada em 23 de fevereiro de 1938. Não poderemos pois aceitar qualquer modificação da actual ortografia sem novo decreto governamental (BACL 1939: 160).

Foi desta forma que, apesar da participação e do consentimento da Academia Brasileira de Letras na fixação das bases do *Vocabulário*, o esforço da Academia das Ciências de Lisboa acabou por não ter nenhum efeito bilateral.

3.3.3 O Pequeno Vocabulário da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras (1943)

Tendo já sido responsável pelo regresso ao sistema simplificado em 1938, foi mais uma vez o Ministro Capanema que decidiu encarregar-se da questão ortográfica, propondo na sessão de 29 de janeiro de 1942 à Academia Brasileira de Letras que esta adotasse a grafia do *Vocabulário* português de 1940 como modelo do *Vocabulário Ortográfico da Língua Nacional*, aliás, com umas poucas modificações próprias do português do Brasil.¹³³ Se bem que a proposta do Ministro tivesse em vista o cumprimento do disposto no Decreto-Lei de 1938, pouco admira que a Academia Brasileira de Letras, sem querer abrir mão do seu monopólio em matéria ortográfica, «[...] sentiu-se ferida nos seus bríos e determinou torpedear a atividade do Ministro da Educação, reivindicando a solução do problema ortográfico.

Declarou-se luta, de que saiu vencedora a Academia» (Melo 1988: 166).¹³⁴ Das deliberações da Academia Brasileira de Letras resultou, em 29 de janeiro de 1942, o estabelecimento das *Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Nacional*, um catálogo de 60 regras ao qual se seguiu o Decreto-Lei n.º 5 186 de 12 de janeiro de 1943.

Fracassado o projeto do ministro Capanema¹³⁵, é de notar que a iniciativa da academia se mostrou mais bem-fadada, uma vez que, na sessão de 12 de agosto de 1943, foi aprovado o formulário ortográfico de 53 pontos, sendo o resultado de leves retoques feitos pelo filólogo José de Sá Nunes às *Instruções* de 1942. O resultante *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (PVOLP)* acabou por vir à luz em dezembro de 1943,¹³⁶ não sendo o atributo 'pequeno' senão um eufemismo, considerando que a obra se estende ao longo de XLVII, 1342 páginas.

4. O Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro (1945)

Publicados os vocabulários ortográficos nos dois países, estavam reunidas as condições materiais para as duas academias tentarem conseguir novamente um acordo ortográfico.

4.1 A Convenção Ortográfica Luso-Brasileira (1943)

133 Monteiro (1954: 91-92). Sem indicar uma data exata, Melo (1988: 166) afirma que a proposta de Capanema teria sido formulada em 1941.

134 Note-se que a Academia Brasileira de Letras, sem se declarar abertamente contra a proposta do ministro na ocasião, resolveu, na mesma sessão, que o "VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA NACIONAL terá por base o VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA da Academia das Ciências de Lisboa, edição de 1940, consoante a sugestão do Sr. Ministro de Educação e Saúde, aprovada unanimemente pela Academia Brasileira de Letras em 20 de janeiro de 1942" (Monteiro 1954: 93). Neste caso, a oposição aberta foi substituída pela ampliação tácita do número de itens que iriam divergir do plano do vocabulário português para treze em vez das quatro modificações propostas por Capanema (Monteiro 1954: 93-95).

135 Longe de desistir, em março de 1943, o ministro "apresentou 'ao exame da Academia Brasileira de Letras' um volumoso (756 p.) *Projeto do Vocabulário Ortográfico da Língua Nacional* (Imprensa Nacional, Rio, 1943), de que se tiraram cinquenta exemplares em provas tipográficas paginadas" (Melo 1988: 166), esforço este que obviamente não logrou o êxito desejado.

136 O prefácio assinado pelos elementos da Comissão incumbida do estabelecimento do *Vocabulário* foi assinado em 8 de dezembro de 1943 (PVOLP 1943: XIII). Trata-se dos mesmos académicos (José Carlos de Macedo Soares, Fernando Magalhães, Cláudio de Sousa, Rodolfo Garcia e Afonso d'Escragnotle Taunay) que tinham assinado as *Instruções* (1942: 5).

Presumivelmente devido a uma sugestão pelo Ministro Capanema,¹³⁷ foi poucos dias após a saída do prelo do *PVOLP*, em 29 de dezembro de 1943,¹³⁸ que António de Oliveira Salazar e o embaixador brasileiro João Neves da Fontoura assinaram a *Convenção Ortográfica Luso-Brasileira*, que imediatamente a seguir foi oficializada no Brasil através do decreto n.º 14 533 de Getúlio Vargas em 18 de janeiro de 1944.¹³⁹ Em Portugal, foi o mesmo Salazar que dirigiu a proposta de ratificação da Convenção à Assembleia Nacional em 24 de janeiro de 1944, tendo esta sido "aprovada por unanimidade" pelos deputados presentes na sessão da Câmara Corporativa em 6 de fevereiro de 1944.¹⁴⁰

Nos seus quatro artigos, a convenção, que deveria entrar em vigor em 1 de janeiro de 1944, previa o estabelecimento de um novo acordo ortográfico com base nos princípios estabelecidos pelas duas academias no âmbito da discussão das bases do *Vocabulário* de 1940, com a inclusão dos princípios básicos aplicados no *PVOLP*. Além de facilitar um futuro acordo ao ceder o direito às academias para estas poderem resolver quaisquer questões ortográficas em vez de terem que recorrer aos respetivos governos para pedir licença, a convenção previa também uma extensiva colaboração e consulta no futuro.

Contrário ao que afirma a esmagadora maioria das publicações que tentam relatar aspetos da história da ortografia simplificada, deve-se realçar que a convenção de 1943 *não* contém qualquer medida que regulamente diretamente a ortografia como sistema de regras linguísticas. O único papel da convenção de 1943 era, portanto, o de estabelecer as bases legais para que este sistema linguístico pudesse ser alterado futuramente pelas academias.

4.2 A Conferência Interacadémica e o Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro (1945)

A conferência interacadémica, realizada graças à Convenção de 1943, começou com os seus trabalhos em Lisboa, no dia 12 de julho de 1945, onde se tinham reunido os académicos portugueses e brasileiros. A conferência, por sua vez, delegou de entre os seus membros uma *comissão de Redação*, da qual faziam parte os três especialistas mais eminentes dos dois países, nomeadamente o presidente Rui Ribeiro Couto (Brasil) e os vogais José de Sá Nunes (Brasil) e Francisco da Luz Rebelo Gonçalves (Portugal). Iniciados os trabalhos no mesmo dia, a comissão terminou, após 27 sessões (Hauy 1989: 6), em 10 de agosto de 1945, apresentando nas *Conclusões complementares do Acordo de 1931* (DG 273/1945: 1038-1042) o Instrumento do acordo, que foi assinado no mesmo dia pelos outros membros da conferência interacadémica.¹⁴¹

Com base neste instrumento, foram ainda estabelecidas as 51 *Bases Analíticas do Acordo Ortográfico de 1945* (DG 273/1945: 1042-1053), documento este que foi assinado em 25 de setembro. Além disso, foram aprovadas, em 2 de outubro, as *Instruções para o Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa*, o qual viria a ser estabelecido pela Academia das Ciências de Lisboa. O protocolo de encerramento, por fim, foi assinado em 6 de outubro, preconizando a submissão do acordo e dos documentos anexos aos dois governos para a devida oficialização.

Resultado dos dois *Vocabulários* de 1940 e de 1943, o acordo de 1945 reconciliava as divergências existentes nos dois países, procurando estabelecer uma grafia única. Perante a dificuldade da expressão de realidades fonéticas diferentes, foram escolhidas formas únicas predominantes, ora conforme a realidade

137 É o que afirma Delgado (1968: 192). Foi-nos, contudo, impossível verificar esta informação.

138 Ao contrário de qualquer outra fonte, Castro / Duarte / Leiria (1987: 212) indicam, erroneamente, o dia 23 de dezembro de 1943 e não 29 de dezembro de 1943 para a assinatura da convenção.

139 Também aqui Castro / Duarte / Leiria (1987: 212) erram ao indicar a data de 18 de janeiro de 1943, em vez de 1944.

140 República Portuguesa (1944: 84). O opúsculo reúne todos os discursos proferidos pelos deputados naquele dia.

141 Os vogais da Conferência eram Pedro Calmon (Brasil), Gustavo Cordeiro Ramos (Portugal), José Maria de Queiroz Velloso (Portugal), Olegário Marianno (Brasil) e Luiz da Cunha Gonçalves (Portugal), sendo Júlio Dantas (Portugal) o presidente.

portuguesa, ora conforme a brasileira. Verifica-se, no entanto, que a maioria das soluções adotadas no acordo provinha da parte portuguesa, incluindo, claro, o próprio sistema da ortografia simplificada. Se bem que tenham cedido nalguns pontos de (talvez) menor importância, torna-se óbvio que os negociadores portugueses não se deixaram convencer noutros casos que consideravam mais importantes, como, p. ex., na velha questão das consoantes mudas, facto este que Leão (1946: 6) comenta da seguinte maneira:

Não podemos deixar de admitir a necessidade que a Delegação portuguesa teve de ceder em vários pontos a favor da prática brasileira (por vezes desrazoável), como a Delegação brasileira houve de decair também a favor do sistema ortográfico português. Por exemplo, num ponto que, para nós, representa quase que a essência do Acordo - a conservação das letras mudas ou facultativamente proferidas -, a vitória portuguesa (permita-se-nos a expressão) poderia computar-se numericamente em 90%.

Ao lado da publicação no DG (*Acordo* 1945), os documentos do acordo de 1945 foram publicados numa separata de 56 páginas. A primeira edição do opúsculo intitulado *Convenção Ortográfica Luso-Brasileira* saiu ainda à luz em 1945, sendo outra edição, mais divulgada, publicada em 1946, aliás, sem indicação de tratar-se da segunda edição. Foi, portanto, neste opúsculo que o acordo resultante da Conferência Interacadémica ficou designado pela primeira vez como *Convenção*, termo esse que, encontrando-se já aplicado ao documento assinado em 1943, motivou a persistente confusão entre o texto puramente legal de 1943 e o acordo de 1945, de natureza linguística.

4.3 O acordo em Portugal

A aprovação do acordo foi rápida. Em Portugal, o Decreto-Lei n.º 35 228 foi publicado pelo governo português representado por António Óscar de Fragoso

Carmona, António de Oliveira Salazar e José Caeiro da Mata em 8 de dezembro de 1945.

O acordo não só foi tornado oficial em Portugal, mas também nas colónias portuguesas, nomeadamente através da portaria n.º 11 212 de 27 de dezembro (DG 288/1945) passada pelo Ministro das Colónias, Marcelo José das Neves Alves Caetano (cf. Governo-Geral do Estado da Índia 1955:

1). Estando prevista a entrada em vigor a partir da data de publicação, a aplicação da nova grafia foi tornada obrigatória para todas as publicações impressas em Portugal (e colónias) a partir de 1 de janeiro de 1946, ficando desde já estabelecido que os prazos para a aplicação do acordo em livros de ensino e outros casos de exceções deveriam ser regulamentados por portaria individual do Ministro da Educação Nacional.

4.4 O Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa (1947)

É natural que as alterações do acordo tenham alterado o conteúdo dos Vocabulários de 1940 e 1943. Foi, por isso concebido o *Vocabulário Resumido*, obra destinada a servir de vocabulário único para as duas nações. O novo *Vocabulário Resumido* foi elaborado pelos dois filólogos Francisco da Luz Rebelo Gonçalves e José de Sá Nunes (relator), os quais tinham experiência no estabelecimento de vocabulários ortográficos. Como previsto no artigo 2.º do Decreto 35 228 de 1945 (DG 273/1945: 1037), a elaboração do *Vocabulário Resumido* cabia à Academia das Ciências, tendo em vista que a parte brasileira havia, ainda no âmbito da conferência interacadémica, elaborado um "[...] projecto do referido Vocabulário, de que foram presentes à Conferência algumas folhas".¹⁴² O resultado deste esforço, o *Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa*, foi publicado em ambos os países em 1947: o exemplar português é uma obra de XLII, 475 páginas (*Vocabulário Resumido* 1947a), enquanto a versão brasileira tem XLII, 497 páginas

142 DG (273/1945: 1053), parágrafo 4.º do Protocolo de encerramento da Conferência ortográfica de Lisboa.

(*Vocabulário Resumido* 1947b), sendo de notar que ambos os vocabulários se tenham mantido fiéis ao estipulado no acordo.

4.5 O acordo no Brasil

No Brasil, o acordo de 1945 foi oficializado pelo governo de José Linhares através do Decreto-Lei n.º 8 286 de 5 de dezembro de 1945. De maneira diferente ao que acontecia em Portugal, a adesão ao acordo não era unânime no Brasil. Dado que muitos brasileiros viram com maus olhos o 'êxito' que o lado português obteve nas negociações do acordo, começou uma amarga polémica 'anti-acordo', não podendo ser pacificada pelos esforços dos defensores do acordo como José de Sá Nunes.

O que se verificava, no entanto, era que apesar de o acordo ter sido oficializado e tornado obrigatório sem demora, nada acontecia para garantir a sua aplicação prática no Brasil. Na realidade, a 'nova' ortografia estava a ser ora seguida, ora não, de modo que mesmo o *Diário Oficial*, o órgão governamental no Brasil, parece não ter seguido a ortografia decretada nesta publicação (veja-se Melo 1988: 167). Até a "[...] própria Constituição do Brasil, publicada em 1946, não seguiu a reforma de 1945, sendo toda ortografia pelo acôrdo [sic!] de 1943" (Bueno 1958: 288), o que torna evidente que o sistema se encontrava numa posição tão fraca que era inevitável que fosse reforçado ou abolido definitivamente.

Após tanta polémica, a abolição da ortografia de 1945 viria do lado político-legal: devido ao facto de a Convenção de 1943 ter sido apenas promulgada como decreto, sem ter sido ratificada oficialmente (o que, por sua vez, era exigido pela constituição), foi em 20 julho de 1948 que o Presidente Enrico Gaspar Dutra pediu ao Congresso

Nacional que a ratificasse retroativamente, por se tratar do documento em que se baseava o acordo de 1945.¹⁴³ Este pedido de ratificação terá dado início a uma demorada batalha parlamentar que culminou no projeto de lei, apresentado pelo deputado Coelho de Sousa em 14 de dezembro de 1951, que visava revogar o Decreto-Lei n.º 8 286 de 1945, restabelecendo o sistema ortográfico do PVOLP.

Em sequência de tudo isso, foi em 21 de outubro de 1955, que o Presidente João Café Filho promulgou a lei n.º 2 623 que previa o regresso ao sistema ortográfico do PVOLP, sendo, no mesmo instante, ratificada a Convenção de 1943 (cf. *Uniformização* 1970: 325). Apesar do caráter claramente provisório da revogação do acordo, é óbvio que o regresso ao sistema do PVOLP fez com que o acordo de 1945 nunca tivesse uma oportunidade para lançar raízes no Brasil.

5 Novas aproximações interacadémicas

O silêncio oficial entre os dois países perdurou até finais dos anos 60, não sendo as academias, mas sim os filólogos e os linguistas que tentaram encontrar uma solução, partindo dos problemas causados pela falta de uniformidade gráfica.

5.1 A moção do Simpósio Luso-Brasileiro de 1967

Entre 30 de abril e 6 de maio de 1967, realizou-se em Coimbra o 1.º Simpósio Luso-Brasileiro Sobre a Língua Portuguesa Contemporânea. No âmbito deste encontro, na sessão de 4 de maio de 1967, por iniciativa de José Gonçalo Herculano de Carvalho¹⁴⁴ foi apresentada uma moção assinada por alguns dos participantes, destinada a dar um passo na direção de uma simplificação e unificação das

143 Castro / Duarte / Leiria (1987: 214) afirmam que, em 14 de julho de 1948, teria sido o presidente Getúlio Vargas que enviou essa mensagem ao Congresso Nacional. Na retrospectiva dos esforços para uma unificação ortográfica no âmbito de um parecer à proposta de lei do deputado Alceu de Carvalho em 1967, o relator Eurípedes Cardoso de Menezes afirma, porém, que teria sido em 20 de julho de 1948, constatando que o presidente que enviou a mensagem teria sido Enrico Gaspar Dutra (cf. *Uniformização* 1970: 324). Não duvidamos que esteja certa esta afirmação, considerando que Getúlio Vargas somente regressou ao poder em 1950.

144 Carvalho (1997: 42): "Pretendendo que a breve 'Proposta de Unificação e Simplificação da Ortografia' assentasse no mais largo consenso possível, comecei por a submeter ao parecer de 13 filólogos participantes do Simpósio – 6 brasileiros e 7 portugueses – os quais, com uma só exceção, a subscreveram sem hesitar e sem pedir argumentos justificativos". A moção foi assinada por Antenor Nascentes, Joaquim Mattoso Câmara, Sílvio Elia, Gladstone Chaves de Melo, Adriano da Gama Kury, Vitorino Nemésio, Jacinto do Prado Coelho, Luís Filipe Lindley Cintra, Maria de Lourdes Belchior Pontes, Álvaro Júlio da Costa Pimpão, Manuel de Paiva Boléo, Américo da Costa Ramalho, José Gonçalo Herculano de

ortografias da língua portuguesa.

5.2 O projeto n.º 504/67 e a reforma de 1971

Se bem que a moção contasse com a assinatura de muitos académicos influentes tanto de Portugal como do Brasil, não teve grande resultado em Portugal e teria ficado sem efeito se não fosse o deputado paulista Alceu de Carvalho que, em 7 de agosto de 1967, apresentou o projeto de Lei n.º 504/67 para alterar o sistema ortográfico consagrado no *PVOLP* pela Lei de 1955. Neste projeto, o deputado Carvalho propôs a simplificação da acentuação gráfica.

Referindo-se explicitamente à moção do simpósio, o projeto não parou nos pontos expostos na moção, mas, indo mais além, previa não só a abolição do trema, mas também a abolição quase na íntegra do acento grave, deixando de lado a questão das consoantes mudas e da acentuação divergente de esdrúxulas.

Assim, o projeto 504/67 não representava uma solução perfeita e completa para a questão ortográfica, nem parece que foi isso que se pretendeu: tratou-se, sim, de algumas das questões cruciais da ortografia luso-brasileira. Tendo isso em vista, o projeto foi submetido à *Comissão de Educação e Cultura* da Câmara dos Deputados e analisado no parecer do deputado Eurípides Cardoso de Menezes, que, em sessão de 6 de maio de 1970, chegou à conclusão de que nada se deveria fazer sem ouvir a comissão encabeçada por Antenor Nascentes. Esta comissão, que ainda contou com os filólogos e académicos Cândido Jucá Filho, Celso Ferreira da Cunha, Carlos Henrique da Rocha Lima, Olmar Guterres da Silveira, Evanildo Bechara, Aires da Matta Machado Filho e Aurélio Buarque de Holanda, apresentou o seu parecer em

11 de junho de 1970.¹⁴⁵ A comissão, bem como um grupo de professores da Universidade de Brasília, encabeçado por Adriano da Gama Kury, concordou sumariamente com o projeto. Tendo, porém, em mente a Convenção de 1943, viu-se obrigada a indicar que seria indispensável incluir também as duas academias como também a Academia Brasileira de Filologia (fundada em 1944), possibilitando assim a participação do lado português.¹⁴⁶

Feita consulta à Academia das Ciências de Lisboa em 15 de junho de 1970, a comissão composta por Gustavo Cordeiro Ramos, Jacinto do Prado Coelho e Luís Filipe Lindley Cintra (relator) apresentou um parecer positivo em 27 de janeiro de 1971, que foi aprovado pela dita instituição na sessão plenária de 4 de fevereiro de 1971 (Soares 1971: 24-25).¹⁴⁷ Pouco mais tarde, em 22 de abril de 1971, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras assinaram um breve acordo ortográfico, destinado à simplificação ortográfica através da redução da acentuação gráfica.

Na realidade, o pequeno acordo de 1971 mudou pouco. Em Portugal só ficou abolido o acento grave em todas as ocorrências onde não se trate de um resultado da crase (tendo os outros pontos já encontrado uma solução na reforma anterior), enquanto no Brasil a medida constituía uma cesura de maior impacto (mas, note-se, menos dura, pois a proposta da reforma tinha saído do solo brasileiro). A reforma foi promulgada no Brasil em 18 de dezembro de 1971 por Emílio Garrastazu Médici e Jarbas Passarinho como lei n.º 5 765. Além de conter as alterações já referidas, a lei previa a elaboração de um Vocabulário Onomástico, bem como uma re-edição do Vocabulário Comum e do *PVOLP* conforme as novas regras. Se bem que a lei

Carvalho, contando a discussão com a participação de Adriano Leite Teixeira, Walter de Sousa Medeiros, Óscar Lopes, Albertina Fortuna de Barros, Leodegário Amarante de Azevedo Filho, António Gomes Ferreira, Celso Cunha, Adriano Nunes de Almeida, Jorge de Moraes Barbosa, Artur de Almeida Torres, António Salgado Júnior, Custódio Lopes dos Santos, Paulo Quintela e Aryon Dall'Igna Rodrigues (*Atas* 1968: 221-226).

¹⁴⁵ A Comissão da Academia Brasileira de Letras também emitiu parecer positivo, sendo endossado pelos académicos Pedro Calmon, Josué Montello, Afrânio Coutinho, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e Barbosa Lima Sobrinho (cf. Soares 1971: 22-23).

¹⁴⁶ Aparentemente, a ligação entre o projeto de lei como resultado da moção do Simpósio de 1967 e a medida de 1971 foi pouco ou nada percebida. Assim, Castro / Duarte /

Leiria (1987: 216) afirmam: "Esta moção foi bem acolhida no Brasil, mas passou despercebida em Portugal" e notam que se teria feito um 'acordo limitado' entre as duas academias em 1971. É provável que os autores não tenham feito a ligação por desconhecerem o projeto de lei 504/67. Tratando-se de um projeto legislativo que não produziu efeito imediato, não admira que o facto tenha sido pouco divulgado.

¹⁴⁷ Pelo que consta da documentação reunida por Soares (1971: 26-27), a proposta de reforma contou também com o apoio dos Reitores das Universidades de Lourenço Marques (Moçambique) e de Luanda (Angola).

tivesse de entrar em vigor com a publicação, foi estipulado um prazo de quatro anos para que as editoras pudessem adaptar as edições em curso (Hauy 1989: 16).

Ignoramos porquê a ratificação do novo acordo pela parte portuguesa levou tanto tempo para ser oficializada, mas foi só em 6 de fevereiro de 1973 que se publicou o Decreto-Lei n.º 32/73, aprovado por Marcello Caetano e José Veiga Simão e promulgado pelo presidente Américo Thomaz em 1 de fevereiro de 1973. O Decreto-Lei, de forma semelhante à portaria 7117 de 1931, contém somente as alterações que o acordo introduz no sistema português. Não se cita prazo, nem são previstas medidas suplementares, o que nos leva a presumir que estava prevista a entrada em vigor com a publicação.

Ambos os países permaneceram fiéis ao concordado, não havendo, ao contrário do que acontecia a seguir às medidas anteriores, qualquer dúvida em respeito à aplicação do conteúdo do novo acordo.¹⁴⁸ Podemos concluir que, pela primeira vez, Portugal e Brasil chegaram a um acordo luso-brasileiro, porque as disposições desta tentativa entraram e ficaram em vigor até aos nossos dias, tendo a necessidade de simplificação superado qualquer forma de nacionalismo ou egoísmo linguístico.

6 O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)

Face à rapidez e falta de complicação com que se realizou a aproximação de 1971, não admira que os académicos portugueses e brasileiros se vissem motivados para rematar a questão ortográfica através de novo projeto de acordo mais abrangente. Tais foram a tentativa malograda para um projeto de acordo em 1975 bem como o polémico acordo resultante do *Encontro de Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa*, um primeiro encontro plurilateral realizado no Rio de Janeiro de 6 a 12 de maio de 1986. Os estudiosos e os negociadores não se deixaram

desmotivar a ficaram à espera que estas iniciativas poderiam levar a questão ortográfica mais adiante.

Assim, em continuação dos trabalhos já feitos, a comissão Nacional da Língua Portuguesa (CNALP) promoveu um intercâmbio de ideias ortográficas que culminou, em 14 de dezembro de 1988, no envio de um "Anteprojeto de Bases da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa", o qual, com ligeiras modificações, foi aceite na resposta dada em 4 de janeiro de 1989 pela Academia Brasileira de Letras (Alves 1993: XXIII-XXIV). Foi assim que, num encontro na sede da Academia das Ciências de Lisboa em 12 de outubro de 1990, especialistas de todos os países de língua oficial portuguesa, com inclusão de uma "delegação de observadores da Galiza",¹⁴⁹ estabeleceram as bases materiais do novo acordo.

Com base nestes trabalhos, os Ministros de Cultura e detentores de cargos afins dos países participantes assinaram o acordo noutro encontro em Lisboa, realizado em 16 de dezembro de 1990. O acordo consta de duas partes: a primeira parte com as disposições legais, que estabelecem questões como o nome oficial "Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)" (cf. República Portuguesa 1991: 9), a obrigação legal de os países signatários tomarem as medidas necessárias para o estabelecimento de um vocabulário comum até o dia 1 de janeiro de 1993 bem como, finalmente, a entrada em vigor do acordo em 1 de janeiro de 1994, depois de ratificado pelos respetivos governos. A segunda parte, o "ANEXO I", contém, por outro lado, todas as medidas ortográficas em XXI bases.

Ao contrário do que acontecera com o acordo do Rio, o novo acordo, que já em 4 de junho 1991 foi ratificado em Portugal através da Resolução da Assembleia da República n.º 26/91 e pelo Presidente da República Mário Soares no decreto 43/91 de 23 de agosto (cf. *Acordo* 1991), contém medidas menos incisivas.¹⁵⁰ Mesmo que os problemas resolvidos sejam os mesmos, constitui novidade a eliminação das consoantes mudas e a introdução da *dupla grafia oficial*, nomeadamente nos casos

¹⁴⁸ Portugal até introduziu a aplicação da 'nova grafia' nas suas colónias pela portaria n.º 519/73 de 6 de fevereiro de 1973 (cf. Hauy 1989: 7).

¹⁴⁹ República Portuguesa (1991: 9). Nota-se que esta é a única referência oficial à delegação galega que, aliás, já em 1986 esteve representada por um observador.

¹⁵⁰ Para uma análise sucinta mas informativa das principais áreas de conflito dos acordos de 1986 e 1990, veja-se Thielemann (1997).

de consoantes etimológicas, proferidas numa pronúncia culta, noutra não; aplicando-se o mesmo critério à acentuação gráfica, nomeadamente na grafia de vogais tónicas abertas numa das pronúncias cultas, enquanto proferidas tónicas fechadas noutra pronúncia. Esta solução, que levou quase 60 anos para ser adotada com alguma coerência, encontra-se assim fundamentada pelo filólogo brasileiro Antônio Houaiss (1991: 13 e 15):

A unificação da ortografia não implica a uniformização do vocabulário da língua; pelo contrário, respeitando-se as pronúncias cultas de cada país, passa-se a admitir duplas grafias, embora as regras ortográficas sejam as mesmas para todos os países signatários do Acordo.

[...]

O novo Acordo privilegia o critério fonético em detrimento do etimológico, ou seja, é o critério da pronúncia que justifica a existência de grafias duplas e a supressão das consoantes 'mudas' ou não articuladas.

No Brasil, a aprovação do texto do acordo foi promulgada através do Decreto Legislativo do Presidente José Sarney n.º 54 de 1995, de 18 de abril.

6.1 O (Primeiro) Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1998)

Uma vez que o acordo ortográfico de 1990 tinha sido ratificado em Portugal em 1991 e no Brasil em 1995, tornava-se impossível que o acordo entrasse em vigor de forma simultânea para estes dois países no dia 1 de janeiro de 1994. Sendo inegável que o acordo não motivou de imediato as ondas de contestação que se verificaram em 1986, a resistência ao acordo de 1990 foi, na verdade, bastante mais tácita, facto este que se manifesta no atraso da entrada em vigor do acordo.

Para remediar o empate em que se encontrava a aplicação do acordo, os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) chegaram a assinar o *Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* no encontro realizado na Praia (Cabo Verde), em 17 de julho de 1998, tendo sido estabelecidas as seguintes alterações ao artigo 3.º do acordo:¹⁵¹

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor após depositados os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo da República Portuguesa (1.º Protocolo 2000: 368).

Assinado, como já se afirmou, em 17 de julho de 1998, este *Primeiro Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* somente foi aprovado pela Assembleia da República Portuguesa em 18 de novembro de 1999, tendo a ratificação sido decretada pelo Presidente da República Jorge Sampaio aos 28 de janeiro de 2000.

6.2 O Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (2004)

Uma vez, porém, que o *Primeiro Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* estabeleceu, embora de uma forma algo vaga, que o Acordo de 1990 entraria em vigor depois de depositados os documentos comprovativos da ratificação de cada um dos oito países que se tinha comprometido a adotar o acordo nos seus países, mostrou-se necessário que era indispensável escolher um critério que viabilizasse a entrada em vigor mesmo perante a falta de semelhante ato declaratório de outros países aderentes ao acordo.

Foi assim que se aprovou, no âmbito da V. Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP de 25 de julho de 2004 em São Tomé e Príncipe, para além de facilitar a adesão de Timor-Leste ao acordo, um regime diferente destinado a pôr em prática a realização do acordo:

151 O Artigo 2.º do acordo ortográfico previa a elaboração do 'vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa' até 1 de janeiro de 1993. Dado que este prazo não tinha sido

cumprido, o primeiro protocolo modificativo retirou esta data, possibilitando assim a elaboração do vocabulário ortográfico quando a sua elaboração fosse possível.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor com o terceiro depósito de instrumento de ratificação junto da República Portuguesa (2.º Protocolo 2008: 4803).

O *Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* foi aprovado pela Assembleia da República Portuguesa em 16 de maio de 2008, tendo a ratificação sido decretada pelo Presidente da República Aníbal Cavaco Silva através do Decreto do Presidente da República n.º 52/2008, de 29 de julho. Cumprido, desta forma, o dever de participação da República Portuguesa na oficialização do acordo, o decreto presidencial ainda fornece as seguintes informações sobre a entrada em vigor do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*:

1 — O depósito, pela República Portuguesa, do instrumento de ratificação do Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa não prejudica a validade da ortografia constante de atos, normas, orientações ou documentos provenientes de entidades públicas, de bens culturais, bem como de manuais escolares e outros recursos didático-pedagógicos, com valor oficial ou legalmente sujeitos a reconhecimento, validação ou certificação, à data existentes.

2 — No prazo limite de seis anos após o depósito do instrumento de ratificação do Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, a ortografia constante de novos actos, normas, orientações, documentos ou de bens referidos no número anterior ou que venham a ser objecto de revisão, reedição, reimpressão ou de qualquer outra forma de modificação, independentemente do seu suporte, deve conformar -se às disposições do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

3 — O Estado Português adoptará as medidas adequadas a salvaguardar uma transição sem rupturas, nomeadamente no que se refere ao sistema educativo em geral e, em particular, ao ensino da língua portuguesa, com incidência no currículo nacional, programas e orientações curriculares e pedagógicas (2.º Protocolo 2008: 4784).

Com estas palavras cuidadosas fica manifesta a vontade do parlamento e da presidência da República de estabelecer o novo regime ortográfico ao longo do período de transição de seis anos.

6.3 Avaliação do papel do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Devido ao estabelecido no *Segundo Protocolo Modificativo*, esta data dependeria do depósito dos documentos de ratificação junto com a República Portuguesa. Sabe-se que não só Portugal mas também Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Brasil, como ainda Timor já depositaram os respetivos instrumentos de ratificação junto com o MNE português. Ora, se bem que pareça que os documentos de ratificação de convénios internacionais normalmente carecem de ser publicados no *DR* para terem validade legal em Portugal, pode-se constatar que as exigências do *Segundo Protocolo Modificativo* foram respeitadas, pelo que a lógica do próprio documento leva a concluir que não há nenhuma razão para duvidar que a intenção dos representantes dos governos tenha sido que o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* tenha já entrado em vigor desde o momento do depósito do terceiro instrumento de ratificação.

Perante a panorâmica descrita da história da ortografia simplificada torna-se, portanto, óbvio que o *Segundo Protocolo Modificativo* não é meramente mais um de muitos episódios na história da ortografia simplificada, mas sim um importantíssimo sinal de esperança para todos aqueles que em boa-fé desejam que a longa luta em prol de uma unificação ortográfica entre os países de língua oficial portuguesa tenha, finalmente, um desfecho positivo.

7 Conclusão

Ao longo de todo o século XX, a ortografia da língua portuguesa em Portugal e no Brasil foi sujeita a um número considerável de reformas de natureza oficial e

semioficial. Estas mudanças fizeram com que o sistema fonético-etimológico, estabelecido de modo científico por Gonçalves Viana, cedesse, com o último acordo, a outro sistema em que prevalece não só o critério fonético. Com a entrada em vigor do novo acordo, os utentes da língua portuguesa passam a dispor de um sistema de escrita que garante uma maior unificação nos pontos em que é possível a união, oferecendo, por outro lado, o critério da dupla grafia quando as normas cultas divergirem.

O percurso descrito torna óbvio que a unificação ortográfica era um fim difícil de atingir enquanto todos os envolvidos não partilhassem o mesmo grau de sinceridade quanto ao estabelecimento de uma ortografia tão única quanto possível. Pode-se, no entanto, constatar que as considerações nacionalistas que impediram uma unificação ortográfica em tentativas anteriores pertencem ao passado. Felizmente, nos tempos mais modernos, estas considerações de natureza egoísta ou nacionalista, próprias dos anos vinte a cinquenta, deixaram de ter importância. Como demonstrou o entendimento a que chegaram os académicos brasileiros e portugueses no acordo de 1990, é possível os dois grandes 'adversários' em matéria ortográfica fazerem as pazes.

É possível que o resultado destes louváveis esforços, o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* não seja o sistema de normas ortográficas mais perfeito, mais coerente ou mesmo mais bem elaborado que se poderia imaginar para a língua portuguesa. Acharmos, no entanto, que se trate, isso sim, da melhor proposta para um sistema de ortografia portuguesa que deverá funcionar para a comunicação entre quatro continentes, um sistema que permitirá, postas de lado quaisquer questões extra-ortográficas e extralinguísticas, que venha, finalmente, a haver uma "ortografia simplificada e unificada" da língua portuguesa no mundo e para todos os falantes e escreventes da língua portuguesa!

O Papel do Segundo Protocolo ao Acordo Ortográfico de 1990 na História da Ortografia Simplificada

1. Cronologia

Portugal		BRASIL	
	1880	1880	
Gonçalves Viana : <i>Bases da Ortografia Portuguesa</i> (1885)			
Portaria estabelece 'ortografia usual' (24 de Setembro de 1897)	1890	1890	FUNDAÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1891)
			Assis Brasil propõe reforma luso-brasileira na ACL (1898)
Gonçalves Viana : <i>Proposta de um questionário</i> (1900)	1900	1900	ABL introduz ortografia ligeiramente simplificada (1907)
Portaria define 'ortografia usual' (8 de Fevereiro de 1901)			
Gonçalves Viana : <i>Ortografia Nacional</i> (1904)			
Gonçalves Viana : <i>Vocabulário Ortográfico e Ortoépico</i> (1909)			

Portugal			BRASIL			Portugal			BRASIL		
FUNDAÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (1910)	1910		1910	ABL propõe acordo interacadémico luso-brasileiro (1911)		Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro (1931) com alterações unilaterais	1930		1930	Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro (1931) com leves alterações	
Reforma oficial para a unificação da ortografia (1911)				ABL adota a ortografia oficial portuguesa (1915)						ABL: <i>Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa</i> (1933)	
Bases ortográficas para o <i>Dicionário</i> da ACL (1912)				ABL revoga as reformas e regressa à ortografia usual (1919)		ACL propõe revisão do Acordo Ortográfico de 1931 (1939)				Constituição restabelece a ortografia usual (1934)	
				▼						Distrito Federal regressa à ortografia simplificada (1935)	
Reforma da ortografia oficial simplificada (1920)	1920		1920	Fixação da ortografia no plano do <i>Diccionario</i> da ABL (1924)						Regresso à ortografia académica / Comissão Capanema (1937)	
ACL propõe acordo interacadémico luso-brasileiro (1923)				ABL adota o <i>Formulário Ortográfico da RLP</i> (1926)						Decreto restabelece a ortografia de 1931 com leves alterações (1938)	
				ABL ratifica, com leves alterações, a reforma de 1907 (1929)							

Portugal		BRASIL		Portugal		BRASIL	
ACL: Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (1940)	1940	1940	ABL: Instruções para a Organização do VOLP (1942)	Reforma ortográfica reduz acentuação gráfica (1971)	1970	1970	Reforma ortográfica reduz acentuação gráfica (1971)
Convenção Ortográfica Luso-Brasileira (1943)			ABL: Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (1943)	Projeto de Acordo interacadémico (1975)			Projeto de Acordo interacadémico (1975)
Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro (1945)			Decretada a Convenção Ortográfica Luso-Brasileira (1944)		1980	1980	
ACL: Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa (1947)			Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro (1945)	ACL: Anteprojeto de Bases da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa (1988)			Encontro de Unificação Ortográfica no Rio (1986)
			ABL: Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa (1947)	Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)	1990	1990	Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)
			Presidente Dutra pede a ratificação da Convenção (1948)	Ratificação do Acordo Ortográfico (1991)			
	1950	1950	Projeto de abolição do acordo no Congresso Nacional (1951)	[Data de entrada em vigor do Acordo Ortográfico – sem efeito]			[Data de entrada em vigor do Acordo Ortográfico – sem efeito]
			Regresso ao sistema do PVOLP de 1943 (1955)	(1.º) Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico (1998)			Aprovação do Acordo Ortográfico (1995)
Moção no Simpósio Luso-Brasileiro (1967)	1960	1960	Projeto de lei n.º 504 do deputado Alceu de Carvalho (1967)				(1.º) Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico (1998)



BRASIL			BRASIL		
Portugal				Portugal	
Ratificação do (1.º) Protocolo Modificativo (2000)	2000	2000		O aviso 255/2010 do MNE de Portugal de 13 de setembro de 2010 torna público que foram feitos os depósitos dos instrumentos de ratificação do Brasil, de Cabo Verde (aos 12 de junho de 2006), de São Tomé e Príncipe (aos 6 de dezembro de 2006), bem como de Portugal (13 de maio de 2009) junto com o MNE como representante da República Portuguesa, tendo assim sido cumprido o estipulado do 2.º Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico e ficando assim manifesto que o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 está efetivamente em vigor em todos os países signatários do Acordo Ortográfico e do 2.º Protocolo Modificativo.	
2.º Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico (2004)			Ratificação do 2.º Protocolo Modificativo (2004)		
Ratificação do 2.º Protocolo por Cabo Verde (2005)			Data de entrada em vigor a nível geral (2007)		
Ratificação do 2.º Protocolo por São Tomé e Príncipe (2006)			Data de entrada em vigor do Acordo Ortográfico (2009)		
Data de entrada em vigor a nível geral (2007)					
Ratificação do 2.º Protocolo Modificativo por Portugal (2008)					
Data retroativa de entrada em vigor do Acordo ortográfico (2009)					
(2009)Entrada (2009)					
Aviso 255/2010 testemunha entrada em vigor (2010)	2010	2010			
			▼ fim!(?)		

2 Referências bibliográficas

2.1 Literatura ativa e passiva

Atas (1968) = I Simpósio Luso-Brasileiro Sobre a Língua Portuguesa Contemporânea (1968) Atas, Coimbra: Coimbra Editora.

Aguiar, Gentil de (1984) «Ortografia portuguesa e etimologia» in *Estudos Leopoldenses* 21, 1-216.

Albuquerque, A[rci] Tenório d' (1953) *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa: Organizado com base nas «Instruções» da Academia Brasileira de Letras de 1943*, Rio de Janeiro: Editora Aurora.

Alves, Manuel dos Santos (1993) *O Novo Acordo Ortográfico*, Lisboa: Universitária Editora.

Americano, Renato (Editor) (1935) *Sobre a Questão Ortográfica: A valiosa opinião do notável professor Antenor Nascentes, Do Colégio Pedro II e do Instituto de*

Educação, E o voto, brilhantemente fundamentado do Ministro Costa Manso, Da Corte Suprema, Rio de Janeiro: Oficina Gráfica de Renato Americano.

Assunção, Mota (1933) *Origens e Ortografia da língua brasileira: O 'Livro Branco' do acordo ortográfico luso-brasileiro*, Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes.

BACL (ano) = *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, vários anos.

Barreto, Carlos Eduardo (organizador) (1971) *Constituições do Brasil*, 2 volumes, São Paulo: Edição Saraiva.

Bases (1911) = Ministério do Interior, Direção-Geral de Instrução Secundária e Especial (1911) *Bases para a Unificação da Ortografia que deve ser adoptada nas Escolas e Publicações Oficiais: Relatório da comissão nomeada por Portaria de 15 de Fevereiro de 1911, Novamente revista pelo relator*, Lisboa: Imprensa Nacional.

Bases (1916) = Academia das Ciências de Lisboa (1916) *Bases da Ortografia que deve ser Adoptada no Dicionário da Academia: Relatório da comissão do Dicionário*, Lisboa: Imprensa Nacional.

Bueno, Francisco da Silveira (1958) *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Livraria Académica.

Carvalho, José G[onçalo] Herculano de (1997) "Ortografia e as Ortografias do Português" in *Confluência* 13, 39-46.

Castro, Ivo / Duarte, Inês / Leiria, Isabel (Organizadores) (1987) *A Demanda da Ortografia Portuguesa*, Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Conferência interacadémica (1947) = Academia das Ciências de Lisboa (1947) *Conferência interacadémica luso-brasileira de Lisboa para a unidade da língua escrita: discursos e alocuções*, Lisboa: sem editora.

Constituição (1934) = Serviço de Publicidade da Imprensa Nacional (1934) *Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

Convenção (1945) = República Portuguesa (1945; 1946) *Convenção Ortográfica Luso-Brasileira: Decreto N.º 35:228 de 8 de Dezembro de 1945*, Lisboa: Imprensa Nacional.

DG (ano) = *Diário do Governo*, até 1974, cf. 8.2. Textos legais.

Delgado, Manuel Joaquim (1968) *Estudos Linguísticos: O Idioma Português*, Lisboa: Editorial Império.

DR (ano) = *Diário da República*, desde 1974, cf. 8.2. Textos legais.

Figueiredo, [António] Cândido de (1929) *A Ortografia no Brasil*, Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C.^{ta}.

Freire, Laudelino (organizador) (1926) «Formulário Orthographico da Revista de Lingua Portuguesa: Organizado por Laudelino Freire, Aprovado e adoptado pela Academia Brasileira de Letras», em *RLP* (1926: 7-24).

Freire, Laudelino (organizador) (s.d.) *Formulário Orthographico da Revista de Lingua Portuguesa: Organizado por Laudelino Freire, Aprovado e adoptado pela Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro: Edição da Revista de Lingua Portuguesa.

Gonçalves, Francisco da Luz Rebelo (1947) *Tratado da Ortografia*: Coimbra: Atlântida.

Governo Geral do Estado da Índia (1955) *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: Acordo resultante da Conferência Interacadémica de Lisboa para a unidade ortográfica da língua portuguesa de 10 de Agosto de 1945*, Goa: Imprensa Nacional.

Hauy, Amini Boainain (1989) *Acentuação Gráfica em Vigor*, São Paulo: Editora Ática.

Horta, Brant (1939) *Vocabulário Ortográfico Oficial: De acordo com o Decreto-lei N. 292 de 23 de Fevereiro de 1938*, Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa Editora.

Houaiss, Antônio (1991) *A Nova Ortografia da Língua Portuguesa*, São Paulo: Editora Ática.

IBGE (1941) = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1941) *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Ortografia: (Documentário oferecido e dedicado à Academia Brasileira de Letras)*, Rio de Janeiro: sem editora.

Instruções (1942) = Academia Brasileira de Letras (1942) *Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Nacional*, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Kemmler, Rolf (2001): «Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911» in *Lusorama* 47-48, 128-319.

Kemmler, Rolf (2009): "Para a história da ortografia simplificada". In Maurício Silva (Org.) *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*, São Paulo: Editora Contexto, 53-94.

Leão, António da Costa (⁵1934) *Prontuário de Ortografia*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

Leão, António da Costa (¹¹1946) *Prontuário de Ortografia*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

Melo, Gladstone Chaves de (⁶1988) *Iniciação à Filologia e à Linguística Portuguesa*, Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

Monteiro, Clóvis (1954) *Ortografia da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Tip. Do Internato do Colégio Pedro II.

Pinto, Álvaro (1931) *A Nova Ortografia e o Desacordo Reinante*, Rio de Janeiro: Edição de Terra de Sol.

PVOLF (1943) = Academia Brasileira de Letras (¹1943) *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

RAL (ano) = *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, a partir de 1910.

Relatório (1914) = Academia das Ciências de Lisboa (1914) *Relatório Apresentado à Assembleia Geral sobre o Convite para Colaboração na Reforma da Ortografia Portuguesa feito à Academia Brasileira de Letras*, Lisboa: Imprensa Nacional.

República Portuguesa (1944) *Convenção Ortográfica Luso-Brasileira*, Lisboa: Assembleia Nacional.

República Portuguesa (1991) *Acordo Ortográfico da língua portuguesa: Decreto do Presidente da República n.º 43/91, de 23 de Agosto, Resolução da Assembleia da República n.º 26/91*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

RLP (ano) = *Revista de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, consultada a partir de 1926.

Soares, Alexandre de Souza (²1971) *Nova ortografia: Todas as normas de ortografia aprovadas pela Academia Brasileira de Letras - Vocabulário de palavras alteradas - Pareceres Oficiais, Guia prático para a arte de escrever sem erros*,

Segundo o último acordo Brasil-Portugal, homologado pela Lei n.º 5.765, de 1971, Rio de Janeiro: Editora H.A. Mac Culloch.

Thielemann, Werner (1997) "Acordo ortográfico - Zaubermel oder endlose Querele?". In: Dietrich Briesemeister, / Axel Schönberger (Hrsg.) *Portugal heute: Politik - Wirtschaft - Kultur*, Frankfurt am Main: Vervuert (Bibliotheca Ibero-Americana; 64), 429-460.

Uniformização (1970) = «Uniformização da Ortografia Luso-Brasileira», em: *Revista de Portugal: Série A - Língua Portuguesa* (Vol. XXXV, 1970), págs. 322-328.

Viana, Aniceto dos Reis Gonçalves (1900) *Proposta de um Questionário para se formularem as regras de Orthographia Portuguesa Uniforme tendo-se em atenção as principiaes divergencias que se observam na maneira por que se encontram escritos os vocabulos portugueses nos diferentes escritores antigos e modernos: Proposta apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa Na sessão ordinaria de 10 de maio de 1900*, Lisboa: Por ordem e na Typographia da Academia.

Viana, A[niceto dos] R[eis] Gonçalves (1904) *Ortografia Nacional: simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*, Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso.

Viana, A[niceto dos] R[eis] Gonçalves (¹1909) *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa: Conforme a Ortografia Nacional Do mesmo autor*, Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C.^{ta}.

Viana, Aniceto dos Reis Gonçalves (¹1912) *Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa*, Lisboa: Aillaud, Alves & C.^{ia}.

Viana, A[niceto dos] R[eis] Gonçalves; Abreu; Guilherme [Augusto] de Vasconcelos (1885) *Bases da Ortografia Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional.

Vocabulário (1933) = Academia Brasileira de Letras (1933) *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa: Organizado pela Academia Brasileira de Letras de Acôrdo com a Academia das Ciências de Lisboa, Vocabulário Oficial*, Rio de Janeiro: Z. Bonoso & Cia.

Vocabulário (1940) = Academia das Ciências de Lisboa (1940) *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional.

Vocabulário Resumido (1947a) = Academia das Ciências de Lisboa (1947) *Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional.

Vocabulário Resumido (1947b) = Academia Brasileira de Letras (1947) *Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa: organizado em conformidade com o que decidiu a Conferência Interacadémica de Lisboa e aprovado pelo decreto-lei n.º 8.286, de 5 de Dezembro de 1945*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

2.2 Textos legais

Acordo (1931a) = «Instrumento do acôrdo firmado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, em 30 de Abril de 1931, para a unidade ortográfica da lingua portuguesa», in *DG*, 1.ª Série, 120, de 25 de maio de 1931, págs. 907-908.

Acordo (1931b) = «Portaria n.º 7.117 de 27 de Maio de 1931», in *DG* 126, de 1 de junho de 1931, p. 1028.

Acordo (1945) = «Decreto n.º 35:228», in *DG*, 1.ª Série – 273, de 8 de dezembro de 1945, págs. 1037-1053.

Acordo (1971) = «Decreto n.º 32/73 de 1 de Fevereiro de 1973», in *DG* 31, de 6 de fevereiro de 1973, págs. 169-170.

Acordo (1991) = «Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa», in *DR*, 1.ª Série - A, 193, de 23 de agosto de 1991, págs. 4370-4388.

Portaria (1920) = «Portaria n.º 2.553 de 29 de Novembro de 1920», in *DG* 266, de 30 de dezembro de 1920, págs. 1768-1773.

1.º *Protocolo* (2000) = «Decreto do Presidente da República n.º 1/2000», em *DR*, 1.ª Série - A, 23, de 28 de Janeiro de 2000, pág. 368.

2.º *Protocolo* (2008) = «Decreto do Presidente da República n.º 52/2008», em *DR*, 1.ª Série - A, 145, de 29 de Julho de 2008, págs. 4784, 4802-4803.

Aviso (2010) = «Aviso n.º 255/2010», in: *DR*, 1.ª Série, 182, de 17 de setembro de 2010, pág. 4116.

34. ROSÁRIO GIRÃO DOS SANTOS, UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA



MARIA DO ROSÁRIO GIRÃO RIBEIRO DOS SANTOS, docente e investigadora na Universidade do Minho, doutorou-se na Universidade do Minho, em 1993, com uma tese intitulada *À sombra de Baudelaire. Estudo da receção de Baudelaire na Literatura Portuguesa. Do romantismo ao modernismo*.

Desde então, tem-se consagrado ao ensino da literatura comparada e da literatura francesa, bem como à orientação de teses de Mestrado e de Doutoramento.

Tendo participado em muitos Colóquios, nacionais e internacionais, publicou, em 2007, “Os Fantasmata de Troia: *La Bella Elena*” e, em 2009, “*Monsieur Proust: O Homem das Leituras Solitárias*”.

É, atualmente, Diretora do Departamento de Estudos Românicos e do Master em Estudos Franceses, encontrando-se a preparar, de parceria com a Dr.ª Helena Chrystello, uma *Antologia de Escritores Açorianos Contemporâneos*.

A publicação do seu próximo ensaio intitulado *O Retrato do Artista na Ficção* está prevista para Janeiro de 2011.

Integrará a comitiva dos Colóquios a Macau em 2011.

TEMA 1. ABÍLIO, FERNANDO, GIBICAS E ADRIANO: A AÇORIANIDADE NO ENTRE CÂ E LÁ...

Desde sempre que a infância se tem vindo a firmar como tema privilegiado de artistas, escritores e poetas, que tanto a evocam como “âge d’or” irreversível como irrevogavelmente deploram o seu pendor traumático. Paraíso ou Purgatório perdidos, mas invocados pela pena do adulto que se deleita na sua revisitação, eufórica e disfórica, não raro surge a meninice como etapa inicial e iniciática da aprendizagem de vida, mercê da relação (e inversão ou subversão...), mais ou menos conflituosa, entre o mestre e o discípulo, coadjuvada pela figura do cúmplice.

Assim é que o nemesiano Abílio se vê forçado a rumar ao Brasil por ser “cabeça de boga” ou, mais bem dito, por obter no exame a menção de suficiente, que tanto desilude seu pai e afasta Lucinda, sua namorada, como consolida a amizade por Matesinho, aprovado com distinção. Por sua vez, Fernando (“A leitura da Bíblia” de Cristóvão de Aguiar), ao questionar as inquestionáveis verdades bíblicas lidas ao serão ‘clandestino’, torna-se vítima quer da ameaça de excomunhão por parte do Sr. Padre, quer dos “picanços aguçados” de uma cana-da-índia com que o progenitor recompensa o seu espírito crítico, tido por heresia, arrependendo-se, entretanto, do castigo infligido e anelando embarcar para a América, paradigma de liberdade. Uma visão diferente do Novo Mundo tem Gibicas, herói da novela epónima de Vasco Pereira da Costa, que, professor de ‘Vitalogia’, verbera os Americanos da Base por defraudarem as expectativas remuneratórias do *pater familias* (despedindo-o quando desnecessário...) e refuta o coro dos “Thank you”, hino à prepotência orquestrado por Mestre Honório. Nos antípodas de Gibicas vem Adriano (Onésimo Teotónio Almeida), variavelmente focalizado, renegar as suas origens terceirenses,

patentear o seu ódio pelos micalenses, jactando-se com as suas “bísinas”, ultrapassando a sua condição humilhante de emigrado e triunfando, mercê do seu pragmatismo, como aculturado ‘l(USA)landês’.

No *entre cá e lá*, vai-se esboçando, numa perspetiva diacrónica, o conceito-imagem de açorianidade, filtrado pela convergência e divergência de olhares, submissos e irreverentes, de homens de palmo e meio, ‘vencidos da vida’ ou dela vitoriosos.

Nucibus relictis (quando deixamos de jogar às nozes)

Um *home* é um *home* (Cristóvão de Aguiar, 2003: 95)

Antes de procedermos à apresentação quadripartida dos nossos convidados de honra ficcionais - Abílio, Fernando, Gibicas e Adriano -, dispensando a apresentação dos seus quatro criadores - Vitorino Nemésio, Cristóvão de Aguiar, Vasco Pereira da Costa e Onésimo Teotónio Almeida -, ‘brinquemos’ aos conceitos, jogando menos com o ‘Demónio da teoria’ do que com uma teoria ‘salvífica’ desaguando numa crítica sinónima de “discours sur les oeuvres littéraires qui met l’accent sur l’expérience de la lecture.” (Compagnon, 1998: 20). Tal introito teórico afigura-se tão mais necessário quanto problemáticos se revelam a noção de “Bildung”, os seus tentames de tradução a partir da língua alemã, bem como a sua irradiação em subgéneros narrativos afins - embora estes não sejam entidades estáticas, à imagem do sistema literário caracterizado pela tensão entre homeostase e homeorrese (Ribeiro, 1998: 17) -, de entre os quais ressalta o “Bildungsroman”. É neste contexto específico que as opiniões avalizadas de certos críticos precursores do domínio teórico em apreço não deixam de diferir: se, para Lukács, na sua *Teoria do Romance*, o “Bildungsroman”, avatar degradado de um género que aparece como reflexo nostálgico de um paraíso perdido¹⁵², surge sob a égide da decadência, destacando-se pela sua posição intermediária entre o abstrato idealismo quixotesco e o

152 Ver, a este respeito, Lukács Georg (1968: 84): “Le roman est l’épopée d’un monde sans dieux; la psychologie du héros romanesque est démoniaque, l’objectivité du roman, la virile et

mûre constatation que jamais le sens ne saurait pénétrer de part en part la réalité et que pourtant, sans lui, celle-ci succomberait au néant et à l’inessentialité.”

flaubertiano romantismo da desilusão (patente em *L'Éducation Sentimentale*), para Bakhtine a mesma categoria histórica é fruto de um lento processo de maturação, resultado de um progresso inequívoco¹⁵³. Por seu turno, Robert Grandroute, partindo de certas afinidades nucleares, estabelece uma divergência crucial entre romance de formação e romance pedagógico: enquanto o romance pedagógico é um romance de formação no qual a pedagogia predetermina o itinerário formativo, é o decurso da formação, no romance homónimo, que põe a nu a pedagogia, ambos apelando para o esforço, para o empenho e para a experiência pessoais (1985: 4). Quanto a François Jost, ele debruça-se, de modo rigoroso, sobre as relações entre romance de formação, romance de desenvolvimento, romance de educação e autobiografia. Por um lado, o romance de desenvolvimento é mais genérico do que o “Bildungsroman” (vulgarmente traduzido por romance de aprendizagem¹⁵⁴ e /ou por romance de formação), tendo em conta que raras são as obras passíveis de não contemplação da curva evolutiva do protagonista patente na sucessividade de episódios de vida que se encadeiam por elos mais ou menos lógicos; por outro, o romance de educação manifesta o seu carácter mais restrito ou redutor, atendendo à prescrição de uma formação dirigida, a cargo de um mestre responsável por um programa de estudo(s). Constituindo, em geral, uma espécie de autobiografia mal simulada ou dissimulada, ao longo da qual os escritores dissecam a assunção de certas atitudes perante a vida, as personagens se movem num universo de realidades que intentam dominar e o *explicit* prima pela ausência da morte (Jost, 1969: 99-100), o “Bildungsroman” não tem como escopo, ao invés da autobiografia, a revisitação totalizante da trajetória humana¹⁵⁵, limitando-se, como protonarrativa, ao seu exórdio ou prelúdio: “[...] la historia de una educación, de un irse haciendo un hombre, de las experiencias, sacrificios, aventuras, por las que viaja hacia la

búsqueda, la conquista de su madurez.” (Goyanes, 2001: 35). Assim sendo, e numa curiosa teia urdida de empréstimos, o romance de formação vai buscar ao romance biográfico a sua estrutura temporal (linear, na maioria dos casos), ultrapassa a narrativa de viagens, onde o protagonista se desloca como um peão e persiste na ignorância do devir (Locatelli, 1998: 36), e posta-se diante do romance de aventuras, que nem privilegia a interação homem-mundo nem fomenta a cristalização caraterológica, optando apenas por inculcar ao seu herói aventureiro marcas de envelhecimento e por introduzi-lo, de certo modo, na antecâmara da morte. Do mesmo modo, o romance de formação diverge do romance de cavalaria, que põe em cena um herói estático cuja personalidade impossibilita modificações de relevo, bem como do romance picaresco, que tanto prescinde de continuidade no processo de educação como enfatiza o papel do acaso no percurso vivencial. Importa, porém, realçar que o determinismo inerente ao nascimento, de baixa origem, do pícaro não inviabiliza a sua conversão tendente a uma rutura com a mafeitoria condenável. Ainda nesta sequência, o “Bildungsroman” afasta-se do romance de renascimento (“novel of rebirth”) pela faixa etária do seu protagonista masculino (Pinto, 1990: 15-16), infantil ou préadolescente (e não mulher feita e ‘madura’) e pela busca da sua integração social (e não de integração espiritual), diferenciando-se do romance de iniciação pela ausência quer da função em geral sacralizada do cenário que acolhe o neófito, quer da “*esperienza cruciale di trasformazione radicale [...] Su questo punto potrebbe giocarsi la differenza fra Bildungsroman e romanzo d’iniziazione: romanzo di formazione il primo, di trasformazione il secondo; progresso graduale vs metamorfosi.*” (Cabibbo e Goldoni, 1983: 41). Nesta ordem de ideias, uma história de aprendizagem pode definir-se sintagmática e paradigmaticamente: a nível sintagmático, sobressaem as duas transformações paralelas que afetam o

153 Ver, sobre este assunto, Bakhtine, Mikail (1979: 229): “L’évolution de l’homme y est indissociable de l’évolution historique. La formation de l’homme se fait dans le *temps historique* réel, nécessaire, avec son futur, avec sa profonde chronotopicit  .” Ali  s, para este crítico, “Il s’agit, avant tout, d’isoler le principe déterminant de la formation de l’homme.” (1979: 226).

154 Segundo Locatelli, Aude (1998: 30), “La notion d’apprentissage, qui renvoie au sens propre à l’état d’apprenti, à l’action d’apprendre un métier en général manuel, même si elle peut englober par extension tout acte d’apprendre, nous paraît moins apte à rendre compte de la ‘formation musicale’ des protagonistes de nos romans, [...]”.

155 Ver, a este respeito, Miraux, Jean Philippe (1996: 54): “Tournée vers l’intérieur du roman, elle [l’‘autobiographie] tente de retracer le parcours qui a motivé l’écllosion d’une personnalité et le cheminement d’une vie. Mais tournée vers l’extérieur, elle cherche aussi à se r  appropri  r un monde perdu pour comprendre le monde présent.” Ver, também, p. 63: “[...] l’on peut admettre que l’autobiographe parcourt le chemin qui va de la naissance au moment de l’énonciation, mais plus profondément, son cheminement est celui qui le mène de la décision d’écrire à l’écriture. Alors, cet   trange lieu o   le temps devient achronique permet    l’oublieuse mémoire de se manifester.”

protagonista e desembocam na transição da autoignorância para o conhecimento de si e na passagem da passividade para a ação; numa perspetiva paradigmática, sublinhe-se a aglutinação das categorias actanciais sujeito, objeto e destinatário num só ator, o qual percorre o mundo (sujeito) para fazer jus à divisa do templo de Delfos (“Conhece-te a ti próprio”) - objeto -, tornando-se o único beneficiário do conhecimento autoadquirido. Decisiva, em termos definitórios, não deixa de ser a existência de dois espaços ideológicos distintos, porventura equivalentes aos do mestre e discípulo (ou ‘contramestre’ e antidiscípulo), contrariamente valorizados por um narrador, voz da autoridade, que encarna o supersistema ideológico: “[...] *nous acceptons comme vrai non seulement ce que le narrateur nous dit des actions et des circonstances de l’univers diégétique, mais aussi tout ce qu’il énonce comme jugement ou comme interprétation. Le narrateur devient ainsi non seulement source de l’histoire mais aussi interprète ultime du sens de celle-ci.*” (Suleiman, 1979: 28).

Esta instância narrativa cede, por vezes, a voz a um narrador na primeira pessoa, interposto (segundo José Martins Garcia) ou intraficcional (na ótica de Paulo Meneses), como é o caso de Mateus Queimado, alterónimo de Vitorino Nemésio, que assina sete narrativas de *O Paço do Milhafre*, de entre as quais avulta “Cabeça de Boga”¹⁵⁶. Nesta última perpassam, bem ao gosto de Nemésio, sucessivas imagens nucleares e antinomias, explícitas ou implícitas, quer de teor geográfico - Ilha *versus* não Ilha / mar¹⁵⁷ *versus* terra -, quer de ordem sociológica, configurando o universo dos comerciantes e dos pescadores terceirenses¹⁵⁸, o primeiro emblemático por Abílio e Matesinho, representado o segundo pelo Francisco da

Segunda e pelo Tiazé: “*Os desafios eram principalmente para os que tinham pai pescador, acostumados ao falatório nas vendas até que horas!, às pragas do puxar da rede, às juras terríveis das mães tratando-se de curtas e compridas nos lavadouros públicos, [...] Nós, ‘os da terra’, brincávamos a outras coisas. Os nossos pais tinham escritórios ou lojas; as nossas mães tinham salas com consolas, avencas e begónias. Era outra loiça...*” (Nemésio, 2002: 254). Ao desafogo pecuniário dos segundos, traduzido por uma ou outra referência ancilar¹⁵⁹, opõe-se a penúria física e cívica dos primeiros, visível até na falta de higiene, pormenor realista ao serviço da estratificação social: “*Cheiravam a peixe e, quando o ranho era muito, limpavam-no à manga do casaco e engoliam o resto, fungando.*” (Nemésio, 2002: 253). Por sua vez, Abílio é sempre qualificado por uma adjetivação binária - “pacato e pesado”, “bonacho e gordo”, “sombrio e bom” (Nemésio, 2002: 253-254) -, presidindo este mesmo binarismo ao ‘duo’ Abílio-Matesinho: “como a unha e a carne” e/ou “o cego e a sanfona” (Nemésio, 2002: 254). Se a aprendizagem exemplar positiva e a aprendizagem exemplar negativa constituem duas variantes do mesmo processo formativo, definindo-se uma pela preeminência do destinador e do adjuvante e a outra pela inautenticidade do objeto e pelo peso do oponente, bem como pela ineficácia do “destinateur bénéfique” (Suleiman, 1979: 35), Abílio, ao passar com suficiente no exame do segundo grau, ao ser alcunhado, pela sua insuficiência, de “Cabeça de Boga” pelo Professor e forçado pelo Pai a zarpar para o Brasil¹⁶⁰, parece ilustrar a segunda vertente, enquanto Matesinho, por obter a distinção, ilustra a primeira. Pode, todavia, o narrador-protagonista atribuir um valor

156 “Tomadas numa perspetiva de macrotexto, as sete narrativas de Mateus Queimado constituem uma espécie de *novela de aprendizagem*, [...]” (Bettencourt, 2002: 26). Ver, também, a nota 19 da mesma página: “Sintomaticamente uma das alterações registadas em ‘A Burra do Lexandrino’ (*Quatro Prisões debaixo de Armas*) consiste na substituição de ‘Influências Recebidas’ por ‘Anos de Aprendizagem’”.

157 “A ligação substancial poeta-ilha, poeta-mar, é perceptível nos mínimos detalhes. [...] O mar, para o poeta, é o mar da sua ilha, é o mar da sua geografia.” (Sá, 1988:182).

158 “Através das páginas nemesianas de fundo açoriano [...] perpassam com frequência representantes das camadas mais populares, quer citadinas quer rurais: pequenos e médios agricultores ou lavradores, pastores, jornaleros e criados, pescadores, operários, [...] pequenos comerciantes, [...]” (Silva, 1985: 243).

159 “Mas estes dois [o Francisco da Segunda e o Tiazé] não iam jantar nem passar tardes conosco, de bibes embrulhados ou pela mão de um criado, como o Chinchinho.” (Nemésio, 2002: 253). De referir, igualmente, a criada da família de Matesinho, a Malagrida, que “se punha a bufar nas brasas ao dar trindades da noite. Minha mãe – fora.” (Nemésio, 2002: 255).

160 “Vitorino Nemésio, professor na Bahia e no Ceará, professor de literatura brasileira na Faculdade de Letras na Universidade de Lisboa, onde criou e dirigiu o Instituto de Estudos Brasileiros, autor de poemas brasileiros, de ensaios e crónicas ligadas às suas viagens no Brasil e ao aprofundamento da experiência social, histórica e institucional brasileira, é um exemplo notável da luso-brasilidade. Esta sua consciência tem duas fases: a ‘adivinhada’, antes de viver e lecionar no Brasil, e a ‘vívida’, a partir dos anos 50.” (Gouveia, 2001: 36). Como *O Paço do Milhafre* foi editado em 1924, estamos, com toda a certeza, perante a fase ‘adivinhada’ do Brasil...

positivo ao que a coletividade reputa de negativo ou, mais bem dito, preferir o sistema ideológico vigente - o mérito escolar - em proveito de um outro, mais abrangente, que é a 'Escola da Vida' representada pela Arte¹⁶¹. De supetão, e no seguimento de maturação de Abílio¹⁶², processo de amadurecimento que Matesinho não patenteia, assiste-se, no decurso do tempo - *"Estávamos a ficar espigados."* / *"Nesse ano crescemos por muitos em que só tínhamos brincado e jogado à tapona."* (Nemésio, 2002: 255 e 258) -, à inversão de valores antes encarados como definitivos. O 'cego' Abílio, que obedecia cegamente a Mateus, torna-se a sanfona que Mateus era e deixou de ser,volvendo-se a "nódoa na pauta" (na terminologia do Professor) em 'pauta da vida': *"A mim [Matesinho] parecia-me, porém, que uma coisa qualquer estava a tornar agora o nosso Abílio distinto, a mim suficiente. [...]"* (Nemésio, 2002: 258).

Avatar de Abílio não deixa de ser Gibicas, protagonista da novela epónima de Vasco Pereira da Costa, que, irreverentemente, resiste às seduções falaciosas emanadas da Base Americana, à subserviência linguística que o Professor Honório infunde à turma e ao óbolo algo vexatório das caixinhas vermelhas, azuis e brancas ofertadas por uma "farda grande, gorda e castanha" (note-se a reificação das personagens e a animização dos objetos/trajos). À semelhança de Abílio e Matesinho, Gibicas e o narrador formam um par quase indissociável: se Abílio se engana no nome do rei que havia mandado plantar o pinhal de Leiria - para ele fora D. Afonso Quarto, o Bravo (Nemésio, 2002: 256) -, Gibicas surge como o "companheiro de mais sabedoria", apesar de *"não saber as estações do caminho-de-ferro da linha da Beira Alta, de não conseguir reduzir metros a quilómetros, de soletrar mal e porcamente duas sílabas, de nunca ter decorado as preposições, de não conhecer os afluentes da margem esquerda do Cávado"* (Costa, 1978: 132). Aprendera, todavia, o americano - aprendizado que renegava na escola ao bradar o dissonante "Fóqui, fóqui" no bem orquestrado coro dos "Tanquiú" (Costa, 1978: 131) - ao engraxar sapatos na Praça Velha e ao pedinchar na Rua da Sé, habituara-se

ao expediente de sacar um escudo fazendo uns olhos tristes, ensinara o mistério da fecundação, a partir do bem escolhido exemplo-base dos coelhos, dos cães, dos porcos, dos burros e da Rosinha do Manel da Augusta, à rapaziada (englobando o Bebê, o Jêzinho dos Quatro-Ventos e o seu amigo íntimo) e, em troca das suas lições de Vitalogia, pedira tão-somente ao narrador uma explicação pontual: *"- Agora tens de me ensinar como é que é essa coisa dos quebrados... Senão não te ensino nem mais pitada. Eu!? Eu daria tudo o que ele quisesse: os quebrados, os promontórios, a descoberta do caminho marítimo para a Índia, tudo."* (Costa, 1978: 135). Esta relutância ou aversão do Gibicas pela autoridade, metonimizadas pelas fardas ("os Américas"), pelas batas (os professores e o diretor escolar) e pelas sotainas (o Padre Abílio), encontra justificação cabal no desabafo do adolescente vazado pelo discurso indireto livre: *"Se aquilo era só por cinco meses, porque não disseram logo ao pai que, assim, não teria deixado o emprego na moagem; dava poucachinho, mas bastava para o pão... Agora, se o queria, tinha de o ir pedir, duro que nem calhau, de porta em porta... Agora, se queria conduto, tinha que ir com o caniço para riba do cais apanhar carapau ou sargos..."* (Costa, 1978: 140). Paralelamente a "Cabeça de Boga" opera-se em "Gibicas", mercê de uma pedagogia inoperante e de uma educação fossilizada, uma alteração de valias, metamorfoseando-se negativamente o professorado - o insigne Professor Honório era conhecido pelos "calzinhos no botequim do Lourinho" (Costa, 1978: 133) - e ascendendo o antidiscípulo ao estatuto de Mestre: *"A minha escala de valores, porém, não correspondia à do Honório e, enquanto eu dava ao Gibicas a minha admiração e a minha amizade, o professor recompensava-o com bolos nas mãos [...] e com suplícios de estátua, nariz comendo sombra de parede durante horas a fio. [...] tive dois professores. [...] O outro era o que tinha vida para dar e ensinar. Esse, o Gibicas."* (Costa, 1978: 132-133). O desfecho, longe de ser harmonioso, torna-se palco do antagonismo individualidade/mundo (descaramento de Gibicas

161 "En todo arte de narración o de representación la vida és fuente, bien para emularla o para suplantarla." (Díez, 1999: 15).

162 Abílio tinha entrado, antes de rumar ao Brasil a fim de carregar café, para o armazém do Pai a medir petróleo e vinho, enquanto Matesinho andara no explicador para o primeiro ano do liceu (Nemésio, 2002: 257). A história termina quando Abílio conta treze anos de idade.

que o palavrão “Sanabobichas” traduz¹⁶³), atingindo o revoltado protagonista e, indiretamente, o narrador a autoconsciência da sua identidade e alteridade paulatinamente moldadas: “*Só mais tarde, Gibicas, só mais tarde. Menti-te porque a minha solidariedade nesse dia era puramente sentimental. Era a do discípulo medíocre que é incapaz de contradizer o mestre admirado. Tento remir-me hoje, escrevendo esta tua-nossa aventura.*” (Costa, 1978: 140).

Ao passo que Gibicas e o narrador, Abílio e Matesinho permanecem distintos, mau grado a sua quase indissolubilidade, o mesmo não sucede com Fernando, protagonista de *Raiz Comovida* de Cristóvão de Aguiar, o “ai-jesus da casa” (Aguiar, 2003: 20), bisneto de Jacinta - irmã do Sr. Ernesto -, irmão mais velho de Anselmo, o “gorgulho da casa” (Aguiar, 2003: 15), sobrinho, pelo lado materno, de Ti Luciano, emigrado para a América, e de Titia Maria dos Anjos, casada com Ti José Pascoal - irmão de Luís -, neto de Vavó Luzia e de Vavô José dos Reis, irmão de Ti Guilherme, Ti Lexandrino e Ti Escolástica (residentes na Nova Inglaterra), e, pelo lado paterno, sobrinho de Ti Dinis (que leva para solo americano os restos mortais do seu progenitor) e de Titia Gilda, filhos de Vavó Arminda e de Vavô Samuel (pais de seu Pai). Descurando, numa leitura gradualmente concêntrica, a cosmovisão sociológica do Autor veiculada pelo constante paralelismo entre a América - “terra [...] abençoada por Deus” (Aguiar, 2003: 32), “santa terra por todos desejada” (Aguiar, 2003: 115), “terra de fartura” (Aguiar, 2003: 236) detentora de “poderios de lindeza” [mónim, freijoeira, baicicla, talafône, mechins e estoas] (Aguiar, 2003: 46), cujas casas de banho “parecem salas de visitas” (Aguiar, 2003: 49), cujas roupas rescendem à “fortidão do perfume” (Aguiar, 2003: 233) e cujo tabaco¹⁶⁴ é alvo de cobiça - e a Ilha - “grande prisão” onde o bafo reina (Aguiar, 2003: 277 e 47) e onde

“ou a gente entra na dança de soalheiro ou fica excomungado”, por “não vir um corisco que [a] abrasasse” (Aguiar, 2003: 185 e 259) -, que tangencialmente se parecem incorporar nessa “latinha de cocoa” bebida com o “chazinho da Gorreana” (Aguiar, 2003: 238); marginalizando, no espaço insulano, a subdivisão da sociedade, tal como na obra nemesiana, em campônios e pescadores (Aguiar, 2003: 127), relegando para plano secundário tanto a referência à Base, apelidada de “América pequenina” (Aguiar, 2003: 137), como a imagem dos Portugueses na América - “[...] os porigui são gente de mau fundo, tresandam a suor e a sardinha, a tua terra é um ailende muito atrasadinha, casas de chão terreiro, currais de porcos logo à banda de fora da porta do quintal” (Aguiar, 2003: 137) -, quedemo-nos na escola islenha, triplamente designada por prisão¹⁶⁵, bipartida entre escola feminina e escola masculina, onde imperam respetivamente D. Irondina e o Professor Anacleto. A partir do “quartinho do relógio onde nasceu” (Aguiar, 2003: 151) e por um processo rememorativo, anamnético, ditado pela força da palavra demiúrgica, em que as figuras do passado não são aleatoriamente convocadas para a narração, Fernando, narratário por excelência de “casos velhos e cediços de outro tempo” (Aguiar, 2003: 120), contados por Ti José Pascoal e por Vavô José dos Reis - em casa do qual se deleita a beber uma tigela de chá e a mastigar uns biscoitos “de esfregadura da farinha de milho que vavó cozia às sextas-feiras” (Aguiar, 2003: 25) -, surge, também, como narrador singular e como narrador coletivo, por inclusão no pronome substituto “nós”, cujo referente é a rapaziada: o Cidério, o Marrolia e o Raul pé-de-boi, “faz a cama que eu lá vou” (Aguiar, 2003: 222). Era, verdade seja dita, outro tempo esse, porquanto, ao invés da hipócrita D. Irondina, o Professor Anacleto, de alcunha “o Caniço”, “tirava uma hora ou assim para nos dar conselhos para a vida”

163 “Até que foi a tua [de Gibicas] vez. Agarraste na caixinha vermelha, azul e branca, com as estrelinhas desse people para o nosso povo e, sem esperar o afago da farda grandalhona, correndo, gritaste-lhes alto, como ninguém ainda o fizera: - Sanabobichas!!!” (Costa, 1978: 141). Em nota de rodapé, lê-se a seguinte explicação: “filho de uma cadela”.

164 “Não queria [Ti Pacheco] perder a esperança de fumar, durante uma larga temporada, uns maços de cigarros *Lucky Strike*, tabaco louro e cheiroso como a América de todos os sonhos sonhados e por sonhar.” (Aguiar, 2003: 330).

165 “O melhor era a desforra que eu [Fernando] tirava, quando, nas pachorrentas tardes dos dias grandes, acabada a prisão da escola, meu Pai me mandava vigiar a praga dos melros no

cerradinho [...]” (Aguiar, 2003: 16); “E sempre que me via livre da prisão da escola, vinha pôr-me [Fernando] à espreita das pombas nas suas idas e vindas [...]” (Aguiar, 2003: 186); “Era mais ou menos à hora da camioneta que o professor Anacleto nos punha com dono porta fora. [...] Até ao portão da casa da escola, não se ouvia pio, não fosse o mestre, agastado e de génio a ferver, arrepender-se e dar o dito por não dito, como já acontecera, e fazer-nos dar meia volta para de novo continuar a aula naquela endiabrada prisão que nos punha empolas nas mãos e na alma.” (Aguiar, 2003: 239).

e prelecionava a transplantação para o quotidiano do saber ministrado na escola (Aguiar, 2003: 292-293). Bom conselheiro, também, não deixava de ser o Pai de Fernando, que herdara de Vavô Samuel o hábito de ler a Bíblia, não em inglês, mas em português, e que martelava a cabeça do filho, receoso da rumorofilia da freguesia, com imperativo refrão: *“Do que se fala em casa, nem um pio com ninguém; ouviste bem o que estou dizendo, Fernando?”* (Aguiar, 2003: 246). Ao longo deste episódio com enfoque na leitura da Bíblia, em que o Pai o inicia nos mistérios do *Livro Sagrado*, um versículo dos Atos dos Apóstolos, lido duas vezes e relativo à ‘morada’ de Deus, deixa perplexo o ‘iniciado’ protagonista que, à pergunta do Senhor Padre - *“Diz-me cá, ó Fernando, o que é que fica na hóstia depois de consagrada?”* -, se não coíbe de retorquir: *“No vinho e na hóstia depois de consagrados... (o Cidério soprou-me o resto) não fica nada, senhor padre, fica vinho e pão na mesma.”* (Aguiar, 2003: 249). Em virtude desta resposta errónea em matéria de Fé, o resultado não se faz esperar: a ira do vigário por tamanha heresia, a raiva do Pai pelo juízo não esclarecido, a punição física paterna como recompensa da asserção ímpia e pouco ortodoxa, o pranto da Mãe como reação ao exagero do castigo infligido e o remorso do Pai pela escolha do filho inocente como bode expiatório, quando os culpados, incólumes, a denunciar seriam a Igreja e os seus representantes, o governo ditatorial de Salazar, o Inferno da Ilha e o não embarque para a América (Aguiar, 2003: 249). Porém, Fernando, bom aluno, passa, como Matesinho, o exame do primeiro grau com distinção (Aguiar, 2003: 225), conhece a frustração amorosa ao ser deixado por Marília (Aguiar, 2003: 280), à imagem de Abílio abandonado por Lucinda devido ao famigerado suficiente¹⁶⁶, aprende o mistério da fecundação com Cidério, da mesma ‘escola’ que Gibicas, e elege a amizade como junção espiritual, de teor irreversível, de dois seres contrários que mutuamente se invadem, dando voz ora a um ora a outro.

“O Cidério, que andava sempre comigo, [...]” (Aguiar, 2003: 345).

“Passei a andar mais com o Cidério, por isso havia quem me chamasse Fernando-Cidério.” (Aguiar, 2003: 348).

“Quando entrei para o Liceu, veio o Cidério ao de cima, ficando o Fernando escondido. Inteiro, só me considerava Ti Luciano e dois ou três mais ilustrados na freguesia. E assim fiquei, Cidério num lado, Fernando no outro, [...]” (Aguiar, 2003: 349).

“[...] o Cidério recolhia-se no íntimo de Fernando. E foi de facto o Fernando quem entrou em casa com o gémeo dentro de si.” (Aguiar, 2003: 359).

“[...] a voz de Cidério empurrando-me de novo para o precipício...” (Aguiar, 2003: 360).

Não obstante o seu estatuto de “almas gémeas”, persistem certas diferenças, não de todo imperceptíveis, apontadas não pelo narrador singular e coletivo que é Fernando, mas pelo mesmo Fernando, narrador/autor, que, distanciando-se algo ironicamente da narração, se volve em narrador extradiegético: *“O Fernando mostra-se familiar, mais obediente e muito bensinado. [...] O Cidério movimentava-se mais a sul. Endiabrado por natureza e livre por vocação, sempre gostou de partir a louça das conveniências e dos dogmas instituídos. [...] Não desdenho do Fernando. Reconheço nele um certo pendor para se enraizar numa inocência da infância vivida na Ilha e que tem medo de perder. [...] Conserva um fundo religioso, ao contrário do irmão gémeo que, por vezes, gosta de achincalhar a religião onde mamou o primeiro leite espiritual. Serve de contrapeso às loucuras do Cidério, mas, nem sempre o consegue segurar.”* (Aguiar, 2003: 349-350). No final de *O Fruto e o Sonho* (último volume da trilogia romanesca), a osmose Fernando-Cidério atinge o clímax, ao revelarem-se irrevertíveis as eventuais fronteiras, agora delidas, ou os limites plausíveis, doravante ignotos. De facto, onde começa Fernando e acaba Cidério?

“Gritei, procurei explicar-lhes [aos companheiros] que era o Fernando, o que nunca saíra de ao pé deles; o Cidério é que tinha ido estudar, era ele quem dizia feijões, nós, connosco e outras palavras deslavadas da cidade. Em vão.

166 Segundo José Martins Garcia, a frustração amorosa desempenha um papel importante na narrativa nemesiana (1988: 51).

Continuaram fechados em seus esconderijos. Tirei do bolso a fiação e o pão. Joguei-o para a terra batida da Avenida. Zunia, quase se finava. Tomei-o na palma da mão. Encostei-o ao ouvido. Bebi-lhe a música. Sozinho!” (Aguar, 2003: 366-367).

Nos antípodos desta (con-)fusão identitária surge a multiplicação de identidades patente no título plural da novela “O(s) Adriano(s)” de Onésimo Teotónio Almeida. A este nível, urge alertar para o concerto de vozes diferenciadas, para a representação linguística dos discursos alheios e para a sua subsequente incorporação no fluxo textual. Destacam-se, deste diabolismo, polifonia ou “poliaudición,”¹⁶⁷ mundividências diversas que, por interrelação e confronto ideológicos, se amalgamam no discurso autorial, incentivando o leitor a reconhecer ou a identificar a ‘fala’ individualizada das personagens em cena¹⁶⁸. Estas últimas, ao caracterizarem o Adriano, mais não fazem do que autocaraterizar-se, mediante pontos de vista que explicitam a sua mentalidade, traduzem os seus usos e costumes, patenteiam o seu nível social e exteriorizam o seu modo de ser e de estar no mundo. Assim sendo, é o narrador que, num repto ao narratário, dá início à descrição do protagonista, em termos de energia e de entropia¹⁶⁹, e que o convida a lanchar no “Spats”, que ele já conhecia a par de “*todos os restaurantes da Thayer Street*” (Almeida, 2000: 187).

Vocês conhecem o Adriano? Um par de olhos velozes e penetrantes num corpo irrequieto de onze anos de dinamite, cinco dos quais trazem ainda marca da Terceira no português raro que fala. Vi-o pela primeira vez apanhando um volume imenso de jornais junto à College Travel, [...] Eu segui aquele pacotinho de energia e determinação. [...] num corpinho português ilhéu.” (Almeida, 2000: 183-184).

Ao invés de Fernando que “Não cresceu como era dado.” (Aguar, 2003: 350), é sobejamente visível o processo de autodidatismo de Adriano, “self-made man” e

“businessman” de vocação, passando pela rejeição dos Portugueses em geral e dos Micaelenses em particular: “*Os Portugueses são estúpidos. O meu sangue já é todo americano. Os melhores negócios que eu faço são com portugueses estúpidos... Eu preferia não saber português. Estou mesmo a tentar esquecer-lo. Ainda bem que sou da Terceira e não de S. Miguel. Eu odeio os micaelenses. Na minha escola é quase tudo de S. Miguel. Nunca ouvi falar de S. Miguel antes de vir para a América. Só aqui é que soube que esses coriscos existiam, mais a Ásia e a Califórnia.*” (Almeida, 2000: 1845-185). Num “*turbilhão, levada, torrente, cascata, catarata*” (Almeida, 2000: 187), lá vai Adriano desenrolando ao narrador o fio da sua vida, sinónima de denegação não ‘comovida’ das suas raízes e de afirmação perentória do ‘sonho’ americano. Distribui jornais, vende livros, tem duas contas no banco (uma secreta, no montante de quatrocentos e vinte e cinco dólares e oitenta cêntimos, e uma outra com o Pai), gosta de ver na televisão o “Charlie’s Angels”, de ouvir o Elton John, os Beatles e o Elvis e de se assumir como “detetive” no tocante aos segredos dos progenitores, que se não furta a dissecar: assim, a mãe só limpa e, quando acaba a limpeza, recomeça sisificamente a limpar; o pai trabalha na fábrica até às seis da tarde, limpa das 18h às 22h dois bairros no centro da cidade e entretém-se ao fim de semana com o asseio de uma fábrica em Warren; nunca vão aos restaurantes, nem sequer ao McDonald’s (onde o Adriano já comeu “à borla”), tencionando a mãe ir às Ilhas pagar uma promessa (expressão que Adriano não sabe traduzir para inglês) ao Espírito Santo, posto que, segundo a perspetiva algo futebolística do protagonista, “*Parece que o Espírito Santo joga pela Terceira, e o Santo Cristo por S. Miguel*” (Almeida, 2000: 1888). Bem vistas as coisas, o pai está ao serviço da escravidão - “Trabalho de Portuguez” (Almeida, 2000: 186) -, consagrando-se ele ao jogo com o dinheiro - “I

167 “Si el autor habla a través de una o varias voces suscitadas, el lector ‘oye’ a través de otro u otros lectores que interpone entre él y el texto, saliéndose de sí, enajenándose también, para descifrar la obra literaria.” (Reyes, 1984: 40).

168 Ver, a este respeito, Naves, M.ª del Carmen (1998: 55): “Una vez incorporado en en habla del narrador el dialogismo lingüístico, circunstancia que es común con todos los usos de la lengua, el discurso de la novela se manifiesta a través de la voz del narrador como un conjunto de voces reconocibles que proceden de los personajes, y que se incorporan al texto, directa o indirectamente, pero conservan su tono, las señales de su origen y sus señas de identidad.”

169 Do ponto de vista de Francisco Cota Fagundes, Autor de *Desta e da Outra margem do Atlântico. Estudos de Literatura açoriana e da diáspora* e do “Posfácio” de (Sapa)teia

Americana, as imagens caracterizadoras de Adriano - “de dinamite” e “um pequenino vulcão” - são “altamente suscetíveis de serem lidas entropicamente [...] seria mais um glóbulo de energia em explosão, entropicamente a caminho do nada. Seria, no entanto, igualmente lícito encarar essas imagens como positivas [...] simbólicas do potencial inerente à personagem deste e/imigrante a caminho da adaptação (idealmente uma adaptação bem sucedida.)” (2000: 214). Por sua vez, para João de Melo, Autor do “Prefácio” da obra supracitada intitulado “L(USA)LANDESES, PORTUGUESES E ÀS VEZES... AMERICANOS”, “Adriano encarna uma espécie de símbolo ou de metáfora do futuro, definindo-se a si mesmo como homem novo e sendo também definido pelos outros como homem diferente.” (2000: 11).

love money” (Almeida, 2000: 184) -, mercê de umas “big business” que lhe permitirão, no futuro, adquirir uma “Casa de Verão no Cape Cod e casa de Inverno em Vermont.” (Almeida, 2000: 186). O terceiro ponto de vista definatório do protagonista está a cargo do Pai - “Ah! O senhor conhece o meu filho, o Adriano? Aquele diabrete, que Deus me perdoe?” (Almeida, 2000: 188) -, que deplora os seus negócios demoníacos - “Faz bísinas com o diabo, [...]” -, as suas diabólicas companhias universitárias (atente-se na perífrase da Universidade) - “Sai com estudantes daquela escola muito alta aqui em cima e vai com eles para o diabo.” - e a sua indiferença em relação aos valores lusitanos - “Não quer saber [...] das nossas coisas, que é o que a gente tem e é nosso...” -, confessando que “Em má hora vim eu para esta terra.” (Almeida, 2000: 189). O quarto agente caracterizador - “Oh! You Know Adriano too, hein?” (Almeida, 2000: 189) - é Steve, estudante do quarto ano de Medicina, que lhe vaticina uma carreira de triunfo: “Está na fase da rejeição da sua cultura, mas pode sair daí um grande homem [...] um grande empreendedor, [...] É um fenómeno. É brilhante, o rapaz. [...] Um grande Adriano vai ser ele, que já é um little big man.” (Almeida, 2000: 191). Uma quinta focalização, desta última divergente, é a do senhor padre - “Conhece o Adriano? Um rapazinho da Terceira aqui da minha paróquia que anda muito aí pela universidade e que vende jornais na escola?” -, que, com base na hodologia, ritmada pela quádrupla ocorrência da forma verbal assertiva “Dizem que”, informa que o Adriano, atascado no vício - “Tem a alma vendida ao diabo, já tão novo.” (Almeida, 2000: 191-192) -, fuma marijuana, brinda as transeuntes com ditos indecorosos e incrementa a não comparência dos rapazes na catequese de Sábado. O sexto juízo de valor é emitido pelo diretor do departamento de distribuição da “Providence Journal” - “Do you know Adriano? He is Portuguese! What a kid!” -, que tece encómios a esse “hard-worker” que é Adriano, prognosticando a sua liderança de uma multinacional num tempo a vir: “Trabalha no duro como um bom português, mas tem a garra, o espírito de agressividade que faltam aos portugueses. [...] Ganha sempre todos os prémios para o melhor vendedor de jornais. [...] Se Portugal tivesse uns quantos daqueles, não era preciso emigrar tanta gente para aqui.” (Almeida, 2000: 192-193). A enunciativa da sétima

opinião, disfórica - “- Conhece aquilo? O Adriano? O demónio em pessoa - [...]” -, é a senhora Olinda Ferreira, que o considera um exemplo vergonhoso da sua ‘raça’: “Diz que os portugueses são gringos e dême, mas ele parece que não repara que também é português. [...] Feito lá todinho, à conta de Deus.” (Almeida, 2000: 193-194). O oitavo parecer, desta feita positivo, é o da professora - “Oh! Do you know Adriano? I guess everybody knows him.” -, que elogia a sua esperteza e inteligência, verbera a sua pouca aplicação nos estudos - “Não gosta de guardar trabalhos para casa. Fá-los nos recreios.” -, admira a sua doçura e energia - “[...] talvez aquela doçura portuguesa que as ilhas deixam nas pessoas. É um pequenino vulcão saído daquela paz, [...]” - e deleita-se com as suas saídas humorísticas: “Há dias pôs-se a gozar uma mocita que não sabia português. Ele chamava-lhe my girl e depois voltava-se para os amigos que sabem português e troçava: My dear girl, minha querida gal...inha.” (Almeida, 2000: 195). O fim em aberto - “Ah! Conhece o Adriano?... Sabe? Ele é...” (Almeida, 2000: 196) -, espalhado nas reticências que omitem as palavras e suspendem voluntariamente o sentido, mais não constitui do que um convite ao leitor, incentivando-o a participar, como juiz derradeiro, na caracterização do protagonista, quer optando por uma das múltiplas facetas temperamentais exaradas, quer prossequindo na indefinição ou contradição caracterológicas, quer decidindo manter semanticamente indeterminado o sinal gráfico do *explicit*.

Retomando a parte teórica inicial, a título de conclusão, e adaptando à novela os conceitos definidos no que respeita ao romance, é de realçar que os quatro textos incipientemente analisados comungam de similar estrutura de aprendizagem, à qual subjazem as tradicionais figuras-tipo que são o mestre e o discípulo. Por uma inversão assaz significativa e sintomaticamente indiciada pelos títulos, falham os mestres no cumprimento da sua função e missão - veja-se o fero dogmatismo do Professor de Abílio, a par do pragmatismo servil do Professor Honório e da retidão falaz do vigário de Raiz Comovida -, sendo esta assumida pelo próprio protagonista e pelo seu inseparável companheiro, ambos aprendendo um com o outro a enfrentar os não poucos obstáculos de uma vida recém-descoberta. Mercê de uma segunda

reviravolta que a primeira engloba, não se torna o mestre, no par acima referido, o aluno exemplar, vergado aos dogmas, mas, antes, o parceiro que criticamente os questiona e os sobreleva. Com efeito, que interessa a Matesinho passar com distinção quando é Abílio que se destaca pelo culto da partilha - “*Enfim, pegou na navalhinha velha [...] e insistiu que eu a aceitasse. [...] Pega... É a última coisa que te dá o ‘cabeça de boga’...*” (Nemésio, 2002: 259) -, pelo regozijo sincero com o sucesso do outro - “ - Ó Mateus, ainda bem! E foi nos olhos dele que eu me senti distinto.” (Nemésio, 2002: 257) - e pela resignação a um *fatum* hierárquica e injustamente traçado? Que vantagem traz ao narrador de “Gibicas” o facto de ser consentâneo com o sistema axiológico vigente quando é o próprio Gibicas que ‘assume a dianteira’ ao quebrar os enganadores convencionalismos propalados pelas instituições em vigor? Tal rutura dá a sensação de se fixar, de modo definitivo, em Cidério, duplo de Fernando que, inteligentemente, se não furta a autopsiar a autoridade civil, institucional e eclesiástica e tem, para além do mais, pretensões a bispo: “*Um dia, na escola, o senhor professor mandou fazer aos da quarta classe uma redação subordinada ao tema, ‘O que gostavas de ser quando fores grande’... O Cidério pôs-se a matutar, lápis na boca e olhos pregados no teto. Após uns momentos de reflexão, pegou do lápis, molhou a ponta com saliva, baixou os olhos para a ardósia e entregou-se, língua de fora, ao labor da escrita. [...] ‘Quando eu for grande, gostava de ser bispo. Diz meu Pai que é uma rica vida, come-se do bom e do melhor e pouco ou nada se faz, a não ser abençoar, excomungar e celebrar missa com muitos padres a ajudar e às vénias. O pior é falar latim, que é uma língua que morreu no tempo em que Jesus Cristo andava pelo mundo a pregar, e é muito rude de se aprender de cor.’*” (Aguiar, 2003: 290).

Defluindo deste aprendizado que se consolida na adolescência, o fim das três novelas e do romance *Raiz Comovida* fica em aberto, já que, como afirma Miguel de Unamuno, “*Lo acabado, lo perfecto, es la muerte, y la vida no puede morirse. El*

lector que busque novelas acabadas no merece ser mi lector; él está ya acabado antes de haberme leído.” (2009: 126).

Nesta sequência, e convocando o rigor científico possível que a tenuidade de fronteiras teóricas entre os vários subgéneros narrativos afins permite ou faculta, a nemesiana “Cabeça de Boga” afigura-se uma novela de educação (e não pedagógica, de que é paradigma *L’Émile* de Rousseau), tendo como *acme* a discrepância introduzida pelo suficiente de Abílio e conducente tanto ao término do seu breve percurso escolar e da sua primeira e frustrante experiência amorosa como ao precoce início da sua vida adulta, estigmatizada pelo embarque para o Brasil. Por sua vez, “Gibicas” e “O(s) Adriano(s)” surgem como novelas de autoformação, não só porque os heróis se definem mediante o eixo conflituoso eu/mundo, mas também porque o final abrupto e irónico vinca a desarmonia entre a necessidade de desenvolvimento integral por parte de um indivíduo algo desenraizado e as solicitações utilitárias de uma sociedade regida pelas conveniências de bom-tom. Cumpre, a este respeito, referir que, enquanto Gibicas sai vitorioso, graças à sua irreverência advinda de incontida revolta, de um universo social ancilosado no qual, paradoxalmente, mais não é do que um vencido, Adriano, eivado de seiva, detentor de uma curiosidade insaciável que o leva a saber como é para contar como foi, a não desperdiçar uma única oportunidade de assimilar o que desconhece e a tudo perguntar para, numa etapa ulterior, conseguir responder, impõe-se pela integração e aculturação num espaço que, à partida estranho e estrangeiro, se vê logo interiorizado em termos de lugar onde se ‘joga’ à vida. Do mesmo modo, e ao invés de Gibicas cujo trajeto desconhece um projeto, a trajetória de Adriano, de cunho picaresco, é cuidadosamente planeada, como se os seus múltiplos trabalhos de Hércules em miniatura outra meta não tivessem do que a sua exímia consecução e concreção.

No tocante à trilogia romanesca *Raiz Comovida*, ela pode e deve ser rotulada de “Bildungsroman” ou romance de formação, confinando com a autobiografia¹⁷⁰ -

170 Na ótica de Goyanes, “Muy frecuentemente la estructura narrativa del ‘Bildungsroman’ se caracteriza no sólo por la ya citada articulación episódica [...] sino también por el uso de la forma autobiográfica, de la primera persona narrativa. [...] Tercera persona: la que corresponde

a las reflexiones satírico-morales del propio escritor, no encarnado en ningún personaje, precisamente para mejor poder realizar (desde la perspectiva adecuada) esa tarea crítica e desengañadora.” (2001: 36).

não se identificarão, no entanto, todas as criaturas com o seu criador? -, ambos os géneros patentes quer na tripla titulação desencarnada traduzindo uma curva ascendente - “A semente e seiva” / “Vindima de Fogo” / “O Fruto e o Sonho” -, quer nos indícios paratextuais revelados à saciedade pela dedicatória do último volume. Se, na focalização de Maria de los Ángeles Rodríguez Fontela (1996: 52-53-54), o “Bildungsroman” visa essencialmente a figura do leitor, obrigado a fazer uma leitura reflexiva e a atingir ou a descobrir as suas expectativas culturais e literárias, mais não sendo este processo autoformador do que a metáfora narrativa da autoconstrução do romance e de toda a Humanidade, que descortina a sua identidade na narração que conta a si mesma sobre si própria, não restam dúvidas de que a trilogia romanesca de Cristóvão de Aguiar satisfaz cabalmente estes requisitos.

Através desta estrutura básica de aprendizagem detetável em quatro obras de quatro escritores açorianos, e não apelando nem para uma leitura macrotextual nem para uma abordagem cíclico-sequencial ou intratextual, mas tão-só para a intertextualidade, verifica-se que o complexo conceito de açorianidade não deixa de pisar a ribalta: visto ‘de dentro’ em Vitorino Nemésio e em Vasco Pereira da Costa, ele é encarado ‘de dentro’ e ‘de fora’ na obra de Cristóvão de Aguiar e tratado ‘de fora’ por Onésimo Teotónio Almeida. Cabe ao leitor refletir sobre esta oscilação entre o cá e o lá, ou, passe o açorianismo, sobre o “laricá”.

Referências Bibliográficas :

Aguiar, Cristóvão de. (2003) *Raiz Comovida. Trilogia Romanesca* (I. “A semente e a seiva” – Coimbra, 20 de Fevereiro de 1978; II. “Vindima de Fogo” – Coimbra, 29 de Março de 1979; III. “O Fruto e o Sonho” – Coimbra, 25 de Fevereiro de 1981), Lisboa: Dom Quixote.

Almeida, Onésimo Teotónio. (2000) *(Sapa)teia Americana. Contos*. “Prefácio” de João de Melo e “Posfácio” de Francisco Cota Fagundes, Lisboa: Edições Salamandra, col. “Garajau”.

Bakhtine, Mikail. (1984) [1979] *Esthétique de la création verbale*. Traduit du russe par Alfreda Aucouturier. Préface de Tzvetan Todorov, Paris: Gallimard, nrf.

Bettencourt, Urbano. (2002) ‘Introdução’ a *Paço do Milhafre. O Mistério do Paço do Milhafre*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 9-27.

Cabibbo, Paola e Goldoni, Annalisa (1983) “Per una tipologia del romanzo d’iniziazione” in *Sigfrido nel nuovo mondo. Studi sulla narrativa d’iniziazione*, Roma: Editrice Universitaria di Roma - la goliardica -, col. “Lett(erat)ura”, 13-51.

Costa, Vasco Pereira da. (1978) *Nas escadas do Império. Contos*, Coimbra: Ficção – Centelha.

Díez, Luis Mateo. (1999) *El porvenir de la ficción*, Junta de Castilla y León: Consejería de Educación y Cultura.

Fagundes, Francisco Cota. (2000) ‘Posfácio - *Sapateia Onesimiana: Subsídios para leituras de (Sapa)teia Americana*’. In Almeida, Onésimo Teotónio. (2000) *(Sapa)teia Americana. Contos*., Lisboa: Edições Salamandra, col. “Garajau”, 197-214.

Fontela, Maria de los Ángeles Rodríguez. (1996) *La novela de autoformación. Una aproximación teórica e histórica al ‘Bildungsroman’ desde la narrativa española*, Universidad de Oviedo: Reichenberger, col. “Problemata Literária”, 25.

Garcia, José Martins (1988) “Nem toda a noite a vida” in *Arquipélago. Línguas e Literaturas*. Número Especial. Comemoração do 10º Aniversário da Morte de Vitorino Nemésio, Ponta Delgada: Univ. dos Açores, vol. X, 49-62.

Gouveia, Margarida Maria. (2001) *Vitorino Nemésio e Cecília Meireles. A Ilha ancestral*, Porto: Casa dos Açores do Norte, Fundação Eng. António de Almeida.

Goyanes, Mariano Baquero. (2001) [1989] *Estructuras de la novela actual*, Madrid; Editorial Castalia.

Grandroute, Robert. (1985) *Le roman pédagogique de Fénelon à Rousseau*, Genève-Paris: Éditions Slatkine.

Jost, François (1969) “La Tradition du Bildungsroman” in *Comparative Literature* Vol. 21, Nº2, 97-115.

Locatelli, Aude. (1998) *La lyre, la plume et le temps. Figures de musiciens dans le >Bindungsroman<*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag Communicatio.

Lukács, Georg. (1968) [1920] *La Théorie du roman*. Traduit de l'allemand par Jean Clairevoye et suivi de *Introduction aux premiers écrits de Georg Lukács* par Lucien Goldmann, Paris: Denoël.

Melo, João de. (2000) 'L(USA)LANDESES, PORTUGUESES E ÀS VEZES... AMERICANOS'. In Almeida, Onésimo Teotónio. (2000) *(Sapa)teia Americana. Contos.*, Lisboa: Edições Salamandra, col. "Garajau", 5-12.

Miriaux, Jean-Philippe. (1996) *L'autobiographie. Écriture de soi et sincérité*, Paris: Nathan Université, col. "128".

Nemésio, Vitorino. (2002) *Paço do Milhafre. O Mistério do Paço do Milhafre*. Introdução e fixação do texto de Urbano Bettencourt, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, col. "Biblioteca de Autores Portugueses", vol. VII.

Naves, M.^a del Cármen Bobes. (1998) *La Novela*, Madrid: Editorial Síntesis, S.A., col. "Teoría de la Literatura y Literatura Comparada".

Pinto, Cristina Ferreira. (1990) *O Bildungsroman feminino : quatro exemplos brasileiros*, São Paulo : Editora Perspetiva, 25 anos, col. "Debates".

Reyes, Graciela. (1984) *Polifonía textual. La citación en el relato literario*, Madrid: Editorial Gredos, col. "Biblioteca Románica Hispánica".

Ribeiro, Ana. (1998) *A Escola do paraíso de José Rodrigues Miguéis. Um Romance de Aprendizagem*, Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, col. "Hespérides", Literatura 2.

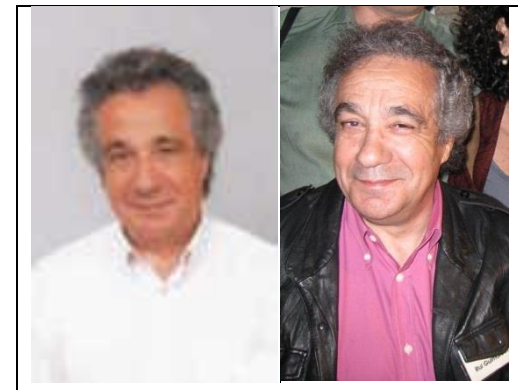
Sá, Maria das Graças Moreira (1988) "Vitorino Nemésio: poeta da sua ilha, poeta do seu mar" in Arquipélago. Línguas e Literaturas. Número Especial. Comemoração do 10º Aniversário da Morte de Vitorino Nemésio, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, vol. X, 181-193.

Silva, Heraldo Gregório da. (1985) *Açorianidade na prosa de Vitorino Nemésio. Realidade, Poesia e Mito*, Lisboa / Região Autónoma dos Açores: coedição Imprensa Nacional – Casa da Moeda e Secretaria Regional da Educação e Cultura, col. "temas portugueses".

Suleiman, Susan (1979) "La structure d'apprentissage. Bildungsroman et roman à thèse" in Poétique. Revue de théorie et d'analyse littéraire, Paris: Seuil, N° 37, 24-42.

Unamuno, Miguel de. (2009) [1996] *San Manuel Bueno, mártir / Cómo se hace una novela*, Madrid: Alianza Editorial.

35. RUI GUIMARÃES, DEPTº LETRAS, CEL (CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS), UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES, VILA REAL, PORTUGAL



RUI MANUEL GOMES DIAS GUIMARÃES realizou o doutoramento em Filologia Portuguesa, na Universidade de Salamanca, em 1998, o mestrado em Estudos Europeus e Direitos Humanos, na Universidade Pontifícia de Salamanca, r/c Universidade do Minho, em 1996 e a licenciatura em Estudos Portugueses e Franceses na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

É Professor Associado da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro onde ensina Língua Materna e Laboratório de Comunicação II e Linguística Portuguesa ao curso de licenciatura em Ciências da Comunicação; Linguagem e Cultura de Direitos Humanos em Portugal ao curso de mestrado em Cultura Portuguesa; Linguística Portuguesa II ao curso de mestrado em Língua e Literatura Portuguesas; Média, Público e Cidadania ao curso de mestrado em Ciências da Comunicação e Teoria da Linguagem ao curso de Doutoramento em Língua e Cultura Portuguesas.

A sua área de atividade científica reparte-se pela Filologia Portuguesa, Linguística Portuguesa, Dialetoлогия, Etnolinguística, Cultura Portuguesa, Direitos Humanos, Ciências da Comunicação.

Tem como publicações mais relevantes:

(1992): «Do Marão ao Alvão e à serra da Azinheira. A Poesia brota das montanhas. In: *In Memoriam Camilo*. Porto: Comissão Nacional das Comemorações Camilianas.

(1996): Teixeira de Pascoaes e o Iberismo Espiritual – metamorfoses embrionárias da renascença. Vila Real: UTAD.

(1999): «Filologia y Humanismo» In: *El Libro de los Amigos – Homenaje al Maestro Alfonso Ortega Carmona*. Salamanca: Centro de Estudios Ibéricos y Americanos de Salamanca «Federico de Ónis - Miguel Torga».

(1999): «A língua da poesia de António Salvado». In: *Antologia y Homenaje al Poeta Português António Salvado*. Salamanca: Centro de Estudios Ibéricos y Americanos de Salamanca.

(2000): Aspetos do galego-português e do português antigo nos sistemas fonológicos do falar barrosão». In: *Encontro Internacional História da Língua História da Gramática*. Braga: Universidade do Minho.

(2000): «Aspetos do galego-português e do português antigo nos sistemas fonológicos do falar barrosão». In: *Encontro Internacional História da Língua História da Gramática*. Braga: Universidade do Minho.

(2001): Estudo fonético-fonológico (traços, trabalho de campo, instrumento de pesquisa e amostra). Vila Real: UTAD.

(2001): Variação Linguística fonético-fonológica e estatuto sociocultural. Vila Real: UTAD.

(2001): Linguagem e cultura de Direitos Humanos em Portugal. Vila Real: UTAD.

(2002): O Falar de Barroso. O Homem e a Linguagem. Mirandela: João Azevedo Editor.

(2002): Linguagem e cultura de direitos humanos em Portugal. Garrett, um doutrinador dos direitos humanos». In: *Encontro Internacional Educação em Matéria de Direitos Humanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Ministério da educação.

(2003): «Dialeto barrosão, aqui nasceu a língua portuguesa». In: *Encontro de Estudos Dialetoológicos Portugueses*. Açores: Universidade dos Açores.

(2006): «Discurso político: O discurso euro-iberista de Fernando Pessoa na construção da Europa». In: *Revista de Letras*, nº 6. Vila Real: Dep. Letras/CEL/UTAD.

(2007): «O euro-iberismo de Fernando Pessoa». In: *Aula Ibérica*. Salamanca: Universidade de Salamanca.

(2007): «Sementes de Torga». In: *Congresso Internacional de Homenagem a Miguel Torga no Centenário do seu Nascimento*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra/Universidade de Coimbra/Universidade Fernando Pessoa.

(2007): «Perspetivas da variação linguística do português e a variação global e local». In: *Revista de Letras*, nº 6. Vila Real: Dep. Letras/CEL – UTAD.

(2008): «A linguagem do Padre António Vieira como paladino dos direitos humanos na primeira globalização» comunicação nos *Encontros Internacionais de Investigação e Reflexão* – UTAD e *Revista de Letras*, nº 7. Dep. Letras/CEL/UTAD. Vila Real: UTAD.

(2009): «Linguagem e Comunicação. Elementos linguísticos, paralinguísticos, proxémicos e cinésicos». In: *Revista de Letras* nº 8. Vila Real: Dep. Letras/CEL/UTAD.

(2009): «A linguagem do sebastianismo e messianismo em Bandarra e Fernando Pessoa». In: *Atas do I Congresso Internacional de Antropologia, História e Linguagem da Religião*. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco.

(2009): «José Leite de Vasconcelos e o percurso da dialetoлогия portuguesa». In: *Atas do VII Congresso Internacional da Sociedad Española de Historiografía Lingüística*. Vila Real: UTAD.

(2010): Participação no filme documentário *António Lourenço Fontes – O Homem, o Padre, o Mito*, de Luís Costa Ribeiro.

(2010): «Aspetos do culto ibérico ou celta da serpente em zonas do Alto-Douro – Estudo etnolinguístico e simbólico». In: *XIV Encontro Internacional de Reflexão e Investigação*. Vila Real: UTAD/CEL.

Tema 2.8 O BARROSÃO, INSULARIDADE NA INTERIORIDADE. ASPETOS ETNOLINGÜÍSTICOS E ETNOCENTRISMO, RUI DIAS GUIMARÃES, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras

No presente estudo abordamos aspetos do dialeto barrosão, como identificado por *Guimarães* (1998, 2002), que se desenha como uma espécie de insularidade na interioridade, focando sobretudo dimensões etnolinguísticas, como variação, na aceção de *Coseriu* (1981 b, p. 17) em que a linguagem reflete saberes locais, hoje em diálogo multicultural com o saber global *Geertz* (1986), considerando níveis fonético-fonológicos, lexicais e semânticos mas que configuram, através da sua personalidade linguística própria, não só uma experiência linguística mas também uma competência extralinguística, ou cosmovisão, criando mosaicos linguísticos, em que a própria língua se envolve, constituindo, no caso do espaço da lusofonia, uma vertente de criatividade, em que a competência extralinguística arrasta ideias e crenças sobre as coisas, como é visível através das crenças e tradições de Barroso, segundo *Fontes* (1972) ou os próprios aspetos da medicina popular, segundo *Fontes e Sanches* (1995).

Se, por um lado, à força etnolinguística se pode aliar a criatividade, hoje bem patente na variedade linguística do português no amplo espectro da lusofonia, o conservantismo linguístico pode pender para o conservadorismo, comportando-se como ideologias e obstruindo o desenvolvimento de valores, no sentido de *van Dijk* (1998:357) abrir as portas a um etnocentrismo como uma forma de racismo moderno, obstruindo o multiculturalismo e a perspetiva multicultural da etnolinguística, impondo-se, portanto, no caso da lusofonia, uma etnolinguística

como variação e comunicação linguística da mensagem cultural, segundo *Pottier* (1970:3) e cada vez um maior contacto e divulgação da “via láctea da lusofonia” tendo por base os mosaicos etnolinguísticos e o conhecimento e o respeito do maior número de diversidades, sem perder a unidade nem resvalar no etnocentrismo reducionista, hoje condenado pela própria ONU.

INTRODUÇÃO

Se no título da nossa comunicação começámos por referir “dialeto barrosão, insularidade na interioridade” é claramente para salientar o aspeto de comunidade cultural e linguística, que viveu durante séculos e ainda por vezes vive, isolada em zona de montanha, comportando-se como uma espécie de ilha no interior norte de Portugal, transfronteiriça com a Galiza.

Como comunidade cultural, com personalidade linguística própria, pretendemos observar e salientar os aspetos etnolinguísticos, da relação da língua com a cultura, como tantos outros mosaicos culturais e linguísticos diferentes existentes nesta vasta lusofonia.

São berçários de criatividade e, por vezes, de identidade, numa espécie de oposição complementar e não antagónica, que expande e espelha a riqueza da cultura e da língua, na assunção das diferenças criativas nas suas variedades.

Pretendemos, contudo, fazer um contraponto ou alerta, na melhor das intenções, quando, da sua convivência ou fonte criativa dos diversos mosaicos culturais e linguísticos, o âmbito etnolinguístico possa perder o espírito de tolerância e resvalar para o espírito reducionista do etnocentrismo.

Conhecer uma língua e aspetos da cultura de onde brotou, tão vasta quanto a Língua Portuguesa nos horizontes da sua lusofonia, significa adotar o clássico conceito de *Coseriu* (1973) de diassistema, dando ênfase aos aspetos etnolinguísticos.

1. O BARROSÃO, ASPETOS DIALETAIS E GEOLINGÜÍSTICOS

Na sequência de estudos pioneiros, no âmbito da dialetologia, com alguma articulação com a etnolinguística, realizados inicialmente já em finais do séc. XIX, sobretudo por *Vasconcelos* (1890-1892, 1895, 1893) e continuados pelo mesmo Autor no primeiro quartel do séc. XX (1901, 1929) e *Barreiros* (1917, 1937, 1916) e já em meados do séc. XX por *Boléo* (1961) e *Santos* (1967) foram-se assinalando, com alguma regularidade, diversas especificidades linguísticas articuladas com particularidades culturais numa região do noroeste de Trás-os-Montes e Alto Douro, no extremo norte do distrito de Vila Real, a confinar com o sul da Galiza na província de Ourense, região designada por Barroso, que nos despertou também a atenção com visitas *in loco* que acabaram por determinar sete anos de estudo.

É uma região com vários sistemas montanhosos de altitude elevada como as serras do Larouco (1525 metros), Gerês (1434 metros) Cabreira (1262 metros), Barroso (1275 metros) e Leiranco (1156 metros) a contrastar com altitudes baixas nos vales, que oscilam entre 330 e 600 metros. A estes contrastes geográficos também se acrescem contrastes de grandes amplitudes térmicas. Muito frio no Inverno e elevadas temperaturas no Verão.

Uma área geográfica com cerca de 1121 km², repartidos por dois concelhos, Montalegre com 801 km² e Boticas com 320 km², e uma população oscilante que rondava os 22.800 habitantes, cerca de 15.000 em Montalegre e 7.800 em Boticas, população muito envelhecida com cerca de 75% a exercer no setor primário e que tem sofrido a desertificação e diminuído bastante recentemente.

A origem do topónimo é controversa, havendo autores que o fazem derivar de barrio, de barro, dos habitantes das encostas ou barrosas, como é o caso de galego Frei Juan de Sobreira (1746-1805) ou de origem basca no “vale de barrueso”, situado geograficamente no País Basco, segundo a opinião por nós solicitada e pessoalmente expressa pelo especialista em onomástica Llorente Maldonado, professor da Universidade de Salamanca, a propósito do repovoamento basco que se fez sentir no norte da Península até Salamanca e Ávila.

Provavelmente, estas características geográficas de altitudes elevadas e a sua posição transfronteiriça com a Galiza, contribuíram para um certo isolamento a par da manutenção de hábitos e crenças culturais particulares, definindo um conservantismo linguístico e personalidade linguística própria, e uma matriz cultural própria ou mesmo arquetípica em relação ao galego-português.

Posteriormente, no “Mapa dos dialetos de Portugal continental e da Galiza”, segundo *Cintra e Rei* (1992: 31-34) inserido no estudo sobre dialetologia da área galego-portuguesa por *Ferreira* (1992: 30-37) no *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, segundo *Ferronha* (coord) (1992), torna possível localizar o dialeto barrosão no seu contexto dialetal do português europeu.

Temos este Atlas como uma referência abrangente, a região de Barroso integra uma vasta área dialetal, como definida por *Cintra e Rei* (1992: 35) designada como “área dos dialetos transmontanos e alto-minhotos”.

Assinalamos, neste mapa, a região de Barroso com o objetivo de facilitar a identificação em termos geolinguísticos e dialetais.



fig. 1 – (B) O dialeto barrosão na “área dos dialetos transmontanos e alto-minhotos”

Essa demarcação surgiu, através de estudos por nós próprios realizados, Guimarães (1998, 2002), retomando os indícios já referidos de Leite de Vasconcelos e Paiva Boléo, entre outros, tornando possível delimitar os seus contornos como uma comunidade cultural e linguística, com personalidade linguística própria, de que

poderemos apresentar breves exemplos de um estudo fonético-fonológico, lexical e semântico.

Torna-se relevante, o “Mapa dos dialetos de Portugal continental e da Galiza”, segundo Cintra e Rei (1992: 31-34) inserido no estudo sobre dialetologia da área galego-portuguesa por Ferreira (1992: 30-37) no *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, Ferronha (coord) (1992).

Adotamos este Mapa como uma referência abrangente. A região de Barrosó integra uma vasta área dialetal, como definida por Cintra e Rei (1992: 35) designada como “área dos dialetos transmontanos e alto-minhotos”. Fica, deste modo, facilitada a identificação em termos geolinguísticos e dialetais.

Contudo, não é uma descrição do dialeto barrosão o objeto do presente estudo mas alguns dos seus aspetos etnolinguísticos e, para além do seu valor indubitavelmente importante em toda o universo da lusofonia, ou na “Via Láctea da Lusofonia”, como afirmam Ferronha e Bettencourt (1992).

Sobre o conhecimento de uma língua histórica, como é o caso da língua portuguesa, é clássica a afirmação de Coseriu (1973: 306) que a língua «no es nunca un solo sistema lingüístico, sino un diasistema, un conjunto más o menos complejo de “dialectos”, “niveles” y “estilos” de lengua.». Ou, como referem Chambers e Trudgill (1994: 20) «Los dialectos pueden así ser considerados como subdivisiones de una lengua particular.».

2. ETNOLINGÜÍSTICA E CRIATIVIDADE DO PORTUGUÊS

Existe uma relação profunda do falar específico designado por “barrosão”, como um dialeto que integra a área dos dialetos transmontanos e alto-minhotos, com a comunidade cultural onde nasceu. Diversos são os estudos sobre aspetos etnográficos e medicina popular, com destaque para Fontes (1972, 1977, 1992), Fontes e Sanches (1999) e Fontes e Fonte (2005), entre outros autores. Em literatura, integram este cariz de identidade, sobretudo os romances e contos de

Cruz (1963, 1964, 1993, 1973, 1991, 1992, 1996) escritos com muito léxico da variante local barrosã.

O que pretendemos desde já salientar é o uso de duas variantes linguísticas nesta comunidade, uma em contexto familiar, de trabalho ou atividades culturais próprias e outra em contextos mais formais ou oficiais, como repartições públicas, o português padrão, fenómeno linguístico designado por diglossia, em zonas onde também se regista bilinguismo ou mesmo trilinguismo mais próximas da Galiza.

Não deixaremos, contudo, de referir alguns aspetos linguísticos bastante gerais e superficiais, como uma espécie de “amostra” linguística, elucidados com alguns exemplos, só para evidenciar a relação da linguagem com a cultura e a mensagem linguística como uma comunicação cultural.

No aspeto fonético-fonológico, o dialeto barrosão, no âmbito da coexistência de sistemas, regista sistemas diferentes do português padrão, variantes geográficas locais, de sistemas diferentes ou dialetais, com dissonâncias internas na variação diatópica e diastrática interna, repartida por quatro zonas de variação, a zona (a) ou raiana com a Galiza, a (b) zona do rio ou de entre os rios Cávado e Rabagão, (c) zona das barragens e zona (d) zona de Boticas.

De entre elas, curiosamente, é a zona (b) do rio Cávado ou de entre rios Cávado e Rabagão a que regista maior densidade de particularidades dialetais, nos aspetos fonético-fonológico e lexical e não, a zona raiana, mais próxima da Galiza.

De entre os complexos sistemas vocálicos tónico e átonos, em coexistência de sistemas com o português padrão, iremos só focar alguns aspetos do sistema vocálico acentuado ou tónico para ilustrar os nossos objetivos, ou seja, a relação com a cultura e o carácter linguístico da mensagem cultural.

O sistema vocálico tónico compõe-se de sete vogais: [a] central aberto [a] anterior fechado [a] palatalizado de [t] [t] [t] e as vogais palatais médias anterior e posterior [e] [e] [o], assinaladas com um diacrítico por baixo em forma de meia-lua; isto é, nem fechadas ou semifechadas, nem semiabertas que Teyssier (1980: 25) assinala no galego-português medieval em posição átona não final, como nas palavras *feno medo colma, odrada, porcada* e a variante combinatória [õ]

sobretudo no ditongo [öw] como em *criou* ou *pouca*. Estas vogais palatais médias, segundo o Alfabeto Fonético do Centro de Estudos Filológicos da Universidade de Lisboa, ou de grau de abertura entre 2 e 3 (2/3), segundo os três graus de abertura definidos por Barbosa (1994:169) são de pendor dialetal.

Muitos mais exemplos haveria a citar mas o que nos importa salientar, neste caso, é, por um lado, o carácter cultural de conservantismo linguístico que vai até ao galego-português ou português antigo, e fonemas não etimológicos que poderão radicar numa matriz pré-latina como o [ü] [ö] palatalizados, portanto, o aspeto linguístico da mensagem cultural, do foro claramente etnolinguístico.

Ainda no aspeto fonético-fonológico, o dialeto barrosão apresenta outras características que iremos salientar, também como pequena amostra. O uso das quatro sibilantes, as primeiras fricativas apico-alveolares [s z] *saco* [s] e *zicha* [zit] e as segundas [ʃ ʒ] pré-dorso-alveolares como em *crossa* [kr] e *casa* [kaz] representadas com um diacrítico por baixo, uma pequena pinta, e as africadas dorsopalatais, respetivamente surda e sonora [t] e [d] como em *chegas* [t] [t] e *Jaime* [m] esta já de uso reduzido.

Uma vez mais salienta-se o conservantismo da comunidade cultural e linguística. As africadas dorsopalatais surda e sonora [t] e [d] eram também próprias do galego-português e do português antigo. Existem em diglossia; isto é, o uso de duas variantes linguísticas pela mesma comunidade.

É a relação da língua com a cultura da comunidade local que condiciona o uso das duas variantes em diglossia. É este aspeto etnolinguístico que pretendemos salientar. Estamos mesmo em crer que atinge foros matriciais da própria língua portuguesa, ainda detetáveis no dialeto barrosão, numa zona transfronteiriça com a Galiza, e reside aí parte do seu interesse.

Evitando o português padrão, das 2647 entradas do nosso estudo, 647 são o que designamos por barrosismos; isto é, não se encontrou qualquer outro registo nem no galego nem no português de contexto mais próximo ou afastado, e de diferentes datações, consultado um aparato crítico lexicográfico de 40 obras. Iremos

só referir algum léxico com o mesmo intuito de ilustrar o aspeto etnolinguístico que é o objeto principal do presente estudo.

São disso exemplo palavras como *chega* que é a chega de bois, *messe* que é o trigo ou o centeio a crescer na seara, roçadoira ou foice, *rincões*, localidade, terra; *saba*, antigo lençol de linho; *ar*, doença provocada por ares malignos (crenças) muitos e diversos, ou algum calão dos mendigos ou os designados por “pobres da volta” como *patego* que significa homem; *pildrar*, dormir; *arioso*, sal; *catróios*, cavalos, ou barrosismos como *abeirado*, beiral da colma da casa; *adruvio*, mentiroso, entre muitíssimos outros exemplos lexicais.

3. ETNOLINGÜÍSTICA, DIALETOLOGIA E ETNOCENTRISMO

Creemos que fica clara, neste caso, a relação entre etnolinguística e dialetologia ainda que sejam áreas do saber claramente separadas do mesmo objeto. As línguas, de facto, não estão separadas do seu falar concreto. Não levar este facto em consideração poderá correr o perigo de a desligar da realidade extralingüística.

São apontados diversos os precursores da etnolinguística, recuando até *Wilhelm von Humboldt* (1767-1835) de finais do séc. XVIII e meados do séc. XIX, ou até *Leite de Vasconcelos* (1858-1941) que, como filólogo nunca desvinculou a língua da cultura, o norte-americano *Dell Hymes* (1927-1941).

Nos anos 50, do século passado, dois linguistas americanos, Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf abordaram a relação entre linguagem, pensamento e cultura que ficou conhecida como a hipótese Sapir-Whorf que, grosso modo, afirma que os homens vivem segundo as suas culturas dentro de universos mentais bem específicos expressos ou até determinados pelas línguas que falam. O estudo de uma língua, estruturas e variedades, pode conduzir à sua própria conceção do mundo.

Pretendemos, contudo, fixarmo-nos sobretudo nas perspetivas de *Coseriu* (1973, 1981) e *Pottier* (1970). Como afirma Coseriu (1973: 288) «Em primeiro lugar, o plano do saber histórico não contém só factos linguísticos, mas também outras tradições, relativas, estas, às coisas, ao mundo extralingüístico. Para identificar o

saber propriamente linguístico e estabelecer o que há de ser a descrição de uma língua como tal, devemos, por conseguinte, fazer uma primeira distinção entre conhecimento das coisas e saber idiomático». Este saber idiomático advém da cultura ou da comunidade cultural que radica em tradições ancestrais.

Releva ainda *Coseriu* (1981b: 10) que a etnolinguística se dedica ao «estudio de la variedad y variación del lenguaje en relación con la civilización y la cultura». É, portanto, a essência da variação.

Salienta *Pottier* (1970: 3-11) que «L'Ethnolinguistique sera l'étude du message linguistique en liaison avec l'ensemble des circonstances de la communication». É sobretudo este aspeto da mensagem linguística em relação com as circunstâncias de comunicação, ou os fatores extralingüísticos que nós pretendemos colocar em evidência. É um perigo desligar a língua destes fatores, ou também exacerbá-los.

Muito resumida e sinteticamente, rituais culturais matizam esta comunidade barrosã, como as chegadas de bois, aspetos comunitários como a vezeira na pastorícia, vários trabalhos comunitários agrícolas, a matança do porco, o forno do povo, os caminhos e regas, diversas festividades cíclicas, cantigas, o Entrudo ou carnaval, segadas e malhadas, moinhos e pisões, lendas como a do batismo nas pontes e sobretudo uma muito interessante medicina popular, com rezas mágicas para curar diversos males que foram profundamente estudadas pelo Padre Lourenço Fontes.

Os perigos em fazer desviar a língua da cultura ou das variedades linguísticas das culturas, esquecendo os aspetos etnolinguísticos, não justificam o seu contrário; isto é, assumir uma espécie de bairrismo exacerbado e reducionista.

Nos seus traços gerais, as culturas incluem valores e ideologias, e os locutores das variedades etnolinguísticas produzem diversos discursos, de onde afloram ideologias culturais, podendo resvalar do conservantismo linguístico para o conservadorismo e reducionismo, entrando nos domínios da intolerância.

Poderão surgir os perigos da etnolinguística alcançar dimensões de etnocentrismo através do discurso dos seus locutores e, como afirma *van Dijk* (1998: 357) *el racismo etnocéntrico moderno es su núcleo ideológico específico*.

À variação etnolinguística da lusofonia deverá estar aliado o multiculturalismo. Segundo *van Dijk* (ídem: 369) «La ideología del conservadurismo cultural no tiene mucha simpatía por el multiculturalismo»

Na grande variação linguística e cultural que caracteriza a lusofonia, conciliar o saber local com o saber global é um esforço para construir a paz na vida prática, como afirma *Geertz* (1896: 23) «*l' étude interprétative de la culture représente un effort pour faire la paix avec la diversité des façons dont les êtres humains construisent leur vie dans la pratique.*».

A grande variedade da lusofonia é composta por inúmeros mosaicos culturais e linguísticos, como o barrosão, assente também na faculdade universal da linguagem humana, que conferem criatividade e variedade à grande comunidade lusófona. Como alerta *Lourenço* (1992:12), «não se pode dizer de língua alguma que ela é uma invenção do povo que a fala. O contrário seria mais exato. É ela que nos inventa».

4. CONCLUSÃO

A configuração geográfica de Barroso, no noroeste de Trás-os-Montes e Alto Douro, uma zona de montanha com vários sistemas montanhosos de elevada altitude, transfronteiriça com a Galiza, contribuiu para o seu isolamento. Conferiu-lhe um caráter de “insularidade na interioridade” e um relacionamento muito particular com a Galiza. Emergiu um conservantismo, a partir de uma comunidade cultural e linguística com personalidade própria.

Diversos foram os sinais, ainda no séc. XIX e primeiro quartel do séc. XX *Vasconcelos* (1890-1892, 1895, 1893, 1901, 1929) no primeiro quartel do séc. XX, *Barreiros* (1917, 1937, 1916) e em meados do mesmo século XX, *Boléo* (1961) e *Santos* (1962) que apontavam para a existência de um dialeto ou subdialeto próprio integrado na vasta «área dos dialetos transmontanos e alto-minhotos» que viria a ser objeto de estudo em finais do séc. XX e inícios de XXI por *Guimarães* (1998, 2002).

O assim designado dialeto barrosão torna-se perceptível dentro do fenómeno linguístico designado por diglossia; isto é, o uso de duas variantes pela mesma comunidade, uma em contextos familiares e de trabalho, outra em contextos oficiais.

A comunidade cultural, com grandes afinidades com a Galiza transfronteiriça, assenta em rituais culturais característicos e em tradições de antanho. Aspetos do sistema fonológico e aspetos lexicais radicam no português antigo ou mesmo no galego-português medieval, apresentando léxico do português antigo e de diferentes datações, bem como termos próprios ou “barrosismos”, ainda possível de ouvir, sobretudo numa zona designada por «zona do rio e de entre-rios; ou seja, o rio Cávado e Rabagão.

Tendo em atenção a comunidade cultural e linguística, e entrando nos domínios da etnolinguística, considerando a perspetiva de *Coseriu* (1981b) do estudo da variedade e da variação da linguagem em relação com a civilização e a cultura, conciliada com a perspetiva de *Pottier* (1970) da etnolinguística como o estudo da mensagem linguística em relação com o conjunto das circunstâncias da comunicação; isto é, a importância dos fatores extralinguísticos ou socioculturais, o dialeto barrosão desenha-se dentro de um mosaico cultural e linguístico da grande variação da lusofonia.

Num momento como o atual, particularmente sensível à globalização, e considerando a grande dimensão da lusofonia”, e à sua afirmação no mundo, torna-se interessante considerar a perspetiva de *Geertz* (1896) da conciliação do saber global e do saber local, encarando a diversidade e o estudo interpretativo das culturas como um contributo para a paz ou como os homens constroem a sua vida prática.

À tolerância e criatividade das variedades linguísticas tendo por base fatores etnolinguísticos, poderá resvalar para o etnocentrismo reducionista através do discurso dos seus locutores, como alerta *van Dijk* (1998) e tornar-se numa espécie de racismo etnocêntrico moderno com um núcleo ideológico específico que advém da cultura. Aliás, o etnocentrismo é condenado pela ONU.

Ganha, por isso, sentido pleno, a afirmação de *Eduardo Lourenço* (1992) quanto à lusofonia e às suas variedades, incluindo as que assentam em aspetos etnolinguísticos; ou seja, que as anime uma “chama plural”.

BIBLIOGRAFIA

Barbosa, J. Morais (1994) *Introdução ao Estudo da Fonologia e Morfologia do Português*, Coimbra: Livraria Almedina.

Bechara, Evanildo (1999) *Moderna Gramática Portuguesa*, 37ª ed., Rio de Janeiro: Editora Lucerna.

Chambers, J. K. e Trudgill, Peter (1994) *La Dialectología*, Madrid: Visor Libros.

Cintra, Lindley e Fernandes Rei (1992) “Mapa dos Dialeto de Portugal Continental e da Galiza “ in Ferronha, A. Luís (coord) (1992) *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/União Latina.

Coseriu, Eugeniu (1973) *Lezioni di Linguistica Generale*. Torino: Editore Boringhieri. trad. esp. *Lecciones de Lingüística General*, Madrid: Editorial Gredos, 1981. Edição citada.

_____ (1981b) «La sócio y la etnolingüística: sus fundamentos y sus tareas in *Anuario de Letras*. México, vol. XIX, 5-29).

Cintra, L. F. Lindley (1983), *Estudos de Dialectologia Portuguesa*, Lisboa: Sá da Costa Editora.

Cruz, Bento da (1963) *O Planalto em Chamas*, Lisboa: Arcádia.

_____ (1964) *Ao Longo da Fronteira*, Lisboa: Arcádia.

_____ (1993) *Filhas de Loth*, 4ª ed., Lisboa: Círculo de Leitores.

_____ (1973) *Contos de Gostofrio*, Porto: Paisagem Editora.

_____ (1991) *Histórias da Vermelhinha*, Lisboa: ed. Domingos Barreira.

_____ (1992) *Planalto de Gostofrio*, Lisboa: Editorial Notícias.

_____ (1996) *Retábulo das Virgens Loucas*, Lisboa: Editorial Notícias.

Cunha, Celso e Cintra, Lindley (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa: edições Sá da Costa.

Ferreira, M. Barros (1992) “Dialectologia da Área Galego-Portuguesa” in Ferronha, A. Luís (coord) (1992) *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/União Latina.

Ferronha, A. Luís (coord) (1992) *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/União Latina.

Ferronha, A. Luís e Mariana Bettencourt (1992) “A Via Láctea da Lusofonia” in Ferronha, A. Luís (coord) (1992) *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/União Latina.

Fontes, A. Lourenço e Barroso da Fonte (1972) *Usos e Costumes de Barroso*, Montalegre: Câmara Municipal. □2ª ed. 2005. Lisboa: Âncora Editora□.

Fontes, A. Lourenço (1977) *Etnografia Transmontana – II O Comunitarismos de Barroso*, Montalegre. Edição do autor. □ re-ed. Com o título *Etnografia Transmontana*, vol. I, *Crenças e Tradições de Barroso*, vol. II. Lisboa: Editorial Domingos Barreira, 1992□.

Fontes, A. Lourenço (1992) *Etnografia Transmontana – Crenças e Tradições de Barroso*, 3ª ed., vol. I, Lisboa: Editorial Domingos Barreira.

_____ (1992b) *Etnografia Transmontana – O Comunitarismo de Barroso*, 2ª ed., vol. II, Lisboa: Editorial Domingos Barreira.

Fontes, A. Lourenço e J. Sanches (1999) *Medicina Popular. Ensaio de Antropologia Médica*, 2ª ed., Lisboa: Âncora Editora.

Geertz, Clifford (1986) *Savoir local, savoir global. Les lieux du savoir*, Paris : PUF.

Guimarães, Rui Dias (1998) *O Falar de Barroso (coexistência de sistemas fonológicos em variação diatópica e diastrática, diglossia, léxico e registos lexicais)*, 2 vols. Salamanca. Universidade de Salamanca. Tese de doutoramento.

_____(2002) O Falar de Barroso. O Homem e a Linguagem. Fonética – Léxico, Mirandela: João Azevedo Editor.

Lourenço, Eduardo (1992) “Chama Plural” in Ferronha, A. Luís (coord) (1992) *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/União Latina.

Machado, Montalvão (1959) *O Arcipreste de Barroso*, 2ª ed. Porto.

Maldonado, A. Llorente (1992) “La repoblación vasca en Ávila y Salamanca a la luz de la toponimia Antonio Llorente Maldonado de Guevara Toponimia de Castilla y León” in *Actas de la Reunión Científica sobre Toponimia de Castilla y León, Burgos* (1992) coord. por Hermógenes Perdiguerro Villarreal, Antonio A. Álvarez (1995) Salamanca: Universidad (ISBN 84-605-2034-X) Págs. 13-32.

Martins, M. R. Delgado (1988) *Ouvir Falar. Introdução à Fonética do Português*, Lisboa: ed. Caminho.

Pottier, Bernard (1970) “Le Domaine de L’Etnolinguistique” in *Langages*, vol. 5, nº 18, 3-11.

Rei, F. Fernández (1990) *Dialectoloxía da Língua Galega*, Edicións Xerais de Galícia.

Santos, M. J. Moura (1962, 1963) Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes, Coimbra: Universidade. Sep. da Revista Portuguesa de Filologia.

Sapir, Edward (1921) «The psychological reality of phonemes», in David G. Mandelbaum (ed.) (1949) *Selected Writings of Edward Sapir*. University of California, Berkeley e Los Angeles.

Teyssier, Paul (1980) *Histoire de la langue portugaise*, Paris: PUF □ed. Port. *História da língua Portuguesa*, Lisboa: Sá da Costa, 6ª ed. 1994, p. 25 [edição citada.□.

Van Dijk, Teun A. (1998) *Ideología. Una aproximación multidisciplinaria*. ed. Esp, Barcelona: Editorial Gedisa S. A, 1999). [edição citada].

Worf, Benjamin Lee (1956) *Language, Thought and Reality*. ed. Por John B. Carroll, M.I.T. Cambridge. Versão espanhola *Lenguaje, pensamiento y realidad*, Barcelona: Seix Barral, 1971.

36. SOLANGE PINHEIRO, UNIVERSIDADE SÃO PAULO, BRASIL



SOLANGE PEIXE PINHEIRO DE CARVALHO,

Após obter o Bacharelado em Tradução Inglês/Português e Licenciatura plena Inglês/Português, trabalhou como tradutora e revisora de textos. No ano de 2007 obteve na Universidade de São Paulo o título de Mestre em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, especificamente, em tradução literária.

A dissertação teve como tema a tradução de variantes dialetais inglês/português, com uma proposta de tradução para o dialeto de Yorkshire encontrado no romance “O Morro dos Ventos Uivantes”, de Emily Brontë.

Atualmente faz parte do programa de doutoramento na área de Filologia e Língua Portuguesa, também na Universidade de São Paulo, onde desenvolve um projeto na área de Estilística da língua portuguesa, investigando criação lexical literária, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Elis de Almeida Cardoso.

O corpus da pesquisa é a obra em prosa do escritor brasileiro Ariano Suassuna, *O Romance d'A Pedra do Reino* (1971) e a *História d'O Rei Degolado* (1977).

A escolha do tema se deve ao fato de a literatura brasileira oferecer diversas obras muito ricas em criações lexicais, mas que nem sempre são estudadas a partir

da teoria da Estilística, sendo mais analisadas em seus aspetos literários; o autor e sua obra foram escolhidos pela riqueza das criações lexicais, pela criatividade do escritor e sua ligação com a tradição ibérica e a cultura popular brasileira, bem como o desejo de ampliar os estudos acadêmicos relativos à obra de Suassuna, enriquecendo nossa visão a respeito da literatura brasileira e de seus autores.

Tema 3.1 Tradução monocultural e intercultural: léxico regionalista na literatura do século XX no Brasil – A Bagaceira e o Romance d'A Pedra do Reino

TRABALHO NÃO RECEBIDO DENTRO DOS PRAZOS

37.VÂNIA REGO, UNIVERSIDADE DE POITIERS, FRANÇA



Vânia Rego: Licenciada em Ensino de Português e Francês, em 2007, na Universidade do Minho, em Portugal.

Leitora de português do Instituto Camões na Universidade de Poitiers, em França.

Diretora do Centro de Língua Portuguesa do IC em Poitiers e responsável pela programação cultural em Língua Portuguesa na região de Poitou-Charentes.

Realiza atualmente o doutoramento em Literatura Portuguesa contemporânea em cotutela com as universidades de Poitiers e do Minho sob o tema: problemática da escrita de “si”, autobiografia, autoficção e ficção na obra de José Luís Peixoto. Mestre em Literatura Portuguesa contemporânea (dissertação de mestrado defendida com o tema “Lectures croisées de *Uma casa na escuridão* et *A Casa, a Escuridão* de José Luís Peixoto: thèmes et genres”, em 2009).

Tema 2.7. “Hoje o tempo não me enganou” temporalidade no romance Nenhum Olhar de José Luís Peixoto

Quando lemos o romance *Nenhum Olhar* de José Luís Peixoto, somos confrontados com uma narrativa lenta e que envolve o leitor num ritmo temporal que ora perpetua os gestos quotidianos ora define o caminho até à eternidade. O presente trabalho tem como objetivo principal o estudo da temporalidade no romance acima citado – ordem, duração, frequência, entre outras categorias –, tendo como bases de referência as teorias de Ricoeur, Genette, Todorov, sem esquecer Aristóteles ou Santo Agostinho.

A temporalidade no romance *Nenhum Olhar* é muito marcada pela subjetividade do tempo nos romances fantásticos, no entanto, podemos encontrar ao longo da sua análise aspetos caraterísticos de outros tipos de narrativas ficcionais, como o conto, por exemplo. Partindo de uma análise explicativa dos diferentes planos temporais do romance, assim como das diferentes expressões que indicam o tempo e que se cruzam e confundem ao longo do texto, poderemos concluir quais as consequências imediatas que a temporalidade provoca no enredo narrativo.

Nenhum Olhar é um romance com caraterísticas líricas e fantásticas no qual cada personagem vive e sente o tempo de uma forma díspar e onde quase todas as personagens têm voz e se exprimem, criando a impressão de substituição do narrador. A subjetividade inerente a cada personagem faz com que, de cada vez que uma delas se exprime, a sua perspetiva sobre o tempo seja influenciada pelas vivências pessoais, pensamentos, dúvidas ou pelas suas descobertas.

Utilizando exemplos textuais, podemos centrar a nossa análise sobre a influência que a voz narrativa e a escolha da perspetiva de focalização têm sobre a temporalidade neste romance, mostrando que o tempo se apresenta de forma cíclica, o que permite a reflexão sobre o destino trágico da humanidade, sobre a oposição das figuras do tempo e da eternidade e sobre a questão da formação existencial do Homem.

Quando estudamos uma obra com a riqueza narrativa de *Nenhum Olhar*, somos como que tentados a explicar todas as suas características ou pelo menos todos os aspetos que mais nos seduziram na sua leitura. O estudo do tempo neste romance de José Luís Peixoto responde a essa necessidade de compreender e de explicar a noção de tempo que atravessa todo o romance e a dificuldade que o leitor tem em situar temporalmente a história ao longo da sua leitura. Essa dificuldade não se refere ao facto de haver uma tentação de datar a história, mas sim a uma questão mais filosófica e mais profunda que é a de conseguir definir o tempo. Se pensarmos bem, conseguiremos nós definir o tempo? O que é o tempo? Qual a relação entre o tempo e o desenvolvimento do Homem? Estaremos a falar de tempo quando falamos de eternidade e de existência?

Ao refletirmos sobre a temporalidade, apercebemo-nos de que o tempo que para uns corre – fazendo com que o futuro se torne rapidamente presente –, para outros passa lentamente e fica como que congelado em determinados momentos, deixando no presente uma sensação de quase passado que é o motor de sentimentos de nostalgia e de *spleen* que tão bons textos têm dado em literatura, nomeadamente este aqui estudado. Uma das maiores dificuldades no estudo desta temática é justamente a de encontrar um equilíbrio ou uma explicação para o tempo que ora é fugaz, ora nos enleva até à eternidade. Para qualquer autor, a escolha da perspetiva narrativa, do fio condutor que ligará a história narrada é muito importante para a definição dos níveis temporais e da forma de narrar, tal como afirma Saramago:

“Todos os dias têm a sua história, um só minuto levaria anos, o mínimo gesto, o descasque miudinho duma palavra, duma sílaba, dum som, para já não falar dos

pensamentos, que é coisa de muito estofo, pensar no que se pensa, ou pensou, ou está pensando e que pensamento é esse que pensa o outro pensamento, não acabaríamos nunca mais.” (1980: 59).

O romance estudado narra a história de um grupo de personagens que vivem numa aldeia e que se veem confrontadas com a pobreza, o amor, o ciúme, a violência humana e a da natureza e as dificuldades em lidar com as relações humanas. Num espaço em que o leitor facilmente identifica ao Alentejo, as personagens vivem de forma cíclica os acontecimentos e partilham de geração em geração as misérias da vida humana. José, o pastor, vive na dúvida constante em relação à fidelidade da sua mulher. É esta personagem que conduzirá o leitor nas reflexões mais profundas apresentadas no texto, pondo em questão a vida, a morte, a eternidade, o tempo.

Para além de José, o velho Gabriel, personagem secular e de cariz bíblico, serve de contraponto à figura do diabo também presente no texto. Outras personagens de carácter fantástico presentes neste texto são os irmãos siameses unidos apenas pelo dedo mindinho e que definham à medida que o amor por uma mulher os consome por dentro. A presença feminina neste romance é mais reduzida, a mulher de José e a mulher de Salomão são as únicas que fazem uso da palavra para enunciar os seus medos e os seus sentimentos.

Os acontecimentos narrados neste romance são os momentos do quotidiano das personagens: os casamentos, os batizados, as mortes e as dores do dia-a-dia que se perpetuam de pais para filhos como uma maldição até ao fim dos tempos.

Em *Nenhum Olhar*, o discurso repetitivo marca a frequência temporal (Genette: 1972). Os episódios da história são narrados de forma repetitiva, sendo que cada um é narrado na perspetiva de três ou quatro personagens diferentes, criando no leitor uma sensação quase compulsiva em relação ao tempo, dado que o fio temporal circular frustra as expectativas do leitor que procura a continuação da história e espera para ver ser desenrolado o fio narrativo. No romance, no episódio do casamento de José, por exemplo, o narrador introduz, para além da sua, a perspetiva

de três outras personagens: Moisés, Elias e o velho Gabriel falam do casamento de José, da cerimónia em si e do comportamento de outras personagens:

“O velho Gabriel pensava no casamento de José e pensava em Moisés a puxar pelo irmão pelo dedo, quase a esganar-lhe o mindinho, para se aproximar da cozinheira no altar; pensava que o Moisés pensasse na mulher de José ainda rapariga no telheiro e pensava que Elias pensasse o mesmo que o irmão. Moisés pensava no casamento de José e na cozinheira que conhecera nesse dia.” (2008: 45-46)

“Elias pensava no casamento de José e pensava no irmão a derreter-se para a cozinheira nesse dia.” (2008: 47) – seguindo-se a descrição na primeira pessoa de cada personagem.

Esta forma de narrar os acontecimentos aliada a processos de marcação temporal como as analepses permite ao autor criar um efeito de circularidade temporal no texto, como se os acontecimentos narrados impedissem a caminhada das personagens no espaço temporal, impedindo assim a inexorável caminhada dos seres humanos em direção à morte ou, pelo contrário, como veremos mais à frente, assinalando a impossibilidade de fugir a esse destino e prendendo as personagens num tempo presente, fugaz, marcado por momentos únicos que conduzem ao destino final:

“E o mundo acabou. Inexplicavelmente, ou sem uma explicação que possa ser dita e entendida. O mundo acabou, como num instante em que se fechassem os olhos e não se visse sequer o que se vê com os olhos fechados.” (2008: 239).

Como podemos então estudar o tempo? Santo Agostinho afirma nas suas *Confissões* que “*si bien que ce qui nous autorise à affirmer que le temps est, c’est qu’il tend à n’être plus.*” (1964: 264). Ou seja, o tempo só pode ser compreendido quando não é mais tempo, quando o momento passou. A fugacidade do tempo é, aliás, uma das suas verdades. No entanto, a eternidade e a sua duração também o são. Esta ambiguidade é uma das razões pelas quais a questão do tempo tem apaixonado tantos estudiosos.

A ordem temporal na escrita de Peixoto – seja em *Nenhum Olhar* seja no romance *Uma casa na escuridão* ou em *Cemitério de pianos* – é marcada pela memória das personagens e pela vivência de cada uma, o que provoca inversões na ordem cronológica do texto. O texto inicia-se num momento de reflexão de José após o encontro com o diabo – narrado posteriormente pelo narrador, pelo filho de Paulo e também pela mulher de José. As constantes analepses permitem, assim, o retorno ao passado para explicar como José conheceu a sua mulher, o passado desta e do gigante, a história de abuso sexual e permite compreender o porquê do surgimento da figura do diabo enquanto elemento destabilizador da história.

Nenhum Olhar apresenta uma ordem temporal essencialmente psicológica. Nela o leitor pode compreender o estado interior subjetivo de cada personagem. Cada uma vive o tempo de forma diferente e os instantes narrados são meras perspectivas sensoriais sobre acontecimentos presentes e, sobretudo, passados. Em jeito de exemplo:

“E esta noite sepultou-me. E esta noite sem ti foi muito tempo, muito mais que uma noite, muitos anos a gastarem-me” (2008: 111)

“E todo esse tempo antes parece-me ter perdido o sentido.” (2008: 160)

“Os dias passam. Penso: um dia pode ser mil anos. Penso: ninguém sabe ao certo se passou um ano, ou mil anos, ou uma hora rápida, num dia que passou.” (2008: 200).

Deste ponto de vista, José Luís Peixoto inculca no seu texto uma perspetiva mais subjetiva, que podemos associar à teoria kantiana sobre o tempo, já que para este filósofo o tempo não é um conceito empírico, mas uma perceção que deriva do interior de cada ser e da sua intuição. Assim sendo, este fundamento justifica ou pode justificar a subjetividade do tempo neste romance, dado que aquilo que nos é narrado é a representação temporal de cada personagem sobre os mesmos acontecimento e, por isso, o que as personagens e o narrador contam é temporalmente invisível e, portanto, impossível de situar cronologicamente.

Iminentemente lírico, *Nenhum Olhar* toca outros universos literários, inserindo-se também na categoria de romance fantástico influenciado pela tradição do conto

tradicional e popular português. A esfera do fantástico age na narrativa como um elemento de mistificação do tempo e do espaço, dado que as personagens – facilmente identificáveis a habitantes de uma pequena aldeia que pode existir no Alentejo (pensemos no calor constante e na presença do sol abrasador) – convivem com seres fantásticos como o gigante e bíblicos como o diabo. Essa mistificação do texto e, dentro dele, do tempo, permite elevar o quotidiano destas personagens à esfera de exemplo mítico. Assim, os acontecimentos íntimos e os momentos de expressão de cada personagem permitem compreender os pensamentos, as dúvidas e as angústias do ser humano:

“E compreendem as dores que explicam, olhando-se. E, num instante fora do tempo, aproximam-se, lentamente, como duas árvores (...)” (2008: 200)

“Penso: o lugar dos homens é uma linha traçada entre o desespero e o silêncio. (...) E morro devagar. Dissipo-me em cada gesto deste mundo que não me pode oferecer mais nada (...) Dissipo-me no tempo e no silêncio.” (2008: 202)

“E sei que estamos fechados num tempo imóvel.” (2008: 218)

“E só se pode caminhar no tempo, ainda que os pés pisem a terra, como os meus parecem pisar, só se pode caminhar no tempo.” (2008: 237).

Estes exemplos, assim como muitos outros, permitem-nos compreender como o mistério do tempo e o seu estudo contribuem para o estudo do mistério do homem. O tempo é a prova da fragilidade humana no espaço. O corpo que morre e a degradação corporal nada mais são do que a prova de que o tempo que se esvai não volta.

A sucessão obrigatória do passado, do presente e do futuro, que os autores e os seres humanos procuram por vezes contrariar, nada mais é do que um último esforço para contrariar as leis da natureza. Aristóteles defendia um modelo de explicação temporal baseado justamente numa teoria cósmica, associando a alma aos astros para explicar a passagem do tempo, explicando que a noção de presente é a única que existe para o Homem – o que permite inferir sobre a questão da eternidade já que se o presente é o único tempo do Homem, ele é eterno e contínuo –, pois ele só se define e só define o estado do seu corpo e da sua alma num dado

espaço e esse espaço está no tempo presente, no instante mesmo em que o homem respira. No entanto, esse corpo que vive no espaço presente só existe em relação a uma memória, ou seja, ao passado, quase sempre associado à impossibilidade, ao momento que não volta mais. Para além disso, esses mesmos corpo e alma precisam do desejo de atingir outros estados, virtuais, porque projetados no futuro, onde a concretização é possível e onde o presente deixa hipoteticamente de ser doloroso e fruto de angústias carregadas no passado e na memória.

Esta temporalidade lírica do romance de Peixoto, típica como já afirmamos do romance fantástico, escapa ao tempo cronológico – e vivido – indo encontrar um presente intemporal que suspende a sucessão temporal. Tal como Aristóteles afirmava, o tempo só existe no presente e, portanto, ele é uma sucessão de instantes eternos, de eternidades. Esta suspensão do movimento temporal dá lugar a uma temporalidade cíclica que permite mostrar a fatalidade do destino e a tragicidade da vida do ser humano:

“ (...) os homens depois da derrota inevitável da vida, a nunca quererem aceitar a noite, a nunca quererem anoitecer e tornarem-se ontem amanhã, memória, os homens depois da vitória da terra sobre o corpo (...). E o tempo desfigurou-se (...). Era um tempo parado. Parado. (...) Era um tempo morto numa angústia.” (2008: 67 e 68)

“O mundo acabou e nem o tempo prosseguiu.” (2008: 240).

A questão da temporalidade cíclica está ligada também à percepção do tempo de forma tanto sensorial como racional. A inteligência temporal do homem – termo muito utilizado depois de filósofos como Husserl ou Kant – está ligada à própria existência do ser humano, porque o tempo só condiciona o Homem na medida em que este é, ou seja, na medida em que o homem nasce e vive fisicamente no espaço – e acrescento aqui – para depois viver só na memória dos outros.

O tempo ou o não-tempo de *Nenhum Olhar* permite-nos analisar a questão do ser humano em construção e em busca de si e da sua existência no tempo e no espaço. Esta noção de temporalidade permite também o estudo da figuração do tempo em oposição com a eternidade, porque os dias, os meses e os anos se

fundem e não têm mais valor independente, transformando a vida das personagens num vazio no qual o tempo cessa de existir:

“ (...) pois o pai do José é um homem morto, parado na eternidade, e na eternidade, sem fim e sem princípio, um segundo é eterno, e o tempo a passar na eternidade são eternidades sucessivas” (2008: 82)

“Toda esta planície superior ao tempo. Esta planície profundamente triste, enterrada na sua própria eternidade.” (2008: 86)

Esta questão da eternidade, abordada por Santo Agostinho – e retomada por Paul Ricoeur em *Temps et Récit* – toma contornos diferentes já que este não concorda com a teoria cosmológica de Aristóteles em que o presente é a eternidade, como já vimos anteriormente. Contrariando a teoria cosmológica de Aristóteles, Santo Agostinho afirma que o tempo presente é: **“la succession d'une multitude d'instants, qui ne peuvent se dérouler simultanément...”** (1991: 261) e, por isso, **este tempo presente não pode estar ligado à eternidade**. No entanto, uma leitura mais aprofundada de Santo Agostinho permite-nos compreender que a sua noção de eternidade não é totalmente contrária à de Aristóteles, dado que ele também define o Homem como um ser que passa e se desvanece, define-o como um ser em busca de eternidade, mas de uma eternidade que está presa na sua memória daquilo que já foi: **“Au contraire, dans l'éternité, rien n'est successif, tout est présent, alors que le temps ne saurait être présent tout à la fois”** (1991: 261).

Assim sendo, podemos concluir que as personagens de *Nenhum Olhar*, José, Salomão, entre outros, vivem nada mais, nada menos do que o desaparecimento do futuro no passado – a mistura diluída dos momentos que ainda não aconteceram na matéria ou na vida que já não é, ou seja, a angústia de conhecer no presente aquilo que não acontecerá no futuro e que é irrecuperável no passado. Esta temporalidade baseada no momento presente permite compreender o porquê do final do mundo já que o tempo acabou acaba com ele o ser humano.

Bibliografia

Obra utilizada do autor:

PEIXOTO José Luís (2008), *Nenhum Olhar*, Lisboa: Bertrand.

Outras obras do autor:

PEIXOTO José Luís (2004), *Uma casa na escuridão*, Lisboa: Temas e Debates.

PEIXOTO José Luís (2007), *Cemitério de pianos*, Lisboa: Quetzal.

Obras teóricas consultadas e/ou citadas:

ADAM Jean-Michel et REVAZ Françoise (1996), *L'analyse des récits*, Paris: Seuil, col. Mémo.

ESTEVES J. M. da Costa (2008), *La littérature portugaise contemporaine: le plaisir du partage*, Paris: l'Harmattan.

GENETTE Gérard (1972), *Figures III*, Paris: Seuil, col. Poétique.

NUNES Benedito (1988), *O tempo na narrativa*, São Paulo: Ática, col. Fundamentos.

RICOEUR Paul (1991), *Temps et récit*, Paris: Seuil.

SANTO AGOSTINHO (1964), *Les Confessions*, Paris: Garnier-Flammarion.

SARAMAGO José (1980), *Levantado do chão*, Lisboa: Caminho.

38. VANISE MEDEIROS, UFF/FAPERJ, UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, RIO DE JANEIRO, BRASIL



VANISE GOMES DE MEDEIROS é graduada em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - Rio), mestre pela PUC - Rio e doutora pela UFF (Universidade Federal Fluminense), tendo feito doutorado-sanduíche na Universidade Paris 3, França.

Foi professora da PUC - Rio, da UERJ e, atualmente é professora adjunta da UFF. Recentemente recebeu o prêmio Jovem Cientista do Estado (FAPERJ) com projeto “Dizer (d) o brasileiro: a questão da língua e do sujeito”.

Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística, atuando principalmente nas seguintes áreas: Análise do Discurso e História das Ideias Linguísticas. Atualmente integra como pesquisadora o Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS), coordenado por Bethânia Mariani.

Tema 2.7 BRASILEIRISMOS: UMA RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E SUJEITO NACIONAL¹⁷¹ VANISE MEDEIROS (UFF/FAPERJ)

O trabalho a ser apresentado faz parte de uma pesquisa cujo escopo é a discursividade sobre *brasileirismos* do século XX aos dias atuais. Noção consolidada no século XIX; no entanto, complexa: de diferentes procedências, os *brasileirismos* ora indicavam cultura a ser registrada, ora, língua a ser demarcada. Foram muitos os sentidos de *brasileirismos* no século XIX e sua coleta adentrou o século XX.

Com este trabalho, pretende-se resgatar sua historicidade e pensar a Língua Portuguesa a partir daquilo que vai sendo proposto como da formação da língua a fim de contribuir para uma reflexão sobre a relação entre língua e sujeito nacional.

O foco para esta comunicação centra-se em uma das esferas de investigação da pesquisa, a saber: dicionários dos anos 50 em diante. Em pesquisas anteriores, foi observado que a designação *brasileirismo* foi deixando de comparecer em títulos de dicionários a partir dos anos 60 do século XX.

Daí as questões que norteiam esta comunicação: até que ponto haveria uma relação entre o desaparecimento dos *brasileirismos* e a denominação da língua que aqui ocorre como Língua Portuguesa na década de 40? Até que ponto tal desaparecimento é efeito de um imaginário de língua já constituída? Qual o lugar do *brasileirismo* nesse imaginário de língua?

Trata-se, portanto, de uma pesquisa em que se debruça sobre os estudos acerca da Língua Portuguesa e sobre a memória da língua.

Como suporte técnico-metodológico, preservam-se dois campos do saber do projeto, quais sejam, a Análise do Discurso de linha francesa (Pêcheux e Orlandi) e História das Ideias Linguísticas (Auroux).

*...uma língua não vive por si;
é preciso aí ver a incidência do político.*
Orlandi, 2005

I PALAVRAS INICIAIS

“A forma mais simples de carta geográfica”, nos conta Calvino (2010:25), “não é aquela que hoje nos parece a mais natural, ou seja, o mapa que representa a superfície do solo como se vista por um olho extraterrestre. A primeira necessidade de fixar os lugares no papel está ligada à viagem: é o memorando da sucessão das etapas, o traçado de um percurso. Trata-se, pois, de uma imagem linear, tal como se pode dar numa longa faixa”. As cartas romanas como também o rolo japonês do século XVIII, conforme nos relata Calvino, convida o leitor de mapas geográficos a identificar-se com o viajante invisível, convida-o a percorrer “curva após curva, subindo e descendo as pequenas pontes e colinas”. Por que abrir este texto com tal fragmento de Calvino? Por que ele denuncia os mapas geográficos, tal como o conhecemos atualmente, como objetos e saberes históricos. Evidências

¹⁷¹ Este trabalho faz parte de uma pesquisa, intitulada *Dizer (d) o brasileiro: língua e sujeito*, que venho desenvolvendo com apoio da FAPERJ. Parte do que está sendo exposto encontra-se no respectivo projeto, a ser publicado em capítulo de livro pela UERJ.

contemporâneas que, do lugar da teoria em que esta pesquisa se ancora, diremos com espessura sócio-histórico-ideológica. O trabalho que se pretende aqui expor diz respeito a uma noção com tal espessura: *brasileirismos*. Noção que atravessa de forma marcante a história de nossa língua – diretriz de em glossários e dicionários; presente em artigos, ensaios e gramáticas; motivo de querelas e polêmicas – parece cair no ostracismo depois dos anos 50 do século XX, ao menos no contexto brasileiro. Se foram muitos os sentidos de *brasileirismos* no século XIX (ora indicando cultura a ser registrada; ora indicando língua a ser demarcada), o que ocorre com eles no século XX? O que são *brasileirismos* no século XX? O que nos diz da nossa língua e o que diz dos *brasileiros*? É este o mote, em linhas gerais, do projeto da qual este trabalho faz parte.

Em linhas gerais, o objetivo do projeto é investigar e analisar sentidos de *brasileirismo* do século XX até a primeira década do XXI, resgatar sua historicidade e pensar a Língua Portuguesa a partir daquilo que vai sendo proposto como da formação da língua a fim de contribuir para uma reflexão sobre a relação entre língua do Brasil e sujeito nacional. A realização da proposta¹⁷² circunscreve-se às seguintes esferas de investigação: dicionários do século XX; artigos que versem sobre *brasileirismos*, material na mídia e material do literato que tratem da questão dos *brasileirismos*. São, pois, três os domínios a serem contemplados: discurso lexicográfico, midiático e literário. Como suporte teórico-metodológico, encontram-se dois campos do saber: Análise de Discurso de linha francesa (Pêcheux e Orlandi) e História das Ideias Linguísticas (Auroux). A esses campos integram-se os estudos de Authier-Revuz sobre heterogeneidade.

O presente artigo é composto de três partes: a primeira, em que o situamos teoricamente, expomos as questões e o modo de desenvolvimento da pesquisa; a segunda, em que trazemos uma divisão cronológica dos estudos do português no Brasil para pensar os *brasileirismos* no século XX; por fim, a conclusão em que são feitas observações acerca dos títulos de dicionários após os anos 50.

II MEMÓRIAS DE E NA LÍNGUA. SITUANDO A PESQUISA

De maneira ampla, as inquietações que movem a pesquisa dizem respeito à memória da Língua Portuguesa no que tange à tensão que nela se instala com o que vai sendo marcado como *brasileirismo*. Dizem, pois, respeito à memória da língua do Brasil, denominada Língua Portuguesa, no que se refere a *brasileirismos*. Antes de prosseguir, é preciso expor o que se entende por memória.

Por memória, conforme Pêcheux (1999), não se entende uma “memória individual” no sentido psicologizante, tampouco ela é concebida como uma “esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um bloco homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório” (1999:56). Por memória, compreende-se: “necessariamente um espaço móvel, de divisões, de disjunções, de deslocamentos, e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos.” (*idem*). Isto significa que um trabalho com memória sobre *brasileirismos* não compreende um percurso linear, cronológico de dizeres sobre tal noção; mas mergulhar no imaginário de língua, buscando resgatar sentidos de *brasileirismo* – aqueles legitimados ou silenciados, aqueles vigentes ou esquecidos –, e tendo como suporte a materialidade da língua pensada discursivamente, isto é, assumida como espaço de formulação material do discurso, que, no caso, é proposto como efeito de sentido. Dito de outra maneira, significa tentar compreender o que se significa ao dar sentido(s) a *brasileirismo*: quais as alianças, quais os conflitos, quais as contradições, quais os deslocamentos que se produzem ao circunscrever sentidos para *brasileirismos*. São estas as inquietações que, expostas de forma ampla, movem a presente pesquisa, cujo suporte teórico é a Análise de Discurso de linha francesa (Pêcheux), reterritorializada no Brasil por Orlandi; o que, conforme Ferreira (2005), implicou reformulações, novos conceitos, outras questões. À guisa de melhor direção às reflexões a serem

172 Cumpre informar que há orientandos integrados a ela, tanto bolsistas de iniciação científica quanto orientandos em pós-graduação.

empreendidas, é necessário fazer um batimento entre a teoria e a pesquisa que se propõe.

Uma vez que uma das questões sintetizadoras da pesquisa é: qual a relação entre imaginário de língua e sujeito nos debates, nas polêmicas, nas definições e nas apreensões do que seriam *brasileirismos*? destaco, inicialmente, a noção de língua. Articulados a essa noção, outros conceitos se farão presentes.

A língua, para o analista do discurso, não é tomada em seu modo organizacional como uma evidência tampouco como um código em que operam certas regras, mas, citando Orlandi (1998:20), como um lugar de realização de processos discursivos. Em Análise de Discurso, língua não se desvincula de história e esta nela intervém diretamente de forma constitutiva: é o que permite fazer sentido. Há, pois, uma ordem da língua e uma ordem do discurso¹⁷³, mas não se trata de uma estrutura a que outra se sobreponha. Ao contrário, a língua é tomada como uma *“estrutura verbal simbólica, cujas marcas formais ganham sentido ao se realizarem em processos discursivos, historicamente determinados, e determinantes na constituição do sujeito”* (Serrani, 1997:68). Propor a língua como material simbólico implica dar relevo ao significante, desfazendo, assim, o traço fracional saussuriano que atrela significante a significado. Significa, então, considerar que a língua é capaz de falha e de equívoco – e estes, longe de serem considerados como ruídos, tal como ocorre em esquemas comunicacionais, são considerados pelo analista como significando. Ainda é necessário dizer que, para o analista de discurso, não há uma relação direta entre palavra e coisa, e não há em função das formações imaginárias. Na Análise de Discurso, com a noção de formações imaginárias, visa-se a considerar e capturar as projeções inerentes e necessárias a todo e qualquer material significante, já que não se toma esse material fora da sociedade e da história.

“Todo falante e todo ouvinte ocupa um lugar na sociedade, e isso faz parte da significação. Os mecanismos de qualquer formação social têm regras de projeção que estabelecem a relação entre as situações concretas e as representações

(posições) dessas situações no interior do discurso: são as formações imaginárias.” (Orlandi, 1988:18)

São essas projeções que irão constituir as formações imaginárias, que, por sua vez, permitem a ilusão de um sentido transparente, ilusão do termo e coisa, e a ilusão de se ser fonte de seu dizer, de que o sentido nasce em si. As formações imaginárias configuram a interrelação entre sujeitos, denunciando-a como não sendo nem direta nem automática. Posto está que por língua não se compreende então uma empiria suficiente e evidente para ser submetida a uma análise. Para além dessa empiria, língua é tomada em sua materialidade como dimensão significativa plena de vazios, passível de deslizamentos e incompleta, não porque sujeita a variações (o que é), mas porque histórica. É este o diferencial da Análise de Discurso: propor a língua como materialmente histórica, como produto de injunções sócio-histórico-ideológicas.

Fazer esses conceitos caminharem com a proposta teórica de Aurox significa assumir que cada artefato sobre a língua – gramáticas e dicionários – bem como saberes que se institucionalizam sobre ela – na forma de artigos e livros, por exemplo – promovem mudanças em sua estrutura. Expondo de outra maneira, Aurox (1997) vai dizer que a língua empírica não tem uma existência autônoma e que o espaço-tempo da intercomunicação humana dispõe de uma “certa estrutura, conferida pelos objetos e pelos sujeitos que o ocupam”. A esse espaço-tempo denomina hiperlíngua, e o que nos interessa aqui é que:

“Introduzir um novo objeto (por exemplo: um sujeito dotado de capacidades desviantes, um dicionário, ou ainda o meio de comunicar à distância) muda a estrutura da hiperlíngua. Os *acontecimentos* na hiperlíngua (aquilo que chamamos “discursos”) mudam igualmente (mais ou menos) a estrutura. Toda gramática – que no meu entender é toda representação que analisa enunciados linguísticos – contém um conjunto de hipóteses sobre a estrutura de uma hiperlíngua (...) Em qualquer

173 O discurso, entendido como “efeito de sentido”, é o objeto da análise de discurso. A língua é um dos espaços de materialidade do discurso. São, portanto, duas ordens distintas.

situação, ela é esta realidade última que engloba e situa toda realização linguística e limita concretamente toda inovação. (Auroux, 1997: 247)

Pensar *brasileirismos* a partir de tal lugar teórico significa assumir que os sentidos dados a *brasileirismos* afetam a estrutura da hiperlíngua e afetam seus sujeitos. Daí o propósito de resgatar debates e sentidos de *brasileirismos* sem tomá-los como indiferentes à língua e ao sujeito que nela se constitui. Em outras palavras, trabalhar do lugar deste aparelho conceitual implica analisar os efeitos no imaginário de língua produzidos por tais delimitações. Entender esses contornos é dizer do identitário do brasileiro na relação com a língua. É necessário lembrar que a questão dos *brasileirismos* diz respeito diretamente à questão da unidade e da diversidade da língua e que na constituição da Língua Nacional como Língua Portuguesa, a história da língua tem-nos mostrado a pertinência da apreensão e da delimitação do que vêm a ser *brasileirismos*.

Lanço mão de Courtine (1999) para novamente falar da relação do analista com a língua. Dada a ordem da língua, materialidade como já dito, o que nela interessa ao analista é, conforme esse autor, a ordem do enunciável; ordem, portanto, discursiva. É neste âmbito que entram em jogo as contribuições de Authier-Revuz, uma vez que incidem sobre a enunciação denunciando a opacidade da língua em seu fazer enunciativo.

Opondo-se a uma concepção de “sujeito como fonte autônoma de sentido que comunica através da língua” (Authier-Revuz 1990), a autora sustenta que toda “fala [é] fundamentalmente heterogênea”. Tem-se, então, uma heterogeneidade que constitui o sujeito, que a ele escapa e que o desestabiliza por estar aquém do seu controle. A esta heterogeneidade, constitutiva, acrescenta-se uma outra, da ordem da sintaxe: a heterogeneidade mostrada. A primeira opera na ordem da constituição do discurso; a segunda, na da representação no discurso da palavra que se julga vinda de outro lugar. À primeira, não se tem acesso e controle; à segunda, julga-se ter. Com a primeira, não se tem a explicitação da alteridade, nem mesmo dela o

sujeito se dá conta; com a segunda, joga-se com a explicitação do outro em, ao menos, dois níveis: com o lugar do outro no discurso que se articula e com a própria instituição do outro como outro, isto é, como alteridade. Ambas as heterogeneidades – constitutiva e mostrada – operam com os esquecimentos de que fala Pêcheux. Por ambas perpassa o primeiro esquecimento: de que não se é fonte de sentido, de que o sentido não nasce no sujeito. E a abordagem de ambas remete para o segundo esquecimento, que se situa no domínio do enunciável: o esquecimento que remete para a ilusão de se supor que o que se diz só pode ser o que se diz, que não há injunções nem filiações ao dizer. Que não há memória inscrita na língua: interdiscurso.

Em Análise de Discurso, para que as palavras signifiquem é preciso que elas já signifiquem. O já-dito, interdiscurso, é condição para a significância. A noção de interdiscurso, fundamental para indicar a ampla possibilidade de sentidos, remete a uma exterioridade – não entendida como realidade empírica, mas como outras formações discursivas¹⁷⁴ –, a um dizer outro – provindo, muitas vezes, não se sabe de onde –, a uma memória constitutiva do dizer. O interdiscurso, conforme Pêcheux (1988:162), consiste em um “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas” (aspas do autor). Daí um aparente paradoxo em análise de discurso: todos os sentidos são, em princípio, possíveis e, ao mesmo tempo, não o são. Advém do interdiscurso a possibilidade de o sentido anteceder a formação discursiva e nela se constituir como matriz, ou seja, de os sentidos encontrarem na formação discursiva um ponto de estabilidade, funcionando como princípio de coerência para o sujeito.

O sentido tem, portanto, condições de produção; o que significa que não pode ser qualquer um, mas o que é engendrado por aquelas condições. Isto remete, então, para uma determinação que pode implicar a impossibilidade da mudança de sentido. É a noção de formação discursiva na sua relação com o interdiscurso que irá permitir articular o fato de ser possível a mudança. Para significar, é preciso filiar-

174 A formação discursiva é o lugar de constituição do sentido, sua matriz (Pêcheux, 1988). Significar é filiar-se a uma formação discursiva.

se a uma formação discursiva e essa se articula na tensão entre formação ideológica¹⁷⁵ e interdiscurso. A formação ideológica remete para a relação de força entre classes, enquanto o interdiscurso remete para os elementos que vêm de fora, de outras formações discursivas (que, por sua vez, podem ou não se vincular a uma mesma formação ideológica). É, pois, essa tensão entre formações discursivas, tensão que é também produzida em função de alianças ou antagonismos entre formações discursivas, que possibilita a mudança, o sentido outro, o outro sentido. E que permite, cabe sublinhar, a ilusão de evidência de sentido, do efeito para o sujeito de que o sentido é aquele e não outro.

Cito Pêcheux:

“(...) o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material que reside no fato de que “algo fala” (ça parle) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas.” (Pêcheux: 1988)

Em consonância com a proposta de que o sentido não existe em si mesmo, mas é constituído discursivamente, ou seja, é constituído em função da formação discursiva na qual se inscreve, sujeito também é pensado nesta teoria como inscrito no processo discursivo, como posição discursiva, também ideológica. Sentido não é algo que se dê a despeito do sujeito e este por sua vez, conforme Orlandi (1998), ao significar, se significa. Em outras palavras, sentido se constitui na formação discursiva e sujeito nela se identifica. Dizer, então, é inscrever-se em uma ou outra formação discursiva. Nesse sentido, importa destacar que essa “inscrição” não é produto de uma vontade ou de movimento sobre o qual se tenha total domínio ou controle. No lugar de uma concepção idealista de sujeito, como fonte do dizer, como onipotente, tem-se uma proposta em que o sujeito é interpelado pela ideologia e instanciado discursivamente. Não existe sujeito sem ideologia. De acordo com Henry

(1990), é tendo como referência a ideologia que Pêcheux introduz o sujeito enquanto efeito ideológico. Com isto o sujeito perde sua centralidade e passa a integrar o funcionamento do discurso. Daí também não defini-lo como entidade positiva, mas como posição no discurso – atravessada pelo interdiscurso e definida em função da formação discursiva. Esse é o impacto da noção de formação discursiva na concepção de sujeito e no trabalho da análise.

Cabe ainda aduzir a lembrança de Guimarães (2000:179), para quem “é parte da identificação do Brasil enquanto nação a discussão de qual é sua língua e a assunção de que a sua Língua Nacional é a Língua Portuguesa”. É nesse caminhar que, vale retomar, formulamos algumas de nossas questões: como entram os *brasileirismos* nesse percurso de assunção da Língua Portuguesa como marca de nossa nacionalidade? Quais as interferências (os efeitos) que os *brasileirismos* produzem no imaginário de língua? Disto resulta investigar os sentidos de *brasileirismos* e seu funcionamento no imaginário do brasileiro. Não se trata de confrontar definições a fim de examinar o que elas contemplam ou não, tampouco de propor novas tipologias, mas de analisar o funcionamento daquilo que se diz e que se delimita como *brasileirismos* na relação com a língua. Trata-se de remetê-las às formações discursivas que as faz significar e que conferem sentidos ao sujeito.

III. GRAMATIZAÇÃO E BRASILEIRISMOS

Guimarães, em “Sinopse dos Estudos do Português do Brasil: a Gramatização Brasileira” (1996), propõe uma divisão, cronológica, dos estudos do português do Brasil em quatro fases. A primeira inicia-se com a chegada dos portugueses e termina em meados do século XIX; a segunda começa com as polêmicas entre escritores brasileiros e portugueses no século XIX bem como com as publicações de gramáticas, como a de Júlio Ribeiro, e vai até a fundação das Faculdades de Letras; a terceira, marcada por tais acontecimentos, vai até meados dos anos 60,

les unes par rapport aux autres” (Courtine, 1981) – e que, por sua vez, engendram as formações discursivas.

175 Formações que reportam a relações de classe – “chaque formation idéologique constitue ainsi un ensemble complexe d’attitudes et de représentations qui ne sont ni individuelles, ni universelles mais se rapportent plus ou moins directement à des positions de classes en conflit

quando a disciplina Linguística se torna obrigatória para os cursos de Letras; a quarta se caracteriza pelos estudos linguísticos e chega aos dias atuais.

Tomando o conceito de gramatização proposto por Aurox (1992), a saber, por gramatização

“Deve-se entender o processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário.” (Aurox, 1992:65),

Guimarães vai afirmar que a gramatização da Língua Portuguesa se dá no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, daí também a passagem da primeira fase para a segunda fase. Ainda consoante Guimarães, esse processo de gramatização do português no Brasil ocorre diferentemente daquilo que Aurox observou na Europa – lá a gramatização se fez como modo de o ocidente conhecer e dominar o resto do mundo; no Brasil, o processo de gramatização caminha com a independência do Brasil em relação a Portugal (*idem* 136); trabalha a singularidade do que aqui ocorre. Dessa busca pela independência faz parte um se conhecer.

Se pensarmos nos *brasileirismos*, podemos observar que é nesse momento – segundo período de gramatização do brasileiro – que se adensam as discussões sobre o que eles seriam; é desse momento também sua mais acirrada coleta. Trata-se de uma preocupação que marca a fundação da Academia Brasileira de Letras (ABL) e que adentra o século XX. Uma observação importante: uma das propostas da ABL em seu nascimento é a elaboração de um grande dicionário de *brasileirismos*. De fato, a partir de 1910, eles começam a ser coletados. No entanto, é somente em 1956, com um decreto de JK, que um dicionário da Academia é enviado para publicação. Trata-se do *Dicionário de Antenor Nascentes*: um dicionário produto de um projeto outro e que não traz em seu título o termo *brasileirismo* (Medeiros, 2008). Se a coleta de *brasileirismo* ocupa este segundo período da gramatização do brasileiro, a questão dos *brasileirismos* parece ganhar outros contornos após os anos 60 do século XX, o que o título do Dicionário de Antenor Nascentes nos permite entrever. Voltemos um pouco mais à divisão de Guimarães.

A terceira fase da periodização de Guimarães (dos anos 30 até 1965) é marcada por alguns dispositivos que dizem respeito a políticas linguísticas. Por exemplo: acordo ortográfico de 1943, denominação da língua do Brasil como Língua Portuguesa e NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira). Atos que dizem do lugar do brasileiro na Língua Portuguesa: daquele que se coloca na posição de quem a gere – na medida em que decide sobre uma nomenclatura para ela, por exemplo – marcando, assim, a diferença em relação a Portugal –; e na posição daquele que decide sobre unidade – no que se refere à denominação: Língua Portuguesa (uma só língua no Brasil e em Portugal).

Esses gestos, decorrentes de políticas linguísticas, abrem, então, algumas indagações: até que ponto determinadas políticas linguísticas têm impacto nos estudos sobre *brasileirismos* uma vez que a fase seguinte não parece contemplá-los? Antes de prosseguir, um parêntese se faz oportuno: estão sendo consideradas aqui observações feitas por Pimentel (1978) e por Guimarães (1996). Para Pimentel, o termo *brasileirismo* vai “caindo em desuso” no século XX, já Guimarães, a respeito dos estudos sobre a língua após 1965, irá dizer: “São inexistentes os trabalhos da lexicografia feitos em projetos acadêmicos no Brasil atualmente” (1996:133). Isto nos leva a indagar: a que se deve decréscimo de estudos sobre *brasileirismos*? Ou ainda, se focalizamos o dicionário brasileiro: o que são *brasileirismos* nos dicionários depois dos anos 60? Onde e como comparecem?

Analisando os artigos da *Revista Brasileira* durante o governo JK (Medeiros, 2008), pude observar que ora o termo não comparecia, mas falava-se em “deturpações” e “enriquecimento” advindos do falar brasileiro e da literatura brasileira, ora o termo *brasileirismo* se apresentava. O que neles verifiquei foi uma tensão entre deturpação e enriquecimento que tocava diretamente a diferenciação social na língua. Melhor expondo, não estava em questão uma especificidade da língua do Brasil frente a Portugal no que se referia a espaço geográfico; estava em questão a diferença social em território brasileiro – tanto lá quanto cá “deturpava-se” e “enriquecia-se” –; estava em jogo uma oposição entre um falar culto e um falar popular, denunciava-se um falar popular e a popularização da língua pelos meios de

comunicação no período (rádio, imprensa e TV, no caso, em seus primórdios). Buscava-se, pois, padronizar a língua distinguindo, em tal momento, qual seja, anos 50, fronteiras sociais no falar e escrever. Indo mais adiante, denominando-se *brasileirismo* ou não, todas as contribuições e/ou deturpações nos artigos da *Revista Brasileira* do período JK residiam no léxico. Os *brasileirismos* eram lexicais – não compareceram *brasileirismos sintáticos*, por exemplo. Se havia tensão entre “deturpações” e “enriquecimento”, a designação *brasileirismos* resultava, no entanto, em arcaísmos; ou seja, na revista pretendia-se demonstrar que os *brasileirismos* eram construções em desuso em Portugal, fossem elas comprovadas ou somente supostas. Ainda é preciso prosseguir com algumas outras observações.

Conforme expus no artigo em foco (Medeiros, 2008), são diversos os sentidos de *brasileirismo* nos séculos XIX e XX. Para citar um exemplo, de acordo com Mariani (1994), no espaço polêmico no século XIX em torno de um imaginário de língua, uma das formações discursivas, a dos gramáticos e eruditos, entendia como *brasileirismos* tanto palavras de origem tupi quanto de origem africana. Estes *brasileirismos* (então, *africanismos* e *indianismos*) resultavam em corrupção linguística; ou seja, entravam nas gramáticas como desvios, formas a serem evitadas. Na *Revista Brasileira* durante o governo JK o desenho é outro: se o índio é alçado à condição de elemento que contribui para a língua, os *africanismos*, que indicariam a presença do elemento negro na língua, não comparecem, sequer são mencionados. Quanto ao elemento indígena, ainda é preciso dizer que não faz parte do campo de significância de *brasileirismos* no material analisado. Ou seja, continua autóctone: é dito que contribui para a língua, mas não se traz sua marca para a língua.

Em suma, na *Revista Brasileira*, *brasileirismo* equivalia a *arcaísmo*. Isto permitiu observar lá o lugar do brasileiro na inscrição do *brasileirismo*: aquele que mantinha uma língua outrora usada e naquele momento já perdida em Portugal. Se, por um

lado, o lugar do brasileiro seria aquele de manutenção de um passado, no caso entendido como glorioso, mas já desconhecido pelos portugueses, por outro lado, silenciava-se sobre qualquer outra contribuição do brasileiro para a língua portuguesa. Silenciava-se sobre qualquer outra inscrição do brasileiro na língua que não fosse aquela já ocupada pelo português. O que legitimava o lugar do brasileiro nesse momento era a Língua Portuguesa, isto é, o fato de que aquilo que se julgava novo e próprio do brasileiro era, contudo, arcaico na Língua Portuguesa. Contudo, como já mencionado, nem sempre foi assim. Alguns estudos sobre *brasileirismos* já apontados (Cf. Nunes, 2005, e Mariani, 1994, entre outros) nos mostram diversas polêmicas acerca dos *brasileirismos* no século XIX. Polêmicas que dividiram eruditos, gramáticos, literatos e filólogos, fazendo significar diferentemente *brasileirismos*. Tais polêmicas se fizeram presentes sobretudo na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, mas parecem se tornar um anacronismo no século XX. A que se deve, então, tal processo? É o que com a pesquisa que expusemos pretendemos investigar.

IV. POR UMA CONCLUSÃO: DICIONÁRIOS DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Como foi dito, um dos focos da pesquisa incide sobre o discurso lexicográfico, mais especificamente, sobre os dicionários publicados no Brasil. Nossa hipótese, cuja origem se deu com o percurso do dicionário previsto pela ABL – que deveria ser de *brasileirismos* e que começa a ser publicado no período JK sem tal termo em seu título –, era a de que a denominação de língua portuguesa para a língua nacional produziu o apagamento de termo *brasileirismos* em dicionários brasileiros. Em uma pesquisa ainda embrionária¹⁷⁶, procedemos, então, ao levantamento dos títulos¹⁷⁷ dos dicionários publicados no Brasil após 1950. Antes de prosseguir, importa

176 Para esta pesquisa conto desde julho de 2010 com uma bolsista de Iniciação Científica, Thaiz Carvalho Senna (PIBIC, UFF).

177 Os prefácios também estão sendo coletados. Contudo, como se trata de uma pesquisa em seu início, não os trouxemos para este artigo. Fazem parte ainda da pesquisa com dicionários

o cotejo de verbetes que se apresentem como *brasileirismos* e/ou que deixem de ter esta especificação em dicionários.

destacar que o título, para além de uma designação, funciona discursivamente como “lugar singular de leitura, pois se coloca frente ao leitor como um espaço o traz para um movimento de fora, do suporte (obra, papel, programa de computador), para dentro (texto/discurso) por uma relação de representatividade de estabelecida com os saberes linguísticos e os elementos (ano, editor, editora, cidade, etc.) que constituem o título. (Dias, J. C. 2009: 19)

Em outras palavras, e considerando tanto Dias (2009) quanto Coracini (1989), o título é entendido como um dispositivo de reflexão, uma “unidade discursiva” (Coracini), processo e produto histórico-ideológico, que, no caso da presente pesquisa, nos diz de um imaginário de língua. Observe-se no quadro abaixo alguns dos títulos de dicionários publicados (ou republicados) no Brasil após os anos 50. Importa informar que não se trata de uma lista que esgote os títulos de dicionários brasileiros; ao contrário, trata-se de amostra para reflexões ainda em andamento¹⁷⁸:

Dicionário Brasileiro contemporâneo, Francisco Fernandes (1953).RJ: Porto Alegre; SP: Globo.

Grande dicionário da língua portuguesa vol. II. Laudelino Freire (1954). RJ: José Olympio Editora, 2ª edição.

Dicionário Escolar da Língua Portuguesa, Francisco da Silveira Bueno (1956). RJ: FENAME.

Dicionário da Língua Portuguesa, Elaborado por Antenor Nascentes (1967). Bloch Editores - Academia Brasileira. RJ: Bloch Ed.

Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (1968), Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, RJ: ed. Civilização Brasileira, 11ª edição.

Grande Dicionário Etimológico Prosódico da Língua Portuguesa, Silveira Bueno (1968). SP: Saraiva, 2ª tiragem.

Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa, J. Carvalho e Prof. Vicente Peixoto (1971). SP: LISA - Livros Irradianes S. A.

Novo Dicionário Prático da Língua Portuguesa, (por) Jânio Quadros (1976). SP, ed. Riedel
Dicionário de Questões Vernáculas, Napoleão Mendes de Almeida (1981), SP: ed. Caminho Suave Limitada

Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, Alberto Prado e Silva; M. B. Lourenço Filho; Francisco Marins; Theodoro Henrique Mourer Jr.; José Curado; Ary Tupinambá Pereira; Aleixo Rosert, (1977) Ed. Mirador Internacional

Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira (1986), RJ: Ed. Nova Fronteira, 1986, 2ª edição

Dicionário de usos do Português do Brasil, Francisco S. Borba (2002), SP, Ática, 2002, 1ª. ed

Mini Houaiss Dicionário da língua portuguesa (com a nova ortografia da língua portuguesa) (2009). Edição especial. Objetiva. Rio de Janeiro

Como se pode notar, o termo *brasileirismo* não comparece em nenhum título. Até o presente não foi encontrado nenhum dicionário, publicado após os anos 50, de cujo título constasse o termo *brasileirismos*. O que se apresenta, em alguns dicionários, como podemos notar em *Dicionário Brasileiro contemporâneo*, *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* e em *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, é o termo *brasileiro* pospondo-se ao termo dicionário e o adjetivando. Cabe notar que nestes três títulos o nome da língua se faz presente. Em *Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa* e de *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de forma explícita. Já em *Dicionário Brasileiro Contemporâneo*, encontra-se implícito seu nome, ou seja, o nome da língua funciona como um já-posto que se presentifica pela ausência: não é mais necessário dizer de que língua se trata. Quanto ao termo *brasileiro*, este funciona como indicação geográfica; referência, portanto, territorial de uma língua: a língua portuguesa.

Duas são as constatações que de imediato podemos fazer: por um lado, políticas linguísticas atuam sobre instrumentos linguísticos, isto é, a legislação incide sobre a denominação dos dicionários: estes são de língua portuguesa (afinal, desde os anos 40 do século XX a denominação oficial da língua em solo brasileiro¹⁷⁹ é “língua portuguesa”). Por outro lado, políticas linguísticas produzem efeitos de sentido no imaginário de língua. Se o dicionário, conforme Orlandi (2002:103), trabalha “o efeito de completude de representação da língua” (é nele que

178 Optamos por organizá-los de forma cronológica.

179 Cabe referir um importante artigo sobre a designação da língua no Brasil: trata-se do artigo de Dias, “O nome da língua no Brasil: uma questão polêmica” (2001).

supostamente se encontra todo o repertório de uma língua), julgamos que o desaparecimento do termo *brasileirismo* é efeito de um imaginário de língua já constituída. Melhor expondo, trata-se de um efeito que passa pela designação da língua como sendo língua portuguesa. Evidência da segunda metade do século XX que faz funcionar o termo *brasileirismo* como não mais pertinente em títulos de dicionários, ou ainda, que parece fazer funcionar o termo *brasileirismos* como não mais pertinente ao estágio em que a língua se encontra no Brasil, ao menos. Esta já faz parte da língua portuguesa.

No entanto, se o termo *brasileirismo* não comparece em títulos não é o que ocorre, como já foi possível registrar (ainda sem grande aprofundamento até porque faz parte da pesquisa que iniciamos), no interior de dicionários. Em alguns deles, publicados após 1960, há inúmeros verbetes que são indicados como *brasileirismos*, como é o caso, entre outros, do *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (por Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira). Além de ocorrer em verbetes, a referência aos *brasileirismos* comparece em alguns prefácios (o que também é caso do dicionário do Aurélio) dizendo da tensão no identitário nacional. A pretexto de palavras finais, se os títulos dos dicionários indicam uma língua já constituída: língua portuguesa como língua nacional, em seu interior – verbetes e prefácios – a tensão retorna dizendo do brasileiro. A questão que se faz premente é: o que é posto como *brasileirismos* no interior dos dicionários e o que dizem do lugar do brasileiro na língua? Até que ponto os *brasileirismos* que adentram os dicionários dizem de uma divisão que no século XIX se marcava geograficamente (Portugal e Brasil)? Até que ponto dizem de uma divisão social na língua (e não mais geográfica, conforme se ou observou nas revistas da ABL)? E, nesse trilhar, o que dizem do brasileiro? Estas são, pois, algumas das questões que com a pesquisa em desenvolvimento se pretende responder.

Referências bibliográficas

- Authier-Revuz, Jacqueline. Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPURS, 2004.
- _____. *Palavras Incertas*. Campinas, SP: Unicamp, 1998.
- Auroux, Sylvain (1998). “Língua e Hiperlíngua”, In: *Línguas e instrumentos linguísticos*, n. 1, São Paulo: Pontes; Campinas: UNICAMP.
- _____. (1997). “A hiperlíngua e a externalidade da referência”, in: ORLANDI, E. (org.) *Gestos de leitura*, Campinas: UNICAMP.
- _____. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*, Campinas, São Paulo: Unicamp.
- BALDINI, Lauro. “Listas de palavras, dicionários e enciclopédias. O que nos ensinam os enciclopedistas sobre a natureza dos instrumentos linguísticos”, In: *Línguas e instrumentos linguísticos*, n. 20, São Paulo: Pontes; Campinas: UNICAMP 2008.
- Calvino, Ítalo. (2010) “O viajante no mapa”, *Coleção de areia*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Coracini, Maria José R. Faria. (1983) “O título: uma unidade subjetiva (caracterização e aprendizagem)”, in *Trabalhos em Linguística Aplicada*, nº. 13, Campinas: UNICAMP.
- Courtine, Jean-Jacques (198). “Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens” *Langages*, nº. 62, juin. Paris: Larousse, 1981.
- Dias, Luiz Francisco (2001). “O nome da língua no Brasil: uma questão polêmica”, in: ORLANDI, E. (org.), *História das ideias políticas: construção do saber metalinguístico e constituição de língua nacional*. Campinas, São Paulo: Pontes; Cáceres, Mato Grosso: UNEMAT.
- Dias, Juciele Pereira. (2009) “O Lugar e o funcionamento do título pela obra de Mattoso Câmara”, dissertação de mestrado, Santa Maria, RS: UFSM.
- Ferreira, Maria Cristina Leandro. (2005) “O quadro atual da análise de discurso no Brasil: um breve preâmbulo”. In: Indursky, F. e Ferreira, M. C. L.. *Michel Pêcheux a análise de discurso: uma relação de nunca acabar*. Ed. Claraluz, 2005.

Guimarães, Eduardo (1996). "Sinopse dos Estudos do Português do Brasil: a Gramatização Brasileira", in: Guimarães, E. e Orlandi, E. (orgs.) *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas, São Paulo: Pontes.

Henry, Paul (1990). "Os fundamentos teóricos da "Análise Automática do Discurso" de Michel Pêcheux". In Gadet e Hak (orgs.)", Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux, Campinas, SP: Unicamp.

Mariani, Bethânia. *Colonização linguística*, Campinas, São Paulo: Pontes, 2004.

_____. Língua portuguesa e realidade brasileira: o diretório de Pombal segundo Celso Cunha. In: *Organon* 23. Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Volume 9, número 23, 1995.

_____. "1822, Pátria independente: outras palavras?", in: *Revista Organon*, no. 21, vol. 8, 167 páginas, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio grande do Sul, 1994.

_____. e Medeiros, Vanise. "Notícias de duas pesquisas: ideias linguísticas e governo JK", *Revista Desenredo*: Revista do programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, RS: Universidade Passo Fundo, 2006.

_____. e MEDEIROS, Vanise. *Ideias Linguísticas: formulação e circulação no período JK*, Campinas: RG e RJ: FAPERJ, 2010, ISBN 9788561622206.

Mazière, Francine et Gallo, Solange. "La langue comme oubli: en exemple brésilien". *Revue Langue et Langages*, nº 7. Publication de l'Université de Provence, 1998.

MEDEIROS, Vanise. "A língua em solo brasileiro na Revista Brasileira no período JK". *Revista da ANPOLL*, nº 25, 2008.

_____. *Dizer a si através do outro: do heterogêneo no identitário brasileiro*. Tese de doutorado, UFF, 2003.

MEDEIROS, Vanise. "Jornal, arquivo e instrumento linguístico". In: MARIANI, Bethânia e MEDEIROS, Vanise. *Ideias Linguísticas: formulação e circulação no período JK*, Campinas: RG e RJ: FAPERJ, 2010, ISBN 9788561622206.

NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil*. Campinas: Pontes Editores; São Paulo: FAPESP; São José do Rio Preto: FAPERP, 2006.

_____. PETTER, Margarida. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: USP/FFLCH/Humanitas; Campinas: Pontes Editores, 2002.

Pinto, Edith Pimentel. *O português do Brasil. Textos críticos e teóricos 2: 1920-1945*, São Paulo: USP, 1981.

_____. *O português do Brasil. Textos críticos e teóricos 1: 1820-1920*, São Paulo: USP, 1978.

Orlandi, Eni. *Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*, Campinas: RG, 2009.

_____. (org.) *Política linguística no Brasil*, Campinas: Pontes, 2007;

_____. *Língua e conhecimento linguístico; para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo, Cortez Editora, 2002.

_____. Orlandi, E. (org.), (2001) *História das ideias políticas: construção do saber metalinguístico e constituição de língua nacional*. Campinas, São Paulo: Pontes; Cáceres, Mato Grosso: UNEMAT.

_____. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*, São Paulo: Cortez. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1990.

_____. et Mazière, F. (orgs.) *L'hyperlangue brésilienne. Langages 130*. Paris, Larousse, juin, 1998.

Orlandi (1998)

Orlandi, "O discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo – 1937/1945)" (2005). In *Revista Língua e Instrumentos Linguísticos* nº. 15.

Pêcheux, Michel. (1999) "Papel da memória". In: Achard, P. [et al]. *Papel da memória*. Campinas, São Paulo: Pontes.

_____. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio* (1988), Campinas: ed. da UNICAMP.

PFEIFFER, Claudia, "A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX", ORLANDI, E. (org.), *História das ideias políticas: construção do saber*

metalinguístico e constituição de língua nacional. Campinas, São Paulo: Pontes; Cáceres, Mato Grosso: UNEMAT, 2001.

Revista *Organon* 21 questões de lusofonia. Volume 08, Número 21, Porto Alegre, 1994.

Serrani-Infante, S. (1997) A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade. 2a. ed., Campinas: ed. da UNICAMP, 1997.

39. VASCO PEREIRA DA COSTA, ESCRITOR CONVIDADO ESPECIAL DOS COLÓQUIOS



VASCO PEREIRA DA COSTA nasceu em Angra do Heroísmo, no ano de 1948. Professor do ensino secundário durante vários anos, esteve ligado à formação de professores, exercendo funções docentes na Escola Superior de Educação de Coimbra. Desempenhou funções de diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Coimbra.

Tem proferido conferências sobre temas literários e pedagógicos em Portugal e nos EUA, Venezuela, África do Sul, Senegal, Espanha, França, Inglaterra, Bélgica, Holanda e Itália.

Integrou o grupo de trabalho "Culture sans frontières" da DG X da União Europeia para o estudo do turismo cultural nas cidades europeias de média dimensão.

Em representação da A. P. E. tem integrado diversos júris de prémios literários, designadamente, o Grande Prémio A. P. E. de poesia. Foi representante de Portugal

no programa FAULT LINES da True and Reconciliation Commission da República da África do Sul.

Tem trabalhado para a rádio e para a televisão em programas de índole literária e cultural e exercido, nesta área, funções de consultor para programas infantis.

Foi diretor regional da cultura dos Açores (2003-2008) e antes disso foi cônsul honorário de França em Coimbra. Integra o Conselho Diretivo da Fundação Luso-americana para o Desenvolvimento (FLAD)



PRINCIPAIS OBRAS PUBLICADAS:

Nas Escadas do Império: Contos. (1978) Coimbra, Centelha
Amanhece a Cidade, romance. (1979) Coimbra ed. Centelha
Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo, (1980) novela; ed. Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Lisboa.

Ilhíada; (1981), (poesia) Angra do Heroísmo: SREC, col. "Gaivota".

Plantador de Palavras, Vendedor de Lérias, 1.º Prémio Torga de 1984; (ler extrato aqui), (1984) Coimbra, Câmara Municipal,

Memória Breve, (1987) contos. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura

Terras; (1997), (poesia) 1ª ed. Porto: Campo das Letras

Riscos de Marear; (1992) (poesia) Ponta Delgada : Eurosigno

Sobre-Ripas-Sobre-Rimas; (1994), Coimbra: Minerva

My Californian Friends; (1999), ed. Gávea Brown:

My Californian Friends (2ª Edição) (2000) Viseu, Palimage Editores

Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo, novela;

Memória Breve, contos.

Além do mais é pintor, com o pseudónimo Manuel Policarpo. As suas mais recentes Exposições de Pintura ocorreram em 12 de Junho de 2009, no Museu dos Baleeiros das Lajes do Pico, depois na Ilha Terceira e em Outubro 2009 em São Miguel (Portas do Mar). Intitulava-se **As Ilhas Conhecidas - Cartografia e Iconografia**.

Pintura crítica do Espírito Santo...a esta seguiu-se em fevereiro deste ano nas Portas do Mar em Ponta Delgada, a exposição “As ilhas conhecidas – cartografia e iconografia”

Integrará a comitiva dos Colóquios a Macau em 2011.



ATAS/ANAIS

14º COLÓQUIO DA LUSOFONIA

XIV colóquio da lusofonia - Bragança, Portugal

27 setembro – 2 outubro 2010-

Apoio CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA



e



Academia Galega da
Língua Portuguesa



organizado por